

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
Instituto de Economia - IE  
Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

**Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?**  
Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana  
(2001-2016)

Rio de Janeiro  
Março/2020

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?  
Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins

Rio de Janeiro

Março/2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

R696 Rodrigues, Bernardo Salgado.

Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016) / Bernardo Salgado Rodrigues. – 2020.

392 f.; 31 cm.

Orientador: Carlos Eduardo da Rosa Martins.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.

Bibliografia: f. 322 – 346.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787  
Biblioteca Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?  
Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em 20 de Março de 2020

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

---

Prof. Dr. José Luis da Costa Fiori  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

---

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa  
(Universidade de São Paulo – USP)

---

Prof. Dr. Gabriel Esteban Merino  
(Universidad Nacional de La Plata – UNLP)

---

Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Dedico esta tese, em especial, à minha mãe, Fatima Aparecida Marques Salgado, pela sucessiva troca de saberes e pela companhia constante nas viagens de “descobrimento” da Amazônia; à minha noiva, Beatriz Barreira Marques de Araújo, pelo eterno carinho, paixão e compreensão, como resposta às minhas ausências e omissões, em dedicação às atividades do PEPI; e ao meu eterno amigo Rodrigo Groetaers, pela inacabável fonte de inspiração como ser humano, aonde quer que esteja.

## AGRADECIMENTOS

A todos da família e amigos, que durante o meu contínuo período de formação vêm contribuindo com ensinamentos e incentivos.

Aos meus professores de todas as épocas, por terem sido responsáveis por parte considerável da minha formação e aprendizado.

Aos meus colegas da pós-graduação em Economia Política Internacional, em especial aos companheiros do grupo “Pepi Paralelo” e “Atese”, pelos debates críticos, conversas estimuladoras e convívio diário.

Ao meu orientador e amigo, Carlos Eduardo da Rosa Martins, por acreditar no trabalho e se dispor no auxílio da minha formação acadêmica, desde 2008.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, por me permitir estudar num dos melhores centros de ensino do país e do mundo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela disponibilidade da bolsa de pesquisa.

Ao Centro Latinoamericano de Estudios Políticos y Económicos de China (CLEPEC), pela oportunidade de participar da “V Edición del Programa Puente al futuro: campamento de intercambio para líderes de China-América Latina y el Caribe”, em Xangai, em 2019.

Aos companheiros amazônidas, que tive o prazer de conviver nas viagens à Amazônia Sul-Americana durante o período do doutorado (Manaus, em 2016; Belém, Ilha de Marajó e Macapá, em 2017; Amazônia equatoriana e peruana, Rio Branco, Porto Velho e Partintins, em 2018; Alter do Chão e Santarém, em 2019), pela possibilidade de compreender mais a fundo seus modos de vida.

*“La unidad de nuestros pueblos no es simple quimera de los hombres sino inexorable decreto del destino. Unámonos y seremos invencibles.”*

Simón Bolívar.

*“O mundo amazônico deve ser economicamente viável, ecologicamente adequado, politicamente equilibrado e socialmente justo.”*

Samuel Isaac Benchimol

## RESUMO

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?** Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016). 2020. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

No início do século XXI, é possível visualizar uma revalorização sul-americana diante das transformações do sistema mundial capitalista e dos projetos de acumulação de poder e riqueza dos Estados Unidos e da China. Ao realizarem uma disputa pelo controle monopólico dos mercados e das fontes de seus recursos naturais estratégicos, incorporam a região num centro gravitacional do funcionamento e expansão do sistema. A partir do estudo da Economia Política Internacional e de uma perspectiva realista, a hipótese central da presente tese consiste na análise de como o avanço da participação estadunidense e chinesa vem impactando negativamente a América do Sul, diante das disputas pelo poder interno e pela ausência de um projeto regional. A partir de um levantamento qualitativo em termos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas, a Amazônia Sul-Americana será utilizada como estudo de caso com o objetivo de demonstrar a influência da expansão destas potências estrangeiras, a competição pelos recursos naturais estratégicos e a possibilidade da elaboração de um projeto de autonomia estratégica. Logo, uma vez que a produção científica tem como objetivo interpretar a realidade e provocar transformações na sociedade, a presente discussão sobre os impactos diretos e indiretos na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana, *vis-à-vis* os projetos de poder na arena internacional, reveste-se de importância para o meio acadêmico.

Palavras-chave: geopolítica; desenvolvimento; integração; América do Sul; Amazônia Sul-Americana; Estados Unidos; China; recursos naturais estratégicos.



## ABSTRACT

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolitics, development and integration in South America? The American and Chinese power projects in the South American Amazon (2001-2016)**. 2020. 392 f. Thesis (PhD) – International Political Economy Course, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

At the beginning of the 21st century, a South American revaluation can be seen in the face of the capitalist world system transformations, as well as the power and wealth accumulation projects of United States and China. In a dispute over the market monopoly control and the sources of their strategic natural resources, both of them incorporate the region into a gravitational center for the functioning and expansion of the system. From the study of International Political Economy and from a realistic perspective, the central hypothesis of the present thesis is the analysis of how the American and Chinese advance has been impacting negatively South America, in the face of disputes over internal power and the absence of a regional project. With a qualitative survey in geopolitical, developmentalist and integrationist terms, the South American Amazon will be used as a case study, aiming to demonstrate the foreign powers influence and expansion, the competition for strategic natural resources and the possibility of developing a strategic autonomy project. Therefore, since scientific production aims to interpret reality and bring changes into the society, the present discussion on the direct and indirect impacts in South America and the South American Amazon, when related to power projects in the international arena, is an important contribution for the academic environment.

Keywords: geopolitics; development; integration; South America; South American Amazon; United States; China; strategic natural resources.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A interseção metodológica do Estado nas relações internacionais .....	121
Figura 2 – Forças Políticas Internas: geopolítica, desenvolvimento e integração .....	127
Figura 3 – Privatismo exogenista .....	129
Figura 4 – Hibridismo sazonal .....	132
Figura 5 – Nacionalismo popular .....	134
Figura 6 – Síntese das Forças Políticas Externas americanas por períodos .....	165
Figura 7 – Síntese das Forças Políticas Externas chinesas por períodos .....	202
Figura 8 – Triângulo competitivo-cooperativo .....	207
Figura 9 – Triângulos competitivo-cooperativos – efeito e reflexos .....	208
Figura 10 – Triângulos competitivo-cooperativos – relação intertemporal .....	209
Figura 11 – Triângulos competitivo-cooperativos – Relação intertemporal com atores distintos.....	209
Figura 12 – Triângulos competitivo-cooperativos – matemática do poder .....	210
Figura 13 – Triângulos competitivo-cooperativos – Forças Políticas Internas na América do Sul e Forças Políticas Externas mundiais .....	211
Figura 14 – Triângulos competitivo-cooperativos – relações endógenas e exógenas .....	212
Figura 15 – Triângulos competitivo-cooperativos – outros atores .....	213
Figura 16 – Limite geopolítico da Amazônia Sul-Americana (OTCA) .....	220
Figura 17 – Bacia Hidrográfica da Amazônia .....	223
Figura 18 – Total de recursos hídricos renováveis, 2011 (mt <sup>3</sup> per capita por ano) .....	224
Figura 19 – Biodiversidade no mundo (indicador de biodiversidade, em 2002) .....	226
Figura 20 – Número de espécies conhecidas por região biogeográfica .....	227
Figura 21 – Fases de atividades minerárias na Amazônia (2012) .....	231
Figura 22 – Lotes petrolíferos na Amazônia, por fase de atividade .....	235
Figura 23 – Avanço do desflorestamento da Amazônia Sul-Americana (2013) .....	237
Figura 24 – Áreas desmatadas entre 2010 e 2015 nas zonas potenciais de compra de gado dos frigoríficos ativos na Amazônia Legal em 2016 .....	240
Figura 25 – Triângulos competitivo-cooperativos e os projetos de poder (2001-2016) .....	285

Figura 26 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (até 2001) .....	285
Figura 27 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (2001-2008) .....	286
Figura 28 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (2008-2016) .....	286
Figura 29 – Triângulos competitivo-cooperativos e os múltiplos atores .....	287
Figura 30 – Forças Políticas Internas dos Estados nacionais na Amazônia Sul-Americana (2001-2016) .....	288
Figura 31 – Triângulos competitivo-cooperativos – principais atores na Amazônia Sul-Americana .....	289
Figura 32 – Triângulos competitivo-cooperativos – efeito e reflexos nas configurações das FPI e FPE na Amazônia Sul-Americana .....	290
Figura 33 – Triângulos competitivo-cooperativos – matemática do poder na ruptura com a dependência .....	291

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenciação entre geopolítica e geografia política .....	25
Tabela 2 – Principais preceitos teóricos e obras literárias dos clássicos da geopolítica .....	34
Tabela 3 – Os clássicos da geopolítica brasileira .....	41
Tabela 4 – Classificação conceitual da geopolítica .....	50
Tabela 5 – Principais características do desenvolvimento-dependente .....	67
Tabela 6 – Classificação conceitual do desenvolvimento .....	86
Tabela 7 – Classificação conceitual da integração .....	112
Tabela 8 – Guerra Híbrida .....	153
Tabela 9 – Geoeconomia Híbrida .....	194
Tabela 10 – Informações da Amazônia Sul-Americana .....	219

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACR – Arranjo Contingente de Reservas

AECA – Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

APCs – Acordos Preferenciais de Comércio

API – Ângulo Político Interno

BIDA – Base Industrial de Defesa Amazônica

BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BRI – Iniciativa do Cinturão e Rota

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CBD – Convenção sobre a Diversidade Biológica

CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

CCCC – Communications Construction Company Ltd

CCPIT – Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional

CDB – Banco de Desenvolvimento da China

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CEED – Centro de Estudos Estratégicos de Defesa

CENTO – Organização do Tratado Central

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CHEC – China Harbour Engineering Company Ltd  
CHEXIM – Banco de Exportação-Importação da China  
CI – Conservation International  
CIA – Agência Central de Inteligência  
CNOOC – China National Off shore Oil Corporation  
CNPC – China National Petroleum Corporation  
COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento  
CREEC – China Railway Eryuan Engineering Group Co.  
CSFAC – China State Farm Agrobusiness Corporation  
CSNU – Conselho de Segurança da ONU  
CTG – China's Three Gorges Corporation  
EID – Eixos de Integração e Desenvolvimento  
END – Estratégia Nacional de Defesa  
EPEs – Empresas de Propriedade do Estado  
EUA – Estados Unidos da América  
FFAA – Forças Armadas  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul  
FPE – Forças Políticas Externas  
FPI – Forças Políticas Internas  
GATT – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio  
ICE – Índice de Complexidade Econômica  
IED – Investimento Externo Direto  
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
JID – Junta Interamericana de Defesa  
LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional  
LRC – Lado de Relação Competitivo-Cooperativa  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

NED – National Endowment for Democracy

NMS – Estratégia Militar Nacional (National Military Strategy)

NOCs – Companhias Nacionais de Petróleo

NRS – Nova Rota da Seda

NSS – National Security Strategy (Estratégia de Segurança Nacional)

OBOR – One Belt One Road

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSS – Escritório de Serviços Estratégicos

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PAP – Programa Amazônia Protegida

PCN – Programa Calha Norte

PDBFF – Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais

PIB – Produto Interno Bruto

PNAC – Projeto para o Novo Século Americano

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RPC – República Popular da China

SAGA – Sistema Aquífero Grande Amazônia

SFACs – Empresas estaduais chinesas de agronegócios agrícolas

SINOPEC – China Petrochemical Corporation

SIOPSELVA – Seminário Internacional de Operações na Selva

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

TCC – Triângulo Competitivo-Cooperativo

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TISA – Acordo de Comércio de Serviços

TLC's – Tratados de Livre-Comércio

TNC – The Nature Conservancy

TPP – Tratado Trans-Pacífico

TRIPs – Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

TTIP – Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

UICN – International Union for Conservation of Nature

UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US Ex-Im – Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VFP – Vértice de Força Política

WWF – World Wide Fund for Nature

ZFM – Zona Franca de Manaus



## SUMÁRIO

Introdução .....	18
1. Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? .....	23
1.1 – Geopolítica na América do Sul .....	23
1.1.1 – Teoria e história da geopolítica .....	23
1.1.2 – Por uma geopolítica sul-americana .....	42
1.2 – Desenvolvimento na América do Sul .....	52
1.2.1 – Debates sobre o desenvolvimento-dependente na América do Sul .....	52
1.2.2 – O desenvolvimento-dependente na atualidade .....	68
1.3 – Integração na América do Sul .....	88
1.3.1 – Raízes da integração sul-americana .....	88
1.3.2 – Integração regional contemporânea.....	95
1.4 – Geopolítica, desenvolvimento e integração: as Forças Políticas Internas (FPI) na América do Sul e as Forças Políticas Externas (FPE) mundiais .....	114
2. Os projetos de poder para a América do Sul: Forças Políticas Internas (FPI), Estados Unidos e China .....	125
2.1 – Forças Políticas Internas: privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular .....	125
2.1.1 – Privatismo exogenista .....	128
2.1.2 – Hibridismo sazonal .....	130
2.1.3 – Nacionalismo popular .....	133
2.2 – Os Estados Unidos e a vigilância da água monroniana .....	136
2.2.1 – O preâmbulo monroniano na América do Sul .....	136
2.2.2 – A presença estadunidense no século XXI (2001-2016) .....	141
2.2.3 – Análise dos National Security Strategy .....	156
2.3 – A China e o pouso do dragão confuciano .....	166
2.3.1 – O preâmbulo confuciano na América do Sul .....	166
2.3.2 – A presença chinesa no século XXI (2001-2016) .....	172
2.3.3 – Análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean .....	196
2.4 – Os triângulos competitivo-cooperativos de poder .....	204

3. A expansão estadunidense e chinesa na Amazônia sul-americana .....	218
3.1 – A importância dos recursos naturais da Amazônia Sul-Americana .....	218
3.1.1 – Introdução dos parâmetros da Amazônia Sul-Americana.....	218
3.1.2 – Inventário e mapeamento dos recursos naturais amazônicos .....	221
3.1.2.1) água .....	222
3.1.2.2) biodiversidade .....	225
3.1.2.3) recursos minerais e energéticos .....	230
3.1.2.4) florestas tropicais e terras .....	236
3.1.3 – Geopolítica e recursos naturais .....	241
3.1.4 – Desenvolvimento e recursos naturais .....	244
3.1.5 – Integração e recursos naturais .....	249
3.2 – A expansão estadunidense e chinesa no século XXI (2001-2016) .....	254
3.2.1 – O projeto de poder estadunidense: a guerra híbrida na Amazônia Sul- Americana .....	254
3.2.2 – O projeto de poder chinês: a geoeconomia híbrida na Amazônia Sul- Americana .....	268
3.3 – Triângulos competitivo-cooperativos na Amazônia Sul-Americana.....	282
3.4 – Por um projeto de autonomia estratégica da Amazônia Sul-Americana .....	293
3.4.1 – Geopolítico – Defesa e Soberania .....	293
3.4.2 – Desenvolvimento – Ciência, Tecnologia e Inovação .....	300
3.4.3 – Integração – Política e Infraestrutura .....	308
Considerações finais .....	316
Referências .....	322
Glossário .....	347
Apêndices .....	351
Anexos .....	368

## Introdução

No início do século XXI, alinhado às transformações do sistema mundial capitalista, uma análise dialética dos fatores específicos da realidade sul-americana é imprescindível para o estudo da Economia Política Internacional. Visualiza-se que a América do Sul se encontra entrelaçada diante dos interesses de acumulação de poder e riqueza dos dois maiores centros de poder mundiais: Estados Unidos e China. Estes realizam uma disputa pelo controle monopólico dos seus mercados e das fontes de recursos naturais estratégicos, incorporando a região num centro gravitacional do funcionamento e expansão do sistema. Assim, pressões econômicas e políticas são crescentes, tanto internas quanto externas.

Portanto, concebe-se uma revalorização sul-americana e expansão sino-americana. A partir do estudo desta disputa geográfica, política e econômica, buscar-se-á realizar um levantamento de como o avanço da participação dos Estados Unidos e da China vem impactando a América do Sul em termos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas. Levando-se em consideração as geoestratégias no provimento e competição dos recursos naturais estratégicos sul-americanos, existem fortes indícios da sua importância geoeconômica no mundo, inclusive para os futuros processos e ciclos científicos, tecnológicos e de inovação.

No caso dos Estados Unidos, a partir do momento em que despontaram como potência regional capaz de disputar o território das Américas com os europeus, sua história no sistema internacional vem se orientando pelas linhas gerais marcadas pelo presidente James Monroe (1817-1825), com a famosa mensagem de não intervenção europeia no continente americano. Assim, coube a América Latina ser a destinatária da primeira doutrina de política externa elaborada pelos estadunidenses.

Quanto à China, sua presença na região se tornou relevante concomitantemente a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, desenvolvendo sistematicamente relações comerciais e diplomáticas mais aprofundadas, tendo na publicação do “Livro Branco da China para a América Latina”, em 2008, um ponto de inflexão das agendas estratégicas na região.

Conseqüentemente, o recorte geográfico primário utilizado na presente tese consistirá na América do Sul, enquanto que o secundário será a Amazônia Sul-Americana, utilizada

como estudo de caso. Esta região se apresenta como uma das últimas fronteiras de expansão do capitalismo mundial dado, principalmente, a sua geografia. Como uma das regiões mais geoestratégicas em termos político-econômicos, principalmente com o avanço tecnológico e a necessidade de constante adaptabilidade dos países centrais com a finalidade de manutenção do seu *status quo*, tal espaço é crescentemente valorizado. Assim, a compreensão multidisciplinar da região é imperativa, haja vista que os projetos de poder das potências estrangeiras na Amazônia Sul-Americana, imenso *heartland* florestal com posição estratégica e potencialidades econômicas, decorrem das contradições intrínsecas à inserção dos países amazônicos no sistema internacional. Em outros termos, em nossa avaliação, geopolítica, desenvolvimento e integração são imperativos contíguos neste contexto, haja vista a própria disputa pelos recursos naturais estratégicos amazônicos.

Uma vez que se tem em vista compreender a expansão dos Estados Unidos e da China na região, o recorte histórico possui um duplo polo: no caso estadunidense, um recorte mais amplo é necessário, uma vez que, para a América do Sul, apesar do foco principal constituir-se nos séculos XX e XXI, a Doutrina Monroe (1823) se estabelece como marco fundamental; no chinês, a partir do ano de 2001, referente a entrada da China na OMC, início de sua estratégia de *going global* e início da ativa presença no subcontinente.

Destarte, a hipótese central é de que os projetos de poder estadunidense e chinês, diante das disputas pelo poder interno e pela ausência de um projeto geoestratégico sul-americano, impactam negativamente os países da região em termos geopolíticos (maior fragmentação territorial alinhado a menor autonomia estratégica), desenvolvimentistas (reprimarização em contraposição a uma industrialização pautada nos recursos naturais) e integracionistas (alteração de parcerias estratégicas no entorno geopolítico sul-americano e prejuízo do papel do Brasil como “motor da integração regional”), principalmente levando-se em consideração sua presença crescente na Amazônia Sul-Americana.

Como hipótese secundária, há uma crescente importância dos recursos naturais estratégicos presentes na América do Sul, refletindo o aumento da presença sino-americana na região, utilizando como estudo de caso a Amazônia Sul-Americana. Em outros termos, tal expansão é diretamente proporcional ao aumento da importância dos recursos estratégicos para a economia global.

Conforme salientado, esta pesquisa de doutorado busca uma interseção metodológica entre a geopolítica, o desenvolvimento e a integração como elementos fundamentais para uma

autonomia estratégica dos países da região sul-americana *vis-à-vis* a crescente expansão estadunidense e chinesa na região. O desafio de reflexionar a Economia Política Internacional a partir da periferia sul-americana implica conceber ideias, conceitos e hipóteses originais de acordo com nossa história e pensamento de mundo. Assim, pleiteia-se uma pesquisa que engendre uma reflexão crítica, visando estabelecer perspectivas para a mudança da condição do capitalismo dependente e periférico da América do Sul. Para tal objetivo, é fundamental compreender as configurações geopolíticas da região e a estratégia que orienta, principalmente, a política estadunidense e chinesa.

A justificativa pelo estudo de caso dos projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana se apresenta pelo agregado de elementos da geopolítica, do desenvolvimento e da integração por excelência. Em termos geopolíticos, a região é considerada uma das mais estratégicas do mundo, tanto em termos científico-tecnológicos quanto político-econômicos; em termos desenvolvimentistas, se apresenta como um espaço de possibilidades de expansão do desenvolvimento sul-americano, inclusive em perspectiva histórica; e em termos de integração, agrega oito países sul-americanos, o que enseja projetos conjuntos de caráter estratégico-cooperativo.

Adicionalmente, este trabalho se justifica a partir da carência de pesquisas nestas áreas de maneira conjunta, revigorando e ensejando novos debates, onde o estudo crítico e periférico é essencial para pensar nosso lugar no mundo a partir da perspectiva interdisciplinar da Economia Política Internacional. Concomitante e paradoxalmente, as ciências sociais e as relações internacionais, de um modo geral, possuem escassos trabalhos que discutam a articulação entre geopolítica, desenvolvimento e integração, a fim de se conjecturar: 1) a influência da expansão de potências estrangeiras na região; 2) a guerra/disputa por recursos naturais presentes na América do Sul; e 3) um projeto de autonomia estratégica regional.

O referencial teórico-conceitual consistirá numa conjunção entre a geopolítica e o realismo nas relações internacionais. Logo, realiza-se uma abordagem qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental, utilizando fontes como livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, documentos oficiais de entidades nacionais e internacionais, e cujas variáveis independentes baseiam-se na ausência de um projeto de autonomia estratégica sul-americana e amazônica, enquanto que, as variáveis dependentes, nas disputas internacionais entre os centros de poder mundiais na América do Sul.

A presente tese de doutorado está dividida em três capítulos, além desta introdução e da conclusão.

No primeiro, “*Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?*”, debate-se a elaboração e o reconhecimento de elementos analíticos para um pensamento estratégico no que se refere a uma geopolítica sul-americana, assim como a contemporaneidade e viabilidade do desenvolvimento como matriz teórica e empírica para a superação dos problemas estruturais da região, e os projetos de integração contemporâneos na América do Sul sob distintas vertentes ideológicas. Na continuação, demonstra-se que a disputa pelo poder é realizada tanto entre as Forças Políticas Internas na América do Sul, quanto pela sua relação com as Forças Políticas Externas mundiais, iniciando o questionamento se, de fato, a região sul-americana possui um projeto de geopolítica, de desenvolvimento e de integração.

No segundo capítulo, “*Os projetos de poder para a América do Sul: Forças Políticas Internas (FPI), Estados Unidos e China*”, ilustra-se a percepção das três Forças Políticas Internas na América do Sul: privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular. Subsequentemente, analisa-se a crescente presença dos Estados Unidos e da China na América do Sul, sob novas modalidades e paradigmas híbridos, e como essa expansão é inversamente proporcional a uma autonomia estratégica sul-americana, perpetrando a sua cooptação pelas Forças Políticas Externas e seus interesses estratégicos internacionais. Finaliza-se o capítulo introduzindo o conceito de triângulos competitivo-cooperativos de poder, explanando os desafios e as possibilidades das Forças Políticas Internas Sul-Americanas no sistema internacional.

No último capítulo, é realizado um mapeamento e a definição da importância dos recursos naturais estratégicos amazônicos no sistema capitalista, refletindo acerca da correlação diretamente proporcional entre a sua valorização e os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana. Desta forma, visa-se elaborar um pensamento estratégico no que se refere às relações internacionais das Forças Políticas Internas Amazônicas, ponderando as possibilidades e potencialidades diante dos triângulos competitivo-cooperativos de poder. Por fim, projeta-se uma concepção de autonomia estratégica da Amazônia Sul-Americana baseada no trinômio geopolítica, desenvolvimento e integração, destacando tópicos como Defesa e Soberania; Ciência, Tecnologia e Inovação; Política e Infraestrutura.

Os fatos introdutórios citados denotam a importância de uma estratégia para a Amazônia Sul-Americana, haja vista que novas modalidades de guerra e disputa se encontram cada vez mais presentes no sistema internacional. Esta preocupação, tão recorrente nos países centrais do sistema internacional, carece de fundamentação teórica e científica mais assertiva no contexto específico e estritamente particular das condições sul-americana e amazônicas.

Uma vez que a produção científica tem como objetivo interpretar a realidade, analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a presente discussão sobre os impactos diretos e indiretos na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana, *vis-à-vis* as disputas internacionais de poder e riqueza, reveste-se de importância para o meio acadêmico e político. Nesse contexto, uma produção crescente e qualificada de estudos pode ser o início de um processo de transformação que começa na Academia e estende seus reflexos para a realidade social.

## Capítulo 1 - Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?

### 1.1 - Geopolítica na América do Sul

*“Desde Venezuela, decimos a la América Latinocaribeña que queremos ser nosotros mismos; vamos a mirarnos entonces hacia adentro, a reconocernos en nuestras llagas y en nuestro pasado, lo que hemos sido, lo que pudimos ser y no fuimos. [...] Y después de reflexionar cartesianamente: ‘Pienso, luego existo’, la América Latina tendría que decir: ‘Soy, luego existo, pero mientras no soy, ¿Adónde voy?’.”* (CHAVEZ apud BARRIOS, 2014, pp. 59-60)

#### 1.1.1 - Teoria e história da geopolítica

##### a) O conceito de geopolítica

A conceituação da geopolítica pode parecer uma tarefa simples, mas como será visualizado no decorrer do capítulo, sua sistematização de modo homogêneo é impedido por sua própria natureza. Em outras palavras, a geopolítica só pode ser considerada se levar em consideração que os diferentes interesses nacionais no sistema internacional são assimétricos, hierárquicos e competitivos, e, concomitantemente, diferentes visões geopolíticas são desenvolvidas a fim de estabelecer relações causais em distintos espaços e tempos. Ela oferece uma proposta/visão/representação específica de mundo, que são distintas entre si, relacionadas com as condições materiais e históricas, dinâmicas e cambiantes.

A própria geografia é essencialmente um saber político, estratégico, um saber pensar o espaço com a finalidade de agir eficazmente. Segundo Spykman (apud KAPLAN, 2013, p. 31), “a geografia é o mais fundamental dos fatores da política externa dos Estados, por ser o mais permanente”, e dessa relação entre geografia e política, espaço e poder, que distintos autores buscaram definir a geopolítica: “é o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra, logo do Estado como país, como território, como região, ou, mais caracteristicamente, como Reich” (KJELLEN apud BACKHEUSER, 1952, p. 56); “é o estudo dos processos políticos que ocorrem em dependência do solo dos Estados” (BACKHEUSER, 1952, p. 67); “*geopolítica es la doctrina del espacio vital*” (VIVES, 1950, p. 79); “*es la ciencia que estudia cuál es la influencia ejercida por los factores geográficos e históricos en la vida y evolución de los Estados, a fin*



*de extraer conclusiones de carácter político*" (UGARTE, 1974, p. 42); "os raciocínios geopolíticos, isto é, tudo aquilo que mostra a complexidade das relações entre aquilo que sobrevém da política e as configurações geográficas" (LACOSTE, 2012, p. 218); "*geopolitics can be defined as the science of the relation of politics to geography [...] which includes the relationship between geography and military strategy, national development, expansion, and imperialism*" (CHILD, 1979, p. 89); "*is the impact on foreign security policies of certain geographic features [...] might also be described as the relationship between power politics and geography*" (KELLY, 1997, pp. 4-5); "a geopolítica é a influência da geografia sobre as divisões humanas" (KAPLAN, 2013, p. 62); "a geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo." (FIORI, 2014, p. 141)

A busca de uma definição se justifica para o que "a geopolítica pode ser, conceitualmente, e o desdobramento que esse instrumento pode apresentar na realidade da política internacional." (HAGE, 2016, p. 3) Em nossa visão, a geopolítica é considerada um método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de aspectos geográficos, como posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente em termos de variáveis espaciais.

No tocante à sistematização da geopolítica, os autores costumam realizar a distinção entre geografia política e geopolítica. A primeira consistiria numa disciplina da Geografia Geral que apresenta características estáticas e estuda os aspectos geográficos de determinado território, consistindo numa análise descritiva das fronteiras, rios, serras, planícies, etc. Quanto à geopolítica, seria uma ciência política que se relaciona com esses fatores físicos descritivos buscando uma aplicabilidade na formulação de políticas estratégicas; é, portanto, uma teoria do poder e dinâmica (MIYAMOTO, 1981, p. 76) que "*estudia la influencia de los factores geográficos en la vida y evolución de los estados.*" (TRIAS, 1969, p. 11)

O primeiro autor a realizar essa diferenciação foi Rudolf Kjellén. Em sua visão, a geopolítica era um ramo do direito público, e não da Geografia; deste modo, a geografia política estudava a Terra como moradia das populações humanas em suas relações com as

propriedades do espaço, enquanto que a geopolítica era a melhor compreensão da existência do Estado (VIVES, 1950, p. 60). Como atesta Costa (1992, p. 16):

Parte da tradição no setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restrito às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira.

Segundo Lautensach, em seu artigo *Wesen und Methode der Geopolitik* (1925), a atitude mental do geopolítico era "dinâmica", enquanto do geógrafo político era "estática". (UGARTE, 1974, p. 40) Assim sendo, a "*Geografía Política era como una 'instantánea fotográfica' del momento temporal en la circunstancia espacial determinada; mientras que la Geopolítica era la 'cinta cinematográfica' del mismo proceso general.*" (VIVES, 1950, pp. 61-62) Ugarte (1974, p. 42) resume as diferenças substanciais entre a geopolítica e a geografia política, como pode ser observado no quadro abaixo.

**Tabela 1 - Diferenciação entre geopolítica e geografia política**

GEOPOLÍTICA	GEOGRAFIA POLÍTICA
Ciência Política	Geografia Geral
Base: geografia política	Base: geografia humana
Estudo do desenvolvimento político, histórico e econômico de um Estado	Estudo da estrutura geográfica do Estado num momento determinado
Estudo da influência dos fatores históricos, geográficos, econômicos e de evolução do Estado com finalidades políticas	Estudo da área geográfica como moradia da sociedade humana
Estudo para servir de guia na condução política do Estado	Estudo do passado e presente do Estado (relacionado com a etnografia, religião, cultura, Governo, divisão política, organização, etc)
Dinâmica	Estática

Fonte: UGARTE, 1974, p. 42 (adaptado).

Desta assertiva incorre-se que a geopolítica é dinâmica porque as variáveis temporal e relacional modificam a importância da variável geográfica; é dinâmica na medida em que é mutável a relevância dos Estados ou arranjos internacionais, dos avanços científico-tecnológicos e das configurações econômico-militares em determinados momentos específicos da humanidade.

## b) Os precursores da geopolítica

O estudo da geopolítica tem início como disciplina com os trabalhos de dois autores que dialogam entre si na formulação dos pressupostos básicos da relação entre espaço e poder: o alemão Friedrich Ratzel e o sueco Rudolf Kjellén.

Geógrafo e etnógrafo de fins do século XIX, Ratzel é considerado o precursor da geopolítica (TOSTA, 1984, p. 7), ainda que nunca tenha utilizado o termo. Seus estudos tinham como foco a Antropogeografia e a Geografia Política, cujas obras *Anthropogeographie* (1882) e *Politische Geographie* (1897) são consideradas referências teóricas das questões geográficas, políticas e militares. (LACOSTE, 2012, p. 108)

Os conceitos de espaço (*raum*) – estudo da área ocupada por um Estado e definida por suas características físicas como extensão, forma, relevo e clima – e posição (*lage*) – o espaço sobre a terra que condiciona as relações do Estado (TOSTA, 1984, pp. 8-9), "relações recíprocas entre o espaço do Estado e o meio circundante" (MELLO, 1997, p. 8) – ocupam posição fundamental no pensamento do autor. Influenciado pelo darwinismo, desenvolve um senso orgânico e biológico da geografia (KAPLAN, 2013, pp. 82-83) e do Estado como forma de vida, uma teoria organicista que estabelece a identidade entre sociedades humanas e organismos biológicos, no qual as fronteiras móveis estariam sob constante dilatação ou retração; *i.e.*, os Estados, ao se comportarem segundo as leis que regem os organismos vivos, poderiam "expandir-se, contrair-se, viver, prosperar, decair e morrer como seres vivos" (TOSTA, 1984, p. 10), uma tendência natural à expansão e sobrevivência.

Assim, o Estado passou a ser analisado como um organismo biogeográfico que, à semelhança dos organismos biológicos, era dotado de vida própria e estava submetido, como todas as espécies vivas, a uma luta implacável pela existência. Em síntese, para Ratzel as diversas fases do ciclo vital – nascimento, crescimento, decadência e morte – , a que estavam sujeitas as espécies, constituíam também etapas necessárias da evolução dos Estados. (MELLO, 1997, p. 9)

Ainda neste tocante, o autor estabelece leis que explicam a modificação geográfica dos espaços políticos, denominadas de Leis do Crescimento Espacial dos Estados (VIVES, 1950, p. 48), diretrizes expansionistas que definem a história do crescimento estatal e da competição entre as grandes potências. A partir desse Estado orgânico-biológico surge o que Ratzel denomina de *Lebensraum*, ou espaço vital, compreendido como o território necessário para a obtenção de recursos naturais e sua transformação industrial com a finalidade de realizar seus fins políticos na disputa pela conquista do espaço.

Sendo a superfície do planeta limitada, os povos se encontravam em choque perpétuo pela conquista de novos territórios e sua sobrevivência era determinada por sua capacidade de assegurar pela força o controle do espaço vital necessário à aquisição dos meios materiais de existência. O eterno combate pela defesa ou pela conquista de espaço condicionava o processo de seleção natural em que a sobrevivência e a expansão dos povos mais fortes tinha como contrapartida a sujeição ou o aniquilamento dos povos mais fracos. (MELLO, 1997, p. 11)

Caracterizada por alguns como determinista e imperialista <sup>1</sup>, sintetizada por um Estado forte cuja unidade territorial seria comandada pelo poder central, sob uma análise do espaço e posição como meios de um aproveitamento territorial coeso e organizado, e que buscava o desenvolvimento pela conformação do espaço vital, a geografia política ratzeliana foi "instrumento ideológico de justificação e legitimação da 'via prussiana' de unificação da Alemanha, da supremacia do Reich, do nacionalismo pangermânico e da política colonial do Kaiser." (MELLO, 1997, p. 12)

Foi o catedrático de Direito e "padrinho da geopolítica" (VIVES, 1950, p.51), Kjellén, que pela primeira vez empregou o termo *geopolitik* (UGARTE, 1974, p.20) em seu trabalho *Stormakterna och Varldskrisen*, "As Grandes Potências" (1905), reafirmando suas bases em *Staten som Livsform*, "O Estado como forma de vida" (1916), tornando-a uma disciplina autônoma. Aluno de Ratzel e seu discípulo intelectual, "principalmente em seu determinismo geográfico, em seu organicismo estatal e em sua concepção de espaço vital" <sup>2</sup> (MELLO, 1997, p. 32), Kjellén procurou diferenciar essas duas formas de conhecimento projetando a teoria ratzeliana na ciência política, buscando renová-la como estudo objetivo, empírico e realístico que, além de atuar em instâncias jurídicas, também executa funções econômicas e sociais no plano interno e, no plano externo, age de forma recíproca sobre outros Estados. (TOSTA, 1984, p. 15)

Ao categorizar as sociedades humanas em termos raciais e biológicos e radicalizar o conceito de espaço vital cujo "Estado era 'escravo' de seu território e o território era o 'corpo' do Estado" (MELLO, 1997, p. 33), Kjellén afirma que o Estado possui "duas essências principais (o meio e a raça) e três secundárias (a economia, a sociedade e o governo)" (COSTA, 1992, p. 56). Deste modo, leva em consideração cinco elementos formadores do Estado: território, povo, economia, sociedade e governo (TOSTA, 1984, p. 17), considerando-os base para a divisão do estudo da ciência estatal em cinco ramos específicos: 1 - geopolítica:

---

1 "Desde entonces, para el gran público la palabra Lebensraum no representó una ordenación científica geopolítica, sino la excusa preparatoria de una inminente agresión militar." (VIVES, 1950, p. 75)

2 "Em nenhum momento Kjellen deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua 'nova ciência', intencionalmente dirigida aos 'estados-maiores' dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha." (COSTA, 1992, p. 56)

estudo do Estado como organismo no espaço e politicamente organizado, do território como organização política; 2 - ecopolítica: estudo dos processos econômicos do Estado, “a vida da nação em trabalho”; 3 - demopolítica: estudo da população, povo e da raça do Estado em suas relações políticas como nação; 4 - sociopolítica: estudo da organização da sociedade no interior do Estado; e 5 - cratopolítica: estudo da organização, do governo e da administração do Estado, a “política da forma de governo.” (MELLO, 1997, pp. 35-36) No que se refere à geopolítica especificamente, foi subdividida em três ramos: 1 - topopolítica: política pensada a partir da posição geográfica (*lage*); 2 - morfopolítica: política pensada segundo o espaço (*raum*); e 3 - fisiopolítica, política de exploração do domínio, ou seja, os recursos naturais do território. (MELLO, 1997, p. 36)

Com esta definição, Kjellén demarca a diferença existente entre a sua geopolítica e a geografia política de Ratzel, ainda que ambos sejam "um produto do contexto europeu na virada do século [...] caracterizado pela emergência das potências mundiais e, com elas, o imperialismo como forma histórica específica de relacionamento internacional." (COSTA, 1992, pp. 58-59) Não obstante, Ratzel e Kjellén, no fim do século XIX e no começo do século XX, conseguiram sistematizar conceitos básicos e princípios para os estudos geopolíticos.

#### c) Mahan, Mackinder e Spykman e as teorias do poder marítimo, terrestre e anfíbio

O almirante americano Alfred T. Mahan é considerado o pai fundador da Teoria do Poder Marítimo, ou *Sea Power*. Em seu clássico livro de 1890, *The Influence of Sea Power Upon History: 1660–1783*, ele dedica seu estudo a uma revisão histórica do poder marítimo desde os primórdios da civilização, ratificando a excelência da Inglaterra no domínio dos mares em sua época como referência para os Estados Unidos. Ao revisar os acontecimentos militares e navais dos séculos XVII e XVIII, alinhado à ideia básica de que “o domínio do mar traz a vitória na guerra e a riqueza na paz” (MELLO, 1997, p. 14), ratifica a hipótese de uma universalidade nos princípios que norteiam as operações navais, especialmente no tocante às batalhas, analisando o "poder marítimo e seus efeitos no destino nacional" (TOSTA, 1984, p. 36) e ratificando que a acumulação de riqueza da nação adviria da combinação entre comércio marítimo, possessões ultramarinas e acesso privilegiado a mercados exteriores. (BARRIOS, 2009, p. 250)

A chave do poder mundial estaria centrada no controle das rotas marítimas do comércio, que funcionam como "veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional". (VESENTINI, 2005, p. 17) Para isso, seria necessária uma opulenta marinha

mercante e uma forte marinha de guerra apoiada em pontos estratégicos controlados que, segundo Mahan (apud TOSTA, 1984, pp. 39-40), garantiria, ao comércio marítimo, "uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha da Guerra". Para o almirante, o desenvolvimento do Poder Marítimo fundamenta-se nos seguintes fatores: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, caráter nacional e instituições governamentais (MELLO, 1997, pp. 15-16), cujos requisitos básicos do poderio estratégico marítimo consistiriam na produção (com a necessária troca do produto), no transporte (através do qual a troca é realizada) e nas colônias <sup>3</sup> (que facilitam e ampliam as operações de transporte e protegem a partir dos múltiplos pontos de apoio). (COSTA, 1992, p. 72)

Segundo Mello, o livro que analisa o *Sea Power* "tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano." (MELLO, 1999, p. 15) Um dos pontos-chaves dessa geoestratégia seria a abertura e construção de um canal interoceânico <sup>4</sup> na cintura do continente americano (Anexo 1), que possibilitaria a supremacia dos Estados Unidos no continente americano – através do encurtamento da distância e a concentração das frotas, tanto mercante como de guerra, no Atlântico e no Pacífico –, engendraria o domínio do "triângulo estratégico" – com seus vértices no Panamá, no Havaí e no Alasca –, intensificaria o contato com os dois extremos da Eurásia – contendo o expansionismo japonês no Extremo Oriente e, a médio prazo, arrebatando da Inglaterra a supremacia marítima mundial – e transformaria os Estados Unidos numa grande potência marítima e insular: a ilha-continente do hemisfério ocidental. (MELLO, 1999, p. 15)

Com as conquistas territoriais, as políticas intervencionistas nos países centro-americanos e caribenhos, a secessão do istmo e abertura do canal do Panamá (1914) – e, concomitantemente, sua defesa <sup>5</sup> –, cujo real efeito seria "a transformação do Caribe de

---

3 Por defender o colonialismo, Mahan é comumente relacionado como um teórico do expansionismo, um "filósofo naval do imperialismo". (COSTA, 1992, p. 69)

4 Desde 1850 os EUA e a Inglaterra almejavam uma via de comunicação marítima entre os dois oceanos na região (Tratado de Clayton-Bulwer). Em 1901, através de novo tratado (Hay-Pauncefote), os EUA adquiriram o direito de construir, manter e controlar o referido canal. Após estimular e auxiliar militarmente um levante dos panamenhos contra a Colômbia (1903), adquiriu do Panamá a faixa de terras necessárias e iniciou a construção concluída em 1914 (ano da morte de Mahan) e que, em conjunto com a "*Navy Act*" (1916), foi a consagração da tese do poder marítimo e a afirmação dos EUA com potência mundial. (COSTA, 1992, p.68; pp. 76-77)

5 "Como una manera de asegurar la defensa del futuro canal, Mahan recomendó que antes de construirlo Estados Unidos debía adquirir Hawai y controlar militarmente cuatro rutas marítimas caribeñas al noroeste del canal: el paso de Yucatán (entre Cuba y México); el Paso de los Vientos (la principal ruta norteamericana de acceso al canal entre Cuba y Haití); el Paso de la Mona (entre Puerto Rico y la República Dominicana) y el paso de Anegada (cerca de St. Thomas, en las aguas orientales de Puerto Rico). Mahan recomendó a las elites norteamericanas la construcción de bases navales en estas zonas como paso previo a la construcción de un canal

'terminal' e 'área de tráfego local' em 'uma das maiores vias de transporte do mundo'" (KAPLAN, 2013, p. 111), a proposta de poder de Mahan ia além do Destino Manifesto de domínio divino-expansionista do continente americano; possuía repercussões políticas, econômicas e estratégicas de domínio dos mares, especialmente no Caribe e no Pacífico, alçando os Estados Unidos ao posto de nascente potência hegemônica no mundo.

Halford Mackinder foi um geógrafo britânico teórico do Poder Terrestre que, ao demonstrar a rivalidade entre oceanismo e continentalismo, defende o *Land Power* devido a sua retaguarda continental, sendo "mais propicias as condições para o poder terrestre construir uma esquadra e lançar-se ao oceano a partir de sua plataforma continental, que para o poder marítimo organizar um exército e lançar-se à terra a partir de sua base insular." (MELLO, 1999, p. 40) Suas principais obras são *The Geographical Pivot of History* (1904), *Democratic Ideals and Reality* (1919) e *The Round World and the Winning of the Peace* (1943), em que, na primeira, apresenta suas principais teorias; na segunda, desenvolve mais extensamente seus preceitos (influenciado pela Primeira Guerra Mundial e as negociações de paz da Conferência de Paris, em 1919); e na terceira, no auge da Segunda Guerra e por solicitação da revista *Foreign Affairs*, realiza um último balanço.<sup>6</sup> (MELLO, 1999, p. 62)

O autor realiza a distinção entre a Era Pré-Colombiana, anterior à expansão marítima do século XV e com prevalência do poder terrestre das estepes asiáticas; a Era Colombiana, caracterizada pelo expansionismo ultramarino europeu e pelas descobertas de novas terras no globo (COSTA, 1992, pp.79-80), com modificação da correção de forças entre Ocidente e Oriente; e a Era Pós-colombiana, no início do século XX, identificada com o encerramento do ciclo expansionista no mundo, um sistema fechado a nível mundial, onde "não havia mais oceanos ignotos a explorar, terras desconhecidas a descobrir ou novos continentes a conquistar" (MELLO, 1999, p. 28), o que acarreta numa luta pelos espaços com influência do poder terrestre. (TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998, p. 18)

Com a configuração geográfica exata do mundo, o britânico inova ao afirmar que somente existia um único Grande Oceano (*Great Ocean*), com águas contíguas que correspondem a três quartos da Terra. Do um quarto restante, dois terços correspondiam ao que ele denomina de Ilha Mundial – *World Island*, composta pela Europa, Ásia e África – e o

---

y como paso indispensable para transformar a los Estados Unidos en una superpotencia." (BORON, 2013, pp. 82-83)

<sup>6</sup> "We turn now to the main object of the present article - the drafting of an interim estimate of the value of the Heartland concept in a survey of the world preliminary to the coming settlement." (MACKINDER, 1943, p. 597)

restante às ilhas satélites da América e Austrália. (MELLO, 1999, pp. 41-42) Assim, a divisão dessa massa continental seria a *Pivot Area* (Área Pivô), a *Inner or Marginal Crescent* – Crescente Interior ou Marginal, arco interior formado pela Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China –, e a *Outer or Insular Crescent* – Crescente Exterior ou Insular, arco exterior formado pela Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Japão. O interior da Ilha Mundial, o pivô geográfico, possuía uma posição basilar oriunda das transformações técnicas (como as ferrovias transcontinentais) e econômicas que alteraram a correlação de forças em favor da mobilidade do poder terrestre, alinhada a sua imensa dimensão espacial e intensidade populacional. Na visão do autor, este espaço territorial fundamental "exercia pressão sobre as regiões marginais da Eurásia." (MELLO, 1997, p. 28)

Esta tese fora exposta pela primeira vez em seu primeiro trabalho, sendo readaptada, em 1919, para a idéia estratégica de *Heartland* (área-pivô ou coração continental), "conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre" e "núcleo basilar de grande massa eurasiática" (MELLO, 1999, p. 45), que extrapolaria até mesmo o território russo, apesar de claramente associado ao espaço soviético (Anexo 2). Era definido pelo vasto "cinturão de países que iam da Escandinávia, ao norte, à Anatólia, ao Sul, incluindo-se aí tanto o Leste Europeu quanto a Europa Central" (KAPLAN, 2013, p. 78), "o mar Báltico, o trecho navegável do Baixo e Médio Danúbio, o mar Negro." (COSTA, 1992, p. 88)

Segundo Mackinder, a exploração dos imensos recursos daquela região basilar daria ao Estado que a controlasse condições para desenvolver uma economia autárquica e um inexpugnável poder terrestre. Entrincheirado no coração do Velho Continente, esse poder terrestre auto-suficiente poderia resistir ao assédio e às pressões do poder marítimo, cujo raio de ação limitava-se às ilhas próximas e regiões costeiras da Eurásia. (MELLO, 1999, p. 16)

Ainda que Mackinder venha a complementar a idéia de *Heartland* com o novo conceito do *Midland Ocean*<sup>7</sup> (MELLO, 1999, p. 65) como um contrapeso à potência do *Heartland* via Atlântico Norte, sua tese de que o coração continental é "o pivô em torno do qual gira o destino dos grandes impérios mundiais" (KAPLAN, 2013, p. 64) é ratificada pelo axioma do seu pensamento geopolítico: "Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo." (MACKINDER apud MELLO, 1999, p. 56).

---

7 "Em termos descritivos, o conceito abarcava toda a bacia do Atlântico Norte, com seus mares subsidiários (Caribe, Báltico e Mediterrâneo), suas áreas insulares (Inglaterra, Islândia e Groelândia) e suas regiões marginais (Europa Ocidental e leste da América do Norte)." (MELLO, 1999, p. 65)



Sendo a Grã-Bretanha o centro de seu pensamento geopolítico, alerta para o perigo que representava uma possível aliança entre Alemanha e Rússia. Segundo Mello (1999, p. 56), "a configuração de um bloco de poder russo-germânico provocaria a ruptura do equilíbrio europeu, colocando em risco a posição insular e a preponderância naval britânica." (MELLO, 1999, p. 56) Desta forma, propôs que as potências vitoriosas da Primeira Guerra criassem, na Europa Oriental, uma cadeia de Estados-tampões desde o mar Báltico até os mares Negro e Adriático (MELLO, 1997, pp. 29-30), princípio que ficou conhecido como "cordão sanitário", impedindo uma futura aliança da potência européia e do coração continental eurasiático (que demonstrou ser um arranjo geopolítico frágil com a eclosão da Segunda Guerra). Em suma, "o mundo como unidade compacta, o primado da causalidade geográfica e a oposição terra-mar constituem, pois, os três grandes pilares da filosofia da história que está na origem da teoria do poder terrestre." (MELLO, 1999, p. 41)

Oriundo do grande debate entre o Poder Marítimo e o Poder Terrestre, Nicholas Spykman cria uma nova categoria: o Poder Anfíbio. Geógrafo holandês naturalizado americano do "realismo em relações internacionais e do intervencionismo em política externa americana" (MELLO, 1999, p.94), foi autor dos livros *America's Strategy in World Politics* (1942) e *The Geography of the Peace* (1944), ambos escritos durante a Segunda Guerra Mundial para uma geoestratégia e segurança dos Estados Unidos. Sua concepção de poder "combinaria permanentemente quatro elementos básicos: persuasão, compra, permuta e coerção" (COSTA, 1992, p. 173) e, em linhas gerais, pleiteava uma política de poder cujo eixo central era a influência da geografia na política exterior, o equilíbrio de poder na Eurásia via geoestratégia de contenção e a política de segurança dos Estados Unidos.

A política de contenção, "nome dado pelo poder marítimo periférico para o que o poder do *Heartland* chama de 'cerco' (*encirclement*) [...] ideia de impedir que um império comunista estendesse seu controle do *Heartland* ao *Rimland*" (KAPLAN, 2013, p. 99), foi um termo utilizado no final da década de 1940 a fim de inflamar a opinião pública no preâmbulo da Guerra Fria. Tal política "se tornou o slogan-chave que liga a atmosfera interna e as operações externas em uma única frente e garante a passagem do New Deal para a Doutrina Truman" (ANDERSON, 2015, p. 39), garantindo uma política nacional que instaurava a prerrogativa de interferir em qualquer parte do globo a partir do discurso sobre os perigos do comunismo e a necessidade de sua contenção para a segurança nacional.

No que se refere ao equilíbrio de poder, a partir de uma projeção azimutal equidistante centrada no Pólo Norte (Anexo 3), o geógrafo redimensiona o espaço e a posição dos Estados Unidos e das demais massas continentais, cuja concentração no Hemisfério Norte e proximidade geográfica entre a América do Norte e a Eurásia através do Atlântico, Pacífico e Ártico (COSTA, 1992, p. 178) consistiriam numa inédita área de confrontação, que reforça a necessidade do equilíbrio de poder mundial. Caso a Eurásia fosse dominada por um único ou conjunto de poderes, acumularia um poder não compensado<sup>8</sup> e se projetaria para o Oceano Atlântico e Pacífico e, em um movimento de pinças (oriundo desse paralelismo geográfico), cercaria o hemisfério ocidental, uma vez que "era o cerco potencial da América pela Eurásia ou da Eurásia pela América que definiria neste século as grandes linhas da política mundial." (MELLO, 1999, pp. 103-105)

Para Spykman (apud TOSTA, 1984, p. 78), "a possibilidade de cercar ou ser cercado depende dos potenciais do poder de ambos os mundos e da capacidade de integrar-se ou não, cada um deles, em uma só unidade ou coalizão política". A resolução deste dilema seria "uma participação direta americana no equilíbrio de poder eurasiático para manter divididas e neutralizadas as forças político-militares da Europa e do Extremo Oriente." (MELLO, 1999, p. 118) Assim, um excedente de poder norte-americano, a fim de projetar-se nos dois oceanos e fixar sua primeira linha de defesa transoceânica nas bordas eurasiáticas, consistiria no "principal vetor da grande estratégia estadunidense na política mundial." (MELLO, 1999, pp. 97-98)

A disputa territorial pelas "fímbrias marítimas que contornavam a grande planície central da Eurásia" (MELLO, 1999, p. 120) define a zona estratégica do poder mundial capaz de compensar o domínio da massa continental eurasiática. Para ele, o *Rimland* seria uma região de duplas-frentes, "isto é, aquelas que possuem zonas de contato tanto em direção ao centro dos continentes como às suas bordas marítimas" (COSTA, 1992, p. 179); é o "caminho circunferencial marítimo" (COSTA, 1992, p. 179), uma "vasta zona tampão de conflitos entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo" (TOSTA, 1984, p. 76), um poder anfíbio de expansão tanto pelo mar como por terra, cujas áreas marginais da Eurásia seriam, "com sua orientação marítima, crucial para o contato com o mundo exterior." (KAPLAN, 2013, p. 98)

---

<sup>8</sup> "No âmbito da política internacional, poder compensado é poder neutralizado, ao passo que poder não compensado é excedente de poder que poder ser projetado livremente no exterior. Por isso, além daquele necessário para garantir a ordem interna e a independência externa, o Estado deve buscar sempre alcançar uma margem de poder excedente que possa ser utilizado na política externa tendo em vista a obtenção da supremacia internacional." (MELLO, 1999, p. 96)

Geograficamente (Anexo 4), o *Rimland* corresponderia ao crescente interior de Mackinder <sup>9</sup>, cuja disputa e controle consistiram no "centro nevrálgico da disputa americano-soviética." (MELLO, 1999, p. 129) Para os Estados Unidos, era peça chave para o seu perímetro de segurança a contenção do expansionismo na Eurásia através do "avanço da primeira linha de defesa estadunidense para a borda eurásiana e a montagem de alianças militares com os países anfíbios e insulares do Velho Continente" (MELLO, 1999, p. 131), constatados nos pactos militares norte-americanos no auge da Guerra Fria. <sup>10</sup>

Ao buscar manter uma hegemonia incontestável e não-compartilhada no hemisfério ocidental, e uma presença ativa no hemisfério oriental (MELLO, 1999, p. 118), as teorias de Spykman giram em torno desses três conceitos: política de contenção – manter uma situação de indiscutível hegemonia no Hemisfério Ocidental –, equilíbrio de poder – assegurar o controle na Eurásia para evitar que se estabeleça um centro de poder excessivamente influente na Europa e no Extremo Oriente – e *Rimland* – impedir o seu controle pelas forças russas, enclausurando-as no interior da Eurásia sem acesso aos mares quentes.

Abaixo, é possível visualizar os principais preceitos teóricos e obras literárias dos denominados clássicos da geopolítica.

**Tabela 2 - Principais preceitos teóricos e obras literárias dos clássicos da geopolítica**

CLÁSSICOS DA GEOPOLÍTICA		
Autores	Principais teorias	Principais obras
<b>Friedrich Ratzel</b> (1844-1904)	Espaço ( <i>raum</i> ) e Posição ( <i>lage</i> ); determinismo geográfico; Estado orgânico-biológico; espaço vital ( <i>Lebensraum</i> )	Antropogeografia (1882); Geografia Política (1897)
<b>Rudolf Kjellén</b> (1864-1922)	<i>Geopolitik</i> e seus sub-ramos (topopolítica, morfopolítica e fisiopolítica)	As Grandes Potências (1905); O Estado como forma de vida (1916)

<sup>9</sup> Zonas marginais da Europa, Oriente Médio, subcontinente indiano e Extremo Oriente, entre o "anel desértico e montanhoso que circundava a planície siberiana e, por outro lado, com o semicírculo marítimo que contornava o continente eurásiano" (MELLO, 1999, p. 120), assim como "a área de contato entre o litoral da Eurásia e o cordão de mares marginais que a cercam" (TOSTA, 1984, p.79) e constituindo-se como "a via expressa marítima do tráfego comercial e militar da Ilha Mundial, conectando África e Oriente Médio ao Leste Asiático". (KAPLAN, 2013, p. 104)

<sup>10</sup> São eles: a) a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança dos Estados Unidos com os países do Rimland europeu, que vedava o acesso russo à periferia ocidental da Eurásia e ao oceano Atlântico; b) a OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), aliança dos Estados Unidos com os países do Rimland asiático, que bloqueava aos russos as saídas para o oceano Pacífico; c) CENTO (Organização do Tratado Central), aliança dos Estados Unidos com os países do Rimland do Oriente Médio, que fechava aos russos as passagens para o golfo Pérsico e o oceano Índico. (MELLO, 1999, p. 132).

<b>Alfred Mahan</b> (1840-1914)	Poder Marítimo; Triângulo estratégico (Panamá, Havaí e Alasca); Abertura do Canal do Panamá; EUA na política global	A influência do Poder Marítimo sobre a História, 1660-1782 (1890)
<b>Halford Mackinder</b> (1861-1947)	Poder Terrestre; Era pós-colombiana; Ilha Mundial ( <i>World Island</i> ); Pivô geográfico; Coração Continental ( <i>Heartland</i> ); <i>Midland Ocean</i> ; Cordão Sanitário	O Pivô Geográfico da História (1904); Ideias Democráticas e Realidade (1919); O Mundo Redondo e a Conquista da Paz (1943)
<b>Nicholas Spykman</b> (1893-1943)	Poder Anfíbio; Política de contenção; Equilíbrio de Poder; <i>Rimland</i> ; Política de segurança dos EUA	Os Estados Unidos frente ao mundo (1942); A Geografia da Paz (1944)

Fonte: elaboração própria (baseado em Vivens, 1950; Mello, 1997 e 1999; Costa, 1992; Tosta, 1984; Kaplan, 2013)

A geopolítica clássica de Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder e Spykman buscou compreender o plano internacional a partir da correlação entre espaço e poder. Agregando-se a esse pensamento clássico a *geopolitik* alemã de Haushofer<sup>11</sup> e o poder aéreo<sup>12</sup> de Seversky, a geopolítica influenciou diversas correntes de pensamento nas ciências sociais, inclusive no Brasil.

#### d) Pensamento geopolítico no Brasil

Em meados da década de 1920, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a realizar estudos geopolíticos, configurando-se como uma escola no século XX (VESENTINI, 2009, p. 195) influenciada pelos geopolíticos clássicos – que foram internalizados e adaptados – e marcada pela hegemonia do pensamento militar e suas instituições.<sup>13</sup> Segundo Costa (1992, p. 187),

11 Influenciado por Ratzel e Mackinder, Haushofer foi membro do Instituto de Geopolítica de Munique na Alemanha nazista e seus ideais baseavam-se em cinco pontos: autarquia, espaço vital, Pan-regiões, poder terrestre versus poder marítimo e fronteiras. "Em síntese, a *geopolitik* de Haushofer defendia a constituição de um bloco transcontinental eurasiático, formado por uma aliança russo-germânico-japonesa, que teria à sua disposição um excedente de poder não compensado, em termos militares, econômicos e demográficos, capaz de colocar em xeque o poder naval do império britânico." (MELLO, 1999, pp. 79-80)

12 O poder aéreo teve em Alexander P. de Seversky, William Mitchell, J. Douhet e Von Seecket os defensores de uma nova estratégia que deveria ser adotada pelas nações, ou seja, o controle dos ares. Na concepção desses autores a existência de uma força aérea eficaz é que seria determinante nos resultados de uma guerra. (MIYAMOTO, 1981, p.77) Em *A Vitória pela força aérea*, Seversky articulou teoricamente as mencionadas inovações cartográficas e tecnológicas delineando uma nova estratégia que serviria às operações militares via poder aéreo. (SEVERSKY, 1988)

13 "Beyond the important role of individual thinkers and writers lies the unique contribution of the ESG, the 'school that changed Brazil', with its special participation as both military-academic institution and national think-tank. All the contemporary geopolitical and strategic thinkers in Brazil have taught or lectured there extensively. The ESG has refined and consolidated their theories while at the same time disseminating the essence of Brazilian geopolitics to the military-technocratic elite, which gives direction and purpose to Brazil's development process and international relations." (CHILD, 1979, p. 92)

pode-se afirmar que não há no Brasil um pensamento geopolítico, e muito menos geográfico-político que possa ser definido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário. Por consequência, as possibilidades de uma avaliação crítica das teorias da área aqui desenvolvidas ficam drasticamente reduzidas, pois, desde logo, não se conta com pensamentos originais.

Apesar dessa inicial ausência nas universidades, os conceitos geopolíticos brasileiros foram incorporados nas políticas nacionais de desenvolvimento e nas relações internacionais. Segundo Miyamoto (apud FREITAS, 2004, p. 13), a geopolítica brasileira pode ser dividida em cinco fases: 1) dos pioneiros (1920-1930); 2) de amadurecimento (durante a Segunda Guerra Mundial); 3) a esguiana (com o surgimento da Escola Superior de Guerra, em 1949); 4) da ditadura militar (a partir de 1964); e 5) da transição democrática (1980-1990). Dentre os principais temas, podemos citar as discussões mais gerais acerca da coesão e integração do território nacional, inserção histórica, ameaças internas e externas, projeção de poder e perímetro de segurança, até mais específicos, como a "marcha para o oeste" no coração da Amazônia, a segurança do Atlântico Sul, África Ocidental e Antártica, acesso à energia e aos recursos naturais, a rivalidade com Argentina na Bacia do Prata (CHILD, 1979, p. 90) e "uma preocupação ou uma aspiração sobre o futuro do país, consubstanciado na ideia de um 'Brasil, grande potência', seja ela regional (na América do Sul ou, eventualmente, na América Latina e no Atlântico Sul) ou mundial". (VESENTINI, 2009, p. 197)

Everardo Backheuser foi o primeiro teórico <sup>14</sup> da denominada Escola Geopolítica Brasileira que buscava em seus estudos o "elemento propulsor e determinante dos destinos do país." (FREITAS, 2004, p. 16) Ao fornecer uma metodologia e sistematização para a geopolítica no Brasil (BACKHEUSER, 1952), influenciou o estabelecimento de uma nova política de fronteiras baseada na ocupação e desenvolvimento visando sua consolidação territorial. (CHILD, 1979, p. 90) Dentre seus princípios teóricos, os mais importantes são a teoria do grau de cultura, a redivisão administrativa (partindo dos elementos da equipotência: espaço, situação e população), a nova localização da capital (centralização) e o fortalecimento das fronteiras. (COSTA, 1992. pp. 196-199)

Considerada a primeira grande obra geopolítica brasileira, *A projeção continental do Brasil*, de Mario Travassos, ao realizar uma releitura de Mackinder, neutraliza os desequilíbrios geográficos potenciais, busca a unidade e integração territorial do país –

---

14 "A própria Escola Superior de Guerra considera como precursores da geopolítica nacional, no campo prático, Alexandre de Gusmão e o Barão do Rio Branco (Cf. ESG, 49: 31-32). O primeiro, responsável pelo Tratado de Madrid (1750), e o segundo, figura de primeiro plano na diplomacia internacional, responsável pelo traçado e fixação das modernas linhas fronteiriças nacionais, estendendo-as adentro do *hinterland* latino-americano." (MIYAMOTO, 1981, p. 78)

principalmente em direção ao oeste (COSTA, 1992, p. 205) – e delinea a projeção externa do poder nacional rumo à posição de potência sul-americana. Ao analisar os antagonismos geográficos regionais (Anexo 5), "contrapondo Atlântico ao Pacífico e a Bacia do Prata à Bacia Amazônica, reviveu em plano continental a teoria de Mackinder, fazendo do triângulo Sucre - Cochabamba - Santa Cruz de La Sierra o *pivot* da política latinoamericana" (MIYAMOTO, 1981, p. 79) (Anexo 6) e "a pedra angular da teoria geopolítica de Travassos." (MELLO, 1997, p. 63) Em realidade, o geopolítico exprime a sua preocupação com a expansão argentina na Bolívia através das redes ferroviárias (CHILD, 1979, p. 94), buscando conter a articulação terrestre (Buenos Aires – La Paz) da zona de transição entre os dois antagonismos, que garantiria à Argentina o controle do "heartland sul-americano" (Anexo 7 e 8).

Como medida destinada a conter esse domínio argentino, Travassos propõe a plena utilização, pelo Brasil, das potencialidades das vias fluviais amazônicas para uma rede de circulação que articulasse esse "heartland" boliviano à costa atlântica brasileira (a começar pela utilização do rio Madeira), apoiada pela ferrovia Madeira-Mamoré. Em suma, tratava-se, em seu esquema, de opor a "espontaneidade viária da Amazônia" ao "artificialismo da atração ferroviária platina". (COSTA, 1992, pp. 204-205)

Ao refletir sobre a projeção continental do Brasil, constata a existência de quatro regiões (MELLO, 1997, p. 76): do Brasil amazônico e do Brasil platino, que convergem para o centro geográfico do continente, e a Vertente Oriental dos Planaltos e o Nordeste Subequatorial, no qual o prolongamento forma o que denomina de "Brasil Longitudinal", cujo papel seria ligar as duas primeiras regiões "por meio da justaposição e da combinação de transportes marítimos, fluviais e terrestres". (MELLO, 1997, pp. 84-85) Da análise minuciosa da obra, Mello (1997, p. 86) resume com maestria as diretrizes de Travassos para a consecução do "destino geopolítico" brasileiro no continente sul-americano: "supremacia da vertente atlântica e da bacia amazônica; controle do triângulo estratégico boliviano e do 'heartland' continental; neutralização da bacia do Prata e influência sobre os países mediterrâneos; fortalecimento do Brasil Longitudinal e projeção continental do país."

Diante do antagonismo e "inevitável confronto" (MIYAMOTO, 1981, p. 80) entre o "Ocidente democrático-cristão e o Oriente comunista" (VESENTINI, 2009, p. 216), a defesa do primeiro é uma das variáveis estruturantes da concepção geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Este foi professor da Escola Superior de Guerra influenciado pelos teóricos da geopolítica clássica como Ratzel, Mackinder, Spykman e pelo brasileiro Travassos, e teve um papel ativo no Executivo brasileiro pós-1964: *"the power behind the 17-year-old military*

*stewardship of Brazil*" (HOGE apud KELLY, 1997, p. 89), transplantando sua teoria para a realidade prática da vida nacional.

No plano interno (FREITAS, 2004, pp. 42-46), seu planejamento estratégico é formalizado pelas Diretrizes Gerais, que definiam as grandes linhas de manobras geopolíticas para a consecução ou salvaguarda dos Objetivos Nacionais Permanentes, tendo como base a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. O autor busca "contribuir para moldar uma 'consciência nacional' em torno de que chama de 'objetivos permanentes', ou seja, uma estratégia nacional de longo prazo, para além, portanto, das conjunturas políticas." (COSTA, 1992, pp. 208-209) Ao realizar a configuração geopolítica da América do Sul em cinco áreas continentais <sup>15</sup>, afirma que a Área Geopolítica Continental de Soldadura constitui o interesse geopolítico brasileiro vital (Anexo 9) para a consolidação do "destino manifesto" na América do Sul, equivalente ao heartland sul-americano de Travassos. (MELLO, 1997, p. 126)

Na área externa, elabora seu pensamento à luz das condicionantes estruturais do conflito bipolar da Guerra Fria, alinhando a estratégia ao bloco ocidental sob comando dos Estados Unidos (EUA) (COSTA, 1992, p. 214), ressaltando o destacado papel do promontório nordestino (FREITAS, 2004, p. 47) e da vital importância brasileira na defesa da América do Sul e do Atlântico Sul. Ao formalizar a teoria dos hemisférios (Anexo 10), o general desenvolve uma perspectiva brasileira do mundo com uma projeção centrada no ecúmeno do Brasil. (SILVA, 1981, p. 81) Assim, pleiteia a ascensão do Brasil ao terceiro bastião do mundo livre (após os Estados Unidos e a Europa Ocidental), responsável pela defesa da África Ocidental e do Atlântico Sul contra a penetração do "expansionismo soviético" (MELLO, 1997, p. 109), cujo alinhamento ideológico com os Estados Unidos – "barganha leal", "satélite privilegiado", "gendarme regional" ou "sócio menor" – reivindica o papel de aliado preferencial no continente sul-americano.

A partir da noção geopolítica interna (integração e valorização do território) e externa (segurança e defesa), Freitas (2004, p. 52) sintetiza o pensamento golberyano: integração e valorização espaciais; expansionismo para o interior e projeção pacífica no exterior; contenção; participação na defesa da civilização ocidental; colaboração continental e com o mundo subdesenvolvido; e segurança ou geoestratégia nacional.

---

15 São elas: 1- Área de Reserva Geral ou Plataforma Central de Manobra; 2 - Área da Amazônia; 3 - Área Platino-Patagônica; 4 - Área Continental de Soldadura; 5 - Área do Nordeste Brasileiro. (SILVA, 1981, p. 88)

A geopolítica brasileira dos anos 1970 passa a elaborar a idéia de Brasil Potência, tendo no general Carlos de Meira Mattos um de seus principais teorizadores. (COSTA, 1992, p. 215) Seu trabalho, sob uma perspectiva realista das relações internacionais, abrange uma variedade de tópicos, desde o homem brasílico até a continentalização sul-americana, da história militar ao desenvolvimento da Amazônia, do armamento moderno à segurança atlântica, da teorização geopolítica às recomendações de políticas para elevar o *status* mundial do Brasil. (KELLY, 1997, p. 85)

A partir do conceito de potência mundial (MATTOS, 2011a, pp. 153-161), define cinco características comuns: dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica e coesão interna (FREITAS, 2004, p. 77), todos atributos presentes no Brasil. Ao projetá-lo como potência, afirma que o país deve integrar seu próprio *heartland* e desempenhar seu papel legítimo na defesa do continente americano (CHILD, 1979, pp. 91-92), ratificando a importância do Atlântico Sul (entendido como "pulmão para o mundo exterior"): "desse modo, o litoral africano, os pontos de choque oceânico (eixo Natal-Dacar; Cabo da Boa Esperança; Canal de Beagle e Estreito de Magalhães) e a Antártica substituem o triângulo geopolítico boliviano." (FREITAS, 2004, p. 84) Outro ponto de destaque é a Amazônia, "*the country's greatest security threat and its most vital national challenge*" (KELLY, 1997, p. 86), com capacidade de fomentar o desenvolvimento nacional e regional. Deste fato advém seu preceito de continentalização da hinterdândia sul-americana através da utilização de modernas tecnologias dos transportes e comunicações. Conjuntamente aos pólos de desenvolvimento (áreas fronteiriças de irradiação <sup>16</sup> (Anexo 11) ou três pólos internacionais de desenvolvimento), seriam a "unidade econômica motriz" (FREITAS, 2004, pp. 72-73) do impulso ao "progresso e a influência até os limites com os demais países amazônicos" (COSTA, 1992, p. 220), do alargamento da fronteira econômica da Pan-Amazônia – conceito de amplitude regional dos países amazônicos que consiste numa vontade política em termos de cooperação sul-americana (tendo seu ápice no Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978). (COSTA, 1992, p. 219)

Resumidamente, ao se preocupar com a projeção do Brasil no mundo, a continentalização da América do Sul e o desenvolvimento e integração da Pan-Amazônia, Meira Mattos define que é da "habilidade para vencer os múltiplos estímulos colocados pelo

---

16 Na área Norte: Boa Vista (Brasil) - Lethen (Guiana) - Santa Helena (Venezuela); na zona fronteiriça do Rio Solimões: Tabatinga (Brasil) - Letícia (Colômbia) - Ramo Castilla (Peru); e no extremo sul do arco fronteiriço amazônico: Porto Velho e Rio Branco (Brasil) - Riberalta e Cobija (Bolívia). (FREITAS, 2004, pp. 73-74)



imenso desafio da continentalização das estratégias desenvolvimentistas que dependerá a ascensão do Brasil à categoria de potência mundial." (FREITAS, 2004, p. 85)

Ao afirmar que o Brasil se encontra num "estágio de adolescência político-estratégica" e que teria a capacidade de modificar seu papel no palco da Nova Ordem Internacional com o resgate de uma política soberana, Therezinha de Castro foca seus estudos em dois pontos principais: a Antártica e a Amazônia. A Antártica constituiu o cerne do pensamento da autora por décadas, cuja potencialidade <sup>17</sup> estaria em sua "base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que venha a afetar a defesa do Atlântico Sul". (FREITAS, 2004, p. 104) A partir de um foco marítimo que busca alcançar seu legítimo lugar como poder no Atlântico Sul, Castro assenta, em fatores estratégicos, a teoria da defrontação, advogando a ocupação e delimitação de um setor brasileiro na Antártica – visando o desenvolvimento nacional e uma posição estratégica – justificada pelo fato de "sermos potência regional no continente latino-americano e o maior país do Atlântico Sul". (FREITAS, 2004, p. 106)

Em seu outro foco geopolítico, ela verifica na "geoestratégia do quadrinômio" <sup>18</sup> e no Tratado da Bacia Amazônica manifestações benéficas para o desenvolvimento da Amazônia, antecipando, inclusive, a sua cobiça internacional: "de um lado, o princípio da soberania nacional e, do outro, a crescente afirmação de uma responsabilidade mundial quanto à gestão desse patrimônio da humanidade". (FREITAS, 2004, p. 96) Surgem, assim, os preceitos "integrar para não entregar" e "preservar quando possível, mas conservar não." (FREITAS, 2004, p.99) Segundo Freitas (2004, p. 90), o núcleo central da obra de Castro seria o "estudo geopolítico e definição das coordenadas geoestratégicas visando ao reforço do papel histórico-político a ser desempenhado pelo Brasil no continente americano e no mundo; e elaboração de uma Geopolítica e Geoestratégia para a Amazônia e para a Antártica."

A "cientista da Amazônia", Bertha Becker, possuía a região como seu tema principal de pesquisa e realizou uma síntese das transformações ocorridas nas suas dinâmicas espaciais, analisando a questão do desenvolvimento vinculado à ciência e tecnologia, com desdobramentos em ações estatais. É considerada a primeira geopolítica fora do vínculo militar, propondo uma reflexão crítica e o resgate nas universidades desse campo da geografia. (COSTA, 1992, pp. 226-227) No plano internacional, sua teoria da coerção velada

---

17 "A importância da constituição de uma Antártica brasileira radica em dois outros imperativos estratégicos: previsão dos fenômenos meteorológicos e seu eventual condicionamento por potências inimigas (guerra meteorológica); controle e possível utilização das reservas de água doce aí existentes." (FREITAS, 2004, p. 105)

18 "Por 'geoestratégia do quadrinômio', a autora entende a política e os programas de colonização, integração, exploração e vigilância seguidos desde a década de 1970 pela sede do poder brasileiro." (FREITAS, 2004, p. 94)

<sup>19</sup> é fundamental para compreender os anseios geopolíticos das grandes potências na região. Além disso, ao inserir no debate amazônico o desenvolvimento via ciência e tecnologia, argumenta a necessidade de aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Entretanto, alerta para o caráter político restritivo da única e exclusiva preocupação com a preservação.

Defende que a floresta em pé deve ser pensada com novo modelo de desenvolvimento com base na ciência e tecnologia. Não se deve colocar a floresta numa redoma, mas articulá-la na produção de valor. Para isso formula a concepção de macrozoneamento, onde é necessário pensar estratégias diferentes para áreas que foram ocupadas de forma distinta ao longo dos últimos cinquenta anos de exploração da região. (KAROL, 2013, pp. 218-219)

Um mapeamento do pensamento geopolítico brasileiro pode ser observado de forma sucinta no quadro abaixo.

**Tabela 3 - Os clássicos da geopolítica brasileira**

<b>CLÁSSICOS DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA</b>		
<b>Autores</b>	<b>Principais teorias</b>	<b>Principais obras</b>
<b>Everardo Backheuser</b> (1879-1951)	Teoria do grau de cultura; Redivisão administrativa (equipotencia); Localização da capital; Fortalecimento das fronteiras	A Estrutura Política do Brasil (1926); Problemas do Brasil - Estrutura Geopolítica (1933); A Geopolítica Geral e do Brasil (1952)
<b>Mario Travassos</b> (1891-1973)	Antagonismos geopolíticos sul-americanos; Signos de inquietação política; Triângulo estratégico boliviano; Brasil longitudinal; Expressão continental do Brasil	Projeção Continental do Brasil (1933)
<b>Golbery do Couto e Silva</b> (1911-1987)	Diretrizes Gerais; Objetivos Nacionais Permanentes; Doutrina de Segurança Nacional; Cinco áreas continentais (Área Continental de Soldadura); "Destino manifesto" brasileiro; Ameaça externa; Teoria dos Hemiciclos; Barganha leal	Planejamento Estratégico (1955); Geopolítica do Brasil (1967); Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo (1980)
<b>Carlos de Meira Mattos</b> (1913-2007)	Homem brasílico; Brasil Potência; Continentalização da hinterlândia sul-americana; Atlântico Sul; Áreas de Intercâmbio fronteiro (Pólos de desenvolvimento); Pan-Amazônia; Tratado de Cooperação Amazônica (1978)	Brasil - Geopolítica e Destino (1975); A Geopolítica e as Projeções de Poder (1977); Uma Geopolítica Pan-Amazônica (1980); Geopolítica e Trópicos (1984)

<sup>19</sup> "Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados." (BECKER, 2015c, pp. 451-452)

<b>Therezinha de Castro</b> (1930-2000)	Geoestratégia do Brasil no mundo; Antártica; Atlântico Sul; Teoria da Defrontação; Amazônia; Geoestratégia do Quadrinômio	Rumo à Antártica (1976); Nossa América: Geopolítica Comparada (1994); Amazônia. Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da integração (1995)
<b>Bertha Becker</b> (1930-2013)	Desenvolvimento da Amazônia; Revolução científico-técnica; Coerção velada; Macrozoneamento	As Amazônias de Bertha Becker <sup>20</sup> (2015)

Fonte: elaboração própria (baseado em Freitas, 2004; Mello, 1997; Costa, 1992)

Segundo Vesentini (2009, p. 197), os geopolíticos brasileiros dos anos 1920-1980 tinham um projeto geopolítico para o Brasil que buscava a modernização rumo ao *status* de uma potência regional e global, "inseparável do conceito de nação". (FREITAS, 1994, p. 89) Entretanto, numa visão oposta e estigmatizada, a academia brasileira, num primeiro momento, correlacionou a geopolítica como arma do fascismo (CHIAVENATO, 1981), engendrando uma confusão entre pensamento estratégico e autoritarismo na geopolítica do Brasil. Paradoxalmente, foi somente após a instauração da ditadura militar em 1964 que "a intelectualidade brasileira passou a ver a geopolítica um instrumento teórico necessário à compreensão da prática dos novos donos do poder." (MELLO, 1997, p. 5) Assim, ao longo deste excerto da presente tese, buscou-se desmistificar o caráter negativo que a geopolítica carregou ao longo do século XX. Logo, pleiteia-se que ambos não são sinônimos, e nem a geopolítica deve ser intrinsecamente relacionada ao despotismo; ao contrário, é um método de estudo importante na promoção de um projeto estratégico nacional e regional na atualidade.

### 1.1.2 - Por uma geopolítica sul-americana

Conquanto um estudo geopolítico na América do Sul tenha sido frutífero em termos de inovações metodológicas e na própria práxis política – "*applied geopolitics in South American foreign policy*" (KELLY, 1997, p. 4) –, nos centros de pesquisa e nas universidades brasileiras é comumente relacionado unicamente à geopolítica do Brasil. Entretanto, distintos autores hispânicos se debruçaram sobre a temática geopolítica ao longo do século XX e, inclusive, tendo buscado contrabalançar o ímpeto expansionista brasileiro.

Assim, caso haja a possibilidade da denominação de uma "geopolítica sul-americana" desde o século XX, esta poderia ser estabelecida a partir de uma dupla periodização, baseado em Kelly (1997): o primeiro período, desde meados da década de 1930 (com os primeiros trabalhos geopolíticos no Brasil) até 1991 (com o fim da Guerra Fria e a assinatura do Tratado

---

<sup>20</sup> Conjunto de obras póstumas da autora.

de Assunção), caracterizado pelas rivalidades geopolíticas intra e extra-regionais (*checkerboards*<sup>21</sup> e *shatterbelts*<sup>22</sup>) e pela fragmentação política, econômica e territorial, que impossibilitava a integração dos países da América do Sul; e, num segundo momento, de 1991 até a atualidade, cuja nova ordem sul-americana estabelece um cenário marcado pela diminuição das rivalidades, autonomia continental e intensificação da cooperação e da integração política, econômica e territorial, uma vez que "*South Americans at present seem bent on shifting from previous patterns of strife and rivalry to something perhaps more productive, an accommodative regionalism.*" (KELLY, 1997, p. 215)

De modo geral, resumido no que Kelly (1997, p. 37) denomina "Doutrina da Mandala" – ciclos concêntricos e alternados de hostilidade e aliança (Anexo 12) –, a configuração de *checkerboards* e *shatterbelts* conforma a geopolítica sul-americana nesse primeiro período.

*Checkerboard and shatterbelts have formed the basic structure of South American geopolitics since colonial times, the former internally in the continent's multipolar balance-of-power configuration, the latter externally in its original separating of the Spanish and Portuguese empires in America and its later isolating of South America from the Middle American shatterbelt and beyond. The predominant checkerboard kept the continent's geopolitics largely focused inwardly on frontiers, resources and development, and the prevention of two-front wars and an escalation of conflict. There are no longer any shatterbelts in South America, but they have left South America divided, isolated, and dependent on foreign resources and technology.* (KELLY, 1997, p. 209)

Em sua maior parte, a vertente hispânica da geopolítica pertence a assuntos regionais e sub-regionais da América do Sul, cujas rivalidades e fragmentação político-econômica são características marcantes. Os temas recorrentes constituem: perda de fronteiras nacionais para vizinhos ou forças externas; integração nacional e regional como método de proteção territorial, desenvolvimento e fortalecimento do poder nacional; equilíbrio de poder continental e seu impacto na geopolítica nacional. (KELLY, 1997, pp. 84-85) Ainda, inúmeras foram as análises contestando a pretensão hegemônica e imperialista brasileira (MIYAMOTO, 1981, p. 82) a nível regional (principalmente argentinas), e norte-americana, em nível hemisférico, no qual Estados Unidos são vistos como um aliado incontestável e um intruso indesejável nos assuntos da América do Sul. (KELLY, 1997, p. 85)

---

21 "*Checkerboards* appear as multipolar balance-of-power structures that reveal a fragmentation relative to the dictum, 'My neighbor is my enemy, but my neighbor's neighbor is my friend'. These phenomena have appeared throughout the foreign affairs of republican South America." (KELLY, 1997, p. vii)

22 "*Shatterbelts* are regions where military rivalries between outside great powers tie into local contentions and bring the possibility of conflict escalation. The Soviet alliance with Cuba that challenged the United States and its Caribbean and Central America allies, for example, caused a shatterbelt to form in Middle America from approximately 1960 until the late 1980s." (KELLY, 1997, p. vii)

Inspirados, principalmente, pela geopolítica alemã – oriunda de missões militares enviadas à América do Sul, ou oficiais educados na Europa e Estados Unidos –, de forma geral, a competição por território, manutenção da segurança e acumulação de poder e riqueza configuram a geopolítica das nações hispânicas. (Apêndice 1)

Diferentemente do primeiro período, "*South American diplomacy may be moving away from checkerboards and toward accommodation more than mandala rivalry*" (KELLY, 1997, p. 209), saindo de um período de tensões nas fronteiras, disputas internas/externas de poder e autarquia político-econômica rumo à estabilidade fronteiriça, autonomia continental e integração regional. Iniciado, simbolicamente <sup>23</sup>, com a consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na região, enseja perspectivas geopolíticas distintas.

Uma das dificuldades históricas que impossibilitaram maior coesão continental pode ser compreendida pela sua própria geografia. Desde a independência politicamente dividida em nações autônomas entre si, a América do Sul não é uma entidade única; ela está profundamente segregada por barreiras naturais de complexa transposição, composta por "três grandes ilhas" divididas pela Amazônia e os Andes. A ilha oriental consiste em partes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia; a ilha setentrional abarca a Colômbia e Venezuela; enquanto a ilha ocidental, uma longa e fina faixa de terra, correspondente ao Chile, Peru e Equador (Anexo 13). Parte significativa da história sul-americana pode ser compreendida por estes fatores e, além disso, as próprias "interações intrarregionais e extrarregionais criaram esferas estratégicas diferenciadas no espaço sul-americano" (PECEQUILO, 2013, p. 101), que começam a se modificar e convergir nesta nova etapa. Neste contexto, geopolítica e integração se transformam em imperativos para o desenvolvimento das nações sul-americanas.

A nosso ver, cinco pontos principais são importantes para uma discussão metodológica e propositiva de geopolítica sul-americana: conscientização, localização, desestigmatização, ampliação e redefinição.

A conscientização é o esforço intelectual, político e ideológico para a tomada de consciência da natureza das relações humanas dentro da sociedade e, concomitantemente, de como atuar para modificar essa relação. No plano internacional, sob uma perspectiva

---

23 Simbolicamente uma vez que os intentos de integração sul-americana e diminuição das hostilidades regionais tenham se iniciado ainda na década de 1970. Entretanto, a nosso ver, a instauração do MERCOSUL é considerada um marco simbólico desse processo.

geopolítica, "é tema que deve ser considerado como determinante para compreender a visão de mundo de um determinado Estado" (CARMONA, 2014, p. 48); é a percepção de seu entorno estratégico – *"la localización, el espacio, el suelo, el clima, el mar, el conglomerado humano, etc, tiene un significado diferente para cada Estado, por cuanto no existen naciones geográficas que sean iguales, ni aun análogas."* (UGARTE, 1974, p. 37) – e potencialidades de mudança de *status quo*, seja ela de maneira isolada ou coordenada: *"como primeira aproximación, es posible sostener que no hay pueblo en plenitud sin 'autoconciencia política de su tierra' [...] para su autoconciencia requiere gestar también su 'conciencia geopolítica' mediante la unión."* (BARRIOS, 2009, p. 195)

O próprio movimento de construção de uma geopolítica sul-americana depende do autoconhecimento de/entre cada Estado, de seus laços históricos, políticos e econômicos, "que guardam, na diversidade dos meios físicos e humanos que as caracterizam, certa identidade cultural, religiosa e social." (ALMEIDA, 2006, p. 16) Tal constatação enseja uma geopolítica conjunta e conciliatória, cujo papel da integração regional converge para este fim. Assim, toda a sociedade, temporal e espacialmente, define formas particulares de relação com seu espaço, valorizando-o de acordo com seu projeto de poder.

Entendida essa relação geral como um processo de valorização, resta questionar em que medida e qualidade aí se incluem os fatos do poder, isto é, se a universalidade e historicidade desse processo também pressupõem, desde logo, que dele fazem parte relações geográfico-políticas reais. Isto implica aceitar que a ideia de que toda sociedade organizada para a vida comunitária, o trabalho e a produção estabelece algum tipo de relação de poder e projeto para o espaço um determinado modo de operar politicamente com ele. (COSTA, 1992, pp. 24-25)

Assim, a localização – compreendida como o ato de ocupar algum lugar – se relaciona com essa conscientização e reflete a influência geográfica sobre a projeção de poder: a própria geopolítica clássica é pertencente a estratégias específicas dos países centrais de acordo com seus interesses no sistema internacional. A geopolítica não possui um caráter geral e universal, aplicável a todo e qualquer Estado nacional. As geopolíticas são, nesse sentido, específicas e relativas, *i.e.*, "cada estudo é o estudo de um autor de uma determinada nação ou país" (COSTA, 1992, pp. 13-14), que produz uma geopolítica marcada pelo seu contexto político, territorial e histórico. Assim, existem inúmeras geopolíticas de acordos com os distintos projetos estatais em disputa sob condições geográficas singulares;

*no existe en absoluto una ciencia general de la geopolítica que pueda ser aceptada por todas las organizaciones estatales. Existen tantas geopolíticas como sistemas estatales en conflicto, en lucha bajo condiciones geográficas que, por ejemplo, en el caso de potencias terrestres y potencias navales, son fundamentalmente distintas. Hay*

*una Geopolitik alemana y una géopolitique francesa; hay una geopolítica distinta para Estados Unidos e Inglaterra.* (TRIAS, 1969, p. 13)

Neste sentido, os saberes geopolíticos se tornam a vontade daquele que os manipula. Cada definição é o estudo de um autor de uma determinada nação, relacionado aos objetivos de determinado Estado ou conjunto de Estados, "mas de todo modo produzindo uma geografia política marcada pelo seu contexto político e territorial." (COSTA, 1992, pp. 13-14) Nesta linha de pensamento, busca-se um diálogo para a construção de uma geopolítica sul-americana a par de seu lugar no mundo, consciente da possibilidade de mudança de seu *status quo* via projeto estratégico e autônomo.

Outro ponto importante para uma geopolítica sul-americana é a desestigmatização (e ulterior ressignificação) da geopolítica como uma ideologia do fascismo/imperialismo, uma vez que a geopolítica "*as an approach to politico-military matters was of considerable significance up to the end of World War II, when it declined in respectability and prestige due to its association with Nazi theories of world conquest.*" (CHILD, 1979, p. 89) Esta associação da geopolítica com nazismo (e com as ditaduras, no caso sul-americano) se inicia nas décadas de 1930-40, influenciada pela sua apropriação pela Alemanha hitlerista, cuja estigmatização se tornou "consenso nas universidades européias e estadunidenses no pós-guerra". (ALBUQUERQUE, 2010, p. 71) Numa chave interpretativa, "haveria o germe do expansionismo alemão em detrimento dos países menores" (HAGE, 2016, p. 8), cuja "teoria do Lebensraum (espaço vital), que dominou o espírito geopolítico da Alemanha nazista, foi responsável pelo seu descrédito como ciência." (MATTOS, 2011a, p. 86)

Um dos principais críticos dessa perspectiva foi Yves Lacoste. Apesar de afirmar que "a geografia - serve em primeiro lugar (embora não apenas) para fazer a guerra" (LACOSTE, 2012, p. 8), ratifica que a geografia ativa se associa a um raciocínio estratégico-geográfico, com relações de poder que não sejam somente um discurso ideológico. "Poder-se-ia dizer que a geopolítica é o espectro que ronda a geografia humana há cerca de um século, e o horror e o desgosto que ela provoca se manifestam ainda hoje." (LACOSTE, 2012, p. 121) Para Lacoste, o raciocínio geopolítico consiste num instrumento conceitual que permite compreender a realidade. Entretanto,

as contradições que se podem constatar entre seus discursos mostram que não são os fundamentos epistemológicos da referência ao tempo ou ao espaço que se devem incriminar, mas as teses políticas que eles pretendem demonstrar. Sem dúvida, os nazistas deram grande destaque à geopolítica, por causa de uma certa argumentação geopolítica, mas eles utilizaram, da mesma forma, argumentos históricos ou

biológicos para fundamentar suas pretensões. Não se desqualificou a história ou a biologia por causa disso, mas proscreveu-se a geopolítica. (LACOSTE, 2012, p. 237)

Assim, tal correlação entre geopolítica e matiz ideológica do fascismo "dificilmente resistiria como justificativa para que o estudo da geopolítica seja execrado nos meios acadêmicos" (MIYAMOTO, 1981, p. 76); logo, sua ressignificação é basilar para sua utilização crescente nos centros acadêmicos e universitários; *"esta palavra tan comprometida, tan execrada, debe ser rehabilitada en su verdadero sentido"* (TRIAS, 1969, p. 8), tal qual é proposto como uma das diretrizes de uma geopolítica sul-americana, com a real incorporação de seu valor na formulação de projetos de poder.

A ampliação metodológica da análise geopolítica é um dos pontos mais sensíveis para a formulação de uma agenda de pesquisa e delimitação de um pensamento estratégico regional. Uma discussão importante se refere à preponderância do tempo em relação ao espaço na argumentação política, quer se trate de problemas nacionais, regionais ou internacionais. Nesta chave interpretativa, ambas possuem a capacidade de análise simbiótica, uma vez que é no espaço o domínio estratégico onde operam as disputas de poder.

Se o raciocínio histórico é baseado, em grande parte, sobre a distinção de diferentes tempos, a longa duração e a curta duração, para retomar a fórmula de Fernand Braudel, o raciocínio geográfico deve distinguir e articular, também, diferentes níveis de análise espacial que correspondem a levar em consideração conjuntos espaciais de grande ou de pequena dimensão. (LACOSTE, 2012, p. 231)

Além disso, tal qual definem Rodrigues e Martins (2015), uma abordagem conceitual estratégica regional pauta-se na transdisciplinaridade de temas, tais quais: descolonização do Estado (reversão da colonialidade do pensamento rumo a um pensamento do Sul que refunde o Estado moderno); desmilitarização (desatrelando a geopolítica de uma retórica militar, única e exclusivamente); ampliação metodológica (multisetorial, agregando novos atores além do Estado <sup>24</sup>; e multinível, englobando qual subramo da geopolítica, quais temas, qual enfoque

---

24 "A crítica à geografia política e a sua atualização, feitas por Claude Raffestin, partem de outras bases teóricas. Retomando as ideias de Paul Claval, ele defende enfaticamente que o grande equívoco do discurso geográfico-político é o da 'fechitização' do Estado, reduzindo a este todos os fatos relativos ao poder. Interessa-se, isto sim, 'todas as formas' de manifestação do poder na vida cotidiana das pessoas e nas suas relações com o espaço em todas as escalas, ou como diz: 'as relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa'. Sua crítica à geografia política clássica incide, por isso, especialmente nas ideias de Ratzel com o seu 'organicismo' e a 'territorialização' completa do Estado. Nessa perspectiva, ele é também radical, ao considerar que toda a geografia política que se desenvolveu após Ratzel, nesse tipo de abordagem que põe o Estado como a fonte primeira de poder político, acabou por 'ratificar aqueles pressupostos filosóficos e ideológicos' presentes no geógrafo alemão. Por isso, inspirado em H. Lefebvre, prefere uma 'geografia do poder', ou 'dos poderes'. [...] Além do Estado, observa, a relação entre espaço e poder se expressaria também a partir de outros 'atores', que vão dos 'indivíduos' às 'organizações' de todo tipo. [...] Essas 'organizações' ou 'atores coletivos', como afirma, possuiriam objetivos, estratégias e finalidades 'simples e complexas', que muitas vezes podem estar dissimuladas. De todo modo, são atores políticos que tornam a 'cinemática' do poder extremamente complexa nas sociedades contemporâneas." (COSTA, 1992, p. 333)



teórico, quais níveis de poder, quais Estados analisar); pilar de política externa (como pedra angular social do desenvolvimento econômico e social); e integração regional (geopolítica da integração para uma integração geopolítica).

Outro ponto de destaque é a diferenciação entre geopolítica e geoeconomia.<sup>25</sup> Edward N. Luttwak proclamou que as guerras militares foram substituídas pelos conflitos econômicos; Lester Thurow também desenvolveu a idéia de "guerras econômicas" (VESENTINI, 2005, pp. 31-33); para outros autores, o foco seria o uso militar para fins econômicos; outros definem de forma mais ampla, como o entrelaçamento da economia internacional, geopolítica e estratégia. Neste trabalho, geoeconomia se define como o uso de instrumentos econômicos para fins geopolíticos, tal qual pontuado por Blackwill e Harris (2016, p. 20): "*the use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations' economic actions on a country's geopolitical goals.*" Assim, caso existam ganhos geopolíticos, o custo econômico é secundário, podendo até mesmo haver gastos maiores que lucros; o que importa é estabelecer áreas de influência ou impossibilitar caminhos autônomos e independentes de outros países. (VESENTINI, 1990, p. 81)<sup>26</sup>

A redefinição da geopolítica é o ponto mais importante na construção de uma geopolítica sul-americana, o que enseja o retorno aos debates do início do capítulo de forma dialética. Ao demonstrar que a geopolítica é um método de estudo dinâmico, agrega-se que a geopolítica é um projeto estratégico; uma aspiração de acumulação de riqueza e poder; um saber não universal, não neutro e não parcial. Desta assertiva incorre-se que distintas definições geopolíticas podem ser realizadas referentes ao papel que cada país exerce no sistema internacional. Assim, realizam-se três classificações conceituais da geopolítica, denominando-as de geopolítica da dominação, geopolítica da subordinação e geopolítica da emancipação. A título de ilustração, será realizada a distinção de "Estados-economias nacionais", uma tipologia proposta por Fiori (2007, pp. 33-34; 2014, pp. 43-44):

---

25 "The logic of geopolitics is traditionally zero- sum, while the logic of economics is traditionally positive-sum. As Michael Mandelbaum put this point in his latest book, 'The heart of politics is power; the aim of economics is wealth. Power is inherently limited. The quest for power is therefore competitive. It is a 'zero- sum game.' Wealth by contrast, is limitless, which makes economics a positive- sum game.' Geoeconomics essentially combines the logic of geopolitics with the tools of economics, viewing the economic actions and options of a given state as embedded within larger realities of state power." (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 24)

26 A retomada dessa discussão é relacionada a dois fatos econômicos: a crise financeira de 2008 e a ascensão chinesa (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 21), e centra-se no uso de sete ferramentas econômicas: política comercial, política de investimento, sanções econômicas e financeiras, ciberataques, subsídios econômicos, política financeiro-monetária e energia e commodities. (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 49)

A – economias líderes/expansionistas  
 C – economias *catch up*/questionadoras

B – economias protetorados/subordinadas  
 D – economias periféricas

1. *Geopolítica da dominação*: geopolítica dos Estados que buscam reprimir, controlar, subjugar, dominar outros Estados; "são transnacionais e imperiais" (FIORI, 2007, p. 33), monopolistas, centralizadoras e expansionistas. Consiste numa geopolítica do imperialismo cujo projeto busca, na expansão do poder a partir de forças geopolíticas e geoeconômicas, ditar e definir os rumos dos países de menor desenvolvimento, constatado em três ondas: 1 - garantia de governos liberais; 2 - projetos de desestabilização política e econômica; 3 - uso coercitivo da força por meio da guerra. Tal dominação se realiza por meios diretos ou indiretos:
  - a) direta: país A expande seu poder, exerce sua influência e/ou coage de forma direta os países B, C e D por meio da força, através de recursos econômicos e militares.
  - b) indireta: país A expande seu poder, exerce sua influência e/ou coage de forma indireta os países B, C e D por meio da persuasão, através de recursos ideológicos, culturais e diplomáticos.
2. *Geopolítica da subordinação*: geopolítica dos Estados que se submetem, se associam, se tornam dependentes (conscientes ou não) de outros Estados. Consiste numa geopolítica de articulação entre as classes dominantes a nível mundial, que se vinculam e se coordenam, transcendendo as fronteiras nacionais de seu Estado, que não possui a liberdade para tomar suas próprias decisões. Possuem "acesso privilegiado aos mercados e aos capitais de suas potências protetoras em troca da sua submissão à política externa e à política monetário-financeira delas" (FIORI, 2014, p. 43), seja de forma voluntária (FARIAS, 2017, pp. 98-111) ou coagida:
  - a) voluntária: país B recebe projeção de poder do país A ao se associar e se subordinar, abdicando voluntariamente de sua autonomia.
  - b) coagida: países A', B, C ou D recebem projeção de poder do país A por meio de derrota em guerras, intervenções militares, etc.; país D recebe projeção de poder do país A por não ter condições de desafiar a ordem internacional estabelecida.
3. *Geopolítica da emancipação*: geopolítica dos Estados que buscam se emancipar, se libertar, deixar de estar sob a tutela de outros Estados. Geopolítica dos países que buscam alcançar as potências hegemônicas e questionam a hierarquia internacional de

poder através de estratégias emancipatórias; adotam medidas protecionistas direcionadas à mudança do *status quo*, "procurando superar a lacuna tecnológica, industrial e financeira que os separa das potências líderes do sistema." (FIORI, 2014, p. 44) São constantemente bloqueadas pelas grandes potências. Podem ser classificadas como autônoma e dependente:

- a) autônoma: país C busca expandir poder de forma autônoma ao modificar fluxos econômicos e políticos a nível mundial (possui excedente de poder).
- b) dependente: país D busca expandir seu poder de forma dependente por se encontrar na periferia econômica do sistema (não possui excedente de poder)

**Tabela 4 - Classificação conceitual da geopolítica**

AS TRÊS CLASSIFICAÇÕES CONCEITUAIS DA GEOPOLÍTICA			
<b>Geopolítica da dominação</b>	reprimir, controlar, subjugar, dominar	<b>direta</b>	expande poder: econômico e militar
		<b>indireta</b>	expande poder: ideológico e cultural
<b>Geopolítica da subordinação</b>	submeter, sujeitar, tornar dependente	<b>voluntária</b>	retrai poder: subordinado
		<b>coagida</b>	retrai poder: guerra ou periférico
<b>Geopolítica da emancipação</b>	emancipar, libertar, independizar	<b>autônoma</b>	aumenta poder (excedente)
		<b>dependente</b>	aumenta poder (não excedente)

Fonte: elaboração própria.

É evidente que não se postula a existência de uma relação mecânica, reducionista e unívoca entre essas classificações conceituais. Elas não são herméticas no sentido temporal (por exemplo, os Estados Unidos, no século XIX, tendo uma geopolítica da emancipação, enquanto que, no século XX, passa a ter uma geopolítica da dominação) e relacional (por exemplo, a China tendo uma geopolítica da emancipação relativa ao mundo e, concomitantemente, uma geopolítica da dominação relativa à Ásia); são estruturas hipotéticas cambiantes, que podem ajudar na melhor compreensão das relações interestatais e nas configurações geopolíticas que se configuram no tempo e no espaço.

De tal modo, numa possível geopolítica da emancipação autônoma da América do Sul, o Brasil se destaca como centro polarizador e dinamizador da integração sul-americana e possui a capacidade de ser grande *player* internacional. Entretanto, para que tal ambição ocorra, é necessária uma apropriação e proposição de um projeto estratégico, cuja análise contemporânea é pessimista, uma vez que há, a partir da década de 2010, um recrudescimento da falta de planejamento nacional e regional a partir das ofensivas conservadoras. Portanto, realizar balanços e perspectivas para a retomada deste projeto é essencial para uma geopolítica sul-americana periférica, da emancipação e da integração, cujas geopolíticas particulares de cada Estado convirjam a uma geopolítica coletiva sul-americana.

Constata-se a dificuldade de criação de uma geopolítica sul-americana conjunta a partir das distintas projeções de poder e projetos políticos dos Estados sul-americanos; entretanto, na atual configuração do sistema internacional, os países sul-americanos, de maneira autárquica, possuem poder de persuasão limitado. Portanto, "compreendida como uma orientação cooperativa e unificadora na forma de integração e na prática da política externa" (RODRIGUES, 2016b, p. 46), é imprescindível a construção de um projeto regional que contribua para a superação das estruturas históricas de atraso no sistema internacional.

Assim, buscando ensejar um diálogo com a parte subsequente e sintetizando a presente seção, ratifica-se que a influência que os padrões geográficos exercem sobre o desenvolvimento econômico das nações é, sobretudo, "um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo" (COSTA, 1992, p. 33); consiste num dentre inúmeros fatores e variáveis das diferenças sócio-econômicas no sistema internacional, distanciando-se, portanto, de um determinismo e fatalismo puro e simples. Logo, ratifica-se que a geografia *per se* não é destino, uma vez que projetos de poder podem vir a compensar seus efeitos adversos. "De fato, alguns fatores geográficos representam uma restrição ao desenvolvimento; porém, ao compreendê-los e ao elaborar políticas apropriadas para lidar com eles, podemos ajudar os países a se libertar dessas restrições." (GALLUP; GAVIRIA; LORA, 2007, p. 17)

## 1.2 – Desenvolvimento na América do Sul

Minha longa vivência das atribulações dos países que ficaram presos na armadilha do subdesenvolvimento levou-me a convicção de que o esforço requerido para daí escapar é de tal monta, que somente a formação de um amplo consenso nacional poderá fazê-lo viável. Ora, um consenso dessa ordem dificilmente pode emergir e perdurar em uma sociedade altamente estratificada e na qual os grupos dominantes possuem poderosos aliados externos. (FURTADO, 1991, p. 15)

### 1.2.1 – Debates sobre o desenvolvimento (dependente) na América do Sul

A realização de um debate acerca do desenvolvimento pode ser considerada como uma das tarefas mais complexas no ramo da ciência econômica, tal é a multiplicidade de adjetivos, definições e contradições que o termo carrega consigo. Ao longo da história, é constatada uma própria evolução do seu sentido. Ao considerar sua definição etimológica, des-envolver significaria o rompimento do que está oculto, vir a conhecer algo que está envolvido. No período medieval, o termo se relacionava como algo cíclico, que possuía, inexoravelmente, um início, meio e fim. Com o advento do positivismo, adquire uma conotação de progresso sistemático, de superação constante, um sinônimo de crescimento, progresso, avanço e prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial, "a concepção de desenvolvimento igualou-se à de progresso material, um estágio a ser atingido por todos os países do mundo." (OLIVEIRA, 2012, p. 120)

Na América do Sul, a literatura científica da temática do desenvolvimento surge num contexto específico nos anos 1950 e 1960, como crítica da teoria da modernização, ou "teoria do desenvolvimento", de abordagem sociológica nos Estados Unidos (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 19), que visava localizar os obstáculos à implantação da modernidade para toda e qualquer sociedade.

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. (SANTOS, 2000, pp. 15-16)

Para Furtado (1996, pp. 88-89), a própria hipótese de extensão ao conjunto do sistema capitalista dos modelos de desenvolvimento adotados pelos países centrais é inexecutável. Ele chega a afirmar que o mito do desenvolvimento econômico criado pelo capitalismo industrial

é um privilégio de uma minoria.<sup>27</sup> Na visão de Prebisch (2000, p. 453), a suposição de que o desenvolvimento funcionaria de modo espontâneo, sem nenhum esforço deliberado, é uma ilusão em qualquer parte da periferia mundial. Santos (2000, p. 21) desmistifica a noção do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento, cujo atraso dos países subdesenvolvidos não poderia ser explicado pura e simplesmente pelos obstáculos ao desenvolvimento e à modernização.

Desta feita, para estes e demais autores críticos a essa abordagem do desenvolvimento nos países periféricos, há uma perda de sua relevância devido à incapacidade de reprodução do capitalismo de bem-estar social exógeno aos países centrais, limitando a periferia através de sua dependência econômica e política na economia internacional. Deste modo, tendo como eixos centrais a caracterização específica do capitalismo na América Latina, foi presenciada uma etapa de volumosa produção intelectual de 1950 a 1970, sendo o trabalho de Andre Gunder Frank (1973, pp. 24-26), "*O desenvolvimento do subdesenvolvimento*", um marco fundador da interpretação da dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 30). Este período também foi denominado por Agustín Cueva (1987, pp. 176-177) como a época de ouro das ciências sociais na região, ao configurar sua própria problemática e elaborar teorias originais acerca do desenvolvimento dependente.

A chamada teoria da dependência nascia, então, sob o signo da crescente busca de autonomia do pensamento social da região na busca por entender as mazelas e brilhos das sociedades nacionais latino-americanas. Nessa abordagem dos problemas, as economias locais tendiam a se incorporar à dinâmica do sistema capitalista global, sem serem capazes de criar um sistema econômico interno integrado e dono dos seus próprios caminhos para a acumulação de capital. (AMORIM, 2012, p. 273)

Santos (2000, pp. 26-27) afirma que as ideias centrais desta etapa inovativa do pensamento social latino-americano, propagadas devido a diversos fatores<sup>28</sup> e divergindo das teorias da modernização em voga, poderiam ser assim sumarizadas:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos

---

27 "O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico - a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito." (FURTADO, 1996, pp. 88-89)

28 De acordo com Kay (2016, p.158), o nacionalismo, diante do processo de desenvolvimento e de investimento estrangeiro, apontava uma saída para o fim da miséria e do subdesenvolvimento, através de reformas ou de revoluções. Seguindo a linha revolucionária, Osorio (2016, pp. 106-107), apresenta a Revolução Cubana, em conjunto com a interpretação da integração do processo produtivo das economias latino-americanas com o capital estrangeiro, como grande divisor de águas para a disseminação da terminologia.

diferentes do mesmo processo universal; iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; iv) A dependência não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). (SANTOS, 2000, pp. 26-27)

Diversos autores se defrontaram com o debate intelectual do desenvolvimento e da dependência na América do Sul, propondo inclusive distintas caracterizações e subdivisões. Como sugerem Martins e Valencia (2001, p. 116), "devemos falar em teorias da dependência para nos referirmos às distintas articulações metodológicas e conceituais que se estabeleceram para interpretar esse objeto." Um dos pensadores relevantes acerca do dilema desenvolvimento e dependência foi Fernando Henrique Cardoso (1993, pp. 82-83), afirmando constatar três vertentes distintas, que contribuíram para ressurgir a noção de dependência. Outro autor clássico do pensamento dependentista que buscou sistematizar as ideias centrais das distintas escolas foi Theotônio dos Santos (2000, pp. 26-27), distinguindo-as novamente em uma tríade: uma relacionada à crítica estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), outra neo-marxista, concentrada no Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO), e uma terceira corrente marxista ortodoxa. Na visão de Bresser Pereira (2010, pp. 31-41), renegando o status de teoria ao debate da dependência <sup>29</sup>, afirma que as correntes diferem em termos de duas divisões ideológicas (esquerda versus direita e nacionalismo versus cosmopolitismo), constatando três interpretações: super-exploração capitalista, dependência associada e contradição nacional-dependente. Já Amorim (2012, pp. 93-143) realiza uma abordagem da dependência a partir dos neomarxistas, cepalinos e da dominação de classe.

Outrossim, não objetiva-se adentrar no debate das distintas correntes entre si, tema de vasta literatura especializada e, como salienta Kay (2016, p. 159), "sistematizar a literatura sobre a dependência é confrontar-se com uma Torre de Babel." Busca-se formalizar as principais ideias das três correntes, visando uma ulterior discussão contemporânea. Ainda assim, para os parâmetros estabelecidos pelo presente trabalho, caracterizar-se-á o desenvolvimento-dependente na América do Sul em três paradigmas: cepalino, marxista e associado.

---

29 "Na história intelectual da América Latina, poucos tópicos têm sido tratados de forma mais confusa e imprecisa do que a 'teoria da dependência'; em primeiro lugar, porque não é uma teoria nem uma estratégia de desenvolvimento, mas uma interpretação sociológica e política da América Latina que competiu com sucesso contra a interpretação nacional burguesa e, em segundo lugar, porque não era, afinal, crítica do imperialismo como parecia ser, mas, em sua versão associada, sugeria uma associação com os países ricos." (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 31)

a) Desenvolvimento-dependente cepalino

O desenvolvimento-dependente cepalino teve como arcabouço teórico fundamental o estruturalismo, ou nacional-desenvolvimentismo (MARTINS, 2011, p. 217), cuja abordagem histórico-estrutural da concepção do sistema centro-periferia (RODRÍGUEZ, 2006, p. 72) teve em Raul Prebisch e Celso Furtado seus maiores representantes. Ao atrelar o tema do desenvolvimento e da dependência, ambos autores buscavam superar a condição periférica a partir da sua inserção na economia internacional, com que “mudar essa relação exige um conjunto de decisões e apoios políticos que necessariamente resgatem o endógeno no desenvolvimento, enquanto se orientam para superar as assimetrias.” (RODRÍGUEZ, 2006, p. 57)

Não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma "etapa" de um processo universal de desenvolvimento - como era, por exemplo, em Rostow (1956) - mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22)

Para Bresser-Pereira (2010, pp. 37-38), esta interpretação compreendeu que a crise política e econômica dos anos 1960 foi causada por uma série de fatos históricos inéditos que exigiam uma nova reformulação teórica. Ela reconhecia o caráter dependente das elites latino-americanas, que tendem a ser alienadas e cosmopolitas, e que o desenvolvimento seria exequível caso “as elites estivessem guiadas pelos interesses nacionais e não por recomendações e pressões imperiais ou, em outras palavras, sempre que fatores nacionais prevalecessem sobre os fatores dependentes na definição de políticas e reformas.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, pp. 39-40)

Historicamente, a divisão da economia mundial em centros industriais e periferias primárias foi fruto da inequidade da difusão do progresso técnico, com as consequentes diferenças no crescimento da renda e no estabelecimento de um intercâmbio desigual. Tal distribuição econômica mundial era defendida pela esquematização ortodoxa exógena, e fora refutada pela análise iniciada com a equipe da Secretaria Executiva da CEPAL, sob a orientação de Raúl Prebisch, mais especificamente em seu trabalho de 1949, “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”. Assim, fora colocado em termos originais o problema da dependência externa, do papel da industrialização e da substituição de importações no quadro do desenvolvimento regional. (FURTADO, 1970, p. 222) Essa cisão, na visão estruturalista, ocasionou três fatores



fundamentais para a denominada “teoria do subdesenvolvimento”: desequilíbrio externo, subemprego estrutural e deterioração dos termos de troca.

Raúl Prebisch foi assertivo no debate da deterioração dos termos de troca ao observar as diferenças das estruturas econômicas do centro e da periferia do sistema. Para ele, os ganhos de produtividade eram internalizados no centro pela via comercial <sup>30</sup>, devido às suas características estruturais e, em contrapartida, externalizados na periferia, cujos ganhos de produtividade eram transferidos ao centro através da queda dos preços dos produtos primários exportados e da discrepância entre as relações salariais.

O centro fica em melhores condições de reter os lucros do aumento geral de sua produtividade porque nele não ocorre, como na periferia, a necessidade de o excedente de mão-de-obra ser absorvido em ocupações de produtividade mais baixa, em detrimento do nível salarial. Em outras palavras, a melhora geral da produtividade reflete-se inteiramente no aumento dos salários no centro, ao passo que na periferia uma parte dessa melhora é transferida, por meio da queda dos preços de exportação e da correspondente deterioração na relação de preços do comércio. (PREBISCH, 2011, p. 331)

Esse pensamento contradizia e rompia com a proposta clássica da teoria das vantagens comparativas ricardiana, em que a especialização nos produtos primários por parte dos países periféricos e de produtos industrializados pelo centro, agregado ao livre-comércio, promoveriam uma homogeneização entre os níveis de renda e progresso dos países. Para os cepalinos, o erro crasso das teses clássicas do comércio internacional seria a postulação de que “a especialização produtiva em bens sobre os quais se tinham vantagens comparativas propiciaria o desenvolvimento das nações que participavam nessas relações comerciais.” (OSORIO, 2009, p. 169)

Desta maneira, para a concepção estruturalista, industrialização é a fonte de superação das raízes do subdesenvolvimento periférico. Por meio de políticas de substituição de importações – cujo aumento da produção interna e diminuição das importações de manufaturados elevariam a participação no comércio internacional com bens de maior valor agregado, alinhados com o Estado planejador e coordenador – seria possível o aumento da geração de bens de maior elasticidade-renda e redução do coeficiente de importações. (PREBISCH, 2011, p. 139; 321) Em outros termos, a industrialização era peça-chave para o processo de ruptura da dependência e alavancagem do desenvolvimento na região; “era uma

---

30 “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, por meio de intensa formação de capitais. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber obter, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico.” (PREBISCH, 2011, p. 97)

condição para o crescimento porque o valor agregado *per capita* é maior nas indústrias de transformação, na medida em que elas exigem mão-de-obra mais qualificada do que a agricultura ou a mineração”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22); “ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas.” (PREBISCH, 2000, p. 72)

Na visão de Celso Furtado, o desenvolvimento dos países latino-americanos era situado numa estrutura de dependência externa desde a sua formação histórica no período pós-independência no século XIX. Logo, o subdesenvolvimento possuiria suas raízes no processo interno de exploração e no processo externo de dependência <sup>31</sup>; “não era apenas um atraso ou uma etapa do desenvolvimento, mas a consequência da subordinação política da periferia ao centro.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 27) Logo,

O sistema de divisão internacional do trabalho, que permitiu aos países latino-americanos iniciarem o seu desenvolvimento no século XIX, criava relações assimétricas que se traduziam em uma estreita dependência dos países exportadores de matérias-primas para com os centros industrializados. O desenvolvimento das relações econômicas internacionais não se fazia apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de pólos de comando que detinham o controle dos fluxos financeiros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços, etc. (...) Tratava-se, portanto, de uma forma de dependência que decorria da própria estrutura da economia mundial. (FURTADO, 1970, p. 221)

A própria participação da região no comércio internacional tenderia a ser decrescente, uma vez que “a significação dos produtos primários vem diminuindo e tende a diminuir cada vez mais no quadro da economia mundial e, mais particularmente, no do comércio internacional” (FURTADO, 1970, p. 257). Com isso, corrobora com a assertiva de Prebisch, ao afirmar a necessidade de um processo de industrialização periférica, a fim de reverter essa condição histórica.

Além da industrialização, um dos mais importantes mecanismos na busca da superação da condição periférica seria a tentativa de redução da vulnerabilidade externa das economias nacionais, submetendo-as a alguma forma de controle das relações econômico-financeiras com o exterior, assim como no próprio processo de substituição de importações e

---

31“Frequentemente, esse aparelho é controlado de fora do país, mas por toda parte ele está sujeito a ser empolgado por grupos surgidos do processo político local. Não obstante, prevalece o sentimento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas fundamentais de centros de decisão externos ao país.” (FURTADO, 1996, p. 69)

de integração interna dessas economias, reduzindo a sua dependência do sistema de divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1970, pp. 222-223)

Prebisch e Furtado afirmavam que o intercâmbio desigual, ou seja, a redução de custos não repassada aos preços dos produtos manufaturados, e a deterioração dos termos de troca, que representava a queda dos preços dos produtos primários em relação aos industrializados, eram o resultado da preservação da articulação da periferia dependente a uma divisão internacional do trabalho decadente. (MARTINS, 2011, p. 219) Esta concepção teórica

criticou a teoria econômica neoclássica com a tese da deterioração dos termos de intercâmbio; definiu a industrialização como mudança estrutural e o principal meio para se atingir o desenvolvimento econômico; apontou a “restrição externa” associada a duas elasticidades-renda perversas como razão adicional para a política de industrialização; aceitou a tese do crescimento com endividamento externo; defendeu um papel ativo do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 244)

O termo reformista surge da própria concepção da condição periférica proposto pelos estruturalistas. Esta concepção era interpretada como determinante de problemas a serem superados por planejamentos de políticas econômicas e sociais, “ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 42), em que “suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes.” (SANTOS, 2000, p. 81)

Entretanto, tal fato não retira o seu valor, revolucionando as concepções em voga a partir de uma perspectiva inovadora e latino-americana na busca de bases autônomas de desenvolvimento, em que sem um Estado interventor a desigualdade social tenderia a se intensificar, constatando-se a viabilidade do desenvolvimento nacional como uma alternativa capitalista na era de transnacionalização do capital. (TRASPADINI, 2014, pp. 186-187)

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta na década de 50 e 60, sob a influência do pensamento cepalino, já sai do debate entre civilização e barbárie, entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas conseqüências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída. (SANTOS, 2000, p. 86)

Sinteticamente, as três ideias econômicas centrais do desenvolvimento-dependente cepalino eram a industrialização, o financiamento externo e o papel do Estado. Esse tripé era o ponto central do processo de substituição de importações a fim de internalizar o progresso técnico, gerar um aumento de produtividade, elevar a acumulação interna de capital e ampliar o consumo como dinamização do mercado interno. (TRASPADINI, 2014, p. 147) Com a manutenção da estrutura internacional, “os grandes centros industriais não apenas preservam

para si o fruto da aplicação das inovações técnicas a sua própria economia, como também ficam numa posição favorável para captar uma parte do fruto que surge no progresso técnico da periferia.” (PREBISCH, 2000, p. 88) Desta constatação e das demais expostas, visualiza-se a importância das mudanças reformistas na estrutura dependente das economias latino-americanas.

#### b) Desenvolvimento-dependente marxista

A concepção do desenvolvimento-dependente marxista surge como uma contraposição crítica à concepção da CEPAL: ao reinterpretar a realidade latino-americana nas décadas de 1960 e 1970 sob um novo prisma, não negam as contribuições teóricas cepalinas, apenas buscaram soluções alternativas para a inserção dependente e periférica da região como parte integrante do sistema mundial, se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista.

Assim, ao criticar os estruturalistas, esse conjunto de autores revolucionários afirmava que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47), no qual a industrialização não resolveria os problemas estruturais da periferia, somente os colocaria em novas bases e terminaria “por também contribuir para a justificação do subdesenvolvimento em que ainda estamos afundados.” (OURIQUES, 2014, p. 141)

Dentro do pensamento crítico, essa proposta da Cepal foi alvo de muitas condenações, seja porque desenvolvimento e subdesenvolvimento fossem tratados apenas como uma diferenciação quantitativa, não percebidos como uma relação dialética de oposição e unidade, seja porque a concepção de Estado fosse neutra, como se este estivesse fora da sociedade, alheio às contradições de classe, e possuísse uma racionalidade própria e autônoma, ou ainda porque não se acreditava que a industrialização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, apenas conferindo-lhes outras formas de manifestação. (CARCANHOLO, 2010, pp. 120-121)

O enfoque do desenvolvimento-dependente revolucionário assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada, numa articulação de classes e grupos sociais que significava a existência de uma estrutura dependente em termos econômicos, sociais, políticos e ideológicos nos níveis nacional e internacional. Desta assertiva, pode-se incorrer que “o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.” (MARTINS, 2011, p. 230) A alternativa ao

modelo de desenvolvimento-dependente cepalino seria o socialismo instaurado pela via revolucionária a nível continental.<sup>32</sup>

Ruy Mauro Marini, Theôtonio dos Santos e Vânia Bambirra foram três autores que se destacaram na sistematização teórica desta corrente. Para eles, a dependência consistiria em “*una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia*” (MARINI, 1991):

*una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato.* (SANTOS, 2011, p. 361)

categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através delas, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, política e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2012, p. 38)

Em sua essência, o desenvolvimento dos países da América do Sul possui padrões particulares, que estão atrelados à situação de dominação econômica, social e política a qual estão submetidos. Assim, estes padrões específicos determinam um desenvolvimento dependente que tem como característica fundamental a exploração tanto no âmbito das próprias economias nacionais, como na relação entre estas e os grandes centros de poder mundiais. O subdesenvolvimento não seria uma primeira etapa evolutiva destinada à modernidade desenvolvida, “mas, ao contrário, característica antagônica e complementar ao processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista”. (CARCANHOLO, 2009, p. 253) Desta maneira, o “atraso” dos países dependentes latino-americanos foi uma consequência

do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (BAMBIRRA, 2012, p. 44)

---

32 “Para que as forças socialistas cumpram com maior êxito suas tarefas, devem evitar o isolamento e buscar apoio internacional. Nesse âmbito, a dimensão regional e continental surge como prioritária. O desdobramento da revolução socialista de um plano nacional para o regional permitiria desenvolver as escalas produtivas e a organização do trabalho coletivo e estabelecer um horizonte de desenvolvimento tecnológico sustentado.” (MARTINS, 2011, p. 245)

Um marco simbólico dessa corrente foi a publicação do livro de Ruy Mauro Marini, “*A dialética da dependência*”, em 1973, em que foram formuladas “as bases da economia política da dependência” e de uma “teoria marxista da dependência.” (OSORIO, 2009, p. 170) Para Ouriques (2014, p. 51), Marini havia operado “no interior da perspectiva marxiana uma particular redução sociológica, ou seja, captar o específico de nossa formação social dependente nos marcos de uma teoria de caráter universal.”

A conclusão de Marini é simples. Quanto maior for o desenvolvimento capitalista, maior será a superexploração do trabalhador na periferia e, em particular, do trabalhador latino-americano. A única solução é romper a relação de dependência e começar a construir uma nova forma de acumulação que beneficie os trabalhadores da região. (GANDASEGUI, 2009, p. 274)

Nesta concepção do capitalismo latino-americano, dois elementos formam a pedra angular e o fundamento da dependência: a superexploração do trabalho<sup>33</sup> e a transferência de valor. (OURIQUES, 2014, p. 121; OSORIO, 2009, pp.174-175; OSORIO, 2016, p. 122; MARTINS, 2011, p. 242)

No que se refere ao modo de produção fundado exclusivamente numa maior exploração do trabalhador, a superexploração do trabalho é identificada em três mecanismos: “*la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo.*” (MARINI, 1991) Em outros termos, é a “a transgressão do valor da força de trabalho pela remuneração abaixo de seu valor” (BUENO, 2016, p. 222), uma vez que existe “a necessidade dos capitalistas recuperarem parte da queda da taxa de lucro como consequência da troca desigual” (KAY, 2016, pp. 186-187), como forma de compensar as transferências de valor da periferia para o centro, e “acabam transformando parte do ‘fundo necessário de consumo do operário’ em um ‘fundo de acumulação de capital’, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo, o dependente.” (OSORIO, 2009, pp. 174-175)

O uso extensivo e intensivo da força de trabalho, somado à intensificação do grau de exploração do trabalho na atividade produtiva dependente, permite desvalorizar a composição do valor do capital, fazendo com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de

---

33 "Esse conceito começa a se esboçar em *Subdesarrollo y revolución* (1968), adquire uma forma mais sistemática em *Dialética de la dependencia* (1973) e continua a se desenvolver em *Las razones del neodesarrollismo* (1978), *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979) e *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979). Posteriormente, nos anos 1990, Marini o retoma à luz das transformações do capitalismo globalizado, principalmente através do artigo “*Proceso y tendencias de la globalización capitalista*” (1995).” (MARTINS, 2009, p. 189)

lucro. Assim sendo, "esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho." (MARINI, 2011, pp. 149-150)

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento-dependente marxista é a questão da transferência de valor. Para os teóricos, o capital internacional extrai, nas economias dependentes, mais valia extraordinária, levando a uma ação estrutural de transferência de valor ao centro capitalista, "como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro." (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, pp. 96-97) Assim, uma vez que a burguesia latino-americana não consegue utilizar o progresso técnico com a finalidade de aumentar a produtividade comparativamente ao centro "e contrabalançar a extorsão de parte de sua mais-valia, apela ao aumento da massa de valor produzido, via superexploração do trabalho, para compensar parcialmente a mais-valia perdida." (BUENO, 2016, pp. 224-225) Santos corrobora o argumento afirmando que "*de la gran parte ya sobreexplotada de la producción nacional se va una parte muy grande hacia el exterior, que no se reconvierte en forma de consumo e inversión internos dentro del sistema.*" (SANTOS, 1972, pp. 42-43)

Ao longo desses processos, para esses autores, o capital estrangeiro não foi utilizado para o pleno desenvolvimento periférico, elevando sua taxa de poupança e/ou financiando seus desequilíbrios do balanço de pagamentos; vem ocorrendo, sistematicamente, o processo inverso, de descapitalização<sup>34</sup> superior aos investimentos realizados. (SANTOS, 1972, p. 39)

A baixa competitividade produzida pelo regime de acumulação fundado na superexploração do trabalho permite que as empresas estrangeiras, estabelecidas em formações sociais em que esse processo se estrutura, mantenham altas taxas de remessas de capitais para suas regiões de origem, de onde parte e se organiza a circulação global e ampliada de seu capital, uma vez que sua liderança no processo local de acumulação é pouco ameaçada. Essas remessas, que são realizadas através de

---

34 No que se refere ao processo de descapitalização e transferência de valor, Vânia Bambirra afirma que "o desenvolvimento industrial - apesar do que achavam os teóricos do capitalismo latino-americano -, na medida em que chega a ser promovido pelo capital estrangeiro, gera os mecanismos de aprofundamento e ampliações do controle deste capital sobre o capitalismo dependente. Esses mecanismos acumulativos, em espiral, derivam da forma como as empresas imperialistas funcionam: dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa, que aumenta indiretamente através dos pagamentos dos royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia. Esta descapitalização se reflete nos déficits do balanço de pagamento. Para suprir esses déficits são requeridas 'ajudas externas', por meio de empréstimos. Os empréstimos aumentam os serviços da dívida externa e esta aumenta ainda mais os déficits, aumentando progressivamente a necessidade de mais capital estrangeiro. Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros. O capital estrangeiro se torna assim uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizador e capitalizador. É como o dependente químico: as drogas o matam, mas necessitam delas para seguir vivendo..." (BAMBIRRA, 2012, p. 143)

diversos mecanismos (pagamentos de juros e serviços do financiamento externo, envio de remessas de lucros, pagamentos de *royalties*, patentes e assistência técnica, prática de sobrepreços nas relações intrafirmas, pagamentos de fretes ou simplesmente deslocamento de capitais para regiões onde as condições macroeconômicas são mais seguras e atrativas), superam amplamente as entradas de capitais realizadas, resultando em significativo processo de expropriação de capitais e divisas. (MARTINS, 2009, pp. 199-200)

Outras abordagens dessa corrente são consideradas importantes ao se traçar o perfil do desenvolvimento-dependente na América do Sul. Dentre eles, cita-se a dependência política<sup>35</sup> na categoria de "dominantes-dominados" (BAMBIRRA, 2012, p. 113; SADER, 2009, p. 31), o subimperialismo<sup>36</sup> (MARINI, 2012, p. 130), a via revolucionária socialista<sup>37</sup>, dentre outras. Na atualidade, essa perspectiva define um país dependente devido a alguns fatores adicionais: 1) tipo de inserção no comércio exterior e, concomitantemente, a inserção na divisão internacional do trabalho; 2) balança de serviços fatorial negativa; 3) presença do capital estrangeiro na estrutura interna; e 4) superexploração do trabalho.

Além disso, é interessante notar que tal concepção teórica do desenvolvimento-dependente marxista foi a única a ter um bloqueio intelectual<sup>38</sup> (OURIQUES, 2014, pp. 46-

---

35 "A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos ‘nacionais’ internos – seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por confrontar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes." (BAMBIRRA, 2012, p. 143)

36 "Nessa época, forjou o conceito de subimperialismo. Através dele, mostrava que o nascente capital financeiro brasileiro, surgido no bojo de uma forte dependência do capital internacional, teria de enfrentar a contradição entre sua tendência expansionista – na busca de novos mercados para seus investimentos e seus produtos – e sua condição subordinada e dependente do capital internacional" (SANTOS, 2009, p. 22); "a necessidade do país de conquistar o mercado exterior é o que tenciona o subimperialismo. O Brasil é mais subimperialista do que imperialista porque não possui sua própria base tecnológica e não disputa posições no mercado internacional com os países dominantes. Consequentemente, a burguesia brasileira fez uma parceria com o imperialismo internacional, onde o capital estrangeiro expande o investimento e o lucro no Brasil, em troca do acesso a tecnologia avançada e o mercado mundial controlado pelos monopólios do mundo desenvolvido" (KAY, 2016, p. 190); tais tendências subimperialistas "consistem na exploração dos países menos desenvolvidos do globo por parte dos grandes países dependentes, como uma forma de controlar parte substancial de seus mercados; não apenas no quesito exportação, mas acima de tudo, do investimento nos setores básicos da economia – indústria ou recursos naturais – fazendo com que o país subimperialista assuma certa dominação econômica e até militar." (BAMBIRRA apud KAY, 2016, p. 191)

37 "As contradições engendradas pelo desenvolvimento dependente tenderão a se acentuar cada vez mais profundamente e necessitarão respostas cada vez mais radicais que, certamente, conduzirão a enfrentamentos agudos entre as classes dominantes e dominadas, entre a alternativa burguesa mais radical – o neofascismo – e a alternativa proletária – a revolução socialista" (BAMBIRRA, 2012, p. 223); "a teoria marxista da dependência terá que ser concebida em termos de teoria da transição ao socialismo, dado que não poder ser pensada abstratamente, ou seja, fora do desenvolvimento concreto da luta de classes." (OURIQUES, 2016, p. 154)

38 Dentre os principais motivos, tem-se a leitura unilateral da teoria da dependência nos anos 1960 e 1970, em que a vertente de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foi a mais divulgada e aceita, principalmente nos círculos acadêmicos brasileiros. Outro motivo seria o contexto da instauração das ditaduras militares na América Latina a partir da década de 1960, onde o pensamento da teoria marxista da dependência seria considerado



47). Por esse motivo e por consistir numa contribuição teórica fundamental para a compreensão da realidade empírica da América Latina, se faz necessário seu resgate e ulterior discussão com as demais, principalmente com sua versão mais conflitiva, a do desenvolvimento-dependente associado.

### c) Desenvolvimento-dependente associado

O desenvolvimento-dependente associado inaugura uma nova etapa da discussão na região. Simultaneamente, essa visão era crítica tanto aos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica da corrente reformista – apesar de afirmar uma “originalidade da cópia” (CARDOSO, 1993) das teorias keynesianas aplicadas à América Latina – quanto da revolucionária, por considerá-la estancacionista, mecanicista, catastrofista e devido à inviabilidade do socialismo nas presentes condições de dependência. (KAY, 2016, p. 177).

Para seus autores, a inovação consistiria na percepção não somente da existência de uma dominação externa, “mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado.” (CARDOSO; FALETTO, 1979, pp. 141-142) Em outras palavras, sua contribuição se basearia nas contradições complexas entre o externo e o interno, sendo um “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional.” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 139)

A dependência não é considerada meramente como uma variável externa, assim como a situação sócio-política nacional não deriva mecanicamente da dominação externa. Apesar da margem de manobra estar amplamente delimitada pelo sistema mundial, a configuração interna particular de um país determina a resposta específica aos mesmos eventos externos. (KAY, 2016, p. 173)

Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 36), as origens dessa versão derivam da Escola de Sociologia de São Paulo e do marxismo (este último abandonado posteriormente). Ela teve como seus principais formuladores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, críticos do desenvolvimento etapista (CARDOSO; FALETTO, 1979, pp. 25-26; KAY, 2016, pp. 170-171) e que visualizaram o início da dependência com a expansão dos países capitalistas originários numa estrutura econômica internacional com relações de dominação. Para eles, a noção de dependência se refere às condições de existência, funcionamento e controle do sistema político-econômico, demonstrando suas vinculações internas e externas que incidem

---

subversivo e antagônico ao sistema vigente. Assim, o próprio contexto da ditadura excluiu das discussões teóricas vários autores, impossibilitando seu debate epistemológico e difusão mais ampla.

sobre a estratificação social (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 27; p. 37): a “dependência é uma forma de articulação subordinada entre uma das duas partes de um mesmo modo de produção e/ou sobre a submissão de um modo de produção a outro”, ou ainda “um sistema em que uma estrutura desenvolvida, em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é dominante, e a estrutura subdesenvolvida, dado o caráter induzido de sua dinâmica, é dependente; e isto se aplica tanto entre países como dentro de um país.” (CARDOSO, 1993, p. 195)

A partir de um estudo histórico que integrava uma análise econômica e sociológica (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 15), o objetivo central era "esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista." (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 7) Um dos pontos principais dessa corrente teórica foi perceber a incapacidade das elites internas – através do populismo e do corporativismo (CARCANHOLO, 2009, pp. 258-259) – em desenvolver as forças produtivas e aproveitar as oportunidades dos ciclos econômicos oriundas do centro sistêmico. Assim, a constatada descapitalização das economias latino-americanas era compensada pela dependência financeira internacional, que mobilizaria os excedentes de capital nos países centrais para o mercado interno dos países dependentes, possibilitando o desenvolvimento dependente. Logo, a poupança externa financiaria seu desenvolvimento, cuja participação das empresas multinacionais na industrialização era condição *sine qua non* para atingir o crescimento.

A dependência associada partiu da premissa de que não era viável uma burguesia nacional em países em desenvolvimento porque os burgueses locais seriam essencialmente dependentes, concluindo que, em vez de tentar atingir a autonomia nacional e realizar a revolução capitalista, a melhor alternativa era associar-se aos países ricos e crescer sob sua sombra ou proteção. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 245)

Com isso, realizaram um enfoque na internacionalização do mercado interno: “expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 141) Em outros termos, seria o caráter endógeno da dependência, em que a análise de sua manifestação interna adquire uma dinâmica que está determinada pelos sistemas e composições internas de alianças das classes dominantes locais (CARDOSO; FALETTO, 1979, pp. 35-36), que, ao se articularem aos interesses das economias centrais, penetram na sociedade, "solidarizando interesses de grupos

e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado." (CARDOSO, 1993, p. 19)

Seguindo esta linha de raciocínio, Cardoso e Faletto cunham o conceito de economias de enclave. Elas são definidas como economias integradas (e controladas) pelo mercado mundial, cuja nova divisão internacional do trabalho franquearia a industrialização das economias periféricas. Assim, a produção é um prolongamento direto da economia central pelo controle das decisões de investimento oriundas de deliberações e pressões externas, e cujos lucros gerados pelo capital são apenas um fluxo de circulação pela nação dependente, incorporando a massa de capital da economia central. (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. 51) Essas economias poderiam ser divididas em dois tipos: o primeiro e mais geral, seriam setores econômicos nacionais controlados e desarticulados, devido, sobretudo, à sua incapacidade para competir na produção de mercadorias que exigem tecnicidade, sistemas de comercialização e grandes capitais; o segundo, o processo de formação de enclaves estaria diretamente conectado à expansão das economias centrais, conseguindo organizar uma produção incorporada apenas marginalmente ao mercado mundial. (CARDOSO; FALETTTO, 1979, pp. 46-47)

Ao final de sua análise, Cardoso e Faletto modificam a ideia de dependência para a de interdependência (CARDOSO; FALETTTO, 1979, pp. 142-143; CARDOSO, 1993, p. 21), cujo dinamismo da expansão capitalista de "desenvolvimento dependente e associado" (CARDOSO, 1993, p. 67) deveria ser perseguido pelos países latino-americanos para que conseguissem se inserir no quadro competitivo da economia capitalista mundial, haja vista que "seria a única alternativa para que as economias periféricas conseguissem obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornar-se-iam um pressuposto fundamental." (TRASPADINI, 2014, p. 85)

A fim de realizar um planejamento interno, o desenvolvimento-dependente associado conjuga "a ação integrada entre o capital nacional privado, o capital internacional e o Estado, com o objetivo de potencializar a internacionalização da concorrência no âmbito nacional" (TRASPADINI, 2014, p. 97). Na era do capital monopolista global, não há a possibilidade de contestar a forma de interação dos agentes externos e internos na tomada de decisões referentes às determinações de investimento, sendo a única alternativa viável de desenvolvimento a da interdependência. (TRASPADINI, 2014, pp. 116-117)

Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam portanto o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países. Os seus verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial. (SANTOS, 2000, pp. 34-35)

Em outros termos, "dependência e desenvolvimento capitalista podem marchar paralelos" (CARDOSO, 1993, p. 21), "são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim" (CARDOSO, 1993, p. 112). Ao fim e ao cabo, era a defesa da associação internacional, uma vez que seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, coligado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenizasse os efeitos da dependência. Consistia na tentativa de um "modelo econômico que pudesse aliar dependência com desenvolvimento" (MUNTEAL, 2009, p. 329), compreendida como "desenvolvimento subordinado ao capital internacional." (TRASPADINI, 2014, p. 83)

Em síntese, no quadro abaixo se pode visualizar as principais características das três perspectivas de desenvolvimento-dependente na América do Sul.

**Tabela 5 - Principais características do desenvolvimento-dependente**

<b>SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO-DEPENDENTE NA AMÉRICA DO SUL</b>			
<b>Desenvolvimento-dependente</b>	<b>Conceitos-chave</b>	<b>Principais temas</b>	<b>Principais autores</b>
<b>Cepalino</b>	Centro-periferia; Desequilíbrio externo; Subemprego estrutural; Deterioração dos termos de troca; Substituição de importações; Industrialização	Crítica à teoria das vantagens comparativas; Estado como agente indutor; Processo de industrialização substitutiva; Política internacional de redução da vulnerabilidade externa; Integração Regional	Raul Prebisch; Celso Furtado
<b>Marxista</b>	Dialética da dependência; Superexploração do trabalho; Transferência de valor; Subimperialismo; Revolução socialista	Crítica ao modelo cepalino; Desenvolvimento e subdesenvolvimento são relação dialética de oposição e unidade; Superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência pela via socialista	Ruy Mauro Marini; Theotônio dos Santos; Vânia Bambirra

<p><b>Associado</b></p>	<p>Internacionalização do mercado interno; Economias de enclave; Interdependência</p>	<p>Crítica aos marxistas (estancacionista, mecanicista, catastrofista); Manifestação interna da dependência; Poupança externa financia crescimento; Convergência entre dependência e desenvolvimento capitalista</p>	<p>Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto</p>
-------------------------	---	--	--

Fonte: elaboração própria

Após essa breve reflexão a respeito das principais características da discussão sobre o desenvolvimento-dependente na América do Sul, espera-se que tenha ficado inteligível a importância da "retomada da discussão do desenvolvimento latino-americano a partir de uma reavaliação dos projetos que foram executados até o presente em nosso continente." (TRASPADINI, 2014, p. 190) Para auxiliar na reflexão, Carcanholo buscou simplificar a importância do debate histórico-estrutural do desenvolvimento-dependente e as reminiscências dessas características na contemporaneidade:

(i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – *vis-à-vis* aos preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional. (CARCANHOLO, 2009, p. 254).

Em suma, no presente trabalho, considerar-se-á o conceito de desenvolvimento a partir da concepção de um processo deliberado de mudança social que tem como finalidade a equalização das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como em relação com sociedades e Estados que possuem padrões mais elevados de bem-estar social nas relações internacionais; enquanto que, o de dependência, a partir da intensificação de uma relação de desigualdade entre países centrais – que lideram e definem as relações econômicas e políticas no plano internacional – e periféricos – que são subordinados às regras desiguais de forma espontânea (através da livre escolha à ordem dominante) ou autoritária (condicionante do capitalismo despótico conduzido pelas economias centrais no domínio mundial).

### 1.2.2 - O desenvolvimento-dependente na atualidade

a) Um debate contemporâneo sobre o desenvolvimento

O debate sobre o desenvolvimento vem fornecendo novas ferramentas teóricas para a prática política dos Estados no sistema internacional. Vale frisar que esse diálogo entre as distintas matrizes que visam o desenvolvimento das nações é secular, advindo dos primórdios do estabelecimento da economia como disciplina que estuda a organização e aproveitamento eficiente de recursos materiais escassos.

Antes de iniciar os debates contemporâneos acerca do desenvolvimento, é interessante frisar que a questão-chave para sua compreensão é a retomada da economia política em detrimento da ciência econômica ou economia pura pós-revolução marginalista.<sup>39</sup> A Economia Política é um elemento articulado de ideias que busca oferecer uma visão do conjunto da vida social, com objetivos definidos de intervenção política, econômica e social. Assim, questões como poder e riqueza, política e economia, são vistos como partes convergentes de um todo. A própria percepção de que Estado e mercado, ainda que dirigidos por lógicas diametralmente distintas, não funcionam como universos autônomos; são inseparáveis e mutuamente condicionados.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Braudel distingue os conceitos de “economia de mercado” e de “capitalismo”, defendendo a tese de que o capitalismo é o “antimercado”, uma vez que “o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos 'normais' e o capitalismo, o lugar da acumulação dos 'grandes lucros' e dos 'grandes predadores'.” (BRAUDEL apud FIORI, 2007, pp. 14-15)

Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação de poder.” (FIORI, 2007, p. 16)

Historicamente, todos os projetos de desenvolvimento das grandes potências utilizaram um modelo próprio de economia política em suas economias nacionais, numa simbiose entre grandes capitais privados e interesses de Estado, que faziam convergir fatores endógenos e exógenos em seus projetos de poder. Assim, as ascendentes potências econômicas não seguiram, única e exclusivamente, os preceitos da ciência econômica pura, os ditames liberais “durante o período de arrancada até o momento em que já podiam ombrear

---

<sup>39</sup> A Revolução marginalista foi o termo cunhado para denominar as contribuições teóricas que fundamentam a abordagem econômica a partir da teoria do valor utilidade no final do século XIX. Essa transformação da economia política para a ciência econômica levou a formação da escola neoclássica e austríaca, buscando distanciar-se dos economistas políticos clássicos da teoria do valor trabalho.

com seus principais concorrentes da perspectiva de sua luta pelo poder e pela riqueza." (FIORI, 2014, pp. 40-41)

Sen (1999; 2002), Chang (2004) e Reinert (2016) são três autores contemporâneos que seguem esse mesmo pensamento e se inserem na discussão atual dos caminhos para o desenvolvimento das nações periféricas. Armatya Sen busca romper com a visão unidimensional da economia e desmistifica a concepção convencional do desenvolvimento, principalmente em seus livros *Sobre Ética e Economia* (1999) e *Desenvolvimento como Liberdade* (2002). Em sua visão, o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para explicar o desenvolvimento, uma vez que é essencial a ampliação dos serviços sociais possibilitadas, em grande medida, pelo financiamento do Estado e intervenção governamental ativa (SEN, 1999). Em outros termos, a expansão das liberdades reais (SEN, 2002) deve caminhar lado a lado com a consecução de metas coletivas, o que transcende, por si só, as forças do mercado. Logo, a meta principal do desenvolvimento seria a construção do bem-estar coletivo, compatibilizando a satisfação individual e a justiça coletiva.

Em seu livro *Chutando a escada*, Ha-Joon Chang (2004) se utiliza de uma perspectiva histórica para analisar as estratégias do desenvolvimento das nações e como as grandes potências, uma vez tendo alcançado um nível elevado de desenvolvimento, exercem pressão sobre os países periféricos para adotarem políticas e instituições supostamente adequadas para a alavancagem de seu crescimento. Entretanto, a evolução econômica dos países atualmente desenvolvidos contradiz e difere dos procedimentos que eles recomendam às nações mais pobres, impedindo-as de empregarem as políticas e instituições que outrora utilizaram.

Para Chang, os países em desenvolvimento devem repensar suas políticas econômicas e instituições, uma vez que é latente o fato dos

Países Atualmente Desenvolvidos terem mudado de postura, em suas políticas, de acordo com a posição relativa que passaram a ocupar na luta competitiva internacional. Em parte, isso significa “chutar a escada” deliberadamente, mas também parece decorrer da natural tendência humana a reinterpretar o passado pelo ponto de vista do presente. Quando estavam em situação de catching-up, os Países Atualmente Desenvolvidos protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. (CHANG, 2004, pp. 114-115)

Retomando autores da economia política como Friedrich List e Alexander Hamilton – que desenvolveram suas teorias contrárias à economia política cosmopolista do liberalismo

fundado por Adam Smith, visualizando no protecionismo às indústrias nascentes sólidos argumentos de economia industrial – Reinert (2016) reavalia histórica e teoricamente o conceito de desenvolvimento em seu livro *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres*. Ele critica a teoria econômica ortodoxa predominante, afirmando que a alocação ótima de recursos pelas forças do mercado não necessariamente produzirá bem-estar social, além de desmistificar a teoria-padrão do comércio internacional baseada nas vantagens comparativas e no livre-comércio.

Assim, a partir de uma base teórica schumpeteriana e institucionalista, o autor busca um desenvolvimento que sirva aos pobres do mundo, defendendo o conhecimento histórico do processo de desenvolvimento a fim de evitar políticas aparentemente lógicas, mas que são prejudiciais. A mudança de atividades de baixa qualidade (concorrência perfeita) para as de alta qualidade (concorrência imperfeita), em conjunto com economias de retornos crescentes de escala, alto valor agregado e incidência de inovações tecnológicas, é indutora de desenvolvimento econômico.<sup>40</sup>

Hermeticamente embalado na linguagem da economia – que o livro tentará desmistificar – está o incontestável fato de que os países ricos tornaram-se ricos porque durante décadas, muitas vezes séculos, seus governos e suas elites dominantes instituíram, subvencionaram e protegeram indústrias e serviços dinâmicos. Eles emularam os mais prósperos países da época, conduzindo suas estruturas produtivas para as áreas em que a mudança tecnológica se concentrava. [...] Países pobres especializam-se em atividades que têm uma ou mais das três características a seguir: (a) estão sujeitas a rendimentos decrescentes, em vez de crescentes; (b) não apresentam potencial de aprendizagem; (c) os frutos da aprendizagem, em vez de produzirem riqueza local, são repassados aos consumidores dos países ricos na forma de preços mais baixos. [...] Algumas nações se especializam em ser ricas, enquanto outras se especializam, de acordo com suas vantagens comparativas, em ser pobres. (REINERT, 2016, pp. 37-38)

Uma vez que a estrutura de desenvolvimento-dependente permanece constante, tanto pequenos quanto grandes Estados na América do Sul precisam perseguir alvos e objetivos nacionais de acordo com parâmetros e estruturas definidos globalmente; “a consequência de

---

40 "Dessa análise surgem no livro duas rotas possíveis para as diversas nações. A primeira que leva ao desenvolvimento econômico e a constituição e manutenção de atividades com retornos crescentes de escala, especialmente, mas não unicamente, manufaturas. As economias de escala permitem aumentos significativos de produtividade, pressionam salários para cima e geram lucros e excedentes tributáveis. Os salários mais altos geram maior poupança e maior demanda por bens mais sofisticados. Os excedentes tributáveis permitem aos governos taxar e investir, de preferência em infraestrutura e atividades públicas que estimulem inovações. O aumento do custo do trabalho estimula novas ondas de investimento em máquinas que poupam trabalhadores, mas aumentam ainda mais a produtividade. Assim o sistema vai se retroalimentando num ciclo virtuoso. O oposto ocorre em economias pobres que se dedicam a atividades com baixos retornos de escala, especialmente extrativismos de commodities. Os salários reais não sobem de forma consistente, pois não há ganhos de produtividade relevantes no sistema. Não há excedentes para aumentos de lucros, poupança e tributação. Nesse caso o sistema fica preso numa armadilha de pobreza; um círculo vicioso sem investimentos e inovações tecnológicas relevantes, dependente das oscilações do mercado mundial de commodities: a boa e velha história da América Latina." (GALA, 2018)



estar mais totalmente inserido na economia global significa cada vez menor espaço para uma ação política independente.” (KAY, 2009, p. 365) Em outros termos, após esse sucinto debate acerca das novas tendências e perspectivas do desenvolvimento na atualidade, pode-se considerar que o ponto fulcral, no caso sul-americano, tem como objetivo políticas sociais visando impactos econômicos, e políticas econômicas visando impactos sociais (KERSTENETZKY, 2011, p. 136), ou, em outros termos, políticas sociais economicamente orientadas, e políticas econômicas socialmente orientadas.

Neste escopo, destacam-se dois debates de extrema relevância para a compreensão da situação sul-americana no que tange ao desenvolvimento, ou não-desenvolvimento, de suas economias. O primeiro é a questão da financeirização da economia internacional, enfatizada claramente no clássico de François Chesnais, *A mundialização do capital*, e no mais recente e didático livro *A Era do capital improdutivo*, de Ladislau Dowbor. O segundo tópico consiste na desigualdade sócio-econômica global e as possibilidades de sua reversibilidade, ponto central de Thomas Piketty, em *O capital no século XXI*.

Chesnais (1996) analisa de forma contundente a hegemonia do capital financeiro na mundialização contemporânea, cujo aumento das operações financeiras dos grupos industriais e bancários se transmutam da intermediação financeira e de criação de crédito a serviço do investimento produtivo para um campo de valorização específico de operações suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros, evidenciando, assim, uma dialética excludente e destrutiva desta nova lógica do capital.

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive dos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa "dinâmica" específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à "inflação do valor dos ativos", ou seja, à formação de "capital fictício". Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riquezas para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. (CHESNAIS, 1996, p. 15)

Duas décadas se passaram desde o lançamento do livro e tais características da financeirização se encontram cada vez mais atuais. Esta mundialização do capital, outro termo para a globalização e expressão das forças do antimercado, resultou numa maior integração dos mercados financeiros a partir da liberalização e desregulamentação que culminou na abertura dos mercados nacionais. Entretanto, tal iniciativa gerou uma terceirização do

processo decisório de quem será integrado ou excluído em relação aos benefícios das finanças. Essa "valorização improdutiva do capital" consistiria numa realidade "que abrange um conjunto de mecanismos pelos quais os detentores do capital podem realizar um lucro sem ter de passar pela produção". (CHESNAIS, 1996, p. 82) Desta forma, a desregulamentação e liberalização da economia de mercado "está 'liberando' o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o 'contrato social' – o Estado previdenciário ou Welfare State." (CHESNAIS, 1996, p. 297)

Com a centralização e concentração do capital no campo monetário e financeiro, o autor afirma que os governos do Reino Unido e EUA tiveram maior responsabilidade e ensinaram a criação do sistema contemporâneo de finanças mundializadas (CHESNAIS, 1996, p. 240), onde

os EUA, o FMI e seus aliados e representantes locais, formados nas universidades americanas conforme a crença e as receitas neoliberais, conseguiram, em marcha forçada, a abertura de pequenos mercados bolsistas e especialmente a adoção da securitização da dívida pública, juntamente com a constituição de mercados domésticos de obrigações, interconectados com os mercados dos países do centro do sistema. (CHESNAIS, 1996, p. 266)

Neste protagonismo da esfera financeira global, advindo da desregulamentação monetária e financeira, da desintermediação e da abertura dos mercados financeiros nacionais (CHESNAIS, 1996, p. 261), os capitais adquirem um elevado grau de mobilidade e engendram, até mesmo, a perda de controle dos bancos centrais <sup>41</sup>, "onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais." (CHESNAIS, 1996, p. 239) Em outros termos, constata-se um oligopólio sistêmico financeiro <sup>42</sup>, em que

---

41 "Uma das conseqüências mais importantes da liberalização e da desregulamentação foi a quase completa perda de controle pelos bancos centrais, a começar pelo Federal Reserve americano, sobre a determinação do nível das taxas de juros. As taxas a médio e longo prazo são estabelecidas exclusivamente pelos operadores mais poderosos, que comandam as tendências dos mercados financeiros [...] As taxas diárias continuam sendo, em princípio, apanágio das autoridades monetárias, mas estas têm cada vez menos liberdade de movimentos diante dos agentes privados." (CHESNAIS, 1996, pp. 261-262)

42 Este oligopólio sistêmico financeiro é ratificado até mesmo por integrantes do próprio sistema. Mais recentemente, François Morin, ex-conselheiro da Banque de France, escreveu o livro *L'Hydre Mondiale: L'Oligopole Bancaire*, didático e simples para compreender os mecanismos de poder que esses grandes grupos financeiros utilizam. "Na análise de Morin estão todos: JPMorgan Chase, Bank of America, Citigroup, HSBC, Deutsche Bank, Santander, Goldman Sachs e outros, com um balanço de mais de 50 trilhões de dólares em 2013, quando o PIB mundial era de 73,5 trilhões. A relação desses gigantes financeiros com os Estados é particularmente interessante: a dívida pública mundial, de 51,8 trilhões de dólares, está no mesmo nível do volume de capital controlado pelos 28 grupos financeiros que Morin analisa, também da ordem de 50 trilhões. Os Estados, devido ao endividamento público com gigantes privados, viraram reféns e tornaram-se incapazes de regular este sistema financeiro em favor dos interesses da sociedade." (DOWBOR, 2017, p.78) O autor resume explicitamente sua experiência profissional e como os Estados se tornaram reféns da Hidra Mundial: "Cette confrontation donne une première indication claire du rapport de force qui existe aujourd'hui à l'échelle mondiale entre les pouvoirs publics et certains pouvoirs privés. Face à des États affaiblis par leur endettement, la puissance des grands acteurs bancaires privés semble scandaleuse, à plus forte raison si l'on songe que ces

determinados grupos ligados ao mundo financeirizado "estão se tornando organizações cujos interesses identificam-se sempre mais com os das instituições estritamente financeiras, não apenas por seu comum apego à ordem capitalista, mas pela natureza 'financeira-rentista' de parte de seus rendimentos." (CHESNAIS, 1996, pp. 275-276)

Dowbor (2017) é um economista brasileiro que converge com Chesnais quanto ao caráter parasitário do financeirismo econômico tal qual se apresenta na atualidade. Com uma série de referências interessantes que debatem sobre a temática, afirma que a apropriação dos recursos financeiros por corporações financeiras com a finalidade de especular, ao invés de investir, faz drenar o sistema produtivo e inviabiliza sua dinamização. "Em termos simplesmente econômicos, de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mais lucros – o ciclo de reprodução do capital –, o sistema trava o desenvolvimento. É o capitalismo improdutivo." (DOWBOR, 2017, p. 91) Logo, uma vez que a rentabilidade financeira é mais lucrativa do que o investimento produtivo, "gerou-se portanto uma dinâmica de transformação de capital produtivo em patrimônio financeiro: a economia real sugada pela financeirização planetária." (DOWBOR, 2017, p. 33)

Não há somente um escoamento dos recursos do setor produtivo para o financeiro, mas, concomitantemente, um controle político destes grupos numa estrutura articulada de poder financeiro global. Há um sistema de captura do poder público no nível dos próprios governos:

Por meio do endividamento do Estado e dos outros mecanismos vistos acima, gera-se um processo em que, cada vez mais, o governo tem de prestar contas ao "mercado", e virar as costas para a cidadania. Com isto passa a prevalecer, para a sobrevivência de um governo, não quanto ele responde aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado, ou seja, essencialmente os interesses financeiros, se sentem suficientemente satisfeitos para declará-lo "confiável". De certa forma, em vez de república, ou seja, res publica, passamos a ter uma res mercatori, coisa do mercado. (DOWBOR, 2017, p. 133)

A problemática fundamental não se concentra, portanto, na ausência de geração de riqueza, e sim em como ela é capturada pelos bancos e pelos intermediários financeiros, sem nenhuma contrapartida produtiva e social. Ou seja, esterilizam a riqueza produzida pela sociedade, não criam novas tecnologias e nem geram novos empregos, cuja única finalidade é a geração irrestrita de lucro, ainda que trave a economia e produza prejuízos sociais e ambientais.

Numa visão mais ampla, é essencial entender que a intermediação financeira não é produtiva como atividade, pois é uma atividade-meio. A sua produtividade se dá de forma indireta, quando investe os recursos captados da economia para financiar atividades produtivas, estimulando a economia real, as chamadas atividades-fins. Ao agregar as nossas poupanças para fomentar a economia, cumpre um papel positivo. Se as drena para fins especulativos, fragilizando a demanda e o investimento, é contraprodutiva, assume um papel de atravessador. (DOWBOR, 2017, p. 260)

Além de antagônico a toda e qualquer dilaceração econômica ocasionada pela financeirização improdutiva, assim como contrário a uma política de *too big to fail*<sup>43</sup> (ou ainda *too big to jail*), Dowbor (2017, p. 269) propõe uma série de medidas com a finalidade de recuperar a economia real<sup>44</sup>, afirmando que a capacidade pública de controle e regulação é fundamental contrapeso ao caráter parasitário do sistema financeiro, "tanto limitando os juros como orientando o capital para investimentos produtivos e cobrando impostos sobre patrimônio financeiro improdutivo." (DOWBOR, 2017, p. 269)

Constata-se que a maior parte da América do Sul permanece altamente dependente dos mercados financeiros internacionais, que, em troca, impõem uma série de obrigações aos governos sul-americanos. A compreensão do desenvolvimento na atualidade não pode desconsiderar os desafios que a financeirização e a globalização impôs/impõe às suas estruturas. Ainda, nos últimos anos, as políticas do capital, a reestruturação produtiva e as forças desagregadoras do capitalismo financeiro-especulativo vêm provocando o aumento da desigualdade entre e dentro dos países.

No livro *O capital no século XXI*, Piketty (2013) demonstra a nova lógica da dinâmica do capitalismo, da arquitetura de poder e da exploração global. A partir de estudos histórico-quantitativos, o autor avalia um ciclo vicioso de concentração de riqueza e evolução da desigualdade no mundo, principalmente a partir da constatação de que a taxa de acumulação de renda é maior do que as taxas de crescimento econômico. Assim, a partir de uma base empírica sólida, adverte que a desigualdade é o principal desafio a ser combatidos na atualidade, uma vez que a concentração desmesurada, cumulativa e concentrada da riqueza auxilia na instauração do caos global e, até mesmo, na ameaça das democracias.

---

43 "Em 1984, o presidente do Federal Reserve, P. Volcker, declarou, a propósito da suspensão de pagamentos pelo banco Continental Illinois, que este era importante demais (isto é, tinha um lugar demasiadamente central na cadeia de créditos e débitos) para se deixar que fosse à falência. Nascia a política do *too big to fail*." (CHESNAIS, 1996, p. 261)

44 "Para atingir estes objetivos, precisaremos provavelmente de uma nova lei Glass-Steagall para eliminar a rede de segurança social de que gozam as atividades financeiras altamente especulativas, limites mais estritos quanto à alavancagem e tamanho dos bancos de forma a dividir (*break-up*) as instituições financeiras maiores e mais perigosas, e uma regulação mais rigorosa para limitar quanto se paga por estas atividades de alto risco". (DOWBOR, 2017, p. 166)

O enfrentamento do capitalismo patrimonial globalizado seria realizado através da criação de um imposto mundial e progressivo sobre o capital, somado a uma transparência financeira internacional. Logo, *"une telle institution permettrait d'éviter une spirale inégalitaire sans fin et réguler efficacement l'inquiétante dynamique de la concentration mondiale des patrimoines."* (PIKETTY, 2013, pp. 836-837)

*De tels outils représentent en vérité des substitus bien peu satisfaisants à la régulation idéale que constitue l'impôt mondial sur le capital, qui a le mérite de préserver l'ouverture économique et la mondialisation, tout en la régulant efficacement et en répartissant les bénéfices de façon just au sein des pays et entre les pays. Beaucoup rejettent l'impôt sur le capital comme une illusion dangereuse, de la même façon que l'impôt sur le revenu était rejeté il y a un peu plus d'un siècle. Pourtant, à bien y regarder, cette solution est beaucoup moins dangereuse que les options alternatives.* (PIKETTY, 2013, p. 837)

Ao propor um imposto progressivo global – alinhado a sistemas informativos sobre os fluxos financeiros em nível nacional, mas que também exige um sistema mundial de informação e controle de fluxos –, a reorganização do sistema financeiro é um imperativo no combate à desigualdade global, sendo necessária uma complexa intervenção política do Estado-nacional almejando uma regulação, reconstrução e alternativas financeiras.

*L'État-nation demeure l'échelon pertinent pour moderniser profondément nombre de politiques sociales et fiscales, ainsi que dans une certaine mesure pour développer des nouvelles formes de gouvernance et de propriété partagée, intermédiaire entre propriété publique et privée, qui est l'un des grands enjeux de l'avenir. Mais seule l'intégration politique régionale permet d'envisager une régulation efficace du capitalisme patrimonial globalisé du siècle qui s'ouvre.* (PIKETTY, 2013, p. 945)

Piketty não buscou um diálogo direto nem corroborar com as ideias de Karl Marx em *O capital*, mas, em certo sentido, atualizou sua análise com uma riqueza de dados que ratifica as contradições do capitalismo. O autor busca uma espécie de capitalismo civilizado que visa combater a desigualdade, um dos principais problemas que atingem as economias sul-americanas. Em suma, o livro é um trabalho complexo e denso, que fornece instrumentos e ferramentas visando alternativas factíveis na atualidade, cujo próprio *World Inequality Database*, da qual o autor faz parte, tem o objetivo de fornecer acesso ao banco de dados disponível sobre a evolução histórica da distribuição mundial de renda e riqueza, tanto dentro dos países como entre os países. Deste modo, ao buscar uma *utopie utile*, enseja uma elevação da regulação, transparência e controle democrático do capital no século XXI.

Tanto a financeirização quanto a desigualdade são duas características globais que possuem relação direta com a temática do desenvolvimento. Complementarmente, a “ausência” de desenvolvimento, seja como causa ou consequência, pode ser explicada ainda a

partir de diversos fatores: fraco crescimento, falta de equidade, modo de produção, polarização social, baixos salários, enorme população excedente, elevados níveis de pobreza e miséria, insuficiente capacitação dos recursos humanos, mercados internos fracos, pobre desenvolvimento tecnológico, ausência de empresários empreendedores, investimentos insuficientes, heterogeneidades estruturais, ausência de profundas reformas no campo, falta de integração produtiva, carência de instituições sólidas, corrupção, dentre outros. No caso específico da América do Sul, constata-se que esses dois fatores apresentados anteriormente contribuem de maneira significativa para o não-desenvolvimento das forças produtivas na região, que é exacerbado tanto por forças políticas internas como externas.

No que se refere às distintas manifestações relacionadas ao desenvolvimento contemporâneo na América do Sul, distintos autores já buscaram realizar tipologias, tais como Almeida (2014) e Katz (2016). Ao corroborar com as definições precedentes, todavia, constata-se uma continuidade e correlação com o debate realizado acerca do desenvolvimento-dependente na seção anterior. Portanto, é essencial visualizar as continuidades e rupturas, a fim de trazer o debate histórico para a atualidade e, assim, detectar paralelos com a prática política e econômica dos Estados sul-americanos.

O intento, portanto, é buscar uma correlação entre as definições acerca do desenvolvimento-dependente e as noções do tempo presente acerca do desenvolvimento em suas distintas matizes. Assim, uma vez que a América do Sul constitui-se como parte diferente e complementar de um processo global integrado, constatou-se a prevalência de três perspectivas: o desenvolvimentismo, o socialismo e o neoliberalismo.

Vale ressaltar ainda que, paradoxalmente numa primeira visão, essas três perspectivas se configuram como projetos de desenvolvimento, uma vez que se propõem como ideações de prosperidade e expansão, abarcando visões, ainda que distintas, de poder e riqueza, política e economia, Estado e mercado. Logo, a variação de cada corrente desse tripé é realizada a partir da correlação de forças que prevalece em determinada sociedade num dado tempo, cujos projetos de poder dominam o debate sobre progresso material e intelectual.

#### b) Desenvolvimentismo

O desenvolvimentismo se configura como um projeto econômico que vincula o desenvolvimento a partir de uma política governamental centrada no processo de industrialização, no aumento da renda por habitante e na taxa de crescimento da economia.

Este desenvolvimentismo "tem como seus predecessores a Economia Política Clássica e o Desenvolvimentismo Clássico, e esta associado a escolas de pensamento atuais como o Institucionalismo Clássico, a Teoria Pos-Keynesiana, e a Escola da Regulação." (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 261)

Sucintamente, algumas características se destacam na consecução teórica dessa corrente: necessidade da intervenção estatal para superação do subdesenvolvimento, uma vez que não existem mercados fortes sem Estados fortes e o equilíbrio entre ambos é fundamental para o adequado funcionamento econômico; política econômica como instrumento central do crescimento econômico, influenciando diretamente as políticas monetárias, fiscais e cambiárias a fim de reduzir a dependência financeira e criar medidas anticíclicas nos casos de grandes ingressos ou saídas de capitais; retomada da industrialização visando aumentar o emprego urbano e a modernização produtiva; reduzir a lacuna tecnológica, ao propiciar a inovação a partir de acordos com empresas transnacionais visando transferências tecnológicas; visualização do sudeste asiático como modelo de desenvolvimento a ser seguido, procurando setores específicos a fim de realizar processos de investimento para reconstruir a gravitação manufatureira com novos perfis de exportação. (KATZ, 2016, pp. 140-141)

Há de se ressaltar que parte considerável dessas iniciativas consiste no mesmo programa político do desenvolvimento-dependente cepalino visualizado na seção anterior.<sup>45</sup> Assim, sua continuidade teórica, levando-se em consideração algumas mudanças pontuais, pode ser constatada, em que distintos são os autores dessa perspectiva desenvolvimentista na atualidade.<sup>46</sup> O intuito do presente trabalho não é se debruçar sobre a discussão teórica acerca do desenvolvimentismo no século XXI, mas sim realizar um mapeamento geral das principais ideias, a fim de sistematizá-las em grupos que ensejem a posterior formulação metodológica que auxilie nos propósitos da tese. Logo, constata-se que as discussões de ambos modelos apresentados a seguir incluem caracterizações de modelos econômicos, estratégias geopolíticas e processos sociais distintos.

O desenvolvimentismo conservador possui um apreço às formulações teóricas do desenvolvimentismo clássico dos anos 1960, evitando alterações críticas que deteriorem a

---

45 "Há uma interessante analogia histórica entre o que passava nos tempos dos estudos iniciais da CEPAL e no que ocorre hoje." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 68)

46 Dentre eles, pode-se citar Luiz Carlos Bresser-Pereira, Aldo Ferrer, Robert Boyer, Osvaldo Sunkel, Gabriel Palma, Cristóbal Kay, Alejandro Portes, João Sicsú, Luiz De Paula, Michel Renaut, José Luis da Costa Oreiro.

matriz tradicional do seu pensamento.<sup>47</sup> Neste sentido, é hostil a inovações e postula o retorno aos temas históricos em termos de política econômica, além de possuir projetos conservadores na esfera política, em certo sentido não rompendo com a heterodoxia econômica radical ou até mesmo com o liberalismo ortodoxo. Assim, os capitais nacionais e internacionais tenderiam a impulsionar as políticas ligadas ao desenvolvimentismo, concentrando-se nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna.

Também denominado de novo desenvolvimentismo<sup>48</sup>, essa corrente converge tradições keynesianas com o estruturalismo, mas visa capturar oportunidades globais nestes novos tempos de abertura e globalização, ao manter uma relação pragmática, e até mesmo prioritária, com o mercado; *i.e.*, ele propõe políticas progressistas alternativas, mas que, em certo sentido, surgem das mesmas contradições da ortodoxia econômica. Ainda assim, não nega a importância do papel do Estado nesta nova estratégia, ainda que mais seletiva (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 63-64), continuando a ser o ator-chave do crescimento econômico, utilizando uma política macroeconômica ativa, uma administração política eficiente e uma capacidade de financiar investimentos para coordenar o setor não competitivo da economia. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 241)

Propõe-se que o estilo de intervenção estatal seja alterado, mas ressalva-se que isso não significa aumentar ou diminuir o papel da ação do Estado, senão aumentar seu impacto positivo sobre a eficiência e eficácia do sistema econômico em seu conjunto. E propõe-se uma maior abertura da economia, gradual e seletiva, como meio de introduzir o progresso técnico e o aumento da produtividade. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 64-65)

---

47 Conforme afirma Carcanholo (2010, p. 121), o pensamento clássico da Cepal, que foi classificado como desenvolvimento-dependente cepalino, historicamente fez parte da tradição crítica ao pensamento ortodoxo-conservador. Entretanto, "o que pretendemos demonstrar aqui é que o pensamento da Nova Cepal, a partir dos anos 1990, renega essa característica crítica e passa a inserir-se dentro do pensamento ortodoxo." (CARCANHOLO, 2010, p. 121) Essa nova reconfiguração do desenvolvimentismo cepalino é constatada por Bielschowsky (2000, p. 68): "o programa de investigação cepalina nos anos 1990 volta seu foco às transformações provocadas por outra mudança de modelo de acumulação na região, ou seja, a que se dá pela reorientação dos marcos regulatórios, por intermédio da liberalização dos mercados e pela reforma do Estado, especialmente via privatizações." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 68)

48 "Como hoje o entendo, o Novo Desenvolvimentismo abrange (a) um método, (b) uma economia política, (c) uma microeconomia, (d) uma macroeconomia, (e) uma política de distribuição e (f) uma economia aplicada. Seu método e o histórico-dedutivo, não o hipotético-dedutivo dos neoclássicos; [...] a teoria econômica do Novo Desenvolvimentismo abrange a macroeconomia do desenvolvimento já razoavelmente definida, e uma microeconomia do desenvolvimento que, por enquanto, é apenas um esboço, mas adota uma distinção crítica entre os setores competitivo e não competitivo das modernas economias capitalistas; sua política de distribuição critica o populismo fiscal e cambial, defendendo tributação progressiva, uma política de salário mínimo, um baixo nível de taxa de juros e o aumento dos gastos sociais ou do consumo coletivo; sua economia aplicada se compõe de todos os artigos que respaldam empiricamente os principais argumentos do Novo Desenvolvimentismo." (BRESSER-PEREIRA, 2016, pp. 239-240)



Uma nova característica do desenvolvimentismo conservador é a distinção entre capitais produtivos, que investem, inovam e expandem suas empresas, dos capitais rentistas, que são remunerados por rendas capitalistas (juros, renda da terra, dividendos e ganhos de capital). Apesar da assertiva de combate à coalizão rentista e financista (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 250), a gestão macroeconômica segue preceitos conservadores e atende interesses de grupos específicos que comungam dos projetos previamente estabelecidos.

Já o desenvolvimentismo progressista consiste num tipo específico que se encontra em constante evolução, seguindo novas tendências que influenciam as reformas nos âmbitos político, social e econômico; é o desenvolvimento de um país, substancialmente, a partir de seus próprios meios, visando criar uma situação de independência relativa a outros mais desenvolvidos, em que se constata a "*variante progresista de esa concepción, que algunos autores denominan social desarrollismo*". (KATZ, 2016, p. 199)

Essa abordagem enseja maior relevância à dimensão social dentre os objetivos de desenvolvimento, ressaltando o papel preponderante da demanda para forjar um modelo de crescimento com inclusão social. (KATZ, 2016, pp. 199-200) Igualmente ao desenvolvimentismo conservador, que se utiliza de políticas monetárias ativas, câmbios competitivos e déficits orçamentários, a vertente progressista também enfatiza o imperativo de maior captação estatal das rendas agrárias e mineiras, assim como na redução da predominância financeira imposta pelos grandes bancos às empresas e ao Estado. (KATZ, 2016, p. 200)

O desenvolvimentismo progressista preconiza um modelo que reduz os níveis de desigualdade e dependência, tanto internas quanto externas, demandando uma primazia do setor público sobre o setor privado através da consolidação de modelos de capitalismo de Estado. Logo, propõem modelos democrático-populares apoiados em fundamentos ideológicos socialistas, com a percepção transitória por um período prolongado de capitalismo regulado, num cenário de disputa entre processos decrescentes de acumulação e dinâmica ascendente de equidade, que culminaria numa economia pós-capitalista. (KATZ, 2016, pp. 200-201)

Assim, a principal diferença entre os dois modelos seria que o desenvolvimentismo conservador enfatiza políticas ortodoxas estruturais e centradas na indústria, com foco principal no mercado externo, enquanto que o desenvolvimentismo progressista centraliza seu escopo na política social e gerenciamento da demanda doméstica (mercado interno). Desta

maneira, sua singularidade seria "a transformação do social em um dos eixos estruturantes do processo de desenvolvimento econômico, mediante a distribuição de renda, a eliminação progressiva da pobreza e a conseqüente dinamização do mercado interno" (OLIVA, 2010, p. 30), e, no plano externo, "na busca incessante de novos espaços para o país e na redução das assimetrias políticas, econômicas e comerciais entre as nações." (OLIVA, 2010, p. 32)

### c) Socialismo

O socialismo é compreendido como um conjunto de doutrinas e movimentos políticos voltados para os interesses das classes menos favorecidas do sistema, tendo como objetivos principais a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, a inexistência das diferenças entre as classes sociais e a planificação econômica centralizada, a fim de obter uma distribuição racional e equitativa da riqueza social. Historicamente, pauta-se por um projeto anti-capitalista e contrário às injustiças sociais advindas da consolidação desse modo de produção.

Sobrevindas das primeiras discussões entre os socialistas utópicos e o socialismo científico, o escopo socialista possui uma diversidade de inspirações e matizes ideológicos referentes aos métodos de sua construção desde o século XVIII, que derivam, principalmente, no papel dos partidos políticos, na função do Estado e na questão da democracia no plano político e no econômico. A percepção histórica entre reformistas, defensores da construção do socialismo por meio de reformas sociais, e revolucionários, visionários da revolução e da ditadura do proletariado para a construção do socialismo, vem marcando as duas tendências fundamentais do socialismo na atualidade, assim como sua constante renovação dialética.

Esta magnífica e corajosa ação da liderança soviética, tendo à frente Gorbachev, tem sido apresentada como uma derrota do socialismo. Talvez tenha sido a mais arrojada e lúcida ação a favor do avanço do socialismo em toda história. Os descaminhos posteriores, comandados por Yeltsin e as "reformas" neoliberais não podem ser atribuídos à abertura econômica e política da perestroika e da glasnost. Marx dissolveu a Primeira Internacional, assim como Lenin decretou o fim da Segunda Internacional, Stalin dissolveu o Komintern em 1942, recriou o Kominform em 1947 e o PC Soviético o dissolveu em 1969. A história do avanço do socialismo tem se dado através dessas auto dissoluções que eliminam as fases superadas e apontam para novas fases superiores de seu desenvolvimento. É a aplicação da dialética à estratégia política. Para passar a etapas superiores, é necessário eliminar as formas ultrapassadas. (SANTOS, 2000, pp. 145-146)

Os imaginários socialistas na América do Sul, principalmente no século XXI, possuem diversos projetos em distintos países, tendo como exemplos o "socialismo do século XXI" na Venezuela, o "socialismo comunitário" na Bolívia, a "revolução cidadã" no Equador, a "renovação socialista" em Cuba, o "socialismo continental latino-americano" a partir da

Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).<sup>49</sup> Em todos esses casos, o horizonte de longo prazo tem sido combinado com propostas nacionais (ou regionais) imediatas, que fogem da dicotomia econômica entre heterodoxos e ortodoxos ao propor possibilidades anti-capitalistas que alimentam reflexões sobre estratégias, ritmos e caminhos ao socialismo.

Dentre as discussões teóricas e práticas do socialismo na região, pode-se perceber duas linhas de pensamento prioritárias, que seguem a tradição histórica do socialismo no mundo: o revolucionário e o reformista.<sup>50</sup> Ambos são determinados pela oposição entre as classes dominadas, fornecedoras da força de trabalho para sua subsistência, e as classes dominantes, que detêm os meios de produção e apropriam-se de uma parte do valor do trabalho fornecido pelos dominados. Essas classes apresentam características divergentes nessas sociedades estratificadas e são distinguíveis por diferenças marcantes, principalmente através de características sócio-econômicas. Apesar da amplitude teórica e prática, ambas correntes colocam a luta de classes<sup>51</sup> como basilar para compreender a necessidade histórica que deriva

---

49 “Los partidarios consecuentes de ese ideal confrontaron abiertamente con el capitalismo y adoptaron un perfil revolucionario al comprender que este sistema no puede ser reformado ni humanizado. El socialismo se define por oposición al capitalismo.” (KATZ, 2016, p. 237)

50 Nos debates acerca da presente tese, chegou-se a ponderar a utilização de um novo tipo de socialismo, o identitário, que consistiria no conjunto de características que definem um grupo e estabelecem a ligação entre os indivíduos, problematizando a composição da identidade autorreferente e autossustentada. Assim, o identitarismo conjugaria a existência de uma identidade para cada movimento, em que o foco dos setores progressistas nas pautas identitárias pretende ser uma estratégia revolucionária para derrubar opressões e desigualdades, ensejando maior participação igualitária e equitativa de movimentos sociais e minorias, tais como movimentos feministas, negros, LGBT's, dentre outros. Entretanto, sustenta-se que a centralidade dada ao identitarismo pela esquerda é um problema para a causa socialista, uma vez que permitiu que grupos de espectro político contrários a esses preceitos cooptassem, se apropriassem e ressignificassem suas pautas. Por ser um discurso que fragmenta as pautas progressistas em microgrupos moderados, em certo sentido, por uma ideologia liberal individualista, o socialismo identitário divide e segrega as pautas socialistas, uma vez que cada identitarismo visualiza os seus objetivos como prioritários, relegando ao segundo plano as principais características de classe do socialismo. É o denominado “lugar de fala” que, corriqueiramente, vem se transformando em ferramenta de exclusão e, principalmente, segregação, transformado em veto de articulações entre grupos dominados. Contraditoriamente, é uma pauta incorporada até mesmo pelos grandes capitais, uma vez que não possui como cerne central a luta de classes. O livro “*Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump*”, de Asad Haider, debate a relação entre identidade pessoal e ação política a partir do estudo de caso nos Estados Unidos. O autor defende que a política identitária contemporânea é uma neutralização dos movimentos contra a opressão racial, e não uma progressão em relação à luta de base contra o racismo. Ao argumentar que a identidade foi abstraída das relações materiais com o Estado e a sociedade, ela se manifesta em divisionismo e atitudes moralizantes, em vez de estimular a solidariedade. Logo, o enquadramento da identidade reduz a política ao que você é como indivíduo e enquanto ganha reconhecimento como indivíduo, e não à sua participação em uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora, ou seja, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as mesmas normas que se dispõe a criticar. (HAIDER, 2018)

51 A existência de classes está indissolúvelmente ligada a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção. Na sociedade capitalista, é constatada na divisão entre os proprietários dos meios de produção (burguesia) e os não proprietários dos meios de produção (proletariado), que vendem sua força de trabalho para sobreviver. A desigualdade de forças de ambos os grupos sociais gera uma luta, uma tensão constante, considerado por Marx como o motor da história, em que a história do homem é a história da luta de classes, e toda luta de classes é uma luta política.

da crise do capitalismo e a formação dos trabalhadores de uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, cuja finalidade é a possibilidade de igualdade de condições e a capacidade de melhoria popular oferecida por um sistema econômico-social não capitalista.

O socialismo revolucionário ratifica que a superação do modo de produção capitalista somente será possível através de transformações radicais nos âmbitos político, econômico, social e ideológico. Uma vez que o sistema capitalista possui uma estrutura secular de renovação e reprodução, a revolução é imprescindível para que sejam possíveis mudanças estruturais e fundamentais para a construção de um novo modo de produção. Logo, o socialismo somente seria alcançado pela via revolucionária, constituindo o núcleo fundamental da luta de classes. Já o socialismo reformista visualiza que a transformação da sociedade visando alcançar o socialismo pode ser realizada a partir de reformas pontuais e constantes do sistema capitalista. Tendo como objetivo final a justiça social, a acumulação de reformas legislativas nas estruturas políticas, nas instituições existentes e no sistema econômico, podem levar à equalização da riqueza social. Apesar de haver a constatação de que as reformas não são socialistas em si mesmas, elas podem auxiliar na popularização das causas do socialismo entre a classe trabalhadora.

Neste sentido, percebe-se que o foco principal desses modelos passa pela questão estrutural da conformação histórica das classes sociais no modo de produção capitalista, não havendo a possibilidade de defesa socialista que não engendre a questão de classe. Contudo, diferenciam-se nos meios, etapas e até mesmo alianças entre as classes, com o objetivo de se alcançar a superação do modo de produção capitalista. Complementarmente, é importante frisar que, uma vez que a luta de classes não pode vir descolada das questões identitárias num projeto socialista que visa priorizar os interesses dos menos favorecidos do sistema, o desequilíbrio de direitos e de poder entre homens e mulheres, brancos e negros, héteros e LGBTs deve ser encarado como um problema fundamental para o socialismo. Entretanto, a desigualdade econômica precisa ser combatida junto a essas outras formas de desigualdade, que se entrecruzam e perpassam pela questão fundamental do recorte de classe.

Em outros termos, nas discussões contemporâneas dos modelos socialistas, visando alcançar a fase de acumulação primitiva proposta por este novo modo de produção, tornar-se-ia necessário englobar cinco dimensões: 1) socialização do poder; 2) recuperação da tradição democrática socialista; 3) superação da escassez e geração do excedente para as grandes

massas; 4) hegemonia planetária e refundação do sistema mundial; 5) novo modelo ecocivilizatório. Ainda, constata-se que um dos seus principais objetivos é a construção de uma robusta economia de mercado, distinta do modelo capitalista, uma vez que trata de temas como divisão social do trabalho, educação libertadora da classe trabalhadora, industrialização, urbanização, unificação de mercados regionais, dentre outros. Isto pressupõe um ativo Estado Nacional dotado de todas as técnicas disponíveis em matéria de planificação, socialização/coordenação do investimento e com o capital produtivo e financeiro centralizado sob seu controle.

#### d) Neoliberalismo

O neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios clássicos do liberalismo econômico às condições do capitalismo contemporâneo. Esta vertente acredita que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços baseado na imprescindibilidade da estabilidade monetária. Sua agenda constitui, principalmente, temas de curto prazo visando o desenvolvimento econômico, como o combate à inflação, o ajuste fiscal, o marco regulatório e a reconquista da credibilidade dos agentes externos. Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado <sup>52</sup>, a privatização das empresas estatais (e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais), a abertura da economia e sua integração mais intensa ao mercado mundial.

Uma característica fundamental do neoliberalismo se refere ao papel do Estado. Nesta visão, "de agente o Estado passou a ser paciente, no sentido de que passou a ser um obstáculo ao dinamismo econômico, que deveria ser transferido para os agentes privados, isto é, para o mercado." (TRASPADINI, 2014, p. 175) Em conformidade com esse axioma, os princípios do neoliberalismo "se assentam no individualismo, no racionalismo e na organização social em consonância com a estrutura dada/neutra do mercado" (VADELL; CARVALHO, 2014, pp. 89-90), e que, nos termos do presente trabalho, é a continuação da linha de pensamento do desenvolvimento-dependente associado <sup>53</sup>, uma vez que "sua proposta não só se aproxima

---

<sup>52</sup> Neste tocante, é importante salientar que o neoliberalismo possui a prerrogativa de redução do intervencionismo estatal, mas somente seu arrefecimento no setor produtivo, no tecido social, mas não no setor financeiro, do capital.

<sup>53</sup> "Mediante la revisión de su propia teoría Cardoso edificó el puente con el neoliberalismo. Estimó que su versión inicial de la dependencia sólo implicaba caracterizaciones del desarrollo, como sucesivos procesos de asociación de los capitalistas locales con las empresas foráneas. Contrapuso ese enfoque con las visiones más

como está em estreita consonância com a proposta econômica de cunho neoliberal" (TRASPADINI, 2014, pp. 41-42): *i.e.*, o "desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta." (CARCANHOLO, 2009, pp. 258-259)

Pode-se dividir o neoliberalismo em duas vertentes: a convencional e a globalista. O neoliberalismo convencional resulta de um conjunto de costumes, hábitos e padrões seculares do liberalismo político-econômico, consolidado pelas práticas e regras estabelecidas por determinados países ao longo da história e que buscam reproduzi-las alhures. É a tipificação neoliberal tradicional, cuja ação é determinada de acordo com os padrões ou conformes das convenções liberais, e cujas primeiras discussões no âmbito internacional "*destacaron las raíces teóricas de esta corriente en el pensamiento económico neoclásico. También explicaron su aparición por el agotamiento del crecimiento keynesiano de posguerra y resaltaron sus objetivos políticos regresivos.*" (KATZ, 2016, p. 79)

A América do Sul foi o laboratório mundial das políticas neoliberais na metade dos anos 1970. Este paradigma foi forjado no Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet, com o conselho econômico ortodoxo dos economistas Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Posteriormente, ganhou impulso nos anos 1980 e atingiu o seu auge nos 1990, tornando-se predominante na região com o estabelecimento do Consenso de Washington, defendido, principalmente, por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Essa continuidade fortaleceu as transformações estruturais na América do Sul, uma vez que o neoliberalismo foi validado pelos regimes constitucionais que sucederam os períodos de ditaduras militares na região, ratificando as tradições de livre comércio das elites sul-americanas e criando novas formas de vinculação da região à economia mundial.

Distintamente, o neoliberalismo globalista é relativamente contrário ao tradicionalismo liberal, se adaptando facilmente a outras culturas e influenciando padrões políticos de outros países através do globalismo de mercado. Ao caracterizar-se por redes de conexões que abrangem distâncias multi-continentais e aspectos que são comuns a vários grandes centros urbanos do mundo, o globalismo se estabelece como uma visão econômica e

---

corrientes, que resaltaban los obstáculos al desenvolvimiento latinoamericano generados por esos acuerdos. En esta reelaboración Cardoso transformó su descripción inicial de un modelo burgués asociativo en una reivindicación de ese curso. Ya no se limitó a trazar un retrato histórico del desarrollo regional impulsado por el capital extranjero, sino que tomó partido por ese camino." (KATZ, 2016, p. 103)

política que considera o mundo inteiro suscetível a influências e domínio políticos, uma ideologia associada a diferentes formações historicamente dominantes de extensão global.

Em outros termos, é um desenvolvimento cujos ganhos da integração ao capitalismo global são maiores do que as perdas, num ambiente de relação direta entre capital interno e externo, cujo bloco financista-liberal defende ciclos de adesão à globalização, haja vista ainda existirem no cenário internacional países com economias fechadas, fora das cadeias globais de valor e isolados em processos políticos nacionais ou regionais. Assim, o principal argumento do neoliberalismo globalista seria

*afirmar que las dificultades afrontadas por las economías periféricas obedecen a su incorporación incompleta a la oleada globalizadora. Este razonamiento atribuye cualquier falla en este proceso a la inconsecuente introducción de las medidas reclamadas por los globalizadores. Pero como nadie conoce cuál sería ese patrón íntegro de reformas neoliberales, siempre hay espacio para argumentar que falta algo. (KATZ, 2016, p. 127)*

O quadro a seguir é uma tentativa de simplificar as principais características da discussão realizada acerca das tipologias do desenvolvimento na América do Sul.

**Tabela 6 - Classificação conceitual do desenvolvimento**

AS TRÊS CLASSIFICAÇÕES CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO			
<b>Desenvolvimentismo</b>	Industrialização, renda e crescimento via intervenção estatal, políticas econômicas anticíclicas, modernização produtiva, inovação científico-tecnológica e desenvolvimento comparado (Sudeste Asiático).	<b>conservador</b>	Novo Desenvolvimentismo; Investimento e financiamento externo; Poupança interna; Abertura e globalização; Mercado Externo.
		<b>progressista</b>	Social Desenvolvimentismo; Redução do rentismo; Capitalismo regulado; Crescimento com inclusão social; Mercado interno.
<b>Socialismo</b>	Projeto anti-capitalista via eliminação da propriedade privada dos meios de produção, combate à desigualdade e planificação econômica centralizada; luta de classes, socialização do poder e economia de mercado socialista.	<b>Revolucionário</b>	Transformações radicais no modo de produção capitalista via revolução.
		<b>Reformista</b>	Transformações pontuais no modo de produção capitalista via reformas.

<b>Neoliberalismo</b>	Adaptação do liberalismo econômico clássico às condições do capitalismo contemporâneo, com estabilidade financeira e monetária, liberdade individual, livre mercado, redução do Estado, privatização, abertura da economia ao mercado mundial.	<b>Convencional</b>	Padrões seculares do liberalismo político-econômico; Economia ortodoxa tradicional; Consenso de Washington.
		<b>Globalista</b>	Adaptabilidade às culturas; Globalismo de mercado; Redes de conexão multi-continentais; Financismo-liberal e globalização.

Fonte: elaboração própria.

Em suma, é constatado que há uma relação intrínseca entre a formulação da seção anterior de desenvolvimento-dependente e as três tipologias abordadas; poder-se-ia dizer que as formulações iniciais são o embrião das discussões contemporâneas acerca do desenvolvimento, com continuidades e rupturas, mas convergentes no que se refere ao seu escopo principal.

A fim de encerrar a presente discussão, ratifica-se a necessidade de modificação do sentido de mercado, ou o antimercado abordado anteriormente, e sua relação dialética e profícua com o Estado, uma vez que, na atualidade, seus idealizadores fabricam necessidades, inventam prioridades, demonizam quem minimiza ganhos e glorificam o lucro irrestrito e amoral. Além do mais, dentre seus objetivos principais, fazem com que os riscos de um grande negócio sejam assumidos pelos Estados e as perdas sejam transferidas para a população; é a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

Em outros termos, o desenvolvimento requer o ressurgimento da ideia de que é no plano político que há de romper-se o equilíbrio favorável à concentração de riqueza e desigualdade, engendrando a formação de capital nacional, orientação estratégica central e formação educacional qualificada para o povo. A categoria de desenvolvimento-dependente periférica é condicionante, mas não determinante na América do Sul; a região pode tornar-se agente com grau de autonomia para superação da dependência e do subdesenvolvimento, e não apenas um reflexo de inserção internacional definida pelo centro capitalista. Busca-se, portanto, horizontes de possibilidades de intervenções estatais que visem maior projeção soberana de poder internacional, arrefecimento do capital financeiro-especulativo e redução das desigualdades sócio-econômicas estruturais na região, visualizando-se a integração regional como um elemento agregador deste processo.



### 1.3 – Integração na América do Sul

*“Hemos sido, somos y seremos diversos, y a partir de esta diversidad es que tenemos que identificar los desafíos y objetivos comunes y los pisos de convergencia que nos permitirán avanzar en el proceso de integración de nuestra región.”* II CÚPULA DA CELAC – DECLARAÇÃO DE HAVANA (2014)

#### 1.3.1 - Raízes da integração sul-americana

Diferentemente do termo desenvolvimento, como vimos na seção anterior, o termo integração (regional) não possui uma definição e delineamento tão consolidados, sendo comumente considerado um termo auto-explicativo. Até mesmo recorrendo ao dicionário, os significados são muito genéricos, como ato ou efeito de integrar (-se), condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos e, ainda, ajustamento recíproco de grupos, de modo a formar uma sociedade organizada.

Segundo Padula (2010, p. 44), as primeiras contribuições sistematizadas da teoria das relações internacionais à teoria da integração regional foram realizadas por Karl Deutsch e David Mitrany, marcado pela “primeira onda” iniciada após a Segunda Guerra Mundial e que teve a experiência da integração europeia como seu ícone na década de 1950. (PADULA, 2010, pp. 17-18). Ou seja, Estados competidores no sistema internacional poderiam cooperar em áreas específicas, apoiando o argumento da integração. (PADULA, 2010, pp. 43-44)

Tanto Thauan Santos (2014, p. 28) quanto Malamud (2012) também se apoiam nesta visão, onde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a partir do Tratado de Paris, em 1951, até a constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o Tratado de Roma, de 1957, foram fatores determinantes.

O Tratado de Paris em 1951 constituiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) e estabeleceu um poder decisório independente supranacional (a “Alta Autoridade”, cujo primeiro Presidente foi Jean Monet). Em 1957, o Tratado de Roma buscou, entre outros objetivos, ampliar as áreas de integração dos países membros da CECA, criando a CEE (Comunidade Econômica Européia) e a Comunidade Européia de Energia Nuclear (Euratom). (PADULA, 2010, p. 43)

Haas (1954, p. 710) afirma que a integração significa “o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para alguma entidade maior”. Para

Herz & Hoffmann (2004, p. 168), "a integração [regional] pode ser definida como um processo ao longo do qual atores, inicialmente independentes, se unificam, ou seja, se tornam parte de um todo", sejam eles governamentais ou não-governamentais, nacionais, subnacionais ou transnacionais. Entretanto, se em seu momento inicial a integração visivelmente possuía um foco puramente econômico, cujo resultado dos esforços dos países visava o desenvolvimento (CHIARELLA; CORTEGIANO JUNIOR, 1995, p. 27), há de se ressaltar o seu caráter multifacetado, interessado na promoção de políticas que favoreçam tanto o desenvolvimento socioeconômico quanto a redução de desigualdades e assimetrias. (SANTOS; DINIZ JÚNIOR, 2017)

Para o presente trabalho, um ponto crítico e que merece ser retratado é que o tema da integração na América do Sul é anterior ao processo acima citado, tendo surgido ainda no século XIX com os processos de independência dos Estados nacionais. Os chamados libertadores, dentre eles Simón Bolívar, apesar de não utilizarem o termo “integração regional” ou “integração sul-americana”, possuíam em seus escritos nuances teóricas integracionistas.<sup>54</sup> Deste modo, julga-se necessário resgatar esse personagem histórico que dialogava com a temática, haja vista que se inseria no contexto geográfico do presente trabalho e, concomitantemente, vislumbrava os benefícios que a integração poderia ocasionar nas nascentes repúblicas sul-americanas.

#### a) Simón Bolívar e a Pátria Grande

A América ganhou sua independência a partir de um processo político internacional bastante complexo, que teve influência da independência das treze colônias norte-americanas, da Revolução Francesa, da revolta dos escravos no Haiti e, principalmente, das Guerras napoleônicas e das invasões ibéricas, "*which led to Spain's and Portugal's defeats at the hands of the French and the exile of the Portuguese Emperor to Brazil, and for the conflicts between England and France, which created a huge power vacuum in Hispanic America.*" (BERTOLA; OCAMPO, 2012, p. 49)

É consenso na historiografia latino-americana que os movimentos emancipatórios do início do século XIX possuem relação direta com os acontecimentos europeus. Com a crise da monarquia espanhola em 1808 – "que deixou a nação sem nenhum governo cuja legitimidade

---

54 "Esforços de integração existiram desde a época da liberação do jugo espanhol, consubstanciados, por exemplo, no projeto bolivariano de uma federação de países dotados de instituições similares e animados do mesmo desejo de assegurar a independência em face das ameaças externas de dominação econômica ou política." (ALMEIDA, 2006, p. 16)

fosse aceita unanimemente" (BETHELL, 2009, p. 119) –, a luta pela independência tem início e dura cerca de dezesseis anos, até a Batalha de Ayacucho, em 1824. Entretanto, segundo Bethell (2009, p. 186), os principais meios de produção na América espanhola continuaram nas mãos da classe alta crioula, que em virtude da independência, se apropriou também do comando do sistema político e removeu as limitações ao mercado mundial que caracterizavam o sistema imperial.

No plano externo, a Inglaterra foi a influência mais importante no período de transição da América do Sul para a independência devido a seu poderio naval, comercial e industrial. Embora se mantivesse aparentemente neutra nas contendas entre a América e a Espanha, a Grã-Bretanha possuía interesses diretos na região: "sua marinha mercante lhe interessava mais que a sua marinha de guerra, embora mantivesse sempre a pólvora seca." (RAMOS, 2012, p. 257)

É neste contexto que surge a figura de Simón Bolívar. Com uma educação liberal e "uma devoção à razão, à liberdade e à ordem, que o acompanhou por toda a vida" (BETHELL, 2009, p. 65), considerava que nenhuma vitória parcial das nascentes repúblicas sul-americanas estava avalizada enquanto as tropas espanholas continuassem atuando no continente. Entretanto, esta unidade não se esgotava com a vitória militar, mas se projetava como futuro político das repúblicas independentes. Deste fato advém um dos pilares de seu pensamento, uma gestão libertadora continental.

A união dos governos da América se apresenta como uma consequência da guerra pela independência e como garantia de consolidação da vitória sobre a Espanha, mas, concomitantemente, como necessidade da vontade política dos novos governantes das repúblicas recém-libertadas. "Direi ao senhor o que pode nos tornar capaz de expulsar os espanhóis e de fundar um governo livre: é a união, sem dúvida; mas essa união não nos chegará por milagres divinos, e sim por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos." (BOLÍVAR, 1992, p. 74)

A *Carta da Jamaica*, escrita por Bolívar em 1815, reitera as críticas às instituições adotadas pelos regimes anteriores. Neste discurso, surge o conceito de "Pátria Grande", "*la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza que por su libertad y gloria*" (BOLIVAR, 2013, p. 68), que se refere ao sentido de comunidade, de pertencimento comum das nações da América Latina, do imaginário coletivo e consciência solidária de uma possível unidade política continental.

*Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo Gobierno que confederase los diferentes estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos! Ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras partes del mundo. (BOLIVAR, 2013, pp. 74-75)*

O período entre 1817 e 1824 será conhecido como dos grandes triunfos militares e políticos de Bolívar, substantivamente pela aliança militar entre latifundiários crioulos e o povo de cor, engendrando um sentido na luta contra Espanha.

Agora, as “massas e as castas” se deslocam para apoiar as forças libertadoras e lhes infundem, assim, um conteúdo popular e social. A guerra se faz nacional; o impulso genial de Bolívar resulta irresistível. A derrota do liberalismo espanhol e o temor da revanche absolutista dão novo fôlego ao liberalismo revolucionário da América. (RAMOS, 2012, p. 203)

Neste interregno, Bolívar realiza a oração inaugural do Congresso de Angostura, em 1819. Em seu discurso, explicita suas ideias democráticas e republicanas, sintetizando seu ideário político. (BOLIVAR, 2013, p. 89) Ressalta a necessidade "de adaptar as instituições ao ambiente específico em que deveriam operar" e realizava "um apelo à união final da Venezuela com Nova Granada" (BETHELL, 2009, pp. 166-167), que seria formalizada em 17 de dezembro de 1819. (BETHELL, 2009, pp. 168-169)

Em 1824, ocorreu uma convocação ao Congresso do Panamá, a Primeira Assembléia Internacional de Estados Americanos, assinado pelo Libertador em 7 de dezembro de 1824, dois dias antes da batalha de Ayacucho. Como chefe de Estado do Peru, aborda esta comunicação para cada um dos seguintes governos: Gran-Colômbia, México, Rio de la Plata (Argentina), Chile, América Central (então chamada Guatemala).<sup>55</sup> (BOLIVAR, 2013, p.147) Como marco mais perceptível do pensamento integracionista de Bolívar, a chamada para o Congresso do Panamá ilustra o imperativo visualizado por ele na consecução de um projeto político de união dos interesses e das relações entre as repúblicas americanas.

*Entablar aquel sistema y consolidar el poder de este gran cuerpo político, pertenece al ejercicio de una autoridad sublime que dirija la política de nuestros gobiernos,*

---

55 "Apesar de suas dúvidas, convidou Buenos Aires. Não convidou o Brasil nem os Estados Unidos, mas esperava que a Inglaterra - não menos distante culturalmente, mas o principal parceiro comercial da América espanhola e a potência dominante política e militarmente - colocasse de alguma forma esse projeto sob sua proteção. Com a evolução das coisas, o Brasil e os Estados Unidos acabaram sendo convidados pelo governo da Gran Colombia, mas isso fez pouca diferença. Um dos dois delegados dos Estados Unidos morreu a caminho e o outro não conseguiu deixar o país a tempo de assistir às sessões (ocorridas em junho-julho de 1826)." (BETHELL, 2009, pp. 177-178)

*cuyo influjo mantenga la uniformidad de sus principios, y cuyo nombre sólo calme nuestras tempestades. Tan respetable autoridad no puede existir sino en una asamblea de plenipotenciarios, nombrados por cada una de nuestras repúblicas y reunidos bajo los auspicios de la victoria obtenida por nuestras armas contra el poder español.* (BOLIVAR, 2013, pp. 147-148)

Em 1825, em carta ao general Santander, Bolívar expõe suas ideias sobre a união dos países hispânicos numa única federação, um ano antes do Congresso do Panamá. (BOLIVAR, 2013, p. 153) Em 1826, nos escritos conhecidos como *Un Pensamiento sobre el Congreso de Panamá*, trata das ideias principais do Congresso que se reuniria naquele ano. É o documento "*donde, más allá de la diplomacia, del equilibrio de los poderes, del papel de las naciones hispanoamericanas y de Inglaterra, apuntan tres fines esenciales: la paz, el desarrollo y la 'reforma social'.*" (BOLIVAR, 2013, p. 177)

Devido às dificuldades de transporte da época e à própria guerra, o projeto da realização do Congresso levou aproximadamente cinco anos. (RAMOS, 2012, p. 287) Constituiu um antecedente da futura cooperação interamericana e foi assinado, no final do mesmo ano, um Tratado de União, Liga e Confederação perpétuo entre os quatro estados latino-americanos presentes (México, a Federação Centro-Americana, a Gran Colombia e o Peru). Ainda, houve uma possível incorporação dos Estados restantes da América espanhola com a possibilidade de reunião confederativa a cada dois anos em tempos de paz, e a cada um ano em tempos de guerra (RAMOS, 2012, p. 304), tendo sido idealizada uma tentativa – ainda que frustrada – de continuar as sessões em Tacubaya, no México (BETHELL, 2009, pp. 177-178).

Entretanto, o congresso se mostrou uma ilusão para as condições materiais da América recém-independente, um indicativo da falta de condições para uma cooperação desse gênero na época. Apesar da importância simbólica do Congresso do Panamá para o pensamento bolivariano e integracionista, o desfecho da reunião foi aquém das expectativas. O congresso se dissolveu, fazendo com que a temática da integração caísse no esquecimento por muito tempo. (RAMOS, 2012, p. 304)

Embora bastante consciente das dificuldades que impediam maior integração, Bolívar esperava ver pelo menos alguns arranjos permanentes de consulta e cooperação entre as unidades territoriais independentes. Ele pensava basicamente numa liga americana espanhola, quando salientou a importância da homogeneidade histórica e cultural. (BETHELL, 2009, p. 177)

Assim, como um dos pais fundadores das nações independentes da América do Sul, para Bolívar (1992, p. 31):

uma única deve ser a pátria de todos os americanos (...) nos apressaremos, com o mais vivo interesse, para estabelecer, de nossa parte, o pacto americano que, formado de todas as nossas repúblicas um corpo político, apresente a América ao mundo com um aspecto de majestade e grandeza sem paralelo nas nações antigas.

Indubitavelmente, Simón Bolívar foi o primeiro pensador da integração regional. Em sua profundidade e visão de mundo, a dimensão da união hispano-americana passa pela criação de uma esfera política de solidariedade continental enraizada na América do Sul. Os exemplos principais estão presentes tanto na Carta da Jamaica, de 6 de setembro de 1815, onde o libertador formula o conceito de nação como comunidade cultural pela primeira vez de maneira clara, quanto no Congresso do Panamá, de 1826, a expressão empírica dessa idéia.

Em suma, com o lema de "unidade, ou a anarquia os devorará." (BOLÍVAR apud RAMOS, 2012, p. 307), Bolívar estava comprometido com a instauração da nova ordem política das nascentes nações latino-americanas, que se manifestava na consolidação da estabilidade política interna de cada um dos novos Estados independentes, assim como na criação de uma ordem internacional hispano-americana fundada na aliança das nações-irmãs para defesa e destino comuns.

#### b) Os libertadores e a integração

Bolívar encarava a necessidade de alcançar um desenvolvimento e integração para a América do Sul em seu tempo histórico, influenciando os intérpretes e pensadores sul-americanos da atualidade, compreendendo a necessidade de ruptura com a dependência histórico-estrutural e a dominação dos centros de poder ao longo da história. Assim, seus pensamentos vêm pautando as discussões acerca dos projetos de integração regional de forma autônoma e soberana.

Simón sempre foi uma figura polêmica, contraditória e mal-compreendida. Até mesmo Karl Marx, ao escrever o verbete sobre Bolívar na *New American Cyclopaedia*, de 1857, o retrata em termos preconceituosos, repudiando-o e comparando-o com Napoleão Bonaparte ao taxá-lo de manipulador e ditador, afirmando que “o que Bolívar realmente almejava era erigir toda a América do Sul como uma única república federativa, tendo nele próprio seu ditador.” (MARX, 2008, p. 53)<sup>56</sup>

---

56 Há, neste ponto, quem seja contrário e favorável à opinião de Karl Marx. Aricó (MARX, 2008, pp. 7-31) afirma que as explicações erráticas de Marx tenham se fundamentado nas insuficiências e na parcialidade das fontes utilizadas, num eurocentrismo e numa avaliação política que o induziu a interpretar Bolívar como autoritário e bonapartista, uma incompreensão do movimento em seu conjunto: “Marx deixou de levar em conta o que seu próprio método o impelia a buscar em outros fenômenos sociais que ele analisou: a dinâmica real das

Ainda assim, seu pensamento é atual na medida em que, no começo do século XIX, propõe a formação de uma nacionalidade geograficamente extensa, que fosse capaz de engendrar a defesa e o progresso econômico das recém-formadas nações diante das demais grandes potências num sentido emancipador antiimperialista e integracionista sul-americano. Um pensamento estratégico inovador para a época e pertinente para a atualidade.

Na contemporaneidade, o sentido histórico do "subdesenvolvimento" sul-americano também é produto da fragmentação, da balcanização de seus países desde a independência até a atualidade. Um axioma predominante na época e ainda atual é que "a dependência econômica constituía uma condição prévia da subordinação política, e que o desenvolvimento das manufaturas nas colônias levaria à autossuficiência e à autonomia."<sup>57</sup> (BETHELL, 2009, p. 37)

No plano interno, havia/há um parasitismo das elites oligárquicas – controladas por donos de terras exportadores de matérias-primas isolados entre si e vinculados apartadamente ao mercado mundial –, com a formação de um sistema de partidos políticos domesticados, uma “inteligência” colonizada (RAMOS, 2012, p. 546), que remete a categoria proposta por Vânia Bambirra (2012, p. 113) de dominantes-dominados: dominantes internamente, dominados externamente; semicolônias disfarçadas (RAMOS, 2012, p. 547) que se isolam e estreitam seus laços com os centros de poder mundiais. Ainda, as precárias comunicações terrestres e marítimas, o baixo nível das forças produtivas, a histórica dependência estrutural e multisetorial intensificaram/intensificam a determinação da "nação inconclusa". (RAMOS, 2012, p. 170)

No plano externo, os interesses das potências estrangeiras buscaram/buscam estabelecer tarifas alfandegárias específicas e vantajosas, acesso privilegiado aos novos mercados e regimes políticos em conformidade com seus privilégios, contribuindo assim de maneira decisiva ao processo de fragmentação, histórica e presentemente em curso, tendo

---

lutas de classes ou das forças atuantes.” (MARX, 2008, p. 23) Em contrapartida, Rosenmann e Cuadrado (MARX, 2008, pp. 59-76) criticam o próprio misticismo de Bolívar na Venezuela atualmente, uma visão idealizada que o próprio Marx busca destruir. Para eles, Bolívar pertencia à elite crioula, não democrática, monárquica e aristocrática: “Bolívar foi um aristocrata que, por trás das palavras 'Constituição', 'Federalismo' e 'Democracia Internacional', queria apenas conquistar a ditadura 'mesclando a força e a intriga'. Separatista, sim; democrata, não.” (MARX, 2008, p. 74) A nosso ver, esta última consiste numa visão elitista e pós-moderna dos autores, que remete ao "lugar de fala" tão em voga na atualidade.

<sup>57</sup> Concordamos com a primeira prerrogativa e discordamos da segunda, uma vez que não seria o processo de industrialização, pura e simplesmente, que levaria a uma autonomia sul-americana; a complexidade das relações interestatais, naquele tempo e na atualidade, não enseja interpretações tão simplistas.

como exemplos a Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos no século XX e a China no século XXI.

Para nos lançarmos decididamente no caminho da civilização, da ciência e da cultura, e exatamente para desenvolver o potencial econômico de nossos povos, seja pela via capitalista, por meio do capitalismo do Estado, pela rota de um socialismo crioulo ou por uma combinação de todas as opções mencionadas, a América Latina precisa se unir para não se degradar. Não é o progresso do capitalismo, como aconteceu na Europa ou nos Estados Unidos, o que exige, hoje, a unidade de nossos estados, mas sim a crise profunda e o esgotamento da condição semicolonial que padecemos. (RAMOS, 2012, p. 551)

Bolívar propunha uma ação transformadora, cujo diálogo da retomada de seus escritos consiste numa ponte entre o pensamento e a ação. Desta assertiva, torna-se imperativo uma geopolítica e desenvolvimento próprios, independentes e integrados, cuja máxima de que "a América Latina não se encontra dividida por ser 'subdesenvolvida', mas, sim, é 'subdesenvolvida' por estar dividida" (RAMOS, 2012, p. 33), é um fato histórico que se encontra cada vez mais atual. De tal modo, em tempos de crise econômica e desafios políticos rumo a uma integração autônoma, este debate teórico e metodológico enseja novas perspectivas para repensar os projetos de integração regional.

### **1.3.2 - Integração regional contemporânea**

#### **a) As experiências da integração na América do Sul**

Desde sua incorporação ao sistema mundial no século XVI, a América do Sul vem enfrentando obstáculos físicos à sua integração, "o que acarretou, justamente, um baixo grau de interdependência entre as economias nacionais, ainda hoje marcadas por grande extroversão econômica." (ALMEIDA, 2006, p. 15) Entretanto, se reconhece que "*without South American integration, local economies could be exposed to a global 'marginalization'*" (KELLY, 1997, p. 159), o que vem intensificando a "tomada de consciência de que pequenos países isolados não poderão fazer face aos crescentes problemas que são colocados pela superação do subdesenvolvimento." (FURTADO, 1970, p. 290)

Os efeitos positivos da integração são percebidos pelos diferentes países que fazem parte do concerto, em maior ou menor medida. Dentre eles, pode-se citar o aproveitamento das economias de escala, influência nas expectativas de investimento nacional e estrangeiro, redução dos custos de transação, efeitos sobre taxas de crescimento, possível estabelecimento de uma arquitetura financeira regional, incorporação do progresso científico-técnico e da articulação produtiva, elevação da produção e da produtividade, favorecimento da



padronização de normas e regulações, estabelecimento de negociações ou de consultas prévias a fim de evitar represálias, desconstrução das assimetrias regionais, intensificação da complementaridade produtiva, ampliação da participação de componentes sociais, impulsão de desenvolvimento com equidade, consecução de projetos de infraestrutura física e energética, criação de mecanismos de defesa militar e econômica, inserção mundial mais soberana com a elevação do poder de barganha internacional, dentre outros.<sup>58</sup>

Para Souza (2013, p. 20), a integração costumar ser vista "como a forma por excelência de a América do Sul conquistar autonomia político-econômica no sistema-mundo e assim relativizar a posição de periferia dependente." Trias complementa esse pensamento, ao afirmar que "*la integración se producirá de cualquier manera, puede concretarse para afianzar el subdesarrollo y la dependencia colonial, o puede realizarse para superar el atraso y liberarse de la opresión imperialista.*" (TRIAS, 1969, p. 275)

Assim, conforme constatado na seção anterior, a temática da integração regional já estava presente na América do Sul desde o século XIX, tendo influenciado diretamente os processos que surgiriam na metade do século XX até a contemporaneidade (Anexo 14). Desta feita, foram realizadas tentativas de integração na América do Sul a fim de fortalecer o processo de industrialização por meio da conexão de mercados regionais, caracterizado pela ampla intervenção do Estado e pelo estabelecimento de prazos, tanto para a eliminação gradual das barreiras comerciais intrarregionais, quanto para a adoção de tarifas externas comuns.

Ainda na década de 1950, foi criada a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio – num experimento de integração regional sob os auspícios da CEPAL e seus estudos sobre industrialização, comércio e ampliação dos mercados nacionais, tendo como membros Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970 ocorreu a adesão de novos membros: Bolívia, Colômbia, Equador, e Venezuela.

Os membros da Alalc deviam eliminar gradualmente as tarifas alfandegárias e outras restrições ao comércio intra-regional, em rodadas anuais de negociação, trabalhando dentro das normas gerais que regulam os acordos de integração econômica para os signatários do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, pp. 186-188)

---

58 Até mesmo o Banco Mundial, no relatório "*Better Neighbors: Toward a Renewal of Economic Integration in Latin America*", afirma que a ampliação da integração é vital ao crescimento da região, tornando-a mais competitiva nos mercados internacionais e estimulando o crescimento no longo prazo.

Nas três primeiras rodadas, conseguiu-se um grande avanço no sentido de eliminar as barreiras comerciais. Nos meados da década de 60, o comércio dentro da ALALC já havia recuperado seus altos níveis atingidos no início do pós-guerra. Depois desse breve período de sucesso, porém, as negociações se interromperam. Assim, embora as realizações da ALALC tenham ficado distantes das metas fixadas, o acordo contribuiu significativamente para a expansão do comércio intrarregional. <sup>59</sup> (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 190)

Em 1969, no seio da ALALC, surgiu o Pacto Andino com o Acordo de Cartagena, uma associação entre Chile, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia, com objetivos de planejamento econômico e políticas comuns nas áreas industrial e de investimentos. (GUIMARÃES, 2002, p. 130) A intenção do Pacto Andino não foi substituir a ALALC, mas trabalhar dentro dessa organização. Assim, incorporaram arranjos institucionais superiores, buscando um programa de liberalização comercial que incluía a adoção gradativa de tarifas externas comuns, procurando ainda harmonizar as políticas econômicas – como as normas relativas aos investimentos externos diretos – e elaborar um sistema para a distribuição equitativa dos benefícios, que consistia, ao mesmo tempo, em programas setoriais de desenvolvimento industrial e de tarifas preferenciais para os membros menos desenvolvidos, como a Bolívia e o Equador. (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 192) Desta forma,

o impacto global dos acordos do Mercado Comum Andino sobre o comércio foi amplamente positivo na década de 70. As exportações de produtos manufaturados dentro da área do Pacto aumentaram 24 por cento ao ano, enquanto as vendas para os países fora do Pacto cresceram a um índice respeitável de catorze por cento. Em 1980, o mercado andino absorvia 34 por cento de todas as exportações de produtos manufaturados dos países-membros. (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 193)

Neste período inicial fortemente influenciado pelo pensamento estruturalista, os países sul-americanos haviam alcançado uma série de iniciativas almejando à integração econômica. A maioria dessas iniciativas obteve algum sucesso inicial, mas estancaram nos estágios posteriores de negociação, principalmente no final da década de 1970, cuja frustração com a crescente diferença entre as elevadas expectativas iniciais e as realizações efetivas da primeira fase de integração deu origem a um período de reação e consolidação. Da mesma maneira, o

---

59 "É mais difícil o problema da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, justamente pelo fato de que o avanço da industrialização em compartimentos fechados criou interesses e preconceitos que se opõem ao intercâmbio recíproco, sem considerar as graves conseqüências que tem essa atitude no desenvolvimento econômico. Esse não é um simples assunto de técnica, mas de grandes decisões políticas que têm que acompanhar o instrumento de Montevideu." (PREBISCH, 2000, p. 458)

ímpeto do surto inicial de atividade na década de 1960 foi enfraquecido, subsequentemente, pelos reveses políticos internos e pelas crises econômicas dos anos 70, como sucessivos golpes militares, crises do petróleo, crise da dívida na década de 1980, dentre outros fatores. (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 186)

Neste contexto, em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI – Associação Latino-Americana de Integração –, uma organização mais flexível, que possuía como princípios gerais o pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais.<sup>60</sup> Concomitantemente, permitiu a manutenção dos tratamentos preferenciais concedidos pela ALALC “e expandi-los por meio de acordos bilaterais ou plurilaterais de preferências, com a aprovação tácita do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)” (GUIMARÃES, 2002, p. 130), inclusive com “o endosso de acordos bilaterais com países de fora da região.” (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 198)

Em 1986, tendo em vista as limitações da ALADI para seus objetivos econômicos estratégicos, Brasil e Argentina decidiram iniciar um programa de integração e cooperação econômica bilateral que, além da formação gradual de uma zona de livre comércio e, eventualmente, de uma união aduaneira, previa a elaboração de políticas comuns e programas de cooperação em áreas de alta tecnologia, tais como a nuclear, a aeronáutica, a informática e a biotecnologia. Mas não somente objetivos econômicos estavam em pauta, como afirma Guimarães (2002, p. 131):

esse programa tinha também objetivos políticos pois, ao contribuir para remover a histórica desconfiança entre os dois países e sua competição por influência econômica e política na América do Sul, em especial no Cone Sul, lhes permitiria uma atuação conjunta mais eficiente no cenário político internacional, nas organizações multilaterais e em suas relações bilaterais com as grandes potências.

Vale destacar as mudanças que ocorreram na década de 1980. A magnitude da crise levou as autoridades econômicas a dar prioridade aos objetivos de curto prazo, em prejuízo do desenvolvimento em longo prazo. Logo, com a emergência do pensamento neoliberal e de seus impulsos às reformas de liberalização econômica pró-mercado, o tema da integração

---

60“O novo Tratado de Montevideu de 1980 (pelo qual a Alalc se transformou em Aladi, Associação Latino-americana de Integração) refletiu esse clima. Neste aspecto, é significativo que essa mudança tenha ocorrido antes da crise da dívida de 1982, isto é, mais por causa do pessimismo com relação ao papel e às potencialidades da integração econômica, e das mudanças drásticas na ideologia econômica do que em virtude da crise da dívida.” (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 198)

ressurgiu de forma intensa na América do Sul. A partir de então, passa a caracterizar-se pelo enfoque comercial e econômico <sup>61</sup>, no qual os arranjos regionais trabalhariam pela liberalização dos fluxos econômicos no âmbito multilateral, pela ampla liberalização dos mercados e pela privatização das empresas públicas. Tal pensamento disseminou-se por toda a região, contribuindo para uma forte redução do papel do Estado. (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 227) Em outros termos, "prevalencia a proposta de alcançar uma competitividade mundial, passando da etapa da integração para a proteção, para a etapa da integração para a abertura." (WANDERLEY, 2013, p. 733)

Neste processo, surge o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), uma união aduaneira constituída de uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, instaurado a partir do Tratado de Assunção, em 1991, e contando, inicialmente, com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com posterior adesão da Venezuela. Oriundo dos programas bilaterais de 1986 entre Brasil e Argentina, "embora o Tratado de Assunção (1991) estipulasse que o Bloco seria um mercado comum, sua integração começou com um bem-sucedido programa de liberalização comercial para estabelecer uma zona de livre-comércio" (LARRAÑAGA, 2013, p. 548), que incluía "*un programa de liberación comercial, automático, progresivo, único, con excepciones transitórias*" e "*la coordinación macroeconómica entre los Estados parte.*" (ABREU, 2013, pp. 426-427)

Desta forma, sob a ótica neoliberal do começo dos anos 1990, os programas de integração na periferia deveriam se adaptar aos novos tempos. Precisariam, assim, renunciar às suas características de formação de blocos econômicos para o fortalecimento das economias e dos capitalismo nacionais, de construção de seu poder de negociação internacional, de esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico, e incorporar uma dinâmica que tornasse os projetos de integração em mecanismos auxiliares de abertura neoliberal de mercados, sem discriminação em relação às multinacionais e ao capital financeiro internacional, contribuindo para o processo de globalização e liberalização total da economia mundial.

Entretanto, a ascensão de governos contrários às políticas neoliberais no final da década de 1990 e início dos anos 2000 modificou a própria estrutura organizacional do

---

61 "Os esforços de integração física e de liberalização comercial recíproca têm por objetivo, justamente, romper o isolamento relativo em que viviam os países da região em relação aos vizinhos e aprofundar os laços de interdependência recíproca, base de sua afirmação autônoma no cenário internacional." (ALMEIDA, 2006, p. 17)

MERCOSUL, tanto nos objetivos e na configuração do bloco, como no alinhamento das políticas realizadas pelos governos. Talvez a principal constatação seja na aplicação de diferentes políticas econômicas e sociais que passaram a incorporar estratégias e instrumentos essencialmente distintos aos países menores do que aqueles que seriam recomendáveis aos demais Estados-membros. Tal fato decorre das assimetrias entre os países do grupo, tanto econômico-sociais como representativas.<sup>62 63</sup>

Outro ponto significativo da expansão do MERCOSUL nos últimos anos foi a adesão da Venezuela<sup>64</sup> – e da discussão de ingresso de Equador, Bolívia, Guiana e Suriname. Com o ingresso do país caribenho, o Produto Interno Bruto (PIB) do MERCOSUL alcançou 80% do total da América do Sul, 70% do total população, se estabeleceu como um dos mais importantes produtores mundiais de energia, além de ter propiciado uma localização geográfica especial, relativamente muito mais inserida nos fluxos internacionais do comércio do Hemisfério Norte. (SEVERO, 2013, p. 584)

Entretanto, retrocessos tanto por fatores internos como externos também estão presentes, como salientam Pecequillo e Carmo (2015, p. 58): "a ausência de consenso sócio-político sobre estes projetos, as possíveis pressões dos Estados Unidos e a complexidade das relações extrarregionais Sul-Sul com a China e a Índia, que mescla competição e cooperação, autonomia e dependência." Dentre as críticas<sup>65</sup>, muitas dificuldades são constatadas desde

---

62 "O mercado comum deveria dar oportunidades iguais a todo e qualquer país latino-americano, a fim de acelerar seu desenvolvimento. Entretanto, como as situações relativas dessas nações são desiguais, em virtude desses diferentes graus evolutivos, impõe-se um tratamento diferencial para que se alcance, na medida do possível, a igualdade de oportunidades em face do mercado comum." (PREBISCH, 2011, p. 344)

63 "As assimetrias no Mercosul ocorrem em tal escala que a definição de proporção da participação de cada país nessas instituições se torna quase impossível, pois o Brasil, em qualquer aspecto, corresponde a mais de 50% do conjuntos dos Estados membros, sendo que as assimetrias entre o Brasil e os dois Estados menores são extraordinárias. Se ao Brasil correspondesse menos do que a metade do número de integrantes de qualquer organismo supranacional (Comissão, Parlamento, Tribunal), a população e a economia brasileiras estariam radicalmente sub-representadas. Por outro lado, se mais da metade dos membros fosse de brasileiros, a opinião destes sempre prevaleceria na tomada de decisões e, portanto, a instituição não seria democrática, pois os demais países estariam em uma situação de minoria sistemática." (GUIMARÃES, 2002, p. 129)

64 "A estimativa é que a entrada da Venezuela no Mercosul incremente o comércio intrabloco em cerca de 20%. Além disso, como o país caribenho acumula resultados comerciais negativos com Argentina, Brasil e Paraguai, aumentariam as possibilidades para a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Aladi e do Sistema de Moedas Locais (SML). Esses mecanismos poderiam promover o comércio intrabloco com menos utilização de dólares, estimulando a criação de infraestrutura regional e servindo de garantia para importadores e exportadores." (SEVERO, 2013, p. 597)

65 "De nossa parte, tampouco temos sido capazes de apresentar aos nossos três sócios um projeto de integração quadripartite cuja promessa de benefícios comuns equitativamente distribuídos superasse as dificuldades específicas inevitáveis num esquema de união entre desiguais. A formulação de tal projeto é evidentemente travada por essa desigualdade, que dificulta sobremaneira tanto a distribuição equitativa dos benefícios da integração como o estabelecimento de instâncias decisórias capazes de gerir efetivamente uma associação tão assimétrica. Assim, os quatro ainda não conseguiram resolver sequer problemas como a tributação de produtos

1991. Para Abreu (2013, pp. 431-432), a realidade atual do MERCOSUL está distante dos projetos do Tratado de Assunção e das reformulações realizadas nos anos 2000, uma vez que “no hay un régimen que regule la competencia por inversiones, no hay una coordinación efectiva de la gestión macroeconómica”, além do que “la organización institucional es estrictamente intergubernamental, y el sistema de solución de controversias es poco utilizado.” Dentre os problemas estruturais, são constatados:

i) o intenso grau de pobreza da região; ii) as assimetrias econômicas existentes entre os países-membros e associados do Bloco; iii) a necessidade de fazer avançar o processo de construção de infraestrutura, imprescindível para ampliar o comércio da região; iv) o evoluir das democracias dos países-membros. (GADELHA, 2013, p. 398)

Algumas pendências ainda hoje constatadas no processo do MERCOSUL são apontadas por Bernal-Meza (2013, p. 615):

*definir el Arancel Externo Común y negociar los sectores sensibles a apoyar; terminar de concretar los regímenes especiales y un régimen de salvaguardas; adecuar y fortalecer la estructura institucional; precisar un orden jurídico regional y la exigibilidad de la normativa; (...) valorización del Foro Consultivo Económico y Social (...); fortalecimiento del papel de la Comisión Parlamentaria Conjunta a través de su participación en negociaciones y una articulación con los otros órganos de decisión con el objetivo final de conformar un parlamento regional mediante elecciones directas; promover una mayor visibilidad cultural entre los Estados para un mayor conocimiento del Mercosur cultural; fomentar una cooperación entre los institutos de investigación social para ir conformando indicadores sociales armonizados que sirvan de base para la elaboración de metas de política social de los países; concretar acuerdos en distintas áreas (migración, trámites, cooperación judicial), que faciliten los trámites al ciudadano regional.*

Esta tese demonstra que o processo de integração do MERCOSUL, ao contemplar basicamente aspectos econômicos e comerciais, relegando a um segundo plano as políticas sociais, traz à tona o perigo de ser mais um processo de exclusão social. (VIEIRA apud WANDERLEY, 2013, p. 738) Numa perspectiva de integração regional que favoreça os países que fazem parte do concerto, coloca-se em pauta para o MERCOSUL a sua Ampliação, Aprofundamento <sup>66</sup> e Autonomia, o que Rodrigues (2016c, p. 15) denominou de 3 A's Mercosulianos.

---

extra-zona que transitem por mais de um país do Mercosul ou de converter este último numa união aduaneira efetiva." (SOUTO MAIOR, 2008, p. 54)

66 “A estratégia de 'aprofundamento' do Mercosul – isto é, a de promover a transição de uma união aduaneira para uma comunidade econômica através da adoção de políticas comuns setoriais (indústria, agricultura, previdência, trabalho, comércio exterior) e macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial) para enfrentar os desafios da ALCA e a ela sobreviver se defronta com a questão das assimetrias” (GUIMARÃES, 2002, p. 128); “assim, além das crises internas que absorvem atenções e esforços, por um lado a estratégia de 'aprofundamento' do Mercosul esbarra na ideologia neoliberal, livre-cambista e multilateralista das autoridades econômicas argentinas e brasileiras e nas assimetrias entre os Estados, as quais dificultam a elaboração de política comuns

Outra interessante e original iniciativa de integração regional no início do século XXI foi a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), apresentada pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante o encontro da *III Cumbre Presidencial Sudamericana*, em Cuzco (8/12/2004), por ocasião da assinatura do Protocolo de Criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, embrião da futura União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). (GADELHA, 2013, pp. 408-409)

Ela consiste numa aliança política, econômica e social em defesa da independência, autodeterminação e identidade dos povos América Latina e do Caribe, surgindo como uma alternativa às negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ao apresentar-se como sua antítese.<sup>67</sup> Em termos gerais, busca produzir as transformações estruturais e do sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral soberano. Tem como países membros a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, Equador e São Vicente e Granadinas, representando uma população de aproximadamente 73 milhões de pessoas, área de 2.625.826 km<sup>2</sup>, com PIB/PPC de cerca de US\$ 642.990 milhões. (GADELHA, 2013, p. 410)

No que se refere ao comércio, se baseia na complementaridade, solidariedade e cooperação com mecanismos que implicam a independência monetária e financeira.<sup>68</sup> Não possui condicionamentos nem ingerência nos assuntos internos, com proteção do interesse da produção nacional e tratamento solidário para as economias mais fracas. Assim, agrega políticas tarifárias aptas para as exigências dos países em desenvolvimento, buscando ainda promover um crescimento econômico em harmonia com a natureza, segurança alimentar e proteção aos direitos humanos. A ALBA vem se fortalecendo como caminho de inflexão popular “e pretende integrar não apenas os setores objetivos do capital (e seus produtos), como subjetivos, os povos e sua cultura, saúde e educação.” (GADELHA, 2013, p. 409)

---

através de mecanismos intergovernamentais ou de instituições supranacionais.” (GUIMARÃES, 2002, pp. 132-133)

67 Tal fato pode ser constatado na comparação entre as siglas da Alba-Tcp – Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos – e da Alca – Área de Livre Comércio das Américas – com o TLCs – Tratados de Livre Comércio. Essa contraposição é também simbólico-histórica, uma vez que o “nascimento” da Alba surge do “atestado de óbito da Alca”, no dia 4 de novembro de 2005, em Mar del Plata, na IV Cúpula de Presidentes das Américas.

68 “A partir daí, os intercâmbios produzidos pela Alba estenderam esses critérios a intercâmbios com países que têm muito mais necessidades do que possibilidades de aportar a outros (...). Trata-se de um intercâmbio em que cada país dá o que possui e recebe o que necessita, no marco das possibilidades e das necessidades dos participantes desse tipo de comércio, o único em escala mundial, distinto dos critérios de mercado da OMC.” (SADER, 2009, p. 149)

Dentre as principais iniciativas da ALBA, destacam-se a criação do *Banco del Alba*<sup>69</sup>, um banco financiador da integração produtiva alternativo aos demais organismos internacionais, numa tentativa de engendrar uma nova arquitetura financeira na região. Ele atua como sistema compensatório de pagamentos comerciais entre os países do Bloco, através de sua moeda única, expressamente criada para esse fim: o SUCRE<sup>70</sup> – *Sistema Único de Compensación Regional de Pagos* –, que, desde 2010, substitui o dólar nas trocas entre os países membros. Outra obra importante é a *PetroCaribe*, aliança petroleira onde os países caribenhos compram petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial, tendo sido criado devido aos abusos que os navios estrangeiros perpetravam aos países do Caribe, realizando a venda do petróleo a preços excessivos.

*En los últimos años, el alba aportó una interesante propuesta regional con horizontes socialistas. Promueve formas de integración solidaria, contrapuestas a los neoliberales Tratados de Libre Comercio y diferenciadas del regionalismo capitalista del Mercosur. Postula medidas para avanzar en la soberanía financiera (moneda común), alimenticia (reformas agrarias y rechazos del agronegocio) y energética (Petrocaribe, Petrosur). El alba incentiva auditorías de la deuda externa, exige acelerar la concreción del Banco del Sur, alienta la creación de un fondo de estabilización cambiaria regional y sugiere coordinar el manejo regional de las reservas y los movimientos de capitales. Este tipo de medidas podrían aportar una base común para los procesos políticos radicales, que determinaría un sólido basamento para un futuro socialista. (KATZ, 2016, p. 246)*

Dessa forma, se apresenta como o processo mais radical e inovador em seus projetos, com temáticas que não estavam presentes nas tentativas anteriores. Entretanto, possui algumas limitações, como não ser membro de sujeito de direito público internacional, uma vez que não possui um tratado constitutivo, o que gera certos problemas para os projetos futuros na ALBA. Assim, sua inserção num contexto internacional possui pouca viabilidade por conta de sua baixa institucionalidade, apesar de possuir importância geoestratégica regional.

No polo oposto ao da ALBA e do MERCOSUL, a Aliança do Pacífico é um bloco de integração econômica entre Peru, México, Colômbia e Chile. A Aliança foi fundada

---

69 Ainda existem muitas indefinições sobre o Banco da Alba. Em 2009, os países do bloco acordaram que a instituição teria sede em Caracas. Na época, o governo venezuelano disponibilizou US\$ 250 milhões para fomentar projetos de integração.

70 O Sucre consiste num mecanismo que serve para canalizar pagamentos internacionais resultantes das operações de comércio mútuo entre os países membros baseando-se na utilização de uma moeda virtual para as operações exclusivamente entre Bancos Centrais, como forma de contabilizar o intercâmbio comercial, tendo seu valor definido em 1,25 dólares. (SEVERO apud GADELHA, 2013, p. 412) Assim, a instalação local (pagamentos aos exportadores e importadores) é feita com as respectivas moedas locais dos países membros. Entretanto, o êxito do Sucre depende ainda de dois fatores: “ampliar el bajísimo comercio entre esos países; y 2) buscar el equilibrio comercial, porque el instrumento de compensación tendría muy poca utilidad en el caso de grandes asimetrías en las balanzas de importación y exportación. Es decir, cuanto más elevados sean montos comercializados y cuanto mayor de la complementariedad de las economías, más útil estará siendo el Sucre.”(SEVERO apud GADELHA, 2013, pp. 412-413)



oficialmente em 6 de junho de 2012, na cidade de Antofagasta (Chile), durante a 4ª Cúpula da Aliança do Pacífico, quando foi publicado o documento oficial denominado Acordo Marco da Aliança do Pacífico. Com aproximadamente 40% do PIB da América Latina e cerca de 90% dos produtos comercializados com tarifa zero entre os países-membros, o grupo possui como objetivos aprofundar a integração entre as respectivas economias e definir ações conjuntas para a vinculação comercial Ásia-Pacífico, área estratégica do comércio internacional; estabelecer tratados de livre-comércio com outros blocos econômicos e países; intensificar a liberdade comercial entre os países-membros através da abertura ao comércio global; tratar o Estado como agente passivo para que o desenvolvimento econômico se realize através dos investimentos privados nacionais e estrangeiros; além de promover a privatização de empresas públicas, a estabilidade macroeconômica e a abertura de mercados, renunciando a formas regionalistas de caráter protecionista. (BUELVAS; VÉLEZA; ALEGRÍA, 2014).

Para seus críticos, a Aliança do Pacífico seria um meio de "disputa expansiva por influência política e econômica de grandes potências e de suas grandes corporações transnacionais na região, possibilitando assim maior influência de potências externas, e maior fraqueza política e vulnerabilidade aos países da região." (PADULA, 2015, p. 25) Assim, a simbologia do projeto liberal e as repercussões geopolíticas de tal acordo tendem a fraturar a região e suas possibilidades de inserção autônoma. (Anexo 15)

*En otras palabras, construir una suerte de “corredor contrainsurgente o reaccionario” para contrabalancear el influjo de la izquierda, radical o moderada, sobre la vertiente de Atlántico. (...) Tal como observa en una nota reciente Raúl Zibechi, ese pacto pretende revivir los objetivos de la extinta ALCA con base en los Tratados de Libre Comercio (TLC) que Estados Unidos tiene firmados con los miembros del Acuerdo. En realidad se trata de un pacto contra el Mercosur y la integración regional, y de modo más explícito contra el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur, que, lamentablemente, favorece los planes de sus enemigos al avanzar con mucha lentitud. Es también un modo de frenar a Brasil y sus aspiraciones de convertirse en un jugador global. (BORON, 2013, p. 168)*

Geograficamente, para os objetivos desta tese, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi a experiência mais importante e significativa. Ela consiste num organismo regional que tem por objetivos construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Formada pelos doze Estados do subcontinente, teve seu tratado constitutivo assinado em Brasília, em 2008.

Uma vez que surge no final da primeira década do século XXI, a UNASUL se encontra frente um mundo mais plural e diversificado, com maiores opções de negociação e inserção no sistema mundial. Nesse novo contexto, a UNASUL busca repensar a integração

econômica regional na América do Sul, considerando que envolve outros custos e benefícios que não necessariamente estão relacionados com os fluxos comerciais e financeiros. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que a UNASUL consiste num ecletismo que congrega países membros do MERCOSUL, da ALBA e da Aliança do Pacífico, assim como Guiana e Suriname, (SOSA, 2013, pp. 131-132) o que significa distintas visões político-econômicas e de inserção internacional.

Sua forma político-institucional tem evoluído desde sua criação, caracterizando-se atualmente como “*intergubernamental creciente y dinámica.*” (VALENCIA; RUVALCABA, 2013, p. 94) Assim, mesmo que os órgãos principais não tenham sido modificados desde seu início, a criação dos conselhos setoriais sul-americanos “*se han multiplicado y han ampliado la integración.*” (VALENCIA; RUVALCABA, 2013, p. 94)

Logo, constata-se que uma das experiências mais enriquecedoras da UNASUL consiste nos seus doze Conselhos Setoriais a fim de compreender quais implicações, projeções e formulações de políticas públicas podem ser realizadas pelos países da região a fim de buscar a eliminação das desigualdades socioeconômicas, a inclusão social, a participação cidadã, o fortalecimento da democracia e da soberania regional. Neste ponto, ganha destaque a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)<sup>71</sup>, “a primeira experiência de integração em matéria de defesa na região” (SANTOS, M, 2018, p. 132) que buscou “*superar las desconfianzas existentes, incorporando al sector defensa como un pilar armónico para facilitar el proceso de integración regional.*” (ARREDONDO, 2017, p. 18)

Neste aspecto, a intensificação dos trabalhos a serem realizados pelos conselhos setoriais nos próximos anos é de suma importância para que haja um retorno à população sul-americana dos esforços empreendidos pela instituição. Dessa maneira, considera-se importante uma articulação entre a UNASUL e o MERCOSUL visando a construção de um novo pensamento crítico (Anexo 16). Como salienta Sosa (2013, p. 142), “*Mercosur y Unasur, no se contradicen sino que se complementan y refuerzan.*” Assim, deve-se centrar em um “*Nuevo Consenso del Sur*” com ativa participação popular. É imprescindível a discussão dos desafios do MERCOSUL e da UNASUL no sentido de continuar seus avanços com necessidade de aprimoramentos, mas validando as conquistas que já foram realizadas.

---

71 O CDS constitui-se “como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa” (ABDUL-HAK, 2013, p. 151), composto pelos ministros de Defesa ou equivalentes de seus 12 países membros. Nele, são tomadas decisões em consenso e respeito às diversidades, aos anseios, aos valores e às tradições de cada Estado membro; “são apenas declaratórias, sem natureza juridicamente vinculante.” (SANTOS, M, 2018, p. 140)

Uma das críticas centrais que podem ser realizadas e levadas em consideração nas reuniões futuras seria que este processo de integração “*es un ancho (por su multidimensionalidad) pero superficial (por su inter-gubernamentalidad).*” (VALENCIA; RUVALCABA, 2013, p. 94) Assim,

*el proceso integrador suramericano está conducido directamente por las elites políticas gubernamentales nacionales y el funcionamiento de las instituciones dependes de ellas, es decir están supeditadas a los consensos que permiten los múltiples intereses nacionales en juego. Es muy grave que no se haya previsto la conformación de un núcleo endógeno supranacional con capacidad para impulsar el proceso de integración. Este núcleo endógeno supranacional podría impulsar la dinámica del proceso integrador regional y defender y hacer progresar el interés regional (aspiraciones, concepciones, metas y objetivos del proyecto comunitario que se busca plasmar en una región determinada).* (VALENCIA; RUVALCABA, 2013, p. 94)

Na atualidade, alguns fatores demonstram que tanto a UNASUL quanto o CDS <sup>72</sup> atravessam uma crise perceptível, devido a uma série de fatores: a exiguidade na progressão de uma identidade sul-americana, a remanescente existência de um competitivo sistema de alianças intra e extra-regionais, a carência de uma diretriz política de Estado, as sucessivas crises político-econômicas de alguns países membros, a escassez de divisas para a composição orçamentária, a dificuldade financeira de determinados organismos (FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul; ABC, Agência Brasileira de Cooperação; carteira de projetos em infraestrutura da UNASUL), a dispersão na busca de interesses comuns, a falta de vontade política pragmática por parte de alguns países-membros diante de uma ofensiva conversadora <sup>73</sup>, principalmente após vitórias políticas em determinados países sul-americanos (Anexo 17).

---

72 Algumas mudanças no cenário sul-americano, como trocas presidenciais com diferentes visões de mundo, auxiliam a agravar esse cenário, uma vez que a figura personalista foi um elemento essencial para a consolidação do projeto do Conselho. Ainda, segundo Souza (2016, p. 134), auxilia no colapso da UNASUL e, por conseguinte, do CDS, a "progressiva crise na Venezuela, com o falecimento de Hugo Chávez, bem como a eleição de Mauricio Macri na Argentina, rompendo com as políticas kirchneristas e seu expressivo entusiasmo pela cooperação no âmbito do CDS". (SOUZA, 2016, p. 134) Em 2018, alguns fatos corroboram a prerrogativa de desaceleração do processo cooperativo dentro do CDS e da UNASUL. Em abril, Brasil Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e Peru suspenderam sua participação na UNASUL por tempo indeterminado, alegando um impasse em relação à escolha do secretário-geral da organização; em julho, o chefe de gabinete Yuri Chillán – que vinha atuando como chefe *de facto* devido a vacância do secretário-geral desde janeiro de 2017 – renunciou ao cargo; também em julho, o presidente equatoriano Lenin Moreno anunciou o pedido de devolução do edifício-sede da UNASUL, em Quito; em agosto, o governo colombiano de Iván Duque noticiou a saída definitiva da UNASUL – o que pode vir a incentivar outros países a fazerem o mesmo –, pouco tempo depois do anúncio de sua entrada como "sócio global" na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo o único país latino-americano no grupo.

73 A ofensiva conservadora pode ser visualizada a partir dos seguintes fatos políticos: eleição de Maurício Macri, na Argentina (2015), eleição de Pedro Pablo Kuczynski, no Peru (2016); ascensão ao poder via golpe jurídico-parlamentar de Michel Temer, no Brasil (2016); vitória do "Não" no plebiscito sobre as FARC, na Colômbia (2016); suspensão da Venezuela do Mercosul (2016); eleição de Sebastián Piñera, no Chile (2018); eleição de Ivan Duque, na Colômbia (2018), assim como assinatura para parceiro externo da OTAN; eleição de

Em outros termos, num período marcado por crises políticas e ascensão de governos de direita, os modelos de integração propostos na década de 2000 vêm sendo mitigados, refletindo as disputas no interior de blocos e entre propostas distintas. Visando reverter a heterogeneidade e a fragmentação do processo de integração sul-americano, o que na visão de Barrios (2014, p. 203) é uma "*ecuación invertida y es así porque los mecanismos de integración más bien han funcionado como mecanismos de desintegración*", demonstra-se alguns dos desafios impositivos a serem solucionados no que tange a integração regional na América do Sul, tais como: "alcançar uma maior especialização das economias nacionais, posto que somente se pode integrar o que é complementar" <sup>74</sup>(TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224); "financiar o projeto de ascensão e desenvolvimento compartilhado com nosso entorno, principal impasse do projeto de integração sul-americana" (CARMONA, 2014, p. 65); "o Brasil precisaria estar disposto e em condições de passar a assumir um papel de provedor generoso de ajuda técnica e assistência ao desenvolvimento, de 'exportador de capitais' e de 'aberturista não-recíproco' aos produtos e serviços dos países vizinhos" (ALMEIDA, 2006, p. 22); "falta de uma auto-percepção regional comum" (SOUTO MAIOR, 2008, p. 52), dentre muitos outros.

b) As classificações conceituais da integração: hemisférica, regional e multilateralista

Tendo sido realizado esse apanhado geral acerca dos processos históricos e atuais da integração regional na América do Sul, avalia-se a possibilidade de realizar três classificações conceituais da integração, denominando-as em hemisférica, regional e multilateralista. Essas três tipologias visam qualificar o debate posterior, uma vez que se buscam parâmetros empíricos da realidade sul-americana.

A integração hemisférica, ou integração monroniana <sup>75</sup>, estabelece o hemisfério americano como zona de cooperação imediata, sendo diretamente proporcional a ampliação e influência dos Estados Unidos no continente americano "para o livre exercício de sua política de expansão nesta parte do globo." (COSTA, 1992, p. 66) Influenciado pela Doutrina Monroe

---

Mario Benítez, no Paraguai (2018); eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil (2018); crescente polarização política na Venezuela, Equador e Bolívia.

<sup>74</sup>“Isso supõe a destruição dos setores menos ou não competitivos de alguns países em benefício de outros, além de envolver significativo custo social. Mas o desenvolvimento conjunto, mediante mecanismos multinacionais, de novos setores produtivos e de serviços, principalmente os que se baseiam nas tecnologias de ponta, representam uma compensação mais que suficiente, junto às políticas a serem adotadas, para minimizar os custos sociais.” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224)

<sup>75</sup> Tal diferenciação entre integração monroniana e bolivariana já se encontra presente no último livro lançado por Theotônio dos Santos, Desenvolvimento e Civilização. (SANTOS, 2016, pp. 356-360)

(1823), que estabeleceu como princípio a conhecida fórmula de "América para os americanos", os Estados Unidos assentavam suas reais pretensões no hemisfério ocidental contra as pretensões hegemônicas das potências europeias, ratificando o início da sua projeção de poder em sua área de influência direta, a América Latina. Assim, significaria, antes de tudo, “uma autêntica autoproclamação de ‘direitos naturais’ de uma ‘jovem potência’ que emergia do outro lado do Atlântico, para o livre exercício de sua política de expansão nesta parte do globo.” (COSTA, 1992, p. 66)

Atualmente, influenciado por essa Doutrina, este tipo de integração consiste em projetos hemisféricos (tais como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Tratado Trans-Pacífico (TPP)), assim como acordos bilaterais que são, em sua essência, semelhantes para todos os países sul-americanos e sem espaço para discussão, devido à assimetria de poder de persuasão, beneficiando o capital estrangeiro e empresas transnacionais estadunidenses. Esta concepção de integração hemisférica pode ser dividida em ativa e passiva.

A integração hemisférica ativa é aquela em que o país sul-americano age de maneira livre, não se sujeitando forçadamente às pressões externas; ele é o sujeito da ação ao se integrar hemisféricamente sob a tutela dos Estados Unidos, seja por objetivos práticos, pragmáticos ou ideológicos. Assim, ao desempenhar esta função em um momento dado, busca o estabelecimento de um alinhamento automático, irrestrito e incondicional com os americanos, reduzindo os enfrentamentos e discordâncias em sua política exterior com a finalidade de atrair investimentos, acessar o mercado dos EUA e/ou facilitar negociações com os organismos financeiros internacionais.

Distintamente, a integração hemisférica passiva resulta de uma menor liberdade e livre-arbítrio, em que o país sul-americano é fortemente dependente da relação econômica e alvo de uma ação provocada pelos Estados Unidos, não realizando a integração por si mesmo e/ou ao seu molde. Caracteriza-se na falta de iniciativa que o Estado tem na execução de ações e projetos, cuja política externa é apática e inativa, sujeita à vontade alheia e sem iniciativa própria, somente sofrendo e recebendo a ação, ao invés de executá-la. Em outros termos, uma integração hemisférica onde o país acata os preceitos básicos estabelecidos pelos Estados Unidos, sem verificar se o dito modelo é benéfico para sua economia e política.

A segunda classificação conceitual da integração é a regional, ou integração bolivariana. Esta integração possui raízes no século XIX, cujos libertadores detinham nuances

teóricas integracionistas e a compreensão de que seria necessário romper os vínculos de dominação e de dependência com os países de elevado desenvolvimento industrial capitalista, como foi visualizado em seção anterior. Desta forma, propunham a formação de uma nacionalidade geograficamente extensa que fosse capaz de engendrar a defesa e o progresso econômico das recém-formadas nações numa visão geopolítica e de soberania conjunta, de caráter anti-imperialista e autônomo, a fim de ratificar um elevado poder de persuasão diante das demais grandes potências.

*La integración a lo bolivariano era esa; Bolívar decía: “Vamos a conformar una gran liga, la más fuerte que pueda imaginarse en la historia de los pueblos, una liga de repúblicas, una liga de naciones”, y tal cual lo señala su carta convocatoria a los gobiernos de la América, antes española, al Congreso de Panamá, cuando dice: “Pacto, pero una liga de naciones, una liga, un cuerpo político”, decía, “debemos crear un cuerpo político con una fuerza militar propia con una visión geopolítica, con una visión de soberanía, una visión muy adelantada, por supuesto, para negociar en condiciones de igualdad en todo lo que se la paz, la economía y la guerra con las otras partes del mundo. (BARRIOS, 2014, p. 163)*

Ainda que a integração regional possua em sua base essas características convergentes, se segmenta em dois padrões distintos, denominados de soberano e fragmentado. O primeiro compreende uma concertação na qualidade de Estados que exercem seu poder de forma ativa e altiva, e cujo poder é exercido de maneira independente, tanto política quanto economicamente, em relação a outros países, ou seja, visando estabelecer projetos refratários à intervenção e domínio estrangeiro. A integração regional soberana pressupõe novas propostas e valores, estabelecidos e ratificados a partir da vontade popular; em outros termos, do ponto de vista político, sua efetividade se baseará na criação de uma soberania popular regional, com mecanismos democráticos, que reduzam a ingerência externa, com a finalidade de desenvolver-se de maneira autônoma e conjunta. Outra característica é o rompimento com a tradição eurocêntrica do pensamento, a busca de um pensamento decolonial epistemologicamente sul-americano.

O segundo modelo seria a integração regional fragmentada, ou integração balcanizada, influenciada diretamente pela colonização. Uma vez que as relações econômicas das colônias eram realizadas inteiramente com as metrópoles (devido ao isolamento geográfico e político entre as diversas regiões do império espanhol e português), esses fluxos eram mais intensos do que entre os centros administrativos locais (futuras capitais dos países independentes) entre si. A independência ocasionou o rompimento das relações entre colônias e metrópole, mas conservou estruturas sociais herdadas do antigo sistema colonial, assim como a dependência econômica. Logo, ainda que com raízes independentistas, a integração fragmentada foi

projetada e ensejada pelas novas grandes potências da época, como Inglaterra e, posteriormente, Estados Unidos, para manter as estruturas sociais e estabelecer a desunião, com o objetivo de enfraquecer os Estados independentes. Deste modo, surgiram líderes e oligarquias locais das diferentes frações da classe dominante que preferiam a manutenção de seus privilégios locais atrelados ao setor externo, vinculando-se a dependência e ao subimperialismo. Essa historicidade político-geográfica que atingiu as independências realizadas apartadamente ainda reverbera nos Estados sul-americanos até a atualidade, em que, apesar de possuírem projetos de integração alinhados a uma perspectiva bolivariana, divergem e se afastam.

A terceira e última classificação conceitual, a integração multilateralista, é uma prática em que um país sul-americano possui relacionamento político-econômico entre várias partes, independente da proximidade geográfica. Ou seja, as cooperações são realizadas livremente entre três ou mais nações, não havendo prioridade a nenhum dos membros nem a necessidade de alinhamento direto e/ou acordos pontuais com determinados países de seu entorno estratégico. É multilateral uma vez que contém várias partes interessadas, diversas ramificações, representando os interesses de múltiplos atores que cooperam, participam ou integram o conjunto. Este tipo de integração pode ser dividido em aberto e autônomo.

Na América do Sul, a integração multilateralista aberta possui influência direta do regionalismo aberto cepalino, apresentada no documento *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe* (1994)<sup>76</sup>, em que "o texto posiciona-se frente à mesma ressaltando as virtudes na simultaneidade entre a abertura comercial da América Latina para com o resto do mundo e a intensificação do comércio intra-regional através dos esquemas de integração vigentes." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 66) Assim, a interdependência econômica dos blocos regionais serviria como instrumento nas negociações multilaterais de liberalização comercial. Dessa forma, a integração é interpretada como uma etapa da abertura à globalização, do livre comércio e dos mercados, destravando barreiras protecionistas, aperfeiçoando a competitividade e instaurando choques de eficiência e produtividade.<sup>77</sup> Assim, o papel do

---

76 "Neste documento, denomina-se 'regionalismo aberto' o processo que surge ao serem conciliados os dois fenômenos descritos nos parágrafos anteriores: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado, resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas." (CEPAL, 2000, p. 945)

77 "Um objetivo complementar é fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e do Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a

Estado se restringe à promoção da liberalização dos fluxos de comércio e investimentos e à constituição de um arcabouço regulatório favorável à atração de investimentos privados, onde a lógica econômica se sobrepõe a lógica política. (PADULA, 2010, p. 65)

Para Baumann, (2013, p. 49; p. 75; p. 186), este tipo de integração permite a exploração/ganhos de economias de escala com custos mais baixos de produção, alterações das relações de troca, maior acesso a mercados externos, aumento no grau de concorrência, mudança tecnológica, estímulos a investimentos internos e externos, cooperação monetária e financeira, dentre outros determinantes econômicos. Este regionalismo é essencial para intensificar o intercâmbio comercial e a criação de um ambiente mais favorável aos negócios entre países de uma mesma região <sup>78</sup> em comparação com terceiros países, e um instrumento para incrementar as transações comerciais e complementaridades produtivas.

Em contrapartida, a integração multilateralista fechada possui uma visão político-estratégica, cujos objetivos incluem redução das assimetrias regionais e espaciais. A partir da obra do uruguaio Eduardo Gudynas (apud FUSER, 2013, p. 216), propõe-se uma alternativa a um modelo de integração com foco no mercado global, única e exclusivamente, um regionalismo baseado na desvinculação seletiva frente à globalização e que considera que a cooperação pressupõe o desnivelamento das regras entre parceiros desiguais e enfatiza o comércio estratégico.

Na esfera interna, o objetivo político da integração deve ser o de afirmar e aumentar a legitimidade dos Estados membros, e conseqüentemente seu poder “para dentro”, atendendo a demandas e condições sócio-políticas internas. No âmbito externo, como objetivo geopolítico, o processo de integração deve trabalhar em favor da projeção de poder e autonomia relativa dos países membros e do bloco no sistema internacional, influenciando decisões, sistema jurídico e as regras formais e informais internacionais, a agenda internacional e os organismos multilaterais. (PADULA, 2010, p. 77)

Desse modo, a busca de uma regionalização voltada para o comércio estratégico faz parte de um planejamento a nível global dos Estados nacionais sul-americanos em favor da integração estratégica de suas indústrias, não mais limitadas aos espaços nacionais, mas sendo exercida num contexto que transcende seus limites territoriais. Diferentemente do modelo proposto pelo regionalismo aberto, o objetivo de conexão multilateral com o mercado externo deve estar subordinado a prioridade de integração de modo a possibilitar a expansão e a

---

eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização comercial em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos." (CEPAL, 2000, p. 946)

<sup>78</sup>"Quando houver um número maior de países trilhando a passos largos o caminho da estabilização, haverá maiores possibilidades de se chegar a acordos de integração mais amplos, isto é, de multilateralizar o processo." (CEPAL, 2000, pp. 947-948)



produção da atividade industrial e comercial da região, em que um “*sistema de infraestructura ideal será aquel que proporcione un mejor aprovechamiento de las facilidades de desplazamiento, de oferta de energía y de comunicación, e de los insumos demandados por el proceso productivo.*” (COSTA, 2012, p. 25) Assim, se prioriza as interconexões estratégicas e polos integradores para orientar uma proposta de infraestrutura para a região a partir de um sentido geográfico e político (COSTA, 2013, p. 669), cujo aproveitamento dos espaços tem a finalidade de organização econômica com base na industrialização, comércio estratégico, formação de um amplo mercado e autonomia, conectando produção e consumo, e possibilitando a indução de regiões mais atrasadas.

O quadro abaixo busca sintetizar as principais características das três classificações da integração na América do Sul.

**Tabela 7 - Classificação conceitual da integração**

<b>AS TRÊS CLASSIFICAÇÕES CONCEITUAIS DA INTEGRAÇÃO</b>			
<b>Integração hemisférica</b>	Integração monroniana; influência direta dos Estados Unidos nos modelos de integração; controle hemisférico unilateral (poder de persuasão); ALCA, TPP e TLC	<b>ativa</b>	Estado é sujeito da ação ao se integrar hemisféricamente; alinhamento pragmático aos EUA
		<b>passiva</b>	Estado é alvo de ação ao se integrar hemisféricamente; acatamento apático aos EUA
<b>Integração regional</b>	Integração bolivariana; influência dos libertadores no rompimento com a dominação e dependência; soberania conjunta anti-imperialista com poder de persuasão	<b>soberana</b>	Projetos ativos, altivos, independentes, populares e decoloniais; refratário ao domínio externo
		<b>fragmentada</b>	Projetos balcanizados, coloniais, apartados e dependentes; originário do domínio externo
<b>Integração multilateralista</b>	Relacionamento político-econômico entre várias partes, diversas ramificações; representa os interesses de múltiplos atores que cooperam, participam ou integram o conjunto	<b>aberta</b>	regionalismo aberto; viés economicista, liberalização comercial e forças de mercado
		<b>fechada</b>	regionalismo político-estratégico; industrialização, infraestrutura e Estado

Fonte: elaboração própria

Como afirmam Traspadini e Stedile (2011, p. 224), a integração econômica (sul-americana) é pré-requisito indispensável para se integrar à economia mundial, evitando o

isolamento e dispersão. Para que haja uma maior institucionalidade da integração e sua relação com o aprofundamento dos processos, é necessário estimular a reflexão sobre os impactos político-econômicos da cooperação nos espaços sul-americanos, assim como as perspectivas de longo prazo desse processo num cenário globalizado. Almeida (2006, p. 21) resume os objetivos básicos da integração sul-americana: estabelecer um espaço integrado nos planos econômico-comercial e físico-logístico, uma integração cultural, maior permeabilidade social e financeira, e coordenação de posições em matéria de política externa e de segurança estratégica nos campos político e diplomático. Em outros termos, a integração sul-americana é um imperativo geopolítico e de segurança *vis-à-vis* a crescente competição interestatal e a concentração e centralização de capital, poder e riqueza no sistema internacional.

Após a avaliação das distintas formas de manifestação da integração regional na América do Sul, pode-se chegar a um denominador comum acerca da sua concepção teórica. A integração é um projeto conjunto de tomada de decisões com a finalidade de superar desafios políticos, econômicos, físicos e sociais entre países vizinhos (ou não), que colaboram na gestão de recursos e bens comuns; é um instrumento, uma ferramenta, um meio para desvencilhar-se do subdesenvolvimento e alavancar uma projeção de poder regional a nível internacional. No caso sul-americano, congrega o fortalecimento da posição internacional da região no sistema mundial, o enfrentamento da desigualdade/desconstrução das assimetrias regionais, a construção de uma identidade regional, a autodeterminação entre os povos/nações e a ampliação da participação de componentes econômicos e sociais.

A possibilidade da integração regional para os países da América do Sul pode ser constatada a partir da correlação de interesses mútuos e recíprocos. Essa convergência é profícua e duradoura na medida em que a integração regional é intensificada, cujos objetivos finais são delineados como uma meta geopolítica, de redução da dependência/vulnerabilidade externa. Seja em termos de segurança, desenvolvimento, poder internacional ou identidade, a integração regional busca confluir os interesses e resolver os desafios particulares e coletivos dos países integrantes – que não poderiam ser sanados isoladamente –, assim como em sua relação com as potências hegemônicas.

Na próxima sessão, buscar-se-á analisar os conceitos de Forças Políticas Internas e Forças Políticas Externas, e como a geopolítica, o desenvolvimento e a integração influenciam, direta ou indiretamente, essas correlações de forças e interesses, dentro e fora dos países.

#### **1.4 - Geopolítica, desenvolvimento e integração – as Forças Políticas Internas (FPI) na América do Sul e as Forças Políticas Externas (FPE) mundiais**

Como pode ser observado, buscou-se realizar um debate histórico-qualitativo acerca de três temas considerados fundamentais para a compreensão da América do Sul nas relações internacionais. Definiu-se, assim que a geopolítica consiste num método de estudo dinâmico da relação entre poder e espaço, cuja análise dos fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados auxilia a orientar, compreender e explicar sua atuação no cenário internacional. No que se refere ao desenvolvimento, determinou-se como um processo dirigido e definido de transformação social, cuja finalidade é a igualdade de oportunidades sociais, políticas e econômicas, seja num plano interno ou externo. Já a integração embasa-se num plano unificado de concertação decisiva visando suplantar desafios políticos, econômicos, físicos e sociais, em que possui, como um dos seus objetivos, fortalecer a posição do conjunto no mundo.

Nesse sistema mundial de acumulação de poder e riqueza, todos os países são expansivos e visam melhorar seu *status quo*. Segundo Fiori (2007: 2014), dentro desse sistema de poder cujo motor é a competição e a guerra, não há lugar para neutralidade: todas as potências lutam pelo poder global e criam ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Isto é, portanto, parte necessária do movimento de expansão do próprio sistema. Logo, antes da definição do que se caracterizará como Forças Políticas Internas (FPI) e Forças Política Externas (FPE), se faz necessário analisar as discussões acerca dos novos paradigmas do sistema internacional num contexto pós-Guerra Fria, uma vez que a ordem internacional e as suas próprias modificações influenciam tais Forças Políticas.

No final do século XX, Francis Fukuyama, com seu artigo "*The end of history?*", de 1989, afirmava que as lutas e as contradições engendradas entre dois sistemas opostos não era mais uma tendência determinante e que, no final do século XX, não houve uma convergência entre capitalismo e socialismo, mas uma vitória contundente do liberalismo econômico e político. Logo, o triunfo do Ocidente é evidente no total esgotamento de alternativas sistemáticas viáveis à democracia liberal ocidental, tida como axioma que reconhece e protege o direito universal do homem à liberdade. Este novo paradigma deveria ser seguido por todos os países nesta nova ordem internacional unipolar.

*What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end*

*point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.* (FUKUYAMA, 1989, p. 1)

Nestes novos tempos, não há contendas nem grandes disputas internacionais e, conseqüentemente, inexistente a necessidade de generais ou estadistas; o principal é, fundamentalmente, a atividade econômica estabilizadora do liberalismo apoiado pela moderna economia de livre mercado. Nas relações internacionais, este novo pensamento político descreve um mundo dominado por preocupações econômicas para os países que alcançaram o fim da história, cuja possibilidade de um mercado comum global inviabilizaria a necessidade de uso militar da força, uma vez que não haveria fundamentos ideológicos para conflitos entre nações. (FUKUYAMA, 1989, p. 16)

Tal percepção da nova ordem mundial não duraria muito tempo. Robert Kagan escrevera um livro a fim de dirimir a apologia do fim da história, advogando uma era de divergência entre os países: o "retorno da história". Assim, constata que a competição entre Estados-nacionais continua intensa, com lutas por *status* e influência como características centrais do cenário internacional, com as grandes potências do mundo cada vez mais alinhadas de acordo com a natureza de seus regimes.

*Even as these hopeful expectations arose, however, there were clouds on the horizon, signs of global divergence, stubborn traditions of culture, civilization, religion, and nationalism that resisted or cut against the common embrace of democratic liberalism and market capitalism. The core assumptions of the post-Cold War years collapsed almost as soon as they were formulated.* (KAGAN, 2008, p. 10)

No início do século XXI, ainda que o advento da globalização econômica desafiasse o Estado soberano, o sistema internacional estaria testemunhando o retorno do nacionalismo, a "nova geopolítica das nações" (FIORI, 2007) e uma reconfiguração de poder na ordem internacional – "*one superpower, many great powers*" (KAGAN, 2008, p. 12). A prerrogativa do "fim da história" falhou ao não perceber que o progresso não era inevitável, mas dependia das condições materiais políticas e econômicas: a ordem internacional que emergiu refletia a nova balança de poder em favor das forças liberais, mas elas não eram infalíveis e não serão necessariamente duradouras.

Tal fato ficou ainda mais explícito após a crise financeira de 2008, que engendrou novas formulações teóricas acerca do funcionamento do sistema internacional e de novas correlações de forças. Neste escopo, compreendem-se quatro formulações que visam analisar a nova conjuntura global que se delineia: o G-0, de Iam Bremmer; o Segundo Mundo, de

Parag Khanna; o Pós-Americanismo, de Fareed Zakaria; e o Pós-Occidentalismo, de Oliver Stuenkel.

Para Iam Bremmer, existe um vácuo de liderança internacional devido a uma combinação de fatores: influência internacional declinante de Washington, desentendimentos políticos acentuados – tanto entre países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, assim como entre os Estados Unidos e a Europa –, desacordos sobre a estabilidade monetária e financeira global futura, dentre outros. Ele considera ainda que o G-20<sup>79</sup> é uma instituição inoperante com visões concorrentes do papel do governo; o G-2<sup>80</sup> não recebe atenção esperada da China, devido ao seu desinteresse atual nas responsabilidades/ônus globais; o G-3<sup>81</sup> apresenta problemas internos, ao invés de política econômica e de segurança comum; tanto o G-7<sup>82</sup> quanto o G-8<sup>83</sup> tornaram-se obsoletos; o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) não refletem a verdadeira balança do poder político e econômico.

Desta maneira, propõe o G-Zero: um emergente vácuo de liderança na política mundial criado por um declínio relativo da influência ocidental, conjuntamente ao foco doméstico das potências emergentes. Nenhum país ou bloco de países tem a influência política e econômica – ou a vontade – para conduzir uma agenda verdadeiramente internacional: é o fim das lideranças mundiais, um poder regionalizado e não globalizado, “uma ordem mundial em que nenhum país ou aliança durável de países é capaz de fazer frente aos desafios da liderança global.” (BREMNER, 2013, p. 9)

O G-Zero seria um mundo de incerteza, volatilidade, competição e conflito, uma vez que, à medida que a liderança global diminui, os confrontos entre os países aumentam. Logo, o colapso econômico internacional, a desaceleração econômica global, o travamento da Rodada de Doha e a perda de poder da Organização Mundial do Comércio (OMC) são fatores

---

79 O G20 é formado por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais de 19 nações: os que formam o G8 e ainda 11 emergentes. No G8 estão: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. Os outros países membros do G20 são: Brasil, Argentina, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, em bloco, é o membro de número 20, representado pelo Banco Central Europeu e pela presidência rotativa do Conselho Europeu. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, assim como os Comitês Monetário e Financeiro Internacional e de Desenvolvimento, por meio de seus representantes, também participam das reuniões do G20.

80 O G-2 consiste nas relações entre China e Estados Unidos.

81 O G-3, ou tríade capitalista, consiste na conformação global entre Estados Unidos, União Europeia e Japão.

82 O Grupo dos Sete (G7) é um grupo internacional composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, que representavam as sete economias mais avançadas do mundo.

83 G-7 mais a Rússia.

que engendram um surto de pressões protecionistas<sup>84</sup>, em que cada governo procura proteger seus próprios trabalhadores e indústrias, enquanto as ambições para sustentar a economia global ficam para segundo plano.

Na visão de Parag Khanna, os países/regiões denominados de Segundo Mundo "*are today the central stage on which the future course of global order is being determined.*" (KHANNA, 2008) Em sua definição, o Segundo Mundo seria uma reformulação da categoria utilizada na Guerra Fria: países em transição que não se qualificam como avançados Estados industriais, nem como nações subdesenvolvidas; uma mescla de elementos do Primeiro e do Terceiro mundos em suas sociedades, podendo ascender para um ou descender para outro; uma "classe média global", com indicadores sócio-econômicos contraditórios. Grosso modo, consistiria na América do Sul mais México, mundo árabe (incluindo a África do Norte) e o espaço ex-soviético.

Nesta nova configuração global, as relações interimperiais entre os Estados Unidos, União Europeia e China moldariam o mundo, buscando exercer força gravitacional no Segundo Mundo via globalização e "*geopolitical marketplace*"<sup>85</sup>. (KHANNA, 2008) Assim sendo, há uma competição pelos mercados emergentes, cujos novos Impérios buscam exercer domínio e esferas de influência e, em contrapartida, o Segundo Mundo visa barganhar melhores condições e posição de máxima influência política. Neste mercado geopolítico, a legitimidade baseia-se na eficiência e eficácia, que deve ser provada e comprovada em comparação com as outras superpotências.

Para o autor, um fator fundamental é a compreensão de que os Estados do Segundo Mundo são a principal arena de comparação das estratégias das superpotências para expandir a base global de seu poderio e solapar os rivais; são o fiel da balança num mundo multipolar, podendo alterar o equilíbrio global de poder. "*To a large extent, the future of the second*

---

84 Uma vez que cada governo deve trabalhar para criar segurança e prosperidade domésticas, com a finalidade de se ajustar às suas próprias circunstâncias políticas, econômicas, geográficas, culturais e históricas, o capitalismo de estado é um sistema que deve ser exclusivo de todos os países que o praticam. É por isso que, apesar das promessas registradas nos comunicados do G-20 de "evitar os erros do passado", o protecionismo se faz presente. Ainda, é improvável que o processo de criação de uma nova arquitetura financeira internacional engendre uma estrutura com credibilidade. Além disso, a era G-Zero tem mais probabilidade de produzir conflitos prolongados do que qualquer similaridade com um novo Bretton Woods. (BREMNER, 2013)

85 "In the geopolitical marketplace, consumer countries choose which superpower will be their patron; some choose more than one. When one superpower tries to isolate an enemy, another superpower can always swoop in with a lifeline and gain an ally. The world has never before witnessed this sort of truly global competition." (KHANNA, 2008)

*world hinges on how it relates to the three superpowers, and the future of the superpowers depends on how they manage the second world.” (KHANNA, 2008)*

Em contrapartida, Fareed Zakaria constata que a crise financeira acelerou a queda da dominância global dos Estados Unidos, cuja perda de credibilidade política e econômica ensejou o surgimento do mundo pós-americano e a “ascensão do resto”: um fenômeno econômico com desafios geopolíticos, uma vez que um mundo sem poder central e dominante, com a incapacidade americana de agir independentemente, será cada vez mais presente em toda parte. *"This is a book not about the decline of America but rather about the rise of everyone else. It is about the great transformation taking place around the world, a transformation that, though often discussed, remains poorly understood"* (ZAKARIA, 2009, p. 1), e cuja transição tem consequências políticas, militares e culturais, com a probabilidade crescente de desafios e maior assertividade de nações em ascensão.

O autor afirma que os EUA continuarão a ser a nação mais poderosa do mundo, chegando inclusive a propor diretrizes estratégicas para os americanos nesse novo cenário (ZAKARIA, 2009, pp. 235-250). Entretanto, seu poder relativo está diminuindo e estabelecendo uma ordem mundial pós-americana, onde novos poderes cada vez mais afirmam seus interesses e afloram o enigma político americano de como alcançar objetivos internacionais num mundo de múltiplos atores, estatais e não-estatais. Além disso, argumenta que o sucesso dos EUA na promoção do capitalismo de livre mercado e da globalização levou à dispersão e difusão do poder para vários outros países.

*At the politico-military level, we remain in a single-superpower world. But in every other dimension - industrial, financial, educational, social, cultural - the distribution of power is shifting, moving away from American dominance. That does not mean we are entering an anti-American world. But we are moving into a post-American world, one defined and directed from many places and by many people. (ZAKARIA, 2009, pp. 4-5)*

Oliver Stuenkel vai além da concepção anterior, afirmando o início da existência de um mundo pós-ocidental, definindo-o como um sistema pós-unipolar e estabelecendo parâmetros para a multipolarização (e democratização) da ordem global futura. Para o autor, os conceitos consagrados das relações internacionais são ocidentocêntricos: análises provincianas que celebram e defendem a civilização ocidental como sujeito e ideal normativo de referência política mundial (STUENKEL, 2018, p. 9) e afetam o modo de ver e interpretar os acontecimentos políticos contemporâneos (STUENKEL, 2018, p. 19).

Logo, a tentativa de construção de um mundo pós-ocidental é contrária à perspectiva de que atores não-ocidentais aceitam passivos as regras da sociedade internacional ocidental, e são incapazes (ou ineficazes) de formular normas e construir novas instituições. Stuenkel chega a condenar a percepção ocidental de que um mundo pós-ocidental consistiria numa ordem global caótica, desorientadora e perigosa, afirmando que “o ocidentocentrismo empobrece profundamente a nossa análise da dinâmica que modelará a ordem nas décadas futuras.” (STUENKEL, 2018, p. 15)

Conjuntamente ao combate ocidentocêntrico, ainda não se configuraria, no sistema internacional, a criação de uma nova ordem mundial na atualidade, e sim de uma “ordem paralela” complementar e não confrontativa às potências emergentes, no qual os emergentes buscam projetar seu poder e moldar novas e velhas instituições, reformando, aos poucos, as estruturas de governança global.

Com o poder mais equilibradamente distribuído, o mundo estará diante de uma oportunidade de fortalecer a cooperação e engajar muito mais vozes do que em qualquer outro momento na história humana, a despeito do fato de que administrar tal sistema venha a ser uma tarefa muito mais complexa. (STUENKEL, 2018, p. 35)

No século XXI, o sistema mundial se apresenta extremamente complexo e dinâmico. Este pequeno debate enseja reflexões que deverão ser sistematizadas nos próximos anos, assim como gera uma série de inquietações e questionamentos. Qual será o novo concerto entre potências mundiais, e de que maneira elas influenciariam os Estados nacionais e seus blocos de poder internos? Como será estabelecida a nova ordem internacional, se através da competição e da guerra, recorrente na história do sistema interestatal capitalista, ou sob novos parâmetros? A geopolítica das nações será uma constante no sistema internacional? Quais blocos de poder, estatais ou não-estatais, predominarão no estabelecimento de projetos estratégicos? Qual dos paradigmas apresentados prevalecerá?

Todos esses questionamentos influenciam, direta e indiretamente, as Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas, e são, portanto, fundamentais para a compreensão dos mesmos. Ainda, para o escopo do presente trabalho, e dialogando com esses cenários delineados, é fundamental pensar qual elemento aglutina todos os elementos assinalados até o presente momento; qual ator no sistema internacional engloba, em sua essência, características geopolíticas, desenvolvimentistas e integracionistas; qual ossatura institucional é a mais pertinente, em termos históricos, para se analisar os grandes temas da contemporaneidade. Para todos esses fatores, visualiza-se o Estado como o espaço por



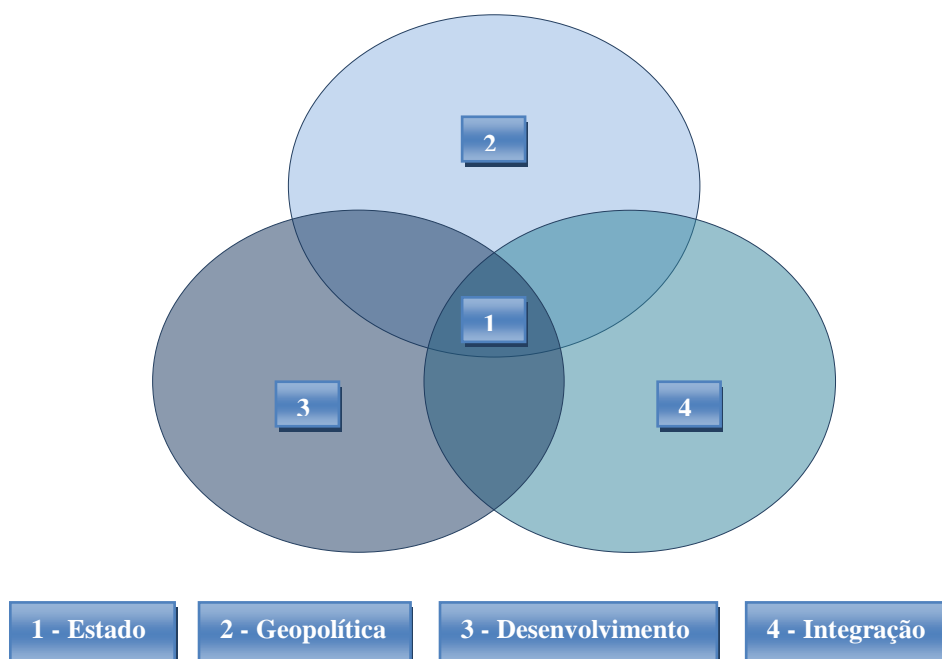
excelência em que grupos sociais, dominantes e dominados, interna e externamente, visam alcançar o poder em suas múltiplas formas.

Para Poulantzas (2000, pp. 128-137), o Estado é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe, em que tanto dominantes quanto dominadas não são exteriores ao Estado, uma vez que suas contradições e conflitos se efetivam no seu próprio seio. Assim, ele não é um bloco monolítico sem fissuras, mas um campo estratégico e complexo de micropolíticas diversificadas, com choques e conflitos. Logo, deve ser compreendida a existência de uma luta de classes em sua ossatura institucional, que representa e organiza o interesse político do bloco no poder, composto de várias frações da classe dominante.

Em outros termos, o Estado é um campo de relação de forças, cujo "estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado." (POULANTZAS, 2000, p. 134) Esta perspectiva relacional do Estado moderno – que, cabe salientar, não deixa de ser um Estado capitalista, apesar de sofrer pressões populares – permite compreender que o Estado não pode ser definido epistemologicamente como algo impermeável, opaco e sem fissuras, mas sim marcado por um conjunto de contradições, sendo compreendido como uma arena de lutas entre as classes e os grupos sociais dentro do aparato estatal, ainda que influenciados por condicionantes estruturais.

O Estado assume o papel dirigente nessa nova etapa do capitalismo contemporâneo, seja de forma mais ou menos assertiva, de acordo com as configurações de força internas e externas. É ele que orienta o processo de acumulação capitalista dos grupos nacionais e transnacionais; é ele que auxilia na crescente participação na produção e distribuição; é ele que sustenta e consolida as forças políticas como um setor hegemônico da sociedade; é ele que, em última instância, possui o monopólio do uso legítimo do poder para fins geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas.

**Figura 1 - A interseção metodológica do Estado nas relações internacionais**



Fonte: elaboração própria.

Uma vez que o Estado pode ser definido como contradição e competição internas, julga-se necessário estabelecer a definição de Forças Políticas Internas (FPI): são os grupos que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem. Elas são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Assim, são poderes fraturados pela dissensão, cuja vocação endógena de influenciar as frações de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja vista que uma das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.

Fiori resume com precisão o ponto central para a análise de Forças Políticas Internas:

Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e sustentação dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade na configuração do sistema de poder em que estão inseridos. (FIORI, 2014, p. 40)

O conjunto do trabalho até aqui realizado visou estabelecer os parâmetros das FPI, a partir de um arcabouço teórico baseado nas formulações propostas acerca da geopolítica, do desenvolvimento e da integração. Ou seja, todas as definições até aqui apresentadas confluem para determinar as forças políticas específicas na América do Sul, conforme serão destacadas no próximo capítulo.

Ainda, é importante frisar que os modelos de FPI, que serão posteriormente apresentados, não podem ser considerados herméticos e impassíveis de contradições internas. Eles constituem a busca de delimitação de um objeto de pesquisa a partir da observação empírica e histórica, um conceito que visa destacar um projeto representativo de certos setores sociais, construída sob uma interpretação da realidade concreta. Além disso, conformam tendências de médio-longo prazo e, por isso, são passíveis de uma análise mais duradoura e fidedigna.

Da mesma maneira que se faz necessária uma sistematização das Forças Políticas Internas na América do Sul, sua contrapartida no plano internacional também merece atenção equivalente. Entretanto, o debate profícuo acerca das Forças Políticas Externas (FPE) mundiais também será realizado no próximo capítulo, em que se considerarão as duas grandes potências do sistema internacional no século XXI, Estados Unidos e China. Apesar disso, é importante uma definição, ainda que sucinta, do que se compreende por FPE e, tão relevante quanto foi visto anteriormente, a conjuntura da ordem internacional pós-Guerra Fria em que se situam diferentes definições teóricas e novos paradigmas geopolíticos, essenciais para a compreensão ulterior do objeto de estudo no plano macro e micro, assim como do horizonte temporal delimitado pelo presente trabalho.

As Forças Políticas Externas são forças exógenas que buscam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação. Diferentemente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas necessitam de um agente externo a ele para exercer o poder, atuando de fora para dentro do sistema, ou seja, é um tipo de força exercida sobre esse sistema. Rotineiramente, as FPE formam compromissos com determinadas FPI, que passam a tomar decisões estabelecidas e referenciadas às primeiras; *i.e.*, as Forças Políticas Externas visam sempre influenciar as Forças Políticas Internas que melhor reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza.

Uma vez mais, Fiori (2014, p.30) elucida a questão ao afirmar que

essas grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos estados e economias líderes, pela monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica. Por isto, o aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. (FIORI, 2014, p. 30)

Há uma relação dialética entre o Estado, as Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas; ambas se influenciam reciprocamente, exercendo pressões que modificam as conjunturas internas dos países, os arranjos regionais e o próprio sistema internacional. Assim, é essencial o estudo de tais conceitos na realidade prática sul-americana e mundial, uma vez que o modelo proposto engendra competição, contradição e acumulação de poder e riqueza, características basilares do sistema interestatal capitalista e que, intuitivamente, influenciam diretamente os atores citados.

Consequentemente, determinando o Estado como elemento agregador do poder nos tópicos referentes à geopolítica, ao desenvolvimento e à integração, e, ao apreender a tentativa de redução de seu papel, ciclicamente, no sistema internacional, postula-se uma primeira tentativa de compreensão de uma das hipóteses principais do presente trabalho: a possibilidade (ou não) de delinear projetos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas na América do Sul, *vis-à-vis* as novas configurações das FPI e FPE no que se refere à transmutação e tentativas de arrefecimento do poder estatal.

Subsequentemente, uma vez definidos os conceitos, é fundamental justificar a escolha do marco temporal do presente trabalho. Assim, três anos são considerados basilares para a reconfiguração tanto de forças internas quanto externas na América do Sul e no mundo. Temporalmente, inicia-se com o ano de 2001 pela sua singularidade e por apresentar fatos históricos que modificaram o tabuleiro geopolítico nas relações internacionais. Como exemplos, podem-se citar a queda das Torres Gêmeas nos Estados Unidos, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o início do ciclo de governos progressistas contrários às políticas neoliberais na América do Sul, no qual o Estado nacional é requisitado para um reequilíbrio das relações de poder, ensejando-lhe novo sentido.

Já o ano de 2008 foi paradigmático devido à crise financeira global, consistindo num ponto de inflexão, política e econômica, em todos os países do mundo, com os Estados Unidos buscando socorrer sua economia através da eleição de Barack Obama, a China estabelecendo uma nova política mais assertiva no mundo – assim como favorecendo a América Latina com o primeiro *policy paper* específico para a região –, e a América do Sul

intensificando seus projetos de integração regional, diante de uma crise que afetou suas economias e a inserção internacional dos seus Estados.

Por fim, encerra-se o recorte temporal em 2016, no qual são percebidos indícios de transformações nas Forças Políticas Internas e Externas, assim como em suas estratégias de poder. Logo, visualiza-se outro ano emblemático e complexo, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a incerteza das suas políticas, uma nova estratégia chinesa para a América do Sul e o mundo, assim como o fim de um ciclo político-econômico sul-americano.

Além de todos esses fatores, o período analisado consiste na transição da unipolaridade para a multipolaridade, conforme salientado ao longo da presente seção. Esta última não reverte a globalização neoliberal, mas modifica as relações de força dentro desse esquema, incorporando outra faceta à mesma ordem global das últimas três décadas e visando democratizar as relações de poder no sistema internacional.

Em suma, é importante frisar que não se desconsiderarão determinadas Forças Políticas Internas para além dos Estados nacionais, haja vista que existem múltiplas forças numa sociedade, que disputam influência como alavanca de poder. Em outros termos, sob a perspectiva do presente trabalho, o Estado ainda consiste na força centralizadora das relações internacionais; é a espinha dorsal da interseção metodológica entre geopolítica, desenvolvimento e integração; é o elemento fundamental para a criação de um planejamento estratégico; é o ator principal da conformação das Forças Políticas Internas e sua relação com as Forças Políticas Externas. Por essa razão, vinculou-se a proposição de FPI e FPE na última seção do capítulo, uma vez que estas apresentariam padrões que perdurariam ao longo do tempo, principalmente no pós-Guerra Fria, momento no qual há uma exacerbação de características definidoras e divergentes.

Logo, o principal elemento organizador do desenvolvimento capitalista tem um papel essencial na condução, execução e organização do poder, cuja competição dialética das Forças Políticas Internas e Externas será o ponto principal do próximo capítulo. Assim, serão destacados quais as FPI predominaram na América do Sul no período de 2001 a 2016, detalhando suas principais características e projetos de poder. Simultaneamente, visualizar-se-á os Estados Unidos e China como as FPE mundiais mais atuantes na região nesse horizonte temporal, e, finalmente, como se relacionam as FPI e as FPE através do conceito de triângulos competitivo-cooperativos, visando, de forma dialética, concatenar o aporte teórico-conceitual do presente capítulo, com a análise da realidade concreta do capítulo subsequente.

## Capítulo 2 - Os projetos de poder para a América do Sul – Forças Políticas Internas (FPI), Estados Unidos e China

### 2.1– As Forças Políticas Internas: privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular

"Porque, ao contrário do pensamento vira-lata, quando a gente construir um bloco na América Latina, seremos uma força econômica no mundo." (SILVA, 2018, p. 53)

Como se destacou no capítulo anterior, as Forças Políticas Internas são coligações estabelecidas por forças centrípetas, cuja contradição e competição no seio da ossatura institucional do Estado estabelecem a capacidade de determinar consensos e produzir movimentos políticos de acordo com seus princípios, influenciando diretamente os blocos de poder endógenos. Assim, a presente seção realizará uma breve tipificação acerca das principais forças internas na América do Sul no período de 2001 a 2016.

Primeiramente, é necessário esclarecer que as Forças Políticas Internas estão presentes em todos os países do sistema mundial, haja vista a impossibilidade de existência da harmonia de poder *vis-à-vis* as disputas de poder. Entretanto, ressalta-se que a concepção dessas FPI consiste numa observação empírica e materialista específica, relacionada ao estudo da América do Sul no século XXI. Estas forças conformam uma geometria de poder determinada de modo espacial e histórico, o que não inviabiliza, particularmente, a constatação dessas Forças Políticas Internas em outras regiões do mundo, nem outras concepções em distintos períodos históricos.

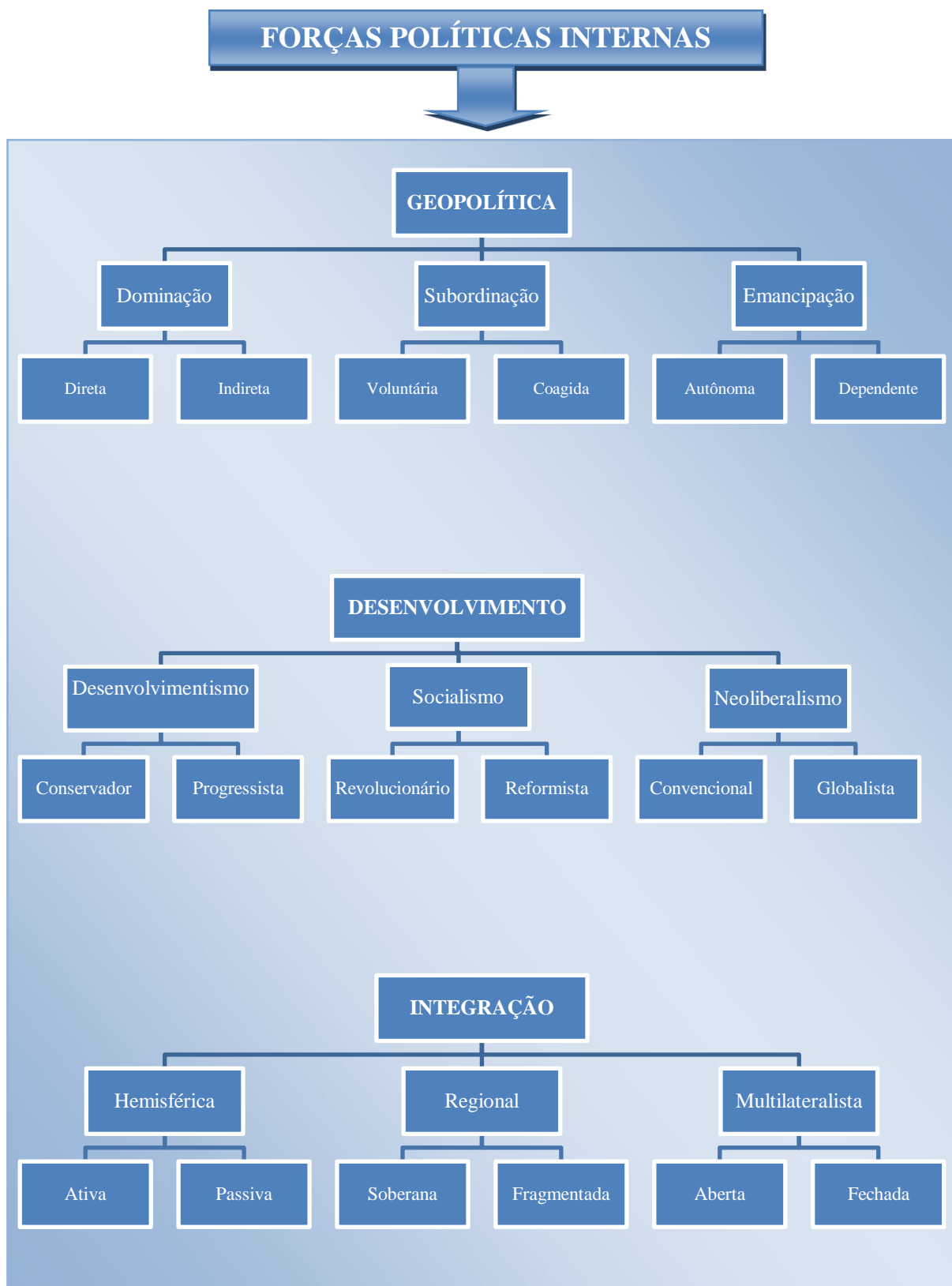
Em segundo lugar, constata-se que, de acordo com o modelo proposto, os arranjos das FPI na América do Sul se relacionam diretamente com as temáticas da geopolítica, do desenvolvimento e da integração; *i.e.*, consiste na correlação entre as distintas tipologias propostas desses três temas gerais que irão sustentar a conformação das FPI sul-americanas. Desta forma, conforme foi observado ao longo do primeiro capítulo, existem múltiplas combinações possíveis entre essas variações, mas que, no período estabelecido pelo recorte temporal, destacam-se algumas FPI em detrimento de outras, uma vez que foram mais presentes e atuantes nos países sul-americanos.

Um terceiro ponto consiste na ratificação de que a constituição destes modelos nomeados de Forças Políticas Internas constitui uma abstração a partir da realidade concreta e, como construção subjetiva e particular do autor, possui alto grau de generalização e, com isso, alta probabilidade de críticas. Em outros termos, ao conformar tipologias das FPI, o intuito é o estudo dos traços característicos de um conjunto que busca determinar tipos e/ou sistemas de poder, caracteres tipográficos de forma sistematizada a partir da geopolítica, do desenvolvimento e da integração.

Finalmente, ratifica-se a dificuldade de construir coalizões de classes na América do Sul, principalmente devido a desigualdade social profunda, divergência de interesses e formação histórica dos blocos de poder. Portanto, ensejou-se a conformação da terminologia de Forças Políticas Internas, uma vez que, ao trabalhar com esse conceito, podem-se concatenar princípios e diretrizes que, a princípio, constituem uma “orquestra política, econômica e social onde soam elementos de campos variados.” (VADELL; CARVALHO, 2014, p. 103) A contradição que porventura possa ocorrer no interior das FPI nada mais é do que a própria contradição existente no interior dos Estados, cuja ossatura institucional é uma arena de luta de interesses.

Assim, observa-se na figura abaixo a configuração das Forças Políticas Internas a partir do que fora apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho. Uma vez realizada a divisão da geopolítica, do desenvolvimento e da integração em três formas conceituais cada, e de cada divisão surgindo uma dupla subdivisão, constata-se uma complexidade de tipologias possíveis no contexto da América do Sul. Entretanto, a partir do horizonte temporal estabelecido, algumas dessas forças vêm se destacando na realidade prática da consecução do poder, o que estabelece a formação de Forças Políticas Internas particulares, que podem liderar, influenciar, se adaptar ou até mesmo desaparecer, se novos nexos de força forem estabelecidas na posterioridade.

**Figura 2 - Forças Políticas Internas: geopolítica, desenvolvimento e integração**



Fonte: elaboração própria.



A partir do recorte temporal realizado, visualiza-se que a América do Sul se encontra numa encruzilhada oriunda das crises e contradições de modelos sociopolíticos e, “posteriormente, na vigência ou não do neoliberalismo como corpo ideológico hegemônico após a crise de 2001 na região” (VADELL; CARVALHO, 2014, p. 76):

Sai de uma crise de seu balanço de pagamentos de 1999 a 2009, amortizada pela reversão da deterioração dos termos da troca, e ingressa, a partir de 2010, num período cíclico de expansão de entrada de capitais estrangeiros, onde o eixo do crescimento econômico mundial se desloca dos países centrais para o leste asiático, em particular a China, e os países periféricos. Essa situação abre a uma janela de oportunidade e uma nova perspectiva para a região. (MARTINS, 2011, pp. 273-274)

A partir dessa janela de oportunidades, é fundamental a compreensão das Forças Políticas Internas a partir de uma base geopolítica, desenvolvimentista e integracionista, e sua correlação de poder com as Forças Políticas Externas. Cada modelo de inserção propõe relações entre as distintas frações de classe e do Estado num projeto determinado, que podem ser determinadas, no caso sul-americano, em três concepções: privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular.

### **2.1.1 – Privatismo exogenista**

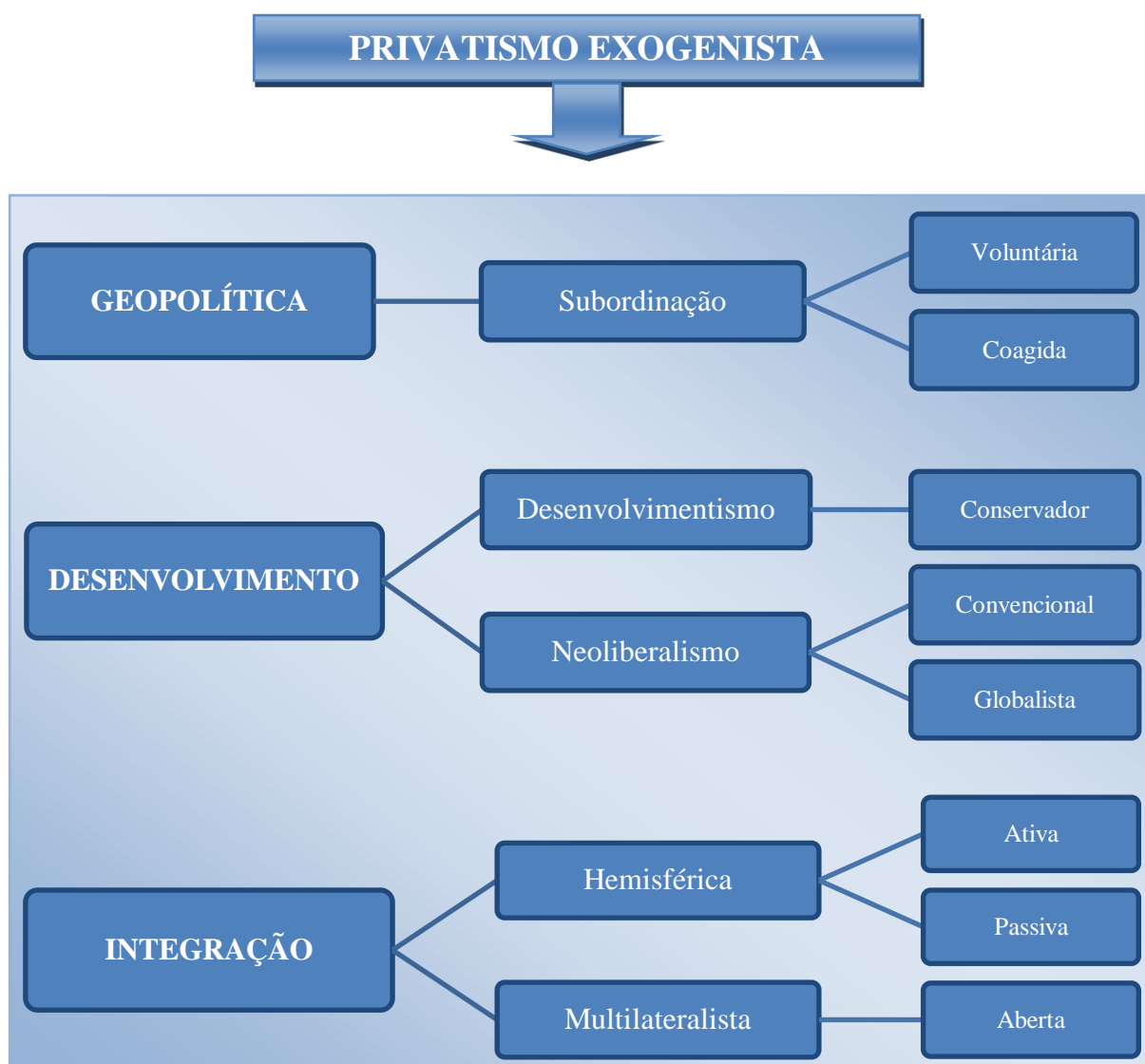
O privatismo exogenista é uma vertente política e uma ideologia social e econômica que tende a valorizar a iniciativa privada, a propriedade privada e as privatizações, principalmente com a venda e gestão de ativos nacionais a setores externos. Ele é orientado e conduzido diretamente pelos setores empresariais privados internacionais, cujo “empreendedor nacional deveria associar-se ao internacional ou concorrer obrigatoriamente com ele.” (TRASPADINI, 2014, pp. 40-41)

Portanto, é um privatismo de procedência/influência exógena, que se desenvolve a partir de temas estabelecidos fora dos espaços nacionais dos países sul-americanos, e cujas economias nacionais se encontram totalmente pautadas pela globalização e pelos interesses dos grandes centros de poder que provém do exterior. Basicamente, pauta-se em três pilares: a escassez de bens e recursos deve ser gerida pelas instituições privadas transnacionais; o capital internacional é o instrumento social que facilita e movimenta o sistema; e toda instituição que iniba o mercado racional globalizado deve ser limitada. (VADELL; CARVALHO, 2014, p. 82)

Assim, não há somente uma prerrogativa de venda de ativos do Estado e favorecimento do mercado cosmopolita, mas uma prioridade, implícita ou explícita, de

fortalecimento de atividades privadas administradas por setores externos aos países sul-americanos, cuja eficácia e eficiência pode, ou não, levar em consideração as reais necessidades das economias nacionais. “*Los teóricos de este giro asumieron una reivindicación pragmática del capitalismo. Presentaron la globalización como un rumbo inexorable que exigía mayor apertura, eficiencia y competitividad.*” (KATZ, 2016, p. 99) Em outros termos, não é unicamente o privatismo que se encapsula numa transformação orgânica interna com mudanças nas relações políticas, na organização produtiva e social sob a liberal, mas a desnacionalização irrestrita em detrimento de um mercado globalizado de predomínio dos capitais internacionais e transnacionais. A tabela abaixo busca demonstrar quais as correlações que conformam o privatismo exogenista na América do Sul contemporânea.

**Figura 3 - Privatismo exogenista**



Fonte: elaboração própria.

Percebe-se a influência de uma tendência liberal nas linhas que correspondem ao núcleo básico do privatismo exogenista. No campo da geopolítica, constata-se a existência da subordinação, tanto voluntária quanto coagida neste conjunto de países. Na esfera do desenvolvimento, tendências do desenvolvimentismo conservador e o neoliberalismo convencional e globalista se sobressaem. No que tange a integração, desponta a vertente hemisférica ativa e passiva, assim como a multilateralista aberta. No conjunto das Forças Políticas Internas, o privatismo exogenista comporta grupamentos que convergem entre si, estabelecendo blocos de poder que transitam entre si, influenciando uns aos outros reciprocamente, mas tendo como base a valorização da iniciativa privada exógena.

### **2.1.2 – Hibridismo sazonal**

O hibridismo sazonal é característico da Força Política Interna que provém de naturezas políticas e econômicas distintas, possuindo dois ou mais lados que se manifestam em determinado período e conjuntura, além de realizarem movimentos isócronos em contradição tanto no plano de sua própria segmentação, como em relação às outras forças. É o cruzamento de vários fluxos de poder que se interrelacionam sazonalmente, ocorrendo num momento temporal específico e que, posteriormente, engendra uma nova configuração de correntes parcial ou totalmente distintas. Exemplifica-se a proximidade (hibridismo) entre o Estado e o capital financeiro, cuja relação dialética apresenta um movimento por vezes contrário ao princípio do mercado autorregulado, com diferentes níveis de intervenção estatal, mas que não abandona todas as medidas propostas pela ortodoxia liberal nem os vínculos dos Estados ao sistema capitalista internacional.

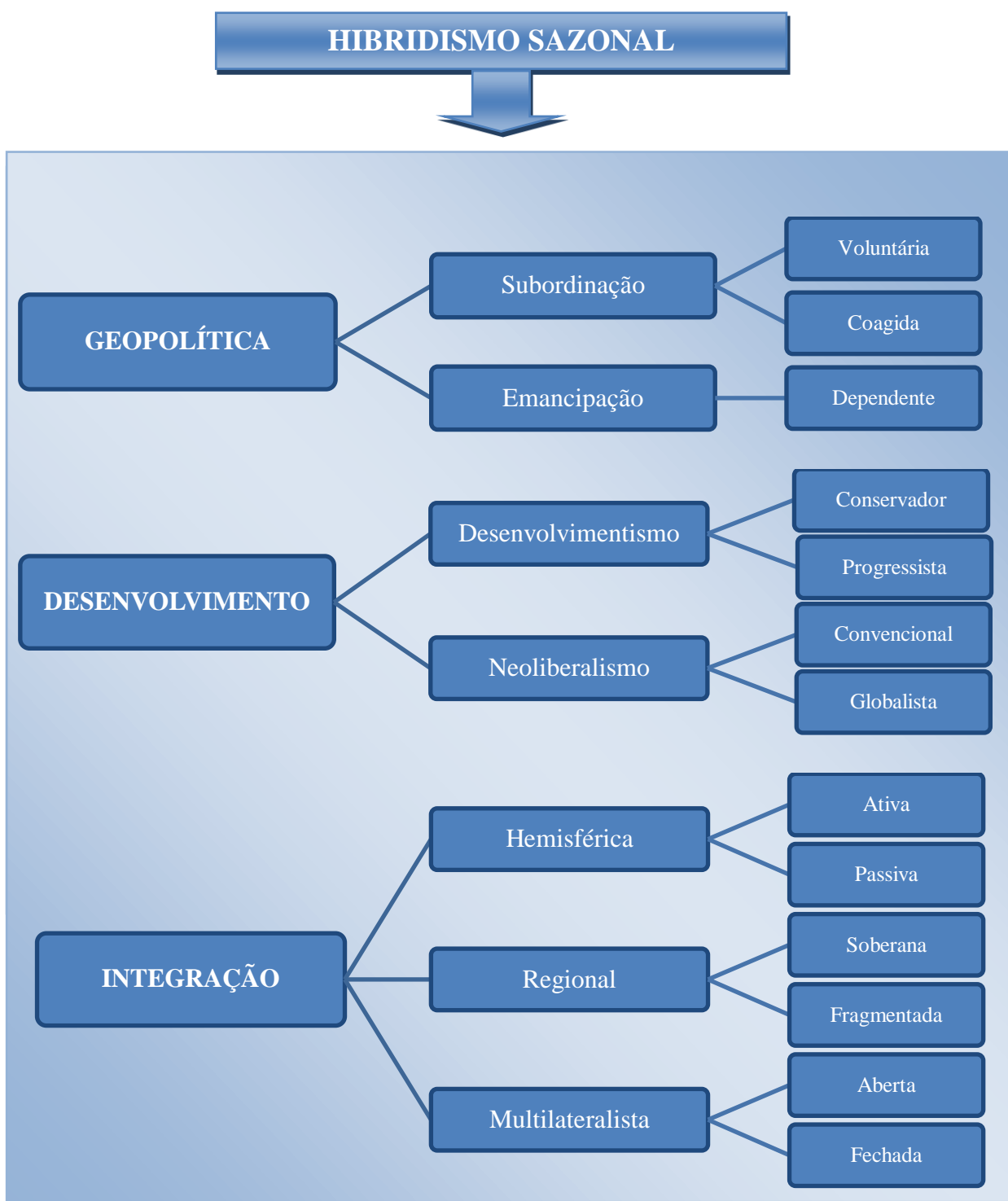
O hibridismo sazonal favorece uma adaptação pragmática às exigências da conjuntura, e por isso incorporam fórmulas que contêm múltiplos elementos, sem definir primazia clara; num momento, advogam um progressismo social, em outro, um progressismo liberal, "*suelen convocar a fortalecer el mercado y el Estado, a reforzar la centralización y la descentralización, a potenciar lo público y lo privado, y a desenvolver políticas austeras y activas.*" (KATZ, 2016, p. 143) Na América do Sul, constitui uma modalidade de projetos periodicamente adotados pelas elites, as altas burocracias e/ou os grupos capitalistas desses países, cuja defesa sintoniza as conseqüências danosas de certos modelos, mas aceitam os critérios da eternidade capitalista como único modo de produção possível. Logo, "*al concluir una experiencia fallida emerge la amnesia social que hace olvidar ese fracaso, pero al mismo*

*tiempo se preparan las condiciones para repetir el experimento". (OURIQUES apud KATZ, 2016, p. 177)*

Entretanto, uma variável da Força Política Interna a qual se denominou hibridismo sazonal permanece constante: a luta entre frações do capital, mas que, em certo sentido, convergem as propostas para incorporar maior regulação estatal ao capitalismo neoliberal, a fim de estabilizar seu funcionamento; em outros termos, uma relação harmônica entre o capital e o social.

Abaixo, pode-se visualizar a multiplicidade de combinações que o hibridismo sazonal constitui no que tange à geopolítica, desenvolvimento e integração.

Figura 4 - Hibridismo sazonal



Fonte: elaboração própria.

Há um amplo conjunto de possibilidades na FPI denominada de hibridismo sazonal, justificado pelo fato de incorporar distintas ideologias, teorias e práticas políticas, constituindo-se como a FPI mais heterogênea. Geopoliticamente, possui aspectos da

subordinação voluntária e coagida, ainda com nuances da emancipação dependente. No domínio do desenvolvimento, somente não possui influência direta do socialismo, abarcando, portanto, desde o desenvolvimentismo conservador e progressista até o neoliberalismo convencional e globalista. Quanto à integração, pode vir a realizar todas as tipologias citadas: a hemisférica ativa e passiva, a regional soberana e fragmentada, e a multilateralista aberta e fechada. Logo, o hibridismo sazonal é a FPI que mais frequentemente possui mudanças em seus direcionamentos políticos, econômicos e ideológicos, uma vez que agrega uma multiplicidade de correspondências apresentadas no presente trabalho. Por conta disso, os blocos de poder competem e cooperam entre si no interior da institucionalidade estatal, a partir dos vários fluxos de poder que se interrelacionam sazonalmente na luta entre as distintas frações do capital.

### **2.1.3 – Nacionalismo popular**

O nacionalismo popular é considerado uma ideologia ou um idealismo que exalta e prioriza o Estado nacional como organismo político da gestão e salvaguarda dos interesses nacionais, levando os cidadãos a retomarem algumas das tradições e princípios fundadores dos seus países sul-americanos que despertam a simpatia e afeto popular. Esta FPI é considerada o antônimo do cosmopolitismo globalista, uma vez que este último engendra a perda do conceito de nação e aparta das decisões substantivas os anseios sociais da população. Ressalta-se a priorização do termo popular em detrimento de populista; entretanto, ambas possuem um caráter convergente quando relacionadas com a definição de Laclau (2013), de que a construção do populismo seria um processo de demanda democrática num momento histórico de ruptura popular.

É imprescindível ressaltar que há inúmeras manifestações contraditórias de renascimento nacional, tais como xenofobia, projetos elitistas de acumulação nacional, políticas subimperialistas de opressão, dentre outras. Desta forma, cabe frisar que a expressão destacada é a de resistência popular no âmbito nacionalista, que se constitui como um modelo orientado por uma vontade política que expressa a potência das forças sociais populares, vinculadas ao sistema de poder estatal, e que com ele compartilham a condução do processo de desenvolvimento das forças produtivas.

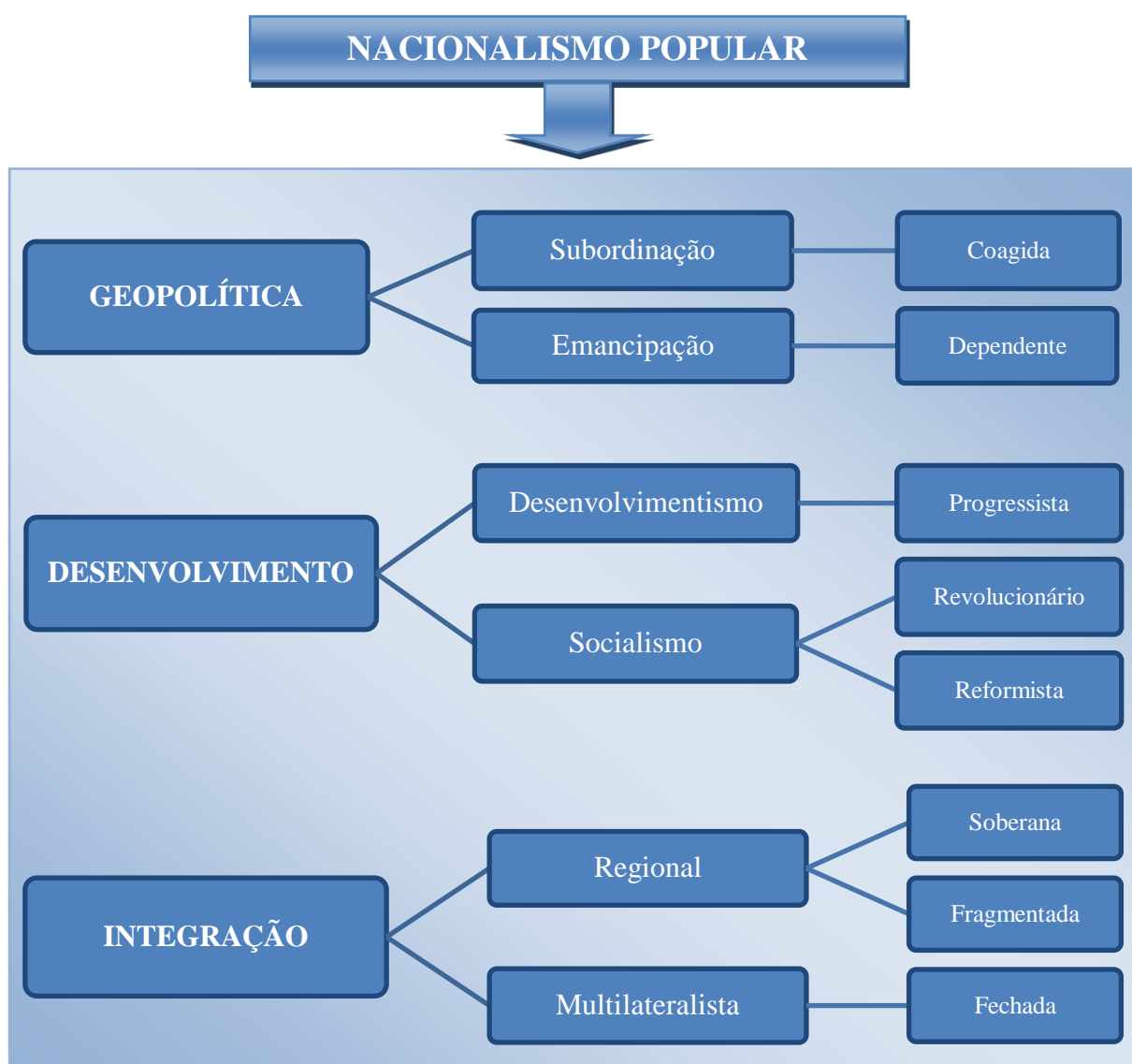
Entretanto, a efetivação do nacionalismo popular exige a criação de bases sustentáveis de expansão do empoderamento econômico, social, político e cultural de seus povos, tendo como condição necessária o "enfrentamento dos seus problemas estruturais de exclusão

interna (pobreza e miséria sob diversas formas) e externa (periferização)". (MARTINS, 2011, pp. 273-274)

Enfim, se efetivamente queremos construir um projeto nacional-popular [...] a tarefa intelectual decisiva é a superação do “apagão mental” que tantas limitações impôs ao ambiente universitário e político [...]. Neste contexto, podemos ou não compartilhar o ceticismo em relação as insuficiências teóricas nos programas destinados a superar a dependência e o subdesenvolvimento, mas não temos o direito de esquecer e menos ainda alterar os termos do debate de décadas passadas. (OURIQUES, 2014, p. 198)

Assim, o nacionalismo popular é constituído em diferentes concertos no contexto sul-americano do século XXI.

**Figura 5 - Nacionalismo popular**



Fonte: elaboração própria.

Esta configuração constitui a mais complexa e incompreendida no âmbito regional, uma vez que as experiências de nacionalismo popular na América do Sul são corriqueiramente sabotadas, prejudicadas e impedidas, tanto por FPI contrárias, como por FPE que visualizam nesta corrente a impossibilidade de disseminação de suas práticas e ideais. No conteúdo geopolítico, alinha-se, ainda que paradoxalmente, a subordinação coagida e a emancipação dependente, haja vista a impossibilidade dos países sul-americanos, na atualidade, de modificarem substancialmente o *status quo* internacional de poder. No complexo do desenvolvimento, se caracteriza pelo desenvolvimentismo progressista e pelo o socialismo revolucionário e reformista. Finalmente, o bloco da integração agrega as matizes regional soberana e fragmentada, assim como a multilateralista fechada. O nacionalismo popular se configura como o mais homogêneo das FPI, uma vez que se propõe a ser o anti-sistema, uma corrente contrária aos preceitos vigentes e, por isso, necessita de esferas de domínio mais coesas e convergentes. Ainda, todos esses blocos alinham-se à priorização da gestão do Estado nacional pela via popular, em menor ou maior grau.

Estas três tipificações apresentadas a partir da correlação entre geopolítica, desenvolvimento e integração consistem em projetos geoeconômicos distintos na América do Sul, constatados a partir de uma complexa sistematização teórica, outrora realizada no primeiro capítulo do presente trabalho, assim como análise empírica dos principais grupos de poder presentes na região no período entre 2001-2016. Com obviedade, tal sistematização é passível de modificações, uma vez que há uma mutabilidade transformadora e constante da realidade, que influencia os blocos de força políticas endógenos nesta complexa e dinâmica geometria de poder.

Na próxima seção, iniciar-se-á o estudo das Forças Políticas Externas na América do Sul durante o período de 2001 a 2016, focando como principais agentes os Estados Unidos e a China dentro desse caleidoscópio de projeções de poder que influencia diretamente a correlação de forças das FPI.



## 2.2 – Os Estados Unidos e a vigilância da águia monroniana

*"Together we will make America strong again, we will make America wealthy again, we will make America safe again and yes – together we will make America great again."*<sup>86</sup> (TRUMP, 2017)

### 2.2.1 – O preâmbulo monroniano na América do Sul

Distintamente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas conformam um sistema de poder exógeno ao espaço territorial nacional dos países sul-americanos, podendo constituir-se de atores estatais ou não, tais como empresas transnacionais, agentes financeiros, organizações não-governamentais (ONG's), movimentos sociais, dentre outros. Entretanto, para o propósito do presente trabalho, serão abordados os dois grandes centros de poder estatal do sistema internacional, Estados Unidos e China, e sua explícita e implícita manifestação de poder em relação às Forças Políticas Internas sul-americanas.

Antes da realização do estudo das Forças Políticas Externas estadunidenses na América do Sul no horizonte temporal estabelecido (2001-2016), é importante notar a sua histórica presença no subcontinente desde o século XIX, uma vez que tal fato auxilia na compreensão do tempo presente e das particularidades e vicissitudes de suas ações político-econômicas direcionadas à região. Assim, uma breve e sucinta explanação das principais atuações dos EUA na região será constatada, com a finalidade da ulterior análise dos primeiros anos do século XXI.

Uma didática e interessante divisão sobre a política externa estadunidense no sistema internacional é realizada por Pecequillo (2003: 2012: 2013), propondo quatro periodizações que serão incorporadas na presente tese: o começo da política externa (1776-1898), que vai desde a independência dos Estados Unidos até a atuação direta na contenda hispânico-americana pela descolonização de Cuba e Porto Rico; a ampliação da política externa (1898-1945), meio século que engloba as duas Guerras Mundiais; a consolidação das Forças Políticas Externas estadunidenses (1945-1989), conformação do sistema internacional sob seus preceitos pós-Segunda Guerra Mundial e contenção do comunismo soviético na Guerra Fria; e a política internacional contemporânea num contexto de Pós-Guerra Fria.

---

86 Discurso de posse do presidente americano Donald Trump, em 20 de Janeiro de 2017: "Juntos iremos tornar a América forte novamente. Tornaremos a América rica novamente. Faremos a América orgulhosa novamente. Faremos a América segura novamente. E, sim, juntos iremos tornar a América grande novamente."

No período embrionário da política externa norte-americana, Spykman (apud COSTA, 1992, p. 172) e Trias (1969, p. 36) destacam que desde a constituição do país após a independência da Inglaterra, em 1776, se alternam períodos da clássica oposição entre isolacionismo e intervencionismo.<sup>87</sup> Entretanto, referente à América do Sul, “a política externa dos EUA, desde Monroe, sempre foi intervencionista” (COSTA, 1992, p. 172), e coube a esta região ser a destinatária da primeira doutrina de política externa elaborada pelos americanos. Em 1823, o presidente James Monroe (1817-1825) enviou ao Congresso norte-americano a famosa mensagem (MONROE DOCTRINE, 1823): “*la Doctrina Monroe estableció como principio la conocida fórmula de ‘América para los americanos’, que en realidad quiere decir para los (norte) americanos, porque ello convenía a sus intereses.*” (BORON, 2013, p. 64)

Os princípios da Doutrina Monroe<sup>88</sup> salientam o início da projeção de poder dos EUA em sua área de influência direta, onde qualquer tentativa europeia contrária aos seus interesses seria considerada perigosa para sua paz e segurança. (TRIAS, 1969, p. 39) Ao longo de todo o século XIX, esta foi a base da política externa estadunidense para a América do Sul (assim como a Doutrina do Destino Manifesto<sup>89</sup>), inclusive no que concerne a expansão territorial direta e indireta dos Estados Unidos.<sup>90</sup> Como afirma Bandeira (2014, p. 765):

---

87 “Os isolacionistas afirmavam que o país deveria adotar uma política de ‘esplêndido isolamento’ em relação ao mundo exterior e opunham-se a um maior envolvimento americano nos assuntos extracontinentais, especialmente nas querelas políticas europeias. Ao contrário, os intervencionistas advogavam a necessidade de uma ação direta americana, se alterações do equilíbrio de poder mundial colocassem em perigo a segurança e os interesses do país, a exemplo da intervenção militar na Primeira Grande Guerra.” (MELLO, 1999, p. 94)

88 “President James Monroe pronounced three themes in his declaration (Bemis 1943: 63-64): ‘(1)[T]hat the Americans continents... are henceforth not to be considered as subjects for further colonization by any European powers. (2) We should consider any attempt on their part to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and security. (3) Our policy in regards to Europe... is, not to interfere in the internal concerns of any of its powers’. A variety of protocols and corollaries, some of which tended to contradict the original document, amended these statements in later decades. But Monroe’s purpose has remained a constant feature of strategy: to prevent the spread of Eurasian conflict and intrigue to Latin America, which could jeopardize U.S. security.” (KELLY, 1997, p. 32)

89 A Doutrina do Destino Manifesto surge com o jornalista John O’Sullivan (1839), que pleiteava que os Estados Unidos seriam o povo eleito por Deus para civilizar, cobrir e possuir o continente americano, justificando seu ímpeto expansionista a partir de uma vocação divina para com as nações do mundo em favor da liberdade. “Esta grande pressão de um povo que se desloca sempre para novas fronteiras, em busca de novas terras, novo poder, a plena liberdade de um mundo virgem, governou nosso curso e formou nossas políticas como um Destino; assim o presidente Woodrow Wilson explicou a expansão dos Estados Unidos, seu destino manifesto, que implicava a anexação de toda as terras adjacentes, cumprindo a virtual e inevitável missão moral delegada por Deus.” (BANDEIRA, 2014, p. 51) Ainda, “the ‘manifest destiny’ thesis resemble the imperial thesis. Under this canon, certain nations, originally small and limited to coastal enclaves, felt a right or mission to extend their territory across continents and to other oceans. The need to spread civilization and religion frequently provided additional motivation.” (KELLY, 1997, p. 31)

90 Dentre as expansões territoriais, pode-se citar a anexação da Flórida (1819), da Califórnia (1848) e do Alasca (1867), a instalação da base naval de Pearl Harbor no Havaí (1877), até culminar na guerra com a Espanha sob o pretexto de auxiliar Cuba em sua luta pela independência (1898), acabando por transformar a ilha em seu

em 1898, os Estados Unidos, sob a presidência de William McKinley (1897-1901), assumiram a condição de país imperialista, equiparando-se às potências da Europa, ao entrar em guerra contra a Espanha, sob o pretexto de defender a independência de Cuba, mas com o objetivo de conquistar-lhe o espólio colonial, tanto no Caribe como no Pacífico.

A ampliação da área de atuação das Forças Políticas Externas estadunidenses se consolida no início do século XX até meados da Segunda Guerra Mundial, estabelecendo-se uma política externa para a América do Sul baseada no intervencionismo como *modus operandi* de manutenção do *status quo* americano na região e de sua inquestionável superioridade do ponto de vista econômico, ideológico e militar.<sup>91</sup> Neste período, a Doutrina Monroe foi rejuvenescida por Theodore Roosevelt (1901-1909) com seu corolário (ROOSEVELT, 1904), "mediante o qual racionalizou o direito de intervir em outros Estados latino-americanos" (BANDEIRA, 2009, p. 47), em discurso ao Congresso norte-americano.<sup>92</sup> Esta doutrina, sintetizada no lema "a América para os americanos" e na política externa do *Big Stick*, passou a ser a ideologia utilizada para objetivos estratégicos, tais como manutenção hegemônica sobre o Ocidente, conquista e controle das fontes de matéria-prima e dos mercados dos países sul-americanos para as suas manufaturas, distanciando as demais potências do subcontinente. Em outros termos, "*establece, en síntesis, el derecho a la intervención de 'una nación civilizada', cuando un gobierno no paga sus deudas, o no puede mantener la vigencia del orden en su propio territorio, o incurre en 'actos brutales o deshonestos'*" (TRIAS, 1969, p. 49), conformando-se, inclusive, como "o meio privilegiado de realização do excedente econômico, *i.e.*, de acumulação de capital, fundamental ao seu crescimento e à sua expansão." (BANDEIRA, 2014, pp. 211-212)

---

protetorado e entreposto fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá.

91 "As intrincadas e crescentes relações e sobreposições entre o militarismo e a grande indústria, juntamente com a pesquisa tecnológica, deram origem ao denominado complexo industrial-militar, que parece ter se iniciado com a Segunda Guerra Mundial (a própria expressão foi criada nesse momento, por Eisenhower), mas que não foi desmontado com o final desse grande conflito. O caso mais típico e mais estudado relativo a esse complexo é o norte-americano, onde inúmeros investigadores mostraram a enorme influência dos imperativos bélicos para a pesquisa científica de universidades e de institutos ligados a empresas, para a inovação tecnológica nos ramos mais avançados da indústria (eletrônica, informática, naval, aeroespacial, química, nuclear, etc.) e até para próprio volume de produção das principais firmas multinacionais." (VESENTINI, 1990, pp. 58-59); "o militarismo, como instrumento especial de realizar o excedente e acumulação do capital, dado ser o Estado o principal consumidor da indústria pesada, marcou, ab incunabulis, quase toda a história da república nos Estados Unidos, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX. E a mutazione dello stato, com a res publica a transmutar-se em um tipo especial de regime, ainda mais se aprofundou a partir da Segunda Guerra Mundial." (BANDEIRA, 2016, pp. 470-471)

92 "Al establecer que si un país de las Américas amenazaba o atacaba la propiedad de ciudadanos o empresas estadunidenses, o cercenaba sus derechos, Washington se vería obligado a intervenir en los asuntos internos del país en cuestión para restablecer el orden y el imperio de la ley. Nace así la política del 'gran garrote'." (BORON, 2013, p. 65)

Esta nova etapa da política externa norte-americana é consolidada até a Segunda Guerra Mundial, “*época que significa un profundo cambio cualitativo en la misma y la superación definitiva e irreversible de la disputa aislacionismo y intervencionismo.*” (TRIAS, 1969, p. 56) Ela possui um fator inédito nas relações internacionais estadunidenses: não somente há um projeto para a América do Sul, como é ampliado para um global, em que se encontram variadas esferas de influência dos EUA em todos os continentes.

Com a vitória na Segunda Guerra Mundial, e único país não afetado diretamente com os espólios da guerra, os Estados Unidos consolidaram suas Forças Políticas Externas durante a Guerra Fria. No plano internacional, o ponto nevrálgico desta nova conformação é o estabelecimento do Sistema de *Bretton Woods*, configurando-se os parâmetros de gestão econômica internacional, em 1944. Com esse novo sistema, são criadas uma série de instituições que estabelecem a primazia dos Estados Unidos na arquitetura financeira mundial, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ambos em 1944; o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), em 1947; a Organização das Nações Unidas (1945) e seu Conselho de Segurança (1946); o plano de reconstrução da Europa em 1947 (Plano Marshall); e o estabelecimento do padrão dólar-ouro. No plano político-militar, a organização mais representativa foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, assim como a criação da CIA <sup>93</sup> (*Central Intelligence Agency*) em 1947, no governo Truman (1945-1953), como agência que substituiu a *Office of Strategic Services* (OSS).

A América do Sul teve um papel fundamental neste processo, ao constatar-se uma nova política nacional baseada na Doutrina Truman, com a prerrogativa de interferir em qualquer parte do globo a partir do discurso sobre os perigos do comunismo e a necessidade de sua contenção para a segurança nacional (TRUMAN, 1947). No mesmo ano, estabeleceu-se o Pacto ou Tratado do Rio de Janeiro (INTER-AMERICAN TREATY OF RECIPROCAL ASSISTANCE, 1947), ou Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), instaurando as bases do sistema americano de segurança e visando obter a garantia estratégico-militar que buscavam para o continente, conjuntamente com a Junta Interamericana de Defesa (JID) e Organização dos Estados Americano (OEA). Em outros

---

93 A princípio, consistia numa agência de coleta de inteligência, mas que, ao longo do tempo, vem articulando, financiando e sustentando – através de técnicas de subversão, ações encobertas (covert actions), penetrações políticas (penetrations), guerras psicológicas e paramilitares – ingerências internas, golpes de Estado e até mesmo práticas terroristas como instrumento de política exterior dos Estados Unidos. (AGEE, 1975: BANDEIRA, 2016, p. 54)

termos, o combate ao movimento de guerrilhas e ao comunismo definiu a política continental que se anunciava como uma Aliança para o Progresso, idealizado como proposta oficial em discurso de John F. Kennedy (1961-1963) a embaixadores latino-americanos (KENNEDY, 1961), instaurando governos militares alinhados aos seus interesses globais a partir da doutrina das fronteiras ideológicas. (BANDEIRA, 2014, p. 272) A meta principal era não permitir a ascensão de uma nova Cuba no continente (TRIAS, 1969, p. 163), sendo tal critério explicitado com mais ênfase na Doutrina Johnson.<sup>94</sup> (JOHNSON, 1965)

Deste modo, a América do Sul, cenário de lutas guerrilheiras e de insurreições populares ao longo dos anos 1960-1980, foi uma das principais áreas de atuação geopolítica de contenção do comunismo, acompanhada por um ciclo repressivo que depôs presidentes, sustentou ditaduras civis e militares e terminou por derrotar as forças contrárias. Sua maior expressão no continente foi a Operação Condor, no qual os serviços de inteligência do Chile, da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai criaram um sistema computadorizado, com o codinome Condor, e acordaram estabelecer uma rede internacional de comunicações, ações conjuntas de coordenação de repressão visando eliminar os adversários dos regimes ditatoriais existentes no Cone Sul (BANDEIRA, 2014, p. 368). Inaugurou-se, assim, "um novo sistema de inteligência multinacional, baseado na tortura e no desaparecimento dos militantes presos, completamente inescrupuloso e violador dos direitos humanos." (CECENÑA, 2006, p. 588)

Na década de 1980, uma nova arquitetura do capitalismo mundial emergiu e configurou uma estratégia que abarcou o econômico, o político e o militar, implicando, definitivamente, na superação da política externa isolacionista outrora presente, visando uma integração planetária do capitalismo. Tal reconfiguração se alastra até o período pós-Guerra Fria, em que esta nova etapa do capitalismo contemporâneo é iniciada com a iniciativa da globalização neoliberal preconizada pelo Consenso de Washington<sup>95</sup>, cuja prerrogativa seria baseada numa tríade: estabilizar, privatizar e liberalizar.

---

94 "Más tarde, el nuevo criterio sería definitiva y diáfanaamente explicitado en el discurso con el que el presidente Johnson justificó la descarada intervención en la República Dominicana e que el representante uruguayo en la UN bautizó de 'Doctrina Johnson'. En resumen, la Unión no puede permitir una nueva Cuba en su reducto meridional y para ello no sólo está dispuesta a apoyar a los cuarteles adictos, sino a golpear directamente, diga lo que diga la Carta de la OEA." (TRIAS, 1969, p. 163)

95 O eixo fundamental deste processo de acumulação consistiu na financierização da economia, através da disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, taxas de juros positivas, taxas de câmbio flutuantes, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas públicas, desregulamentação das atividades econômicas e garantia dos direitos privados. (MARTINS, 2011, pp. 318-319)

As medidas recomendadas pelo que se convencionou chamar de *Washington Consensus* [...] se tornaram, porém, a condição fundamental para que os países tanto do Sul (América Latina, África e Ásia) quanto do Leste Europeu pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer assistência ou recurso do FMI e do Banco Mundial [...] Passaram então a modelar a nova ordem econômica mundial, ditando aos países devedores as medidas estabelecidas pelo *Washington Consensus*, e através da condicionalidade solaparam significativamente a soberania nacional dos países da América Latina. (BANDEIRA, 2014, pp. 516-517)

Neste contexto, a “Iniciativa para as Américas” tinha o objetivo declarado da criação de uma zona de livre comércio que se estendesse do porto de Anchorage à Patagônia, com ambições de englobar toda a América Latina em data futura. Fato que foi confirmado com a iniciativa da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, proposta por Bill Clinton (1993-2001), na Cúpula das Américas: um projeto de criação de um território econômico comum nos moldes estadunidenses, que faria com que “as decisões tomadas em Washington – no campo da política monetária e fiscal – tivessem um impacto maior do que têm hoje sobre a atividade econômica em toda a área.” (GUIMARÃES, 2002, p. 133)

Em suma, desde a concepção de James Monroe, houve a trajetória de um expansionismo estadunidense limitado ao continente americano para um planetário, sendo a América do Sul, geoestrategicamente, a região mais importante para os Estados Unidos (RODRIGUES, 2018). Historicamente, os americanos vêm construindo uma vigilância preventiva monroniana de controle hemisférico unilateral, mantendo o domínio geoestratégico a fim de deter potências competidoras regionais através de mecanismos políticos, militares e econômicos na promoção de uma pretensa paz, democracia e livres mercados. (ANDERSON, 2015, p. 153) Tal fato é ratificado no início do século XXI.

### **2.2.2 – A presença estadunidense no século XXI (2001-2016)**

O início do século XXI apresentou um cenário inédito na relação entre as Forças Políticas Externas dos Estados Unidos e as Forças Políticas Internas da América do Sul: um relativo desengajamento estadunidense diante de seu entorno estratégico imediato através de um vácuo de poder originado pelos ataques de 11 de Setembro, uma vez que ocorreu um redirecionamento da totalidade de esforços econômicos e militares para o Oriente Médio e no combate a Guerra ao Terror.

Associado em um primeiro momento às atitudes unilaterais de Bush filho, os ataques tinham um contexto mais amplo: a contestação da dominação hegemônica, cuja supremacia militar não poderia ser combatida, mas cuja sociedade apresentava fissuras. Para explorar estas fissuras, o foco de 11/09 foram símbolos do poder social e econômico do país (as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque) e

estratégico-político (Pentágono e prédios públicos em Washington, DC). (PECEQUILO, 2012, p. 20)

Tal acontecimento propiciou dois fatos que iriam marcar substancialmente a política estadunidense no governo Bush (2001-2009) e no início do século XXI: a sistematização do *Patriot Act* e a intensificação do *Project for the New American Century*. Ambos surgem como desdobramentos dos ataques de 2001 e influenciam, direta ou indiretamente, a política interna e externa dos Estados Unidos, possibilitando uma reinterpretação do seu papel no sistema internacional.

O *Patriot Act* consistiu numa sistematização de regras voltada para o combate ao terrorismo. Desse modo, esta lei permitia, além da espionagem dos próprios cidadãos americanos sob a prerrogativa de Guerra ao Terror, a prisão de suspeitos de ataques terroristas sem direito a advogados, a autorização de práticas de interrogatório mais assertivas (tortura) e a qualificação dos prisioneiros como combatentes inimigos com a afiliação de grupos terroristas, sem pátria. Amparados pelo Departamento de Segurança Doméstica (*Homeland Security*) e o USNORTHCOM (Comando do Norte), "estas posturas resultaram nos escândalos de maus tratos de prisioneiros na base norte-americana de Guantánamo em Cuba, nas instalações de Abu Graib no Iraque e em instalações secretas da CIA em outros países." (PECEQUILO, 2012, p. 21)

Em 25 de outubro de 2001, o Congresso, por vasta maioria, aprovou quase intacto e o presidente George W. Bush sancionou o *USA Patriot Act*, com o que desfechou um golpe na estrutura jurídica doméstica, a transgredir frontalmente a Constituição dos Estados Unidos. O *USA Patriot Act* não apenas dilatava a aplicação do poder federal no monitoramento eletrônico dos cidadãos, a cargo da *National Security Agency* (NSA), como definia o novo crime de "*domestic terrorism*" de modo tão amplo que permitia o uso contra qualquer ato de desobediência civil, qualquer que fosse a tendência política. (BANDEIRA, 2016, pp. 74-75)

Alinhado a este fator, desde sua eleição, o governo Bush indicava uma expressiva retórica do unilateralismo (PECEQUILO, 2012, pp. 19-20), fato este que, coadunado com os ataques de 11 de setembro e a janela de oportunidade de maior assertividade no plano militar internacional justificado pelo combate ao terrorismo, possibilitou a ativação de um projeto surgido em *think tanks* neoconservadores do Partido Republicano na década de 1990, exercendo forte influência no setor militar e na política externa do presidente. O Projeto para o Novo Século Americano (PNAC) consistia em implementar uma *full spectrum dominance* dos Estados Unidos, uma consolidação e ampliação da sua hegemonia no sistema internacional como única superpotência,

e, conquanto algumas vezes hesitasse, conservou os Estados Unidos em um *perpetual wartime footing*, a *forever war*, *war on terror*, formalizada em 2001, com autorização do Congresso, para combater um inimigo invisível, não identificado, sem nome e sem parâmetros, dando-lhe continuidade e escalando, inconstitucionalmente, os ataques e assassinatos extrajudiciais de terroristas ou supostos terroristas, mediante a tática de *targeted killing*. (BANDEIRA, 2016, pp. 93-94)

Apesar desses fatores, o critério central na ação internacional da administração Bush colocou a América do Sul fora do radar de Washington (COLOMBO; FRECHERO, 2012, pp. 190-191), o que, na visão de Kelly (1997, p. 190), "*political vacuum in Latin America pose potential threats to the United States*." Alinhado a esta visão, este vácuo de poder relativo possibilitou a ascensão de distintos atores na região durante este período, tanto internos como externos. Logo,

a ausência de políticas positivas à região após a ofensiva dos anos 1990, a dificuldade em acomodar parceiros bilaterais emergentes, a crise econômica e a paralisia de um sistema político e social cada vez mais polarizado em Washington são indicadores do esvaziamento da presença no hemisfério. E, mais ainda, uma perda de espaços que se estende a distintos cenários geopolíticos e aos processos de desconcentração de poder globais. (PECEQUILO, 2012, pp. 54-55)

Os últimos anos do governo Bush ficaram marcados pela eclosão da crise financeira de 2008, ponto de inflexão paradigmático dentro dos Estados Unidos e em todo o sistema internacional. Tal acontecimento incentivou a retórica da refundação hegemônica dos Estados Unidos com a eleição de Barack Obama (2009-2017), modificando a política externa estadunidense e, concomitantemente, sua relação com a América do Sul (PECEQUILO, 2012, p. 25). Destarte, ainda que tenha perdurado e, inclusive, se intensificado a tentativa de governança global baseada no domínio de espectro total dos Estados Unidos, constata-se um retorno do direcionamento geoestratégico para o seu entorno imediato, através de distintas ações no campo econômico e, de forma mais arguta, no militar.

A atuação da administração Obama consistiu basicamente na tentativa de petrificação da ordem mundial e implantação da dominação totalitária dos Estados Unidos, corroborando com seu antecessor, uma vez que buscou a "*full-spectrum dominance*, almejada, ardentemente, desde a decomposição da União Soviética." (BANDEIRA, 2016, p. 145) Essa dominação de espectro total possui como objetivos conquistar posições estratégicas e condicionar guerras em busca de mercados e/ou acesso a recursos naturais, mesmo que inclua a interferência direta em outros países a partir de operações de *regime change*. Além disso, tal governança global possui relação direta com o projeto *The New American Century*, adaptando-o aos novos imperativos do sistema internacional e adequando-o às novas modalidades de guerra.



Deve-se destacar que o ano de 2008, aqui identificado como de retomada estadunidense, coincide com a eclosão da crise econômica global nos países desenvolvidos, reforçando ainda mais a concepção de que as FPE dos Estados Unidos na América do Sul ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. Isto é, não emergem de uma política construtiva para o continente ou que visasse o aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial. (PECEQUILO, 2013, p. 112)

A revalorização de países sul-americanos no tabuleiro geopolítico global, como Brasil e Venezuela, e regiões, como o Atlântico Sul <sup>96</sup>, possui relação diretamente proporcional ao ajustamento das FPE estadunidense diante de novos fenômenos regionais e globais. Em outros termos, quanto maior for a margem de autonomia desses e outros Estados, mais elevadas as chances de choque de interesses com a hegemonia.

Diante deste cenário, as reações norte-americanas à expansão dos emergentes na América do Sul (e também na África e no Atlântico Sul) iniciaram-se de forma mais sistemática em 2008, atingindo maior intensidade a partir de 2009, com a chegada de Barack Obama ao poder na Casa Branca. Obama não só deu continuidade às políticas lançadas por Bush filho no campo geopolítico, como inseriu componentes geoeconômicos na agenda de contenção de Brasil e China. Stallings (2008) aponta que mesmo que a postura brasileira e chinesa não seja confrontacionista diante da hegemonia, o fato de sua projeção de poder começar a chocar-se com a norte-americana na economia e na dimensão política-estratégica impôs uma necessidade de resposta aos Estados Unidos. (PECEQUILO, 2013, p. 112)

Portanto, a atuação dos Estados Unidos consiste em impedir o surgimento de uma possível potência, assim como prevenir que qualquer poder hostil domine ou exerça qualquer tipo de influência, uma "meta de estabilidade regional, que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos diante de 'países desestabilizadores' na região." (BRUCKMANN, 2011, p. 207) Para tal finalidade, mantêm mecanismos para dissuadir os competidores potenciais de aspirarem a um papel regional ou global, intervindo político, militar e economicamente. Especificamente para a América do Sul, os objetivos da estratégia hemisférica dos EUA são manter sua supremacia e presença militar, reduzindo as forças militares dos países da região; difundir a agenda de liberalização econômica ampla, através de acordos bilaterais ou regionais; domínio sobre os recursos e mercados do hemisfério;

---

96 "A região do Atlântico Sul voltou a ser definida como estratégica para o interesse dos Estados Unidos no campo da segurança, observando-se três ações direcionadas a esta região: a reativação da Quarta Frota, o aumento dos investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar da África (USAFRICOM). Em linhas gerais, o Atlântico Sul retoma este papel devido à crescente presença brasileira, chinesa e indiana neste espaço, destacando-se sua relevância como zona de passagem e de produção de recursos energéticos (pré-sal, acesso a petróleo e gás) e de commodities." (PECEQUILO, 2013, p. 112)

contrapor a expansão chinesa e a ascensão do Brasil na região, minando seus projetos (MERCOSUL, UNASUL e BRICS).

A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do pré-sal brasileiro e no Atlântico Sul) levam à reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada zona de risco terrorista. A reativação da Quarta Frota responde aos avanços chineses e indianos na América Latina, e ao incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia (e da aproximação da Venezuela com o Irã). Mais adiante, a constituição do Conselho de Segurança da UNASUL (CDS) torna-se fonte de preocupação para os norte-americanos (PECEQUILO, 2012, pp. 53-54)

Conforme afirma Fiori (2007: 2014), a projeção de poder de todo e qualquer país hegemônico no sistema internacional, historicamente, abrange uma dicotomia sincrônica entre o poder das armas e das moedas, ou seja, o poder militar e o poder econômico. No que se refere às Forças Políticas Externas dos Estados Unidos na América do Sul pós-Guerra Fria, visualiza-se essa dualidade de forma explícita referente ao poder econômico e, implícita no poder militar. Em outros termos, na seara econômica, apesar da ALCA ter sido derrotada <sup>97</sup> – em grande medida devido à posição contrária de diversos governos e de movimentos sociais da região, findadas as negociações em Mar Del Plata (2005) –, os Estados Unidos vêm realizando uma sucessão de medidas que, no fundo, almejam a consolidação de sua influência por todo o território sul-americano, "uma 'reserva de mercado' para sua influência, seus produtos industrializados e, em menor escala, fornecimento de energia e matérias-primas." (PECEQUILO, 2013, p. 103) Essas ações de poder econômico se realizam através da influência e proeminência do regionalismo aberto <sup>98</sup>, das assinaturas de Tratados de Livre-Comércio (TLC's) <sup>99</sup> com diversos países da região, da criação da Aliança do Pacífico <sup>100</sup>, e dos acordos transcontinentais do TPP <sup>101</sup>, TTIP <sup>102</sup> e TISA. <sup>103</sup>

---

97 "O domínio da ALCA nas relações hemisféricas, e, principalmente, nas relações bilaterais encontraria em 1997/1998 um ponto de inflexão. Este ponto de inflexão levaria ao esgotamento gradual das negociações, sendo caracterizado por alguns fatores: o início da crise econômica de 1997 a 1999, que atingiu o Brasil, a Rússia, a Coreia do Sul e o Japão, aprofundando-se na América Latina com o aumento das instabilidades e choques políticos incluindo a destituição de governos, o agravamento de condições sociais, a crise cambial e a desaceleração econômica; a mudança de foco da política externa do Brasil; e, por fim, as crises da Presidência Clinton." (PECEQUILO, 2012, p. 45)

98 Nesta perspectiva, o sentido geopolítico do regionalismo aberto na integração da América Latina seria a formação de blocos para fortalecer as negociações de acordos multilaterais em favor do livre comércio global, obtendo ganhos na comercialização dos bens em que possuem vantagens comparativas, seguindo a lógica economicista de liberalização e atração de fluxos de investimento direto estrangeiro de países mais desenvolvidos que promoveriam o desenvolvimento e a convergência dos países do Sul de acordo com seus princípios de livre mercado concorrencial, não modificando dessa maneira a estrutura da inserção latino-americana no sistema internacional num sentido geoestratégico.

99 Com o fim do projeto preconizado pela ALCA, os Estados Unidos passaram a adotar uma nova estratégia a partir dos TLC's, uma vez que configura uma relação de poder de barganha assimétrica, facilitando a realização de acordos bilaterais em detrimento de tratados multilaterais, incluindo ainda conteúdos que vão além da esfera comercial. "Ese pacto pretende revivir los objetivos de la extinta ALCA con base en los Tratados de Libre

Entretanto, são visualizados sinais de esgotamento e perda do poder econômico relativo dos Estados Unidos no sistema internacional. Ao elevar consideravelmente o déficit fiscal em porcentagem do PIB (Apêndice 2) e manter constante o déficit comercial em transações correntes (Apêndice 3), estes déficits-gêmeos dependem de inversões externas para seu financiamento (COSTA, 2016, pp. 186-187) e, uma vez que parte considerável dos títulos da dívida pública estadunidense – que ultrapassaram 100% do PIB no ano de 2009 (Apêndice

Comercio (TLC) que Estados Unidos tiene firmados con los miembros del Acuerdo. En realidad se trata de un pacto contra el Mercosur y la integración regional, e de modo más explícito contra el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur [...] Es también un modo de frenar a Brasil y sus aspiraciones de convertirse en un jugador global" (BORON, 2013, p. 168); "em termos econômicos, os propósitos eram também limitados ao perfil dos Tratados de Livre Comércio (TLC), não estando previstos mecanismos de alavancagem do desenvolvimento de países menores via ajuda do bloco." (PECEQUILO, 2012, p. 40)

100 A criação da Aliança do Pacífico possui como objetivo avançar progressivamente a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre seus membros e que, apesar de não ser um tratado firmado pelos Estados Unidos, possui seu apoio. "Nessa situação em que o seu governo continua limitado aos problemas do mercado mundial do combustível fóssil e o das energias renováveis, como também muito longe de estabilizar o Médio Oriente, Obama tem se voltado para a região latino-americana, tendo promovido a criação da Aliança do Pacífico envolvendo México, Colômbia, Peru e Chile. [...] Essa é a razão pela qual a estratégia da liderança norte-americana de controle do Pacífico e do hemisfério ocidental – 'Aliança do Pacífico' e a 'Parceria Trans-Pacífico' – seja construída na perspectiva de responder ao processo de integração sul-americano e latino-americano." (CABRAL, 2015, pp. 14-16)

101 O Trans Pacific Partnership (TPP), acordo assinado em 2015 pelos Estados Unidos com outros países do mundo pertencentes à Bacia do Pacífico, é o exemplo mais elucidativo para a garantia através de negociações e normas multilaterais do processo de criar "um único ecúmeno comercial do Atlântico ao Pacífico, cujo centro se localizaria na América do Norte." (ANDERSON, 2015, p. 219). O TPP constitui o maior acordo regional na história e pedra angular da política econômica do governo Obama (2009-2017) na Ásia-Pacífico, a fim de impulsionar o crescimento econômico dos EUA e apoiar a criação e manutenção de emprego e renda nos EUA, além de conter a projeção da China na região da Ásia-Pacífico e na América Latina. Este acordo de livre comércio, negociado a portas fechadas e com cláusulas de confidencialidade, tem por objetivo reduzir as barreiras comerciais, aumentar o acesso a mercados, estabelecer um quadro comum para a propriedade intelectual, regras de origem, defesa comercial, compras públicas, serviços, investimentos, comércio eletrônico, telecomunicações, regras do direito do trabalho e direito ambiental, coerência regulatória e estabelecer um mecanismo de resolução de litígios entre investidor-Estado. Para Pecequilo (2013, p. 113), "a TPP busca o estabelecimento de um novo pivô asiático de contenção à expansão da presença chinesa na Ásia e no Pacífico em geral, sendo composta de pilares estratégicos (reposicionamento de tropas norte-americanas) e econômicos (estabelecimento de uma área de livre comércio na região do Pacífico)."

102 O Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) propõe um de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, agregando 28 países, com aproximadamente 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial e 42% do comércio mundial de serviços. O tratado busca aumentar o volume de exportações e importações entre o bloco e os EUA, além de intensificar os investimentos e determinar mais facilmente a procedência dos produtos, reduzindo custos através da regulação/equalização de regras, buscando reduzir as barreiras comerciais como direitos aduaneiros, burocracia, restrições ao investimento e remoção de tarifas. Além disso, contempla a criação de um Investment Court System (ICS), tribunal privado que outorga as multinacionais o direito a demandar aos Estados quando consideram que as leis são obstáculos ao comércio; liberaliza e desregulamenta os serviços financeiros, com maior participação do setor financeiro no processo legislativo; eleva a duração das patentes dos medicamentos; possibilita a privatização de serviços de emergência, como o NHS (National Health System) europeu.

103 O Trade in Services Agreement (TISA) é um acordo comercial atualmente negociado por 23 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), incluindo a UE, correspondendo a aproximadamente 70% do PIB mundial e 70% do comércio mundial de serviços. O acordo é baseado no General Agreement on Trade in Services (GATS) da OMC, no qual as propostas abarcam a abertura dos mercados e a melhoria das regras de comércio internacional em áreas como licenciamento, serviços financeiros, telecomunicações, e-commerce, transporte marítimo, e empregos profissionais estrangeiros e temporários para prestação de serviços.

4) – foi adquirida por países emergentes, em especial a China (PECEQUILO, 2012, p. 117), considera-se que

aqueles déficits concretizam um panorama de expansão progressivamente explosiva de custos de longo prazo, em que o crescente pagamento dos juros aumentaria o déficit e a dívida, gerando novo aumento em um ciclo contínuo. Frente ao enfraquecimento do dólar, os déficits crescentes, e de possível redução do seu papel como moeda de reserva internacional, além da busca por vários países por constituição de reservas em múltiplas moedas, como no caso do acordo entre os BRICS de abril de 2010, a capacidade norte-americana de financiamento de seus déficits a longo prazo, encontra-se comprometida, caracterizando este país como uma potência em bancarrota. A valorização do dólar frente a outras moedas e ataques especulativos a países concorrentes é uma ferramenta de guerra econômica que só prolonga a agonia americana e a crise internacional associada. (COSTA, 2016, p. 187)

Isto propõe uma agenda ofensiva estadunidense para a restauração de seu poder relativo a partir de outros meios. Durante o período analisado, constatou-se o surgimento de uma nova categoria de intervenção indireta perpetrada pelos Estados Unidos no sistema mundial e, inclusive, na América do Sul. A realização de ações políticas veladas com a finalidade de desestabilizar *Rogue States* e *Failed States*<sup>104</sup> passou a fazer parte do *modus operandi* estadunidense, a fim de instaurar seus princípios de economias abertas e democracias liberais e, fundamentalmente, retomar a ordem unipolar. Esta nova modalidade velada de enfrentamento é denominada de Guerra Híbrida.

As características fundamentais da Guerra Híbrida não são inéditas; desde clássicos como Clausewitz (1832) – ao afirmar que a guerra é um instrumento da política<sup>105</sup> e um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade<sup>106</sup> – e Sun Tzu (2007) – ao basear a arte da guerra na dissimulação<sup>107</sup> e cuja excelência suprema consistiria em vencer o

---

104 Na ausência de um inimigo após a Guerra fria, foram criadas duas categorias de Estados que passaram a representar focos de ameaça no sistema internacional: os *Rogue States* (Estados párias ou bandidos) e os *Failed States* (Estados falidos). "Em linhas gerais, os Estados párias são entidades políticas organizadas, governadas de forma autoritária, com pretensões de hegemonia regional, apoio a grupos radicais e desenvolvimento de programas de armas de destruição em massa, e que não respeitam as normas da comunidade internacional (o Irã e a Coreia do Norte são exemplos atuais). Por sua vez, os Estados falidos referem-se a Estados fragmentados social, étnica e socialmente, com graves problemas humanitários, e que podem servir de santuário a grupos fundamentalistas. No pós-Guerra Fria, a estabilidade e contenção dessas nações é prioridade para os Estados Unidos, visando a mudança de regime em direção à democracia por meio de meios político-econômicos." (PECEQUILO, 2012, pp. 15-16)

105 "A guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito." (CLAUSEWITZ, 1832, p. 91)

106 "A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade." (CLAUSEWITZ, 1832, p.75)

107 "Consequentemente, quando estivermos capacitados para o ataque, é necessário aparentar incapacidade; quando estivermos perto, é necessário fazer o inimigo acreditar que estamos longe, e quando estivermos longe fazê-lo acreditar que estamos perto." (SUN TZU, 2007, p. 23)

inimigo sem ser preciso lutar <sup>108</sup> –, determinadas peculiaridades oriundas do estudo histórico sobre a guerra são constatadas, como a sua natureza imutável (violência, acaso e propósito político) e os impactos das Revoluções Industriais, Científicas e Tecnológicas. Entretanto, o ineditismo consiste na dimensão e amplitude do conflito, ensejando a formalização dessa nova terminologia.

Segundo Korybko (2018, pp. 42-43), esta nova modalidade de guerra constitui uma assimetria “da Dominação de Espectro Total que pode ser mais bem resumida como a armatização do caos e a tentativa de administrá-lo. Ela é um novo plano de guerra que transcende todos os outros e os incorpora em seu ser multifacetado.” Desta forma, uma possível definição seria a influência indireta de uma força estrangeira sobre outro Estado com o objetivo de reduzir o poder de seus oponentes e/ou países não-alinhados.

Ainda, os grandes centros de poder mundial utilizam os instrumentos deste tipo com a finalidade de alcançar seus interesses estratégicos. Por outro lado, o que existe atualmente são táticas de liderança velada que as grandes potências – e, principalmente, o precursor desta nova modalidade de guerra, os Estados Unidos – utilizam para desestabilizar os seus oponentes visando a substituição de governos não-alinhados sem confronto direto, através de um novo método de guerra indireta <sup>109</sup> e não-violenta <sup>110</sup> pautada numa dupla abordagem mutuamente complementar: as Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional. (KORYBKO, 2018, p. 13)

Considerando a Guerra Híbrida uma síntese da guerra de quarta geração, William Lind (2005) é um dos autores a sistematizá-la e considerá-la como a última fase da guerra na era da tecnologia da informação e das comunicações globalizadas num contexto pós-industrial. Ao compreender as transformações ocorridas na forma de se fazer a guerra a partir das inovações

---

108“Assim, o líder habilidoso subjugará as tropas inimigas sem nenhuma luta, capturará suas cidades sem sitiá-las; dominará seus reinos sem operações prolongadas no campo de batalha.” (SUN TZU, 2007, p. 36)

109“A guerra indireta será marcada por 'manifestantes' e insurgentes. As quintas-colunas serão compostas menos por agentes secretos e sabotadores ocultos e mais por protagonistas desvinculados do Estado que comportam-se publicamente como civis. As mídias sociais e tecnologias afins substituirão as munições guiadas como armas de 'ataque cirúrgico' da parte agressora, e as salas de bate-papo online e páginas no Facebook tornar-se-ão o novo 'covil dos militantes'. Em vez de confrontar diretamente os alvos em seu próprio território, conflitos por procuração serão promovidos na vizinhança dos alvos para desestabilizar a periferia dos mesmos. As tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que são muito mais econômicos e menos sensíveis do ponto de vista político.” (KORYBKO, 2018, p. 12)

110“Nonviolent struggle is a much more complex and varied means of struggle than is violence. Instead, the struggle is fought by psychological, social, economic, and political weapons applied by the population and the institutions of the society. These have been known under various names of protests, strikes, noncooperation, boycotts, disaffection, and people power. [...] Political defiance, unlike violence, is uniquely suited to severing those sources of power.” (SHARP, 2012, p. 45)

tecnológicas e formações táticas e estratégicas que aconteceram a partir do Tratado de Westfália (1648), o autor realiza a diferenciação de padrões característicos em quatro gerações sucessivas: 1ª geração (1648-1860), os exércitos regulares seriam organizados pelos Estados; 2ª geração (1ª Guerra Mundial), o fogo concentrado e sincronizado de artilharia alinhado ao poder de choque dos carros de combate e ataques frontais de artilharia; 3ª geração (1917-1939), caracterizado pela manobra, velocidade e surpresa; e 4ª geração (pós-Guerra Fria e, principalmente, pós- Guerra ao Terror), Estado perde o monopólio sobre o exercício da violência e da guerra.

Para Visacro (2011), na guerra de 4ª geração, a ocorrência de cenários complexos e de configuração difusa exige esforços mais abrangentes do que os estreitos limites do campo militar podem oferecer. “Dessa forma, para compreender a guerra do século XXI, é necessário ir além da tecnologia e identificar a verdadeira amplitude das mudanças promovidas pelo advento da era da informação em todos os aspectos da vida cotidiana.” (VISACRO, 2011, p. 47) Dentre suas características, os protagonistas estatais e não-estatais atuam num contexto histórico pós-industrial de guerra irrestrita, que objetiva auferir resultados psicológicos e afetar a opinião pública. Logo, possíveis indicadores mensuráveis da vitória não seriam territórios conquistados ou quilômetros percorridos por dia dentro do território inimigo, e sim o espaço na mídia e a aceitação popular, atuando, portanto, no campo psicossocial.

Fiori resume brilhantemente esta nova modalidade de guerra:

Uma sucessão de intervenções que transformou este tipo de guerra, na segunda década do século XXI, num fenômeno quase permanente, difuso, descontínuo, surpreendente e global. Trata-se de um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário através do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra no qual se usa a informação mais do que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. Por sua própria natureza e seus instrumentos de ‘combate’, trata-se de uma ‘guerra ilimitada’, no seu escopo, no seu tempo de preparação e na sua duração. Uma espécie de guerra infinitamente elástica que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma numa beligerância contínua e paralisante das forças "adversárias". (FIORI, 2018, pp. 402-403)

Comparando-se com as guerras do passado, este tipo seria mais fluído, descentralizado e assimétrico. Uma vez confirmada a existência de atividades de atores desvinculados diretamente ao Estado, ratifica-se a dificuldade de distinção entre o civil e o militar, havendo a cooptação dos primeiros a “exercer as funções militares *de facto* durante as Revoluções Coloridas e como as forças armadas usam o apoio dos civis durante a Guerra Não Convencional.” (KORYBKO, 2018, pp. 26-27)

Outra característica fundamental para a compreensão da Guerra Híbrida é a denominação de “liderança velada”, ou liderança por trás dos panos (KORYBKO, 2018, pp. 35-37): uma guerra por procuração <sup>111</sup> gerida através de assistência militar discreta, que “permite que os EUA terceirizem as operações de desestabilização para aliados regionais com ideias afins se o alvo for considerado muito caro ou politicamente sensível para os EUA perseguirem direta e unilateralmente.” (KORYBKO, 2018, p. 37) Este modelo é o novo sistema estratégico militar que os EUA estão utilizando <sup>112</sup> para travar as Guerras Híbridas visando a Dominação de Espectro Total. Desta forma, conta com líderes “procuradores” regionais que favoreçam os objetivos geoestratégicos e geopolíticos dos EUA.

Um dos autores que se debruçam sobre a temática da Guerra Híbrida de modo enfático é o russo Andrew Korybko. É na sua visão que a Guerra Híbrida constitui-se na conjunção entre Revoluções Coloridas e Guerras Não-Convencionais. Desta forma, as Revoluções Coloridas consistem numa guerra indireta com a utilização de técnicas de psicologia das massas, tecnologia da informação e meios de comunicação, cujas manifestações políticas de oposição visam promover o controle sobre aspectos intangíveis, tais como sociedade, ideologia, psicologia, assim como a derrubada de governos não-alinhados através do uso da resistência não-violenta. (KORYBKO, 2018, pp. 69-70)

Pode-se perceber, portanto, que as Revoluções Coloridas, tal como as campanhas de publicidade ou relações públicas, não são espontâneas, mas sim fabricadas muito de antemão à sua implementação. É a disseminação da informação ("propaganda") na sua mais crua essência, e as ideias contra o governo devem ser propagadas de maneira coordenada para fabricar consenso em uma parcela apropriada (decisiva) da população para que participe da Revolução Colorida. (KORYBKO, 2018, p. 48)

Essa disseminação da informação consiste na base das Revoluções Coloridas, cuja psicologia de determinados grupos é estudada com a finalidade de maximizar os objetivos pré-determinados, a partir dos métodos para difusão de críticas contra o governo.

---

111 "Uma guerra por procuração (em inglês, proxy war, é um conflito armado no qual dois países se utilizam de terceiros – os proxies – como intermediários ou substitutos de forma a não lutarem diretamente entre si." (STUENKEL, 2016, p. 219)

112“Por fim, o Presidente Obama institucionalizou o modelo de Liderança por trás dos panos quando discursou em West Point no final de maio de 2014. No discurso, ele declara, com destaque, que 'os EUA devem liderar no cenário mundial (...) mas a ação militar dos EUA não pode ser o único – ou sequer o principal – componente de nossa liderança em todas as ocasiões. Só porque temos o melhor martelo não significa que todo problema é um prego'. Isso foi interpretado como os EUA abandonando formalmente a doutrina unilateral 'por conta própria', salvo circunstâncias excepcionais. A essa altura, percebe-se que os EUA expuseram claramente suas intenções em trocar o posto de polícia do mundo pelo manto de mestre das marionetes da liderança por trás dos panos. Reforçando esse argumento, a transformação social e política generalizada que os EUA vislumbraram com a Primavera Árabe não poderia ter dado certo por meio de uma ação unilateral. Logo, o ano de 2011 representa o fim oficial do momento unipolar e o início da era da Liderança por trás dos panos, que, em si, consiste na adaptação dos EUA a um mundo multipolar.” (KORYBKO, 2018, pp. 35-36)

(KORYBKO, 2018, p. 46) É importante frisar, inclusive devido ao escopo da presente tese, que a origem e desenvolvimento dessa mensagem é exógena, externa aos Estados nacionais em que são implementados, buscando denegrir a autoridade do governo alvo.

Durante a fase da Revolução Colorida, Korybko (2018, pp. 69-70) afirma que são utilizados métodos de um autor estadunidense que oferecem diversas maneiras inovadoras de desestabilizar uma sociedade. O famoso livro de Gene Sharp (2012), "*From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation*", consiste num manual de guerra não-convencional que visa fortificar a resistência interna almejando a desestabilização de governos considerados não-democráticos através da resistência não violenta.<sup>113</sup> Sharp afirma que "*only a shift in power relations in favor of the democrats can adequately safeguard the basic issues at stake. Such a shift will occur through struggle, not negotiations.*" (SHARP, 2012, pp. 16-17) Em outros termos, através do desenvolvimento de uma base psicológica que pauta uma grande estratégia, estratégias secundárias, táticas e métodos (SHARP, 2012, p. 72), a ideia principal da desobediência política em massa consistiria na criação de uma rede de ativistas e apoiadores passivos visando a redução e remoção das fontes do poder do regime não-alinhado. "Como se pode ver, Da Ditadura à Democracia é o manifesto e o chamado às armas não violento para revolucionários coloridos de todo o mundo." (KORYBKO, 2018, p. 64)

Portanto dentre os objetivos da Revolução Colorida, pode-se citar a organização da "mente de colmeia" (KORYBKO, 2018, p. 47), um "enxame de atores" reunidos física e virtualmente, de porções distintas da população, que compartilham de ideais semelhantes contrárias ao governo, simplificando, assim, o pensamento em massa daquela determinada sociedade; a disseminação, internalização e espontaneidade das informações entre a população que incentive a derrubada do governo (KORYBKO, 2018, pp. 45-46; p. 48); a exposição internacional que enseje o envolvimento político-diplomático de terceiros nos assuntos soberanos de um Estado independente. (KORYBKO, 2018, pp. 62-63) Assim, para Korybko (2018, p. 8):

---

113 Para tal, Sharp utiliza cerca de 200 métodos específicos divididos em três categorias (protesto e persuasão, não cooperação e intervenção), elaborados com vários objetivos, como confundir as autoridades, manchar sua legitimidade, impor adversidades econômicas, gerar uma cobertura midiática internacional favorável, dentre outros: "methods of nonviolent protest and persuasion are largely symbolic demonstrations, including parades, marches, and vigils (54 methods). Noncooperation is divided into three sub-categories: (a) social noncooperation (16 methods), (b) economic noncooperation, including boycotts (26 methods) and strikes (23 methods), and (c) political noncooperation (38 methods). Nonviolent intervention, by psychological, physical, social, economic, or political means, such as the fast, nonviolent occupation, and parallel government (41 methods), is the final group." (SHARP, 2012, p. 46)



as revoluções coloridas – largamente planeadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade, etc.; elas são a fagulha que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é o golpe brando.

Ainda segundo o autor, caso as Revoluções Coloridas não sejam suficientes para a derrubada e substituição de governos não-alinhados, há o avanço para o estágio de guerra não convencional, combatidas por forças não regulares e que constituem o denominado golpe rígido. Tais guerras não-convencionais são atividades conduzidas e previamente estabelecidas por forças não oficiais envolvidas num combate assimétrico contra um adversário tradicional (KORYBKO, 2018, p. 13), a fim de conformar movimentos de insurgência visando coagir, abalar e derrubar um governo ou poder em exercício. Ao atuar como um multiplicador de forças, “ela apodera-se de uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas baseadas em ganho político calculado e nos interesses nacionais dos EUA.” (KORYBKO, 2018, pp. 71-72)

Os Estados Unidos utilizam esta modalidade de guerra desde o início do século XXI, confirmado pelo vazamento do documento das forças armadas “*TC 18-01 Unconventional Warfare*” (UNITED STATES, 2010). Este documento realiza a descrição detalhada do planejamento e da administração da Guerra Não-Convencional, servindo de guia para o desenvolvimento sistemático da organização, insurreição e subversão no interior de países não-alinhados. Além disso, o texto enfatiza a necessidade de um estudo de viabilidade pré-existente à deflagração da guerra, “e, se a população já tiver sido doutrinação em larga escala contra o Governo e estiver pronta para sacrificar e assumir as privações associadas à insurreição armada contra o Estado, o planejamento operacional pode seguir adiante.” (KORYBKO, 2018, pp. 92-93) Desta maneira,

ao se prepararem para uma Guerra Não Convencional em um Estado alvo, os EUA normalmente fazem um estudo de viabilidade para averiguar as chances de sucesso da operação. Eles podem fazer isso ou se encontrando com representantes contra o governo, que viajam aos EUA ou a um país terceiro, ou enviando diretamente um especialista militar a campo. Uma vez tomada a decisão de implantar uma Guerra Não Convencional, os EUA “prestam suporte através de um parceiro de coalizão ou de um país terceiro” quando “o apoio manifesto dos EUA ao movimento de resistência é (...) indesejado” (a estratégia de Liderança velada). (KORYBKO, 2018, pp. 82-83)

Como a evolução orgânica da Revolução Colorida, a guerra não-convencional não é espontânea, e sim a continuação de um conflito já existente na sociedade; “ela é não linear, dinâmica e caótica, introduzindo uma mescla de táticas em constante transformação que são desenvolvidas para desequilibrar as autoridades.” (KORYBKO, 2018, p. 77) Além disso, ao utilizar forças por procuração compostas, principalmente, por atores desvinculados do Estado,

seu êxito consiste em abalar o inimigo e mantê-lo em contínuo desequilíbrio, até que a oportunidade para um ataque decisivo se apresente. (KORYBKO, 2018, p.80)

Tanto as Revoluções Coloridas como a Guerra Não Convencional cumprem esse papel com o uso de atores por procuração. As Revoluções Coloridas fazem uso de procuradores políticos e sociais para abalar o tecido social do Estado alvo, ao passo que as Guerras Não Convencionais usam procuradores armados para cortar fisicamente a conexão entre todos os elementos da sociedade. A transição da Revolução Colorida para a Guerra Não Convencional também é uma transição da guerra intangível para a guerra tangível. [...] Ambos são manifestações da Guerra de Quarta Geração no sentido em que são não lineares, indiretos e dinâmicos. (KORYBKO, 2018, pp. 94-95)

Em suma, “a conexão entre as Revoluções Coloridas, a Guerra Não Convencional, os objetivos de troca de regime dos EUA e os atores desvinculados do Estado oferece ainda mais provas para confirmar a teoria da Guerra Híbrida.” (KORYBKO, 2018, p. 75) No quadro abaixo, há uma síntese do que foi apresentado sobre a Guerra Híbrida e suas ramificações (guerra de 4ª geração, liderança velada, Revoluções Coloridas e Guerra não-convencional), abordando suas definições, características, objetivos, protagonistas e modelos de guerra:

**Tabela 8 - Guerra Híbrida**

	GUERRA HÍBRIDA			
	Guerra de 4ª Geração	Liderança velada	Revoluções Coloridas	Guerra não Convencional
Definição	Última fase da guerra na era das TIC's globalizadas num contexto pós-industrial	Guerra por procuração gerida através de assistência militar discreta a aliados	Guerra indireta com técnicas de psicologia das massas, TI e meios de comunicação	Guerra assimétrica previamente estabelecida por forças não oficiais contra um adversário tradicional
Características	* Estado perde o monopólio sobre o exercício da violência e da guerra	* Intervenção indireta	* Utilização de ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais	* Evolução orgânica da Revolução Colorida (continuação de conflito existente)
	* Influência da era da informação e transformações tecnológicas	* Concentração de esforços no envio de armamentos e treinamento de tropas locais	* Táticas desenvolvidas fora do Estado nacional	* Táticas em constante transformação para desequilibrar as autoridades
	* Cenários complexos e de configuração difusa	* Terceirização das operações de desestabilização para aliados regionais	* Métodos para difusão de críticas contra o governo e resistência não-violenta (Gene Sharp)	* Desenvolvimento sistemático da organização, insurreição e subversão no interior de países não-alinhados (TC 18-01 Unconventional Warfare)
	* Fluída, descentralizada e assimétrica	* Troca do posto de polícia do mundo pelo manto de mestre das marionetes	* Procuradores políticos e sociais para abalar o tecido social do Estado alvo	* Estudo de viabilidade premeditado para avaliar sucesso da operação
	* Atuação no campo psicossocial, sem uso explícito da força	* Favorecimento dos objetivos geoestratégicos dos EUA	* Disseminação da informação: "fábrica de consensos" e "mente de colmeia"	* Combate não regular e não linear
	* Guerra Híbrida é sua síntese	* Liderança por trás dos panos	* Golpe brando	* Golpe rígido
Objetivos	* Auferir resultados psicológicos e afetar a opinião pública	* Alcançar a dominação de espectro total	* Controlar aspectos intangíveis (sociedade, ideologia, psicologia)	* Abalar e manter inimigo em contínuo desequilíbrio
	* Destruir a vontade política do adversário através do colapso físico e moral	* Desestabilizar países não-alinhados	* Derrubar governos não-alinhados por meio de movimentos de massas	* Conformar movimentos de insurgência visando coagir e derrubar um poder em exercício
Protagonistas	Atores estatais e não-estatais	Agentes terceirizados	Manifestações de massa	Forças não oficiais
Modelo de guerra	Guerra ilimitada e irrestrita	Guerra por procuração	Guerra indireta e intangível	Guerra caótica e tangível

Fonte: elaboração própria.

Os estudos acerca da Guerra Híbrida ainda estão em curso e, com isso, novos parâmetros são passíveis de incorporarem essa complexa e nova modalidade de guerra do futuro. Dentre elas, uma interessante interpretação referente à guerra de informação e/ou guerra velada pode ser realizada a partir do conceito de *Lawfare*, ou a utilização de instrumentos jurídicos para fins políticos. Inclusive, os últimos documentos oficiais dos Estados Unidos, de 2010 e de 2016, que serão delineados com maior profundidade na próxima seção, torna explícita a utilização do combate à corrupção<sup>114</sup> em outros países como forma de luta para mudar regimes e governos de Estados inimigos e/ou afetar empresas concorrentes.<sup>115</sup> Tal guerra judicial, uma possível nova fase da Guerra Híbrida, não consiste somente num problema interno dos países – inclusive interpretado como uma tática para tratar de eliminar os líderes progressistas na América do Sul e no mundo que possivelmente não poderiam vencer nas urnas – mas, explicitamente, uma diretriz de política externa e de defesa estadunidense.

Para o século XXI, o projeto estadunidense no sistema internacional consiste na política de desmonte de projetos nacionais autônomos, ou modelos que se aproximem e repliquem o chinês. Além disso, visa destruir qualquer massa crítica aos EUA onde exista um "núcleo duro", através da exacerbação dos conflitos das Forças Políticas Internas, acarretando uma divisão endógena seguida de caos econômico e social das sociedades sul-americanas. Ainda, é importante salientar que não existe Guerra Híbrida sem um eficiente e longo processo de cooptação de segmentos essenciais da elite local (Judiciário, Imprensa, Atores políticos), ratificando que tal planejamento é de médio-longo prazo.

Ela constitui o novo horizonte da estratégia militar dos EUA para troca de regime, ao utilizar indiretamente uma miscelânea de grupos por procuração para realizar os objetivos estratégicos de Washington. Além disso, possui relação direta com a geopolítica, uma vez que sendo o objetivo provocar a fragmentação e neutralização estratégica de um Estado não-alinhado e prolongar a supremacia estadunidense no sistema internacional – que caminha para

---

114 "Strengthening International Norms Against Corruption; We are working within the broader international system [...] to promote the recognition that pervasive corruption is a violation of basic human rights and a severe impediment to development and global security. We will work with governments and civil society organizations to bring greater transparency and accountability to government budgets, expenditures, and the assets of public officials. And we will institutionalize transparent practices in international aid flows, international banking and tax policy, and private sector engagement around natural resources to make it harder for officials to steal and to strengthen the efforts of citizens to hold their governments accountable." (UNITED STATES, 2010)

115 "COUNTER FOREIGN CORRUPTION: Using our economic and diplomatic tools, the United States will continue to target corrupt foreign officials and work with countries to improve their ability to fight corruption so U.S. companies can compete fairly in transparent business climates." (UNITED STATES, 2017)

um mundo multipolar, como visualizado nas seções anteriores –, a implementação da Guerra Híbrida em vários tabuleiros geopolíticos poderia reverter esse processo e restabelecer a ordem unipolar por um período de tempo indeterminado.

A partir da constatação de que os Estados Unidos não possuem mais a capacidade (custos político-econômicos, opinião pública) de manter guerras irrestritas longínquas ao seu entorno estratégico direto e imediato <sup>116</sup>, principalmente após as experiências no Iraque e no Afeganistão e, obviamente, devido à crise de 2008, os geoestrategistas estadunidenses relançaram suas bases para o século XXI retomando, num primeiro momento, o controle regional, visando a possibilidade posterior de nova ofensiva em âmbito global. Em outros termos, a América do Sul retorna ao radar do *Big Game* estadunidense.

A América do Sul não está isolada do contexto da Guerra Híbrida; pelo contrário, são constatados nos países contrários à FPE estadunidense diversos mecanismos visando o *regime change*, principalmente durante a década de 2010, tomando-se como exemplo a Venezuela de Chavez e Maduro, o Brasil de Lula e Dilma, a Argentina de Nestor e Cristina Kirchner, a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa, o Paraguai de Fernando Lugo.

Ao manter o Estado alvo em estado de colapso ou semicolapso por um período de tempo prolongado após a desestabilização social, política e/ou econômica, “o resultado é um Buraco Negro geopolítico, cuja intenção é que o campo de atração gravitacional regido pelo caos engula os Estados vizinhos.” (KORYBKO, 2018, p. 91) Em outros termos, do ponto de vista estratégico, a Guerra Híbrida tende a possuir mais de um objetivo final, o que a diferencia dos golpes típicos perpetrados ao longo da Guerra Fria na região. Ainda, os EUA são contrários a qualquer projeto de “Brasil potência” ou de integração autônoma mais assertiva na região, uma vez que seria uma contraposição a sua hegemonia hemisférica. Desta forma, conclui-se a fundamental importância para os países sul-americanos compreender o funcionamento e a extensão deste método, buscando elaborar com eficiência estratégias que neutralizem sua aplicabilidade.

Na próxima seção, será realizado um estudo acerca dos documentos oficiais de distintos governos dos Estados Unidos, com a finalidade de analisar a realidade concreta dos

---

<sup>116</sup>“Além disso, o sistema internacional vem se transformando de tal modo que os gastos políticos e físicos para bancar uma guerra convencional contra certos países (isto é, a China e o Irã) estão se tornando um grande fardo para os tomadores de decisão dos EUA, fazendo assim dessa opção militar menos atrativa. Nessas circunstâncias, a guerra indireta ganha destaque no planejamento estratégico, e sua aplicação pode assumir uma variedade de formas.” (KORYBKO, 2018, p. 12)

fatos no que se refere ao planejamento geoestratégico e da atuação das Forças Políticas Externas estadunidenses no sistema internacional nesse início de século.

### 2.2.3 – Análise dos *National Security Strategy*

A presente seção visa analisar os documentos oficiais do governo estadunidense no período compreendido entre o final da Guerra Fria e a eleição de Donald Trump, em 2016, com a finalidade de ratificar o argumento das Forças Políticas Externas americanas a partir do horizonte temporal estabelecido. Assim, visualiza-se que há um direcionamento estratégico da política externa e de defesa dos Estados Unidos no sistema internacional, que influencia, direta e/ou indiretamente, a América do Sul.

Os documentos selecionados são as Estratégias de Segurança Nacional – *National Security Strategy* (NSS) – de quatro governos americanos: Bill Clinton (1993-2000)<sup>117</sup>, George W. Bush (2001-2008), Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020).<sup>118</sup> A escolha por estes documentos específicos é justificada uma vez que são preparados periodicamente pelo poder executivo do governo dos Estados Unidos – conjuntamente aos Departamentos de Estado e de Defesa, Pentágono, CIA, Departamento de Comércio e a Secretaria do Tesouro do governo americano – para o Congresso, descrevendo as principais preocupações de segurança nacional dos americanos e as estratégias da administração para enfrentar os desafios. A base legal para o documento está explicitada na Lei *Goldwater-Nichols*<sup>119</sup>, e a implementação de seu conteúdo geral baseia-se na elaboração de orientações fornecidas em documentos comprovativos (como os *National Military Strategy* – NMS<sup>120</sup>).

Dentro desse marco legal, a NSS pode contribuir para vários propósitos do governo estadunidense, pois: ao priorizar os objetivos, a NSS pode indicar quais as “formas e meios” devem ser utilizados para alcançá-los, servindo como um guia para o planejamento, organização e execução das tarefas pertinentes aos Departamentos e

---

117 Apesar do documento citado não pertencer ao recorte temporal, julga-se de suma importância o estudo do mesmo, uma vez que ele influencia de forma direta e indireta os posteriores, além de estabelecer os parâmetros da política externa global dos Estados Unidos no período após o final da Guerra Fria.

118 Priorizou-se a utilização de apenas um documento de cada Governo, uma vez que, com as reeleições de Clinton, Bush e Obama, as geoestratégias destas administrações consecutivas pouco se modificaram.

119 A *Goldwater-Nichols* foi assinada pelo presidente Ronald Reagan, em 1986, sendo estabelecida para reorganizar o Departamento de Defesa e fortalecer sua autoridade civil, visando a melhoria do assessoramento militar fornecido ao Presidente, ao Conselho de Segurança Nacional e ao Secretário de Defesa. Esta lei reformulou a estrutura militar dos Estados Unidos ao estabelecer a simplificação da cadeia de comando (do presidente através do secretário de defesa diretamente para os comandantes combatentes), assim como a autoridade e responsabilidade desses comandantes, aumentando à formulação de estratégias para prover um uso mais eficiente dos recursos de defesa, melhorar políticas de gestão de oficiais conjuntos, tornar mais eficaz as operações militares e incrementar a gestão e administração do Departamento de Defesa.

120 A *National Military Strategy* é emitida pelo Presidente do Estado Maior conjunto ao Secretário de Defesa, descrevendo brevemente os objetivos estratégicos das forças armadas. A principal fonte de orientação da NMS é o documento da Estratégia de Segurança Nacional (NSS).

Agências subordinados ao poder executivo; ao apresentar de forma clara os objetivos que se pretende atingir, bem como o modo pelo qual isso será feito, a NSS pode ser um instrumento do executivo para justificar os recursos solicitados ao Congresso; e ao expor a visão estratégica do governo dos EUA, a NSS contribui para informar tanto o público interno, quanto o externo sobre a abordagem e a intenção do governo EUA, acerca de diversos temas de segurança, defesa, política externa. (SILVA, M, 2013, pp. 454-455)

O pilar da estratégia de segurança nacional do governo Clinton (UNITED STATES, 1996) se baseia na tríade garantia da segurança, alavancagem da economia e promoção da democracia. Uma vez que a liderança dos Estados Unidos é essencial para o mundo após a Guerra Fria, constatam-se mudanças nos imperativos de segurança, cujo anterior combate contra o comunismo é substituído pelas “novas ameaças globais”, tais como proliferação de armas nucleares, degradação ambiental, aumento populacional, instabilidade política, terrorismo, crimes internacionais, e tráfico de drogas.

Em outros termos, a fim de justificar os altos gastos militares e a presença global, realizou-se uma prerrogativa de que o interesse nacional dos EUA estaria sendo ameaçado por esses novos desafios, sendo necessário o uso de seu aparato militar. Para Padula (2018, p. 48), “foram flexibilizadas tanto a área geográfica de atuação quanto as ameaças a serem combatidas, que passam a ser subjetivas e imprecisas, de acordo com o que seus membros identificarem ou interpretarem.”

*When our national security interests are threatened, we will, as America always has, use diplomacy when we can, but force if we must. [...] We must use military force selectively, recognizing that its use may do no more than provide a window of opportunity for a society — and diplomacy — to work. We therefore will send American troops abroad only when our interests and our values are sufficiently at stake.* (UNITED STATES, 1996)

A denominada *National Security Strategy of engagement and enlargement* está baseada na expansão da comunidade de democracia de mercado e na detenção das ameaças à nação; em outros termos, o engajamento internacional (baseado no interesse nacional) seria a conquista de mercados e mentes, a atração dos demais Estados pela via econômica liberal, "a sua contenção pela cooptação ao sistema de organizações multilaterais, reforçando e reformando estas organizações" (PECEQUILO, 2012, pp. 17-18), em que “geopolítica e globalização mesclam-se de tal maneira que passam a formar um todo epistemológico.” (GOES, 2018, p. 515)<sup>121</sup> Desta forma, um mundo mais seguro garantiria mercados globais sem reconhecimento de fronteiras; é a lógica diretamente proporcional entre o aumento da

---

121“Em consequência, é preciso compreender que o fenômeno da globalização da economia não é mero instrumento de regulação do comércio internacional, nem tampouco instrumento de promoção de cooperação internacional benigno pela própria natureza, mas, sim, um instrumento de disputa de poder global.” (GOES, 2018, p. 515)

democracia e do livre-mercado acarretando a elevação da segurança e a proliferação do *american way of life*.

Segundo Goes (2018, p. 502), a Doutrina Clinton seria a base do fenômeno da globalização da economia, desenvolvida a partir do colapso da União Soviética (URSS) e que modifica a lógica da Estratégia da Contenção que vigorou durante toda a Guerra Fria. Desta forma,

diante de tal quadro de alta complexidade, incerteza e instabilidade, que não se coaduna, nem com um só mundo fukuyamaniano e nem com os dois mundos do condomínio geopolítico universal, o estrategista americano [...] logo percebeu a inadequabilidade do paradigma mackinderiano-spykmaniano para continuar regendo o cenário que surgia com o fim da Guerra Fria, em 1989, o que evidentemente o levou a engendrar um novo arquétipo estratégico, agora focado no projeto epistemológico neoliberal de abertura mundial do comércio e redução jurídica do Estado. (GOES, 2018, pp. 509-510)

Em termos práticos, visualizou-se o estabelecimento de diretrizes prioritárias do trinômio segurança-economia-democracia: no primeiro, houve o alargamento da OTAN, a tentativa de desarmamento nuclear, a diplomacia de acordo com Coreia do Norte, a busca da paz entre Israel e Palestina e o combate ao terrorismo; no que tange à economia, foram estabelecidas as bases da economia global, através do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), do GATT, da OMC e, na América do Sul, os primeiros esboços do que seria conhecido posteriormente como a ALCA; nos aspectos democráticos, visou-se a conformação de sociedades livres, principalmente dos Estados nacionais pertencentes a ex-URSS, tendo nos direitos humanos a prerrogativa substancial.

Em contrapartida, o axioma principal no governo Bush (UNITED STATES, 2002) foi a retórica da Guerra Global ao Terror, cujos pilares baseavam-se na questão da proteção e segurança dos cidadãos americanos *vis-à-vis* os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Ao focar-se numa guerra preventiva contra qualquer ameaça – efetiva, potencial ou imaginária –, os Estados Unidos advogavam o direito à vigilância constante e ao ataque imediato, caso fosse necessário. Além disso, uma característica fundamental “é a imposição da chamada *Pax Americana*, aqui vislumbrada como uma ordem unipolar do tipo ou é meu amigo ou é meu inimigo.” (GOES, 2018, p. 502)

Em 2002, o documento *National Security Strategy* explicitou a doutrina de “ataques preventivos”, que deu maior flexibilidade para a atuação militar dos EUA, desde que identificassem unilateralmente uma ameaça potencial atrelada à atuação de grupos terroristas, em qualquer parte ou território nacional do globo. O discurso unilateralista neoconservador, que via o multilateralismo como uma demonstração de fraqueza, ganha força como um discurso ético de luta contra o mal, legitimador de uma intervenção global. (PADULA, 2018, p. 49)

Ainda segundo Goes, esta doutrina tratava de impor uma ordem mundial unipolar a partir de um ato volitivo de poder hegemônico dos Estados Unidos, baseada numa “ontogenia do leviatã geopolítico” (GOES, 2018, p. 503) garantidor da paz e segurança no sistema mundial, que desafiava a ordem jurídica internacional e seus organismos multilaterais. Logo, “a Doutrina Bush se apresentou como um elemento antikantiano de neutralização axiológica do Direito Internacional Público (DIP) e do próprio Direito da Guerra (Direito Internacional Humanitário).” (GOES, 2018, p. 517)

No âmbito econômico, a partir da liberdade econômica e política do modelo neoliberal, a Doutrina Bush prezava por uma relação pacífica e cooperativa com outros Estados, desde que baseados em “política nacionais corretas”.<sup>122</sup> Nesta perspectiva, desconstrói o paradigma de Clinton ao diminuir a assertividade das pressões econômicas por liberalização e abertura de mercados e, concomitantemente, retomar o paradigma militar com maior intensividade. Em outros termos, os ataques terroristas foram a prerrogativa geopolítica para abandonar o *Engagement and Enlargement*<sup>123</sup> – que procurou manter a liderança global dos americanos pelo controle da economia mundial e, segundo a Doutrina Bush, teria sido um dos responsáveis pelos ataques terroristas de 11 de setembro ao relegar para o segundo plano o caráter militar – e estabelecer seu novo paradigma, a estratégia da *Pax Americana* de “policia do mundo”, baseada no uso da força militar e na cruzada política da guerra ao terrorismo. Ainda,

Mais do que o estabelecimento do terrorismo como inimigo, e da prioridade das guerras assimétricas, entre os Estados Unidos e países menores, entre os Estados Unidos e grupos privados transnacionais, a “inovação” da Doutrina Bush foi a introdução do conceito de prevenção como referencial de ação, em detrimento da contenção. Essa reafirmação do unilateralismo indica que os Estados Unidos [...] agiriam de forma decisiva contra seus inimigos, prevenindo a emergência de ameaças antes que surjam. (PECEQUILO, 2012, p. 22)

A Doutrina da Guerra ao Terror vigorou por basicamente toda a década de 2000 e, na visão de Goes (2018, p. 520), seu descompromisso com a economia mundial viabilizou a ascensão geopolítica da China e sua penetração na África, na América Latina e parte da Ásia, além do surgimento dos BRICS. Ao visualizar o terrorismo como inimigo difuso, atemporal e

---

122 “This Administration’s goal is to help unleash the productive potential of individuals in all nations. Sustained growth and poverty reduction is impossible without the right national policies. Where governments have implemented real policy changes, we will provide significant new levels of assistance.” (UNITED STATES, 2002)

123 “Eis aqui a origem de toda a crítica feita à Estratégia do Engajamento e Ampliação de Clinton: a priorização da dimensão econômica (soft power) degradou a dimensão militar (hard power) de tal maneira que resultou no ataque às Torres Gêmeas, preço altíssimo que a sociedade americana teve que pagar pela escolha equivocada de sua própria Estratégia de Segurança Nacional”. (GOES, 2018, p. 519)



não-centralizado, para ratificar a defesa da segurança nacional pela via da guerra, os Estados Unidos

*will continue to work with our allies to disrupt the financing of terrorism. We will identify and block the sources of funding for terrorism, freeze the assets of terrorists and those who support them, deny terrorists access to the international financial system, protect legitimate charities from being abused by terrorists, and prevent the movement of terrorists' assets through alternative financial networks. (UNITED STATES, 2002)*

No caso da administração Obama (UNITED STATES, 2010), foram estabelecidas diretrizes a partir da perda relativa de poder americano no sistema internacional, constatada através da queda da competitividade econômica estadunidense e dos seus déficits fiscal e comercial. Principalmente após a crise de 2008, os estrategistas americanos vêm percebendo a necessidade de revitalizar a sua economia para maior assertividade da influência externa, visando sua substancial renovação nacional e retomada da liderança global <sup>124</sup>; em outros termos, as crises do final dos anos 2000 serviriam para a base da reconstrução hegemônica americana no século XXI.

*New skills are needed to foster effective interaction to convene, connect, and mobilize not only other governments and international organizations, but also non-state actors such as corporations, foundations, nongovernmental organizations, universities, think tanks, and faith-based organizations, all of whom increasingly have a distinct role to play on both diplomatic and development issues. (UNITED STATES, 2010)*

O sistema internacional sofreu inúmeras mudanças após a crise de 2008, uma vez que ficou constatado o enfraquecimento do papel dos EUA em controlar o processo de globalização e financeirização mundial. Além disso, há uma nova correlação da geometria do poder mundial, cuja ascensão de uma ordem multipolar está dotada de ambições geopolíticas autóctones, que competem e rivalizam com a *Pax Americana* e possuem capacidades de resistência aos interesses vitais dos Estados Unidos. (GOES, 2018, p. 522)

Num caso específico, a competição entre as Forças Políticas Externas dos Estados Unidos e da China delinea a nova configuração geopolítica pós-crise de 2008, presente na NSS do governo Obama como instrumento de contenção da expansão chinesa no mundo, principalmente ao afirmar que a Doutrina Obama seria uma reedição “da vertente spykmaniana da antiga Estratégia da Contenção de Kennan, da mesma forma que a Iniciativa

---

124 Segundo o NSS (UNITED STATES, 2010), esta nova base econômica é fundamentada em determinados pontos específicos e fundamentais para o projeto americano no século XXI: sustentar o sistema econômico internacional, assim como garantir a paz e a segurança; prevenir instabilidade na economia global; reduzir déficit; responsabilidade fiscal; prover mercados abertos para produtos americanos; fortalecer normas internacionais contra a corrupção; realizar ajuda bilateral para melhoria das democracias de terceiros; conformar um liberalismo tridimensional baseado no TPP, TTIP, TISA (como vistos na seção anterior).

da Faixa e da Rota da China é a reedição da vertente mackinderiana da antiga Estratégia soviética de conquista da Ilha Mundial.” (GOES, 2018, p. 527)

Desta forma, uma das principais ações da Doutrina Obama foi estabelecer um multilateralismo baseado, principalmente, numa estratégia de alianças transoceânicas. Em outros termos, buscou retomar a iniciativa de cooperação econômica transcontinental relegada por Bush; "a prevenção agressiva da NSS-2002 é abandonada, sendo substituída por um estilo mais cooperativo e que deve focar em parcerias. Mais ainda, a natureza difusa das ameaças é ressaltada assim como o poder dos emergentes." (PECEQUILO, 2012, p. 27) Logo, são concebidas estratégias de alianças com seus tradicionais parceiros, a partir da Aliança Transatlântica com a Europa (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*) e da Aliança Transpacífica com o Japão (*Trans-Pacific Partnership*). (GOES, 2018, p. 527)

Os NSS de 2010 e 2014 reafirmam a importância de preservar a superioridade militar dos EUA e sua capacidade de enfrentar múltiplas ameaças de nações, atores não estatais e Estados falidos, mas trazendo de volta a questão do multilateralismo, através de um “engajamento abrangente” sob a liderança estadunidense, e da importância do poder do ponto de vista moral (ou de um discurso ético legitimamente aceito), que teria sido deteriorado pelo unilateralismo do governo Bush. (PADULA, 2018, p. 51)

É interessante notar que suas linhas gerais propõem uma retomada do *engagement* presente na administração Clinton e preteridas na Doutrina Bush, principalmente em temas como o combate ao extremismo, ameaça nuclear de destruição em massa, crescimento econômico sustentável e aquecimento global. Concomitantemente, são verificadas nuances particulares do *enlargement*, ao definir os benefícios da globalização como um produto da liderança americana. Ainda, quatro interesses nacionais são apontados para uma maior atuação no mundo, pautados na segurança, prosperidade, valores americanos e ordem internacional, cuja utilização do termo *responsability to protect* (R2P)<sup>125</sup> é enfatizado com

---

125 Responsibility to Protect (R2P) é um compromisso político global endossado por todos os Estados das Nações Unidas e possui a finalidade de impedir o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A partir desta política, a comunidade internacional tem a responsabilidade de ajudar os Estados a construir a capacidade de exercer a sua responsabilidade primária, assim como de utilizar os meios diplomáticos, humanitários e outros necessários para proteger as populações contra esses crimes. Caso haja falha por parte do Estado, deve-se adotar uma ação coletiva com a finalidade de proteger a população, admitindo, portanto, a intervenção militar na defesa dos direitos humanos. Entretanto, o R2P tem sido comumente utilizado pelos Estados Unidos com a finalidade de intervir em países estrangeiros contrários aos seus preceitos geoestratégicos ou que afetem os interesses nacionais americanos, ensejando medidas unilaterais fora do âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. "O conceito da Responsabilidade de Proteger traria, ao menos formalmente, a possibilidade de uma nova modalidade legal de intervenção militar justificada por razões humanitárias na medida em que a comunidade internacional torna-se responsável pelo bem-estar de todos os indivíduos. A Responsabilidade de Proteger poderia levar à elaboração, a partir de uma chave de análise baseada na perspectiva do conflito internacional e dos interesses de poder dos Estados, de duas hipóteses: primeiro, que o princípio seria uma forma de adaptação jurídica da ONU diante da prática política que parece desenhar como um novo procedimento as intervenções conduzidas por coalizões de Estado em nome de valores universais (e não

assertividade no documento, determinando a possibilidade de ação unilateral <sup>126</sup> se os interesses nacionais americanos estiverem em perigo.

Para a administração do presidente Donald Trump (UNITED STATES, 2017), o NSS possui como marco principal o seu lema de campanha: *America First*, “concepção estratégica que denega a teoria da tríade e cria as bases para a implantação da era da (des) globalização da economia e do isolacionismo internacional dos EUA”. (GOES, 2018, p. 502). Esta seria a fundação da futura liderança dos Estados Unidos no mundo, servindo de base para o delineamento dos interesses nacionais os seguintes tópicos: proteção do *american way of life* (controle de fronteiras e reforma do sistema de imigração, defesa cibernética e ameaça jihadista); promoção da prosperidade dos EUA (economia doméstica em proveito dos EUA e seus trabalhadores, assim como abundância energética); preservação da paz pela força (reconstrução do setor militar e não dominação de regiões por “ameaças externas” à segurança nacional, dentre eles a China, Rússia e *Rogue States*, como Coreia do Norte e Irã); e avanço da influência americana (valores americanos visando segurança e prosperidade).

Um dos pontos principais para a constatação empírica da competição entre as Forças Políticas Externas é a relação entre Estados Unidos e China apresentada no documento. O NSS aponta a necessidade de um protecionismo americano como reação ao crescimento chinês, uma vez que os mercados internos americanos não mais conseguiriam competir com os chineses. “Portanto, a retomada do conceito *America First* só pode ser plenamente entendida a partir dessa perspectiva de protecionismo econômico comercial dos EUA em relação à China” (GOES, 2018, p. 532), corroboradas pela constatare guerra comercial sino-americana, pela saída de arranjos multilaterais como os Pactos Transpacíficos e Transatlântico, pela reformulação do Nafta 2.0 (USMCA) e que, em último caso, o governo

---

mais ações unilaterais em nome de 'interesses nacionais'); e, em segundo lugar, como uma nova forma de justificação para ações que visam a defesa de interesses nacionais, mas não mais aqueles definidos classicamente, mas agora, articulados a um novo conceito de governança global destinada a gerir os fluxos internacionais de capital, a propiciar a circulação comercial, a garantir acesso às fontes de matérias-primas e fontes de energia e a manter a estabilidade política necessária para que essas dimensões possam se realizar. Para tanto, seria preciso controlar grupos ou atores que possam criar obstáculos, colocando em marcha operações para pacificar regiões, países ou zonas tidas como problemáticas por serem palco de desastres humanitários, guerras civis ou para centros de treinamento ou operacionais para organizações ilegais." (SOUZA, 2011, p. 164) Complementando, "o princípio de soberania nacional virtualmente desapareceu, como fundamento do Direito Internacional, mediante a artimanha do tipo Responsibility to Protect (R2P ou RtoP) e 'right of humanitarian intervention', segundo a qual a soberania era um privilégio, não um direito absoluto, e que, se um Estado violasse os preceitos da boa governança, a comunidade internacional (Estados Unidos e seus vassallos da União Europeia) estaria obrigada a revogá-la e militarmente derrubar o regime do país." (BANDEIRA, 2016, p. 478)

126 “The United States must reserve the right to act unilaterally if necessary to defend our nation and our interests, yet we will also seek to adhere to standards that govern the use of force. Doing so strengthens those who act in line with international standards, while isolating and weakening those who do not.” (UNITED STATES, 2010)

americano deve servir aos trabalhadores domésticos em detrimento aos denominados trabalhadores globais.

O que é importante compreender é que a *America First National Security Strategy* não deixou de estar atrelada ao projeto epistemológico da pax americana, calcado na retomada da liderança global estadunidense. O que muda é o arquétipo estratégico que passa a ser considerado como qualitativamente superior aos demais modelos anteriores concentrados nas grandes alianças multilaterais. (GOES, 2018, p. 530)

Em outros termos, o que se visualiza é um processo de anti-globalização, com a prerrogativa de que os demais países não aderiram ao livre-comércio, somente obtendo seus ganhos, enquanto o ônus teria ficado a cargo dos EUA. “Diante disso, o estrategista norte-americano não hesitou em adotar movimento disruptivo com relação aos grandes arranjos de cooperação multilateral, substituindo-os pela modelagem protecionista que pode reforçar a musculatura geopolítica dos EUA.” (GOES, 2018, p. 532)

Assim, há uma desmistificação do processo de globalização e da doutrina que abarcava tanto o *engagement* quanto o *enlargement*, concomitantemente a um retorno da competição global e a contestação das supostas vantagens geopolíticas (sendo uma prerrogativa para aumento dos gastos militares) e geoeconômicas (estabelecendo a manutenção da diplomacia econômica que mantêm sua liderança) que os Estados Unidos teriam nas relações internacionais.

Outro ponto interessante do documento é a existência do conceito *Second to none*. Segundo ele, não há a possibilidade de haver força militar competindo com EUA, ou seja, os americanos devem fazer de tudo para evitar a ascensão de uma segunda grande potência, serem inigualáveis em termos militares. Logo, realizam a opção pelo exercício unilateral do poder americano, seja através da divisão e dispersão dos países concorrentes, ou por meio de boicotes a qualquer tipo de blocos político-econômicos em termos regionais, como o MERCOSUL, a UNASUL e os BRICS.

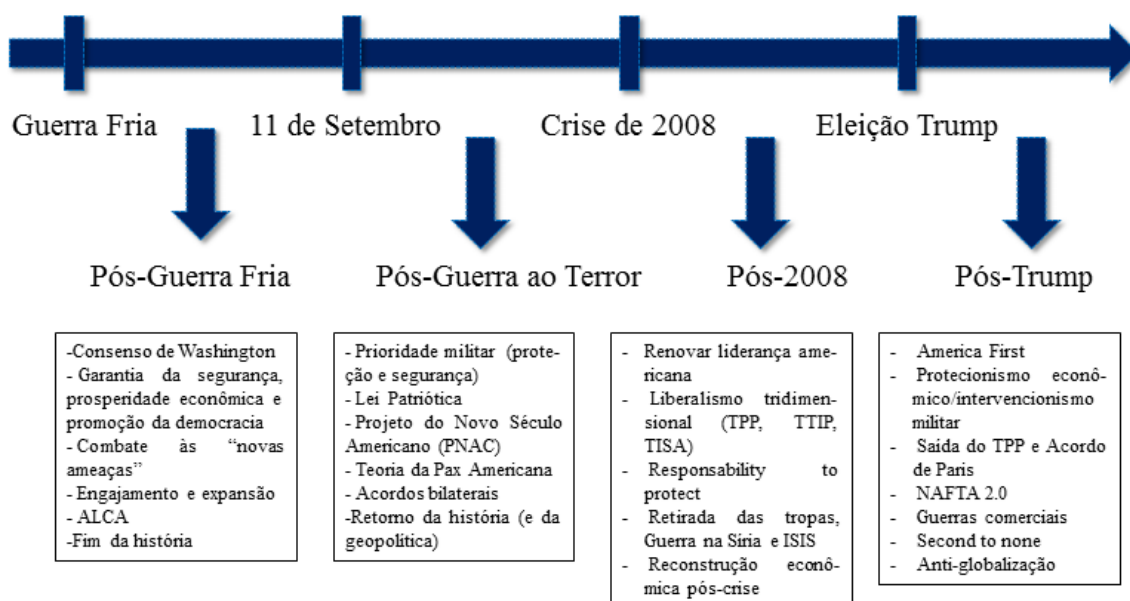
Na visão de Fiori (2018, pp. 398-399), o ineditismo do documento se encontra em alguns pontos que sustentam uma nova visão de mundo da política externa americana, distinta de sua tradição secular. Ao redefinir o sistema mundial como um espaço de competição permanente entre Estados nacionais pelo poder global, os Estados Unidos teriam o direito de utilizar de sua posição de força econômica – por exemplo, através de guerras comerciais e sanções econômicas – como instrumentos de guerra, visando sempre seus interesses nacionais.

Os Estados Unidos, portanto, abrem mão da ideia de uma hegemonia ética e cultural universal e optam pelo uso da força e das armas, se necessário, para impor seus interesses em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo. Mesmo que seja através da mudança de governos e regimes que sejam considerados uma ameaça política ou econômica aos interesses norte-americanos. (FIORI, 2018, p. 399)

A consecução dos NSS é o produto de uma longa luta dentro das Forças Políticas Internas dos Estados Unidos, que analisam prioridades e estratégias relativamente distintas. Entretanto, o segmento ligado diretamente a gestão do império militar norte-americano vem, em última instância, ditando as regras desde o final da Guerra Fria até o governo Trump, cuja possibilidade de alteração somente poderá vir a ocorrer caso haja um novo equilíbrio de forças no sistema internacional. Em outros termos, o próprio documento oficial corrobora duas constatações: a ideia formalizada no presente trabalho acerca da existência de Forças Políticas Internas e Externas, cujos Estados nacionais perseguem interesses nacionais por si mesmos, engendrando competição a nível local (FPI) e global (FPE); e, da mesma forma, que em todos os *National Security Strategy*, há sempre uma justificativa, uma legitimação, uma *raison d'être* na materialidade histórica para a intensificação dos gastos militares americanos visando a presença e capacitação da intervenção militar global, uma vez que o complexo industrial-militar dos Estados Unidos está propondo uma contínua corrida tecnológica e militar "dentro de um sistema instabilizado pela ideia de que a guerra é um instrumento regular da solução de conflitos e que pode ser travada a qualquer momento e em qualquer lugar, contra qualquer rival, inimigo ou antigo aliado." (FIORI, 2018, p. 399)

No quadro abaixo, visualiza-se um pequeno resumo de alguns dos principais pontos das Forças Políticas Externas dos Estados Unidos, abordados por períodos e que, em certo sentido, convergem com a divisão dos próprios documentos dos *National Security Strategy*. Ressalta-se que as principais noções da Guerra Híbrida, estabelecidas na seção anterior, não se encontram presentes no quadro, haja vista a dificuldade de periodização exata das mesmas, exercendo influência direta e indireta, implícita e explícita, ao longo de todos os recortes temporais realizados.

Figura 6 - Síntese das Forças Políticas Externas americanas por períodos



Fonte: elaboração própria

Após realizar uma análise histórico-qualitativa acerca da atuação dos Estados Unidos no território sul-americano, percebe-se claramente que o período compreendido entre 2001 e 2016 possui uma paradoxal dualidade: uma convergente, ao se tratar da nova estratégia proposta pela Guerra Híbrida; e outra divergente, tendo como o ano de 2008 seu ponto de inflexão. Neste segundo ponto, o Governo Bush abrandou o controle dos EUA sobre a economia mundial a partir de sua cruzada política da Guerra ao Terror, distinguindo-se de seu antecessor com a Estratégia de Engajamento e Expansão e de seu predecessor com a tentativa de retomada da liderança global via multilateralismo. Com isso, a Doutrina Bush possibilitou o surgimento de vácuos de poder em distintos tabuleiros geopolíticos no sistema internacional, dentre eles a América do Sul, cuja "presença chinesa tem sido cada vez mais marcante, em busca de mercados, matérias primas, *commodities* agrícolas e energéticos, trazendo inúmeros desafios à liderança dos Estados Unidos" (PECEQUILO, 2012, p. 50). Essa penetração e ascensão geopolítica chinesa serão analisadas na próxima seção do presente trabalho.

## 2.3 – A China e o pouso do dragão

全党全军全国各族人民要更加紧密地团结起来，不忘初心，牢记使命，继续把我们的人民共和国巩固好、发展好，继续为实现“两个一百年”奋斗目标、实现中华民族伟大复兴的中国梦而努力奋斗！<sup>127</sup> (JINPING, 2019)

### 2.3.1 – O preâmbulo confuciano na América do Sul

Da mesma maneira que foi realizado um estudo das Forças Políticas Externas estadunidenses na América do Sul entre 2001-2016, outro pólo de poder do sistema internacional também merece destaque por sua atuação no subcontinente. Concomitantemente, a presença histórica da China ajuda a compreender sua participação nas relações internacionais contemporâneas, o que possibilita uma breve explanação da irrisória atuação chinesa na América do Sul durante o século XX, contrastando com a sua ascensão meteórica no início do século XXI.

Compreender a China é talvez uma das tarefas mais complexas no estudo das relações internacionais. Uma civilização milenar com tradições ancestrais que podem ser visualizadas no cotidiano contemporâneo, cuja história contradiz o conceito ocidental de Estado-nação convencional; em outros termos, como afirma Kissinger (2011, p. 20), “nenhum outro país pode se arrogar tal continuidade de civilização, ou uma ligação tão íntima com o passado antigo e os princípios clássicos de estratégia e arte de governar.”

Nesta tentativa de concepção da China, o conceito de Tiānxià (天下) ajuda a elucidar algumas de suas complexidades. Este consiste na representação de um sistema que permite a garantia da ordem universal como objetivo máximo da política, cuja centralidade na China estaria atravessada pelo respeito à noção de soberania dos demais países, uma vez que a harmonia é a condição ontológica para a existência e desenvolvimento das coisas (LIMA, 2018, pp. 34-35): “*it is a common understanding that we all live in the same world, and have to share some kind of common understanding and tolerance of each other's ideas. It is*

---

<sup>127</sup> Discurso realizado por Xi Jinping em comemoração aos 70 anos da República Popular da China, em 01 de outubro de 2019: "Todo o partido, todo o exército e o povo de todos os grupos étnicos devem unir-se mais estreitamente. Devemos manter-se fiel à aspiração inicial e ter sempre em mente a nossa missão, continuar a consolidar e desenvolver a nossa República Popular, e continuar a lutar pela realização da meta dos 'dois centenários' e realizar o sonho chinês do grande rejuvenescimento da nação chinesa."

*different from the concept of empire.*” (SISCI, 2014, pp. 33-34) De outro modo, este é um conceito que forma a visão de mundo de centralidade e grandeza da China *vis-à-vis* sua interação com o restante do sistema internacional (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 14), tanto no passado quanto no presente, percebendo-se a si mesma como *zhongguo*, o “Império do Meio” (中国).

Dentro dessa perspectiva holística da China, Confúcio é a personalidade que melhor sintetiza a “fundação” da cultura chinesa. “*Os Analectos*”, uma compilação da coleção central de seus ditados, vêm servindo para a qualificação da burocracia imperial, principalmente a partir da dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.), ao adotar o pensamento confucionista como a filosofia oficial do Estado, “algo próximo de uma Bíblia chinesa e Constituição combinadas numa coisa só.” (KISSINGER, 2011, pp. 30-31) O ponto central do pensamento confucionista são os princípios da não agressão e da busca pela harmonia (BURGER, 2018, p. 190) social e superior <sup>128</sup>, que não consiste apenas num pensamento filosófico, mas num guia de ação estratégico com elementos relacionados a administração do Estado. Desta forma, se apresenta como “um fenômeno cultural chinês, surgido no século V a.C. e que se manteve por mais de 2.500 anos e se confunde com o destino de toda a civilização chinesa.” (LIMA, 2018, p. 36)

Duas outras figuras mais recentes e centrais ajudam a decifrar o enigma chinês: Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Desde a derrota na Guerra do Ópio (década de 1840), a China vem buscando se reafirmar como entidade política forte e próspera (XING; SHAW, 2018, p. 57); ou seja, os subseqüentes flagelos do “século da humilhação” (百年國恥) <sup>129</sup> são vistos com considerável desalento na China contemporânea, tendo sido amenizados apenas com a reunificação do país sob uma forma de comunismo assertivamente nacionalista (KISSINGER, 2011, p. 72; SHAMBAUGH, 2013, pp. 308-309) na figura de Mao Tsé-Tung, estadista da primeira geração política <sup>130</sup> pós Revolução de 1949.

---

128 “Para seus adeptos, a ordem confucionista oferecia a inspiração de servir na busca de uma harmonia superior. Ao contrário de profetas de religiões monoteístas, Confúcio não pregava nenhuma teleologia da história conduzindo a humanidade à redenção pessoal. Sua filosofia buscava a redenção do Estado mediante o comportamento individual correto. Orientado para esse mundo, seu pensamento afirmava um código de conduta social, não um caminho para a vida após a morte.” (KISSINGER, 2011, pp.32-33)

129 O século de humilhação foi o período de subjugação chinesa diante do imperialismo ocidental e japonês. Desde a ascensão do nacionalismo moderno na década de 1920, o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês utilizam tais conceitos a fim de caracterizar a experiência chinesa em perdas de soberania no período de 1839 até 1949, com a Revolução Comunista.

130 A primeira geração política chinesa foi guiada por Mao Zedong (1949-1978). A segunda foi liderada por Deng Xiaoping (1978-1993); a terceira por Jiang Zemin (1993-2002), a quarta por Hu Jintao (2002-2012) e, no final de 2012, Xi Jinping assumiu a quinta geração política.



Desta forma, sob a recém-proclamada República Popular da China (RPC), em 1949, Mao impulsionou o país na direção da unidade nacional (excetuando Taiwan e Mongólia, a restauração foi realizada até as suas fronteiras históricas) e do respeito internacional (“uma superpotência emergente cuja forma de governo comunista sobreviveu ao colapso do mundo comunista” (KISSINGER, 2011, p. 314)). Através da doutrina da “revolução contínua”<sup>131</sup> (KISSINGER, 2011, p. 106), engendrou a unificação que possibilitaria a emergência da superpotência no século XXI e que, ainda que sua figura fosse contraditória, configura-se como elemento central da justiça social chinesa.

Desse modo, Mao gerou uma série de contradições internas. Na busca da Grande Harmonia, ele lançou a Campanha das Cem Flores, em 1956, que convidou ao debate público e depois se voltou contra os intelectuais que a praticaram; o Grande Salto Adiante, em 1958, destinado a alcançar a industrialização ocidental em um período de três anos, mas que levou a uma das fomes mais disseminadas na história moderna e gerou uma ruptura no Partido Comunista; e a Revolução Cultural de 1966, em que uma geração de líderes treinados, professores, diplomatas e especialistas foi enviada ao campo para trabalhar em fazendas e aprender com as massas. (KISSINGER, 2011, p. 118)

Do outro lado, Deng Xiaoping aparece como a figura de “ruptura com a ortodoxia maoísta” (KISSINGER, 2011, pp. 327-328) ao aprovar políticas que possibilitariam uma modernização pragmática com características socialistas, como as Quatro Modernizações<sup>132</sup> de Zhou Enlai. Ainda que partilhasse de uma política externa maoísta com vertentes nacionalistas, “os reformistas chineses reduziram as barreiras e abriram gradualmente o sistema, dando aos grupos e a indivíduos a oportunidade de empreenderem e atenderem às demandas dos mercados.” (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 71)

*China's global expansion did not occur by happenstance. It grew directly out of the Communist Party and government policies launched at the famous Third Plenary Session of the 11th Central Committee in December 1978 to engage in “reform and opening” (改革与开放). Throughout the 1980s, China “invited the world in” (引进来) and began its hesitant steps on the world stage—particularly in overseas educational and science and technology exchanges. (SHAMBAUGH, 2013, p. 5)*

A partir disso, a China aderiu a uma sequência de reformas econômicas programadas entre um Estado planejador e elementos liberalizadores, possibilitando a integração comercial, produtiva e tecnológica em cadeias regionais e globais (AMSDEN et al., 1996; MCNALLY,

---

131 “Os quadros revolucionários deviam ser testados por desafios cada vez mais difíceis a intervalos cada vez mais curtos. ‘O desequilíbrio é uma regra geral, objetiva’, escreveu Mao: o ciclo, que é infinito, evolui do desequilíbrio ao equilíbrio e depois volta ao desequilíbrio. Cada ciclo, contudo, nos leva a um nível mais elevado de desenvolvimento. O desequilíbrio é normal e absoluto, ao passo que o equilíbrio é temporário e relativo.” (KISSINGER, 2011, p.108)

132 As quatro modernizações concentravam-se na agricultura, indústria, comércio, tecnologia e área militar.

2014). Deng, portanto, possibilitou uma série de iniciativas <sup>133</sup> que culminariam no exponencial crescimento econômico de seu país, tendo importância significativa na história chinesa até o final de seu governo.

Julgou-se necessário realizar esse pequeno preâmbulo acerca da história das Forças Políticas Internas da China a fim de auxiliar na abrangência da sua atuação no sistema internacional e, particularmente, na América do Sul, uma vez que, na visão de Leonard (2008, pp. 28-29), são essas três tradições chinesas que convergem e dialogam entre si até a atualidade: a da cultura confuciana (harmonia), a da era maoísta (equidade e justiça social) e a das reformas de abertura (liberdade e direitos).

No que se refere à relação entre às Forças Políticas Externas chinesas e a América do Sul ao longo do século XX, não foram constatados maiores avanços, ainda que o período após a Segunda Guerra Mundial tenha sido marcado “por um forte pragmatismo, independentemente da ideologia política desses governos.” (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 81) Nas décadas de 1950 e 1960, logo após a fundação da RPC, três diretrizes principais guiaram a diplomacia promovida por Mao Tsé-Tung e Zhou Enlai: um “novo começo”, com anulação completa das relações diplomáticas estabelecidas pela “Velha China”<sup>134</sup> com outros países; a adoção de uma postura completamente antagônica diante das forças imperialistas; e, finalmente, uma política de alinhamento com a União Soviética (URSS) <sup>135</sup> (ZHANG, 2012). No que se refere à América do Sul, dentro do que poderia ser alcunhado de ciclo de “propaganda passiva” (TSAI; LIU, 2012, pp. 287-288), a lógica estratégica chinesa era de que a região pudesse aderir, ainda que gradualmente, aos movimentos anti-imperialistas em voga. Contudo, sob as tensões do contexto geopolítico

---

133 “Uma série de fatores contribuiu para que a economia chinesa tomasse o rumo do crescimento econômico após séculos de relativo isolamento e distanciamento do sistema econômico-financeiro internacional. Como principais, podem ser relacionados: a liberalização do comércio exterior, após 1978; o início do processo de liberalização do sistema de formação de preços, em 1979; a criação das Zonas Econômicas Especiais, em 1980; a concessão de subsídios e demais incentivos governamentais à produção e à exportação; o grande contingente de mão-de-obra rural com baixa produtividade; o aumento importante da população chinesa, favorecendo o surgimento de economias de escala na maior parte das indústrias; o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos; o controle estatal sobre a taxa de câmbio; as políticas de incentivo à inovação e à transformação de ciência e tecnologia vinculadas aos incentivos a investidores estrangeiros; a ausência de proteção à propriedade intelectual, entre outros.” (BENATTI, 2011, p.219)

134 Referência à República da China (previamente à República Popular), governada pelo Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang, ou KMT) de Chiang Kai-Shek, cujas elites dirigentes, após a derrota para os comunistas, refugiaram-se na Ilha de Formosa, atual Taiwan. Logo, no esforço de estabelecimento de laços externos, a única condicionalidade exigida pelo governo era o não-reconhecimento do Kuomintang e de Taiwan, expressão da política de uma China única.

135 É importante ressaltar a ulterior ruptura sino-soviética, oriunda da crise nas relações entre a República Popular da China e a União Soviética, em finais da década de 1950 e durante a década de 1960, mas, principalmente, pela divergência entre os modelos socialistas..

internacional e as pressões políticas internas <sup>136</sup>, tais tentativas expansionistas sofreram diversos reveses, permanecendo circunscrito a pequenos acordos de cooperação (RODRIGUES; MOURA, 2016, p. 11).

Nos anos 1970 e 1980, contudo, tanto o cenário interno quanto o externo se modificam substancialmente. A despeito de tensões remanescentes da Revolução Cultural, a China inicia seu retorno à comunidade internacional, e “*tuvo un primer acercamiento con América Latina en la década de 1970 cuando Deng Xiaoping lideró la apertura de su régimen hacia el mundo*”. (AYALA, 2016, pp. 16-17) Apesar de reconquistar o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em 1971, e restabelecer elos formais com uma série de países, incluindo Chile, Brasil, e Argentina, os laços entre China e América do Sul permaneceram limitados (SUTTER, 2012, p. 324), em função de fatores como o distanciamento geográfico, as relações bilaterais moderadas e o difícil acesso devido às retaliações políticas dos Estados Unidos no espectro ideológico da Guerra Fria.

Com o fim da Guerra Fria, a diretriz de política externa no novo cenário mundial passou a ser enquadrada como o de “ação dentro da não-ação” (*jingzhongyoudong*) <sup>137</sup>, capturando o princípio de aguardar o *timing* apropriado para só então completar um objetivo último em alguma extensão pretendida (KAVALSKI, 2012, p. 293). Em termos específicos em relação à América do Sul, o líder chinês Yang Shangkun expressou, em sua visita ao continente nos anos 1990, os “quatro princípios” para aliança: relações cooperativas com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica <sup>138</sup>; comércio bilateral e cooperação econômico-tecnológica expandidos pelo interesse mútuo; respeito recíproco aos valores e tradições culturais; e, finalmente, esforços conjuntos visando uma ordem política e econômica internacional mais multipolar, consultiva, e menos assimétrica (TSAI; LIU, 2012, pp. 292-293). De fato, a potência asiática engajou-se acentuadamente com a América do Sul, principalmente após sua adesão à OMC, em 2001, como será demonstrado na próxima seção.

---

136 "China's diplomatic capability was curbed under the influence of Sino-Soviet conflict in the 1960s and the emergence of domestic challenges such as the Great Leap Forward, the Three Red Flags and the Cultural Revolution." (TSAI; LIU, 2012, p.289)

137 " 'Action within non-action' (*jingzhongyoudong*), which first captures the principle of 'hiding one's light under a bushel and biding one's time' (*taoguan yanghui*) before realizing the ultimate goal of 'accomplishing something to some extent' (*yousuo zuowei*)." (KAVALSKI, 2012, p.293)

138 Tais Cinco Princípios constituem eixos norteadores fundamentais para a política externa chinesa, possuindo alta resiliência desde o período da economia maoísta planificada até décadas depois da transição. Ganham “corpo” com a visita de Zhou Enlai à Índia e Burma, onde publicou comunicados conjuntos advogando-os, e posteriormente endossando-os na famosa Conferência de Bandung (1955). São eles: respeito mútuo pela soberania e integridade das outras nações; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos internos de cada país; equidade e cooperação em prol do benefício mútuo; e, finalmente, coexistência pacífica (ZHANG, 2012, pp.59-61).

Ao longo das constantes mutações que a China vem sofrendo, é interessante notar as inúmeras terminologias que visam qualificá-la e descrevê-la: reforma com "características chinesas" (ARRIGHI, 2007, p. 355; KISSINGER, 2011, pp. 428-429), projeto nacional de desenvolvimento baseado no "interesse nacional" chinês (LEITE, 2018, p. 269) – seja pela via interpretativa do "socialismo de mercado" ou do "capitalismo de Estado" –, política externa convergente com as etapas de desenvolvimento da política interna (XING; SHAW, 2018, p. 46), “aberturas econômicas graduais e controladas” (KISSINGER, 2011, p. 388), antítese dos preceitos do Consenso de Washington (GALLAGHER, 2016, p. 6; VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 72), "economia de mercado não capitalista" (ARRIGHI, 2007, pp. 331-332), "capitalismo confucionista" (ENCINA, 2009), “capitalismo do Rio Amarelo” (LEONARD, 2008, p. 36), "ascensão pacífica" (BIJAN, 2005; SHAMBAUGH, 2013, p. 21; LIMA, 2018, p. 14; KISSINGER, 2011, pp. 479-480), "desenvolvimento pacífico” (KISSINGER, 2011, p. 487; VADELL, 2011, pp. 106-107; SHAMBAUGH, 2013, p. 218; LIMA, 2018, p. 26; ARRIGHI, 2007, pp. 291-292; BURGER, 2018, p. 189), "mundo harmonioso” (KISSINGER, 2011, p. 471; LEONARD, 2008, p. 49; SHAMBAUGH, 2013, pp. 219-220), “ascensão na cooperação” (NIU, 2013, p. 226), “ordem paralela” (STUENKEL, 2016, pp. 120-123), “*network power*” (VADELL, 2011, p. 109), "Consenso de Pequim" (RAMO, 2004, p. 5; SHAMBAUGH, 2013, p. 214), "Consenso Asiático" (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, pp. 77-78), dentre outros. Tal fato corrobora a proposição de crescente atuação chinesa no sistema internacional, em geral, e na América do Sul, em particular.

Em suma, a evidência empírica é que o dragão confuciano vem atravessando mudanças estruturais que somente podem ser compreendidas num horizonte estratégico de longa duração, possibilitando a discussão de três hipóteses: a primeira, de que sua economia consiste num mercado que se encontra firmemente subordinado ao planejamento estatal, no que Jabbour e Dantas (2017, p. 804) denominam de novas e superiores formas de planificação econômica; a segunda, a inadequação do termo “potência emergente”<sup>139</sup>, uma vez que o que haveria, de fato, seria o ressurgimento do Oriente (FRANK, 1998; KISSINGER, 2011, p. 29)

---

139 “Thus, for peoples in the Middle East, Africa, and Asia, international order and globalization did not begin with the rise of the West. Rather, Western dominance is merely one chapter in a far longer historical process. While Western thinkers often call China a ‘rising power’ or ‘emerging power’, this description is often seen as inadequate in China, which thinks of itself as a world power with a far longer tradition than any Western actor. After all, of China’s fourteen dynasties, ten had longer tenures— each—than the entire history of the United States. As a consequence, Western global rule is at times seen as a historical aberration—symbolized, in China’s interpretation of history, by the ‘century of humiliation’ that is now in the process of being corrected (and, critics say, utilized by the Chinese government as a rallying cry to boost nationalism).” (STUENKEL, 2016, pp.31-32)

no sistema mundial no século XXI; e a terceira, a busca pela harmonia nos planos interno – melhoria das condições de vida da população chinesa – e externo – via multipolarização do poder.

### 2.3.2 – A presença chinesa no século XXI (2001-2016)

A América do Sul é considerada uma região geoestratégica para a China no começo do século XXI. Como salientam Tsai e Liu (2012), desde iniciativas como a visita do Ministro das Relações Exteriores chinês, Tang Jiaxuan, em 2001 no Chile, e as duas visitas do presidente Hu Jintao ao continente, em 2004<sup>140</sup> e 2008, a China vem apregoando a cooperação Sul-Sul e preparando terreno para o fortalecimento das trocas inter-regionais: “em pouco mais de uma década a China migra da quase ausência para a posição principal nas relações econômicas com a ALC.” (VADELL; NEVES, 2018, p. 208) Em outros termos, tais fatos colocaram a América do Sul como um dos espaços geopolíticos fundamentais para as Forças Políticas Externas chinesas.

Ainda em 1999, o governo chinês lançou uma estratégia, em conjunto com o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional (*China Council for the Promotion of International Trade – CCPIT*), denominada “*going out*” (走出去) ou “*going global*” (走向世界). (SHAMBAUGH, 2013, p. 174) Em geral, vem consistindo numa política de investimentos externos, incentivada e realizada pelo Estado, voltada para a expansão e intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas<sup>141</sup>, tornando-as competitivas para operacionalizar e alcançar os mercados globais. Assim, a peça-chave da estratégia *Going Out* consiste em “*financial support by the CDB and the China Export-Import Bank (CHEXIM), at least when it comes to the activities of large state-owned and state supported firms that make up the bulk of China’s overseas foreign direct investment (FDI).*” (GALLAGHER, 2016, p. 51)

Em 2001, essa política foi incorporada no 10º Plano Quinquenal (2000-2005), baseando-se em cinco objetivos: elevação dos investimentos chineses no exterior;

---

140 “Em 2004, segundo Johnson e Wasson, o presidente chinês Hu Jintao anunciou um plano de investimentos para a região e o interesse em ampliar o comércio entre o país e a América Latina. Naquele momento, a atenção já se concentrava na região sul do continente – Brasil, Chile e Argentina – expandindo-se posteriormente.” (PECEQUILO, 2013, p.109)

141 “Zhu recommended that China implement a going-out strategy, encouraging enterprises with comparative advantages to make investments abroad, contract for international engineering projects, and increase the export of labor. [...] Beijing and provincial governments offered companies incentives including tax breaks, cheap land at home, and low-interest funding from state-owned banks. The government also established a special export credit insurance corporation (Sinosure) to advance international investment.” (ECONOMY; LEVI, 2014, p.49)

diversificação da produção; racionalização dos processos administrativos (com incremento do nível e qualidade dos projetos); aperfeiçoamento dos canais financeiros para o mercado nacional; e promoção das marcas chinesas nos mercados internacionais, principalmente americanos e europeus. (LEITE; RAMOS, 2016, pp. 169-170)

*By the early 1990s, there was a conscious government policy launched to encourage Chinese commercial firms to “go out” (走出去) and for Chinese localities and organizations to more generally “go global” (走向世界). The encouragement to Chinese companies did not really begin to materialize until around 2007, but by the mid-2000s considerable international initiatives were being launched by a wide variety of Chinese organizations, localities, and individuals. (SHAMBAUGH, 2013, p. 5)*

Outro caráter determinante é que essa trajetória de reformas, somada ao aumento das cadeias de valor e à crescente atualização tecnológica, finalmente permite com que a China seja admitida na OMC, no final de 2001, após anos de intensas negociações, tendo que se adaptar a algumas regras do mercado privado com uma abertura comercial inédita, ainda que com forte controle sobre o câmbio. (VADELL, 2011, p. 99) Como contrapartida, se beneficiaria de um amplo acesso aos mercados ocidentais (SEVARES, 2015, p. 27). Portanto, tal evento causou um salto gigantesco no volume do comércio exterior chinês, estendendo sua integração à globalização e contribuindo decisivamente para um ciclo expansivo da economia mundial que duraria até 2008. (Apêndice 5)

Da mesma forma, as relações econômicas sino-sul-americanas vêm se intensificando desde 2001. Conforme dito anteriormente, tanto a entrada na OMC quanto as visitas de Estado em 2004 e 2005 ensejaram a assinatura de acordos de comércio, investimento e de cooperação em distintas áreas. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 81; LEITE; RAMOS, 2016, pp. 172-173) Além disso, o 11º Plano Quinquenal (2006-2010) estabeleceu como imperativo o incremento da ajuda a outros países em desenvolvimento, inclusive como forma de colaborar com a estratégia *going global*: “*en este sentido, es importante tener presente que la cooperación china se rige por la norma del beneficio mutuo y la ganancia compartida hacia los destinatarios de la ayuda.*” (BRUTTO, 2018, p. 115)

Com o ponto de inflexão ocasionado pela crise financeira de 2008, tanto a política interna quanto a externa da China sofrem consideráveis mudanças, desencadeando uma nova etapa após o longo ciclo de globalização benéfico desde os anos 1970. Em certo sentido, tais mutações são percebidas como uma oportunidade para a economia doméstica chinesa, uma vez que a vulnerabilidade dos distúrbios internacionais alertou o Estado chinês para a necessidade de construir um mercado consumidor doméstico mais robusto (NIU, 2013, p.

203), além de fornecer vigorosa política fiscal anticíclica, sustentando o nível de atividade econômica (NAUGHTON, 2015) baseado, principalmente, no uso intensivo de mão-de-obra, na medida em que o país se aproxima do status de “renda média”. (JAGUARIBE, 2011: PERKINS, 2013).

Entre 2008 e 2016, a China vem sofrendo mudanças substanciais, com menores taxas de expansão econômica somadas às políticas e diretrizes que visam um crescimento mais “sustentável”. Isso explica, em certo sentido, o menor ritmo chinês, com um novo paradigma denominado de "Novo Normal" <sup>142</sup> (PERKINS, 2013; PEREIRA; RIBEIRO, 2016), onde as exportações e o mercado externo perdem relativa centralidade nas diretrizes do governo diante da expansão do consumo e da demanda doméstica. Tal direcionamento para o mercado doméstico, presente inclusive no 12º Plano Quinquenal (2011-2015) <sup>143</sup>, auxilia na compreensão do drástico resfriamento do preço das *commodities* (NAUGHTON, 2015), gerando consequências para a dinâmica global e regional ao fechar um ciclo exógeno benigno para os termos de troca da América do Sul. (PEREIRA; RIBEIRO, 2016).

Durante esse período, foi estabelecido o grupo de países denominado BRICS, como uma modalidade de parceria entre países emergentes, visando constituir uma nova arquitetura financeira num mundo pós-ocidental e multipolar. (STUENKEL, 2017) Em 2014, foram criados tanto o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – instituição voltada ao financiamento da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável nos países membros e emergentes, uma alternativa complementar (e distinta) ao BM e ao FMI, uma vez que consiste numa cooperação financeira institucionalizada que busca romper com o modelo doador-recebedor tradicional – quanto o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – um fundo de reservas mantidas pelos bancos centrais como instrumentos de precaução que poderão ser

---

142 “The objective of China’s state intervention has clearly shifted from growth at any price to a more complex set of goals that includes redistribution and social and economic security. China under its current President (and General Secretary of the Communist Party) Xi Jinping is moving toward a more explicit embrace of socialism and a stronger commitment to socialist goals, as exemplified by the ambitious five year-plan target of eliminating absolute poverty by 2020.” (NAUGHTON, 2017, p. 21)

143 “Objetivos del 12º Plan Quinquenal de China, 2011-2015: crecimiento medio de 7,5% del PBI; aumento del consumo de las familias, especialmente de las más pobres; aumento de 4 puntos porcentuales en la participación del sector de servicios en el PBI, por el desarrollo de segmentos de alto valor agregado; mantención de la estabilidad de precios; aumento de la innovación, incrementando los gastos de I&D al 2,2% en relación al PBI; expansión de la eficiencia energética y de utilización de energía limpia; producción de 540 millones de toneladas de granos anuales; aumento del 13% anual del salario mínimo (se trata de una proyección de aumento de salario mínimo real del orden del 10% anual); ampliación del régimen de pensiones para cubrir a todos los residentes rurales y 357 millones de residentes urbanos, y; construcción y renovación de 36 millones de departamentos y casas de familias de bajos ingresos.” (SEVARES, 2015, p. 36)

utilizados para evitar os efeitos negativos de uma crise financeira ou no balanço de pagamentos.

Com o NBD e o ACR, os cinco países destacam a necessidade de maiores investimentos, especialmente nos países em desenvolvimento, diante dos recursos insuficientes das instituições existentes. “Especificamente para a China, tal arranjo institucional pode aumentar sua capacidade de negociação com as potências vigentes, aprofundar a cooperação econômica entre países emergentes, manter a paz e estabilidade nas regiões dos parceiros dos BRICS” (NIU, 2013, pp. 208-209). Além disso, a criação de ambos estabelece a concretude de uma “*demanda de democratización de la arquitectura financiera internacional y la reforma de las instituciones de Bretton Woods.*” (RODRIGUES, 2015)

Com o estabelecimento de uma nova geometria de poder no sistema internacional, o 13º Plano Quinquenal (2016-2020) será decisivo para a conclusão da construção de uma sociedade moderadamente próspera. Logo, todo o documento visa um direcionamento para se adaptar proativamente a um desenvolvimento econômico inovador (principal força motriz), coordenado (qualidade integral, sustentada e saudável), verde (condição necessária para garantir um crescimento duradouro), aberto (vital para a prosperidade da China) e compartilhado (essência do socialismo ao estilo chinês), no qual outras regiões do mundo possuem papel fundamental nesta nova construção, incluindo-se a América do Sul.

Ainda no que se refere à contemporaneidade da China, uma importante diretriz está postulada no *Made in China 2025*, um plano estratégico emitido pelo primeiro-ministro chinês Li Keqiang em maio de 2015, servindo como um guia para a estratégia industrial chinesa na próxima década. Ele propõe um modelo de desenvolvimento independente e aberto à cooperação global com princípios voltados à inovação, qualidade dos produtos, processos e estruturas, economia verde e aperfeiçoamento do capital humano. Deste modo, as metas estratégicas consistem em transformar o gigante asiático numa grande potência industrial de alto valor agregado em dez anos, “*we will strive to transform China into the global manufacturing leader before the centennial of the founding of New China, which will lay the foundation for the realization of the Chinese dream to rejuvenate the Chinese nation.*” (CHINA, 2015, p. 1)

Outro ponto fundamental para a compreensão das ações atuais da China, planejando-se num horizonte de longo prazo, consiste da chamada *two centenary goals* (两个一百年). Objetivando retomar sua grande civilização, a China buscará cumprir duas metas: 1) acabar



com a pobreza absoluta até 2021 (ano do centenário do Partido Comunista); e 2) ser um grande centro irradiador de poder no sistema internacional em 2049 (ano de centenário da fundação do Estado chinês). Utilizando-se de outra terminologia, Jin (2016) afirma que *the two strategic one hundred goals* visa transformar a China numa potência até 2049, trazendo centenas de milhões de pessoas da linha da pobreza para a classe média, desenvolvendo intensamente sua infraestrutura, complexificando tecnologicamente sua indústria e construindo sua presença diplomática e militar no exterior. Assim, os dois objetivos do centenário chinês seriam concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera e transformá-la num país socialista moderno, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso (XINHUA, 2019), visando alcançar o “sonho chinês”.

Talvez o projeto mais audacioso da história da humanidade tenha sido delineado em 2013, a denominada Nova Rota da Seda (NRS), também conhecida como *Belt and Road Initiative* (BRI) ou *One Belt One Road* (OBOR), proposta pelo presidente chinês Xi Jinping durante uma visita oficial à Ásia Central. Ao buscar retomar a Rota da Seda original – corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era –, a China intenta fortalecer os laços econômicos entre Ásia, África e Europa com investimento de bilhões de dólares em infraestrutura (MAÇÃES, 2018, pp. 9-13), favorecendo a conexão e o comércio entre os países e confirmando, direta ou indiretamente, a disputa pelo poder global.

Há fortes sinais indicativos de um estreitamento de diálogos relacionados à NRS na América do Sul, ressaltando a inclusão gradual da região no escopo do projeto chinês. No nível multilateral, um ponto de inflexão ocorreu no Fórum Ministerial China-CELAC em Santiago, Chile, em janeiro de 2018 (FORUM CHINA-CELAC, 2018, s/p). Nele, os participantes assinaram uma Declaração Especial sobre o *Belt and Road Initiative*, no qual a América do Sul foi convidada pelo Embaixador Li Jinzhang a participar formalmente. Desta forma, países como Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai, Chile e Guiana assinaram memorandos de entendimento referentes à NRS com a China, enquanto países como Brasil, Colômbia, Argentina e Peru ainda não se inscreveram até o momento <sup>144</sup>. Como afirmam Abdenur e Levaggi,

Somente uma parcela de países latino-americanos reconheceram a importância estratégica da *BRI* e realizaram esforços para participar de seus primeiros passos. Na maior parte da região, a *BRI* é mencionada ocasionalmente na mídia, mas está fora dos debates políticos e mesmo acadêmicos. Existe a necessidade de construção de conhecimento sobre esta iniciativa e suas implicações para a região, especialmente a

---

144 Disponível em: <https://dialogochino.net/26121-belt-and-road-the-new-face-of-china-in-latin-america/>

partir do engajamento de centros de pesquisa, *think tanks* e instituições acadêmicas e maior cobertura pela mídia latino-americana. Maior conhecimento na pesquisa ou jornalístico irá trazer mais luzes tanto sobre oportunidades e desafios, relativizando as visões românticas sobre a BRI em algumas partes da América Latina. (ABDENUR; LEVAGGI, 2018, p. 15)

No âmbito mais geral, a construção da NRS faz parte do conjunto da política externa<sup>145</sup> da China como agenda de desenvolvimento, de sustentação da sua expansão econômica e influência política regional e global. Especificamente para a América do Sul, a NRS visa incorporar a região em sua geometria de poder a partir de uma estratégia geoeconômica (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p.20), que estimula a oferta de financiamento e o aumento de investimentos chineses tanto em infraestrutura quanto em diferentes setores econômicos para alavancar a capacidade produtiva e de escoamento, ampliando seu escopo regional na Eurásia.

Do que foi exposto até o momento, pode-se concluir que a China não realiza a distinção ocidentocêntrica entre capitalismo e socialismo. Em termos históricos, vem propondo a fusão entre o Estado revolucionário de 1949 com o Estado Desenvolvimentista de tipo asiático de 1978, agregando ambos, integrando os sistemas, combinando uma estrutura sistêmica; não seria um ou outro, e sim um e outro, cuja harmonia entre os extremos, o consenso entre os diferentes seria a base do socialismo chinês na atualidade, de matiz claramente confuciana. A partir do lema “*crossing the river by feeling for stones*” (摸着石头过河), visualiza-se que a China é um processo de transformação permanente, é uma economia híbrida que planeja desafios e propostas de longo prazo para o mundo.

*Understanding Chinese behavior abroad requires understanding Chinese behavior at home. The same political and economic practices that shape its development model at home are reflected in Chinese behavior when investing in natural resources abroad. The central government and state-owned enterprises, which set the strategic direction for the domestic economy, are similarly powerful actors in establishing the overall strategy for China's international actions.* (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 190)

Desta forma, a “lei do socialismo de mercado” estaria baseada na planificação do comércio exterior, transformando-o em bem público, planejado e de Estado, cujo equilíbrio entre políticas públicas, setor público empresarial, interesses empresariais privados e grupos internacionais, em última instância, asseguraria o sucesso do conjunto. Os investimentos globais, o *Belt and Road* e as novas instituições multilaterais modificam os termos de

---

145 Segundo Lima (2018, p. 20), a China possui quatro pilares em matéria de política externa: “1) manutenção de sua integridade territorial; 2) reconhecimento pela comunidade internacional da política de ‘uma só China’; 3) propiciar o desenvolvimento econômico do país; 4) incrementar seu prestígio no âmbito internacional.” (LIMA, 2018, p. 20) Alinhado a essa perspectiva, no início da década de 2010, China é, sob muitos aspectos, considerada uma potência econômica global, um novo patamar alcançado que vem trazendo inúmeros desafios internos e externos. (SEVARES, 2015, p. 51).

engajamento global da China, ensejando uma arquitetura diferente de poder e de gestão, cuja própria emancipação chinesa vem criando um caminho alternativo para o resto do sistema internacional, aparentemente mais equilibrado e harmônico do que as “economias de mercado ocidentais”.

*The idea of a 'Walled World' where nation states can trade with each other on global markets but maintain their control over their economic future, their political system and their foreign policy is emerging as an ideological challenge both to the US philosophy of a 'flat world' and the European preference for liberal multilateralism. (LEONARD, 2008, pp. 132-133)*

Enfatizando objetivos coletivos, o sistema chinês continua evoluindo na direção de instituições redistributivas mais robustas, cujo laboratório de experimentos sociais faz emergir um "modelo chinês" de socialismo. (NAUGHTON, 2017, p. 22) De acordo com Pecequillo (2012, p. 108), “a lógica do modelo próprio, da Economia Socialista de Mercado, com controle político do Partido Comunista e, como citado, abertura econômica seletiva e controlada pelo Estado nos moldes capitalistas consolidaram a China como potência.” Concomitantemente, é impressionante o fato de que, em apenas duas décadas, “a China saiu de uma condição periférica para o centro do sistema econômico global, o que alterou geograficamente o centro do processo de acumulação capitalista global.” (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 67)

Portanto, ao passar pelas etapas de regionalização e globalização, a China também desenvolveu sistematicamente relações comerciais, de investimentos e diplomáticas mais profundas com a América do Sul <sup>146</sup> no período de 2001 a 2016, visualizando-se uma crescente interdependência política e econômica entre esses países em relação à China. O comércio vem crescendo exponencialmente, tendo a China se tornado majoritariamente o maior parceiro comercial dos países sul-americanos, visualizada tanto a partir da participação da China como destino das importações sul-americanas (Apêndice 6) – ultrapassando 20% da participação total de países como Chile e Peru em 2016 – quanto das exportações (Apêndice 7) – chegando a aproximadamente 20% dos fluxos na Venezuela, Brasil e Uruguai, e ultrapassando um quarto no Chile e Peru. Inclusive, a trajetória ascendente de tais fluxos comerciais atravessou as próprias oscilações das economias sul-americanas, permanecendo relativamente intacta nos anos de *boom* da primeira década do século, modificando-se

---

146 Por razões de análise qualitativa e gráfica, optou-se pela utilização de um recorte dos países sul-americanos que constituíam, em 2016, maior peso econômico na região em termos de PIB medidos em dólares constantes de 2010: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela.

somente após a crise financeira de 2008, tornando-se um fator de relativa reconfiguração macroestrutural.

Um fator relevante para a compreensão desses fluxos comerciais diz respeito à busca de mercadorias de natureza agrícola e mineral – nas quais o país asiático é altamente dependente –, e pela procura de mercados para absorção de suas exportações, concentrados em manufaturas e produtos com diferentes proporções de valor agregado. (SUTTER, 2012) Ao avaliar os quatro principais produtos exportados por países selecionados da América do Sul para a China (Apêndice 8), evidencia-se a ênfase obtida pelos setores agrícolas e extrativos, assim como ao analisar os quatro principais produtos de importação (Apêndice 9) sul-americana da China, são compostos principalmente por produtos eletrônicos e mecânicos de maior sofisticação tecnológica.

Desta forma, apesar da manutenção da histórica relação comercial de exportação de bens com baixo valor agregado e importação de bens com alto valor agregado, a alta demanda chinesa desempenhou um papel de valorização geral para a maioria das mercadorias sul-americanas durante o período, aumentando significativamente os termos de troca (Apêndice 10) em favor do continente (RAY; GALLAGHER, 2017). Com exceção do Uruguai, todos os demais países sul-americanos assistiram a uma melhoria dos termos de intercâmbio até 2008, com uma breve elevação em 2010/2011 em alguns casos e, a partir de 2012, uma tendência de queda flagrante, que coincide com o declínio da economia chinesa, impactando os valores de bens de exportação sul-americanos. Concomitantemente, tal fato ocasionou um inédito *superávit* regional no balanço de pagamentos, em grande medida, por conta da elevação do preço dos recursos primários <sup>147</sup> (Apêndice 11) devido ao aumento da demanda chinesa, denominado no jargão acadêmico de *boom das commodities*. Entretanto, esse fenômeno desacelera após 2008, ano da crise financeira global (VADELL, 2011), e demonstra sinais mais explícitos de enfraquecimento em meados da década de 2010, revertendo-se tanto a elevação dos preços das commodities quanto os termos de troca.

---

147 “The most immediate consequence of growing Chinese demand for natural resources has been rising prices for a host of critical commodities. The widely followed Commodity Research Bureau (CRB) Index comprises nineteen publicly traded commodities, including oil, natural gas, copper, nickel, sugar, and wheat, and is a useful, if crude, indicator of worldwide commodity prices. Between January 30, 2002, and July 2, 2008, the index nearly quadrupled. Crude oil prices rose eightfold over the period. Copper prices began their steep ascent in 2003 and ultimately rose to twenty times their original level. Wheat prices stayed relatively steady through 2007, but by the middle of 2008 they too had risen by a factor of four or more.” (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 24)

A China praticamente triplicou sua participação no total de exportações do continente na última década, mais do que triplicou as exportações de produtos extrativos e dobrou o número de exportações agrícolas (RAY; GALLAGHER, 2017). Atualmente, o menor peso atribuído às exportações como impulsionador do crescimento chinês também contribuiu para a queda no volume comercial movimentado entre o país asiático e a região<sup>148</sup>. Para a América do Sul, em alguns casos, essa queda nas importações nos últimos anos contribuiu para reduzir o *déficit* comercial ou até aumentar os superávits com a China, como nos casos de Brasil, Chile, Peru e Uruguai. (IMF, 2018) Em suma, ao se consolidar como o motor da expansão da indústria extrativa em todo o mundo (MORENO, 2015), a China estimulou uma alta demanda por recursos naturais, em que tal fenômeno foi a força motriz do aumento dos preços das commodities e gerou, concomitantemente, o imperativo de novas infraestruturas para garantir o fluxo e a circulação dessa mercadorias.

Outro fator relevante é que o gigante asiático vem aumentando consideravelmente seus investimentos externos diretos (IED) na América do Sul, tornando a região o segundo maior destino em IED, depois da Ásia, no início dos anos 2010. Tal evento se deve a sinergia entre a demanda chinesa e a oferta sul-americana no que tange os recursos naturais, surgindo um novo padrão econômico de atuação chinesa na América do Sul, principalmente a partir da década de 2010 (Apêndice 12). “A perspectiva é que tais investimentos cresçam, nos países da região, tanto devido à carência quanto ao ímpeto do investimento chinês” (LEITE; RAMOS, 2016, p.188), haja vista que “*in 2000 Latin America hardly registered Chinese investment; by 2012 China was the third largest investor in Latin America, behind the United States and the Netherlands.*” (GALLAGHER, 2016, pp. 49-50)

*Various factors will affect these trends. The first is saturation of investment capital in the domestic market, driving companies to look overseas for new opportunities. This “push” factor will combine with the “pull” element of host countries’ preferential investment policies and climates. Many countries in the world are desperately looking for inbound investment and are taking a page out of the Chinese playbook in offering a range of foreign investment incentives. Access to easy bank credit and state funding is another facilitating factor. China’s insatiable demand for raw materials is only going to continue to grow—thus accelerating the existing investments in foreign oil and mining. (SHAMBAUGH, 2013, p. 179)*

Os IED surgem como um importante motor para alcançar novos mercados, novas tecnologias e recursos naturais estratégicos. Além disso, são possibilitados “pela grande

---

148 Esta mudança, sob a perspectiva chinesa, visa estabelecer uma cautelosa transição diante do modelo de crescimento previamente estabelecido. Os desafios internos (limites estruturais inexoráveis de seu próprio padrão de crescimento) e externos (demanda mundial reprimida após a recessão seguida pela crise) tornaram-se imperativos para se adaptar a um novo paradigma da economia política global, o já citado “Novo Normal”.

disponibilidade de divisas do país, pela necessidade de adquirir ativos essenciais, entre eles os recursos naturais, e pelas políticas de incentivos às Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), como a intitulada ‘Atuação Global.’” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 458) Complementarmente, os IED também possuem um papel de aprimorar as práticas das empresas chinesas a partir do aprendizado com conglomerados líderes (GALLAGHER, 2016, pp. 52-53) em determinados setores no exterior, tendo como exemplo as tecnologias pioneiras em extração de petróleo em águas profundas realizado pela Petrobras.

Na América do Sul, pode-se dizer que os IED possuem as seguintes características: orientação de longo prazo e segurança dos recursos; estabelecimento de empresas chinesas com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia para os países de destino; ausência de condicionalidades políticas; ausência de promoção de uma agenda específica pela RPC; e, finalmente, obras de infraestrutura<sup>149</sup> que trazem consigo a obrigatoriedade de assinatura de empresas do país asiático. (SLIPAK, 2014; SVAMPA; SLIPAK, 2015) Portanto, esses fluxos destinam-se à compra de matérias-primas, formação de *joint ventures* para aquisição de licenças para exploração de recursos naturais, fusões e aquisições de ativos por meio de grandes grupos estatais (RAY; GALLAGHER, 2017) e, nos casos de obras de infraestrutura, para o desempenho de empresas transnacionais e estatais chinesas na construção de corredores de exportação para facilitar o escoamento mais eficiente dos recursos naturais.

Gallagher (apud VADELL, 2011) realiza uma interessante distinção acerca dos diferentes focos de interesse na busca chinesa por recursos naturais. A *resource seeking* seria uma forma de garantir fontes de matérias-primas, energia e alimentos; *market seeking* teria o intuito de consolidar a indústria do país como altamente competitiva e voltada para economias globais; e a *efficiency seeking* consiste numa atuação visando a diversificação. Majoritariamente, o IED destinado à região faz parte do primeiro tipo, destinado à exploração de setores estratégicos no país asiático.

Outro fator importante a ser levado em consideração é o papel político dos IED, considerando-os “como possíveis instrumentos geopolíticos de projeção internacional de um país” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 465): independente dos ganhos e perdas econômicas, a ampliação da esfera de influência política é fundamental. Peters (2015) afirma que os IED

---

149 “Investimento em infraestrutura por dois motivos: carência e, conseqüentemente, demanda por capital para ser investido na criação/manutenção de infraestrutura, especialmente nos setores de transporte e energia. A segunda razão está além da elevada capacidade de investimento chinês e na baixa condição dos países da região em desprender valores dignos para construção de infraestrutura básica.” (LEITE; RAMOS, 2016, p.188)

chineses são qualitativamente diferentes, uma vez que sua estrutura de propriedade e seu processo de aprovação possuem ligação direta com o Estado. Esta estratégia elucida a assertividade das empresas chinesas de propriedade estatal, principalmente do governo central (ECONOMY; LEVI, 2014, pp. 5-6): “*what also makes Chinese investment into Latin America distinct is that it is dominated by state-owned enterprises rather than by private-sector multinationals*” (GALLAGHER, 2016, p. 52). Segundo Rodrigues e Hendler (2018, p. 23), mais de 90% das empresas que investiram na América do Sul são estatais, indicando o papel geoestratégico do Estado chinês na “realização e direcionamento dos IED de acordo com seus interesses nacionais.” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 468)

O principal interesse dos IED chineses na América do Sul está voltado para a energia (mais especificamente para o setor de hidrocarbonetos, seguido pela mineração e outras diversas atividades primárias). Do total acumulado de US\$ 130,33 bilhões de IED chinês na América do Sul no período de 2005 a 2016, a concentração nesse setor foi de 60,06%, dos quais a maioria foi para o segmento de petróleo, em acordos feitos com o Brasil, Equador e Venezuela. As ações de outras áreas de atuação das empresas chinesas no continente foram: 19,31% em metais; 6,39% no setor de transportes (automóveis); 3,82% na agricultura e 3,80% no setor imobiliário. (Apêndice 13)

Ao analisar os valores e o número de projetos de IED da China na América do Sul, percebe-se um aumento exponencial na virada da década de 2010, saindo de US\$ 10 bilhões e 5 projetos, em 2009, para aproximadamente US\$ 30 bilhões e mais de 30 projetos em 2010, mantendo-se uma média de US\$ 17 bilhões e 24 projetos por ano entre 2010 e 2016 (Apêndice 14). Da mesma forma, visualiza-se que, no acumulado de 2005-2016, o Brasil desponta como maior receptor de IED na América do Sul, com US\$ 52.210 bilhões, seguido da Argentina, com US\$ 27.460 bilhões, Venezuela, com US\$ 20.610 bilhões, Peru, com US\$ 19.670 bilhões, Equador, com US\$ 14.730 bilhões, Bolívia, com US\$ 4.100 bilhões, Chile, com US\$ 2.860 bilhões, e Colômbia, com US\$ 2.170 bilhões. (Apêndice 15)

Outro fator de análise empírica da atuação chinesa na América do Sul são os empréstimos. Os bancos de desenvolvimento da China começaram a financiar governos estrangeiros com a finalidade de auxiliar os investimentos em energia, mineração e infraestrutura, chegando a cifras consideráveis: “*in 2010 and in 2014 China provided Latin American governments more funds than the World Bank, the Inter-American Development Bank, and the US Export-Import Bank (US Ex-Im) combined.*” (GALLAGHER, 2016, pp. 65-

66) Além dos termos dos empréstimos serem atrativos para os países sul-americanos, os chineses aportam parte majoritária do projeto, incluindo ainda seus produtos de importação. “*In China, these credits have been called different names: “hu hui dai kuan” (mutual benefit loan) and “shiyou, xindai, gongcheng yi lanzi hezuo xiangmu” (cooperation package of oil, credit, and construction projects).*” (GALLAGHER, 2016, pp. 75-76)

No geral, a China possui uma carteira de 58 projetos, totalizando um valor de aproximadamente US\$ 121 bilhões de dólares, entre 2007 e 2016. (Apêndice 16) Dentre as áreas prioritárias, pode-se citar a energia (71,54%), infraestrutura (20,40%), mineração (1,73%) e outros (12,27%), cujos empréstimos destinam-se aos maiores *gaps* da região (GALLAGHER, 2016, p. 65). Alguns países têm sido o foco dos empréstimos chineses (Apêndice 17), como Venezuela, com US\$ 62,2 bilhões (51,3% do total), Brasil, com US\$ 23,6 bilhões (19,47% do total), Equador, com US\$ 17,43 bilhões (14,38% do total) e Argentina, com US\$ 15,31 bilhões (12,63% do total). Vale ressaltar que tais empréstimos chineses são considerados tanto para fins lucrativos quanto para finalidades diplomáticas, haja vista que a China vem defendendo a internacionalização das suas finanças a fim de melhorar seu acesso a mercados e recursos naturais no exterior.

A Venezuela possui um papel central na questão dos empréstimos, principalmente, pelo que se denomina *oil-for-loan*<sup>150</sup>: fornecimento de empréstimos para um país exportador de petróleo almejando pagamentos na forma de remessas do recurso a preço de mercado. Diferentemente de compras diretas de petróleo do mercado internacional, ou da aquisição de alguma porcentagem de capital por investimento estrangeiro, a China visa, principalmente, garantir sua segurança energética<sup>151</sup> com importações estáveis de petróleo bruto, além de consistir em ganhos geopolíticos substanciais, se analisados sob esta perspectiva.

---

150 “Packages of resource investment and infrastructure support set China apart. Yet some of the techniques Chinese investors use are less exceptional than many assume. Attention has focused on one in particular: loans for resources. Loans for resources are most frequently (and worriedly) discussed in the context of loans for oil. The phrase appears to imply a creeping mercantilism: instead of ‘cash for oil’, which is how international oil markets typically function, Chinese companies appear to many to be trading loans for crude. Since these loans have long payback periods, often extending over several decades, this appears to create the sort of rigid, nonmarket arrangement that many Westerners fear China promotes, locking up oil for China over the term of the loan. Yet the reality is far more benign and far more familiar to the global oil business. The structure of a typical loan-for-oil arrangement is straightforward. The CDB provides a foreign government or state-owned oil company a loan to finance oil development. The oil producer in turn promises to sell a certain volume of oil to Chinese buyers every day until the loan is paid off, and to deposit the proceeds in an account it holds at the CDB. The CDB then withdraws its loan payment from that account.” (ECONOMY; LEVI, 2014, p.56)

151 “To protect itself against market fluctuations and possible interruptions of supply, China began building a strategic petroleum reserve in 2001. It is taking form in phases, to be completed by 2020, when it should have one hundred days of reserve supply. China’s first national oil reserve base in Zhejiang Province was completed



As fontes de empréstimos são oriundas de bancos públicos chineses que apoiam os objetivos políticos do Governo, como o *China Development Bank* (CDB) e do *Exim Bank of China*. O CDB concentra-se em oito áreas de desenvolvimento: energia elétrica, construção de estradas, ferrovia, petróleo e petroquímica, carvão, correios e telecomunicações, agricultura e indústrias e infraestrutura pública. Na América do Sul, realizou 37 empréstimos no valor de US\$ 103,77 bilhões, correspondendo a 85,8% do total. Já o *Exim Bank of China* tende a oferecer crédito para exportação ou importação, empréstimos para contratos de construção no exterior ou projetos de investimento, empréstimos concessionais como forma de assistência ao desenvolvimento no exterior e empréstimos interbancários internacionais. Na região, concretizou 21 empréstimos que totalizaram US\$ 17,16 bilhões (14,2% do total).

*Why is China providing so much finance to Latin American governments relative to other parts of the world? Latin America provides a perfect match for China's go out strategy. Latin America is a source of key commodities that China needs at its present stage of development, and is a destination for many of China's foreign companies wishing to expand and become major global players in those same commodities. Thus, China's policy banks provide finance to the companies to go to Latin America to set up operations. Latin America has a major infrastructure gap, however, which is proving to cause bottlenecks in getting prized commodities to Asian markets. That leaves yet another match: the CDB and CHEXIM can provide finance for major infrastructure projects, and have many companies that are fit to do the job. (GALLAGHER, 2016, p. 73)*

O apetite do dragão chinês pelos mercados sul-americanos vem incentivando uma diplomacia ativa com a realização de acordos preferenciais, tratados bilaterais ou multilaterais, constatado, principalmente, a partir do crescente número de visitas de Primeiros-ministros e Presidentes chineses à América do Sul, no período de 2001-2015. (Anexo 18) No que diz respeito aos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), atualmente existem dois firmados entre a China e países sul-americanos. Parte majoritária dessas negociações teve como intuito o debate sobre a extensão da cobertura de produtos para linhas tarifárias, prazos para liberalização e a redução de políticas que seriam consideradas mais prejudiciais às relações econômicas entre os países.

O primeiro APC firmado foi o chileno, assinado em 2005 e entrando em vigor no ano de 2006, englobando, inicialmente, a área de trocas comerciais. No acordo estipulava-se que seriam removidas as tarifas de mais de 97% dos produtos de ambas as nações em até 10

---

in 2007, with a storage capacity of 5.2 million cubic metric tons. This is one of four such bases (two in Zhejiang and one each in Shandong and Liaoning) that became operational at the end of 2008, providing China with a strategic oil reserve of around 10 million tons, or the equivalent of about thirty days of imports. Construction of another oil storage facility in Xinjiang is also believed to have been completed. Under the second phase of China's national oil reserve plan, scheduled for completion in 2020, a further eight oil bases will be constructed in Jiangsu, Guangdong, Gansu, and Liaoning." (SHAMBAUGH, 2013, pp. 162-163)

anos<sup>152</sup> (FTA China-Chile, 2005), tendo sido a principal vantagem em termos de quantidade de produtos sem tarifa para o Chile, que garantiu a eliminação imediata de 92,01% das tarifas de suas exportações, e removeu apenas de 50% das importações chinesas (ROSALES; KUWAYAMA, 2012). Em 2008, foi assinado um acordo suplementar incorporando também o comércio de serviços entre os países – implementado em 2010 – e, posteriormente, rodadas de negociações sobre um acordo de investimentos têm sido desenvolvidas ao longo dos anos.

Os principais produtos chilenos exportados para a China entre 2001 e 2016 se encaixam nas categorias de *ores, slag and ashes (code 26)* e também *cooper and articles thereof (code 74)*. No caso das importações chilenas, os principais produtos são, principalmente, *machinery, mechanical appliances, nuclear reactors, boilers parts thereof (code 84) and electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers, television image and sound recorders and reproducers, and parts and accessories of such articles (code 85)*. (FTA China-Chile, 2005).

O segundo APC chinês com um país sul-americano foi o do Peru, assinado em 2009 e em vigor em 2010, sendo aplicável no comércio de mais de 90% dos produtos de ambos os países, na área de comércio, de serviços e de investimentos. (FTA China-Peru, 2009)<sup>153</sup> Neste acordo, os produtos peruanos obtiveram vantagem na liberalização das taxas de exportações para a China, garantindo a eliminação imediata de tarifas de 83,52% de suas exportações e removendo imediatamente apenas 63% das importações chinesas. Tal APC fez com que um dos principais produtos exportados pelo Peru, o cobre, tivessem a redução imediata da tarifa. (FTA China-Peru, 2009)

Há um padrão de que a maioria das importações chinesas vindas do Peru está inserida nas categorias 74 e 26 de produtos. No caso das exportações chinesas para o Peru, o padrão de produtos enviados é majoritariamente das categorias 85 (principalmente produtos relacionados a celulares), além de existirem diversos produtos como *vehicles other than railway or tramway rolling stock, and parts and accessories thereof (code 87)*. Ainda, cabe salientar que o principal produto exportado da China para o Peru, (código 851712), está

---

152 O APC de 2005 entre ambos os países estabeleceu prazos para a redução tarifárias imediatas (ano 1), em cinco ou dez anos, no caso chileno, e imediatas, em dois, cinco ou dez anos, no caso chinês (FTA China-Chile, 2005). O comércio do Chile com a China expandiu de forma expressiva após a assinatura do acordo entre ambos os países e, inclusive, o governo chinês em sua página oficial, apresentou uma propaganda sobre o consumo chinês de cobre chileno como um dos elementos de recuperação do país sul-americano após a crise de 2008. (MOFC, 2009)

153 Além disso, ambos os países atualizaram o acordo em 2019, com o intuito de estimular as relações. (MOFC, 2010)

incluso no APC entre os países, com redução de tarifas ainda no primeiro ano. (FTA China-Peru, 2009)

Em linhas gerais, os acordos entre China-Chile e China-Peru são semelhantes, tendo em vista que ambos os países são os principais exportadores de cobre do mundo. O principal ponto em comum nos APCs é a redução tarifária quase imediata para mais de 80% dos produtos de países sul-americanos (ROSALES; KUWAYAMA, 2012), enquanto que a redução e eliminação imediata das tarifas de produtos chineses exportados para os países latino-americanos mantiveram-se abaixo de 60%. Além disso, enquanto as exportações chinesas para a América do Sul são diversificadas e heterogêneas, as exportações sul-americanas para a China são altamente concentradas (MEDEIROS; CINTRA, 2015): tal fato demonstra o interesse chinês na aquisição de produtos primários, como o cobre, fundamentais para a produção doméstica chinesa de posteriores produtos de maior valor agregado.

No âmbito multilateral, Pequim também atua em várias organizações da região. Em 2008, a China tornou-se membro de pleno direito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conserva status de observador permanente na OEA desde 2004 (SHAMBAUGH, 2013, pp. 114-115), assim como “*mantiene un sistema de consultas con la Comunidad Andina de Naciones (Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú) lo mismo que con el Mercosur y con el Grupo de Río.*” (SEVARES, 2015, p. 59) Contudo, a principal ação de política externa chinesa concerne à criação do Fórum China-CELAC, representando a inserção da região num modelo de cooperação em que “os projetos giram em torno de ações que reforçam as vinculações das economias da região com a China, o que acaba por resultar em consequências políticas e estratégicas relevantes.” (CARMO; PECEQUILO, 2016, pp. 66-67) Desta forma, se apresenta como uma iniciativa de diplomacia multilateral cujo objetivo é promover a cooperação em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, trabalhando para o desenvolvimento de seus povos e construindo um diálogo em torno de interesses comuns. (AYALA, 2016, p. 17)

Em janeiro de 2015, durante a I Reunião Ministerial do Foro China-CELAC, em Pequim, foi aprovado o “*Plano de Cooperação CELAC-China (2015-2019)*”, com metas de ampliar o comércio bilateral para US\$ 500 bilhões e uma remessa de investimentos diretos chineses na ordem de US\$ 250 bilhões na próxima década. Deste montante de investimentos, parte considerável seria direcionada à infraestrutura regional, criando um novo conjunto de

fundos de mais de US\$ 35 bilhões <sup>154</sup> (GALLAGHER, 2016, pp. 11). Também foram assinados dois documentos: o *Plano de Cooperação China-América Latina (2015-2019)* e a *Declaração de Pequim*, que estabelece o consenso político entre ambas as partes, o direcionamento e a regulamentação da cooperação global. (BRUTTO, 2018, pp. 122-123)

Em meados de 2015, em visita à América do Sul, o premier chinês Li Keqiang percorreu o Brasil, Peru, Colômbia e Chile e, neste ínterim, concedeu um empréstimo de US\$ 10 bilhões à Petrobras, facilitou um fundo de US\$ 27 bilhões para o desenvolvimento de infraestrutura no Brasil e um fundo de cooperação China-América Latina de US\$ 30 bilhões para promover a infraestrutura e a capacidade industrial. (GALLAGHER, 2016, p. 87) Conclui-se que, através de todos esses mecanismos, a China está ampliando sua presença na região, tanto bilateral quanto multilateralmente.

Os fluxos de comércio exterior, o aumento dos investimentos externos diretos e os acordos de tratados bilaterais/multilaterais entre a FPE chinesa e as FPI sul-americanas vêm crescendo de forma exponencial, principalmente a partir do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001, conforme dito anteriormente. Tal entrada vem desencadeando um novo tipo de vínculo da região com a economia política global, assumindo cada vez mais importância estratégica para a potência asiática, uma vez que a China tem desempenhado um papel de líder “*both in rerouting the Southern surplus to Southern destinations and in providing neighboring and distant Southern countries with attractive alternatives to the trade, investment, and assistance of Northern countries and financial institutions.*” (ARRIGHI, 2007, p. 382)

Neste contexto, é possível observar quatro grandes objetivos perseguidos pela RPC em suas relações com os países da América Latina e da África. Primeiro, a RPC necessita de grande quantidade de recursos naturais e energéticos para sustentar seu desenvolvimento interno. [...] Em segundo lugar, a China lançou uma cruzada diplomática para o reconhecimento da RPC, uma vez que vários países da América Latina e da África ainda reconheciam Taipei, e não Beijing, como a China "oficial". [...] Em terceiro lugar, outro fator importante que estimula a expansão da RPC para o "Sul Global" é a oportunidade de obter apoio político nos fóruns multilaterais e nas organizações internacionais, [...] Finalmente, a América Latina e a África são potenciais consumidores dos produtos chineses. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, pp. 83-84)

---

154 “In January of 2015 China hosted the first ever China–CELAC cooperation summit. At that venue, China committed \$20 billion in special loans for Latin American infrastructure cooperation, \$10 billion in preferential loans for Latin American countries, founded a \$5 billion China–CELAC Cooperation Fund, and a \$50 million China–Latin America Infrastructure Cooperation Special Fund—this on top of a \$50 million China–Latin America fund for agricultural research and development centers and a 500,000-ton food reserve.” (GALLAGHER, 2016, p. 87)

Apesar da preconização da confiança mútua no campo político, da colaboração na esfera econômica e da estreita coordenação nos assuntos internacionais, a atuação da China na América do Sul apresenta traços característicos de uma cooperação paradoxal, cujos benefícios político-econômicos podem ser, simultaneamente, prejudiciais; uma relação que apresenta dois lados distintos, caracterizada por “*un arma de doble filo*” ou uma “*mixed blessing*”, denominada no presente trabalho de Geoeconomia Híbrida.

A Geoeconomia Híbrida consiste na utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica que, quando empregados em determinados países ou regiões, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. É um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas.

Ressalta-se que a utilização da Geoeconomia Híbrida como projeção de poder pode assumir várias formas, de acordo com as dotações geoeconômicas de cada país, que irão, em último caso, determinar a sua eficácia. Seja através da política comercial, política de investimento, sanções econômicas e financeiras, ciberataques, subsídios econômicos, política financeiro-monetária, energia e commodities (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 49), o fato é que a Geoeconomia Híbrida é distinta de política econômica externa, haja vista que preenche objetivos políticos e geopolíticos.

Deste modo, a Geoeconomia Híbrida chinesa auxila a estabelecer “*long-term oil supply chains; promote Chinese exports; put dollar reserves to a more productive use than low interest rate Treasuries from the United States; expand the international usage of the Chinese yuan; and win favor with borrowing governments.*” (GALLAGHER, 2016, p. 77) O pragmatismo chinês em perseguir objetivos domésticos nas relações internacionais “permite que o Estado crie um projeto dual (nacional-internacional) como uma plataforma integrada para o seu desenvolvimento” (VADELL; NEVES, 2018, p. 219); logo, suas ações no exterior se encontram permeadas de um hibridismo na medida em que beneficiam os países afetados de múltiplas formas, mas trazem consigo inúmeros desafios a serem enfrentados pelos mesmos.

Adicionalmente, deve-se notar que não há a presença de imposição ideológica e/ou condicionalidades econômicas por parte da China, mas única e exclusivamente prerrogativas

lastreadas no próprio desenvolvimento econômico-político chinês. Assim, ratifica-se seu caráter híbrido, haja vista que existe determinada margem de manobra para os países aceitarem ou não as condições chinesas: "as escolhas políticas e econômicas têm sido realizadas pelos países locais de forma autônoma e não a partir de pressões chinesas" (PECEQUILO, 2013, p. 111), ou seja, depende dos caminhos político-econômicos dos países geoeconomicamente afetados pela presença de Pequim.

No caso específico das relações sino-sul-americanas, perpetua-se como uma lógica cooperativa e deletéria de "*asimetría estructural que se ha creado entre ambas regiones.*" (KATZ, 2016, p. 211) Assim, a Geoeconomia Híbrida se manifesta na dualidade entre os benefícios econômicos imediatos – principalmente no setor comercial, de investimentos e de acordos, conforme visualizado ao longo da seção – e, por outro lado, na preterição dos desafios para o desenvolvimento de médio-longo prazo, minimizando-se a percepção das vulnerabilidades domésticas e da geração de uma relação assimétrica e de dependência.

Nesse sentido, embora as relações comerciais, os fluxos de investimentos e o estabelecimento de tratados bilaterais/multilaterais tenham crescido nos últimos anos, há fortes indícios para contestar a retórica de que todos esses processos estejam única e exclusivamente relacionados a uma nova configuração das relações "Sul-Sul". De tal modo, agregando-se a perspectiva da Geoeconomia Híbrida, tem-se, por um lado, elementos das históricas relações de dependência, assimetria de poder e perpetuação do subdesenvolvimento da América do Sul, e por outro lado, a presença de uma janela de oportunidade, caso uma orientação estratégica seja estabelecida.

No que tange as relações comerciais, desde os anos 2000, ao mesmo tempo em que "*China is pursuing a multidimensional diversification strategy that minimizes risk and ensures uninterrupted supplies*" (LEÓN-MANRIQUEZ; ALVAREZ, 2014, p. 18), as exportações sul-americanas para a China vem demonstrando uma concentração de matérias-primas e commodities agrícolas (SHAMBAUGH, 2013, pp. 117-118), o que intensifica a especialização regressiva da pauta exportadora, a reprimarização das suas economias e o estabelecimento de rendimentos decrescentes de escala na estrutura produtiva sul-americana. Para Padula e Brozowski, ao partir de uma perspectiva restrita "ao comercialismo, poucas possibilidades podemos enxergar além de ampliar nossa condição de região primário-exportadora." (PADULA; BROZOSKI, 2016, p. 109)

Numa perspectiva da dualidade da Geoeconomia Híbrida, ainda que as exportações primárias tenham contribuído para melhorar a situação fiscal dos países da América do Sul – permitindo aumentar os investimentos sociais, evitando o endividamento e/ou pagando dívidas pré-existentes e possibilitando a criação de reservas cambiais –, igualmente aumentaram a dependência à evolução dos preços das commodities, uma vulnerabilidade fiscal associada à fragilidade comercial típica dos exportadores de bens primários. (SEVARES, 2015, p. 71) Quando os preços dos produtos primários começaram a declinar a partir de 2012, os Estados sul-americanos passaram a sofrer um revés considerável em suas economias nacionais: *“the combined slowdown in Chinese demand and lower commodities prices really hurt the Latin American economies.”* (GALLAGHER, 2016, p. 110)

Complementarmente, a crescente atuação comercial chinesa na região vem provocando o deslocamento interno de comércio, uma vez que as relações entre os países da América do Sul se mantiveram constantes ou declinaram, enquanto que o comércio de todos os países sul-americanos com a China aumentou, substituindo inclusive os próprios parceiros regionais. Outros dois fatores determinantes consistem na alta competitividade dos produtos chineses – que interfere, direta ou indiretamente, em diversos níveis<sup>155</sup> no processo de integração regional do MERCOSUL – e na atração e intensificação dos laços econômicos com o Pacífico, sendo uma dessas manifestações a Aliança do Pacífico. (SEVARES, 2015, p. 95) Logo, “a substituição dos fluxos intrarregionais de comércio e complementaridade entre as nações sul-americanas também reduz a possibilidade de adensamento político local via arranjos de integração ou alianças.” (PECEQUILO, 2013, p. 110)

Neste cenário, os países sul-americanos tendem a tornarem-se menos complexos e produtivamente sofisticados, cuja perda relativa do peso da indústria permanece inequívoca. Os dados do Banco Mundial apontam para uma menor contribuição do setor manufatureiro

---

155 “Deslocamento de mercado; fechamento de fábricas; risco de anacronismo industrial; imposição de barreiras não-tarifárias intra-bloco; retaliações – tais como a proibição, por parte da Argentina, da importação de alimentos brasileiros com similares nacionais e a ordem de não emitir licenças de importação para mercadorias brasileiras de diversos setores, cuja competitividade chinesa é maior do que a brasileira; falência da integração de cadeias produtivas; desinteresse, especialmente por parte do setor privado, pela integração regional e pela continuidade dos investimentos em suas indústrias nacionais – já que os produtos mais lucrativos, neste contexto e em curto prazo, são a soja, o minério de ferro, a carne, etc., ou seja, mercadorias de baixo valor agregado; exploração irracional das matérias-primas e alimentos locais e conseqüente risco de desabastecimento; tendência a um crescente e insustentável déficit da balança comercial do MERCOSUL em relação à China, bem como de cada um de seus parceiros em relação ao país asiático – especialmente por ocasião da parcial reprimarização da pauta de exportação do MERCOSUL, da exportação proporcionalmente maior de bens com menor valor agregado e da crescente tendência chinesa em aperfeiçoar sua produção – em termos de variedade e qualidade; aumento do número de medidas de defesa comercial – e a paradoxal constatação do limite de sua efetividade –, entre outros, são apenas alguns exemplos do impacto verificado.” (BENATTI, 2011, pp. 236-237)

tanto para o PIB (Apêndice 18) quanto para um menor volume de bens industriais em suas exportações (Apêndice 19). Obviamente, esse processo de desindustrialização é complexo, relacionado a múltiplos fatores e não se limitando apenas a América do Sul (KIM; LEE, 2014). No entanto, os países sul-americanos merecem ênfase especial porque constituem casos de desindustrialização prematura: nações que perdem o momento de transformação estrutural no setor secundário antes mesmo de atingir níveis de renda e sofisticação produtiva das potências avançadas (PALMA, 2014; RODRIK, 2016; CASTILLO; MARTINS NETO, 2016).

*Declining industrial competitiveness is a canary in a coal mine for what could become a broader trend of declining shares of industry in Latin America's economies. The diversification of both exports and the basic production structure of an economy are among the most key ingredients of economic growth. The more products that are competitive in the marketplace, the more opportunities there are for growth. Industry is the most technologically sophisticated and is the main driver of the kind of economic growth that can help countries move from rags to riches. (GALLAGHER, 2016, p. 99)*

Uma vez que as possibilidades de desenvolvimento econômico estão fortemente ligadas à transformação radical de estruturas produtivas para superar gargalos e rigidez do subdesenvolvimento (FURTADO, 2000; GALA, 2017), o processo de industrialização é imperativo na promoção da produtividade sustentada, com a ulterior mudança para uma estrutura produtiva complexificada tecnologicamente. Pecequilo (2013) resume de forma didática alguns desses ônus da Geoeconomia Híbrida:

destacam-se os fenômenos da desindustrialização (que tem como outro lado da moeda a reprimarização da economia e seu foco na produção de *commodities*), a relativização do setor de serviços, a saturação de mercados e desequilíbrios comerciais e produtivos. Assim, pode-se observar um cenário de aumento de desemprego interno, perda de competitividade em setores industrializados, déficits comerciais e baixo investimento em ciência e tecnologia. No caso da reprimarização é importante também mencionar a mudança na pauta de produtos gerada pelo direcionamento da produção ao mercado chinês, resultando na elevação dos preços internos de determinados bens: por exemplo, países como o Brasil têm elevado a produção de soja, visando o mercado chinês, em detrimento de bens da sua cesta básica, como feijão e mesmo arroz e trigo. (PECEQUILO, 2013, p. 110)

De acordo com Gala (2017), uma medição viável seria através do estudo de estruturas e produtos de mercado revelados por dados comerciais globais, utilizando-se o chamado Índice de Complexidade Econômica <sup>156</sup> (ICE ou ECI, em inglês). Com ele, é possível medir o conhecimento e a diversificação produtiva incorporada nas diferentes estruturas produtivas nacionais, mapeando temporariamente as rotas dos países em direção à recuperação

---

<sup>156</sup> A complexidade tecnológica e produtiva caminha lado a lado com a conectividade (correlação fortemente positiva) e o progresso. O inverso também é verdadeiro: a capacidade de extrair e exportar produtos primários de baixa complexidade possui baixa conectividade e ubiqüidade.



(alcançando ou reduzindo o hiato em relação às grandes potências industriais) ou a reprimarização das matrizes de suas economias (HAUSMANN et al., 2014). Analisando-se os dados, é possível verificar como, até 2016, os países sul-americanos sofreram uma alta deterioração em seus índices de complexidade (Apêndice 20), denotando a hegemonia assumida pelos bens primários em seus padrões de exportação e estruturas produtivas (Apêndice 21).

No que tange os investimentos, apesar dos benefícios econômicos que os IED trazem para os países sul-americanos em áreas sensíveis no curto-prazo, não tendem a desenvolver capacidades industriais, ou atividades intensivas em conhecimento tecnológico, reforçando barreiras econômicas e políticas ao desenvolvimento de médio e longo prazo. Desta forma, o direcionamento das empresas chinesas para o setor de *commodities* fortalece e aprofunda as atividades extrativistas de baixo valor agregado e reforçam o caráter reprimarizador das economias regionais. Além disso, em termos de investimentos em infraestrutura em portos, estradas, ferrovias, é benévolo para a região diminuir custos, reduzir gargalos logísticos e aprimorar a competitividade; no entanto, a estrutura dos projetos é totalmente voltada para o favorecimento do desenvolvimento chinês, e não para o fortalecimento interno e integrado das economias sul-americanas, facilitando a consecução de corredores de exportação ao invés de corredores de integração.

Também se visualizam modalidades de Geoeconomia Híbrida nos APCs. As relações dos dois países sul-americanos (Chile e Peru) que possuem tratados de livre comércio com a China demonstram a relevância dos recursos naturais e de minérios para o governo chinês, e a exportação de produtos manufaturados e de maior valor agregado. Por exemplo, o Chile é o principal exportador mundial de cobre (mais de 30% da produção mundial); contudo, se mantém atrasado em processos avançados de refino e fundição. Enquanto isso, a China se tornou uma das maiores fundidoras, refinadoras e produtoras de cobre (CYPHER; WILSON, 2015). Tal fato demonstra a intensificação da condição de dependência primário-exportadora sem contrapartidas de internalização de ganhos dinâmicos no longo prazo, como transferência tecnológica ou incentivo à produção de bens de maior valor agregado na América do Sul.

O multilateralismo à maneira chinesa presente no Fórum coloca os países da região, e, portanto, também o Brasil, numa posição inferiorizada em relação à China: é um tipo de relação na qual uma parte, a América Latina e o Caribe, faz demandas de ajuda e a outra parte, a China, ocupa a posição do ofertante da ajuda. Ainda que não haja condicionalidades como as tradicionalmente feitas pelas potências ocidentais ou pelo Banco Mundial e o discurso chinês enfatize a lógica horizontal da cooperação Sul-Sul,

a relação não deixa de ser hierarquizada. O aporte de recursos pela China evidencia as desigualdades de poder político e econômico. (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 68)

Essa correlação de forças pode ser avaliada com base em critérios que visualizam os efeitos colaterais, como a desintegração da própria América do Sul (embora a falta de interesse estratégico de certas políticas dos governos sul-americanos em um projeto de integração soberana seja cada vez mais relevante). Da mesma forma, a aproximação e negociação individual dos países sul-americanos com a China acarretam problemas sensíveis, uma vez que tornam mais complexos e intrincados os projetos de integração regional, que geram incentivos e facilidades para maiores ganhos através do poder de barganha diante de negociações com potências econômicas. (SEVARES, 2015) Entretanto, visualiza-se que a presença da China não é um fatalismo; é uma oportunidade que deve ser aproveitada, uma vez que a resposta que cada país (ou conjunto de países) fornecerá a esta ascensão chinesa é o ponto central para o desenvolvimento de suas economias.

*Each country will need to form its own response: to decide what challenges and opportunities China's resource quest creates for it and how best to respond. Countries will potentially be affected as resource consumers, resource owners, resource investors, and geopolitical players—and they would be well served to develop responses in all of these dimensions.* (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 195)

A essência da Geoeconomia Híbrida não permite uma defesa enfática do rompimento das estruturas históricas de dependência e subdesenvolvimento nas relações sino-sul-americanas no século XXI. Entretanto, possibilita uma cooperação paradoxal: “*China's rise poses real challenges for Latin America economic development. Yet the moment can be seen as an opportunity as well*” (GALLAGHER; PORZECANSKI, 2010, p. 136), uma vez que “há um risco no envolvimento econômico com a China, entretanto, na atualidade, este envolvimento implica uma relação estratégica.” (VADELL; NEVES, 2018, p. 209) Essa é a principal consequência da Geoeconomia Híbrida na América do Sul: contribuir para a elevação de indicadores econômico dos países (com superávits comerciais, investimentos/ financiamentos em áreas deficitárias e acordos bilaterais/multilaterais), mas, em contrapartida, ser insuficiente para garantir trajetórias de desenvolvimento de médio-longo prazo, apresentando riscos potenciais de desindustrialização e reprimarização.

No quadro abaixo, demonstra-se uma síntese do que foi apresentado sobre a Geoeconomia Híbrida, abordando sua definição, características, objetivos (e contrapartidas), protagonistas e modelos.

Tabela 9 - Geoeconomia Híbrida

GEOECONOMIA HÍBRIDA				
Definição: Utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica; é um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o				
Características	Objetivos	Contrapartidas	Protagonistas	Modelos de Geoeconomia
* "Arma de dobre filo" ou "mixed blessing"	* Contribuir para a elevação de indicadores econômicos	* Não garante trajetórias de desenvolvimento de médio-longo prazo e não complexifica as economias	* Estado (chinês)	* Interdependência assimétrica
* Dualidade entre os benefícios econômicos imediatos e desafios para o desenvolvimento de médio-longo prazo	* Participar ativamente nas relações econômicas	* Apresenta riscos de desindustrialização, reprimarização, especialização regressiva, dependência dos preços das commodities e vulnerabilidade no balanço de pagamentos		
* Não rompimento das estruturas históricas de dependência e subdesenvolvimento	* Elevar as relações comerciais	* Substitui os fluxos intrarregionais de comércio e reduz a possibilidade de adensamento político local	* Empresas multinacionais (CNPC, CNOOC, SINOPEC)	* Cooperação paradoxal
* Principais ferramentas: 1) política comercial 2) política de investimento 3) sanções econômicas e financeiras 4) ciberataques 5) subsídios econômicos 6) política financeiro-monetária 7) atuação na área de energia e commodities.	* Fornecer investimentos externos diretos	* Não desenvolve capacidades industriais intensivas em conhecimento tecnológico		
	* Conformar acordos bilaterais e multilaterais	* Não há transferência tecnológica ou incentivo à produção de bens de maior valor agregado		
* Principais ferramentas na América do Sul: 1) relações comerciais 2) investimentos 3) tratados bilaterais/multilaterais	* Estabelecer relações cooperativas Sul-Sul	* Reproduz-se assimetrias e padrões hierárquicos característicos das relações Norte-Sul	* Instituições financeiras (CDB e CHEXIM)	* Hibridismo econômico
	* Criar projetos políticos de cooperação	* Gera efeitos colaterais como a desintegração sul-americana	* Instituições multilaterais (NBD e ACR)	* Lógica cooperativa e deletéria
* Suprir o déficit infra-estrutural	* Gera empecilhos para a integração física e energética intrarregional com a construção de "corredores de exportação"			

Fonte: elaboração própria.

No entanto, apesar da constatação da Geoeconomia Híbrida, a nova configuração das relações entre a China e a América do Sul ainda está em construção e delimitação, levantando cada vez mais questões sobre a possibilidade de estabelecer relações cooperativas Sul-Sul ou se reproduzirem assimetrias e hierarquias Norte-Sul<sup>157</sup>. Ainda que a ascensão do poder asiático possibilite uma alternativa aos limites impostos pela agenda neoliberal do Consenso de Washington, o fato é que o padrão de relações entre as FPE chinesas e as FPI sul-

157 "A China estaria criando novos padrões de cooperação Sul-Sul ou expandindo uma relação centro-periferia repaginada? Por relações Sul-Sul, nos referimos aqui à convergência relativa e mutuamente benéfica de agendas políticas de países que não pertencem ao eixo central do Atlântico-Norte, seja por alianças nas relações bilaterais ou multilaterais (nas áreas de comércio, finanças ou segurança), seja por espaços de integração regional ou projetos de financiamento e cooperação técnica. De uma maneira diretamente antagônica, as relações Norte-Sul representariam um rótulo em que as potências desenvolvidas e os vínculos que elas promovem reproduzem assimetrias, levando ao subdesenvolvimento ou a um padrão de desenvolvimento dependente dos elos nacionais mais fracos da cadeia." (MILANI, 2012).

americanas é crescentemente de interdependência assimétrica, em que os governos sul-americanos foram incapazes de formular estratégias políticas de longo prazo para enfrentar desafios, principalmente relevantes para a lógica da reintegração internacional, exacerbando uma crescente inserção baseada em vantagens comparativas tradicionais e desiguais. (SLIPAK, 2014)

Os países sul-americanos vêm enfrentando o desafio da Geoeconomia Híbrida e, para isso, necessitam aproveitar as oportunidades da demanda chinesa para transformar suas produções com políticas produtivas e comerciais adequadas e, preferencialmente, articuladas regionalmente. Reitera-se ainda que as mudanças macroeconômicas estruturais devam ser realizadas, única e exclusivamente, a partir do planejamento estratégico de cada Estado ou conjunto de Estados da região; a China pode ser um excelente parceiro nesse sentido, mas os países na região necessitam visualizar sua condição periférica, subdesenvolvida e dependente para, assim, estabelecer diretrizes visando transformações no seu modelo produtivo. "*There is still time for Latin America to put in place the proper reforms in order to finally sustain stable growth and capitalize on China's rise.*" (GALLAGHER, 2016, pp. 10-11)

Em síntese, evidencia-se que a presença chinesa vem modificando o mapa geoeconômico da América do Sul (LEÓN, 2016, p. 41), e que, apesar dos benefícios oriundos dessa crescente participação, assevera-se um impacto negativo sobre a estrutura produtiva dos países sul-americanos. Tal ponto tende a agravar a concentração da pauta exportadora em produtos primários, reforçando a especialização regressiva – o que perpetua a fatídica doença holandesa<sup>158</sup> – e acentuando a trajetória desindustrializante. Além disso, os investimentos infraestruturais voltados para áreas de interesse imediato da China podem gerar empecilhos para a integração física e energética intrarregional, tendo “sua infraestrutura estratégica subordinada ao centro de decisão de uma potência extrarregional, cujos objetivos no futuro podem se tornar imprevisíveis.” (JAEGER, 2017, p. 17)

Nesta nova ordem mundial, é crucial compreender as características dos vínculos das FPI sul-americanas com as FPE chinesas, uma vez que a região atende aos objetivos geopolíticos da nova política externa chinesa de transformação do sistema internacional em multicêntrico. Portanto, seria de extrema importância que os governos e tomadores de decisão

---

158 A doença holandesa seria uma falha do mercado que gera externalidades negativas aos outros setores da economia, principalmente, aos de bens e serviços, impedindo que estes se desenvolvam. Desse modo, como o preço das commodities é orientado pelo mercado internacional, a abundância dos recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção de petróleo, por exemplo, e a não investir em outros setores da economia, como a indústria.

sul-americanos estabeleçam condições e acordos institucionais mais rigorosos, a fim de garantir com que as relações comerciais, os IED e os acordos bilaterais e multilaterais também incluam, em certa medida, transferências de tecnologias e conhecimento, criação de incentivos para o escoamento de produtos manufaturados da região para o mercado asiático e projetos estratégicos de interdependência simétrica entre países emergentes.

Na próxima seção, será concretizado um estudo acerca dos documentos oficiais da China com referência a América Latina e o Caribe, os *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, de 2008 e 2016, com a finalidade de analisar a os objetivos geoestratégicos no que se refere à política de Estado chinês, assim como a atuação das Forças Políticas Externas chinesas na região.

### 2.3.3 – Análise dos *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*

A relação da FPE, na figura do governo chinês, com as FPI na América do Sul não é aleatória ou delineada única e exclusivamente pelas forças do mercado: é guiada por uma estratégia que faz parte de sua política internacional de desenvolvimento e inserção, que “apresenta um forte eixo de integração entre os interesses domésticos e internacionais chineses, criando no internacional o espaço para se lograr os objetivos do Estado.” (VADELL; NEVES, 2018, p. 212) Para este fim, a China lançou um *policy paper*<sup>159</sup>, também denominado de Livro Branco, que torna explícita a estratégia política e econômica para a região, estabelecendo-a como uma zona prioritária dos interesses de Pequim e constituindo-se como uma referência obrigatória para a compreensão da geopolítica e geoeconomia chinesas na América do Sul.

O documento *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (2008) é o primeiro documento político oficial da China exclusivo para a América Latina (e a terceira região do mundo, junto com a Europa e a África, para a qual a China divulgou documento com uma política específica). Como pilar desta estratégia, o governo chinês visa esclarecer os objetivos, delinear os princípios orientadores para a futura cooperação e sustentar um crescimento das relações sino-sul-americanas de forma sólida, estável e global. Destarte, seus objetivos compreendem:

1) “*Promote mutual respect and mutual trust and expand common ground*” (CHINA, 2008): a promoção do respeito e confiança mútuos é baseada no princípio chinês da

---

159 Documento que fornece recomendações para os formuladores de políticas.

Coexistência Pacífica, não extinguindo sistemas políticos distintos e expandindo pontos comuns a partir do diálogo e do tratamento igualitário. Logo, a partir da confiabilidade política recíproca, a China busca estabelecer uma conexão mais enfática com os países latino-americanos, considerando-os como sujeitos estatais soberanos.

2) *“Deepen cooperation and achieve win-win results”* (CHINA, 2008): esta intensificação da cooperação vem gerando novas oportunidades a partir de uma estratégia *win-win*, uma relação de mutualismo econômico no sentido de alcançar os objetivos de ambas as partes. Em outros termos, os chineses visualizam a região como base de comércio e investimentos, e a América do Sul aproveita esse interesse visando estabelecer novas parcerias e reduzir determinados déficits econômicos, num conjunto de esforços que, a princípio, possuem o sentido de aumentar os ganhos conjuntos.

3) *“Draw on each other's strengths to boost common progress and intensify exchanges”* (CHINA, 2008): tal aproveitamento das vantagens competitivas da China e da América Latina é o ponto mais emblemático dentre os objetivos, e pode corresponder um perigoso caminho para as nações latino-americanas. Ao destacar o aproveitamento de cada país nas esferas econômicas mais produtivas, percebe-se uma nova versão da teoria das vantagens comparativas, no qual os países latino-americanos se especializariam na produção de bens primários no comércio internacional, que seria considerado seu “ponto forte”, e importando bens de alto valor agregado no comércio internacional com a China.

4) *“The one China principle is the political basis for the establishment and development of relations between China and Latin American and Caribbean countries and regional organizations”* (CHINA, 2008): o respeito ao princípio da “China única”, no que tange a questão de Taiwan, é um ponto de assertividade chinesa quanto ao estabelecimento de relações políticas e econômicas. É interessante notar a ausência de condicionalidades econômicas, intensamente presentes nos acordos dos países latino-americanos com o Banco Mundial e o FMI, após a crise da dívida, e, em certo sentido, nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Neste sentido, a China pontua a única necessidade de uma condicionalidade política: o reconhecimento de Taiwan como território chinês.

Concomitantemente, o documento aborda quatro áreas nas quais há possibilidade de fortalecimento da cooperação entre China e América Latina: no âmbito político <sup>160</sup>, econômico <sup>161</sup>, sócio-culturais <sup>162</sup> e referente a assuntos de paz, segurança e judiciais <sup>163</sup>. Para a América do Sul, o objetivo de cooperação mais explícito está presente na área econômica, o que significa a presença da Geoeconomia Híbrida, com o bônus e o ônus dos países sul-americanos no crescente interesse chinês na região. Na área de comércio, por exemplo, visa-se uma cooperação de benefício para ambos, mas está colocado explicitamente a “*positive consideration to concluding free trade agreements with Latin American and Caribbean countries or regional integration organizations*” (CHINA, 2008). Ou seja, acordos de livre-comércio entre um país exportador de bens de elevado valor agregado e altamente capacitado tecnologicamente, com uma região historicamente exportadora de commodities e bens com pouca sofisticação produtiva. Outras áreas também definidas no documento – e que também exigem uma visão mais crítica e apurada, sempre em benefício dos países sul-americanos – são investimento <sup>164</sup>, finanças <sup>165</sup>, infraestrutura <sup>166</sup>, recursos e energia <sup>167</sup>, e cooperação multilateral. <sup>168</sup>

---

160 Ratifica o desejo de manutenção de intercâmbios com líderes de alto nível, entre legislaturas e entre partidos políticos, assim como fortalecer e desenvolver mecanismos de consulta e cooperação em assuntos internacionais, e intercâmbios com governos locais.

161 O comércio e a cooperação (em investimento, financeira, agrícola, industrial, em infraestrutura, em recursos naturais e energéticos, aduaneira, em inspeção da qualidade, para o turismo, multilateral, entre as Câmaras de Comércio) são os dois pontos mais relevantes, assim como a redução/cancelamento da dívida e assistência econômica e técnica.

162 Busca-se o estabelecimento de intercâmbios, cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e educação, medicina e saúde, consular e intercâmbio de pessoal, mídia, proteção ambiental e no combate às alterações climáticas, em recursos humanos e segurança social, na redução da pobreza, assim como viabilizar o intercâmbio entre pessoas e a redução e assistência humanitária à desastres.

163 Almeja-se a cooperação e intercâmbio militar, cooperação em assuntos jurídicos e policiais, e questões de segurança não tradicionais.

164 “Investment Cooperation - The Chinese Government encourages and supports qualified Chinese companies with good reputation in investing in manufacturing, agriculture, forestry, fishing, energy, mineral resources, infrastructure, and service sector in Latin America and the Caribbean to promote the economic and social development of both sides.” (CHINA, 2008)

165 “Financial Cooperation - The Chinese Government supports China’s monetary and financial regulatory authorities and financial institutions in stepping up consultation and professional exchanges and cooperation on macroeconomic situation and economic and financial policies with their counterparts in Latin American and Caribbean countries.” (CHINA, 2008)

166 “Infrastructure Construction - The Chinese side will strengthen practical cooperation with Latin American and Caribbean countries in transport, information and communications, water conservancy and hydropower and other areas of infrastructure development, scale up project contracting in the region, and conduct mutually beneficial cooperation in various ways so as to contribute its share to further infrastructure development in the region.” (CHINA, 2008)

167 “Resources and Energy Cooperation - The Chinese side wishes to expand and deepen mutually beneficial cooperation with Latin American and Caribbean countries in resources and energy within bilateral cooperation frameworks.” (CHINA, 2008)

168 “Multilateral Cooperation - The Chinese Government is ready to strengthen consultation and coordination with Latin American and Caribbean countries in multilateral trade and financial institutions and regimes, with a

O documento de 2008 é finalizado com a constatação da importância das relações chinesas com as organizações regionais latino-americanas, cuja tendência estará presente com maior assertividade no *policy paper* de 2016.

*The Chinese Government appreciates the important role of Latin American and Caribbean regional and sub-regional organizations in safeguarding peace and stability in the region, and promoting regional solidarity, development and integration. It supports these organizations in exerting their influence in regional and international affairs. The Chinese side will continue to strengthen communication, consultation and cooperation with relevant organizations in various fields. (CHINA, 2008)*

O *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (2016) constitui uma nova etapa da cooperação sino-latinoamericana, a partir do fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais nos anos recentes e da constatação do potencial de desenvolvimento dos países latino-americanos que, em contrapartida, enseja a participação de investimentos chineses. Deste modo, de 2008 a 2016, visualizou-se, ao longo no presente trabalho, os frequentes intercâmbios de alto nível, diálogos políticos, desenvolvimento em comércio, investimento e finanças, intercâmbios culturais e coordenação nos assuntos internacionais.

Assim como no primeiro documento oficial, este novo prioriza o relacionamento China-América Latina em cinco características principais “*by bringing the two sides into a community of shared future in which all countries join hands in development*” (CHINA, 2016):

1) “*Sticking to the principle of equality and sincere mutual support*” (CHINA, 2016): os chineses continuam a manter a retórica da equidade dos países no sistema internacional, respeitando distintos modelos políticos e de desenvolvimento e, como condicionalidade política para suas relações internacionais, o reconhecimento, por parte dos demais países, do princípio da China única.

2) “*Seeking mutually beneficial cooperation and common development*” (CHINA, 2016): à manutenção da cooperação *win-win* na esfera econômica, visualizada desde o primeiro documento, são adicionados dois novos modelos de cooperação, a pragmática e a de capacidade, visualizadas mais detalhadamente a seguir.

3) “*Exchanges and mutual learning*” (CHINA, 2016): o aprendizado mútuo entre ambas as partes é considerado a base sólida da cooperação, em que o fortalecimento do

---

view to promoting South-South cooperation, bringing about a more just and equitable multilateral trading regime and ensuring a bigger say and greater role in decision-making for developing countries in international trade and financial affairs.” (CHINA, 2008)



intercâmbio nas mais distintas esferas é fundamental para realizar contribuições que promovam a coexistência harmônica de diferentes civilizações no mundo.

4) “*Global responsibility in promoting international cooperation*” (CHINA, 2016): a comunicação e cooperação entre China e América Latina nos mecanismos multilaterais no plano internacional serão intensificados, salvaguardando a ordem internacional e os princípios das Nações Unidas, mas propondo um mundo multipolar e uma reforma na governança global a partir do aprofundamento das relações Sul-Sul.

5) “*To promote complementary development of collective and bilateral cooperation*” (CHINA, 2016): reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo, assim como em suas relações bilaterais com países individuais e/ou organizações sub-regionais e instituições multilaterais de financiamento da região.

Neste último ponto, uma novidade do documento em relação ao seu anterior foi a inclusão do Fórum China-CELAC como a principal plataforma de cooperação e diálogo entre as duas partes <sup>169</sup>, promovendo o desenvolvimento das relações sino-latinoamericanas em múltiplas esferas dentro deste concerto: “*China will promote collective cooperation with Latin America and the Caribbean mainly through the platform of China-CELAC Forum.*” (CHINA, 2016)

Ainda no quesito de colaboração internacional, é interessante notar que a China vem buscando promover reformas nas organizações e plataformas internacionais, aperfeiçoando as regras econômicas e financeiras globais (prevenção de riscos sistêmicos globais), a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (resposta mais enfática às mudanças climáticas) e, pela primeira vez, a presença da segurança cibernética no âmbito interestatal. Desta maneira, é explícita a presença de termos como Cooperação Coletiva, de participação ativa de organizações regionais e instituições multilaterais da América Latina, e Cooperação Trilateral, um arranjo cooperativo de três atores: China, países da América Latina e países e/ou organizações internacionais relevantes de fora da região.

---

169 “In 2008, the Chinese government issued its first policy paper on Latin America and the Caribbean, putting forward the goal of establishing a comprehensive and cooperative partnership featuring equality, mutual benefit and common development with Latin American and Caribbean countries. In 2014, leaders of the two sides held a meeting in Brasilia and jointly announced the establishment of the comprehensive and cooperative partnership of equality, mutual benefit and common development. Since then, the relations have entered a new stage of comprehensive cooperation. [...] The two sides have also supported and closely coordinated with each other in international affairs. The establishment of the Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (China-CELAC Forum) has provided a new platform for cooperation between the two sides, setting the course for simultaneous and complementary development of bilateral and collective cooperation between China and Latin America and the Caribbean.” (CHINA, 2016)

Retomando a particularidade do *policy paper*, percebe-se o pragmatismo da colaboração chinesa e o ineditismo na clareza do foco e escopo. A denominada “Cooperação pragmática 1 + 3 + 6”<sup>170</sup> é sintomática, uma vez que propõe a orientação do Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe (2015-2019) na utilização de três modelos de cooperação como forças matrizes: comercial, financeira e de investimentos. Com um plano e três mecanismos, há um foco voltado para seis áreas estratégicas prioritárias: energia e recursos, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação. Da mesma forma, o modelo inédito de “Cooperação de capacidade 3x3”<sup>171</sup> consiste numa construção conjunta das três principais demandas na América Latina – logística, eletricidade e informação –, permitindo interações benéficas entre três atores – empresa, sociedade e governo – e expandindo três canais de financiamento – fundos de investimentos, empréstimos de crédito e seguros.

Há fortes indícios de que o *policy paper* de 2016 tenha iniciado um novo ciclo de aproximação ainda mais intenso entre China e América do Sul, como examinado por Gallagher (2016, p. 168):

*There are three areas where China may buy in to a new development strategy in Latin America. First, China will continue to be a source of demand for Latin American commodities and possibly for a more diversified array of products if Latin America gets its policies right. Second, China may become an even larger presence in terms of foreign direct investment in Latin America. Third, China and its growing set of development banks and funds can be a source of much-needed finance for infrastructure, industrialization, and green development. There is some evidence that China stands ready, with 2015 as a turning point. In a May 2015 visit to Chile, Chinese Prime Minister Li Keqiang said that “industrial cooperation between China and Latin America arrives at the right moment,” and “China has equipment manufacturing capacity and integrated technology with competitive prices, while Latin America has the demand for infrastructure expansion and industrial upgrading.*

Constata-se, a partir do estudo sistemático dos *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, que ambos foram possíveis devido à crescente interação entre as FPE da China e as FPI da América do Sul nos anos 2000 e 2010, o que demonstra a tentativa de reconfiguração estrutural de longo prazo na ordem internacional. Uma das passagens mais interessantes e que ratifica a assertividade da China no sistema internacional no século XXI está presente neste ponto em especial:

---

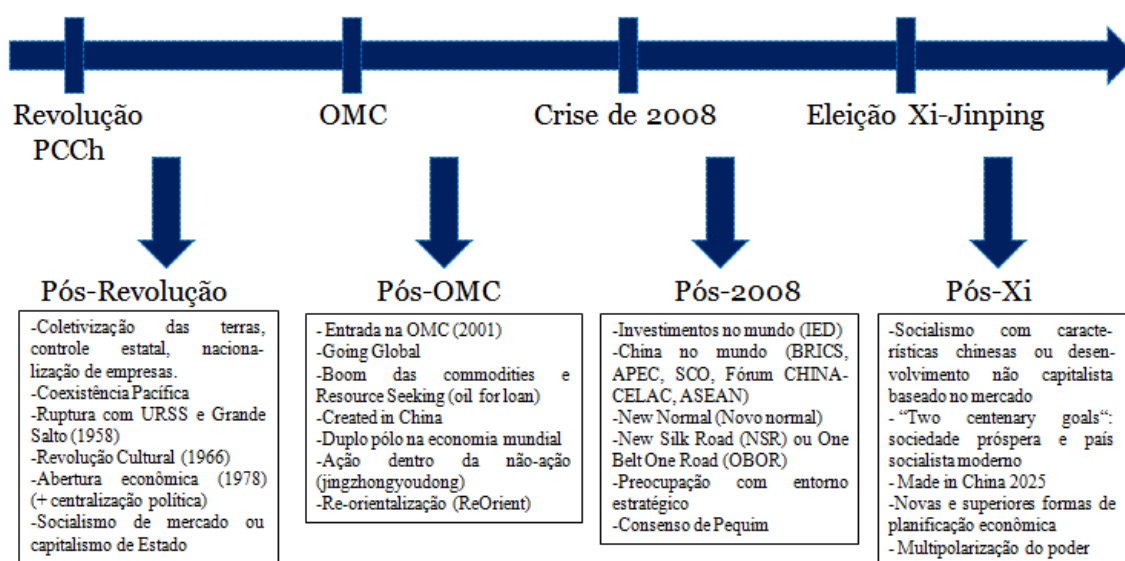
170 “Guided by the China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019), utilizing trade, investment and financial cooperation as driving forces, and identifying energy and resources, infrastructure construction, agriculture, manufacturing, scientific and technological innovation and information technology as cooperation priorities.” (CHINA, 2016)

171 “Which refers to jointly building the three major passages of logistics, electricity and information in Latin America, enabling healthy interactions among the enterprise, society and government, and expanding the three financing channels of funds, credit loans and insurance.” (CHINA, 2016)

*China will advance multi-polarization, promote democracy and the rule of law in international relations and enhance the representation and voice of developing countries. China is ready to deepen South-South cooperation with Latin American and Caribbean countries, consolidate multilateral trading systems, promote global governance reform and build an open world economic system. (CHINA, 2016)*

No quadro abaixo, visualiza-se um repasso de algumas das principais características das FPE chinesas no sistema internacional, abordadas por períodos, assim como suas reverberações, diretas e indiretas, na América do Sul. Salienta-se que as principais noções da Geoeconomia Híbrida, definidas anteriormente, não se encontram presentes no quadro, uma vez que se encontram presentes a partir de 2001, sem uma datação exata.

**Figura 7 - Síntese das Forças Políticas Externas chinesas por períodos**



Fonte: elaboração própria

A formulação do *policy paper* é o resultado de um direcionamento estratégico da Força Política Externa composta pelo Partido Comunista Chinês, que analisa prioridades e estratégias específicas para uma dada região. Da mesma forma que houve uma alteração do *policy paper* de 2008 para o de 2016, alterações no mapa geopolítico e geoeconômico mundial podem modificar tais políticas de Estado, haja vista que novos (des) equilíbrios de forças no sistema internacional são passíveis de ocorrer. Ainda assim, os próprios documentos oficiais confirmam uma constatação: ambos os *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* possuem uma justificativa, uma legitimação, uma *raison d'être* na materialidade histórica para a intensificação dos fluxos econômicos chineses visando a presença e capacitação econômica global, ratificando a hipótese de uma Geoeconomia Híbrida.

Na próxima seção, será realizado um debate inovador sobre triângulos competitivo-cooperativos, uma construção epistemológica referente ao poder no sistema internacional, visualizado a partir de determinadas características peculiares e que interage diretamente com as Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas, apresentadas no presente capítulo.

## 2.4 – Os triângulos competitivo-cooperativos de poder

As Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas são configurações de poder nas relações internacionais. No caso específico dos países da América do Sul, dos Estados Unidos e da China, permite a avaliação de diferentes geoestratégias em cenários distintos, a partir de uma dialética materialista que se modifica temporalmente. Por conseguinte, a variável do poder é imprescindível para o estudo da geopolítica, do desenvolvimento e da integração desse conjunto de países selecionados.

No âmbito das relações internacionais, o poder é um dos temas mais intensamente debatidos. Desde Maquiavel (2012), ao demonstrar que a acumulação de poder era essencial para o Príncipe, com a preparação permanente para a guerra através da resiliência política (virtú) ou da sorte (fortuna), os diversos atores políticos visam quantificar e qualificar as capacidades e possibilidade do exercício do poder. Outros clássicos das relações internacionais também esquadrinharam a temática: segundo Morgenthau (2003), o poder é definido como a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens; para Aron (2002), no sentido mais geral, poder (ou potência) é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais; na visão de Nye (2004, p. 2), o poder é “*the ability to influence others to get the outcomes one wants*”; de acordo com Lukes (1980), existiriam quatro abordagens fundamentais sobre o poder na filosofia política.<sup>172</sup>

Portanto, poder é a habilidade, a força que atua sobre certa realidade; é toda a probabilidade de impor a própria ambição numa relação social contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade; é a capacidade de impor sua vontade, que tem como consequência a obtenção de algo concreto ou subjetivo. Assim, estuda-se o poder para a ação, para se criação, construção ou destruição; quando o poder é orientado, visando um objetivo, é usado para modificar a estrutura, as relações existentes.

Poder, Estado e classe conformam a principal relação de forças no seio do sistema internacional. As Forças Políticas Internas orientam o poder do Estado em seu seio institucional, e a forma como se prolongam para fora. Em outras palavras, um Estado forte é aquele que exerce seu poder, tanto no plano externo quanto no interno, sendo uma entidade parcialmente autônoma que requer uma classe social cujos interesses diretos se encontram a

---

172 São elas: 1) substancialista, que se remete a meios, como exercício ou domínio; 2) subjetivista, referente a capacidades, a competência do ator para exercer o domínio e legitimação; 3) relacional, alinhado à dominação direta, a capacidade de influenciar atores de uma forma que não agiria caso não fosse exercido o controle; e 4) estrutural, relacionado ao constrangimento, controle do contexto da tomada de decisão.

serviço da entidade, tanto por parte dos administradores do Estado e quanto pela burocracia do Estado. Naqueles Estados no qual o aparato estatal é fraco, os administradores públicos não intervêm no papel de coordenar o poder a partir de um complexo de forças políticas.

Ainda, é importante ressaltar que Estado e poder, em si, são abstrações que ganham concretude a partir da disputa das classes sociais distintas. Ao agregar a perspectiva das classes sociais – no presente trabalho conformado como Forças Políticas Internas – ratifica-se que a perspectiva única e exclusiva dos Estados oculta o papel das classes nas estratégias de poder. O papel das FPI é condicionante nas estratégias assumidas pelos Estados, assim como na orientação das estratégias específicas de poder. Em outros termos, o Estado e o poder correspondem a uma abstração cuja concretude é realizada pelas classes sociais e/ou Forças Políticas Internas; as suas definições são sempre concretas, condicionadas a existência da luta das classes.

Nesta mesma linha de raciocínio, a definição de poder realizada por Fiori (2007, pp. 16-19; 2014, pp. 18-22) é uma das mais interessantes. Segundo o autor, “o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder”. (FIORI, 2014, p. 18) Logo, por definição, o poder é assimétrico <sup>173</sup>, relativo <sup>174</sup>, heteroestático <sup>175</sup>, fluxo <sup>176</sup> e expansivo <sup>177</sup>, em que o sistema internacional consiste num choque de vontades constituídas por relações entre Estados visando a acumulação de poder e riqueza.

Para o escopo da presente pesquisa, as definições de poder triangular e poder sistêmico são as mais elucidativas, principalmente no que tange a ulterior formulação teórica sobre o

---

173 “Se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa nem haveria 'relações de poder'.” (FIORI, 2014, p. 18)

174 “O poder envolve uma hierarquia e um cabo de guerra permanente entre algum vértice que tenha mais poder e outro que terá necessariamente menos poder. Se um desses vértices aumentar seus graus de liberdade, algum outro perderá poder, inevitavelmente, com relação ao que se expandiu.” (FIORI, 2014, p. 18)

175 “Qualquer uma dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando a recompor e manter a mesma correlação de forças anterior à situação prévia à mudança inicial.” (FIORI, 2014, p. 18)

176 “Poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua. Não há como conceber um poder estático nem como conceber logicamente a possibilidade de um poder desativado ou neutro.” (FIORI, 2014, p. 19) Em outros termos, “o poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder.” (FIORI, 2007, p. 17)

177 “Cada unidade de poder (P1, P2, P3 etc.) exerce uma pressão competitiva sobre si mesma, e todas essas unidades exercem a mesma pressão umas em relação às outras. Como consequência, o sistema, como um todo, também se expande de forma contínua”. (FIORI, 2014, p. 19) Ainda, “nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global.” (FIORI, 2007, p. 18)

denominado triângulo competitivo-cooperativo (TCC). Para Fiori (2014, p.19), poder triangular é aquele em que

toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo, onde se dá a interseção entre P1 e P2, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que o limite de toda e qualquer unidade de poder Pn, sempre estabelecido por outra unidade de poder Pn-1, terá as mesmas características de Pn, e, portanto, também terá seu limite traçado por mais uma unidade de poder Pn-2, e assim infinitamente, com relação a Pn-3, Pn-4 etc. (FIORI, 2014, p. 19)

Em outros termos, a relação de poder possui sempre, pelo menos, uma e qualquer fronteira, uma vez que o poder de P1 exerce influência até o ponto em que se inicia o poder de P2, espaço no qual não se consegue obter eficácia. Ademais, qualquer recorte que se realize do poder consiste num triângulo, uma vez que toda e qualquer elo possui uma relação entre mais de dois atores, caracterizando-se, portanto, o poder com inúmeras fronteiras e relações de poder entre inúmeros triângulos. Assim, "todas as relações humanas envolvem uma 'estrutura triangular', mínima e irreduzível, e ao mesmo tempo assimétrica e hierárquica." (FIORI, 2016, p. 15)

Ainda, no que tange ao poder sistêmico, Fiori ratifica a impossibilidade de "pensar uma unidade de poder sem supor logicamente a existência de um conjunto de outras unidades de poder que se multiplicam na forma de triângulos que supõem outros triângulos, e assim sucessivamente." (FIORI, 2014, p. 19) Isto é, P envolve um sistema de P's, que conformam infinitos triângulos conflitivos, competitivos, sobrepostos, cuja relação de poder é infinitamente elástica e atemporal.

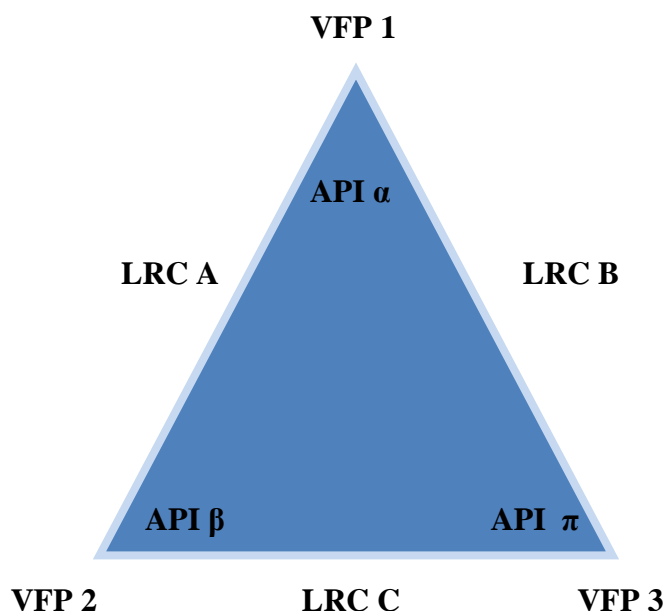
Se as relações de poder fossem binárias e fechadas sobre si mesmas, se transformariam num jogo de soma zero e tenderiam a desaparecer de forma autofágica. Isso só não acontece porque o poder é triangular e sistêmico, e todas as suas unidades podem se expandir para fora de si mesmas, pela conquista do poder ou de alguma parcela de poder das demais unidades do sistema. (FIORI, 2014, p. 19)

Fiori teoriza uma fenomenologia do poder que instiga o seu estudo dentro do arcabouço das relações internacionais, debruçando-se sobre como se comporta a sua lógica no sistema interestatal. É interessante notar que se configura como uma linha de raciocínio inédita e complexa e que, ainda que abstrata, enseja múltiplas interpretações na tentativa de análise da realidade concreta.

A partir do que fora exposto acerca das Forças Políticas Internas na América do Sul (*i.e.*, privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular), das Forças Políticas Externas mundiais (*i.e.*, Estados Unidos e China) e da teorização acerca do poder triangular e

sistêmico, é possível realizar a definição de triângulos competitivo-cooperativos. Eles são estruturas geométricas de poder formadas por três vértices de Forças Políticas, três lados de relações competitivas ou cooperativas e três ângulos políticos internos, cuja disputa para igualar, superar ou conquistar benefícios geopolíticos e geoeconômicos apresenta uma triangulação assimétrica, hierárquica e, obviamente, competitiva ou cooperativa.

**Figura 8 - Triângulo competitivo-cooperativo**



Legenda		
Vértice de Força Política (VFP 1)	Vértice de Força Política (VFP 2)	Vértice de Força Política (VFP3)
Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC A)	Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC B)	Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC C)
Ângulo Político Interno (API α)	Ângulo Político Interno (API β)	Ângulo Político Interno (API π)

Fonte: elaboração própria.

Na figura acima, o triângulo competitivo-cooperativo apresenta uma estrutura em que a representação do Vértice de Força Política (VFP 1) estabelece um Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC A) com o Vértice de Força Política (VFP 2), que constitui um Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC C) com o Vértice de Força Política (VFP 3), encerrando a triangulação pelo Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC B) com o Vértice de Força Política (A). Da mesma forma, cada Vértice possui um Ângulo Político Interno (VFP 1-API α; VFP 2-API β; VFP 3-API π), representando as disputas internas de



forças de cada vértice, além de serem passíveis de mudança de acordo com variações nos Lados de Relações Competitivo-Cooperativas.

É interessante notar a justificativa da concepção dos TCCs. A priori, pode parecer uma incongruência lógica a correlação entre competição e cooperação numa mesma concepção teórica. Tal fato não somente é possível, como racional, ao se considerar dois fatores: o primeiro, no sistema internacional, não existe vácuo de poder e, uma vez que o poder é fluxo, ação e movimento, exercido de forma contínua, não existe a possibilidade de idealizar um poder estático, desativado ou neutro. Em outros termos, se existe algum espaço para a efetivação do exercício do poder em qualquer uma de suas formas, ele prontamente será ocupado por algum poder. O segundo fator é que o poder triangular se trata de encadeamentos com três pontos, em que a relação, competitiva ou cooperativa, entre dois vértices (VFP 1 e VFP 2) forma um lado (LRC A), mas reflete e influencia, direta ou indiretamente, em termos competitivos ou cooperativos, na relação dos demais vértices como um todo (VFP 1 e VFP3, com LRC B; e VFP 2 e VFP3, com LRC C).

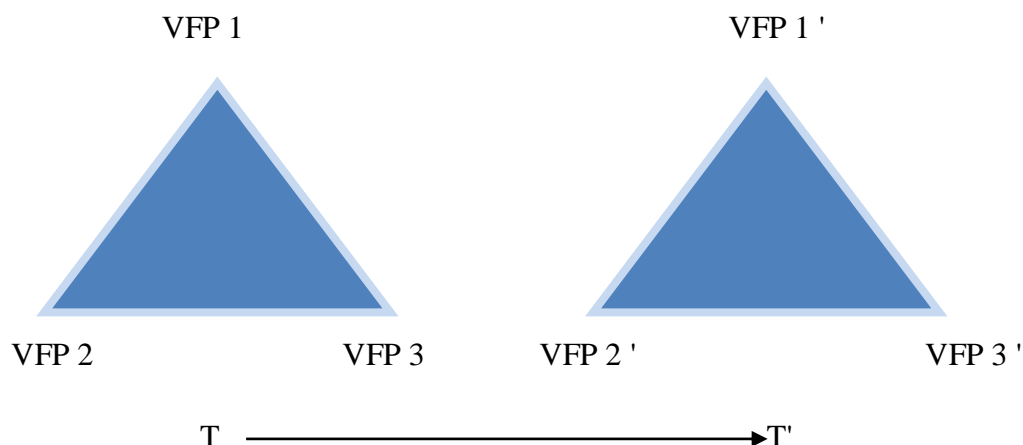
**Figura 9 - Triângulos competitivo-cooperativos - efeito e reflexos**



Fonte: elaboração própria.

Outra abstração que pode ser executada a partir de um TCC se relaciona com seu marco temporal. Em outros termos, uma vez que a natureza do sistema internacional, assim com dos próprios Estados, é um fluxo constante de competições, cooperações e transformações, uma relação triangular intertemporal sofre alterações ao longo do tempo, seja na correlação de forças entre as Forças Políticas, nas Relações Competitivo-Cooperativas entre elas e nos seus Ângulos Políticos Internos, como fica demonstrado na figura 10.

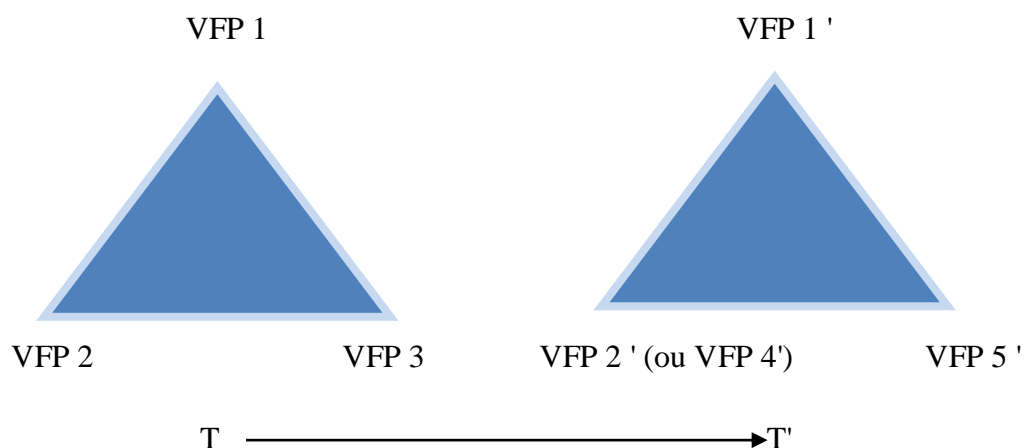
**Figura 10 - Triângulos competitivo-cooperativos - relação intertemporal**



Fonte: elaboração própria.

Esta é uma ferramenta de análise interessante caso se busque realizar análises comparativas de triângulos competitivo-cooperativos ao longo de um determinado período. Além disso, não há somente a constatação de elos entre os mesmos atores em períodos de tempo distintos, mas, concomitantemente, de um ou dois atores distintos no interior dessa intertemporalidade, como demonstra a figura 11.

**Figura 11 - Triângulos competitivo-cooperativos - Relação intertemporal com atores distintos**

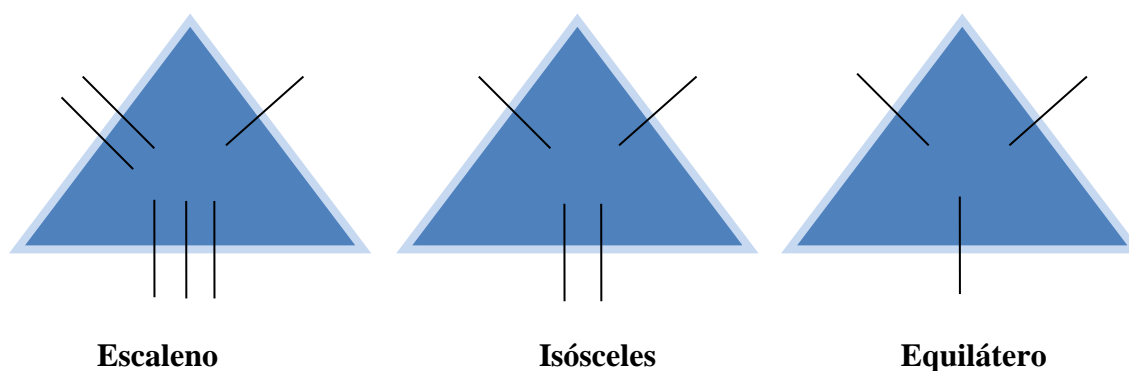


Fonte: elaboração própria.

Por definição matemática, os triângulos são classificados a partir das medidas de seus lados. Analogamente, transplantando essa identidade para o plano das relações internacionais e, ao considerar cada lado do triângulo como uma relação competitiva ou cooperativa entre Forças Políticas (Internas ou Externas) específicas, as assimetrias de poder significam, portanto, lados distintos dos triângulos. Ou seja, cada vértice, num dado momento histórico,

espacial e relacional, a partir das perspectivas geopolíticas, desenvolvimentistas e integracionistas, possui maior, menor ou análoga força quando comparada ao(s) outro(s) vértice(s), e assim sucessivamente. Logo, pode-se realizar uma classificação a partir dessas assimetrias: 1) triângulo competitivo-cooperativo escaleno é aquele que possui todos os lados diferentes, ou seja, a assimetria de poder é distinta nos três vértices e nos três ângulos políticos internos; 2) triângulo competitivo-cooperativo isósceles é aquele que possui dois lados iguais e, logo, dois vértices e dois ângulos políticos internos possuem poder equiparados; 3) triângulo competitivo-cooperativo equilátero é aquele que possui todos os lados iguais, com ângulos políticos internos apresentando, portanto, eixos de simetria de poder.

**Figura 12 - Triângulos competitivo-cooperativos - matemática do poder**

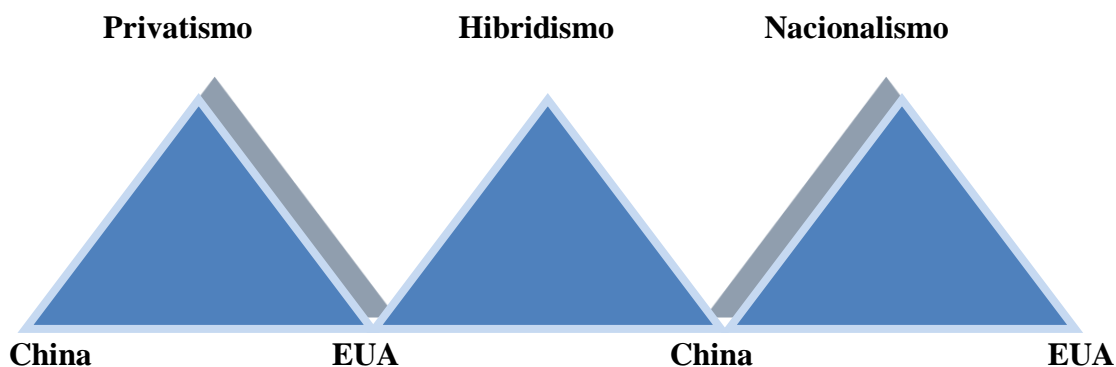


Fonte: elaboração própria.

Com a finalidade de esclarecer essas abstrações teóricas do poder, o próximo capítulo consistirá num estudo de caso da Amazônia Sul-Americana, em que serão visualizadas as correlações de poder aqui proposta. Ainda assim, é possível relacioná-las com exemplos sucintos do presente trabalho até aqui apresentado. Na ilustração abaixo, os vértices de cada triângulo correspondem as Forças Políticas Internas na América do Sul, na parte superior, e as Forças Políticas Externas mundiais, na inferior. Compreende-se que cada relação triangular remete a uma correlação de forças temporal e espacial, de acordo com as condições materiais presentes em termos político-econômicos, consubstanciando-se dois vértices a fim de prevalecer a Força Política majoritária na correlação competitiva ou cooperativa, representada pelo lado do triângulo. No caso da Força Política Privatista, o lado do triângulo mais potente tende a prevalecer para a Força Política Estadunidense, deslocando seu ângulo político interno para a direita. Concomitantemente, tendo como contrapartida a Força Política Nacionalista, há uma tendência de convergência para a China e deslocamento do ângulo político interno para a

esquerda. Para a Força Política Híbrida, ambas as Forças Políticas Externas exercem influência direta e indireta, mantendo-se constantes seus ângulos políticos internos.

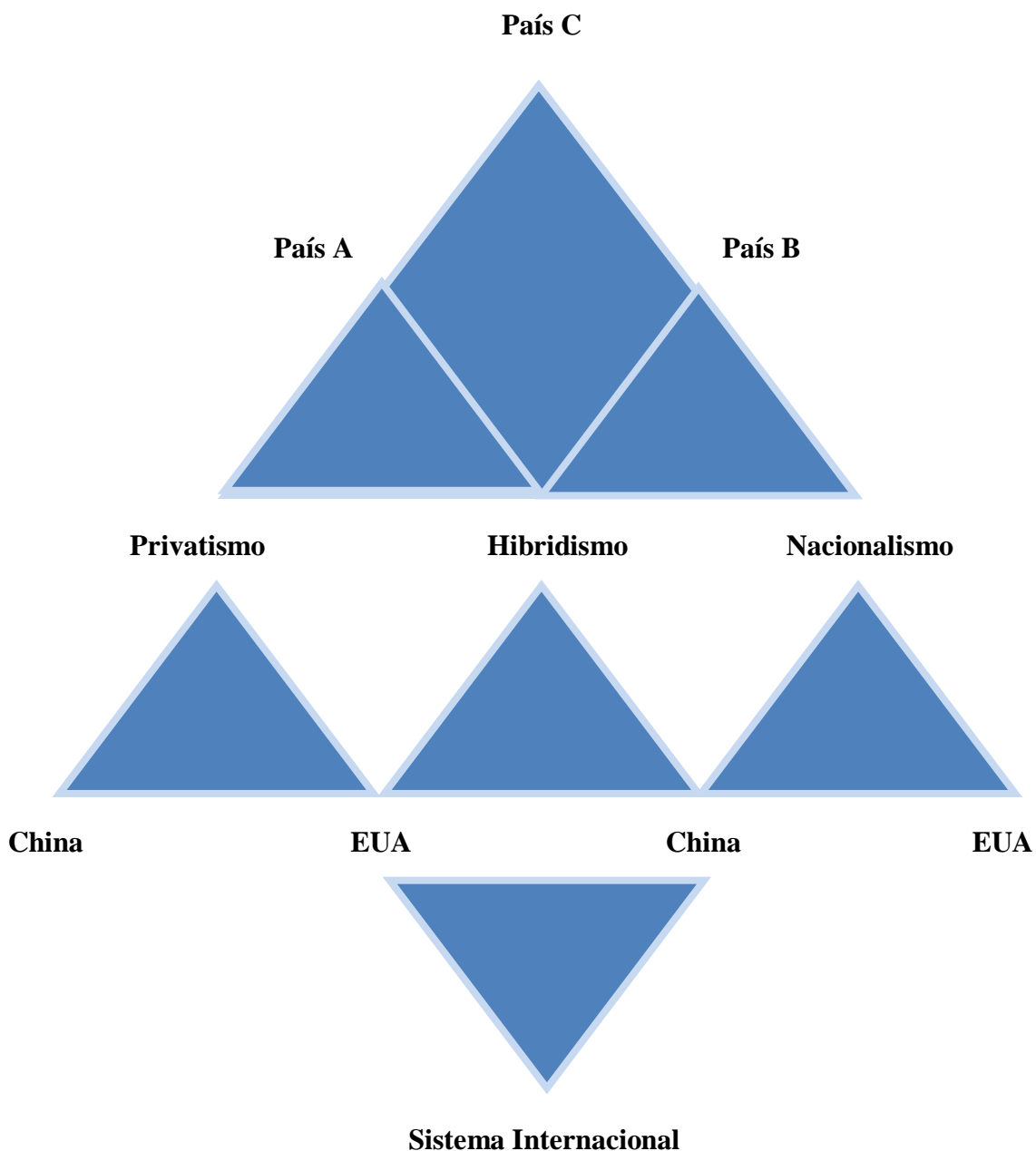
**Figura 13 - Triângulos competitivo-cooperativos - Forças Políticas Internas na América do Sul e Forças Políticas Externas mundiais**



Fonte: elaboração própria.

Há de se ressaltar que a própria correlação de forças entre as Forças Políticas Externas, seja com maior ou menor intensidade, também afeta o encadeamento do terceiro ator, a Força Política Interna, em termos benéficos ou não. Outrossim, as próprias Forças Políticas Internas (e Externas) competem entre si, fazendo com que novas relações triangulares, endógenas e exógenas, sejam formadas. Na figura 14, observa-se que no nível interno, existem disputas competitivas entre o privatismo e o hibridismo no país A, entre o hibridismo e o nacionalismo no país B, e entre o privatismo e o nacionalismo no país C, configurando triângulos competitivos endógenos das Forças Políticas Internas. Concomitantemente, a disputa pelo sistema internacional entre as duas grandes potências, Estados Unidos e China, conforma a competição das Forças Políticas Externas. Uma vez que o plano interno e o externo desses triângulos competitivos possuem fluxos dialéticos de influência, qualquer modificação em um dos vértices de qualquer triângulo modifica a correlação de forças do lado deste mesmo triângulo, assim como os ângulos políticos internos, alterando, em menor ou maior medida, todo o sistema.

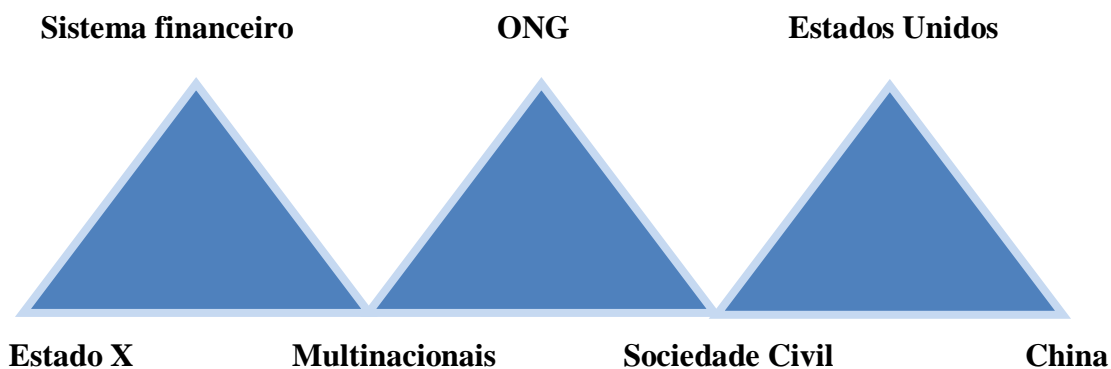
**Figura 14 - Triângulos competitivo-cooperativos – relações endógenas e exógenas**



Fonte: elaboração própria.

Uma vez que as relações triangulares são infinitas, múltiplas forças poderiam ser agregadas no esquema proposto, inclusive fora da esfera do Estado. Visou-se realizar uma sistematização simplificada, a fim de visualizar as implicações geopolíticas e geoeconômicas relacionadas às Forças Políticas Internas e Externas, assim como suas relações triangulares competitivo-cooperativas.

**Figura 15 - Triângulos competitivo-cooperativos - outros atores**



Fonte: elaboração própria.

No sistema internacional, todos os países, independente de qual papel possuem na estrutura hierárquica mundial, buscam aumentar seu poder e riqueza. Ainda que não se proponham a aumentar seus territórios em termos geográficos, todos são expansivos. Neste contexto, "a 'pressão competitiva' do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os 'poderes soberanos' precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem." (FIORI, 2007, pp. 17-18)

A partir da sistematização realizada acerca dos TCCs, "o aumento do poder, da liberdade e da igualdade de uma de suas três pontas implicará perda da soberania, da autonomia e da diferença das outras duas pontas" (FIORI, 2016, p. 15), em que o vértice mais poderoso seguirá sendo aquele que funda as regras do jogo, o critério ético-moral e a arbitragem política e econômica, estabelecendo e adequando aos seus interesses os lados das relações competitivas e/ou cooperativas e os ângulos políticos internos, nessa incessante disputa geopolítica pelo poder global.

Vale ainda frisar que essa análise teórica dos TCCs possui relação diretamente proporcional com a expressão do latim "*Inter duos litigantes, tertius gaudens*": entre dois litigantes, o terceiro se alegra, ou seja, quando dois brigam um terceiro tira proveito; "*rather than getting in the middle of every fight, sometimes it is better to hold the coats of those who do.*" (ARRIGHI, 2007, p. 298) Concomitantemente, é inversamente proporcional à teoria do equilíbrio de poder: ao invés de visar o apoio de quaisquer um dos vértices de poder, explora períodos favoráveis de hostilidade mútua dos vértices mais fortes para a concretização de objetivos pré-definidos. Em outros termos, propõe-se que, ainda que um ator seja a ponta mais fraca da relação triangular, existem brechas na geometria do poder que ensejam uma assertividade política visando à acumulação do seu poder e riqueza.

Analisando a situação específica da América do Sul na relação triangular de poder com os Estados Unidos e a China, percebe-se a possibilidade de três triangulações distintas, a partir da definição das três Forças Políticas Internas e das duas Forças Políticas Externas. Obviamente que essas generalizações se modificam até mesmo dentro do período analisado (2001-2016), assim como na relação entre Estados Unidos e China com cada uma das Forças Políticas Internas. Portanto, com a finalidade de simplificar o exemplo, realizar-se-á uma sucinta análise qualitativa de uma triangulação (FPI, FPE 1 e FPE 2) nos três períodos do recorte temporal: 2001, 2008 e 2016, considerados paradigmáticos tanto para o sistema internacional quanto para o caráter específico das relações sino-americanas com a América do Sul.

A partir de 2001, os ataques às torres gêmeas e a presença na Eurásia com a Guerra no Afeganistão/Iraque no contexto da Guerra Global ao Terror “*undermined the centrality of the US and its currency in the global political economy, and strengthened the tendency towards the emergence of China as an alternative to US leadership in East Asia and beyond.*” (ARRIGHI, 2007, p. 209) Concomitantemente ao enfraquecimento da unipolaridade estadunidense, inclui-se a entrada da China na OMC em 2001, alinhado à sua política *go global*, que ensejou maior participação econômica e diplomática em todos os tabuleiros geopolíticos. Na América do Sul, o declínio da relevância comercial, econômica e política dos Estados Unidos, e o fortalecimento da presença chinesa “pode também ser, em grande parte, atribuído ao fortalecimento da Onda Rosa <sup>178</sup> e ao processo de integração regional.” (DOMINGUEZ, 2016, pp. 135-136)

Esta dinâmica favoreceu um recuo/distanciamento estadunidense e um avanço/fortalecimento das relações comerciais chinesas na América do Sul, possibilitando um momento de expansão das FPI (com menor ou maior grau dependendo das suas características) ao aproveitar o vácuo de poder dos EUA, beneficiando “o desenvolvimento de propostas autônomas, nas quais os Estados Unidos não se encontram inserido: são agendas autóctones e com foco nos interesses e na melhoria das condições sul-americanas.” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 58)

A crise financeira de 2008 é um ponto de inflexão para os três vértices da triangulação, cujas características não deixam de lado as anteriores, mas constituem novas formas de

---

178 Onda rosa é uma expressão utilizada na análise de política externa do início do século XXI, para referir-se à percepção da crescente influência da esquerda na América Latina, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda.

relação de poder. Nos Estados Unidos, o foco inicial com a recuperação econômica se alinha a contrarreação/retomada assertiva na América do Sul (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 71), visualizados nas tentativas de assinatura do TPP e na relevância da Aliança do Pacífico e tratados bilaterais; na China, há um redirecionamento da política doméstica (Novo Normal) e uma desaceleração do crescimento econômico, que reverbera diretamente na diminuição dos fluxos comerciais com a América do Sul, em conjunto com a intensificação dos fluxos de investimentos e tratados bilaterais/multilaterais; para as FPI em geral, visualiza-se a substituição de agendas de alto para baixo perfil, intensificada pelas mudanças para governos de cunho liberal nas eleições e com o crescente esvaziamento de lideranças regionais autônomas, fazendo com que Estados Unidos e China reassumissem determinado protagonismo. (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 73)

Em 2016, o cenário geral sofre novas transformações: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, voltado para um protecionismo econômico e um intervencionismo militar (RODRIGUES, 2017a), fornece elementos de constante instabilidade na política doméstica e externa estadunidense; a presença cada vez mais marcante na figura de Xi Jinping engendra um redirecionamento chinês no sistema internacional, a partir da intensificação do papel dos BRICS e da Nota Roda da Seda, e para o subcontinente sul-americano com o segundo *policy paper* específico para a região; na América do Sul, após uma década de avanços em diversos aspectos político-econômicos, figura-se um conjunto de retrocessos do ponto de vista geoestratégico, em que as conseqüências se apresentam através da “perda de espaço e liderança, o aumento da instabilidade regional, o esvaziamento dos projetos de integração, a consolidação da presença da China na América do Sul e o aprofundamento da contrarreação hegemônica estadunidense.” (CARMO; PECEQUILO, 2016, pp. 65-66)

Em linhas gerais, analisando-se os Lados de Relações Competitivo-Cooperativos, visualizam-se os seguintes parâmetros na relação entre China - Estados Unidos: num contexto de “bipolaridade assimétrica” (STUENKEL, 2016, pp. 83-84), existe um padrão de coexistência cooperativa (KISSINGER, 2011, pp. 468-469), uma vez que há a percepção de que ambos necessitam um do outro e são demasiados grandes demais para serem dominados e/ou transformados; e de coexistência competitiva (SHAMBAUGH, 2013, pp. 73-74), no qual, apesar da interconexão em distintas áreas, há uma elevação da competição nos planos econômico, ideológico, de segurança e geopolítico nos últimos anos, podendo tornar a América do Sul “*a theatre of global disputes between Monroe and Mao’s heirs.*” (LEÓN-MANRIQUEZ; ALVAREZ, 2014, p. 24) Na relação Estados Unidos - América do Sul,



visualiza-se a imposição de uma geopolítica da Guerra Híbrida, conforme visto nas seções anteriores, principalmente com a retomada da região no radar geoestratégico estadunidense a partir de 2008. No que tange a relação entre China - América do Sul, ratifica-se a permissividade da Geoeconomia Híbrida, em que Pequim utiliza o comércio, o investimento e a diplomacia com a intenção de equilibrar a dominância regional e global.

A relação triangular Estados Unidos – China – América do Sul é complexa e delicada. O equilíbrio começa a ser rompido quando o subcontinente sul-americano, tradicionalmente na esfera de influência dos EUA, é atraído pelo polo magnético chinês, aumentando as preocupações do lado estadunidense por consistir numa área vital para a sua segurança e estabilidade regional. A China vem elevando seus laços com a América do Sul, utilizando instituições multilaterais para restringir e diluir o poder e a influência estadunidenses, empregando o "multilateralismo" como um meio de alcançar o "multipolarismo." (SHAMBAUGH, 2013, p. 153) Ainda, tem apoiado o avanço de mecanismos de integração regional, como a CELAC, vista pelos Estados Unidos de modo hostil, uma vez que a criação do Fórum China - CELAC os exclui intencionalmente. Tal tabuleiro de xadrez geopolítico tende a se tornar cada vez mais dinâmico na medida em que os interesses dos três vértices de poder são mais latentes.

*In so doing, Latin American leaders will not be operating in a vacuum. Latin America will have to navigate the China Triangle. At the top of the triangle tips is the United States, while China and Latin America form a new base of cooperation from left to right. But China has its own delicate relationship with the United States. The United States has a longstanding connection to the Americas. In addition to reforms at home, Latin American capitals will need to retool alliances with China to be more consistent with those reforms. At the same time, China's new alliance with Latin America is seen as a challenge to the United States, a nation that has long considered the Americas its backyard. To be successful, then, Latin America's reforms will have to operate in a manner that simultaneously builds on its relationships with China and the United States alike rather than picking one over the other. (GALLAGHER, 2016, p. 3)*

De tal modo, a América do Sul é delineada como uma área sensivelmente geoestratégica no médio-prazo, visualizando-se “um renascimento da região como espaço geopolítico e geoeconômico” (PECEQUILO, 2013, p. 101), em que “*concerns on China's rise and increasing pressures from US hard-liners could transform Latin America in a scenario of geopolitical dispute between the two great powers.*” (LEÓN-MANRIQUEZ; ALVAREZ, 2014, pp. 23-24)

Destarte, analisando-se o referencial teórico proposto a partir de uma perspectiva da geopolítica, do desenvolvimento e da integração sul-americanos, algumas conclusões podem começar a ser delineadas:

1) nas relações triangulares, tanto a competição quanto a cooperação ensejam janelas de oportunidades aos países sul-americanos, ao estabelecer benefícios com o outro vértice de poder;

2) agregando-se ao paradigma geopolítico um padrão geoeconômico, abrem-se novas fronteiras para triangulações de poder, podendo beneficiar a região, caso as FPI delineiem objetivos, metas e planos geoestratégicos;

3) para a América do Sul, o aumento do intercâmbio com Pequim seria capaz de elevar o poder de barganha com Washington, modificando a histórica estrutura de padrão para parceiro (GALLAGHER, 2016, pp. 176-177), a partir da percepção “de que a China poderia se tornar uma alternativa à interdependência assimétrica com os Estados Unidos, tanto nos setores estratégico quanto econômico” (PECEQUILO, 2013, p. 108);

4) da conclusão anterior, segue-se que tal fato tende a despertar apreensões por parte dos Estados Unidos, considerando a intensidade adquirida pelas relações sino-sul-americanas como disfuncional aos seus interesses na região. (SEVARES, 2015, p. 101);

5) numa visão geoestratégica de autonomia sul-americana, a região poderia aproveitar a competição regional e global sino-americana ao capitalizar e fortalecer laços pragmáticos com ambas as partes, visando como meta estratégica seu desenvolvimento socioeconômico.

No próximo capítulo, será realizado um estudo de caso a partir de toda a formulação teórica realizada até o momento. Utilizar-se-á os debates acerca da geopolítica, do desenvolvimento e da integração; a proposição das Forças Políticas Internas e das Forças Políticas Externas; e a concepção teórica dos triângulos competitivo-cooperativos, relacionando-os à análise da Amazônia Sul-Americana no período de 2001-2016. Em outros termos, realizar-se-á uma pesquisa acerca das triangulações de poder entre as FPI dos países amazônidas, Estados Unidos e China, principalmente no que se referem às disputas pelos recursos naturais estratégicos da região. De tal modo, há uma crescente possibilidade de que seja factível e exequível a formulação, ainda que embrionária, de um estudo multidisciplinar que enseje a formulação de um planejamento político-estratégico autônomo.

## Capítulo 3 – A expansão estadunidense e chinesa na Amazônia sul-americana

### 3.1 - A importância dos recursos naturais da Amazônia Sul-Americana

Os ventos uivantes  
 Que sopram de longe a nos abraçar  
 Trazendo consigo a riqueza da fauna  
 Da flora, num canto a nos conscientizar  
 Que a nossa Amazônia  
 É um paraíso (Nossa Amazônia – Boi Garantido)

#### 3.1.1 – Introdução dos parâmetros da Amazônia Sul-Americana

A Amazônia Sul-Americana é o espaço vital do sistema internacional no século XXI. (AMIN, 2015, p. 17) Ela consiste num dos últimos campos de expansão do capitalismo, com valor estratégico de fronteira para o uso da natureza e área geopoliticamente relevante, diante da perspectiva global de escassez de recursos naturais necessários para o crescimento da economia mundial. Deste modo, inúmeros são os desafios dos países amazônicos: no plano doméstico, se apresenta a questão da sua ocupação e integração, além da efetiva presença do Estado; no regional, a integração com os países vizinhos sob a máxima histórica de "integrar para não entregar"; no internacional, a histórica problemática da disputa internacional pelos territórios amazônicos com o binômio "soberania ou internacionalização".

Distintas são as definições de Amazônia, inclusive no âmbito de cada país. (Apêndice 22) Entretanto, a escolha pelo estudo de caso da Amazônia Sul-Americana é ratificada pela necessidade de investigação aprofundada do objeto de forma conjunta, visando identificar novas reflexões críticas e compreender os projetos de poder, tanto das Forças Políticas Internas quanto das Forças Políticas Externas. Ratifica-se que não é o foco principal do presente trabalho realizar um estudo histórico e geopolítico clássico – com vasta abordagem sobre o tema, principalmente na literatura brasileira <sup>179</sup> –, mas sim verificar o potencial dos recursos naturais estratégicos amazônicos.

Complementarmente, previamente ao estudo mais aprofundado, é necessária uma introdução dos parâmetros da terminologia “Amazônia Sul-Americana”, que será realizada no

---

<sup>179</sup> Para maiores informações acerca de um estudo histórico e geopolítico clássico, recomenda-se a leitura de Rodrigues (2020), Becker (2015), Mattos (2011), Ribeiro (2005), Morel (1984) e Reis (1968).

presente capítulo. Batizada de “Hileia” – ou “zona das selvas”, em grego – pelo naturalista Alexander von Humboldt no século XVIII (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 33), abarca oito países sul-americanos, mais o território ultramarino francês: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Uma vez que a bacia hidrográfica e o ecossistema florestal amazônico não obedecem aos limites políticos de cada país sul-americano, esta situação entre nações, que poderia gerar conflitos geopolíticos, “no caso da Amazônia pode e deve ser fundamento para uso conjunto e complementar dos recursos em prol do desenvolvimento regional, tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo.” (BECKER, 2015b, p. 213)

Desta feita, a Amazônia Sul-Americana é a maior floresta tropical do mundo, com uma área um pouco menor do que a Europa, correspondendo a 1/20 da superfície terrestre mundial, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil. Possui uma costa marítima de cerca de 1.500 km, 12 macrobacias e 158 sub-bacias, assim como uma fronteira interior de 17.500 km, sendo 11 mil de limites internacionais. Concomitantemente a toda essa magnificência, a região é pouco povoada e possui expressivos vazios demográficos, inclusive nas regiões de fronteira, com aproximadamente 34 milhões de pessoas, 3,5 milésimos da população mundial. Além disso, a presença do Estado é precária e a população tem dificuldade de acesso a serviços básicos, principalmente nas regiões mais afastadas das grandes cidades. (BECKER, 2015b, p. 9; MATTOS, 2011b, p. 142)

**Tabela 10 - Informações da Amazônia Sul-Americana**

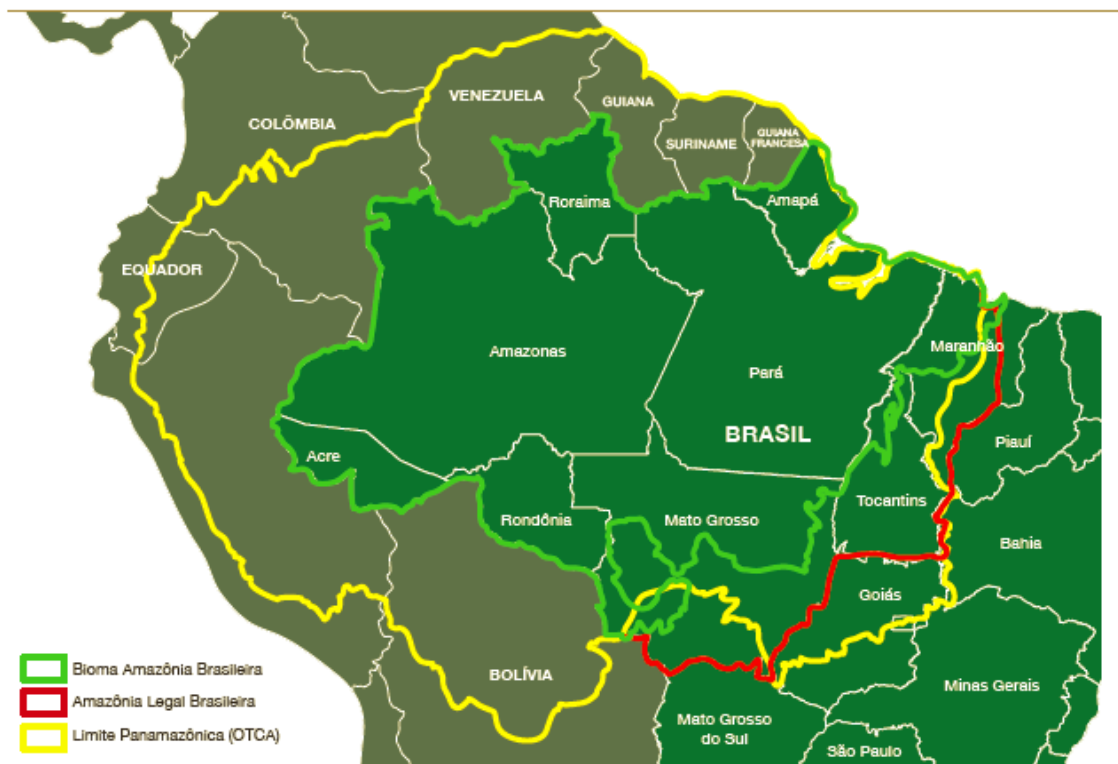
INFORMAÇÕES DA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA				
País	Superfície da selva amazônica (km <sup>2</sup> )	Porcentagem do total	Área hidrográfica amazônica (km <sup>2</sup> )	Porcentagem do total
Brasil	3.540.000	60.0	4.989.361	72.6
Peru	762.400	13.0	762.400	11.1
Bolívia	490.400	8.3	600.000	8.7
Colômbia	476.395	8.0	336.583	5.0
Venezuela	259.000	4.4	51.000	0,7
Guianas	240.000	4.1	0	0
Equador	130.000	2.2	130.000	1.9
<b>Total</b>	<b>5.908.195</b>	<b>100.0</b>	<b>6.869.344</b>	<b>100.0</b>

Fonte: RIBEIRO, 2005, p. 202 (adaptado).

Nos anos 1970, o realismo político possibilitou mudanças na geopolítica da região amazônica, ensejando a conformação da área como unidade geográfica visando um desenvolvimento regional. Surgia o conceito de Pan-Amazônia, uma diplomacia de cooperação com a “proposta para diminuir o isolamento provocado pela interiorização das fronteiras amazônicas.” (FRANKLIN, 2008, p. 125) Ainda assim, cabe ressaltar que esse conceito não vem apresentando uma mensuração simplificada, tendo sido objeto de, pelo menos, três definições distintas, mediante critérios diferentes: a Amazônia Hidrográfica, a Amazônia Florestal, e a Amazônia Geopolítica. (RIBEIRO, 2005, pp. 202-203)

Com base na inconsistência entre as definições da Amazônia Florestal e da Amazônia Hidrográfica, “os países amazônicos optaram por uma definição geopolítica para indicar as áreas que são objeto do Tratado de Cooperação Amazônica.” (RIBEIRO, 2005, p. 203) Dessa forma, “pelo critério de contiguidade e similitude geográfica foi associado à área amazônica, pelo Pacto Amazônico, o território do Suriname.” (MATTOS, 2011b, p. 138), outrora excluído das concepções prévias.

**Figura 16 - Limite geopolítico da Amazônia Sul-Americana (OTCA)**



Fonte: BRASIL, 2012, p. 365.

A terminologia pan-amazônica vem cumprindo seu papel de reflexão e ação numa nova escala, da Amazônia transnacional, compreendida como uma unidade indissociável.

Entretanto, a nova realidade do sistema mundial no século XXI requer uma concepção mais complexa do que um bloco socioambiental, incorporando uma visão estratégica de planejamento político-econômico regional. Em outros termos, no âmbito das relações internacionais, possibilita um “novo significado geopolítico como fronteira de capital natural que, somado à política dos grandes blocos, induz a pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana.” (BECKER, 2015b, p. 182)

Em suma, a Amazônia Sul-Americana é um espaço geográfico delimitado politicamente, cuja “responsabilidade exclusiva dos países amazônicos é exigência decorrente da própria natureza transnacional da bacia.” (MATTOS, 2011b, p. 115) Esta fronteira de incorporação ao espaço global apresenta formas de produção e projetos de poder híbridos com formas fluídas, compassivas aos efeitos conjunturais da mundialização das Forças Políticas Externas, das contradições das Forças Políticas Internas e da crescente relevância da sua reserva de recursos. “Devido a seu vasto território e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira amazônica oferece amplas possibilidades à expansão territorial do capital” (BECKER, 2015a, p. 267), despertando tanto a ambição pelo potencial econômico quanto pela manutenção do equilíbrio climático e da biodiversidade planetária, “atraindo interesses de extrativistas, agroindustriais, indústrias farmacológicas, conservacionistas, cientistas, ONGs e governos de terceiros países.” (LIMA et al., 2017, p. 62)

Deste fato advém a importância de um estudo dos recursos naturais amazônicos. Na continuação, serão realizados seu inventário e mapeamento, assim como sua ulterior análise em termos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas. Basicamente, serão utilizados cinco documentos na parte subsequente: *Estudio Prospectivo Suramérica 2025* (UNASUL), *Amazônia sob pressão 2012* (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada – RAISG), *Mineral commodity summaries 2019* (U.S. Geological Survey) e os *Atlas da Política Externa Brasileira* (2014) e *Atlas da Política Brasileira de Defesa* (2017). Este enfoque se justifica pelo fato de que há uma constante reavaliação e valorização dos recursos estratégicos condicionada por novas tecnologias, conferindo a Amazônia uma fronteira de poder contemporâneo.

### **3.1.2 - Inventário e mapeamento dos recursos naturais amazônicos**

Os recursos naturais são bens encontrados no meio físico utilizados para satisfazer as necessidades do homem; em termos técnicos, um bem natural somente poder vir a ser um

recurso a partir do momento em que ele é explorado e atribuído valor econômico, social e cultural. A definição de recursos naturais abarca um conjunto de componentes como recursos minerais (minérios), recursos biológicos (fauna e flora), recursos ambientais (ar, água e solo) e recursos incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas), que são definidos em renováveis – que podem ser renovados, inesgotáveis, tais como a luz solar e os ventos –, potencialmente renováveis – uma vez que dependem da atuação do homem, como a água, o solo e as florestas – e não renováveis – que não possuem capacidade de renovar-se, como os minérios, ou que a renovação é muito lenta, como o petróleo.

### 3.1.2.1) Água

No século XXI, a água passa a ser foco crescente dos estudos geopolíticos, com crescentes disputas “não apenas pela distribuição natural dos recursos hídricos no mundo – que em termos absolutos são suficientes para assegurar segurança hídrica a todos –, mas também por consequências da ação humana.” (LIMA et al., 2017, p. 67) Seja através do uso e consumo – no saneamento e na saúde pública, na produção agrícola e pecuária, na industrialização, no transporte e no lazer – ou através da geração de energia – essencial para a produção, distribuição e utilização energética, assim como para a manutenção do próprio ciclo da água –, este é o elemento básico para a vida e cada vez mais relacionado aos projetos de poder das FPI e FPE.

Atualmente, o planeta possui 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água, sendo 97,5% desse total formado por água salgada e apenas 2,5% de água doce. Desta parcela, 69% são formados por geleiras e 30% por águas subterrâneas, restando apenas 1% de água doce formado por rios e lagos. (RIBEIRO, 2005, pp. 505-506; UNASUR, 2015, p. 282) Dentre as reservas de água doce disponíveis, encontram-se os aquíferos, depósitos de água que se acumulam entre rochas de diferentes composições, formados a partir da água da precipitação que atravessa o solo, até encontrar uma camada impermeável de rios ou lagos.

A região amazônica apresenta a maior bacia hidrográfica do planeta, com “1/5 da disponibilidade mundial de água doce” (BECKER, 2015b, p. 9), aproximadamente 6.925 milhões de km<sup>2</sup>, drenando 1/3 da superfície da América do Sul em mais de mil rios e tributários. Com isso, transforma “essa grande região do trópico úmido em uma situação privilegiada em todo o mundo.” (RIBEIRO, 2005, pp. 509-510)

Neste tocante, o Sistema Aquífero Grande Amazônia (SAGA) teria uma área de aproximadamente 3.950.000 km<sup>2</sup>, dos quais 2.000.000 km<sup>2</sup> são do aquífero de Alter do Chão (na altura do encontro do Tapajós com o Amazonas), 1.200.000 km<sup>2</sup> de Içá e o restante do Solimões, abarcando a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. É uma conexão hidrogeológica com imensa potencialidade hídrica, mas ainda pouco conhecida devido à complexidade do sistema, sendo necessária a intensificação do seu conhecimento a fim de aperfeiçoar sua caracterização, limites, geometria, potencial e características hidráulicas. Estimativas da Agência Nacional de Águas<sup>180</sup> e de pesquisadores da Universidade Federal do Pará<sup>181</sup> apontam que o aquífero Alter do Chão é o maior do mundo, com um depósito de água doce subterrânea com volume aproximado de 86 mil quilômetros cúbicos, maior do que o do Aquífero Guarani e representando 80% do ciclo hidrológico da Amazônia.

**Figura 17 - Bacia Hidrográfica da Amazônia**



Fonte: MILANI et al, 2014, p. 36.

Entretanto, algumas problemáticas podem ser observadas. Embora existam acordos parciais em torno de certos aquíferos, não existe um acordo-quadro regional na América do Sul, nem suficientemente abrangente sobre o tratamento da água como um recurso estratégico parcialmente renovável (UNASUL, 2015, p. 285), envolvendo, inclusive, conflitos

180 Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/aquafero-alter-do-chapso-a-c-o-maior-reservata3rio.2019-03-15.3692202018>

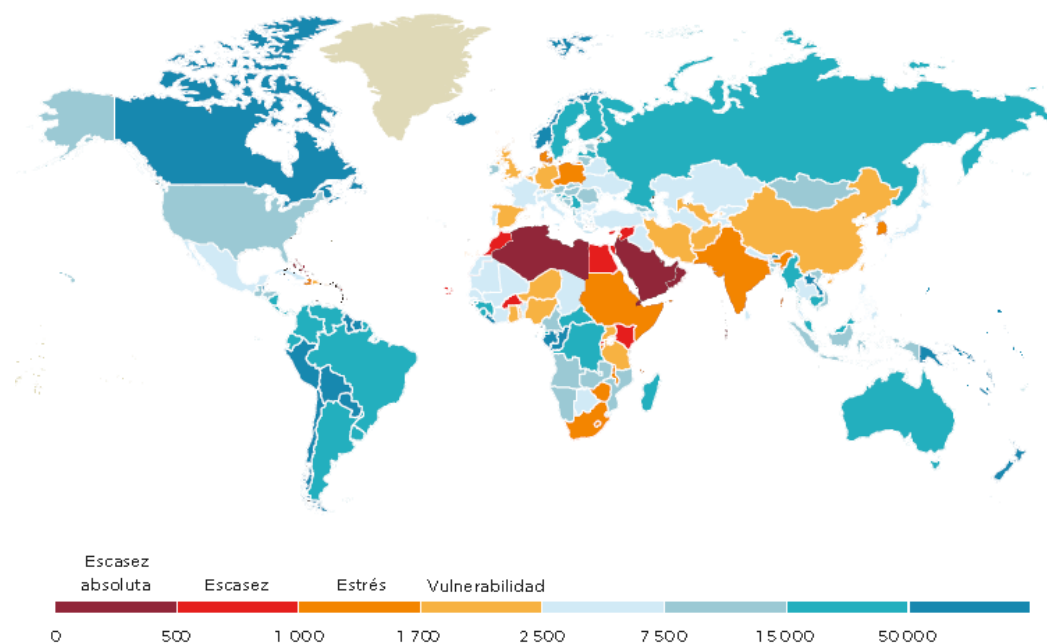
181 Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=31&infoid=667&sid=13>



legislativos no que concerne a gestão dos recursos hídricos amazônicos. (DOURADO JÚNIOR, 2011) Adicionalmente, configura-se uma carência na investigação do volume de água, do grau de poluição, do controle sobre a taxa de extração e da ineficiência de sua gestão, cujo alto desperdício é uma preocupação.

As perspectivas de crescimento da demanda mundial de água são maiores nos países que apresentam maior crescimento econômico e/ou populacional, fazendo elevar a demanda global em 55% até 2050. Para o mesmo ano, a disponibilidade de recursos hídricos renováveis no mundo diminuirá em praticamente todas as regiões do planeta, com áreas de escassez e graves problemas de acesso para mais de 40% da população. (UNASUR, 2015, pp. 285-287)

**Figura 18 - Total de recursos hídricos renováveis, 2011 (mt3 per capita por ano)**



Fonte: UNASUR, 2015, p. 285

Desta maneira, a disponibilidade é extremamente reduzida diante da sua desigualdade geográfica distributiva. Segundo a ONU <sup>182</sup>, um em cada três habitantes do planeta não possui serviços de água potável gerenciados de forma segura, em 2019. Para uma região riquíssima no recurso estratégico, que detém elevado percentual de água doce do planeta e baixo consumo, tal panorama mundial é alarmante, uma vez que aloca a Amazônia Sul-Americana no centro das disputas geopolíticas.

<sup>182</sup> Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>

As previsões sobre a evolução da crise mundial da água têm uma repercussão sobre a Amazônia, geopoliticamente preocupante. Questionam-se as soluções para a crise que terão um caráter pacífico e se basearão em princípios da solidariedade humana. Por isso mesmo, têm sido levantadas as questões, no sentido de perquirir até que ponto os países ricos, sob o comando do Império Americano, aceitarão ajustar-se a programas de acesso à água de forma cooperativa e negocial. (RIBEIRO, 2005, pp. 509-510)

A população mundial enfrenta riscos elevados quando o acesso é limitado e comprometido, principalmente os mais vulneráveis e marginalizados. O agravamento dessa situação global de estresse e escassez de água promoveu, juntamente com outros fatores, o surgimento de uma nova realidade, referente à mercantilização desse recurso natural, que deixaria de ser um bem público para se transformar “*en una ‘simple’ commodity, de valor inestimable y precio unilateralmente administrado por alguno de los monopolios que controlan al recurso como si el mismo se tratara de una mercancía o un bien comercial más, parte integrante del mercado.*” (UNASUR, 2015, p. 290)

Outro aspecto importante que parece estar envolvido na questão da crise mundial da água é o surgimento de atividades empresariais aplicadas ao mercado de distribuição e potabilidade da água em vários pontos do mundo, pois diversas cidades não têm recursos, nem acesso à oferta de capitais e por isso vêm sendo obrigadas a recorrer a empresas para explorarem o acesso à água das populações, como uma atividade lucrativa, portanto, como uma commodity. Já se fala até na criação de uma organização internacional idêntica à que controla o mercado do petróleo, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Surgiria, então, a OPEA (Organização dos Países Exportadores de Água), o que evidentemente terá, se for implementado, repercussões diretas sobre a Amazônia. (RIBEIRO, 2005, p. 509)

Em suma, a água representa uma dimensão essencial da segurança humana, cuja gestão estratégica é fundamental para assegurar o seu acesso como um direito fundamental, “de modo a estender os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário às grandes massas que deles não usufruem.” (BECKER, 2015b, p. 202) Num contexto presente e futuro de grande escassez global, os recursos hídricos realçam a importância da Amazônia Sul-Americana, mas, concomitantemente, exigem dos seus Estados políticas públicas responsáveis, interna e externamente, “sendo necessária uma ação coordenada para uma melhor gestão, uma exploração mais sustentável e um acesso mais igualitário aos recursos hídricos.” (MILANI et al, 2014, p. 36) Logo, a cooperação é uma oportunidade visando uma gestão integrada, como pontua Becker (apud RIBEIRO, 2005, p.510): “a Amazônia sul-americana poderia ser capaz de tornar a água efetivamente um bem comum para a população regional e mundial, mediante a comercialização de técnicas e métodos de gestão desenvolvidas numa cooperação pacífica.”

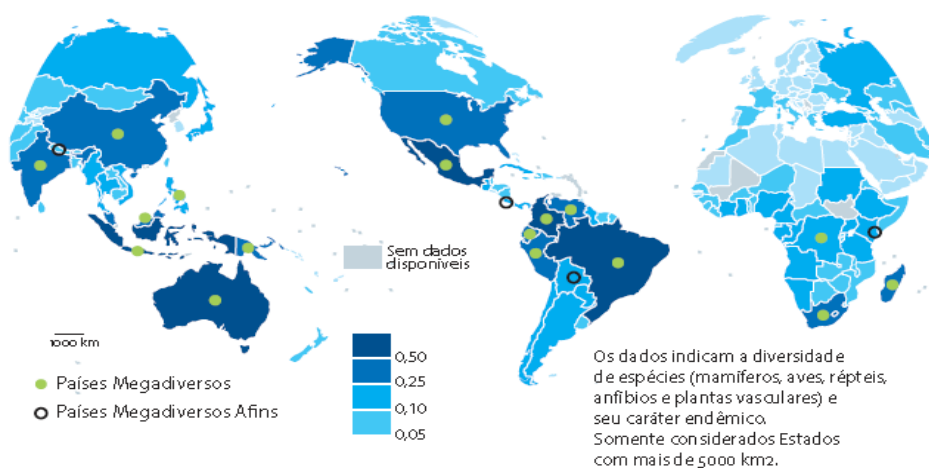
### 3.1.2.2) Biodiversidade

A outrora alcunhada diversidade biológica no século XX passou a ser denominada biodiversidade <sup>183</sup>, a especiaria amazônica do século XXI (BECKER, 2015c, pp. 38-74). Conforme definição da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU,

*por 'diversidad biológica' se entiende la variabilidad de organismos vivos de cualquier fuente, incluidos, entre otras cosas, los ecosistemas terrestres y marinos y otros ecosistemas acuáticos y los complejos ecológicos de los que forman parte; comprende la diversidad dentro de cada especie, entre las especies y de los ecosistemas. (ONU, 1992, p. 3)*

Na América do Sul, o sistema montanhoso andino possui um papel fundamental na compreensão da presença e distribuição dessa enorme diversidade, uma vez que cria uma combinação complexa de climas, solos e microambientes que possibilitam uma diversificação biológica. (UNASUR, 2015, p. 327) Desta forma, a região amazônica abriga cinco dos 17 países mega diversos <sup>184</sup> no mundo: Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, com “cerca de 1.500.000 a 2.000.000 de espécies vegetais e animais, das quais foram até agora classificadas no máximo 500.000, o que traduz sua enorme riqueza e potencial em recursos genéticos.” (BECKER, 2015c, pp. 70-71)

**Figura 19 - Biodiversidade no mundo (indicador de biodiversidade, em 2002)**



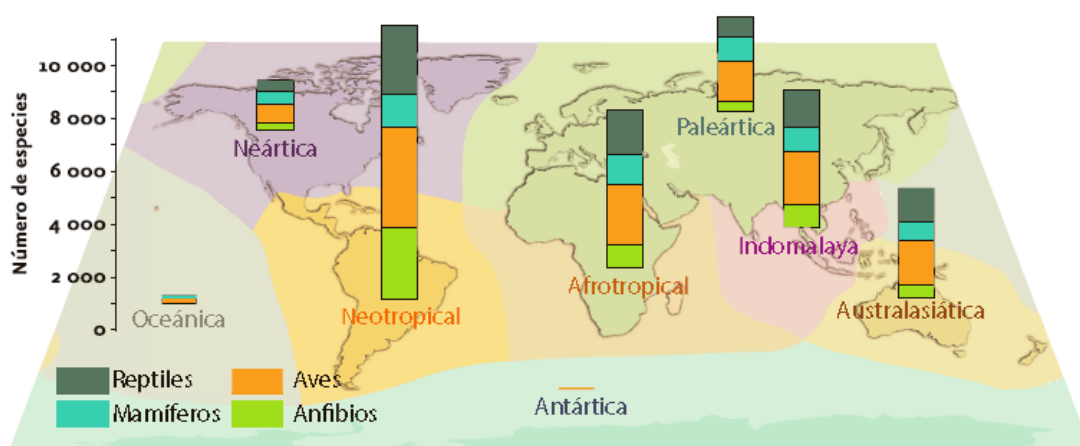
Fonte: MILANI et al, 2014, p.40.

183 “Esse termo, assim como capital natural e desenvolvimento sustentável, é recente, surgindo na década de 1980 em decorrência do novo patamar de seu aproveitamento, muito mais amplo e complexo, graças às novas tecnologias.” (BECKER, 2015c, p. 41)

184 “De acordo com Llorente-Bousquets e Ocegueda. (2008), os países mega diversos contêm uma ou mais das seguintes características: posição geográfica: muitos estão na zona tropical, onde há maior diversidade de espécies. Diversidade de paisagens: a complexidade das paisagens com montanhas conferem diversidade de ambientes, solos e climas. Isolamento: a separação de ilhas e continentes permitiu o desenvolvimento de floras e fauna únicas. Tamanho: tamanho maior, maior diversidade de paisagens e espécies. História evolutiva: alguns países estão em áreas de contato entre duas regiões biogeográficas onde faunas e floras são misturadas com histórias diferentes. Cultura: Embora o desenvolvimento da cultura seja recente em relação à formação de espécies, a domesticação de plantas e animais contribuiu para a riqueza natural.

Abrigando um terço das plantas conhecidas e contendo mais de 40% das espécies vegetais e animais do mundo, entre 50 e 80% de toda a biodiversidade (Anexo 19) numa área inferior a 15% da superfície da Terra (UNASUR, 2015, pp. 322-324), conta com a maior reserva de floresta tropical do mundo. Somente no Brasil, país mais mega diverso do mundo, estima-se que existam pelo menos 30.000 espécies de plantas, 311 mamíferos, 1.300 aves, 163 anfíbios e 1.800 peixes de água doce. (UNASUR, 2015, p. 326)

**Figura 20 – Número de espécies conhecidas por região biogeográfica**



Fonte: UNASUR, 2015, p. 324.

Ressalta-se a importância da Amazônia para a ciência contemporânea mundial, cuja valorização é condicionada pela “natureza como fonte de informação para a biotecnologia, apoiada na decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade” (BECKER, 2015b, p. 193), com potencial econômico em níveis de competitividade de usos sustentáveis. (Anexo 20) Por exemplo, citam-se as frutas, como o camu-camu<sup>185</sup>, a pupunha<sup>186</sup>, o cubiu<sup>187</sup>, o guaraná<sup>188</sup>, o babaçu<sup>189</sup>, o murici<sup>190</sup>, o açaí<sup>191</sup>, o cupuaçu<sup>192</sup>; fármacos, como a andiroba<sup>193</sup>,

185 O camu-camu (*Myrciaria dúbia* H. B. K. (McVough)) possui o segundo maior teor de vitamina C no mundo, trinta vezes mais do que a laranja, perdendo apenas para a fruta australiana Kakadu plum.

186 A pupunha (*Bactris gasipaes* (Kunth)) é uma espécie de palmeira rica em vitaminas.

187 O cubiu (*Solanum sessiliflorum*) é um fruto bastante nutritivo, usado pelas populações tradicionais como alimento, medicamento e cosmético.

188 O guaraná (*Paullinia cupana*) é um estimulante, domesticado pelos índios Sateré-Maué, consumido como remédio para combater enxaquecas, sedativo e calmante, nas convalescenças, como tônico cardiovascular, regulador intestinal e para prevenir a arteriosclerose, além de ser amplamente utilizado em refrigerante.

189 O babaçu (*Attalea speciosa*) pode suprir grandes necessidades de cálcio, fósforo e potássio.

190 O murici (*Byrsonima crassifolia* (L.) Rich) tem propriedades antioxidantes.

191 O açaí (*Euterpe oleracea*) possui gorduras benéficas que auxiliam na redução do colesterol ruim, além de ser utilizado no setor de fármacos e cosméticos.

192 O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) é rico em vitaminas, utilizado na fabricação do famoso cupulate, além de suas sementes e sua polpa serem utilizadas para tratamento gastrointestinal.

193 A andiroba (*Carapa guianensis*) é um repelente natural, usado no combate à febre e vermífugo.

a copaíba<sup>194</sup>, o mulateiro-da-várzea<sup>195</sup>, a muirapuama<sup>196</sup>, o cipó-mariri<sup>197</sup>, o jaborandi<sup>198</sup>; e cosméticos, como óleos de castanha-da-amazônia, andiroba, babaçu, buriti, patauí, e o pau-rosa (ingrediente-chave para o famoso perfume Chanel nº 5), dentre milhares de outros produtos potenciais.

Confere-lhe, assim, o *status* de fronteira científico-tecnológico, cujo baixo conhecimento da potencialidade biogenética amazônica é um fato incontestável diante das suas possibilidades de uso, fazendo com que a Amazônia Sul-Americana esteja na pré-história<sup>199</sup> do aproveitamento das florestas tropicais.<sup>200</sup>

O potencial econômico da Amazônia está na sua riqueza biológica; ela é o maior banco genético do planeta, contendo provavelmente 30% do estoque genético do mundo, a maior fábrica mundial de produtos farmacêuticos e bioquímicos e a maior fonte para o conhecimento do funcionamento dos sistemas vivos e para recombinação de genes neles contidos, base da engenharia genética. Como tal, torna-se o “paraíso experimental” técnico-científico contemporâneo, base da frente transnacional da engenharia genética que prenuncia o século XXI. (BECKER, 2015b, p. 76)

Entretanto, a perda de diversidade biológica, principalmente devido ao desmatamento, é uma ameaça que paira sobre espécies e ecossistemas devido a efeitos adversos gerados por impactos humanos. Especificamente para a Amazônia Sul-Americana, há uma tendência geral crescente nas cinco principais pressões sobre a biodiversidade: degradação da terra, mudança

194 O óleo de copaíba (*Copaifera* sp.) é um cicatrizante, anti-inflamatório e anticancerígeno, e na indústria cosmética é utilizado como fixador de perfumes e de tintas (vernizes, laca).

195 O mulateiro-da-várzea (*Calycophyllum spruceanum* Benth.), também conhecido como escorrega-macaco, recupera a pele danificada, atua como protetor solar e cremes contra envelhecimento.

196 A raiz da muirapuama (*Ptychopetalum Olacoides* Bentham) é vendida como remédio para a impotência.

197 O cipó-mariri ou caapi (*Banisteriopsis caapi*), também conhecido como ayuhasca ou iagê, é um alucinógeno com finalidades principalmente religiosas.

198 O jaborandi (*Pilocarpus pennatifolius*) é utilizado no tratamento de artrites, glaucoma e para o uso cosmético (como tônico capilar).

199 “Estamos na pré-história do conhecimento sobre as propriedades medicinais da flora e da fauna amazônica. Menos de 5% das plantas e 1% dos invertebrados foram devidamente estudados para os diferentes fins medicinais na Amazônia. A pesquisa científica da medicina da floresta, na Amazônia, ainda é muito desvalorizada e conta com pouco apoio do governo. Falta tudo: prestígio nas esferas públicas, continuidade nas políticas, verbas estáveis, equipamentos e, principalmente, apoio aos pesquisadores – necessitam de muitos anos para conhecer as propriedades e os efeitos dos princípios ativos, bem como para estudar como será possível retirá-los da natureza de forma sustentável.” (MEIRELLES FILHO, 2006, p.284)

200 “Sobre a biodiversidade amazônica especificamente, o cientista João Murça Pires, do Museu Paraense Emílio Goeldi, apresentou por ocasião do SINDAMAZÔNIA, um excelente estudo sobre o Inventário Florístico da Amazônia (ob. cit., pág. 101), os diversos estágios de evolução do conhecimento biológico da Região; desde a fase pré-indígena até ao estudo integrado dos ecossistemas que é a fase em que se espera que especialistas de vários campos do conhecimento possam assumir o estudo continuado do ecossistema regional. Só a partir de então será possível maximizar as políticas de manejo florestal que possibilitem prevenção da extinção das espécies. Quanto ao inventário faunístico da Amazônia, o cientista William Laslie Overal, do Museu Paraense Emílio Goeldi, por ocasião do SINDAMAZÔNIA (ob. cit., pág. 105), ressaltou em seu estudo, não só a importância, como a dimensão ciclópica desse inventário. Estudos já realizados contêm estimativas que bem dão a dimensão desse levantamento: 2.500 a 3.000 espécies de peixes; - cerca de 900 espécies de aves; 20.000 de insetos; 36 de primatas. Esse inventário, porém, é extremamente difícil, pela diversidade do ecossistema que ressalta a heterogeneidade da Região, um verdadeiro mosaico de habitantes para a fauna: igapós, várzeas, terra firme, campinas, savanas, manguezais, pântanos, canaranais, tabocais, etc.” (RIBEIRO, 2005, pp.302-303)

climática, contaminação por nutrientes, uso insustentável e espécies exóticas invasoras. (UNASUR, 2015, pp. 327-329)

De acordo com o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), houve um progresso considerável em direção à conservação da biodiversidade na região, como evidenciado pelo aumento substancial de Áreas protegidas (dobrando entre 1990 e 2008), o desenvolvimento de novas políticas e leis, os importantes esforços feitos na restauração de ecossistemas e no planejamento territorial. (UNASUR, 2015, p. 328) Adicionalmente, foi estabelecido o Protocolo de Nagoya (2014), um acordo multilateral vinculado à Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), que possui como objetivo garantir que os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais a eles associados sejam distribuídos equitativamente e utilizados de forma sustentável, a favor da conservação da diversidade biológica.

*Existen, entre otras, tres razones principales por las que se da cuenta la necesidad de avanzar y establecer mecanismos de conservación de la biodiversidad: 1) porque constituye una de las propiedades fundamentales de la naturaleza, responsable del equilibrio y la estabilidad de los ecosistemas; 2) porque se cree que tiene un enorme potencial económico, especialmente la biotecnología; y 3) porque se cree que se está deteriorando, con una mayor tasa de extinción de especies, debido al impacto de las actividades humanas. (UNASUR, 2015, p. 329)*

O potencial da Amazônia para o uso medicinal poderia alcançar dezenas de bilhões de dólares. Exemplos práticos alinhados da convergência entre ciência e tecnologia com a biodiversidade amazônica vem aumentando exponencialmente: foi descoberto um gene de um microrganismo que decodifica uma enzima que transforma celulose em açúcar, o que pode aumentar em 50% a produção de etanol a partir da cana; foi desenvolvido um grampo de sutura, de uso medicinal, que replica o formato da mandíbula de uma formiga cortadeira; se tem estudado a fabricação de uma pele artificial, a ser aplicada em pessoas queimadas, usando nanopartículas de uma argila da Amazônia (BENJAMIN, 2019, p. 19); foi criado um plástico biodegradável a partir da fécula do cará<sup>201</sup>; é estimado que setenta por cento das plantas com propriedades anticancerígenas (cerca de 1.400) seja oriunda das florestas tropicais. (MEIRELLES FILHO, 2006, pp. 281-282)

A biodiversidade vem se transformando num negócio lucrativo (e com um vastíssimo campo de expansão), com o desenvolvimento da biotecnologia e com todos os demais aspectos interligados, quais sejam: as indústrias de novos materiais, as pesquisas biológicas de novas fontes de energia, os novos remédios e tratamentos médicos com a engenharia genética, a nova agropecuária com o melhoramento genético de animais

---

201 Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/em-manau-pesquisadora-cria-plastico-biodegradavel-a-partir-da-fecula-do-cara/>

e plantas, inclusive com a futura produção in vitro numa escala gigantesca etc. (VESENTINI, 2009, p. 164)

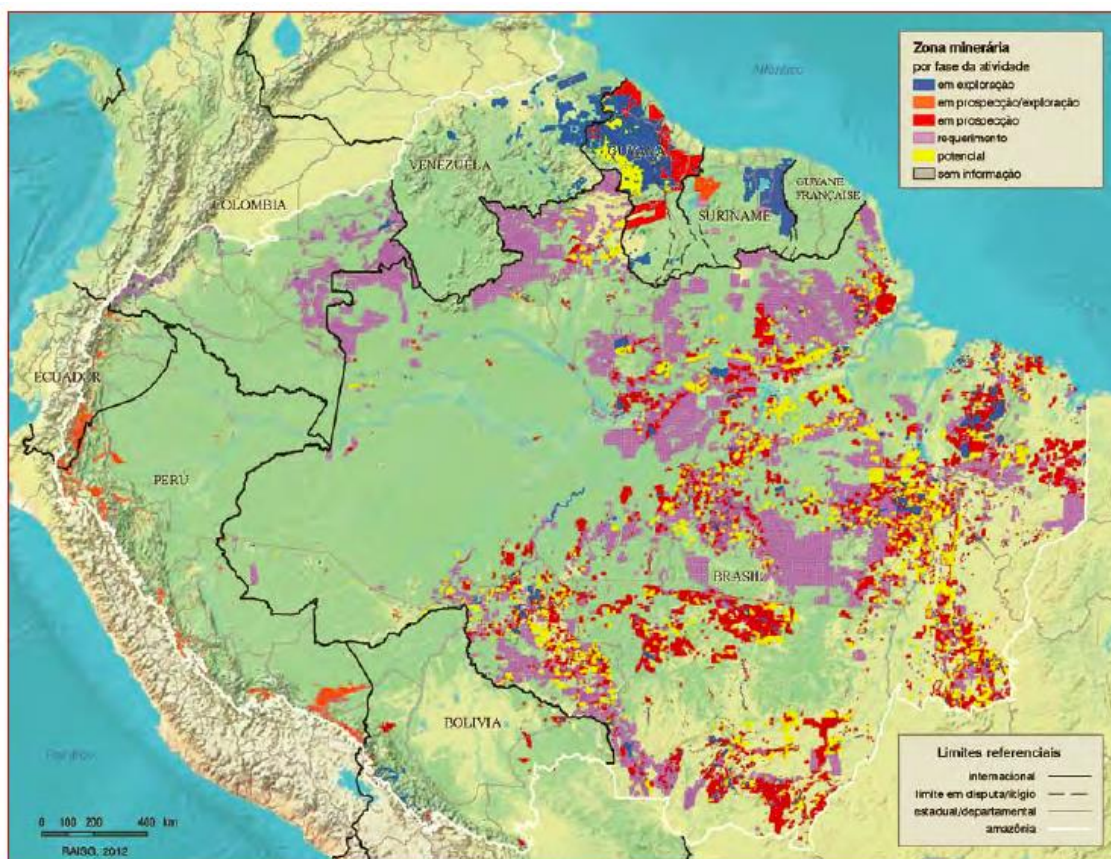
Em suma, existem expectativas de maiores benefícios econômicos oriundos de patentes e de novas tecnologias com base no estudo de sua biodiversidade, cuja preservação e a exploração sustentável desse potencial passam por desafios, como o avanço no conhecimento a respeito da fauna e da flora amazônicas.

### 3.1.2.3) Recursos minerais e energéticos

Os recursos minerais são fatores materiais clássicos da potência estatal, estratégicos para as economias nacionais no sistema internacional, sejam eles metálicos – valorizados por suas propriedades físico-químicas e utilizados em termos produtivos – ou energéticos – como é o caso do petróleo. A autossuficiência em energia e matérias-primas diminui a dependência de um Estado e pode vir a potencializar suas capacidades geoeconômicas e geopolíticas, uma vez que o seu controle influencia “a capacidade e o custo do projeto de desenvolvimento de outros Estados, que se tornam sensíveis às decisões políticas do exportador.” (MILANI et al, 2014, p. 38)

Em termos comparativos globais, os recursos minerais sul-americanos são abundantes, revelando-se uma das mais importantes reservas mundiais (Anexo 21) e sendo utilizados nas políticas nacionais de desenvolvimento como bens fundamentais. Na Amazônia Sul-Americana, a maioria das reservas encontra-se na faixa de transição dos planaltos Central e das Guianas para a planície amazônica, assim como nas encostas da cordilheira dos países andinos. Os empreendimentos localizam-se, principalmente, na região de *Madre de Dios*, no Peru, fronteira com a Bolívia; no sudeste equatoriano, nas províncias *Morona-Santiago* e *Zamora-Chinchipe* com os projetos Fruta do Norte e Mirador; na região de exploração de bauxita na Guiana; no projeto Carajás, na Mina do Pitinga e no projeto Juruti, no Brasil. (RAISG, 2012, p. 32)

**Figura 21 – Fases de atividades minerárias na Amazônia (2012)**



Fonte:

Fonte: RAISG, 2012, p. 32.

Seja através de plantas industriais de exploração ou de lotes em prospecção (além da atividade realizada ilegalmente), a mineração é uma fonte substancial de renda e crescimento econômico para os países da região. As zonas com interesses minerários – sejam elas de exploração, pesquisa, requerimento ou potencial – somam 1,6 milhão de km<sup>2</sup>, representando 21% da Amazônia. Todos os países amazônicos possuem zonas minerárias em alguma de suas diferentes fases, sendo a Guiana o país que tem a maior parte de seu território amazônico coberto por zoneamentos, seguido pelo Brasil, maior em termos absolutos<sup>202</sup>. A propriedade dos recursos minerais é dos Estados, mas a existência de um variado conjunto de legislações não restringe o direito de realizar concessões a terceiros para prospecção, exploração e comercialização, sejam eles atores nacionais ou internacionais. (RAISG, 2012, pp. 30-37)

202 “A Guayana é o país com maior porcentagem de zonas minerárias em todas as categorias (67,5%), seguido pelo Brasil com 27% e Suriname com 18,6%. O país com menor proporção de zonas minerárias na Amazônia é a Bolívia, com 0,8%. Com relação ao número de zonas minerárias, 80,5% se encontram no Brasil e 11% no Perú. [...] De acordo com a análise das categorias de zonas minerárias por países, observa-se que na Guayana e na Bolívia a maior parte da superfície se encontra em fase de pesquisa. No Ecuador e no Perú a maior proporção corresponde a zonas em pesquisa/exploração. Na Colômbia e no Brasil a maior proporção corresponde a zonas em fase de requerimento.” (RAISG, 2012, p. 33)



Além das imensas reservas de minério de ferro (na Serra dos Carajás, no Pará, e no Complexo Imataca, na Venezuela), bauxita e alumina (em Paragominas, no Pará, em Aroaima, na Guiana, Lelydorp, no Suriname, e Bolívar, na Venezuela), estanho (na província estanífera de Rondônia, em Pitinga, no Amazonas) (RODRIGUES, 2016b, p. 87), e da produção em menor escala de manganês, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, platina, paládio, ródio, tungstênio, zircônio, urânio, existem três minerais metálicos que merecem destaque devido à sua aplicabilidade nos próximos ciclos científico-tecnológicos e econômicos: o nióbio (em São Gabriel da Cachoeira e Presidente Figueiredo, no Amazonas), o tântalo (na mina de Pitinga, em Presidente Figueiredo, no Amazonas) e as terras raras (em Carajás, no Pará, e nas reservas do Morro Seis Lagos, na Terra Indígena Balaio, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e na Serra do Repartimento, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima).

O nióbio é um mineral considerado fundamental para a indústria de alta tecnologia e um dos metais mais resistentes à corrosão e a temperaturas extremas. É altamente concentrado em termos produtivos e geográficos (apenas dois países produzem em quantidade significativa e existem apenas três produtores em todo o mundo). Em 2017, o Brasil possuía 80,2% das reservas mundiais e 87,8% da produção mundial (USGS, 2019, p. 115), concentrada em Minas Gerais e Goiás, sendo incipiente – ainda que uma janela de oportunidade – na região amazônica. (BRASIL, 2019, p. 135) Com distintas aplicações<sup>203 204 205</sup> e com novos

---

203 O ferro-nióbio padrão é usado na fabricação de aços de alta dureza, resistentes ao calor e à corrosão, aplicados na indústria automotiva, engenharia civil, setor petroquímico, em usinas de energia e oleodutos e gasodutos; os metais e ligas são empregados como supercondutores em aceleradores de partículas e na área médica, por exemplo, para ressonâncias magnéticas ou em implantes ortopédicos; os óxidos são aproveitados no campo da eletrônica e nanotecnologia, em aplicações ópticas para revestimento de lentes de câmeras, em vidro para telas de computador, condutores de fibra óptica e telefones celulares, na produção de cerâmica fina, ou como catalisador no setor de tecnologia; e o ferro-nióbio de alta pureza é utilizado em superligas na indústria aeroespacial para motores de aeronaves, geração de energia, entre outros. (UNASUR, 2015, p. 179)

204 “Cientistas russos desenvolveram ligas metálicas com elasticidade de ossos humanos, utilizando elementos como nióbio, titânio e zircônio, podendo prolongar o prazo de implantes médicos. O tecido ósseo por muito tempo foi considerado único pelas suas características: ao mesmo tempo, ele é flexível e sólido, o que lhe permite funcionar no organismo dezenas de anos com cargas permanentes cíclicas. Mas, às vezes, ossos são danificados ao ponto de ser necessário substituí-los. A liga de Nióbio-Titânio-Zircônio é mais resistente que outras ligas já desenvolvidas e são mais resistentes ao impacto do agressivo organismo humano. Graças à flexibilidade igual ao do osso, os implantes desta liga são muito mais duráveis. Com as barras metálicas recebidas planeja-se fazer vigas para os sistemas de fixação perpendicular da coluna vertebral. Tais sistemas são fixados na coluna pelos pequenos pêndulos das vertebrae. Eles são aplicados no tratamento de complexas escolioses. A nova liga super-resistente também pode ser usada na medicina personalizada. Os cientistas aprenderam a criá-lo em pó, tornando-o adaptável a outras tecnologias. Por isso, com ajuda de impressoras 3D, com o pó poderão fazer implantes de metal a um nível de porosidade necessário. Possivelmente no futuro, a tecnologia do novo material será aplicada como método funcional da estabilização na cura de várias doenças degenerativas e deformações da coluna vertebral, entre outras aplicações na traumatologia e ortopedia.” (BRASIL, 2019, pp. 136-137)

desenvolvimentos – principalmente no campo da nanotecnologia e, inclusive, em projetos de fusão nuclear –, o nióbio vem se transformando num mineral altamente crítico e estratégico, onde se espera que os principais consumidores sejam países em desenvolvimento ou desenvolvidos. Em 2011, um grupo de companhias asiáticas adquiriu 30% do capital da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora mundial de nióbio, por 4 bilhões de dólares. Estão entre as novas acionistas as japonesas *Nippon Steel* e *JFE Steel*; a sul coreana *Posco*; e as chinesas *BaoSteel*, *Anshan*, *Tisco* e *Shougang*. (RODRIGUES, 2016a, pp. 74-77) Além disso, desde 2018, está na lista de 35 minerais críticos do Departamento do Interior dos EUA. (USGS, 2019, p. 115)

O tântalo é um metal extremamente resistente a altas temperaturas, essencial para componentes da indústria eletrônica e concentrados para a produção de ligas e óxidos. Também é utilizado em gasodutos e na indústria espacial, em que os carbonetos de tântalo são aproveitados em ferramentas de corte e superligas na indústria aeronáutica para a fabricação de turbinas espaciais. (BRASIL, 2019, p. 162). Uma vez que o seu mercado principal consiste em produtos industrializados, como na fabricação de capacitores de computadores e celulares, a previsão é que a produção de tântalo se eleve nos próximos anos, destinando-se para países que detêm tecnologia de ponta. O Brasil possui porcentagem significativa das reservas mundiais de tântalo, mas vem diminuindo consideravelmente sua produção, chegando a 0,6% da produção mundial, em 2017 (USGS, 2019, p. 165). As reservas brasileiras estão localizadas principalmente na Mina do Pitinga<sup>206</sup>, de propriedade do grupo peruano *MINSUR S.A.*<sup>207</sup>. Uma vez que existe uma recomendação do Conselho de Segurança da ONU em não comercializar columbita-tantalita extraída da República Democrática do Congo – que possui as maiores reservas mundiais – devido ao possível financiamento de conflitos, este fato pode gerar uma alta nos preços do minério. (BRASIL, 2019, p. 162)

---

205 “Ainda no que tange à aplicabilidade do nióbio, a Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) desenvolveu um novo tipo de açúcar que não engorda, não provoca cáries e pode ser usado por diabéticos. O açúcar FOS (sigla de fruto sacarídeos) não engorda porque sua molécula é muito grande para ser quebrada pelo organismo. Por causa do seu tamanho, o FOS também não consegue ser metabolizado pelos organismos que ficam alojados na boca e que causam a cárie e as placas dentárias. A metodologia desenvolvida pela UNICAMP emprega uma liga de nióbio e de grafite para imobilizar a enzima que irá produzir o açúcar, onde vários produtos com FOS poderão ser processados.” (RODRIGUES, 2016a, pp.74-77)

206 Ainda na região amazônica, podem ser citadas inúmeras reservas menores no Alto e Médio Rio Negro, situadas nos municípios de Barcelos e São Gabriel da Cocheira, e também nos estados de Roraima, Rondônia e Amapá. (BRASIL, 2019, p.161)

207 “A Mineradora Peruana Minsur, dona da Mineração Taboca, deve investir até 12 milhões na mineradora brasileira. Um dos projetos da Minsur e o de duplicar a produção de columbita-tantalita na mina do Pitinga, onde se planeja construir uma planta de flotação para aumentar a taxa de recuperação do estanho, nióbio e tântalo. A companhia pretende iniciar a construção assim que concluir os estudos de viabilidade.” (BRASIL, 2019, p.162)

As terras raras consistem num grupo de dezessete elementos relativamente abundantes na crosta terrestre, mas com concentrações possíveis de mineração reduzidas e de difícil extração, com poucos e ineficientes substitutos disponíveis. Esses fatores engendram uma significância econômica e tecnológica altamente elevada, haja vista que o Departamento do Interior dos EUA, em coordenação com outras agências do ramo executivo, incluiu as terras raras na lista de minerais críticos. (USGS, 2019, p. 133) São utilizadas crescentemente na área de alta tecnologia, com uma diversidade de propriedades – nuclear, metalúrgica, química, catalítica, elétrica, magnética e óptica – e aplicações, como ímãs permanentes para turbinas de energia eólica e motores miniaturizados, refino de petróleo, composição e polimentos de vidros e lentes especiais. (BRASIL, 2019, p. 164) Apesar do Brasil somente possuir 1,3% da produção mundial de terras raras em 2017, suas reservas são estimadas em 18,3%, majoritariamente concentradas – e algumas, ainda não catalogadas – na região amazônica. (USGS, 2019, p. 133) Os preços das terras raras são artificialmente rebaixados e controlados pela China, com suas reservas mundiais em 42,3%, afetando o desenvolvimento de projetos fora daquele país.

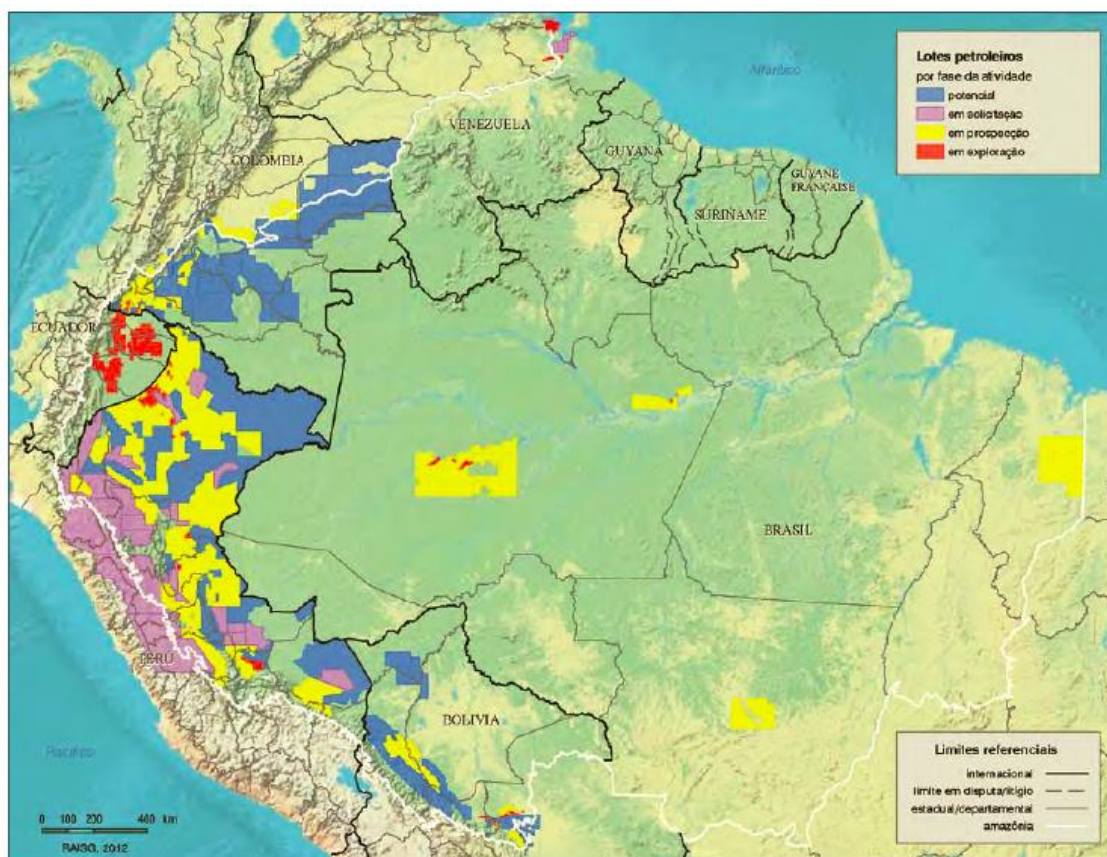
Presumida como fonte energética do século XX, o petróleo não pode ser desconsiderado num contexto amazônico, uma vez que o “ouro negro” possui participação significativa em alguns países da região. Simultaneamente, as crescentes elevações da demanda e do preço mundiais vêm possibilitando atividades de prospecção e exploração na Amazônia Sul-Americana.

Em 2012, existiam 81 lotes petrolíferos em exploração, 246 lotes com interesses e 327 lotes com potencial de exploração, que ocupavam 1,08 milhão de km<sup>2</sup>, ou 15% da Amazônia. Desse total, 24 empresas realizavam a exploração, mas somente nove possuíam o controle de 78% das operações, além de 80% se concentrarem na Amazônia andina. As maiores superfícies destinadas à atividade petrolífera em todas as suas fases estão no Peru (84%), Colômbia (40%) e Equador (21%). A Colômbia possui o maior número de lotes demarcados, com 102. O Equador é o país com maior superfície de lotes petrolíferos em exploração na Amazônia, com a famosa contenda petrolífera de Yasuní <sup>208</sup>. A Venezuela não possui demarcações significativas, uma vez que suas principais reservas se encontram fora da região. (RAISG, 2012, pp. 24-29)

---

208 “Desde os anos 90, organizações civis do Equador trabalham pela moratória à exploração de petróleo na região do Yasuní, onde povos indígenas vivem em isolamento.” (RAISG, 2012, p. 25)

**Figura 22 - Lotes petrolíferos na Amazônia, por fase de atividade**



Fonte:

Fonte: RAISG, 2012, p.26.

Dentre as problemáticas, rotineiramente são desconsiderados os impactos socioambientais <sup>209</sup>, com a ausência de um marco político e normativo que incorpore salvaguardas para a proteção ambiental. Os interesses mineiros e petrolíferos, concentrados na periferia da Amazônia Sul-Americana, permitem, inclusive, que haja zonas no interior de Áreas Protegidas e Territórios Indígenas. (RAISG, 2012, p. 30) Alinhado ao garimpo ilegal, os interesses nesses territórios vêm preocupando as populações locais, impactando na qualidade da água, na contaminação do solo, na devastação da floresta tropical, nas mudanças

209 "Em 2012 foi declarada na Colômbia uma moratória às atividades minerárias na região amazônica; o acúmulo de requerimentos de concessão levou o governo a atender ao pedido do setor socioambiental e, em aplicação do princípio de precaução, foi determinada a suspensão preventiva da outorga de títulos minerários até que se tenham desenvolvido, em um prazo máximo de 10 anos, os processos de seleção objetiva necessários para conceder os 201 lotes minerários previstos nesta região. Paralelamente, o Brasil promove a exploração minerária em grande escala na Amazônia, enquanto avança no Congresso Nacional um Projeto de Lei para autorizar definitivamente a prospecção e exploração minerária em terras indígenas. [...] Apesar das legislações vigentes, as atividades de mineração ilegal aumentaram em toda a região durante as duas últimas décadas, produzindo impactos cada vez maiores e mais incontornáveis, colocando em risco muitas vezes a saúde de comunidades locais inteiras. A contaminação da água com metais pesados, como mercúrio, produz sequelas de longa duração nas comunidades expostas aos rios contaminados, mesmo quando se encontram a grandes distâncias das minas." (RAISG, 2012, p. 30)

de comportamento e distribuição de espécies e na introdução de vetores de doenças. (RAISG, 2012, p. 24)

Complementarmente, apesar da magnitude e importância desses recursos existentes na Amazônia Sul-Americana, é paradoxal que a região não possua informações próprias que registrem com precisão dados como os mencionados acima – oriundos de fontes estrangeiras – que são essenciais para estabelecer estratégias de gestão e exploração de ativos próprios. (UNASUR, 2015, p. 61) Em vista disso, a necessidade de inventariar, quantificar e sistematizar informações é um objetivo instrumental de enorme valor para o desenho de estratégias e políticas de gestão, conservação e exploração sustentável.

*En efecto, la comprensión de la evolución del sector y mercado minero a futuro requiere necesariamente de la consideración de factores que van más allá de variables econométricas y abarcar variables de tipo sociales –crecimiento demográfico, tendencias de los consumidores, etc.–, tecnológicas –sustitutos de los minerales, nuevos procedimientos de extracción, nuevos usos, etc.–, económicas – crecimiento económico mundial, políticas fiscales, acceso al capital, etc.–, ambientales –tendencia al desarrollo sustentable y la economía verde, adaptación de la industria a nuevas políticas ecológicas, etc.– y geopolíticas –nivel de intervención de los estados en el mercado, nacionalización de los recursos, proteccionismo, corrupción, estabilidad o inestabilidad de regiones, entre otras– que conformarán el entorno futuro. (UNASUR, 2015, p. 73)*

Imprescindivelmente, a exploração dos recursos minerais e energéticos requer preocupações socioambientais, com a implementação de instrumentos de planejamento que considerem e incorporem a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais nos planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais, com incrementos tecnológicos baseados em pesquisas estabelecidas por centros, institutos e/ou organizações públicas e privadas.

#### 3.1.2.4) Florestas tropicais e terras

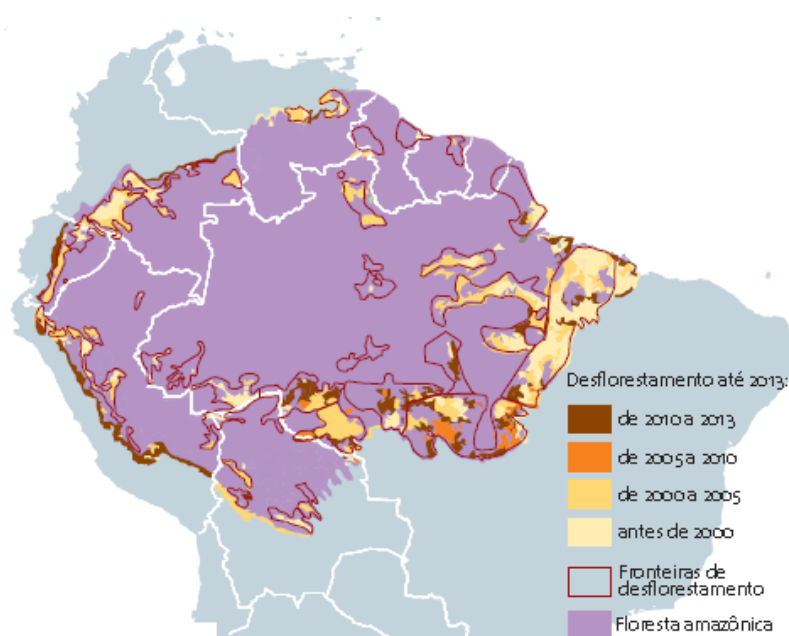
A Amazônia Sul-Americana compreende uma variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, com vegetações de terrenos inundáveis e de terra firme, além de campos, cerrados e áreas de transição. (BECKER, 2015b, p. 70) Representando esse conjunto, a cobertura das florestas tropicais amazônicas corresponde a mais da metade do restante desse ecossistema no planeta, cerca de 6,5 milhões de km<sup>2</sup> (650 milhões de ha). (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 31) Tais florestas consistem em complexos domínios ecológicos, ainda que altamente desconhecidos; são, portanto, ativos estratégicos em distintas formas.

Os benefícios das florestas para a região amazônica e para o mundo são incomensuráveis, como serviços ecológicos relacionados às funções do ecossistema,

regularização climática, fixação de CO<sup>2</sup>, recuperação de fertilidade do solo, arrefecimento de cheias e decomposição de resíduos. (UNASUR, 2015, p. 323) Outro fator referente às florestas tropicais se relaciona à produção de madeira via manejo florestal sustentável <sup>210</sup> e certificado <sup>211</sup>, que, apesar de minoritário num quadro geral, envolvem possibilidades econômicas e técnicas para a cadeia de produção, inviabilizando operações predatórias.

A manutenção da “floresta em pé” é essencial para que essas externalidades positivas sejam efetivadas. Entretanto, visualiza-se que um dos maiores problemas geopolíticos da Amazônia Sul-Americana na contemporaneidade é a devastação florestal. Entre as principais causas encontram-se o aumento da fronteira agropecuária, a exploração florestal de madeira predatória, a extração mineira (com poluição dos recursos hídricos), a exploração petroleira, e a construção de infraestrutura (vias de acesso, represas e barragens, linhas de transmissão de energia), entre outros.

**Figura 23 – Avanço do desflorestamento da Amazônia Sul-Americana (2013)**



Fonte: LIMA et al., 2017, p.62

210 “Em geral, a exploração madeireira legal ocorre através de Concessões e Planos de Manejo Florestal de longo prazo ou como uma fase antecipatória da implementação de projetos agropecuários, quando jogam um papel importante na capitalização das empresas, como uma atividade pioneira que precede a formação dos pastos e as áreas de cultivo de grãos.” (RAISG, 2012, p. 15)

211 “Certificação é o processo independente que informa ao mercado que todas as exigências estão sendo cumpridas a contento. É o encontro das propostas ambientalistas com as da indústria madeireira responsável. [...] Na certificação, popularmente chamada de ‘selo verde’, avaliam-se diversos critérios ambientais e sociais, da mata à comercialização. A certificação por terceiros é a certificação por organizações independentes, de âmbito internacional, como o Conselho de Manejo Florestal (FSC), parte do sistema mundial Forest Stewardship Council. Essa independência é necessária para garantir que os produtores observem critérios de produção sustentável.” (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 290)

A floresta amazônica armazena aproximadamente 20% do carbono do planeta em suas árvores, fixado nas plantas sob a forma de anidrido carbônico. Uma vez que ela seja retirada – por exemplo, com a devastação florestal ocasionada pelas queimadas para a agropecuária –, a nova vegetação não conseguirá reter este carbono, gerando um desequilíbrio climático afetado diretamente pela ação antrópica.

Com isso, observa-se que a queima de florestas é uma das mais importantes causas do aumento do carbono na atmosfera e, por conseguinte, da elevação da temperatura. Segundo pesquisa realizada por Lawrence e Vandeca (2015, p. 27), o desmatamento tropical resulta em condições de acréscimo da temperatura e aumento do número de secas em escala local e global, elevando o risco à produtividade agrícola e na frequência das chuvas. Logo, reforça-se a importância da floresta como sorvedouro de carbono, contribuindo assim para mitigar o aquecimento global. Becker resume brilhantemente os efeitos reais do desmatamento:

A) A vegetação exerce influência marcante sobre o regime de chuvas, e poderá alterar o clima do planeta. Ela é uma das mais importantes fontes de calor para manter a circulação da atmosfera. Através da evapotranspiração, gera aproximadamente 50% do vapor de água necessário ao atual nível de precipitação na região e controla o balanço de energia. O desmatamento em grande escala representa, dentro deste aspecto, um fator crítico de alteração micro, meso e macroclimática: reduz a evapotranspiração, as chuvas e a quantidade de calor disponível para a circulação atmosférica global. B) a retirada da floresta implica a redução da proteção ao impacto das chuvas no solo e, como consequência, impede o armazenamento de água no subsolo, podendo acarretar inundações mais intensas durante o período das chuvas e a redução drástica da vazão dos rios durante o período mais seco. C) a Amazônia não é o pulmão do mundo. A grande quantidade de oxigênio liberado pela atividade fotossintética é, na verdade, utilizada pela própria floresta e por seus organismos. As florestas amazônicas representam, contudo, um reservatório significativo de carbono (cerca de 20% do planeta), absorvendo grande quantidade de gás carbônico, considerado o principal causador do “efeito estufa” (aquecimento gradual da atmosfera provocado pela absorção e retenção do calor solar por certos gases). Isto significa que sua queima pode levar a um aumento substancial na concentração relativa de CO<sup>2</sup> na atmosfera. Segundo alguns, somente na década de 1970 a destruição da floresta amazônica provocou a emissão de 336 toneladas de CO<sup>2</sup> para a atmosfera e, se toda a floresta fosse convertida em pastagem, a emissão seria de 50.000.000 de toneladas. (BECKER, 2015b, p. 75)

Nesse sentido, entre 1990 e 2005, foram perdidos cerca de 69 milhões de hectares de floresta, o equivalente a 7% da cobertura florestal de toda a região. No entanto, nos últimos anos, o ritmo vem diminuindo, inclusive na floresta amazônica brasileira, cujo desmatamento anual foi reduzido em mais de 74% em 2008-2009. Mesmo assim, o acumulado histórico é considerável, representando mais de 17% da área florestal original. (UNASUR, 2015, pp. 328-329) Um dos principais fatores para este fenômeno, principalmente no Brasil, é a conversão das florestas tropicais em terras para a agricultura e atividade pecuária. (MILANI et al, 2014, p. 41)

Segundo Lima et al (2017, p. 41), “o Brasil é o segundo maior exportador agrícola do mundo mas parte relevante de sua produção é destinada a fins não alimentares (70% da soja vira ração animal e 80% da cana, biocombustível).” Desde a década de 1970, quando se iniciaram processos de colonização dos territórios amazônicos, houve uma aceleração do desmatamento visando, sobretudo, a ampliação da fronteira agropecuária na Amazônia Sul-Americana<sup>212</sup>, intensificada nos anos recentes pelo processo de financeirização de terras e commodities agroindustriais, mantendo, inclusive, crises e inseguranças alimentares. (LIMA et al., 2017, p. 40)

A ação combinada de processos globais, nacionais e regionais, políticas contraditórias – ambiental e de desenvolvimento – alteram o povoamento da região, expressando-se territorialmente no embate entre três grandes padrões de uso da terra: a) a reprodução do ciclo de exploração da madeira/expansão da pecuária/desflorestamento; b) as experiências sustentáveis do extrativismo florestal e pesqueiro tradicional melhorados; c) a agropecuária capitalizada. (BECKER, 2015b, p. 191)

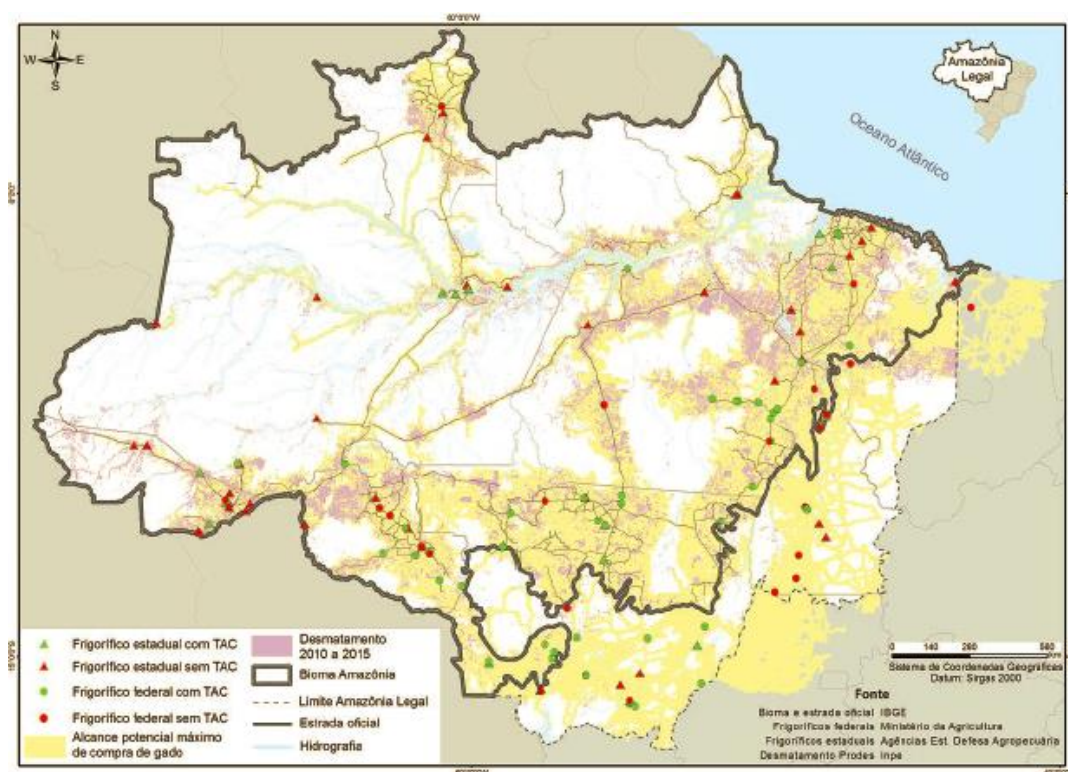
Ainda que as taxas de desmatamento tenham diminuído na última década, projetam-se aumentos para os próximos anos, haja vista a flexibilização da legislação ambiental de alguns países amazônicos e do aumento do preço internacional de bens primários (RAISG, 2012, p. 52), ratificando a expansão da agropecuária, principalmente, para o comércio internacional. No mapa abaixo, pode-se verificar que é sintomático a correlação entre o desmatamento das áreas florestais na Amazônia brasileira e as iniciativas de agropecuária.

---

212 “Na Panamazônia, o setor agropecuário tem sido historicamente um instrumento para a expansão da fronteira, mais que uma atividade consolidada com finalidade econômica. Na escala regional pode-se identificar seis tendências comuns: O desenvolvimento de atividades que viabilizam a ocupação da terra, sem maior articulação com as cadeias produtivas, prevalecendo um enfoque de setor primário e não de setor industrial ou de agregação de valor. Alta incidência de atividades extensivas e/ou de baixa produtividade relativa, mesmo em modelos tecnológicos e sociais diferentes. Escasso conhecimento – e reconhecimento – da diversidade de solos na região, muitos deles únicos e peculiares (por exemplo: cultivo estacional de várzea). A pastagem ocupa mais de 90% das áreas usadas para cultivos anuais, perenes ou agroflorestais. Alta incidência de problemas fitossanitários tanto no segmento primário quanto nos de processamento. Ausência, ou presença esporádica, de assistência técnica e extensão rural.” (RAISG, 2012, p. 14)



**Figura 24 – Áreas desmatadas entre 2010 e 2015 nas zonas potenciais de compra de gado dos frigoríficos ativos na Amazônia Legal em 2016**



Fonte: BARRETO, 2017, p. 58.

Ainda que a segurança alimentar seja um fator imperativo para toda e qualquer sociedade, ela somente será agravada se forem impulsionados o esgotamento dos recursos ambientais, o aquecimento global, o modelo produtivista na agricultura e o consumo não sustentável. (LIMA et al., 2017, p. 40) É uma possibilidade factível para os países da Amazônia Sul-Americana avançarem na intensificação do uso da terra em espaços incorporados à fronteira econômica, com a elevação da produtividade através da otimização dos espaços previamente delimitados, “ou seja, em conseguir maior produção em uma área de menor dimensão, o que, na Amazônia, pode vir a significar um movimento de desaceleração nas taxas de desmatamento.” (BECKER, 2015b, p. 243) Em outros termos, alcançar a eficiência econômica sem avançar nos territórios florestais, utilizando-se de desenvolvimento científico-tecnológico na agropecuária.

Na próxima seção, após a realização desse sucinto inventário e mapeamento da Amazônia Sul-Americana, realizar-se-á uma discussão acerca da tríade metodológica proposta pelo presente trabalho: geopolítica, desenvolvimento e integração, e como estes se relacionam com os recursos naturais. Desta forma, busca-se efetivar a importância dos

recursos naturais amazônicos no sistema internacional, ratificando a crescente pressão dos centros de poder mundial na região.

### 3.1.3 - Geopolítica e recursos naturais

A partir do momento em que os recursos naturais se tornam "campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática." (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 3), adquirem uma conotação geopolítica. Logo, um recurso natural estratégico é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista de produção e/ou manutenção da hegemonia regional e global (RAMOS, 2010a, p. 32), de difícil substituição e sujeito a algum grau de risco de oferta (KLARE, 2012, p. 166). De acordo com Ceceña e Porras (1995, p. 143-146), um recurso é considerado estratégico em função de três aspectos: 1) essencialidade: característica daquilo que é essencial para o sistema capitalista e referente ao processo de acumulação em seu conjunto, dos volumes consumidos produtivamente e qualitativamente, como medida da amplitude de sua participação na acumulação de capital através do tipo de indústria para o qual se destina seu consumo; 2) massividade: elementos utilizados em grande quantidade, que não podem ser retirados do processo de produção sem alterar a estrutura econômica, sendo considerados fundamentais ao sistema devido ao volume consumido quantitativamente na participação da acumulação de capital; 3) vulnerabilidade: refere-se à disponibilidade do mineral, seu grau de suficiência global, sua quantidade de reservas presentes no mundo, sua localização geográfica e as condições de pureza em que são encontrados, no qual pode ser combinado com várias condições técnicas e sociais que determinam o seu valor.

Klare (2012, p. 164) também agrega uma definição para o tema: a escassez, que denomina de "*critical minerals*", no qual a reduzida quantidade de reservas mundiais intensifica o fator competição no sistema internacional: "*materials that are essential to modern technology but are not abundantly available, either because their deposits are genuinely scarce or because they are concentrated in just a few problematic locations.*" (KLARE, 2012, p. 164)

Esta acepção leva a um quinto aspecto e de fundamental importância para o entendimento da geopolítica dos recursos naturais: o político. Este envolve a disputa pela acumulação de poder e riqueza dos recursos naturais entre Estados e/ou empresas em função da assimetria natural de sua dotação, *i.e.*, da sua desigual distribuição geográfica no mundo. Possui relação com a insegurança quanto ao suprimento dos recursos em que, a partir da

crecente importância, inevitável escassez e aumento da demanda <sup>213</sup>, contendas tendem a se acirrar no sistema internacional, alinhando o político ao fator militar.

A dinâmica mundial das questões de segurança se relaciona com a importância crucial da competição pelos recursos, em que, se não consiste no cerne da questão, ensejam a explicação de parte considerável dos acontecimentos nas relações internacionais. Dessa forma, a busca e proteção dos recursos naturais estratégicos amazônicos passam a constituir uma das funções primordiais de segurança a cargo do Estado. Neste contexto, o termo "*resource wars*" (BILLON, 2005) é utilizado na literatura sobre o tema, uma disputa internacional marcada pelo controle das reservas, produção e fornecimento, uma "*race for what's left.*" (KLARE, 2012, p. 12)

Como observa Le Billon (2005), a exploração de recursos vem provocando coalizões e disputas políticas internas em torno da apropriação da renda, que ensejam a disputa de atores externos estatais e não-estatais (Estados e empresas transnacionais, por exemplo) ao projetar seu poder e apoiar grupos que lhes sejam favoráveis na busca pelo controle de recursos naturais. Para Klare (2003, p. 43), três fatores são suscetíveis de introduzir novas tensões no sistema internacional: o crescimento da demanda em escala global, a escassez e a proliferação das disputas acerca da propriedade. Ainda, diante deste cenário, as principais potências mundiais vêm realizando uma procura mundial calculada para o controle desses recursos vitais dos quais são dependentes: guerras, pressões econômicas e/ou políticas sobre os Estados, intervenção direta e indireta de empresas transnacionais "são alguns dos mecanismos que ajudam a mitigar a dependência e vulnerabilidade diante desses recursos em territórios alheios." (CECEÑA; PORRAS, 1995, p. 145)

*Governments and giant corporations – or the two acting in conjunction – have adopted ambitious plans to explore uncharted areas, pursue legal claims to disputed territories, acquire exploration and drilling rights in promising resource zones, introduce new technologies for extractive operations in extreme and hazardous environments, and develop military forces that can operate in these regions.* (KLARE, 2012, p. 14)

As zonas de maior interesse serão aquelas que contenham maior quantidade e variedade de recursos estratégicos e, uma vez que os maiores consumidores dependem dos

---

213 A diminuição das reservas de recursos naturais e aumento da demanda consistem num fator fundamental de risco para o desenvolvimento dos países, mas, concomitantemente, outros fatores, contrários a este pensamento, são agregados: a descoberta de novas tecnologias em novas áreas de extração antes não existentes; melhor aproveitamento técnico dos recursos, evitando seu desperdício; novos elementos substitutos dos atualmente existentes, como o exemplo do petróleo substituindo o carvão no pós Segunda Guerra Mundial; e novas demandas socioambientais, que visam frear e modificar o padrão de consumo atual.

maiores produtores, a Amazônia Sul-Americana se apresenta como "zona recurso-estratégica" por excelência, segundo o inventário e mapeamento realizados previamente, além de estudos que demonstram a sua relevância no nível sul-americano e global. (BORON, 2013; BRUCKMANN, 2011; RODRIGUES, 2016b; SAXE-FERNÁNDEZ, 2009)

A agenda estratégica das Forças Políticas Externas possui na garantia do acesso as fontes de recursos vitais no exterior um axioma para o desenvolvimento de suas economias. Por dependerem da importação de determinados materiais indispensáveis, a proteção do fluxo mundial de recursos consiste numa preocupação crescente de sua política externa e de segurança. A política das grandes potências visa monopolizar áreas geoestratégicas, criar "cercos ou zonas privilegiadas de acesso aos recursos naturais estratégicos e, por outro, busca intimidar, controlar, penetrar e desmobilizar, quando não diretamente destruir, qualquer signo de oposição" (CECEÑA, 2006, p. 593); "inclui ação articulada e complexa para derrubar as barreiras políticas e econômicas, a fim de permitir o acesso de longo prazo sobre estes recursos." (BRUCKMANN, 2011, p. 228-229) Neste contexto, para a garantia de acesso aos recursos estratégicos na Amazônia Sul-Americana, os Estados Unidos agem em termos geopolíticos da guerra híbrida, enquanto, a China, em termos economicamente híbridos, tal qual serão sistematizados posteriormente.

Diversos autores discorrem acerca da capacidade da gestão econômica e soberania política dos recursos naturais como um processo fundamental para a soberania e autodeterminação dos países sul-americanos, "*que obliga a plantear los problemas de suficiencia más en términos regionales que nacionales, al tiempo que constituye un elemento en la explicación de la geopolítica de las relaciones internacionales.*" (CECEÑA; PORRAS, 1995, p. 171) Ramos utiliza o conceito de seguridade ecológica – um caráter coletivo e social do acesso, gestão e uso dos recursos naturais – que "*consiste en revisar y evaluar los impactos de la gran minería, en reformular la actividad minera extractiva depredadora, en replantear los modelos y proyectos político económicos primario-exportadores.*" (RAMOS, 2010a, p. 43) Ainda, alude a uma "geopolitização dos recursos", corroborando "*al rol estratégico o crítico que ésos juegan desde una visión del poder de Estado y de las clases que lo detentan; noción que ha llevado a considerarlos en algunos casos como una cuestión de 'seguridad nacional'.*" (RAMOS, 2010b, p. 148) Rodrigues (2016b, p. 198-202) enuncia algumas propostas <sup>214</sup>, tais

---

214 As dez propostas delineadas para um projeto de uma geopolítica dos recursos naturais estratégicos seriam: Geopolítica periférica e da integração; Planificação regional de segurança e proteção dos recursos; Política de Industrialização endógena; Participação no estabelecimento dos preços internacionais; Efetiva governança

como governança pública, planificação de segurança e proteção, política de industrialização endógena, que visam estabelecer diretrizes para uma geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos. Para ele,

um dos conceitos-chave para o estudo da competição pelos recursos naturais sul-americanos se encontra na oposição dependência ou autonomia. Além disso, referente à exploração dos recursos naturais na região, a realidade prática ratifica que os ganhos econômicos e sociais nem sempre são internalizados, gerando externalidades negativas em termos sócio-ambientais e ensejando a interpretação de que o bônus é relativo, e o ônus, absoluto. Em outros termos, a produção dos recursos naturais sul-americanos vem beneficiando os grandes centros de poder mundiais em detrimento dos países detentores dos insumos. (RODRIGUES, 2017b, p. 118)

Em suma, os recursos naturais estratégicos podem vir a auxiliar na construção de um projeto regional sul-americano autônomo. Assim, do ponto de vista geopolítico, é conveniente a formação de blocos de poder que resultem numa política de Estado focada na soberania sobre estes bens econômicos diante de ameaças externas no sistema interestatal, cuja articulação geopolítica entre os países é fundamental, inclusive, em suas estratégias de desenvolvimento.

### 3.1.4 - Desenvolvimento e recursos naturais

Um dos temas mais debatidos acerca dos recursos naturais é o potencial de seu papel no desenvolvimento econômico. Atualmente, dois axiomas devem ser respeitados: o primeiro, de que todo e qualquer estudo dos recursos naturais é baseado na Economia Política Internacional, distanciando-se do controle, único e exclusivo, de uma gestão de política econômica simplista; e segundo, um bem natural só se transforma em recurso a partir do momento em que ele é explorado, e essa extração prescinde modificações substanciais na natureza, ainda que de forma racional e sustentável, necessitando um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável e o respeito às condições de sobrevivência humana.

Referente ao tema específico dos recursos naturais e desenvolvimento, alguns autores realizam abordagens distintas, tais como referentes ao nacionalismo dos recursos naturais, ciclos de inovação científico-tecnológica, controle financeiro das commodities. Entretanto, o ponto crucial e inicial do debate se insere na terminologia de *resource curse*, ou “doença holandesa”.<sup>215</sup>

---

pública nacional dos recursos naturais; Processo de descolonização do Estado; Avaliação dos sinais de mercado; Criação do Centro de Pesquisa Científica e Tecnológica; Elaboração de um inventário dinâmico; e Medição do impacto ambiental e social.

215 “A expressão descreve uma enfermidade que a Holanda contraiu na década de 1960. Na época, o país estava se tornando um importante exportador de gás natural. À medida que a nova riqueza do gás fluía para a Holanda,

A doença holandesa consiste na especialização produtiva e exportadora de recursos naturais, gerando um alto nível de crescimento no curto-médio prazo condicionado pelos seus preços externos, pelas políticas econômicas e pela sobrevalorização da taxa de câmbio. Entretanto, gera efeitos negativos no restante do aparelho produtivo, na industrialização, na taxa de desemprego, nos níveis de investimentos, na dependência financeira externa, na reduzida capacidade de introduzir progresso técnico e mudança estrutural, além de constituir uma desvantagem competitiva no longo prazo para os setores que não possuem *commodities* comercializáveis, ao encarecê-los, uma vez que “as *commodities* são lucrativas com uma taxa de câmbio mais apreciada, porque se beneficiam de rendas ricardianas.” (BRESSER-PEREIRA, 2016, pp. 253-254) Assim, “se manifesta na forma de um efeito *crowding-out*, em que um fator fundamental para o desenvolvimento de uma nação é ‘expulso’ pelas consequências da produção de recursos naturais” (MACIEL, 2015, p. 256), além de que “representa um grande obstáculo a industrialização ou a sofisticação produtiva da maioria dos países em desenvolvimento.” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 242)

Ainda assim, alguns economistas apontam que “a doença tem cura”. Seja através de políticas econômicas e industriais (via impostos, controle de capital, subsídios, crédito direto, políticas de renda e investimento público, mecanismos de poupança, controle da taxa de câmbio), de regras macrofiscais e de acumulação de reservas (reforma de regimes tributários, dos pagamentos de royalties e absorção do fluxo de receitas repentino e/ou vasto, evitando derramamento na economia via Fundos Soberanos), de acúmulo fiscal (atenuar impactos nos períodos de preços baixos), de investimentos no sistema nacional de inovação e qualificação educacional da mão-de-obra, (BRESSER-PEREIRA, 2016: MEDEIROS, 2013: YERGIN, 2014: MACIEL, 2015: REIS, 2012: GALLAGHER, 2016), o fato é que os recursos naturais não são uma maldição ou empecilho para o progresso socioeconômico, nem tampouco uma bênção ou fator chave para sua fortuna. (MACIEL, 2015, p. 255)

Além de todos os fatores apontados, o desenvolvimento via recursos naturais necessita da articulação das potencialidades de um país, de atitudes sociais, dos fatores históricos, do “contexto institucional em que as expectativas e os comportamentos individuais e coletivos são coordenados a fim de torná-los uma oportunidade de desenvolvimento.” (MACIEL, 2015, p. 264) “*It thus takes strong leadership and long-term insight for governments to manage the*

---

o restante da economia sofria. A moeda corrente nacional foi supervalorizada e as exportações tornaram-se mais caras – e, portanto, declinaram. As empresas domésticas tornaram-se menos competitivas diante da onda crescente de importações e uma inflação cada vez maior. Muitos perderam o emprego, as empresas fecharam as portas. Tudo isso ficou conhecido como ‘doença holandesa’.” (YERGIN, 2014, p. 119)

*resource curse—leadership that is waning when politicians are reliant on the big commodity exporters for political and financial support.*” (GALLAGHER, 2016, pp. 92-94) Em outros termos, não depende, única e exclusivamente, de uma função economicista de estoque dos recursos naturais.

Visando alcançar o desenvolvimento, na visão de Medeiros (2013, pp. 157-158), é necessária uma estratégia denominada de “nacionalismo dos recursos naturais”. Para ele, o controle e coordenação dos recursos naturais devem ser realizados pela entidade estatal, visando uma estratégia de desenvolvimento via nacionalização dos recursos naturais. Com autonomia política e fiscal para os Estados em relação aos interesses privados e internacionais, seria baseada na “exploração das possibilidades industriais ao longo da cadeia de valor dos recursos naturais” (MEDEIROS, 2013, p. 164), ainda que com grandes desafios, como a “grande dependência de seus preços instáveis, sua estrutural vulnerabilidade financeira e os constantes desafios criados pelo progresso técnico.” (MEDEIROS, 2013, p. 165)

Em outros termos, esta tendência mundial <sup>216</sup> é uma disposição dos governos em afirmar seu controle ou participações crescentes nos lucros sobre os recursos naturais localizados no seu território, através de pretextos econômicos e geoestratégicos, estabelecendo ou modificando termos contratuais para companhias estrangeiras de exploração, inviabilizando lucros extraordinários exógenos. Uma vez que essa perspectiva de reconstrução do controle público-estatal entra em conflito com os interesses das corporações multinacionais, abre a possibilidade de uma governança pública nacional dos recursos naturais, tal qual afirma Rodrigues (2017b, p. 133):

tal prerrogativa envolve aspectos regulatórios, fiscais, de gestão macroeconômica, planejamento estratégico, formulação e implementação de políticas públicas. Assim, institucionalizar mecanismos anticíclicos frente à volatilidade inerente aos preços internacionais dos produtos primários exportados pela região, aumentando a progressividade na participação do Estado na renda da exploração – sobretudo nos ciclos de alta dos preços – a fim de que se possam desenvolver mecanismos que assegurem o investimento público eficiente da renda derivada da exploração de recursos naturais em educação, saúde, infraestrutura, inovação e desenvolvimento tecnológico, além da sua distribuição equitativa entre grupos sociais e níveis de governo.

---

216 “Governments, not private shareholders, now own the world’s thirteen largest oil and gas firms and 75 percent of the world’s energy reserves.[...] According to reports from 2013, state- backed companies account for 80 percent of China’s stock market, [...] Across a number of measures, from major industries to equity and bond markets, from capital flows to foreign direct investment, the state’s hand is visible and growing.” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, pp. 36-37)

A partir de uma perspectiva consonante, Bruckmann (2011, p. 198) defende a reflexão sobre os ciclos de inovação científico-tecnológicos e os ciclos econômicos com relação ao uso, à transformação, à apropriação e ao consumo dos recursos naturais, o que possibilitaria uma avaliação das suas tendências na economia mundial. Logo, dois modelos se sobrepõem: um baseado na planificação e no uso sustentável dos recursos naturais, e outro baseado na exploração e na expropriação abusiva e militarizada. Baseando-se no primeiro modelo, principalmente quando relacionado à região amazônica, o valor estratégico, o alto valor agregado e indústrias de alto conteúdo tecnológico dos seus recursos naturais são possibilidades visando “atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população – tanto de centros nacionais como de centros mundiais –, tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas.” (BECKER, 2015a, p. 81)

Um ponto menos explorado pelas pesquisas acadêmicas, mas de fundamental importância, é a correlação negativa entre a financeirização e o desenvolvimento via recursos naturais. As empresas de intermediação financeira<sup>217</sup> negociam bilhões de dólares por ano, encarecendo profundamente o produto final, reduzindo a produtividade da cadeia nos processos produtivos, gerando gargalos de “lucros extraordinários sem agregação de valor correspondente. São os elos da cadeia produtiva que inflam os preços e travam a expansão do ciclo produtivo.” (DOWBOR, 2017, p. 99)

As atividades especulativas auxiliam na desestabilização do preço dos recursos naturais, com impactos econômicos negativos<sup>218</sup> para toda a sociedade. A partir de mecanismos pretensamente estabilizadores<sup>219</sup> e distintos até mesmo da ortodoxia da formação

---

217 Pode-se visualizar alguns dos intermediadores financeiros de recursos naturais, como Vitol, Glencore, Cargill, ADM (ex-Archer Daniels Midland), Gunvor, Trafigura, Mercuria, Noble Group, Louis Dreyfus, Bunge, Wilmar International, Arcadia, e o gigante BlackRock, que, de acordo com The Economist (2013), é a plataforma financeira que gere aproximadamente 7% dos 225 trilhões de dólares em ativos financeiros no mundo. (DOWBOR, 2017, pp. 103-106)

218 “O impacto econômico deste processo é simples: do lado do produtor, o lucro é insuficiente para desenvolver, ampliar ou aperfeiçoar a produção, e em consequência a oferta não se expande. Do lado do consumidor, o preço é muito elevado, o que faz com que o consumo também seja limitado. Quem ganha é o intermediário, com margens muito elevadas sobre um fluxo relativamente pequeno de produto. E os intermediários, cada vez mais, são imensas redes de comercialização que passam a ditar preços, com ganhos financeiros de oligopólio, economia de pedágio. A lógica da desintermediação, naturalmente, é de se reduzir os lucros gerados no pedágio, redistribuindo esta apropriação do excedente entre o produtor, que poderá produzir mais e melhor, e o consumidor, sob forma de preço mais baixo, o que permitirá um consumo maior e a compra de mais produtos.” (DOWBOR, 2017, p. 96)

219 “O sistema é frequentemente justificado como tendo um impacto de estabilização, mas na realidade os traders passam a ter todo interesse em provocar a dança dos preços, que lhes permite aumentar os prêmios de risco. A imensa capacidade de estocagem de que dispõem destina-se justamente a poder manipular os preços.” (DOWBOR, 2017, p. 110)



de preços a partir das variações entre oferta e demanda <sup>220</sup>, atingem “diretamente tanto produtores como consumidores de commodities, ao gerar uma imensa instabilidade nos preços nas duas pontas.” (DOWBOR, 2017, pp. 109-110) Uma vez que a rentabilidade da produção é reduzida, se comparada à intermediação financeira dos recursos naturais, visualiza-se um desmesurado poder de oligopólio que controla a economia mundial, desde os recursos naturais estratégicos até o sistema especulativo complementar dos derivativos.

Os grandes sistemas de intermediação em geral não têm muito interesse nos produtos em si. Estão interessados essencialmente nas flutuações de mercado no tempo e no espaço, inclusive na provocação e aproveitamento destas flutuações. Ou seja, a dimensão financeira das suas atividades é essencial. Os mecanismos de suporte de que dispõem consistem essencialmente nos paraísos fiscais, nos derivativos e em particular os mercados de futuros. (DOWBOR, 2017, p. 108)

Em síntese, os estudos relacionando o desenvolvimento aos recursos naturais vêm contribuindo para a complexificação das discussões. Dentre elas, Maciel realizou uma tipologia dos trabalhos realizados acerca da temática em quatro grandes grupos: maldição incondicional, maldição condicional, oportunidade condicional e oportunidade potencial. <sup>221</sup> (MACIEL, 2015, p. 257) Os dois últimos possibilitam a superação da especialização exportadora e diversificação rumo ao desenvolvimento econômico. Convergentemente, Reis (2012, p. 169) afirma que esta trajetória está relacionada aos aspectos tanto materiais quanto institucionais, nas esferas micro e macroeconômicas, em conformidade com o contexto histórico, político e social de cada economia, com condicionantes endógenas e exógenas, destacando-se a atuação do Estado na coadunação dessa série de mecanismos que visam superar a especialização na direção das manufaturas. <sup>222</sup> Para Padula e Brozowski (2016, p.

---

220 “A visão que temos, em grande parte fruto dos comentários desinformados ou interessados da imprensa econômica, é que as flutuações de preços das commodities resultam das variações da oferta e da demanda. Ou seja, mecanismos de mercado. Na realidade, não se pode imaginar que uma commodity com níveis tão amplos e equilibrados de produção e consumo como o petróleo sofra variações entre 17 e 148 dólares o barril em poucos anos, quando se trata sempre dos mesmos 95-100 milhões barris diários, com variações mínimas. É um comércio que lida com bens vitais para a economia mundial, mas cujos preços e fluxos resultam essencialmente de mecanismos de especulação econômica e de poder político.” (DOWBOR, 2017, p.101)

221 “Um primeiro avanço desta pesquisa foi propor uma tipologia dos trabalhos revisados em quatro grandes grupos, segundo seu prognóstico em relação ao impacto dos recursos naturais: (i) maldição incondicional, trabalhos que destacam os efeitos diretos negativos da dependência da exportação em recursos naturais sobre o crescimento, por meio dos mecanismos da Doença Holandesa ou baixos encadeamentos; (ii) maldição condicional, pesquisas que exaltam que os recursos naturais impactam indiretamente o desempenho de uma economia por meio do deslocamento de um fator essencial ao processo de crescimento; (iii) oportunidade condicional, artigos que ponderam que a dotação em riqueza natural pode produzir desenvolvimento desde que determinados níveis educacionais e institucionais sejam alcançados, assim como determinadas políticas públicas sejam eficazmente executadas; (iv) oportunidade potencial, análises que ressaltam o potencial dos recursos naturais para suportar o crescimento econômico, diretamente via incremento da produtividade e, indiretamente, por meio do estímulo ao incremento da acumulação de capital (físico e humano).” (MACIEL, 2015, p.257)

222 “Os países que se especializam em RN deparam basicamente com três possibilidades de crescimento econômico a partir do setor externo. Na primeira, as exportações de RN induzem maior crescimento durante o boom dos preços e da demanda da commodity exportada, mas com baixa diversificação produtiva e exportadora

110), o objetivo do desenvolvimento da economia “é a capacidade de transformar seus recursos naturais, de agregar valor à produção, de criar empregos melhor remunerados, de elevar seu nível tecnológico e de integração vertical de setores de suas economias.” Na visão de Rodrigues (2017b, pp. 144-145), uma política de industrialização regional planejada e endógena poderia determinar “quais setores produtivos do sistema sul-americano poderiam adquirir competitividade internacional, transformando-os em setores de interesse coletivo de todos os países que conformem a área de integração.”

### **3.1.5 - Integração e recursos naturais**

Os recursos naturais, seja na Amazônia Sul-Americana ou em qualquer parte do sistema internacional, configuram-se como bens de disputa geopolítica e de desenvolvimento econômico. Ademais, frequentemente a sua localização geográfica não é simultânea aos limites geográficos estabelecidos pelos Estados nacionais. Isto é, o estudo da fisiopolítica requer a reflexão de que a soberania sobre a propriedade do recurso pode ser compartilhada, principalmente se situado em regiões de limites fronteiriços. Logo, uma configuração de poder que possibilitaria a amenização desse quadro é a correspondência entre recursos naturais e integração.

Desta forma, julga-se essencial refletir acerca de projetos de integração regional baseados nos recursos naturais estratégicos, corroborando o argumento de Furtado (1996, p. 72): “a utilização das reservas de recursos naturais como um instrumento de poder pelos Estados periféricos requer uma articulação entre países.” Haja vista que, seja na América do Sul ou na Amazônia Sul-Americana, uma elevada quantidade de bens naturais localizam-se em mais de um país, uma breve explanação é necessária acerca da temática.

A integração regional possui papel central, uma vez que nenhum país periférico seria capaz de modificar sua situação de dependência sem desenvolvimento nem autonomia nas decisões nacionais, e tal autonomia não poderá ser estabelecida de maneira individual, mas sim através

---

– reforçando a heterogeneidade estrutural, principalmente em economias pouco industrializadas. Esta via se caracteriza por maior vulnerabilidade e dependência externa, além de desigualdades setoriais, espaciais e de renda. Na segunda via as exportações de RN levam ao crescimento induzido, com industrialização a partir do setor de RN, possibilitando diversificação exportadora e produtiva (e, logo, o desenvolvimento). A superação da heterogeneidade estrutural não é garantida, depende de mecanismos institucionais e também estruturais, mas a vulnerabilidade e a dependência externa se reduzem por conta da diversificação. Na terceira via há industrialização, porém não se dá a partir do setor exportador de RN, e sim de outros setores alavancados por forças exógenas - internas e externas. Da mesma forma, a superação da heterogeneidade estrutural não é garantida uma vez que está relacionada ao avanço significativo da capacidade tecnológica nacional que propicia a sofisticação da estrutura industrial e a modernização agrícola. O setor de RN pode contribuir para o progresso tecnológico também na dimensão do reinvestimento do excedente – tendo o Estado papel crucial para canalizar este movimento.” (REIS, 2012, p. 167)

de uma estratégia de integração e da mobilização e do compartilhamento de seus recursos de poder. (GRANATO, 2014, p. 85)

A coordenação das sinergias entre os países sul-americanos é um elemento central do novo enfoque geopolítico e do desenvolvimento regional relacionado aos recursos naturais estratégicos, uma vez que possibilita retornos de escala no âmbito econômico, maior eficiência na execução de programas, aumento da competitividade internacional via cooperação regional, harmonização das políticas públicas, maior poder de persuasão nas negociações internacionais e no “uso de bens públicos internacionais”. (BECKER, 2015b, p. 213) Principalmente para os Estados fronteiriços sul-americanos, em especial no contexto específico da região Pan-Amazônica, Meira Mattos (1977) destaca a importância de uma estratégia de utilização de modernas tecnologias para o aproveitamento e otimização dos recursos, visando a gradual integração de interesses de âmbito regional entre os Estados limítrofes.

Entretanto, a existência de recursos por si só não produz desenvolvimento, sendo o processo de integração sul-americana um dos instrumentos para transformação dos recursos potenciais da América do Sul. A importância dos recursos naturais para a integração latino-americana, assim como o controle sobre eles, é uma dimensão vital não só para se alcançar a independência política e econômica na região, como também para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico com justiça social. (RODRIGUES, 2016a, p. 85)

Separadamente, cada país sul-americano e amazônico tende a se tornar refém de um mercado altamente competitivo, cujas empresas visam exponencialmente elevar seu raio de atuação mundial. Desta maneira, a efetivação de projetos interligados aumentaria a importância estratégica do setor, “seja nos rumos do desenvolvimento da região e de sua inserção na economia mundial, seja na questão da integração regional.” (MONIÉ, BINSZTOK, 2012, p. 100)

Assumiu-se repetidas vezes que a principal fraqueza do processo de industrialização reside em ele ter se desenvolvido em compartimentos estanques, dentro dos quais cada país procura fazer a mesma coisa que os outros, sem especialização nem comércio recíproco. Com o mercado comum, pretende-se não apenas iniciar a comunicação entre os diferentes compartimentos, mas também, acima de tudo, evitar que continuem a se desenvolver dessa maneira as novas indústrias que a América Latina terá de estimular. (PREBISCH, 2011, p. 372)

Adicionalmente, países autossuficientes em recursos estratégicos possuem clara vantagem econômica e de mercado, mas, concomitantemente, em questões de defesa. (LIMA et al., 2017, pp. 66-67) Em outros termos, para os países sul-americanos e amazônicos, para que a viabilização dos benefícios dos recursos naturais possam ser auferidos, é fundamental a

restrição conjunta do acesso e uso a interessados extra regionais, quando os interesses forem distintos ou conflituosos aos dos países sul-americanos.

Desta maneira, a integração dos recursos naturais também pode ser visualizada a partir de uma perspectiva de Segurança e Defesa. Neste tocante, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) – e até mesmo no próprio BRICS, ainda que mais timidamente <sup>223</sup> – foi uma iniciativa para uma agenda comum entre os países sul-americanos, que visava a construção de uma força dissuasória para defender áreas estratégicas, como a Amazônia, a Bacia do Prata e o Pré-sal, com ênfase na soberania sobre recursos naturais, alinhado à defesa e segurança compartilhada diante de ameaças interestatais.

Dentre os exemplos empíricos da atuação do CDS na integração dos recursos naturais sul-americanos, as principais atividades de formação e capacitação resultaram na criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), em 2009. O Centro busca gerar um pensamento estratégico no nível regional, contribuindo à coordenação e harmonização das políticas de defesa na América do Sul. Segundo Pagliari (2015, p. 33), "a criação do CEED permitiu conformar características de corpo permanente para as questões de integração regional em defesa". Em 2011, o Centro já possuía uma posição ativa sobre a importância geopolítica dos recursos naturais como "ativos estratégicos de interesse comum" (SOUZA, 2016, pp. 140-141).

De tal modo, esta temática constituiu-se como um dos principais eixos de estudos, que auxilia na geração de análises e informações sobre os principais componentes da riqueza natural sul-americana, orientando e sistematizando configurações de cenários futuros para a região. Adicionalmente, surgiram tanto a Declaração de Cartagena (2014), um plano de ação cujo um dos eixos fundamentais consistia na defesa dos recursos naturais (JAIMES; MIÑO, 2015, pp. 158-159), quanto o "*Estudio Prospectivo Suramérica 2025*", em 2015, uma análise minuciosa que buscou consolidar aspectos da defesa regional, juntamente com outras políticas nacionais e regionais, a fim de maximizar o potencial de recursos naturais estratégicos.

---

223 "Não terá passado despercebida a proposta verbalizada pelo presidente russo Vladimir Putin em Fortaleza, propondo um novo e ousado desafio geopolítico: o da conformação de uma associação energética entre os BRICS ('BRICS Energy Association'). A ideia inclui a formação de um banco de reserva de combustíveis ('Fuel Reserve Bank') e de um instituto de política energética ('BRICS Energy Policy Institute'). A aliança reuniria dois dos maiores produtores de petróleo – a Rússia e (potencialmente, pelo pré-sal) o Brasil – e os dois maiores consumidores, a China e a Índia. Ao Brasil, um dos maiores produtores de petróleo em médio prazo, resulta interessante entrar no grande jogo da geopolítica de energia por esta via." (CARMONA, 2014, p. 69)

Desta forma, buscou-se efetuar “*trabajos dirigidos a distinguir e informar asuntos de interés*” (ARREDONDO, 2017, pp. 22-23) que possibilitassem uma agenda de segurança na América do Sul, visando inibir uma tendência a fragmentação das políticas públicas, o que poderia abrir espaço “para a penetração de potências externas e suas agendas, que buscam acesso a recursos naturais.” (PADULA, 2015, pp. 257-258) Em outros termos, referente a uma planificação amazônica,

a segurança estratégica dos recursos naturais deve fazer parte de um projeto regional, tendo os organismos técnicos do Estado, principalmente as forças armadas, a obrigação de defender essas novas fontes naturais existentes no solo nativo; uma política de Estado(s), que transborda para sua política externa. Tal fato será ainda mais importante quando se agravarem a falta de energia, água, matérias-primas e alimentos no cenário mundial. Desse cenário internacional hipotético, se impõe como um objetivo vital a intensificação das forças armadas sul-americanas, nos marcos do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, para que se possa ter uma capacidade dissuasiva-estratégica. (RODRIGUES, 2017b, p. 144)

A temática da dualidade convergência/divergência, integração/fragmentação de políticas públicas referentes aos recursos naturais transnacionais possui um exemplo elucidativo no âmbito sul-americano: o lítio. Num estudo realizado por Rodrigues e Padula (2016: 2017) foi constatado que os três países sul-americanos detentores de reservas de lítio – Argentina, Bolívia e Chile – agem separadamente, sem uma estratégia comum e com arcabouços institucionais e de políticas públicas diferenciados.

O aproveitamento sub-utilizado desses arcabouços possui relação direta com o não-alinhamento integrado dos três projetos em conjunto, cuja integração regional potencializaria o potencial de exploração do lítio em nível regional e, concomitantemente, para os três países em nível nacional. Assim, constata-se que a viabilidade de uma geoestratégia do ABC (Argentina, Bolívia e Chile) do lítio consiste num dos pilares constituintes de um projeto de integração regional focado nos recursos naturais estratégicos. (RODRIGUES; PADULA, 2016, p. 16)

Logo, é factível a possibilidade de conjecturar uma articulação geoestratégica conjunta, tanto do lítio quanto de outros recursos transfronteiriços, que possuem “o potencial de ser um dos pilares constituintes de um projeto de integração regional focado na utilização dos recursos naturais estratégicos que internalize seus benefícios no longo prazo.” (RODRIGUES; PADULA, 2017, p. 114) Em outras palavras, a orientação cooperativa e unificadora na forma de integração dos recursos naturais estratégicos se apresenta como um caminho prático para a nova realidade da região nas relações internacionais. De fato, a cooperação/integração regional, mais do que a divergência/fragmentação, desponta com proeminência na geopolítica sul-americana e amazônica contemporânea.

A seguir, será efetivado o estudo que aborda os projetos de poder na Amazônia Sul-Americana, no período entre 2001 e 2016, analisando as tendências de expansão dos Estados Unidos, por meio da guerra híbrida, e da China, através da geoeconomia híbrida. Objetiva-se demonstrar que a Amazônia configura-se como novo palco das correlações de forças, atraindo tanto disputas das Forças Políticas Internas quanto das Forças Políticas Externas.

### **3.2 – A expansão estadunidense e chinesa no século XXI (2001-2016)**

A Amazônia Sul-Americana possui cada vez mais implicações globais e interesses diversos no sistema interestatal, seja através dos projetos de poder dos Estados nacionais, das corporações transnacionais, da sociedade civil organizada, que disputam a exploração da região com base no paradigma fordista produtivista extrativista tradicional, na financeirização irrestrita e desregulada ou na nova revolução biotecnológica. (SANTOS, 2000, p. 113) Adicionalmente, todo e qualquer projeto de expansão das Forças Políticas requer a percepção de que o poder é aético, assim como toda “filantropia estrangeira não é fundada em princípios de humanidade, como quer inculcar, mas sim nos do interesse.” (REIS, 1968, p. 160)

O inventário e mapeamento realizados na seção anterior ratificam que os recursos naturais amazônicos representam um alto potencial econômico, salientando o interesse externo e a expansão dos projetos de poder. Doravante, estes serão analisados na presente seção, especificamente as projeções geopolíticas e geoeconômicas de Estados Unidos e China. Reitera-se ainda que existem interesses de distintos países com ativa participação na região amazônica, mas a escolha pelo estudo de caso da projeção de poder das duas maiores potências no sistema internacional na atualidade é justificada pela prerrogativa da importância espaço territorial amazônico como fronteira de expansão do sistema capitalista, possibilitando uma *battle of giants* no coração da América do Sul.

#### **3.2.1 – O projeto de poder estadunidense: a guerra híbrida na Amazônia Sul-Americana**

O projeto de poder estadunidense na região sul-americana é secular e geopoliticamente prioritário para sua estratégia econômica e de segurança, como sistematizado na seção 2.2 e sintetizado no apotegma “engajar para conter e dividir para conquistar”. (PECEQUILO, 2012, p. 5) Além de outros fatores, esta tática busca o deslocamento dos conflitos mundiais para o eixo Norte-Sul, o estabelecimento de um sistema de soberanias limitadas, o “*apartheid* tecnológico” aos países em desenvolvimento, a imposição de políticas econômicas que levam à recessão, à desindustrialização, à reprimarização e a precarização do trabalho, e o desmantelamento das Forças Armadas dos países em desenvolvimento. (SANTOS, 2000, p. 113)

Primeiramente, é significativo corroborar a longa duração do interesse estadunidense mais enfático pela região amazônica.<sup>224</sup> Entretanto, uma vez que se considerará o marco temporal de 2001 a 2016, é importante recordar a reconfiguração das Forças Políticas Externas dos Estados Unidos após os ataques terroristas de 2001, principalmente com o vácuo de poder militar explícito na América do Sul e com as devidas particularidades implícitas da guerra híbrida. Dando prosseguimento, surgem novos paradigmas possibilitados após a crise financeira global de 2008, abrandando-se o controle estadunidense da economia mundial, devido aos seus déficits gêmeos, concomitante a tentativa de retomada da liderança global incontestável. Por fim, o ano de 2016 inaugura transformações significativas nas estratégias de poder estadunidenses, com a eleição de Donald Trump e seu protecionismo econômico e intervencionismo militar. Ademais, a transição da unipolaridade para a multipolaridade é um fator considerável no estudo dos projetos de poder na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana, modificando as relações de força e democratizando as relações de poder no sistema internacional.

Levando-se esses fatores em consideração, o controle e domínio realizados pelas Forças Políticas Externas dos Estados Unidos sobre as Forças Políticas Internas na Amazônia Sul-Americana possibilitam a ascensão da guerra híbrida. Logo, reitera-se que as novas modalidades de disputa de poder são baseadas em guerras ilimitadas, irrestritas e assimétricas, sob influência da era da informação e das transformações tecnológicas, compondo cenários complexos e de configurações difusas, intervenções indiretas sob a perspectiva de coerção velada que visam aplicar golpes brandos e rígidos. Nesta caracterização da guerra híbrida, os objetivos seriam destruir o poder político dos adversários através do colapso físico e moral, desestabilizando e derrubando governos não-alinhados por meio de forças não oficiais.

Concomitantemente aos fatores temporais e das novas modalidades de guerra, insere-se a potencialidade dos recursos naturais estratégicos da Amazônia Sul-Americana, que possibilitam uma miríade de possibilidades de análises geoestratégicas dos Estados Unidos na região. Desta forma, além da histórica presença militar – a fim de estabelecer uma agenda de segurança e controle político direto –, duas modalidades indiretas são agregadas e

---

224 Ribeiro (2005, p. 204) destaca algumas das principais atuações geopolíticas na Amazônia na segunda metade do século XX, dentre elas os projetos de ocupação por populações de países superpovoados, como o Projeto Hindu, o Projeto Japonês, o Projeto Chinês; a ideia de que a Amazônia fosse utilizada como abrigo para a população estadunidense em caso de guerras nucleares; a possibilidade de concessão de terras públicas para exploração madeireira; o plano de concepção do Centro do Trópico Úmido; a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica; e o projeto de construção do Grande Lago Amazônico.



correlacionadas a hipótese do surgimento da guerra híbrida no contexto específico da Amazônia Sul-Americana: presença de ONGs de fachada e a atividade da biopirataria.

O poder militar dos Estados Unidos é comumente realizado através de bases militares e centros de operações e treinamento, espalhados por diversos países sul-americanos ao longo da história e no tempo presente. É importante ressaltar que o próprio conceito de bases militares vem sofrendo modificações com diferentes tipologias <sup>225</sup>, como os Centros Operativos de Treinamento Regional, um tipo de base militar com funções de treinamento das tropas locais e especializações distintas, ou até mesmo bases policiais com as mesmas características e funções. Para os EUA, a presença de bases com caráter de extraterritorialidade, assim como as operações e acordos de cooperação, são fundamentais para intensificar o controle militar no continente, cuja expansão territorial é basilar para o avanço das suas multinacionais e para a continuidade do seu projeto de acumulação de riqueza.

Como exemplos, além das bases nas quais a OTAN possui acesso no Atlântico Sul, “também contam com suportes fixos em diversas regiões do continente americano: Guantánamo (Cuba), Honduras, Aruba, Curaçao, El Salvador, Colômbia, Chile, Peru, Guiana e Suriname.” (PADULA; BROZOSKI, 2016, p. 103) Como pontua Boron (2013, pp. 84-85), uma breve mirada no mapa regional comprova o cerco à Amazônia Sul-Americana, com bases ao norte instaladas na Colômbia, ao sul no Paraguai, a oeste no Peru e a leste na Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Assim, ratifica a demonstração do “interesse de manter operacional a presença estrangeira em duas regiões estratégicas nacionais, tanto ao norte, quanto ao sul da Amazônia, em uma ação de envelopamento logístico.” (DA SILVA, 2008, p. 60) (Anexo 22)

---

225 “Machado señala la existencia de cuatro tipos de bases, a saber: a) las convencionales, como las de Guantánamo, que son complejas instalaciones militares dotadas de todos los quipos necesarios para entrar en acción de inmediato, con un gran número de tropas de combate y personal civil especializando acantonados en sus instalaciones durante largos periodos de servicio. B) bases de mediano tamaño, como la de Soto Cano (Palmerola, en Honduras), que cuentan con instalaciones que permiten afrontar misiones de largo alcance y duración, pero con efectivos que se renuevan periódicamente, cada seis meses. C) las FOL (a veces también llamadas Foreign Operating Locations, en lugar de Forward), o sea, bases de operación a distancia que en realidad son pistas aéreas adecuadas para la operación de grandes aeronaves, un ultrasofisticado sistema de comunicaciones (apoyado satelitalmente y por una red de radares) y garantías para el seguro aprisionamiento de combustible. La ex base de Manta (Ecuador) y las de Curaçao o Comalapa, en El Salvador, entran en esta categoría. Estas instalaciones cuenta con muy poco personal, pero son sumamente eficientes a la hora de facilitar las operaciones de enormes aviones de transporte C-17, o los Awacs, y de reunir informaciones y llevar a cabo las actividades de inteligencia muy detalladas sobre un amplio espacio regional, a partir de las cuales el Pentágono decidirá el curso de acción militar más recomendable. D) Pequeñas bases o establecimientos militares que permiten pasar de una a otra para enviar suministros, equipos, combustible y, de ese modo, monitorear y controlar un área muy amplia. Un ejemplo paradigmático: la base de Iquitos, en Peru.” (BORON, 2013, p. 180)

Complementarmente, os Estados Unidos possuem postura ativa em termos militares através da reativação da Quarta Frota de sua marinha, cuja missão é o patrulhamento das águas internacionais no entorno da América do Sul. (Anexo 23) Também existem tentativas constantes de negociações tanto com a Argentina quanto com o Brasil, únicos países sul-americanos sem acordo de cooperação militar vigente em 2016, “para a cessão de bases militares em seus respectivos territórios. A área da tríplice fronteira, no sul da região, Alcântara, no nordeste brasileiro, e áreas próximas à Antártida são vistas como estratégicas pelos EUA.” (LIMA et al., 2017, p. 56)

Além disso, a região amazônica é um espaço de distintos e inéditos exercícios conjuntos na área militar com os Estados Unidos. Além disso, grandes eventos internacionais relacionados à defesa vêm sendo realizados ao longo da década de 2010, com participação direta e indireta estadunidense. As duas edições do Seminário Internacional de Operações na Selva (SIOPSELVA <sup>226</sup>), concretizadas na cidade de Manaus em 2015 e 2016, e o AMAZONLOG <sup>227</sup> 2017, o maior Exercício Combinado de Logística Humanitária realizado em território latino americano, são exemplos dessa empreitada. Mais recentemente, em novembro de 2019, na cidade de Belém, ambos juntaram-se num único evento de Segurança e Defesa voltado para a Amazônia: a ASDX (*Amazon Security and Defence Exhibition*). <sup>228</sup>

Desta forma, conclui-se que a militarização da Amazônia Sul-Americana corresponde a um verdadeiro “cordão sanitário” (BECKER, 2015b, p. 215) ou cinturão militar (RIBEIRO, 2005, p. 496), tendo sido majorado significativamente a partir do Plano Colômbia no início dos anos 2000. Este foi o caso mais enfático de interferência direta dos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial (FRANKLIN, 2008, p. 131), visando combater o narcotráfico, originário do território colombiano, com ostensivo apoio financeiro e militar

---

226 É um evento único realizado na região Amazônica destinado a discutir temas relacionados com a Defesa e Segurança e o desenvolvimento sustentável. Tem uma agenda abrangente que inclui palestras de especialistas do Brasil e do exterior em operações militares em ambiente de selva, instituições governamentais e universidades. Reúne fabricantes e fornecedores de tecnologias e serviços voltados para o Exército, Marinha, Força Aérea, Forças Policiais, Forças Especiais, Homeland Security, Law Enforcement, e Gestores de Segurança de Empresas.

227 O AMAZONLOG é um exercício de logística multinacional interagências destinado ao adestramento de tropas militares, forças policiais, e agências governamentais no apoio a civis e efetivos militares empregados em regiões remotas e desassistidas, como, tipicamente, ocorre em Operações de Paz e de Ajuda Humanitária. De modo a aproveitar a oportunidade de interação com as forças militares e agências, as empresas expositoras se fazem presentes durante o exercício logístico para apresentar e testar seus produtos em situação real de emprego, de modo a aferir as suas capacidades e detectar melhoramentos possíveis para tornar a interação usuário-empresa mais eficiente.

228 Este consistiu num grande evento internacional no qual foram debatidos importantes temas de Segurança, Defesa, Meio-Ambiente e Desenvolvimento, visando apresentar soluções inovadoras da indústria nacional e internacional voltadas para as Forças Armadas, Forças de Segurança Pública, Agências de Governo e tecnologias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Para maiores informações, acessar: <https://asdx.com.br/>

(RIBEIRO, 2005, pp. 465-466), haja vista a baixa projeção militar num espaço que demandava ocupação.

Oficialmente denominado de Iniciativa Andina Contra as Drogas (ACI), o Plano trazia como prioridades o aprofundamento da cooperação bilateral entre os Estados Unidos e a Colômbia na guerra contra o narcotráfico. [...] Os incentivos comerciais e a retórica da democracia eram substituídos pela prática tradicional da intervenção. A ajuda militar e econômica à Colômbia, combatendo as guerrilhas e os cartéis, destruição de plantações pela fumigação e corte das linhas de tráfico, aumentava a presença militar norte-americana no país, inserida em um processo de reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na América do Sul. [...] A eleição de Álvaro Uribe em 2003 somente aprofundou essa situação, inclusive com a concessão de uso de bases militares para os Estados Unidos em 2009 (instalações aéreas de Malambo, Palanquero e Apiay, exército de Tolemaida e Larandia e as navais de Bahia Málaga e Cartagena). (PECEQUILO, 2012, pp. 47-48)

Sob responsabilidade de implementação dos programas a cargo do *Southern Command* (*Southcom*), o Plano notabilizou a importância estratégica significativa da Amazônia Sul-Americana, assumindo diferentes formas, “como programas de treinamento; assessoria; exercícios conjuntos; venda de material militar; estabelecimento de bases aéreas; instalação de radares, dentre outras.” (RIPPEL, 2006, p. 88) Não obstante, a alta presença militar de uma potência imperialista resultou em preocupação dos países vizinhos, “principalmente na transferência de materiais bélicos e no treinamento de tropas prontas a responder a uma guerra assimétrica” (FRANKLIN, 2008, p. 131), e até mesmo no que tange a questão de perda da soberania. “Em outros termos, havia uma preocupação acerca dos reflexos que a política estadunidense na Colômbia poderia trazer na região amazônica: a ampliar sua presença militar na região no futuro.” (RIBEIRO, 2005, pp. 467-468)

O Plano Colômbia parece constituir um instrumento da estratégia norte-americana para favorecer seus interesses na América Latina, particularmente nas Regiões Amazônica e Andina. Esses interesses seriam: promover a disseminação de instituições democráticas, o incremento do comércio e de oportunidades de investimento para os empresários e trabalhadores norte-americanos e a redução da produção de narcóticos e do narcotráfico, que ameaçam a sociedade estadunidense. Percebe-se, a partir do incremento da presença militar nos países da América Latina, uma mudança de postura geopolítica norte-americana. Hoje, parece haver uma preparação para uma atuação mais peremptória, na região. (RIPPEL, 2006, p. 97)

A presença militar dos Estados Unidos é a política visível do seu projeto de poder na Amazônia Sul-Americana. Entretanto, para além da atuação explícita, uma configuração velada vem se configurando e exigindo um nível de acuidade de análise. Baseadas em “*astroturfing movements*”<sup>229</sup>, as “ONGs de fachada” consistem em organizações rotineiramente governamentais, ou seja, defendem interesses de Estados e/ou grandes

---

229 Astroturfing é a tentativa de ocultar os patrocinadores de uma mensagem ou organização, visando camuflar a origem do apoio para membros de movimentos populares espontâneos da sociedade, também conhecidos por grassroots.

corporações, que transcendem as fronteiras nacionais. Elas são organizações que buscam credibilidade e respeitabilidade, mas corriqueiramente possuem interesses escusos e ocultos, até mesmo inviabilizando o fornecimento e obtenção de dados e informações sobre seus financiadores, patrocinadores e parceiros, o que “gera um clima de incertezas sobre as acusações que sobre elas pesam.” (BECKER, 2015c, p. 160)

A partir da utilização da “engenharia social” (CARRASCO, 2003, p. 37), o movimento ambientalista internacional, apoiado em suas vasta rede de organizações não-governamentais, emprega instrumentos <sup>230</sup> como arma política oligárquica, com a finalidade de obstaculizar e inviabilizar o desenvolvimento autônomo dos demais países. Estes, ao dependerem dos fundos de apoio intermediados pelas ONGs, permitem a livre atuação das mesmas, uma vez que qualquer medida contrária cercearia os vínculos com as instituições de crédito: “ao decidir que entidades receberão os seus recursos, os financiadores do movimento ambientalista – em especial, as grandes fundações oligárquicas – determinam, na prática, que programas, campanhas e estratégias serão desenvolvidas.” (CARRASCO, 2003, p. 146)

Para Carrasco (2003, p. 47), a *World Wide Fund for Nature* (WWF) e a *International Union for Conservation of Nature* (UICN) compõem um “Estado-Maior” desta atividade, disponibilizando diretrizes que orientam organizações internacionais, fundações financiadoras e as próprias ONGs nos demais países, constituindo “instrumentos políticos para desacreditar e subverter estados, fomentar guerras civis, golpes ‘democráticos’ e revoluções.” (CARRASCO, 2003, p. 79)

Dewar (2007) investiga os laços e circuitos entre agências governamentais, fundações e empresas privadas, organizações não-governamentais e ativistas ambientais e indigenistas, ao mesmo tempo em que questiona, demonstra e debate a relação das diretorias de ONGs dos Estados Unidos e grandes empresas, assim como o financiamento do governo em ONGs estrangeiras com atuação política em seus respectivos países. Com o que denomina de Agenda da Governança Global, ratifica que a atuação das organizações não-governamentais é um instrumento político eficiente na formulação de políticas de alcance global, “planejadas

---

230 “Assim sendo, a instrumentalização do ambientalismo como uma eficiente arma política do arsenal oligárquico tem uma tríplice finalidade: 1) A disseminação do irracionalismo e do ‘pessimismo cultural’ entre a população em geral, fazendo com pessoas educadas aceitem sem questionamento a subordinação das políticas de promoção do bem-estar e do desenvolvimento da sociedade em geral a requisitos – geralmente injustificados – de “proteção ao meio ambiente”. [...] 2) A manipulação de argumentos de ‘proteção ambiental’ para justificar o estabelecimento de estruturas legislativas de ‘governo mundial’, baseada no argumento de que os problemas ambientais não reconhecem fronteiras políticas. [...] 3) A manipulação direta de argumentos ambientais ou étnicos, para obstaculizar projetos de desenvolvimento, particularmente, no setor de infra-estrutura, como é o caso da campanha contra as hidrelétricas brasileiras.” (CARRASCO, 2003, pp. 40-41)

para parecer de interesse da comunidade mundial, quando, na verdade, atendem apenas às aspirações de um seleto círculo de protagonistas.” (DEWAR, 2007, p. VII)

Segundo Camely (2018, pp. 134-145), a *World Wide Fund for Nature* (WWF), o *Conservation International* (CI) e a *The Nature Conservancy* (TNC) são as maiores expressões de multinacionais de conservação com influência direta nas políticas ambientais de instituições governamentais. O WWF atua nas áreas de conservação, investigação e recuperação ambiental, sendo a maior organização independente do seu gênero no mundo, ligando-se às atividades comerciais para realizar campanhas, cooperando, inclusive, com empresas como a Monsanto, fornecendo certificação de sustentabilidade em troca de doações. A CI<sup>231</sup> é uma organização ativa na criação de *hotspots* de biodiversidade, parques naturais e “corredores de conservação”, que estão sobre ou são adjacentes a lugares de exploração e extração de recursos naturais, em parcerias locais com ONGs e povos indígenas como marco de estabilidade geopolítica e possuindo, inclusive, um centro de pesquisa em biodiversidade, o *Center for Applied Biodiversity Science* – CABS. O TNC é uma das maiores instituições sem fins lucrativos dos EUA, com patrimônio avaliado em mais de US\$ 3 bilhões, promovendo e aparelhando ONGs ambientalistas em todo o mundo com a finalidade de impedir projetos industriais e de infraestrutura. Outras instituições estadunidenses também possuem motivações obscuras e fontes de financiamento contraditórias aos seus objetivos propostos.<sup>232</sup>

Ainda na visão da autora, a partir de uma extensa pesquisa de campo, “a geopolítica do ambientalismo ongueiro para os países que possuem floresta tropical” (CAMELY, 2018, p. 32) é originada, principalmente, de uma estratégia de política ambiental do imperialismo estadunidense, com o objetivo de, a partir da prerrogativa de criação de áreas de unidades de

---

231 Atualmente tem como principais financiadores quatro organizações: Gordon & Betty Moore Foundation, MacArthur Foundation, o Banco Mundial e o GEF (Global Environment Facility). (CAMELY, 2018, pp. 137-138)

232 Dentre elas, citam-se a *International Union for Conservation of Nature* (UICN), organização civil que atua em colaboração com governos nacionais e locais para que sistemas de áreas protegidas sejam criados e geridos a partir da implementação de leis e políticas públicas; o *World Resources Institute* (WRI), uma das principais “centrais de inteligência” dos grupos ambientalistas estadunidenses, com vínculos entre as agências de inteligência anglo-americanas; o Clube de Roma, que possui vínculos com a OTAN e OCDE, além de apoio financeiro de várias fundações oligárquicas; o *National Wildlife Federation* (NWF), segunda maior ONG ambientalista dos EUA, possui ambições internacionais e influência direta no Congresso para incorporar aspectos ambientais na análise de projetos de países estrangeiros financiados pelo Banco Mundial; o *Inter-American Foundation* (IAF), criada pelo governo Nixon para promover os interesses dos EUA, sendo mantida pelo Congresso do país; o *Rockefeller Foundation*, uma das mais antigas fundações oligárquicas estadunidenses, encarregada da elaboração de diretrizes políticas para setores da administração pública e centro de financiamento; a Amigos da Terra (*Friends of the Earth*), mantida a partir de grandes contribuições filantrópicas estadunidenses, dentre outras. (CARRASCO, 2003, pp. 97-124)

conservação <sup>233</sup>, obter o papel de executoras e gestoras de projetos de provisionamento dos recursos naturais e saberes tradicionais dos povos amazônicos. Tais ONGs possuem uma função mista e contraditória, uma vez que estão envolvidas e são financiadas por corporações da área de petróleo, gás, farmacêutica e minas, as maiores poluidoras e depredadoras do meio ambiente (CAMELY, 2018, pp. 137-138), e que possuem interesse econômico na região.

As grandes ONGs transnacionais têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais [...] essa influência se verifica por meio de sua grande capacidade de arrecadação internacional de recursos financeiros para a conservação, dos quais os governos são desprovidos [...] ; de grandes e dispendiosas campanhas de mídia; de suas conexões internas com órgãos de governo, fornecendo treinamento para funcionários públicos em temas como manejo de áreas protegidas, nos quais são veiculados conceitos e métodos desenvolvidos pelas grandes ONGs conservacionistas; influenciando a determinação de áreas críticas de conservação por meio da organização de seminários para os quais são convidados representantes do governo. (CAMELY, 2018, p. 135)

Este projeto geopolítico é organizado por financiadores e fundações estrangeiras que representam interesses de grandes corporações (CAMELY, 2018, p. 173), tais como a *U.S. Agency for International Development* (USAID) <sup>234</sup>, que seleciona ONGs internacionais como principais executoras, influenciando instituições governamentais e ONGs locais, “às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras.” (CAMELY, 2018, p. 136) Ademais, esses modelos de conservação comumente excluem os povos indígenas e demais populações tradicionais da participação, definição e manejo das áreas protegidas, incorporando sistemas “pouco adaptados às situações ecológicas e culturais nacionais e locais.” (CAMELY, 2018, p. 136)

Destaca-se que inúmeras ONGs e membros envolvidos desenvolvem trabalhos relevantes e comprometidos com as suas causas. Contudo, como uma modalidade de guerra híbrida presente na contemporaneidade, atenta-se cada vez mais para as reais intenções de instituições e organizações, sendo interessante verificar, em trabalhos futuros, as fontes de financiamento, os projetos, os objetivos e as metodologias das ONGs pertencentes à Amazônia Sul-Americana, a fim de verificar quais delas possuem idoneidade ou não.

---

233 “Do nosso ponto de vista as ações dos órgãos públicos ambientais brasileiros na criação das unidades de conservação tiveram sua agenda definidas pelas grandes ONGs ambientalistas que, por sua vez, são executoras da política ambiental definida pelo imperialismo, principalmente estadunidense, através da United States Agency for International Development. (USAID) A constituição destas áreas de unidades de conservação [...] significa a constituição de áreas de reserva para o imperialismo, seja de recursos para a indústria baseada na biotecnologia ou de constituição de grandes áreas de reserva de terras para o uso de outras atividades que o imperialismo pretenda desenvolver.” (CAMELY, 2018, p. 33)

234 USAID (*U.S. Agency for International Development*) é uma agência mantida pelo Governo dos Estados Unidos e que realiza apoio técnico às ONGs locais e financiamentos para atividades florestais na Amazônia.

Outro ponto fundamental para o projeto de poder estadunidense contemporâneo na Amazônia Sul-Americana consiste na temática da biodiversidade, que, conforme visto na seção anterior, apresenta-se como um dos principais potenciais de desenvolvimento. Neste tocante, a biopirataria surge como uma atividade altamente recorrente na região, em disputas de poder veladas e indiretas, características da guerra híbrida.

A definição de biopirataria consiste em atividades que abarcam “o acesso aos recursos genéticos de um determinado país ou aos conhecimentos tradicionais associados a tais recursos genéticos (ou a ambos) em desacordo com os princípios estabelecidos na Convenção Sobre Diversidade Biológica” (SANTILLI, 2006, p. 85); “o desvio ilegal das riquezas naturais (flora, águas e fauna) e do conhecimento das populações tradicionais sobre a utilização dos mesmos” (LAVORATO apud NASCIMENTO, 2012, p. 46); “a apropriação dos recursos genéticos da biodiversidade de um país ou dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, sem que exista autorização do país detentor desses recursos ou da população possuidora do conhecimento tradicional” (NASCIMENTO, 2012, p. 47); “exploração, manipulação, exportação ou comercialização irregular de recursos biológicos ou da apropriação de conhecimentos tradicionais associados oriundos de comunidades indígenas e locais.” (MILANI et al, 2014, p. 40)

Desde os anos 2000, as denúncias de biopirataria vêm sendo realizadas com frequência. As formas de obtenção da mercadoria variam de traficantes que se apresentam como membros de organizações religiosas, ambientalistas ou pesquisadores científicos, “quando seu real interesse é coletar informações e espécies de valor comercial.” (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 208) Dentre os distintos modos de execução desta prática ilícita <sup>235</sup>, um dos mais comuns consiste em cinco etapas: 1) desembarque de pesquisadores estrangeiros na Amazônia com vistos de turistas; 2) estudos e coletas das diferentes espécies vegetais ou animais com potencial de uso e aplicação nas indústrias de remédios ou de cosméticos; 3) retorno aos países de origem e isolamento dos princípios ativos; 4) registro de patentes e direito de receber divisas com comercialização do produto; 5) venda do produto para o mundo (e até mesmo para o próprio país de origem).

---

235 “Normalmente, contrabandistas de espécies que são objeto de pirataria têm mercado certo nos países ricos, e, em geral, operam da seguinte forma: têm sempre na Amazônia o apoio de contrabandistas brasileiros que fazem as coletas das espécies para vender ao ‘pesquisador’; estes usam rotas diferentes para chegar com seus produtos aos mercados compradores das espécies que são coletadas irregularmente na Região; os eixos ou rotas do contrabando que mais têm sido utilizados são: a) Manaus – Miami – Houston. b) Santarém – Manaus – Belém – São Luís – Fortaleza – Recife – Zurique. c) Belém – Caiena. d) Palmas – Campo Grande – S. Paulo – Europa. e) Palmas – Brasília – Rio – Alemanha.” (RIBEIRO, 2005, p. 372)

Em termos jurídicos, a garantia dos países desenvolvidos na exploração da biodiversidade é realizada através do monopólio das patentes conferidas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), na esfera da Organização Mundial do Comércio. (NASCIMENTO, 2012, p. 47) Neste sentido, os Estados Unidos preconizam a universalização desses direitos em âmbito internacional (REZENDE, 2008, pp. 150-151), fazendo com que, na Amazônia Sul-Americana, “o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais.” (IADEROZZA, 2015, p. 138)

No contexto contemporâneo de mercado globalizado, destacou-se o processo de constituição do Sistema Internacional de Propriedade Intelectual, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse sistema configura-se como um sistema internacional de controle sobre a produção do conhecimento científico-tecnológico, que favorece, mediante os mecanismos de propriedade intelectual, a expansão do domínio tecnológico (propriedade de patentes e outros instrumentos) dos países desenvolvidos (Norte), principalmente no campo da biotecnologia. Esse sistema foi consolidado com a ratificação do acordo Trips, que ao estabelecer regras mínimas de propriedade intelectual, fortaleceu os mecanismos já existentes nesse sistema, repercutindo em condições de desvantagem no desenvolvimento científico-tecnológico dos países em desenvolvimento e/ou de economia emergente (Sul). Assim, ressalta-se, mais uma vez, que a competição no mercado mundial está ancorada no princípio de domínio do conhecimento enquanto força da inovação do processo produtivo. Portanto, a proteção da propriedade intelectual tem que ser visualizada como uma arma poderosa na guerra por mercados. (NOGUEIRA, 2013, pp. 273-274)

A discussão dessa disputa dos direitos econômicos é pertinente nas projeções de poder dos Estados Unidos na região, relacionando-se até mesmo com a apropriação e monopolização “dos conhecimentos tradicionais que são indevidamente utilizados para a produção desses produtos.” (NASCIMENTO, 2012, p. 50) Diante da imensidão da floresta amazônica na América do Sul, a dificuldade de localizar materiais genéticos para possíveis produtos comercializados é mitigada através do contato com as comunidades tradicionais amazônicas, cujas práticas sociais consistem em condição da pesquisa *in situ*: “são fontes de informação por seu saber local, facilitam o acesso às matrizes genéticas e protegem a biodiversidade mediante formas diversificadas de sua utilização.” (BECKER, 2015b, p. 201) Entretanto, tal benefício acaba se tornando negativo, tanto para as comunidades locais quanto para os Estados nacionais, quando empresas internacionais organizam expedições, chamadas de bioprospecção, para se acercar e conquistar a confiança destas comunidades. Ainda que respaldados pela legislação, se apropriam do conhecimento tradicional, conseguem patentes, exercem o monopólio e cobram royalties sobre o seu uso, sem nenhum tipo de contrapartida: “um salvo-conduto para a biopirataria.” (IADEROZZA, 2015, p. 203)



A Amazônia Sul-Americana é um significativo acervo material de recursos biogenéticos dos Estados Unidos, fato respaldado pelo progresso da pesquisa experimental sofisticada em modernos laboratórios situados nas Universidades e empresas estadunidenses (BECKER, 2015b, p. 201), inclusive com a criação, em 1993, do *National Biological Service*, do Departamento do Interior, com a finalidade de proteger as espécies e auxiliar as indústrias agrícolas e biotecnológicas, assim como identificar novas fontes de alimentos, fibras e medicamentos.

Num tipo de “*biopirataria oficializada*” (RIBEIRO, 2005, pp.402-403), o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF)<sup>236</sup> é um programa de cooperação bilateral entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o *Smithsonian Institution* (SI) dos Estados Unidos, cujos objetivos consistem em determinar as consequências ecológicas do desmatamento sobre a fauna e flora na Amazônia e transferir a informação gerada a diferentes setores da sociedade, com a finalidade de beneficiar a conservação e o uso racional dos recursos florestais. Entretanto, segundo Gama (1997), o projeto vem consistindo numa base científica americana na área de pesquisa florestal e da biodiversidade, um projeto de cooperação permanente que, do ponto de vista geopolítico, é altamente questionável ao representar uma interferência na soberania nacional.

Além da ratificação da continuidade da presença dominante de projetos de interesses de instituições estrangeiras aprovados por parte do PDBFF, Maximiano (2010) realizou um estudo acerca das conexões locais e globais da formação acadêmica dos pesquisadores do INPA, um dos maiores produtores e difusores do conhecimento científico amazônico e a maior referência em Biologia Tropical do mundo. Seja pela qualificação do corpo de pesquisadores do Instituto, pelo peso de decisão da agenda por coordenadores e participantes estadunidenses, pelos projetos com participação desses estrangeiros tendendo a se tornar enclaves de prosperidade ou pelo favorecimento do estabelecimento de agendas exógenas para pesquisa, é factível corroborar com o autor que a influência e presença dos Estados Unidos no INPA são incontestes na área de biodiversidade, desde 1979. (MAXIMIANO, 2010, pp. 196-199)

---

236 “Alguns de seus parceiros financeiros não governamentais são: Smithsonian Tropical Research Institution (STRI), Conservação Internacional (CI), Shell Foundation, Organization for Tropical Studies e Marisla Foundation. Dentre os agentes financiadores governamentais estão: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil; a National Sciences Foundation (NSF), National Aeronautics and Space Administration (NASA), e USAID, dos EUA.” (MAXIMIANO, 2010, p. 193)

Desta forma, conclui-se que, ainda que a cooperação internacional seja uma viabilidade de desenvolvimento científico-tecnológico<sup>237</sup>, parte majoritária dos estudos desenvolvidos no INPA concentra-se em análises e resoluções desconectadas e indiferentes às demandas da Amazônia Sul-Americana, promovidos pela pressão de instituições de governo dos EUA, caracterizando uma interferência e disputa política pelo poder de decisão e gestão dos recursos naturais a partir de “instrumentos políticos e conceituais estratégicos usados principalmente no intuito de conduzir a agenda político-administrativa e de gestão do território.” (MAXIMIANO, 2010, pp. 205-206)

Todos esses fatores até aqui pontuados corroboram a prerrogativa de que a biopirataria contemporânea apresenta um número crescente de casos, principalmente através das empresas privadas de grandes grupos farmacêuticos internacionais, que, além de registrarem e patentear essas substâncias medicinais como sua propriedade intelectual, exportam aos países amazônicos produtos farmacêuticos sintéticos, semi-sintéticos e naturais, oriundos da farmacopeia da região. (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 284) Como exemplo, o laboratório estadunidense *Shaman Pharmaceuticals*, que pesquisou cerca de sete mil plantas extraídas da floresta amazônica para a produção de medicamentos (RIBEIRO, 2005, pp. 372-373), além de patentes registradas nos Estados Unidos, em casos como do açaí, da andiroba, da copaíba e do cupuaçu (LEMOS, 2018, pp. 4-5), e de animais, como substâncias do sapo kambô e o veneno da jararaca. (MEIRELLES FILHO, 2006, p. 208)

Obviamente, outra prerrogativa para o aumento considerável da biopirataria consiste na retórica da omissão das autoridades dos países amazônicos em relação à devastação florestal e consequente extinção da riqueza faunística e florística, fazendo com que haja uma ampla e ilimitada liberdade de intervenção na pesquisa e exploração dos recursos biogenéticos sob a alegação de benefícios futuros para a humanidade. Alinhado a este fato, existe uma deficiência na divulgação da importância da preservação da biodiversidade da Floresta Amazônica, falhas nos processos de monitoramento, proteção, fiscalização e punição dos infratores, descaso das autoridades governamentais na criação, acompanhamento e cumprimento de leis específicas para controle da biopirataria. (CARVALHO, 2015, p. 18) Ainda, “cumpre esclarecer que a biopirataria, seja pela falta de regulamentação que existe

---

237 “A Cooperação Internacional é importante na medida em que ela ocorre entre diferentes; em tese, sempre haveria ganhos, pela possibilidade de trocas. Os resultados da Cooperação dependem das condições previamente estabelecidas e do respeito às mesmas. Atividades em cooperação podem ser proveitosas para as nações e instituições envolvidas, ou não, caso as relações que se estabelecem sejam assimétricas. Não se pode esquecer que se trata de negócios entre nações/instituições/indivíduos que trazem consigo interesses diversos, e sempre haverá limites éticos e/ou operacionais à plena execução de todos eles.” (MAXIMIANO, 2010, p. 201)

sobre a matéria, seja pela facilidade com que se pode praticá-la, dificilmente é detectada, e raramente as autoridades tomam conhecimento da sua ocorrência.” (NASCIMENTO, 2012, p. 51)

Dentre os desafios postos à defesa da região, a biopirataria e a presença de redes de tráfico são certamente os problemas que ameaçam a soberania nacional de forma mais silenciosa e que colocam dificuldades de controle sobre o luxo de materiais genéticos. Os efeitos da biopirataria são notados pela multiplicação de patentes estrangeiras sobre produtos originários da região, tanto para fins terapêuticos como comerciais. Os altos preços de animais e de recursos genéticos no mercado internacional são o principal atrativo tanto para atravessadores, quanto para as próprias populações locais que, dada a baixa oportunidade de trabalho e comércio na região, podem ver no tráfico de animais e naqueles recursos uma alternativa de sustento em uma das áreas paradoxalmente mais pobres do ponto de vista socioeconômico. (LIMA et al., 2017, p. 63)

Seja através de práticas diretas e formais, por meio da cooperação científica internacional, ou indiretas e ilegais, por meio da biopirataria, o interesse dos países desenvolvidos pela biodiversidade amazônica vem tornando-se ostensivo, tendo os Estados Unidos como um de seus protagonistas. Logo, “é provável que neste século, a exploração da biodiversidade amazônica seja uma forte fonte de atritos de grande impacto geopolítico.” (RIBEIRO, 2005, p. 376) Em outros termos, os países amazônicos devem discutir instrumentos jurídicos que garantam uma proteção e regulação mais eficaz, exigindo regras de controle sobre seu acesso, a distribuição dos seus benefícios pela população e a valorização dos recursos genéticos. (BECKER, 2015b, p. 202) Isso possibilitaria um projeto estratégico que atrairia inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, preservando a informação sobre a biodiversidade, utilizando-a com tecnologias avançadas nos próprios países da Amazônia Sul-Americana, além de basear-se nos saberes tradicionais. Tais possibilidades que agregam a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T,&I) serão abordados na seção que encerrará o presente trabalho.

Para finalizar, ainda que não seja restrito aos países amazônicos nem aos sul-americanos, mas um fenômeno que se espalha por todo o sistema internacional, a desestabilização de governos contrários aos interesses dos Estados Unidos é uma prática datada desde o século XX, mas que ganha novos contornos com as revoluções científico-técnicas, passando a consistir um dos pontos principais da guerra híbrida.

No início do século XXI, o projeto de poder dos Estados Unidos na América do Sul vem redirecionando seu foco principal da luta contra o narcotráfico para o apoio a democracias liberais favoráveis ao modelo americano, principalmente através de golpes brandos. Os próprios investimentos e financiamentos estadunidenses em embaixadas e ONGs

da região são atestados por documentos disponíveis, como o *The Greenbook on US Government Foreign Assistance*, ratificando uma opção da ação militar explícita para a atuação política velada. No caso específico da Amazônia Sul-Americana, o objetivo principal é cercar completamente a grande bacia amazônica, tencionando a garantia do acesso exclusivo a uma área que possivelmente será considerada de jurisdição universal e, conseqüentemente, disponível para os que possuam os instrumentos logísticos e tecnológicos necessários para a exploração adequada.

Um caso contemporâneo e emblemático vem acontecendo desde a tentativa de golpe de Estado na Venezuela, em 2002. Ao agregar a guerra econômica, financeira e midiática perpetrada nos últimos anos – assim como a atuação de organizações mantidas pelo Governo dos EUA e dirigidas pelo Congresso deste país, cujo objetivo é fomentar a agenda neoliberal em todo o mundo, como a *National Endowment for Democracy* (NED) (BORON, 2013, pp. 126-127) –, este processo faz com que a disputa de poder baseada na guerra ilimitada da era da informação permita ingerências indiretas, sob a prerrogativa do *responsability to protect* (R2P), visando devastar a Força Política Interna e possibilitando o *regime change*.

Em alguns países amazônicos, o discurso da sociedade civil tem sido monopolizado por determinadas ONGs e outros tipos de organizações estrangeiras, inclusive suplantando instituições políticas. Estas vêm formando o que se convencionou denominar de “ONGcracia”, em que líderes profissionais utilizam o acesso aos formuladores de políticas domésticas e financiadores ocidentais para influenciar as políticas públicas de determinados países. Em outros termos, apresentam-se como solução dos conflitos de poder em determinados Estados nacionais, substituindo as entidades políticas tradicionais e minando “o que realmente se podia considerar democracia” (BANDEIRA, 2016, p. 277), esvaziando-as em benefício próprio. (DEWAR, 2007, p. X)

*No pocas ONG que proliferan en el mundo andino, en apariencia inofensivas y sólo preocupadas por el bienestar de los pueblos originarios y la defensa del medio ambiente, son en realidad organizaciones pantalla de la CIA, la National Endowment for Democracy (NED) o la Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales (FAES). La NED es una organización establecida en 1983 por el Congreso de Estados Unidos a solicitud del presidente Ronald Reagan. Agrupa en su seno a los representantes de los dos partidos principales de ese país, y su talante y sus proyectos lleva el claro signo de su reaccionario inspirador. Financia fuertemente a organizaciones sociales y políticas pronorteamericanas en casi un centenar de países, desembolsando más de mil donativos por año siendo uno de los vehículos predilectos del intervencionismo de Washington en la región y reemplazando algunas de las labores que antes hacía la CIA. (BORON, 2013, pp. 126-127)*

Em síntese, a ameaça militar perpetrada pelas bases militares, a persuasão econômica, o ataque neoliberal para reverter as conquistas sociais, a interferência contra a soberania e integração das Forças Políticas Internas, são fatores que possibilitam a desestabilização dos países da América do Sul. Complementada pela guerra híbrida dos Estados Unidos na Amazônia Sul-Americana, que consiste numa guerra ilimitada de alto grau de complexidade, revela-se que esse projeto de poder e dominação de países subdesenvolvidos é perpetrado sem a necessidade de utilização de fortes aparatos militares explícitos. Com isso, emprega-se apenas uma base ideológica liberal e a utilização de novas tecnologias da informação, assim como intervenções indiretas e veladas que tencionam destruir projetos de poder das Forças Políticas Internas que sejam contrários aos objetivos geoestratégicos e geoeconômicos de expansão estadunidense.

### **3.2.2 – O projeto de poder chinês: a geoeconomia híbrida na Amazônia Sul-Americana**

Apesar de recente, o projeto de poder chinês na região sul-americana é geoeconomicamente crucial para sua estratégia econômica e comercial, conforme visto na seção 2.3, baseado na retórica de aprofundamento da cooperação visando alcançar resultados *win-win*, a partir de uma atuação mais pacífica e sem uma agenda de segurança. Os vínculos econômicos chineses surgem como principal contraponto à atuação das Forças Políticas Externas dos Estados Unidos na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana: “todavia, a assimetria entre parceiros econômicos e o padrão mineral-extrativista tendem a reproduzir conhecidas formas de dependência na divisão internacional do trabalho.” (LIMA et al., 2017, p. 57) Desta maneira, a fronteira amazônica viabiliza “à expansão geopolítica do capital financeiro transnacional, devido, principalmente, a seu vasto território, vazio demográfico e recursos naturais estratégicos, ausentes de organizações nacionais e regionais condizentes com a nova ordem econômica e tecnológica.” (BECKER, 2015a, p. 267)

De fato, a participação ativa da China na América do Sul se inicia, conforme visto, com a sua entrada na OMC, em 2001, modificando o tabuleiro geopolítico tanto na região quanto nas relações internacionais em geral. Esse reequilíbrio das relações de poder, suplantando a outrora breve unipolaridade, permitiu sua atuação mais enfática em termos principalmente comerciais, até a crise de 2008. Este ponto de inflexão político-econômico fez com que o direcionamento chinês se modificasse, mas não se ausentasse, haja vista o *Policy Paper* específico para a região no mesmo ano. Finalmente, o recorte temporal encerra-se em

2016, com a nova estratégia chinesa para a América do Sul, seja através do segundo *Policy Paper* para a região, assim como o início da concretização do projeto da Nova Rota da Seda, visando fundamentar as bases da multipolaridade a partir de um mundo sinocêntrico e pós-ocidental.

Ademais, as Forças Políticas Externas da China visam cooperar economicamente com as Forças Políticas Internas na Amazônia Sul-Americana, sem condicionalidades nem distinção de matizes das FPI. Entretanto, a aplicação de instrumentos econômicos duais, multiformes e assimétricos com finalidades geopolíticas, que compreendam, concomitantemente, o desenvolvimento e a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, possibilita uma concepção de geoeconomia híbrida. Desta maneira, a dualidade entre os benefícios econômicos imediatos e os desafios para o desenvolvimento de médio-longo prazo, sem o rompimento das estruturas de subdesenvolvimento e dependência, configura-se como um *mixed blessing* de lógica cooperativa e paradoxal, que não complexifica as economias e apresenta riscos de desindustrialização e especialização regressiva.

Os focos principais da utilização da geoeconomia híbrida na Amazônia Sul-Americana são o acesso prioritário e escoamento de baixo custo das commodities, a exportação de serviços das empresas chinesas e o acesso ao mercado consumidor dos países envolvidos. Das ferramentas geoeconômicas utilizadas, serão abordados os investimentos externos diretos, com atuação específica na área de energia, recursos minerais, terras e infraestrutura, tendo como principal projeto a Ferrovia Transamazônica.

Os Investimentos Externos Diretos são ferramentas geoeconômicas utilizadas pelas Forças Políticas Externas chinesas como um importante motor para alcançar novos mercados, novas tecnologias e, principalmente no caso da Amazônia Sul-Americana, recursos naturais estratégicos. Adicionalmente, possuem uma vertente política, haja vista que o Estado chinês é o principal patrocinador dessa nova modalidade de atuação econômica no sistema internacional. Uma vez que a Amazônia Sul-Americana apresenta um alto potencial no que tange a esses recursos, o redirecionamento para essa região é inexorável, como resume Becker (2015b, p. 54):

Face à nova ordem econômica e tecnológica, a Amazônia constituiu-se como espaço geopolítico privilegiado para as corporações transnacionais. Apresenta, como primeira vantagem, a possibilidade da apropriação de grandes porções de espaço. Isto significa a possibilidade de implantar rapidamente novas estruturas, abrindo mercados produtivos e expandindo o mercado financeiro mundial. Ao lado dessa vantagem, a região apresenta uma fantástica riqueza mineral.

A partir dos dados compilados pelo *China Global Investment Tracker – 2019*, os investimentos globais chineses nos países que constituem a Amazônia Sul-Americana, no acumulado de 2005 a 2016, chegam a aproximadamente 75 bilhões de dólares. Os setores de energia e metais concentram a parte majoritária de investimentos, sendo os maiores destinos o Brasil, Peru, Venezuela e Equador, respectivamente. (Apêndice 23)

A partir do trabalho de Koleski e Blivas (2018), é possível visualizar os principais projetos de infraestrutura na Amazônia Sul-Americana. O setor hidrelétrico obteve os maiores montantes de recursos destinados, sendo a *China National Electric Equipment Corporation*, a *Sinohydro* e a *China Three Gorges Corporation* as empresas chinesas que vem se destacando, com projetos concluídos e em andamento no Peru, Bolívia e Equador, tendo este último obtido “empréstimos da China no valor de US\$ 11 bilhões para financiamento de projetos hidroelétricos, pontes, rodovias e outras obras de infraestrutura.” (DOMINGUEZ, 2016, p. 153) As linhas de transmissão de energia na Venezuela e no Brasil, em Belo Monte, foram realizadas pela *State Grid Corporation of China*, com custos que superaram US\$ 1 bilhão. Já a infraestrutura de estradas e rodovias bolivianas e peruanas foi concretizada pela *China Communications Construction Company Ltd (CCCC)*, *Sinohydro* e *China Railway Construction Corporation*, enquanto que o aeroporto internacional da Guiana foi ampliado pela *China Harbour Engineering Company Ltd (CHEC)*. Dentre outros projetos de cunho social, destacam-se os de habitação e abastecimento de água na Venezuela, a cargo da *China International Trust & Investment Corporation Group*, *Sinomach* e *CAMCE*, e a construção de pontes na Bolívia pela *China Harzone Industry Corporation*. (Apêndice 24)

O setor de energia é a principal área de investimentos chineses na Amazônia Sul-Americana. Atualmente, a China é o país que mais possui hidrelétricas do mundo, fazendo com que suas empresas tenham se tornado complexas, sofisticadas e competitivas na construção desses grandes projetos. Em consequência disso, a internacionalização dessas empresas foi possibilitada, expandindo-se para fora do país e crescendo ano após ano. As empresas como *State Power Investment Overseas*, *China's Three Gorges Corporation (CTG)* e a *State Grid Corporation of China* – maior companhia de energia do mundo – estão presentes em projetos hidrelétricos e linhas de transmissão na Amazônia Sul-Americana, em projetos como Coca Coda Sinclair, Mazar-Dudas, Quijos, Sopladora e Delsitanisagua, no Equador, Usina Hidrelétrica San Jose e Usina Hidrelétrica Rositas, na Bolívia, San Gaban III, no Peru, e Belo Monte, Santo Antônio, São Simão, Teles Pires, São Manoel, Cachoeira Caldeirão, e Santo Antônio do Jari, no Brasil.

Em termos de valores dos investimentos externos diretos, ainda que os principais projetos hidrelétricos tenham sido realizados no Equador, Peru e Bolívia, respectivamente, os casos mais emblemáticos e de maior visibilidade internacional ocorreram no Brasil. A correlação das Forças Políticas Internas – principalmente neste país, com a queda de empresas brasileiras após a Operação Lava Jato – possibilitou janelas de oportunidades para a participação das empresas chinesas no setor elétrico. Em 2010, a *State Grid* fez duas grandes aquisições, totalizando US\$ 2,2 bilhões, em que a primeira foi a aquisição de sete empresas nacionais de transmissão de energia elétrica e doze linhas de transmissão, tornando a *State Grid* a quarta maior empresa de transmissão de energia do Brasil. (GALLAGHER, 2016, p. 54)

Ao investir e atuar através de fusões e aquisições de ativos por meio de seus grandes grupos estatais, a China estabelece uma prática de geoeconomia híbrida que favorece ambas as partes, mas, em contrapartida, coloca o setor energético dos países da região sob controle das Forças Políticas Externas chinesas. Neste sentido, a expansão da *China's Three Gorges Corporation* foi viabilizada a partir da compra da participação de 21,35% da *Energias de Portugal*, em 2011, tornando-se a sua maior acionista e herdando as obras de sete usinas hidrelétricas no Brasil. Durante visita do presidente chinês Xi Jinping, em 2014, a empresa chinesa assinou um acordo cooperação-técnica com a Eletrobras Furnas, fortalecendo ainda mais sua presença e ganhando protagonismo até mesmo diante da gigante *State Grid*. Nos últimos anos, a CTG realizou a compra em participação de usinas hidrelétricas na Amazônia Sul-Americana, como a São Manoel no rio Teles Pires, Santo Antônio do Jari, no rio Jari, e Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, com participação de 33%, 50% e 50%, respectivamente.

Adicionalmente, a CTG assinou um termo de cooperação estratégica com a *Furnas* para conduzir um estudo de viabilidade para a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, demonstrando interesse posterior em realizar uma oferta no leilão desta que seria a maior usina prevista para a Amazônia depois de Belo Monte, no Xingu, com 6.133 megawatts de potência máxima instalada e custo estimado em R\$ 23 bilhões. A *China Huadian Corporation* – uma das cinco maiores empresas estatais de geração de energia na China – negocia a compra da *Santo Antônio Energia*, concessionária responsável pela Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira e quarta maior em operação no Brasil, com 3.568,3 megawatts de potência instalada e 2.424 megawatts de potência assegurada. Outro fato interessante é que, ainda que o gigantesco projeto da barragem de Belo Monte, no



Brasil, tenha sido realizado por empresas brasileiras, a *State Grid Corporation* assumiu a distribuição de energia (GALLAGHER, 2016, pp. 141-142), a partir de um deságio de 38%, possibilitado pela estratégia de geoeconomia híbrida dessas estatais, que possuem acesso a crédito de baixo custo dos bancos chineses.

A construção de grandes hidrelétricas na Amazônia exerce um potencial difusor do crescimento regional como projetos infraestruturais potencialmente estruturantes. No entanto, a instalação dessas usinas na maior floresta tropical do mundo vem mostrando inúmeros ônus, tendo suas execuções suscitado polêmicas como desprezo pelos direitos humanos, impactos profundos na biodiversidade e nas comunidades tradicionais, violação de leis e acordos internacionais, emissão de gases de efeito estufa como resultado da degradação da vegetação e do solo, dentre outros.

Segundo relatório do Greenpeace Brasil (2016), cenários alternativos de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis e mais eficientes são possíveis na Amazônia, como a combinação de eólica, solar e biomassa. O estudo utiliza como exemplo a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós: com capacidade instalada de 8.040 MW e média esperada de 4.012 MW, apresenta a possibilidade de uma combinação de novas fontes renováveis com a mesma capacidade de geração, num mesmo período de tempo e com o investimento similar, caso houvesse um aumento das suas contratações. Tal fato não se encontra no escopo do projeto de poder chinês para a Amazônia Sul-Americana, uma vez que sua área de *know-how* é concentrada na geração de energia hidrelétrica, além de que as externalidades negativas oriundas dos megaprojetos não são internalizadas em seu território nacional, o que, alinhado ao déficit energético da Amazônia Sul-Americana, facilita e intensifica uma entrada cada vez mais enfática.

No outro lado dos investimentos externos diretos no setor energético, o petróleo se apresenta como campo promissor. É fato que os maiores investimentos direcionados ao setor petrolífero se concentram na Venezuela e no Brasil, principalmente na Bacia do Orenoco e na Bacia de Santos, respectivamente. Estes são patrocinados pelos três principais conglomerados – ou *jituan* (集团) – de empresas de petróleo (*National Oil Companies* – NOCs): a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a *China National Off shore Oil Corporation* (CNOOC) e a *China Petrochemical Corporation* (Sinopec), gigantescas transnacionais do mundo. (SHAMBAUGH, 2013, pp. 164-165) Ainda assim, há uma crescente participação de estatais chinesas no petróleo existente na Amazônia Sul-Americana, haja vista que

“additional motivations for the NOCs overseas investments are to diversify sources of supply so as to reduce the risk of overdependence on a few key suppliers; [...] and to develop an integrated international supply chain.” (SHAMBAUGH, 2013, pp. 169-170)

Neste sentido, Leite e Ramos (2016, p. 178) pontuam as atuações da CNPC em território peruano, os investimentos da Sinopec na Colômbia e as aquisições da Sinopec e da PetroChina de empresas extratoras e beneficiadoras de petróleo e oleodutos no Equador. Ainda neste país, sendo o petróleo uma importante fonte de divisas – aproximadamente 25% da receita do setor público em 2016 –, o colapso do seu preço limitou a capacidade equatoriana de pagar seus débitos com a China, forçando o governo a contrair empréstimos adicionais, levando o *China Development Bank* e o *Export-Import Bank of China* a possuírem 30,3% (US\$ 8 bilhões) dos US\$ 26,4 bilhões em dívida pública externa do Equador, contra apenas 1% em 2009. Consequentemente, “to pay off its loans to China, Ecuador exports roughly half of oil production to Chinese firms” (KOLESKI; BLIVAS, 2018, p. 27), categorizando outra modalidade da geoeconomia híbrida: *oil-for-loan*.

Ainda no que se refere ao petróleo e gás, a disputa das Forças Políticas Internas é intensa e complexa. Nas áreas de exploração na Amazônia Ocidental, estima-se que existam 50 comunidades indígenas, como os *Tagaeri* no Equador, os *Nahua* no Peru, os *Uwa* na Colômbia, os *Ayoreo* na Bolívia e os *Juma* no Brasil. Entretanto, determinados experimentos inovadores na perfuração de petróleo visam ter um impacto ambiental e social mínimos, como é o caso da “ilha na selva”<sup>238</sup> do Projeto *Camisea*, no Peru. Da mesma forma, a contenda entre povos indígenas, a Andes Petroleum e concessões para chinesas CNPC e SINOPEC em *Sápara*, no Equador<sup>239</sup>, constitui outro caso clássico de benefício mútuo que a geoeconomia híbrida pode propiciar, conforme destaca Gallagher (2016, pp. 117-118):

---

238 “On an even higher note, China’s SINOPEC is part of an innovative experiment in inshore oil drilling that aims to have minimal environmental and social impact. In Ecuador’s Amazon Block 16, the Spanish firm Repsol and its junior partner (with a 20 percent stake) SINOPEC are experimenting with a new method of oil development in ecological and socially sensitive areas—termed ‘offshore inland’ development. Championed by former Secretary of the Interior Bruce Babbitt, the basic idea of offshore inland development is to create ‘islands in the jungle’ where oil companies have as little a footprint as possible. The most central element is not building new roads to the drilling and exploration sites, but rather helicoptering in key supplies as if the site is an offshore platform. The Camisea project in Peru is the first of this kind, has been operating for 10 years, and produces over 90 percent of Peru’s natural gas.” (GALLAGHER, 2016, pp. 130-131)

239 “Leonardo Cerda and Gloria Ushigua came all the way from the Andean rainforests of Ecuador to participate in the march. Ushigua’s placard read ‘Andes Petroleum out of Sapara territory!’ Cerda is a leader of the Kichwa people in Ecuador; Ushigua is from the Sápara people, where she is president of the Association of Sápara Women. Both the Kichwa and Sápara languages have been characterized as critically endangered by the United Nations. Their peoples live in the jungles of the Amazon in the eastern part of Ecuador and border Yasuni National Park, a UNESCO Biosphere Reserve singled out as being one of the most biologically diverse locations

*Projects like the Andes Petroleum concessions in Ecuador will be major testing grounds for the future. It has the potential to bring needed investment into that country. Ecuador has a strong constitution that creates space for such an investment to be conducted in a manner that reaps benefits for Ecuador and the Chinese companies and for communities like the Sápara—with minimal impacts on the environment. Striking such a balance could help Ecuador unlock a legacy of commodity dependence and social and environmental conflict that could be copied throughout the region. If China participates and helps guide such efforts, it stands to profit substantially from its billions of dollars of investments in natural resource projects across the hemisphere and learn what it takes to penetrate markets the world over. In so doing, China can truly live up to its image as being a Southern partner to Latin American governments rather than the Northern patron that has become stigmatized for foreign investment with disregard for the environment and surrounding peoples. This scenario would bring acclaim and pay dividends to all parties involved.*

Sobretudo com o petróleo, as hidrelétricas e as redes de transmissão de energia elétrica, o setor energético vem protagonizando os investimentos chineses na Amazônia Sul-Americana. Esta expansão energética amazônica tem se apresentado com características da lógica mercantil de exportações de *commodities* proporcionada pelas crescentes importações da China, cuja racionalidade se baseia nos estímulos aos eixos de exportação sul-americanos, envolvendo outros investimentos logísticos, como transportes rodoviários, hidroviários e ferroviários. Sob a perspectiva da geoeconomia híbrida, é factível o questionamento do padrão de crescimento a ser realizado a partir dessas políticas energéticas e infraestruturais: se reforçam a soberania dos países da Amazônia Sul-Americana e potencializam seu desenvolvimento sustentável e integração regional, ou se somente reproduzem os interesses das Forças Políticas Externas chinesas.

A Amazônia Sul-Americana também vem se apresentando como um espaço geopolítico para o projeto chinês de poder a partir da ação de corporações transnacionais em projetos de mineração que, inclusive, se correlaciona com o próprio interesse em construção de usinas hidrelétricas na região, uma vez que é necessária energia de baixo custo para sua operacionalização ser economicamente viável. Diferentemente do setor de petróleo, a indústria de mineração chinesa é mais descentralizada, incluindo empresas estatais e privadas de nível provincial. A multinacional estatal *China Minmetals Corporation* é o maior e mais significativo ator do setor, que conta com as também estatais *China Non-Ferrous Metals Mining Corporation* e a *China Metallurgical Construction Corporation*, assim como as empresas estatais híbridas, por possuírem maior autonomia corporativa, como *Baosteel*,

---

on earth. Andes Petroleum was formed by the Chinese oil giants CNPC and SINOPEC and has recently been awarded two concessions in Kichwa and Sápara territory—home to some of the most endangered peoples and most biodiverse areas in the world. A growing coalition of local and global activists are organizing to use the Andes story to epitomize the growing destruction of local and indigenous communities, biodiversity, and climate by oil companies in general and Chinese companies in particular.” (GALLAGHER, 2016, pp. 117-118)

*Chinalco (China Aluminum Corporation), Shougang (Capital Steel), Jinchuan Group, Shenhua Group, Sinosteel, Tonghua Iron and Steel e Wuhan Iron and Steel.* (SHAMBAUGH, 2013, p. 172) Como ponto convergente entre todas, visualiza-se a crescente atuação no exterior, e que “*progresivamente ha comenzado a iniciar actividades en Suramérica.*” (UNASUR, 2015, pp. 65-66)

A geoeconomia híbrida chinesa na área de mineração consiste numa estrutura de negócios na exploração, extração e produção, caracterizada pela centralização no governo através da criação de grupos de negócios. Desta forma, atua nas compras diretas de fornecedores estrangeiros, arrendamentos de minas no exterior, *joint ventures*, fusões e aquisições de empresas de mineração estrangeiras, assim como acordos com governos para fornecimento plurianuais. (SHAMBAUGH, 2013, pp. 172-173) Ainda que as empresas de mineração chinesas tenham iniciado a internacionalização das suas operações recentemente, e possuam uma participação relativamente reduzida na Amazônia Sul-Americana, o alto potencial da região possibilita perspectivas futuras de atuação mais enfáticas, principalmente em países como Brasil e Peru.

*Mining investments are also of an immense scale. The largest mergers and acquisitions (M&As) project in the mining sector was in 2011 when a group of five Chinese state-owned enterprises purchased a 15 percent stake in the Brazilian mining firm Companhia Brasileira de Metalurgie e Mineracao for \$2 billion, granting the Chinese firm access to rare-earth elements in Brazil. Perhaps the country where Chinese firms are most active, however, is Peru. Chinese mining firms are engaged in at least eight major mining projects in that country, including the Shougang iron mine, where Chinese presence dates as far back as 1992. The Aluminum Corporation of China (CHINALCO) acquired the Canadian firm Peru Copper, and has invested more than \$3 billion into its new Peruvian copper operations to date. The project is named for Mount Toromocho (in Spanish, “bull with no horns”), the site for the copper mine.* (GALLAGHER, 2016, pp. 54-55)

Outro campo de atuação, que se inicia na década de 2010 na Amazônia Sul-Americana, e pode tornar-se uma tendência nos próximos anos, consiste nos investimentos agrícolas, com empresas públicas e privadas chinesas em busca de novas terras. Esses investidores são ainda mais fragmentados do que os produtores de minerais, dividindo-se em três tipos: grandes empresas nacionais associadas ao governo central, grandes empresas regionais apoiadas pelas autoridades provinciais ou nacionais e investidores locais e privados, geralmente pequenas empresas ou indivíduos. As principais empresas nacionais são a *China State Farm Agribusiness Corporation (CSFAC)* e a *China National Agricultural Development Group Corporation*, recebendo a maior parte da assistência do governo central no processo de internacionalização e possuindo atividades em países da América do Sul. As empresas estaduais de agronegócios agrícolas (SFACs) podem agir de forma independente ou fazer

parceria com a CSFAC. Além disso, para os grandes empreendimentos chineses, principalmente no Brasil, cerca de 90% do capital provém do setor estatal. (ECONOMY; LEVI, 2014, pp. 62-63)

*Chinese companies' preference is to own land outright to ensure "product safety, lower production costs, and better profits." Where owning land outright is not possible, they invest in infrastructure and processing facilities; in the case of Brazil, this allows them to purchase soybeans directly from Brazilian farmers, circumventing multinational grain companies. [...] Chinese investment in agriculture generally ranks a distant second or third to that in energy or minerals in a given country. In Brazil, about 20 percent of Chinese investment is in agribusiness (as opposed to 45 percent in energy). (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 64)*

Ainda que perdurem entraves para compra de terras por estrangeiros no Brasil, a China segue firmando negócios e parcerias, como o Plano de Ação Conjunta, com foco em pesquisas conjugadas de produção agrícola e facilitação dos investimentos no processamento de grãos e alimentos. Ao priorizar tanto o agronegócio quanto a infraestrutura de escoamento de *commodities*, as Forças Políticas Externas chinesas propõem uma agenda para um setor altamente estratégico para a economia brasileira. Em 2011, o estado de Goiás realizou uma parceria com a estatal chinesa *Sanhe Hopefull*, em investimento previsto de US\$ 7 bilhões, visando transformar dois milhões de hectares degradados em áreas cultiváveis para ao plantio da soja, expandindo a produção em seis milhões de toneladas a serem exportadas exclusivamente para a China.

Na infraestrutura para escoamento de *commodities*, empresas chinesas estão investindo em ferrovias como a Ferrogrão, que vinculará os produtores do Centro-Oeste ao porto de Miritituba (PA), e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, conectando-a ao porto de Ilhéus (BA) e à Ferrovia Norte-Sul, de Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT) e Porto Velho (RO); a *China Railway Construction Corporation Limited* assinou acordos com o intuito de concretizar investimentos em infraestrutura com o governo do Pará, em 2016, assim como realizou uma parceria com o governo do Mato Grosso para construção de quatro trechos de ferrovias: Rondonópolis a Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT) a Porto Velho (RO), Cuiabá (MT) a Santarém (PA), e Alto Araguaia (MT) a Araguaari (MG); a *China Communications Construction Company* é sócia majoritária do Porto de São Luis, no Maranhão, integrado com a Ferrovia Carajás. (SANTOS; GLASS, 2018, pp. 36-37)

Outro fato interessante de atuação geoeconômica híbrida consiste em atividades na Zona Franca de Manaus (ZFM), polo industrial criado para estimular a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico da Amazônia, atraindo empresas para produzir e abastecer o

mercado interno brasileiro. Segundo Brito (2017), um conjunto de fábricas chinesas vem se estabelecendo na ZFM, a partir dos anos 2000, provocando a incorporação da produção local e, ao mesmo tempo, remodelando a gestão do trabalho para uma “taylorização com características chinesas”, criando fortes vínculos produtivos entre subsidiária-matriz, mas frágeis vínculos na ZFM, implicando em alto controle da mão de obra, menores salários e menos benefícios aos trabalhadores locais. Tal tendência tende a aumentar, haja vista a presença de comitivas chinesas para avaliar o funcionamento da Zona Franca, como das províncias de *Henan* e *Zhejiang*, prospectando as possibilidades de instalação de novas empresas e debatendo oportunidades locais de investimentos.

O espaço territorial possui uma importância crescente para a acumulação de capital, devido ao tempo que os bens levam para percorrer entre os elos das cadeias globais de valor e os centros globais de consumo; quanto mais elevada a duração desse percurso, menor a competitividade de uma determinada cadeia de produção, reduzindo seu potencial econômico no sistema internacional. Nesse sentido, a infraestrutura é uma temática basilar para todo e qualquer projeto estratégico, seja ele na América do Sul, como um todo, ou na Amazônia Sul-Americana, em particular.

Dessa forma, a geoeconomia híbrida dos megaprojetos de infraestrutura se apresenta como uma tendência crescente na Amazônia Sul-Americana, viabilizando o fluxo mais rentável dos recursos naturais estratégicos em direção à China e aos mercados internacionais. Como exemplo desta nova iniciativa, a gigante *China Communications Construction Company* anunciou, em maio de 2016, a abertura de seu primeiro escritório no Brasil e, em 2017, a compra da participação majoritária de uma empreiteira (Concremat). Logo, a financeirização do investimento chinês em infraestrutura ratifica seu papel fundamental, tendo a Força Política Externa do Estado chinês uma participação substancial. Como exemplo,

Um dos maiores projetos em infraestrutura portuária até agora seria implementado no Suriname, onde quase 10% da população é constituída por imigrantes chineses. A *Cheng Dong International* e a *China Harbour* assinaram um Memorando de Entendimento de US\$6 bilhões para projetos que abrangem um porto de águas profundas, assim como uma rodovia e ferrovia de Panamaribo até Manaus, reduzindo a necessidade de cabotagem ao longo do litoral da Amazônia. (ABDENUR, 2016, p. 200)

Neste tocante, o maior projeto consiste na Estrada de Ferro Transamazônica, que atravessaria a América do Sul e conectaria o Oceano Atlântico ao Pacífico, criando uma alternativa ao Canal do Panamá. Com 5.300 quilômetros e custo inicial entre US\$ 10 bilhões (que provavelmente se elevaria após a conclusão dos estudos de viabilidade) (STUENKEL,

2016, pp. 174-175) e US\$ 30 bilhões/US\$ 50 bilhões (DOMINGUEZ, 2016, p. 152), a Ferrovia seria uma oportunidade de integrar e conectar fisicamente a Amazônia Sul-Americana ao centro econômico mundial do século XXI.

Em 2014, foi estabelecida uma comissão trilateral Peru-China-Brasil para realizar os estudos de viabilidade técnica, contratando-se a empresa *China Railway Eryuan Engineering Group Co.* (CREEC) para a sua realização. “A projeção feita é de que, inicialmente, a Ferrovia tenha capacidade para transportar 23 milhões de toneladas, com previsão de aumento para 53 milhões em vinte e cinco anos.” (JAEGER, 2017, p. 27) Em 2015, foi assinado um Plano de Ação Conjunta (2015-2021) e um memorando de entendimento sobre estudo de viabilidade do Projeto Ferroviário Transcontinental, conectando o Porto de Açu, no norte do estado do Rio de Janeiro, ao de Ilo, no Peru (Anexo 24): “a sua realização poderá propiciar o escoamento de cargas de baixo valor unitário, como grãos, das áreas produtoras do centro-oeste brasileiro aos portos chineses, como o de Xangai.” (AZEVEDO, 2015, p. 173)

*Still, the project, much commented on by Chinese premier Li Keqiang during his visits to Brazil and Peru in May 2015, would dramatically reduce the transport cost of Brazilian soy and iron ore to China. While the demand for iron ore is slowing, China’s demand for beef is set to increase in the coming years and Beijing has recently lifted a ban on Brazilian beef. For Brazil’s commodity-dependent and uncompetitive economy, it would come as a boon, giving Brazilian businesses a port on the Pacific, bypassing the Panama Canal. In addition, it would provide Brazil with easier access to Peru and other markets along the Pacific coast. The China Development Bank may finance the project, with construction done by local firms but led by the China International Water and Electric Corporation. (STUENKEL, 2016, p. 176)*

A geoeconomia híbrida atrelada à construção da ferrovia consiste na garantia do suprimento e escoamento de *commodities* oriundas da região, ao mesmo tempo em que possibilita uma oportunidade de investimentos, aporte de recursos para a exploração de recursos naturais, redução dos custos logísticos e aumento da competitividade da produção de Brasil e Peru. Ainda que a iniciativa seja incipiente e falte exequibilidade para sua implementação, a sua construção poderia produzir benefícios consideráveis, tanto para as potências estabelecidas quanto para os países em desenvolvimento: “*in the same way, the creation of the Trans-Amazonian Railroad has the potential to dramatically enhance the integration of South America into the global economy, a region that has traditionally suffered from poor infrastructure links.*” (STUENKEL, 2016, p. 155) Entretanto, tanto para esse projeto em específico quanto para os demais que envolvam grandes obras de infraestrutura, algumas problemáticas logísticas e desafios político-ambientais podem ser constatados.

O projeto da ferrovia transcontinental, por exemplo, exigirá cuidadosos estudos de impacto ambiental e a elaboração dos consequentes relatórios de impacto do meio ambiente (EIA-RIMA). Esses estudos poderão determinar alterações de trajetos inicialmente estimados, transferência de populações (até mesmo de tribos indígenas, algumas ainda não estudadas), e obras de arte em engenharia para que se permita a transposição de largos rios da bacia amazônica. [...] Tais características exigirão soluções técnicas próprias para a implantação de uma via permanente segura e estável, e orçamento realista. (AZEVEDO, 2015, p. 174)

Resumidamente, os principais desafios são logísticos, a partir das condições geográficas adversas da Amazônia e da Cordilheira dos Andes, como densidade florestal, pântanos e montanhas íngremes para completar o trajeto até a costa do Pacífico; burocráticos, devido a complexidade de implementação de projetos de infraestrutura mais dispendiosos, o que geralmente prolonga o plano piloto até a conclusão, podendo gerar cancelamentos; ambientais, haja vista a necessidade de desenvolvimento sustentável que engendre o mínimo de danos ecossistêmicos possíveis, o que possivelmente elevaria os custos iniciais do projeto; e no que se refere às disputas dos Estados nacionais com as demais Forças Políticas Internas, uma vez que a Amazônia Sul-Americana encerra uma das sociedades civis e de ONGs ambientais mais organizadas do mundo, que expressam sua preocupação com o potencial impacto negativo dos megaprojetos na floresta amazônica, nas tribos indígenas e nas comunidades locais.

Nesse sentido, a Ferrovia Bioceânica representa um caso-modelo da atuação chinesa na infraestrutura da América do Sul, marcada por desafios e oportunidades. Cabe somente aos países sul-americanos tomarem medidas para reduzir as possibilidades de aumento das vulnerabilidades e de danos à sua indústria. Ao Brasil, como principal economia da região, cabe liderar os esforços para que os ganhos do relacionamento da região com a China sejam de fato mútuos e que fortaleçam o processo de integração regional. (JAEGER, 2017, p. 29)

Em um contexto de retração dos orçamentos públicos nos países sul-americanos em meados da década de 2010, a suposta inexorabilidade de megaprojetos de infraestrutura para assegurar o desenvolvimento tem justificado a canalização de programas e políticas públicas em torno dos projetos chineses. Ainda assim, visualiza-se uma carência no debate público acerca tanto das externalidades positivas quanto negativas dos megaprojetos na Amazônia Sul-Americana, quais Forças Políticas Internas e Externas estariam, de fato, se beneficiando das atividades econômicas extrativas viabilizadas, uma vez que parte considerável dos projetos planejados atravessam alguns dos pontos críticos de biodiversidade, parques nacionais e territórios indígenas (Anexo 25).



Tanto as FPE chinesas e as FPI amazônicas terão que lidar com esses desafios, protegendo as comunidades dos impactos sociais e ambientais, mas preocupando-se com o desenvolvimento possibilitado por essas atividades econômicas.

*This story captures one of the most central challenges of the China–Latin America economic relationship. China’s demand for energy and natural resources is what makes Latin America such a strategic partner as China continues to rise. Trade and investment in these sectors are key drivers of economic growth in the region. However, energy and natural resource extraction has long been endemic to environmental degradation and social conflict across the Americas. In the rainforests of Brazil, Ecuador, and Peru; in the mines of Peru and Bolivia; and beyond, the China-led commodity boom has ignited new round of environmental struggle in the region. If Latin American governments do not manage these resources properly it will not only trigger environmental and social crises, but it will also threaten the region’s economic prosperity. (GALLAGHER, 2016, p. 118)*

Distintamente do modelo de guerra híbrida, a geoeconomia híbrida chinesa possibilita oportunidades para o benefício da Amazônia Sul-Americana. Desta forma, as Forças Políticas Internas possuem margem de manobra para estabelecer condicionalidades e compromissos institucionais que garantam com que a expansão econômica chinesa inclua uma gestão adequada dos recursos naturais estratégicos em formas alternativas de atividade econômica e transferências tecnológicas específicas para as particularidades amazônicas, objetivando a produção de bens com maior valor agregado e concepções geopolíticas para a integração física e energética intrarregional, afastando os impactos negativos sobre a estrutura produtiva regressiva e a utilização do espaço amazônico puramente para o escoamento de *commodities*.

*No strategy for capturing the benefits of commodity-led growth and investing some of the windfall into infrastructure and technological upgrading will succeed unless Latin America begins to see its ecosystems as “natural capital” that get equal footing alongside physical and human capital. As the home of 20 percent of the world’s forested area and one-third of the world’s fresh water resources—not to mention 30 percent of global copper, biodiesel, and other abundant deposits of oil, gas, minerals, and numerous products derived from the earth—Latin Americans need to better recognize that the stewardship of these resources is important from an economic as well as an altruistic perspective. (GALLAGHER, 2016, pp. 157-158)*

A geoeconomia híbrida da China na Amazônia Sul-Americana compreende a intensificação da dualidade dos fluxos econômicos, um projeto econômico de poder pautado em bases assimétricas, perpetrado pelos investimentos chineses, e que gera, concomitantemente, possibilidades e empecilhos para o desenvolvimento da região. Com a finalidade de mitigar tal assertividade, compreender o papel das Forças Políticas Externas da China e suas implicações qualifica a resiliência das Forças Políticas Internas na construção e execução de um projeto estratégico com pautas específicas, que crie contrapartidas visando estabelecer correlações de forças simétricas que reproduzam um modelo de cooperação Sul-

Sul e, inclusive, se beneficiar da Nova Rota da Seda, projeto geoeconômico vertebrado pela China e que redesenha as veias do metabolismo do desenvolvimento global.

### 3.3 – Triângulos competitivo-cooperativos na Amazônia Sul-Americana

A percepção dos projetos de poder dos Estados Unidos e da China na Amazônia Sul-Americana é o primeiro passo para a formação de uma estratégia que possibilite ganhos de curto, médio e longo prazo. Neste sentido, a proposição conceitual dos triângulos competitivo-cooperativos (TCC) auxilia na compreensão das estruturas que possibilitam benefícios geopolíticos e geoeconômicos para os países amazônicos, haja vista que a geometria do poder corresponde a um fluxo expansivo de infinitas triangulações assimétricas, hierárquicas, competitivas e/ou cooperativas.

No âmbito do presente trabalho, os TCC possuem uma dupla face, a externa e a interna, que influenciam diretamente na dinâmica da Amazônia Sul-Americana. Na primeira, as relações com as Forças Políticas Externas que compõem o sistema de Estados, assim como os novos atores que atuam em âmbito global, tais como organizações financeiras, econômicas e políticas, fóruns globais, agências de desenvolvimento, organizações religiosas e organizações não-governamentais. Na segunda, as correlações de poder das Forças Políticas Internas com os diferentes grupos sociais, buscando a hegemonia endógena na luta de classes. Assim, as próprias "interações intrarregionais e extrarregionais criaram esferas estratégicas diferenciadas no espaço sul-americano." (PECEQUILO, 2013, p. 101)

Cabe ressaltar ainda que esta análise coloca as disputas dos projetos de poder na Amazônia Sul-Americana no âmbito da luta de classes, sejam elas a partir de empresas transnacionais, da tecnoburocracia estatal, dos trabalhadores, dentre outros. A demonstração das combinações dessas correlações de forças, quais delas movem os vértices e os lados do triângulo, quais possuem autonomia relativa e quais são capazes de reconfigurar os blocos de poder, possibilitam a maximização da perspectiva de alinhamento, competitivo ou cooperativo, com um vértice mais favorável ao seu projeto de poder, ensejando mobilidade, complexidade e razoabilidade aos triângulos de poder.

Uma vez que a região se apresenta como estratégica para os projetos geopolíticos dos Estados Unidos e da China no sistema internacional, retoma-se a noção de *shatterbelts*, proposta por Kelly (1997, p. vii), em que as rivalidades entre grandes potências externas se ligam a disputas locais e trazem a possibilidade de escalada dos conflitos. Inclusive, a própria relação das FPE com as FPI, seja o privatismo exogenista, o hibridismo sazonal ou o nacionalismo popular, ratifica tanto a hipótese de um possível "shatterbelt sul-americano" quanto dos triângulos competitivo-cooperativos.

Secularmente, o ponto-chave do desenvolvimento econômico das duas grandes potências analisadas é distinto: no caso dos Estados Unidos, é baseado no complexo industrial-militar desde a formação do seu Estado-nacional, com intensificação a partir da Segunda Guerra Mundial; quanto à China, assenta-se nas relações comerciais, milenares desde a primeira rota da seda. Quanto às Forças Políticas Internas da América do Sul, a possibilidade de desenvolvimento via recursos naturais, principalmente na Amazônia Sul-Americana, com sua rica biodiversidade para os próximos ciclos científico-tecnológicos.

A partir da constatação de que as relações de poder nunca se conformam bidimensionalmente, mas sempre influenciam e são influenciadas pelo menos por um terceiro ator, as tendências das relações bilaterais entre as Forças Políticas Externas dos Estados Unidos e da China reverbera diretamente na correlação de Forças Políticas Internas na Amazônia Sul-Americana no início do século XXI. Segundo Pecequillo (2012, p. 108), as tendências demonstram impactos regionais e globais, dividindo-se em três fases: conflito relativo de 1989 a 2001, principiando com os acontecimentos da Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) e encerrando-se com a entrada da China na OMC; a Era Bush, de 2001 a 2008, com a consolidação da potência chinesa e a colapso da economia estadunidense com a crise financeira de 2008, e o período contemporâneo, que se inicia em 2009 e se caracteriza pelo avanço da autonomia da China e as contrarreações hegemônicas dos Estados Unidos.

No que se refere aos Estados Unidos, há uma busca constante pela fragmentação interna dos países da Amazônia Sul-Americana, uma vez que não é de seu interesse a existência de um novo polo de poder de inserção autônoma estratégica, que afronte sua hegemonia no hemisfério ocidental. Assim, utiliza-se da guerra híbrida com a finalidade de manter sua posição estratégica perante as demais forças políticas. Quanto ao outro vértice do triângulo, a competição hegemônica com a China pauta as oportunidades e os desafios no sistema internacional, tendo como exemplo mais elucidativo a recente guerra comercial proposta pela política externa de Donald Trump, cujas armas não se findam num aumento das tarifas de importações, mas seguirão em constantes denúncias futuras, seguidas de sanções abertas contra a espinha dorsal da economia chinesa.

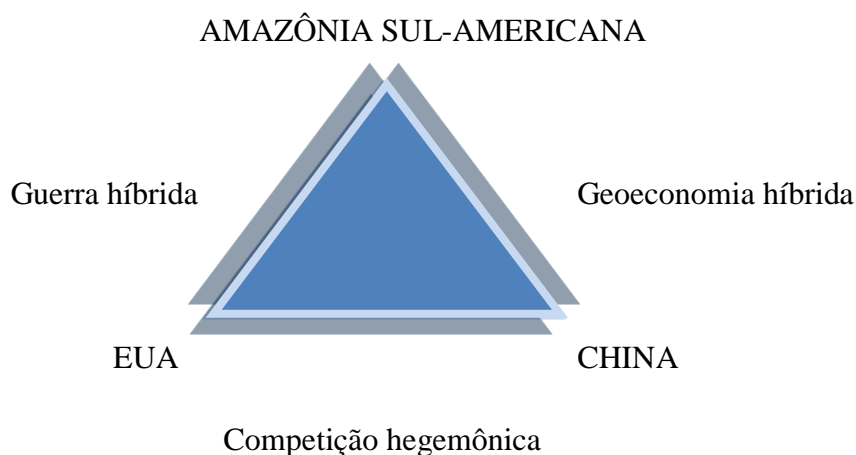
Quanto à China, a sua inserção na Amazônia Sul-Americana visa compatibilizar seus interesses como potência harmoniosamente emergente e as deficiências locais em termos econômicos e infraestruturais. Sua atuação mais enfática pode ser observada a partir do seu primeiro *policy paper*, em 2008, ratificando a emergência da geoeconomia híbrida e

modificando sua estrutura de internalização, voltando-se para os investimentos e financiamentos nas cadeias de valor amazônicas. Na esfera internacional, a disputa pela hegemonia com os Estados Unidos é realizada, basicamente, sob duas frentes: através do financiamento gigantesco da Nova Rota da Seda e pelo protagonismo da tecnologia 5G.

No que tange ao papel das Forças Políticas Internas na Amazônia Sul-Americana, o papel do Brasil é substancial para a compreensão dos eventos. A análise da liderança do Brasil na América do Sul pode ser interpretada a partir de dois momentos: 2001-2008, com o aprofundamento da liderança sustentada nos projetos de integração autóctone e ascensão de Forças Políticas Internas progressistas, no qual os EUA não eram participantes e a China se apresentava como um sócio estratégico; e de 2008-2016, com o recuo da influência regional, que, apesar da continuidade no discurso, apresenta uma descontinuidade e diminuição de práticas políticas e investimentos econômicos, cujas FPI tornam-se mais passivas diante da contraofensiva conservadora e retomada do ímpeto estadunidense na região. Em outros termos, a intensa projeção dessas potências na Amazônia Sul-Americana diminui os espaços de atuação brasileira, haja vista que tais FPE possuem maior capacidade de atrair as demais Forças Políticas Internas dos Estados amazônicos com parcerias em diversos setores no quais o Brasil possui limitações, sejam elas econômicas, logísticas ou políticas.

Portanto, nas relações triangulares, tanto a competição quanto a cooperação ensejam janelas de oportunidades aos países amazônicos ao estabelecer benefícios com o outro vértice de poder. A triangulação estratégica entre Estados Unidos, China e Forças Políticas Internas se relaciona nas constatações da guerra híbrida, entre os Estados Unidos e a Amazônia Sul-Americana; da geoeconomia híbrida, entre a China e a Amazônia Sul-Americana; e na competição hegemônica pelo sistema internacional, entre os Estados Unidos e a China. Especificamente para as Forças Políticas Internas no Brasil, a triangulação passa a ser negativa no início dos anos 2010, tanto devido à retomada da geoestratégia estadunidense para a região quanto ao arrefecimento da economia chinesa. Ademais, o distanciamento de um projeto geopoliticamente autônomo, progressivamente desenvolvimentista e regionalmente integrado possibilita a bipolarização na América do Sul, cuja falta de liderança brasileira instaura um vácuo de poder considerável, que é aproveitado pelos centros hegemônicos.

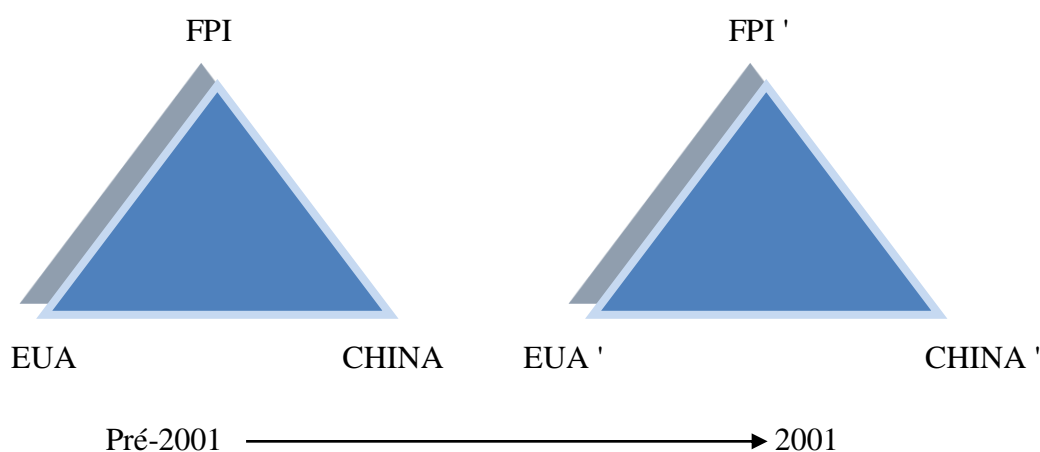
**Figura 25 – Triângulos competitivo-cooperativos e os projetos de poder (2001-2016)**



Fonte: elaboração própria.

Intertemporalmente, três configurações podem ser visualizadas no horizonte temporal proposto, com distintas correlações das forças políticas que influenciam diretamente os triângulos competitivo-cooperativos. No primeiro período, anterior a 2001, é inequívoco o protagonismo estadunidense na região, de disseminação dos preceitos do Consenso de Washington e tentativa de estabelecimento de um projeto unipolar, conforme visto na seção 2.2 do presente trabalho.

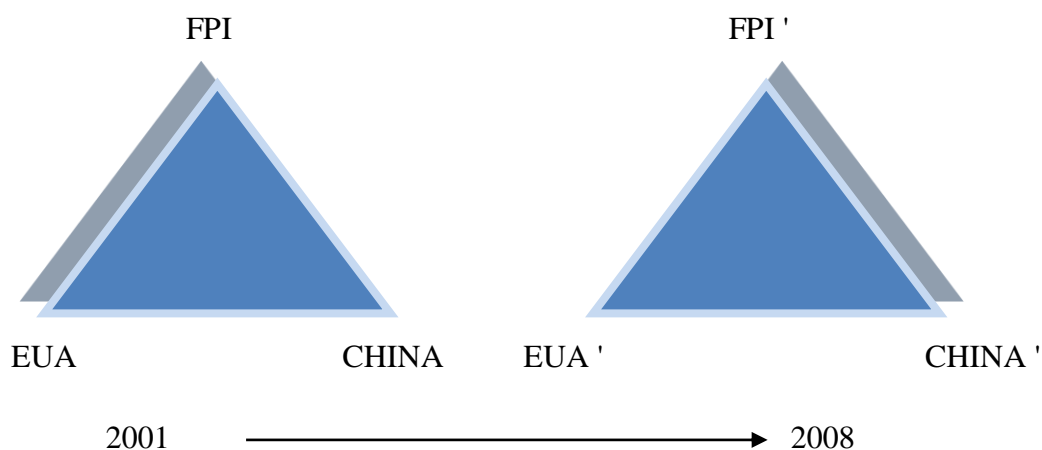
**Figura 26 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (até 2001)**



Fonte: elaboração própria.

No segundo, o vácuo de poder estadunidense em decorrência da Guerra ao Terror permite o estreitamento dos laços político-econômicos chineses, tal qual fora ratificado na seção 2.3.

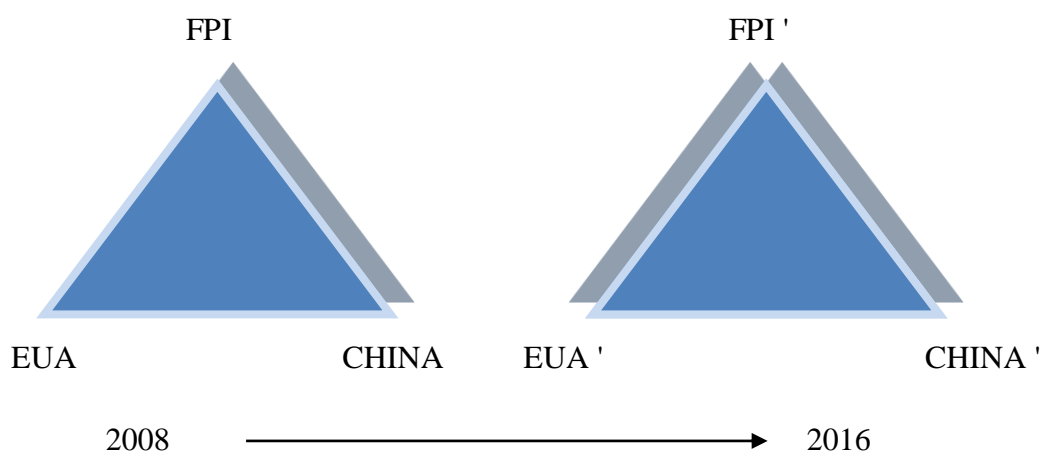
**Figura 27 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (2001-2008)**



Fonte: elaboração própria.

Ainda que tal alinhamento dos países do Sul-Global à China seja motivo de preocupação e inquietude por parte do governo estadunidense, uma vez que o protagonismo crescente dessa potência extrarregional no hemisfério favorece a triangulação cooperativa para seu lado oposto, a contrarresposta somente viria na década de 2010, iniciando o terceiro período da contraofensiva estadunidense, retomando uma política mais assertiva para o hemisfério ocidental concomitante a ininterruptão da estratégia chinesa. Desta forma, configura-se um caráter inédito de triangulação competitivo-cooperativa, cuja centralidade pelo protagonismo da Amazônia Sul-Americana é realizada por uma disputa dual de projetos de poder.

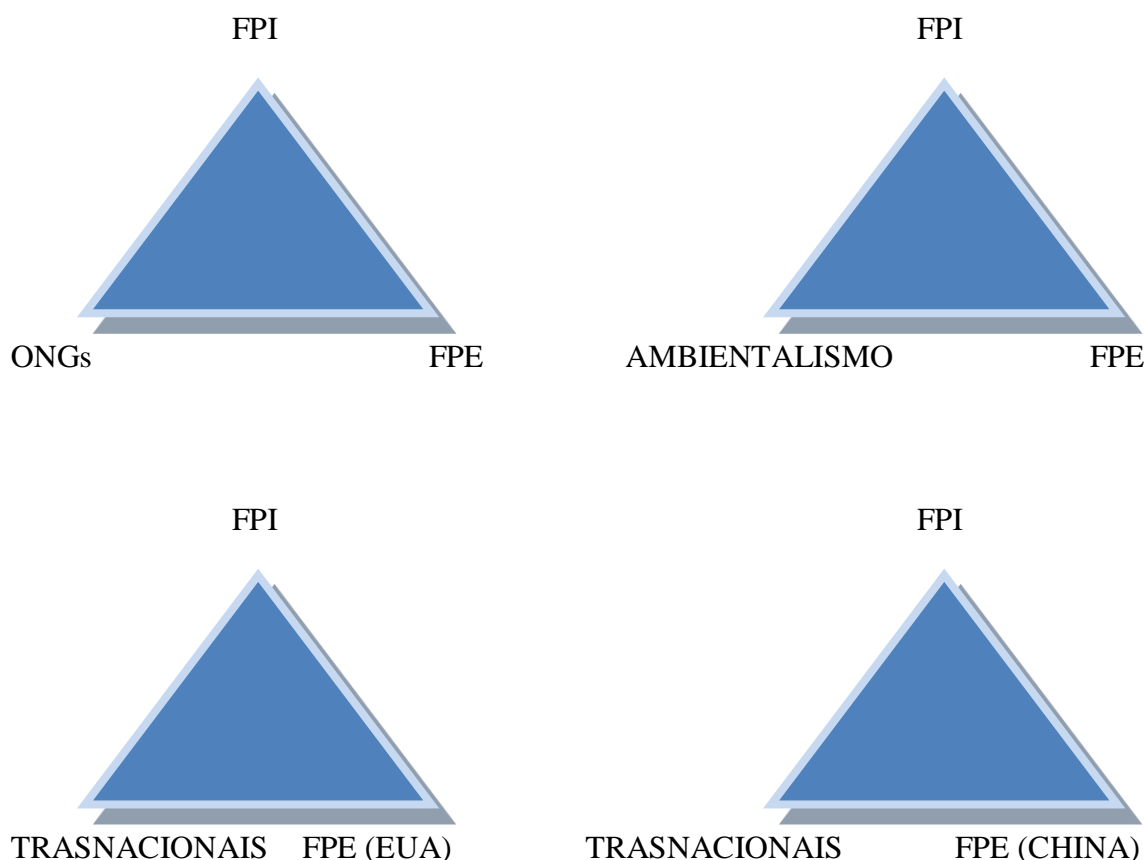
**Figura 28 – Triângulos competitivo-cooperativos intertemporais das FPI amazônicas e das FPE (2008-2016)**



Fonte: elaboração própria.

Conforme visto na seção 3.1, a importância dos recursos naturais da Amazônia Sul-Americana – sintetizados em recursos hídricos, biodiversidade, recursos minerais e florestas tropicais – propicia a disputa entre as Forças Políticas Externas na região, principalmente dos Estados Unidos e da China, analisados na seção 3.2. Desta forma, as FPI e FPE competem entre si, perpetrando novas correlações de forças triangulares, endógenas e exógenas. Entretanto, nesse contexto específico, cabe ressaltar que os projetos de poder internacionais possuem como objetivo principal a gestão desse espaço vital no século XXI, alinhando-se com distintos atores com a finalidade de prevalecer o seu lado de relação competitivo-cooperativa das Forças Políticas Externas, diminuindo o poder de persuasão dos vértices das Forças Políticas Internas, haja vista que tal fato impossibilitaria e/ou dificultaria suas prospecções de cenários futuros.

**Figura 29 – Triângulos competitivo-cooperativos e os múltiplos atores**



Fonte: elaboração própria.

Entre 2001 e 2016, a correlação das Forças Políticas Internas dos Estados nacionais pertencentes à Amazônia Sul-Americana vem se modificando, haja vista as simetrias e assimetrias no que se refere às políticas estatais, principalmente em sua relação com as Forças



Políticas Externas. Ainda que o hibridismo sazonal seja a força hegemônica de atuação na Amazônia Sul-Americana, três outros padrões podem ser constatados: o primeiro, no início do século XXI, de convergência das forças políticas para o privatismo exogenista, altamente influenciado pela enfática atuação dos Estados Unidos na região; o segundo, em meados da década de 2000 e início da década de 2010, numa virada no ponto de inflexão para o nacionalismo popular, com a instauração de governos progressistas; e o último, por volta do ano de 2015, de retomada das forças privatistas, ainda que se visualizem experiências do nacionalismo popular e do hibridismo sazonal.

**Figura 30 – Forças Políticas Internas dos Estados nacionais na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)** <sup>240</sup>

FORÇAS POLÍTICAS INTERNAS DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2001-2016)																
País / Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bolívia																
Brasil																
Colômbia																
Equador																
Guiana																
Peru																
Suriname																
Venezuela																

Legenda	Privatismo exogenista	
	Hibridismo sazonal	
	Nacionalismo popular	

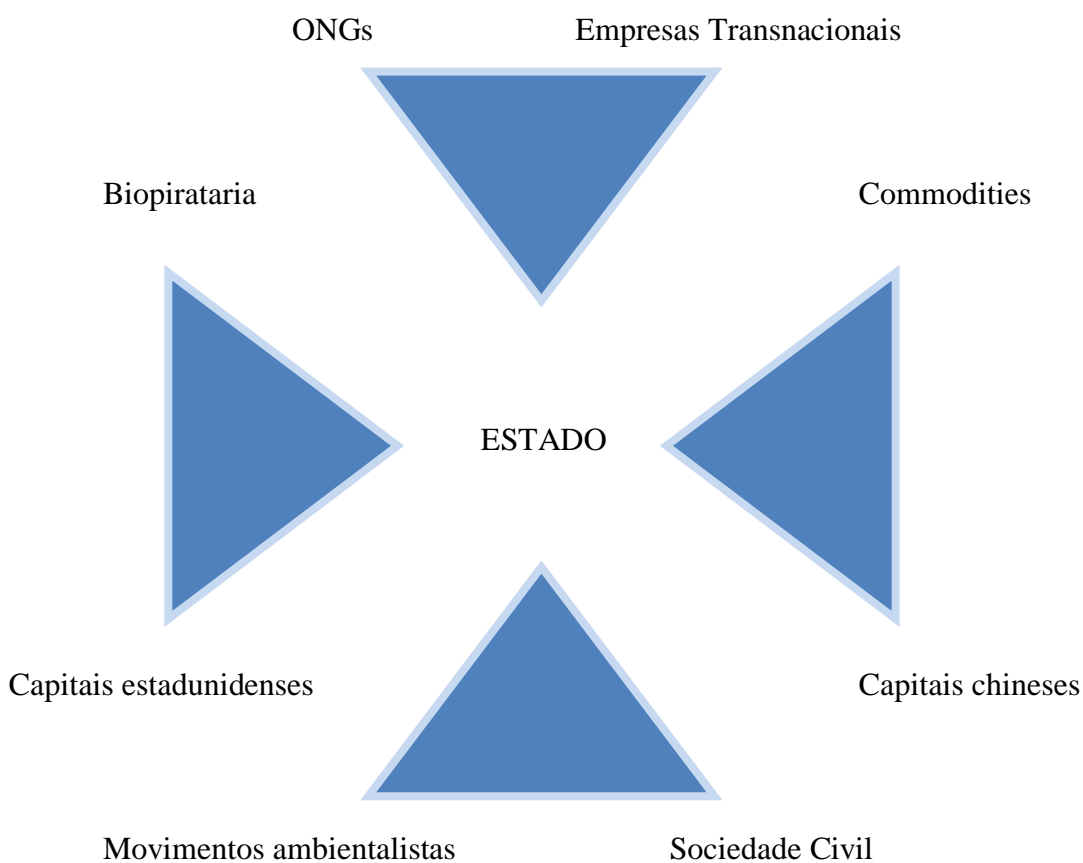
Fonte: elaboração própria.

A Amazônia Sul-Americana se apresenta como uma área extremamente complexa, inclusive para a própria conformação dos triângulos de poder. Os diversos conflitos ocasionados pela gestão da água, obras de infraestrutura, extração de minerais e combustível fóssil, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos e apropriação de terras são exemplos das relações de poder no interior das Forças Políticas Internas, e entre estas e as Forças Políticas Externas, ensejando inúmeras triangulações de poder. (Anexo 26) Desta forma, centralizando as Forças Políticas Internas na figura do Estado diante dos principais atores na

<sup>240</sup> Cabe ressaltar que a classificação dos governos que exerceram seus mandatos nos países amazônicos dentro das categorias das Forças Políticas Internas, no período de 2001 a 2016, é passível de discordâncias e contradições, uma vez que a interpretação das disputas internas pelo poder, seja através dos fatos políticos ou dos governos propriamente ditos, é subjetiva. Entretanto, é válido na medida em que se propõe a analisar a realidade concreta das correlações de Forças Políticas Internas, e como estas interagem com os triângulos competitivo-cooperativos no plano internacional.

Amazônia Sul-Americana, visualiza-se um quadro de heterogeneidade em que qualquer atuação de um dos vértices de poder interfere, direta ou indiretamente, não somente em seu TCC, mas em todos os demais, conforme pode ser visto na figura abaixo. Logo, é papel do Estado compreender e inserir o máximo de variáveis possíveis em suas formulações estratégicas para a região.

**Figura 31 – Triângulos competitivo-cooperativos – principais atores na Amazônia Sul-Americana**



Fonte: elaboração própria.

Complementarmente, uma análise detalhada dos acontecimentos no sistema internacional é imprescindível, haja vista que todo e qualquer deslocamento dos vértices, lados e estruturas dos triângulos de poder interfere na correlação das Forças Políticas Internas na Amazônia Sul-Americana, principalmente – ainda que não exclusivamente – das Forças Políticas Externas estadunidenses e chinesas.

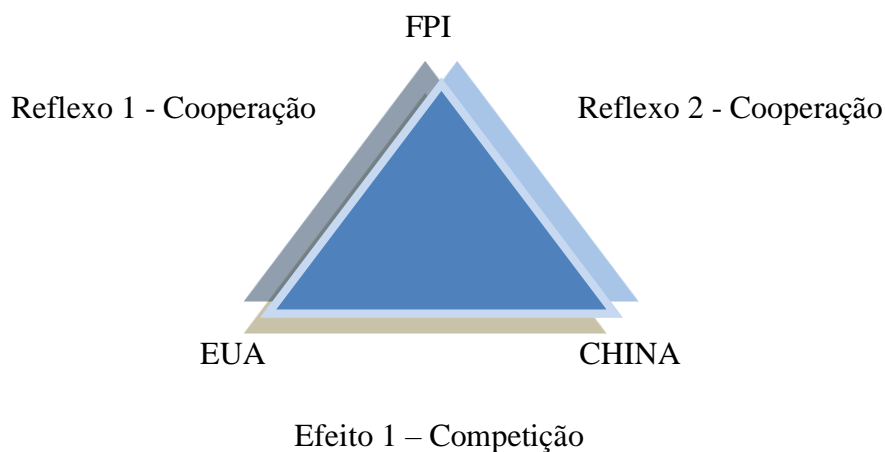
*El principal interrogante geopolítico gira en torno a las relaciones chino-estadounidenses. Algunas hipótesis estiman que irrumpirá un gran conflicto cuando la economía asiática externalice las tensiones de su modelo, presionando a los proveedores para que abaraten insumos y a los competidores para que resiguen*

*mercados. China confrontaría con Estados Unidos luego de conseguir el manejo de una moneda internacional convertible. Pero otro escenario surge al recordar cómo se ha renovado la codependencia de China con Estados Unidos en las últimas cuatro décadas. El gran exportador oriental necesita el mercado norteamericano para descargar sus excedentes y la primera potencia requiere financiación china para solventar sus monumentales desbalances financiero-comerciales. (KATZ, 2016, p. 342)*

Diante dessa conjuntura incerta e complexa, é papel dos países amazônicos conjeturarem inúmeras possibilidades de cenários prospectivos futuros, para que, a partir da constatação dos TCC, visualizem quais as reais e adequadas possibilidades de inserção autônoma. Reverter a redução da soberania e continuidade da dependência, segundo modelos que conduzam ao desenvolvimento autônomo, relacionados diretamente com a colaboração e o comprometimento das estruturas de poder de determinadas Forças Políticas Internas desses países, é um dos principais objetivos dos Estados da Amazônia Sul-Americana.

Tanto para a Amazônia Sul-Americana quanto para o bloco geopolítico sul-americano, um projeto de autonomia estratégica a partir da conformação de disputas de poder no cenário internacional requer a resistência ao alinhamento incondicional aos Estados Unidos, a resiliência às oportunidades econômicas da China e, principalmente, o aproveitamento político dos dissensos entre eles, “*a proper path will not put China versus the United States, but benefit from both as well.*” (GALLAGHER, 2016, p. 144)

**Figura 32 – Triângulos competitivo-cooperativos – efeito e reflexos nas configurações das FPI e FPE na Amazônia Sul-Americana**



Fonte: elaboração própria.

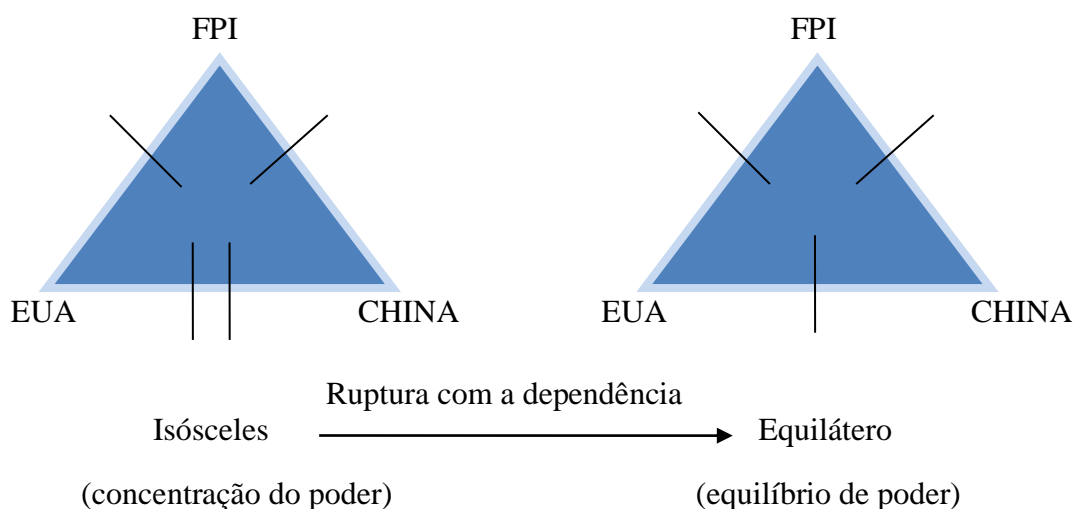
Dessa forma, as Forças Políticas Internas podem aproveitar a relação competitiva inerente entre os dois vértices mais importantes no sistema internacional, Estados Unidos e China, estabelecendo relações beneficentemente cooperativas e elevando seu poder de barganha

e persuasão diante da interdependência assimétrica que possui com ambos. Uma estratégia internacional político-diplomática atenta a tais pressupostos viabilizaria uma inserção equilibrada que representasse os interesses econômicos e sociais dos países amazônicos.

*At the end of the day Latin America is responsible for its own economic and social management. Blaming its problems on China, the United States, or other external factors is not very useful, and only partly true at best. Economic downturns can be turned into opportunities for governments to exert leadership for the future. Latin America is endowed with great gifts that can be built upon for long-run development. The abundance of major natural resources can be a source of long-run wealth creation rather than a curse, and can form the core of new development strategy.*  
(GALLAGHER, 2016, pp. 147-148)

Em outros termos, diante dos TCC, a composição das FPI, ao se relacionar com as classes hegemônicas das FPE que dirigem o sistema mundial, devem priorizar um planejamento estratégico interno que rompa com a relação dominante-dominado, de debilidade no plano internacional e vinculação ativa com o imperialismo. A ruptura da estratégia de acumulação de poder de uma fração monopólica das forças internas, subordinadas e dependentes das forças externas, é primordial para o plano da concretude material, haja vista que as classes sociais manejam o Estado a partir de uma perspectiva de poder específico, rotineira e historicamente dependente na América do Sul.

**Figura 33 – Triângulos competitivo-cooperativos – matemática do poder na ruptura com a dependência**



Fonte: elaboração própria.

Para os formuladores de políticas públicas relacionadas à Economia Política Internacional na América do Sul, cabe o papel fundamental de compreender essas novas tendências do sistema internacional e explorá-las da maneira mais adequada possível, projetando objetivos, metas e planos geoestratégicos. Especificamente para a Amazônia Sul-

Americana, a complexidade dos desafios ambientais, indígenas e econômicos; a promoção da atividade sustentável; as questões militares e de segurança; a extensão territorial e de suas fronteiras; os recursos naturais estratégicos, todos são fatores que exigem uma política coordenada e persistente para a região. (GUIMARÃES, 2017, p. 321) Diante deste cenário, a próxima seção possui um caráter propositivo, visualizando alguns dos principais debates a serem realizados para que um planejamento amazônico seja factível e exequível a partir da perspectiva geopolítica, do desenvolvimento e da integração.

### 3.4 - Por um projeto de autonomia estratégica da Amazônia Sul-Americana

“A Amazônia tem valor, mas não tem preço.”  
(BENCHIMOL apud SANTOS, 2000, p. 112)

No século XXI, as relações triangulares entre Forças Políticas Internas e Forças Políticas Externas oferecem uma praticidade empírica, seja ela competitiva ou cooperativa, dos projetos de poder. No que se refere à Amazônia Sul-Americana, este debate enseja reflexões e hipóteses que deverão ser sistematizadas nos próximos anos. Qual será o novo concerto entre potências mundiais, e de que maneira elas influenciarão os Estados nacionais pertencentes à região amazônica? Como será estabelecida a nova ordem internacional, se através da competição e da guerra, recorrente na história do sistema interestatal capitalista, ou a partir de novos parâmetros? Quais blocos de poder – estatais ou não-estatais, endógenos ou exógenos – predominarão no estabelecimento de projetos estratégicos na Amazônia Sul-Americana?

Uma última indagação servirá de base para a presente seção, de cunho especificamente propositivo: imputar a possibilidade da formação de um projeto de autonomia estratégia da Amazônia Sul-Americana, tendo como ponto fundamental a redução das desigualdades locais, regionais e globais. Portanto, pretende-se debater um projeto anti-imperialista, de preservação do direito à soberania nacional, de expansão das potencialidades amazônicas e de proteção ambiental, em que a geopolítica, o desenvolvimento e a integração contribuem como eixos teórico-práticos elementares.

#### 3.4.1 - Geopolítico – Defesa e Soberania

Como método de estudo dinâmico, a geopolítica orienta os agentes políticos nas relações internacionais. Em nível global, a Amazônia Sul-Americana se apresenta como espaço vital do sistema, coexistindo “interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território.” (BECKER, 2015b, p. 181)

Portanto, a partir da transcendência da região, não é exagero alocar a ideia de área pivô, de Mackinder, ao contexto amazônico, como "Heartland sul-americano do século XXI",

em contraposição ao coração continental proposto por Mário Travassos. Da mesma forma, categorizar um “Rimland amazônico”, poder anfíbio de duplas-frentes entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo, de Spykman, é factível. Ou ainda, agregar ao conceito de poder marítimo, de Mahan, os “mares amazônicos”. Complementarmente, ao referir-se a geopolítica clássica amazônica, recorda-se que recorrer a Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro e Bertha Becker é sempre um ponto fundamental de partida para trabalhos futuros.

Em termos geopolíticos, defesa e soberania são fundamentais na consecução dos planejamentos estatais. A defesa consiste na organização, preparo e emprego de procedimentos militares por parte do Estado, visando a garantia da integridade territorial e dos interesses nacionais contra ameaças externas, potenciais ou efetivas. Desta forma, “as forças armadas são um dos atores fundamentais na região” (DA SILVA, 2008, p. 62), haja vista que “a guerra e a preparação para a guerra são o instrumento em última instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder” (FIORI, 2007, p. 18), tornando-se atividades crônicas no sistema internacional. Ao se tratar do tema, é imprescindível, portanto, a análise dos documentos de políticas declaratórias sobre defesa dos países da Amazônia Sul-Americana<sup>241</sup>, verificando quais deles posicionam a região sob parâmetros prioritários.

Um dos principais documentos referente à defesa no Brasil é a *Estratégia Nacional de Defesa* (END), de 2012. No que se refere à região Amazônica, preconiza uma presença mais efetiva, apontando desafios, como a descontinuidade de alocação de recursos orçamentários; a defasagem, dependência e desatualização tecnológica dos equipamentos de Defesa; o desajuste da distribuição espacial das Forças Armadas (FFAA) referentes às necessidades estratégicas; fomento da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de material de emprego militar e produtos de defesa; a carência de programas para aquisição de produtos de defesa baseados em planos plurianuais; o *apartheid* tecnológico imposto por países desenvolvidos, que retardam os projetos estratégicos de concepção brasileira, dentre outros (BRASIL, 2012a, pp. 114-115). No que se refere às oportunidades, destacam-se a "promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte", assim como a "otimização do controle sobre atores não governamentais, [...] sobretudo daqueles com vinculação estrangeira." (BRASIL, 2012a, p.

---

241 A Bolívia, com seu “Libro Blanco de la Defensa” (2004), e a Colômbia, em seu último documento, “Política de Defensa y Seguridad ‘Todos por un nuevo país’” (2015), não realizam nenhuma referência direta à defesa da região amazônica. A Venezuela, a Guiana e o Suriname não possuem documentos específicos relacionados à defesa.

117) Em suma, a END corrobora as preocupações referentes à região, uma vez que a Defesa nacional deve estar preparada para "uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a qualquer pretexto, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia" (BRASIL, 2012a, p. 82)

O documento equatoriano "*Política de la Defensa Nacional del Ecuador "Libro Blanco"* (2018) enseja especial atenção aos espaços aquáticos para projeção do Estado, dentre eles, direcionando o desenvolvimento aos eixos dos rios amazônicos. (EQUADOR, 2018, pp. 19-20) Para a segurança do país andino, a formação de blocos representativos em termos regionais é de suma importância estratégica para negociações globais, citando, inclusive, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). (EQUADOR, 2018, p. 32) Desta forma, possui os *Pelotones de Reconocimiento* e a *IV División de Ejército Amazonas*, que realizam atividades de vigilância e controle na fronteira norte (EQUADOR, 2018, p. 61), alocando a região da Amazônia equatoriana como uma das divisões territoriais para a defesa, a *Zona de Defensa 1*. (EQUADOR, 2018, pp. 75-76)

O *Libro blanco de la Defensa Nacional de Perú* (2005) ratifica convênios de cooperação da segurança e vigilância com os demais países amazônicos, como o *Acuerdo sobre Cooperación Amazónica*, com a Bolívia (PERU, 2005, p. 33), o acesso ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIPAM/ SIVAM), do Brasil (PERU, 2005, pp. 34-35), e a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, com a Colômbia (PERU, 2005, p. 39). Com o avanço da navegação fluvial nos rios *Huallaga*, *Marañón* e *Amazonas*, o documento afirma que se potencializará o comércio de regiões peruanas, além de viabilizar uma projeção geopolítica bioceânica, tanto pelo acesso a bacia do rio Orinoco, quanto pelo Rio Amazonas até o Oceano Atlântico. (PERU, 2005, pp. 50-51) Em suma, afirma que é papel do Estado a participação ativa na proteção da Amazônia (PERU, 2005, p. 64), cabendo ao Ministério da Defesa a implementação e execução do desenvolvimento nacional e defesa nos assuntos amazônicos (PERU, 2005, p. 76), ao Comando Conjunto das Forças Armadas "*planificar, preparar, coordinar y supervisar, de acuerdo con la Política de Defensa Nacional, la participación de las Instituciones Armadas en el desarrollo de la amazonía*" (PERU, 2005, p. 87) e ao Comando Geral de Operações da Amazônia "*la Vigilancia de Fronteras garantizando la soberanía nacional, y defiende las Cuencas Fluviales Amazónicas, mediante unidades acordes para la zona que permiten el cumplimiento de su función.*" (PERU, 2005, p. 99)



Sob a perspectiva da segurança regional, a construção de mecanismos de defesa, tais como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) representou práticas políticas inovadoras, constituindo-se "como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa" (ABDUL-HAK, 2013, p. 151) que objetivava a consolidação da América do Sul como uma zona de paz, a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e a geração de consensos para fortalecimento da cooperação, inclusive na Amazônia Sul-Americana.

Ainda que alguns fatos e fatores, conforme apresentados na seção 1.3, tenham contribuído para a desaceleração do processo de integração <sup>242</sup>, o CDS foi uma iniciativa que possibilitou a exequibilidade da cooperação entre os Estados sul-americanos na área militar, "com vistas a constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais" (BRASIL, 2012b, p. 37). Desta forma, engendrou-se a retomada da preocupação com o desenvolvimento de um pensamento estratégico conjunto e medidas mútuas de confiança, voltado para "a autonomia no campo da segurança e defesa, o investimento nestes setores, a preservação da soberania e a não-ingerência." (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 63) Especificamente para a região amazônica, a criação do CDS visava a construção de uma força dissuasória para defender esta área sensível e estratégica, com uma ênfase na soberania sobre recursos naturais e defesa diante de ameaças interestatais

Para que sejam efetivadas, tais iniciativas requerem um planejamento baseado em suas capacidades, que se relaciona diretamente com a incorporação da materialidade dos instrumentos da defesa na Amazônia Sul-Americana. Este conceito é definido como a efetiva capacidade operacional militar e de logística de defesa das instituições de um país nos tempos de paz (BRICK; SANCHES; GOMES, 2017, p. 17), ou ainda "a convergência entre os preceitos e os postulados dos documentos analisados e sua exequibilidade, a parte concreta, visível, tangível da defesa, especificamente no caso amazônico." (BRICK; RODRIGUES; SOUSA, 2018, p. 62) Assim, a consecução dos objetivos delineados é submetida à concretude material, a uma capacidade logística eficiente, a fontes constantes de financiamentos dos projetos.

---

242 Em outros termos, o padrão de alinhamento entre o Brasil e os países sul-americanos – que volta a se configurar no apotegma "o inimigo do meu inimigo é meu amigo", ou *checkerboards* (KELLY, 1997) – vem impedindo o desenvolvimento de uma cooperação geopolítica mais intensa e duradoura, que poderia constituir-se em espaço permanente de consultas e reflexão regional sobre temas estratégicos. Como elemento intensificador do processo, a omissão brasileira é de suma importância na temática da (des)integração e, especificamente, da não continuidade do aprofundamento de uma embrionária Comunidade de Segurança.

Nesta questão, é importante ressaltar a reação do Executivo brasileiro em relação aos interesses internacionais na região amazônica, e que “significam o retorno do Estado, no que tange a questão da segurança e vigilância da região.” (SILVA, L, 2013, p.192) Desta forma, ao compreender os desafios amazônicos, diversos projetos relacionados à materialidade da defesa foram criados, como o SISFRON e o SIPAM <sup>243</sup>, o Programa Calha Norte (PCN) <sup>244</sup>, o Programa Amazônia Protegida (PAP) <sup>245</sup>, dentre outros.

Entretanto, ratifica-se a necessidade de ampliação e do fortalecimento das agências governamentais de todos os países amazônicos, com um sistema militar articulado (MIRANDA; NASCIMENTO, 2013, p. 282), efetiva engenharia e logística militar das FFAA na particularidade amazônica, Brigadas e Batalhões de Infantaria na Selva, Companhia de Comando e Apoio, e Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), adotando “políticas de defesa eficientes para garantir a segurança de cada país e da Bacia Amazônica como um todo.” (MIYAMOTO, 2008, p. 92)

O planejamento de defesa no contexto amazônico possui algumas características peculiares. Uma delas consiste na prevalência dos fatores marítimos, haja vista a imensa bacia hidrográfica da região que possibilita rotas marinhas alternativas de acesso a mercados regionais e exteriores. Além disso, carece do controle contra delitos de repercussão nacional ou internacional, tanto das águas interiores quanto portuárias, com “apoio logístico, de

---

243 O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) busca permitir à Força Terrestre manter os cerca de 16 mil km de fronteiras das regiões Amazônica, Centro-Oeste e Sul monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região Amazônica. Assim, buscando interligá-lo e integrá-lo aos sistemas congêneres de monitoramento, o Sistema visa contribuir para iniciativas conjuntas de cunho socioeconômico que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças. (BRASIL, 2012b, pp. 74-75) Na mesma linha de monitoramento e proteção, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) consiste numa organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formada por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região (BRASIL, 2012b, p. 65); "é um sistema multidisciplinar com finalidade de coordenar as ações de vigilância e monitoramento da Amazônia, objetivando integrar as diversas instituições públicas e privadas" (NASCIMENTO, 2010, p. 184).

244 Outra iniciativa foi o Programa Calha Norte (PCN), criado pelo governo federal, em 1985, com o objetivo de promover a manutenção da soberania, a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região ao norte do rio Amazonas. Sob operação das três forças armadas, foi recentemente ampliado para a ilha de Marajó e para o sul da calha do rio Solimões/Amazonas, e está presente em aproximadamente 30% do território nacional. O PCN atua na construção de infraestrutura (rodovias, portos, creches, hospitais, fornecimento de energia, poços artesianos, etc.) e assistência social, sendo de grande importância para o aumento da presença do Estado, uma vez que contribui para a defesa e a integração nacional. Assim, o PCN transcende o aspecto de vigilância da região Amazônica, sendo considerado de interesse político-estratégico (BRASIL, 2012b, pp. 170-171) de um "padrão de apropriação do território" com a "tentativa de reviver no presente a tradição do poder central de controlar a Amazônia." (NASCIMENTO, 2010, p. 184).

245 O Programa Amazônia Protegida consiste num conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos Pelotões Especiais de Fronteira, além da modernização dos existentes. Em uma segunda etapa, estabelece ações para o fortalecimento na estrutura operacional e logística do Comando Militar da Amazônia. (BRASIL, 2012b, p. 126)

inteligência, de comunicações e de instrução." (BRASIL, 2012b, p. 82) Desta forma, como "veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional" (VESENTINI, 2005, p. 17), as Marinhas – assim como as demais Forças <sup>246</sup> – dos países amazônicos demandam modernizações, provimentos e aparelhamentos condizentes com as especificidades locais:

Navios de patrulha-fluvial, com helicópteros, e um eficiente sistema logístico para apoiá-los ao longo das calhas dos principais rios, são os elementos navais básicos, que devem estar preparados para operar com a força terrestre e a força aérea, sob comando único. Para estender a área de atuação dos navios, eles deverão dispor de embarcações menores, de alta velocidade e pequeno calado, de forma a poderem se deslocar pelos pequenos rios ou furos. Fuzileiros navais, especialmente preparados para a guerra na selva, devem completar, no que concerne ao setor naval, o sistema de defesa da Amazônia. (VIDIGAL, 1997, pp. 112-113)

Adicionalmente, a compreensão da evolução das ameaças na Amazônia Sul-Americana é um fator basilar, como visualizado no presente trabalho com as proposições da guerra híbrida e da geoeconomia híbrida, perpetradas pelas Forças Políticas Externas. Elas se diversificam, incorporando-se aos interesses seculares dos Estados europeus <sup>247</sup>, do mercado e do mundo corporativo, ou penetrando-se em grupos e indivíduos da sociedade civil. O Estado é o ente principal da proteção e defesa, inclusive dos “recursos naturais que passaram a ganhar valor agregado graças a própria evolução das fronteiras da ‘economia verde’ (recursos biogenéticos, florestas, mares)”. (MILANI et al, 2014, p. 49)

Uma ameaça constante refere-se à questão da internacionalização da Amazônia e a mundialização do tema ambiental. Segundo Ribeiro (2005, pp. 212-219), a persistência da ideologia da internacionalização é perceptível desde a segunda metade do século XX. Uma das causas alegadas tem sido a acusação de que a omissão desses países, diante da devastação florestal e faunística, levará necessariamente à extinção do maior repositório de diversidades biológicas do Planeta, em prejuízo da humanidade como um todo. (RIBEIRO, 2005, p. 300) Logo, o “patrimônio da humanidade” em nível global e a fronteira de preservação para o

---

246 O Exército visa atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais, realizando ações de patrulhamento. Na Estratégia Braço Forte, do Exército brasileiro, reitera-se que "a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa e deverá ser mantida em elevada prioridade para a articulação e o equipamento das tropas" (BRASIL, 2012b, p. 125). A Força Aérea busca o fortalecimento da capacidade operacional do tráfego aéreo civil e militar no espaço brasileiro e, prioritariamente, na Amazônia, assim como capacitação científico-tecnológica do complexo aeroespacial em recursos humanos, dotação de meios materiais e domínio das tecnologias requeridas pela Aeronáutica. (BRASIL, 2012b, p. 136)

247 Como observado ao longo da história (RODRIGUES, 2020), a região ainda apresenta territórios sob controle de países europeus, com fortes laços no âmbito da defesa, treinamento de tropas e outras áreas estratégicas. A França é o maior exemplo, com a sua presença no departamento ultramarino da Guiana, onde se localizam a base de Caiena e o importante Centro Espacial de Kourou, que realiza lançamentos tanto para a França quanto para a Agência Espacial Europeia. (LIMA et al., 2017, p. 56) Tal fato, em termos geoestratégicos, tem implicações tanto na América do Sul quanto na Amazônia Sul-Americana.

equilíbrio planetário surgem como prerrogativas altamente palatáveis às FPE no sistema internacional.

Esta premeditação política está repleta de interesses geopolíticos velados e indiretos, haja vista as tentativas dos países centrais em implementar uma jurisdição internacional visando a administração da questão ambiental amazônica e o poder decisório sobre a gestão dos seus recursos estratégicos.<sup>248</sup> A própria proteção ao meio ambiente, uma temática que todos os países deveriam enveredar, tornou-se uma prerrogativa adequada para a imposição de soberanias limitadas, restritas e compartilhadas.<sup>249</sup>

Para finalizar essa seção propositiva referente à geopolítica na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana, é pertinente ressaltar a correlação positiva entre soberania e autonomia estratégica. Segundo Puig (1984) e Jaguaribe (1973: 1979), a autonomia seria a afirmação do livre-arbítrio para projetar e corporificar projetos nacionais independentes e sem subordinação, aperfeiçoando as capacidades estatais, amenizando suas vulnerabilidades externas e redirecionando sua atuação nas relações internacionais; seriam "políticas ativas de industrialização e à promoção de propostas de ação multilateral para reverter a situação periférica dos países latino-americanos e descartar um 'periferismo permanente'." (GRANATO, 2014, p. 83)

Na dimensão especificamente externa, caracteriza-se pela disposição a tomar decisões em matéria internacional, sem interferências nem constrangimentos de atores externos, e a controlar processos ou acontecimentos que se produzem para além das fronteiras de seu Estado. Essa autonomia internacional depende, portanto, das próprias capacidades dos Estados, assim como das condições que imperam em nível regional/mundial. (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 201)

Em outros termos, para países da América do Sul e da Amazônia, que possuem quantidades significativas de recursos naturais, a soberania é um elemento substancial, a partir

---

248 “Visualizada, assim, sob a ótica estritamente ambientalista, poderia ser essa afirmação entendida em sentido lato, para proclamar que a Amazônia é importante para a humanidade e que seus recursos são uma alternativa para suprir a escassez de bens essenciais à sobrevivência do gênero humano, sem, entretanto, violar a soberania nacional. Não é assim, entretanto, que habitualmente essas afirmações são feitas. Pretende-se, em geral, dizer que a Amazônia não pertence aos países que, sobre ela, detêm soberano domínio; e sim a entidades internacionais, como a ONU e as organizações sobre as quais tem controle; sugere-se até que a Amazônia seja ocupada e dominada como foi a Antártida, através de um Tratado Internacional que simplesmente viesse a suprimir qualquer soberania sobre a Região. Não são, porém, afirmações oficiais: as autoridades não cometem essa grosseria; contentam-se em maximizar a necessidade de cooperação científica e a reiterar a incapacidade do Brasil para promover a gestão ambiental de seu vasto patrimônio natural.” (RIBEIRO, 2005, pp. 447-448)

249 “É interessante notar a dualidade que o conceito de soberania adquire de acordo com cada país no sistema internacional, segundo critérios de conveniência: para os países desenvolvidos, a soberania como processo adquire termos absolutos, irrefutáveis e inquestionáveis, enquanto que para os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, esta apresenta uma forma relativa, limitada e redutível; *i.e.*, a soberania é um obstáculo à solução dos problemas ambientais única e exclusivamente nos países emergentes e subdesenvolvidos.” (RODRIGUES, 2020, p. 40)

da compreensão de que o Estado é o proprietário jurisdicional com legalidade para deliberar as normas de exploração das reservas, assim como das gestões econômica e científica, possibilitando “instrumentos adequados para servir como elemento de dissuasão para investidas contra seus interesses.” (MIYAMOTO, 2008, p. 92) Como destaca Mattos (2011b, p. 115): “a responsabilidade exclusiva dos países amazônicos é exigência decorrente da própria natureza transnacional da bacia. Nada mais correto, portanto, do que reservar às nações amazônicas, e a elas só, a responsabilidade pelo destino da área.”

Inclusive, a soberania sobre o conhecimento das potencialidades amazônicas é outro ponto fundamental e pouco debatido, através de artigos e estudos científicos, do aumento do número de exemplares da flora e fauna depositados em instituições de pesquisa, do incentivo aos institutos amazônicos – como o INPA, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi – e da elevação do orçamento de investimento em Ciência e Tecnologia por parte dos países da Amazônia Sul-Americana.

A soberania/autonomia estratégia e a vulnerabilidade/dependência externa são inversamente proporcionais. Desta forma, incorre-se a relevância de estudos sistemáticos acerca das relações de poder – sejam eles através da perspectiva da guerra híbrida ou da geoeconomia híbrida, conforme visualizado no presente trabalho –, e como elas afetam diretamente a região amazônica. Segundo Rodrigues (2020, p. 70)

A noção contemporânea de soberania é mais complexa do que o traçado de fronteiras; ela tem que produzir e garantir liberdade econômica e política e emancipação histórico-social a seu Estado, significando a capacidade de integração competitiva autônoma no sistema internacional. A soberania como elusiva conotação de posse e autorização para a prática de atos irresponsáveis e, ainda mais agravantes, totalmente submissos aos interesses dos Estados Unidos, é um atentado para a independência no longo prazo, servindo, única e exclusivamente, ao isolamento simbólico sustentado por discursos e atos ideologicamente extremistas, politicamente antinacionais e economicamente entreguistas.

Em outros termos, uma geopolítica da emancipação autônoma é imperativa para a libertação e independência político-econômica dos países sul-americanos, questionando a hierarquia internacional e aumentando seu excedente de poder num contexto de disputas de projetos de poder na Amazônia Sul-Americana.

### **3.4.2 – Desenvolvimento – Ciência, Tecnologia e Inovação**

Na contemporaneidade, as condições materiais do desenvolvimento-dependente periférico se perpetuam na América do Sul, principalmente numa região historicamente secundária, como a Amazônia Sul-Americana. No âmbito das Forças Políticas Internas, a

superação dessa condição implica na diminuição das desigualdades socioeconômicas estruturais, no esmorecimento do capital financeiro-especulativo como dinâmica dominante de acumulação e numa reflexão proativa dos Estados em sua inserção internacional, visando um processo de autodeterminação e mitigação dos aspectos possivelmente negativos de determinadas associações às Forças Políticas Externas.

Sob o lema estabilizar, privatizar e liberalizar, a afirmação do privatismo exogenista na correlação de Forças Políticas Internas dos países amazônicos nos primeiros anos do século XXI vem privilegiando a liberdade econômica sobre a liberdade política. Da mesma forma, vem ensejando a destruição das estruturas produtivas nacionais, a desnacionalização da economia, a priorização da coalização rentista e a restrição da iniciativa do Estado, limitando sua capacidade de direção, autonomia e liderança no desenvolvimento das forças produtivas. Assim, prevalecem políticas públicas antinacionalistas, economicamente maléficas e sem a participação da sociedade civil.

Em contrapartida, em prol da formação de superiores modelos de planejamento econômico, as ressignificações e rearranjos prático-conceituais se encontram em debate, cada vez mais com regime de urgência. Neste século, o centro das disputas por projetos de poder das Forças Políticas passarão pela área da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), um trajeto em torno do pleno domínio dos novos paradigmas tecnológicos, como a Quarta Revolução Industrial (4ª R.I.). Esta é definida através da transição direcionada a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital: inteligência artificial (IA), robótica, internet das coisas (IoT), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica. Todas essas inovações vêm alcançando um ponto de inflexão de seu desenvolvimento, principalmente após a virada do século XXI.

Segundo Schwab (2016, pp. 12-13), a 4ª R.I. possui como características principais a velocidade (evolui num ritmo exponencial e não linear), a amplitude e profundidade (revolução digital como base que combina várias tecnologias) e o impacto sistêmico (envolve a transformação de sistemas inteiros entre países, empresas, indústrias e toda sociedade). Em outros termos, a Quarta Revolução Industrial é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos. (SCHWAB, 2016, p. 23)

Ainda que a 4ª R.I. esteja em seu preâmbulo, e as históricas barreiras tecnológicas tendam a sobressair, é fundamental compreender a exigência de uma completa reformulação

das estruturas econômicas e organizacionais, das instituições políticas e do desenvolvimento das nações. Destarte, é importante refletir o seu significado para a Amazônia Sul-Americana. Segundo Becker (2015c, p. 39), a revolução científico-técnica confere novo valor econômico e estratégico à diversidade de espécies da Amazônia, uma vez que a partir do aproveitamento de tecnologias mais avançadas, consegue-se obter informação e observação mais detalhadas, na escala dos genes, possibilitando “a associação da indústria microeletrônica já existente com a biotecnologia, rumo à nanotecnologia, uma nova fronteira da ciência.” (BECKER, 2015c, p. 59)

Em detrimento da agricultura, pecuária e exploração madeireira predatórias, cujo modelo tem ocasionado o esgotamento dos recursos florestais, o uso sustentável poderia oferecer mais empregos e renda, comunidades mais estáveis “e uma exploração harmoniosa da floresta que, inclusive, respeite as populações locais”. (BECKER, 2015b, p. 76) Entretanto, como afirma Ribeiro (2005, pp. 420-421), “é necessário que o Governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável”, calcado no tripé social, econômico e ambiental, inclusive através da troca da dívida<sup>250</sup> ou financiamentos pelos serviços ambientais vitais que proporciona para a governança climática regional, nacional e global (SILVA Alberto, 2008, p. 240), visando substituir o “Arco do Desflorestamento da Amazônia Legal” pelo “Arco do Desenvolvimento Sustentável.” (SENA JÚNIOR, 2013, p. 271)

Outrossim, a preservação do equilíbrio ecológico não é inversamente proporcional à exploração das potencialidades regionais, uma vez que é possível realizar um novo padrão de desenvolvimento econômico que supere o dilema da conservação versus utilização com destruição, a partir de políticas estratégicas inovadoras que combinem a contenção do desmatamento, a proteção da sociobiodiversidade e o incentivo a novos modos de produção (BECKER, 2015a, p. 7). Em outros termos, “somente atribuindo valor econômico à floresta será ela capaz de competir com as commodities, impondo a necessidade da verdadeira revolução científico-tecnológica para esse fim.” (BECKER, 2015c, pp. 46-47)

---

250 “A operação se desenrola da seguinte maneira: o banco de um país, credor de um país endividado do Terceiro Mundo, vende a uma organização ecológica um crédito, oferecendo um desconto compatível com o valor do título no mercado secundário; em troca desse crédito, a organização ecológica obtém do país endividado em moeda nacional um valor que será aplicado em reflorestamento, criação de parques nacionais e no treinamento de mão-de-obra para a utilização de técnicas de cultura menos nocivas ao meio ambiente.” (RIBEIRO, 2005, p. 335)

Nessa perspectiva, o conhecimento científico da região, correspondentes a apenas 1% do acervo científico mundial das coleções biológicas, é fundamental para a apropriação do imenso potencial futuro dos recursos genéticos e aproveitamento sustentável dos bens faunísticos e florísticos, uma vez que correspondem à base para a revelação de novos alimentos, remédios e fontes energéticas. (BECKER, 2015c, pp. 47-48) A passagem da cultura de inventário para a cultura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) volve-se necessária para construir uma sinergia entre a taxonomia e a aplicabilidade em desenvolvimento tecnológico e industrial voltado para a inovação, (BECKER, 2015c, p. 69), cujas pesquisas desenvolvidas por instituições regionais, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Núcleo de Estudos Avançados da Amazônia (NAEA), a retomada da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ<sup>251</sup>) e o desenvolvimento da bioindústria a partir da intensificação das atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA<sup>252</sup>) são passos nesse sentido.

Em relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, “*2019 Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*”, é ressaltado que, em áreas mantidas por povos indígenas, as tendências de degradação antrópicas do meio ambiente são mitigadas (IPBES, 2019, p. 21), uma vez que possuem um conhecimento e percepção íntima e intrínseca com a floresta, cujos benefícios das suas perspectivas acerca dos ecossistemas e da biodiversidade contribuem para sua proteção e uso sustentável. Ainda neste tocante, uma alternativa contemporânea seria a combinação desse saber local/conhecimento tradicional<sup>253</sup> com a ciência mais avançada, criando avanços da capacidade de processamento, como variações biogenéticas específicas que gerem a cura de

---

251 Criada em 1987, a UNAMAZ é definida como uma sociedade civil não governamental e sem fins lucrativos que integra universidades e instituições de pesquisa de todos os países amazônicos, com função catalisadora de ações e análises críticas da realidade amazônica, oferecendo alternativas e soluções para os grandes problemas que afetam o desenvolvimento da Amazônia como um todo.

252 “Trata-se de um centro de serviços tecnológicos associado à demanda das empresas, envolvendo: bioprospecção, prospecção tecnológica, orientação quanto a patentes, indução à formação de empresas e parques tecnológicos, bem como a coordenação de projetos. Tem papel central nos arranjos institucionais para implementar as cadeias de uso da biodiversidade e constitui a maior central de análise no país nesse campo de conhecimento. Financia vários cursos de pós-graduação e tem como estratégia o rápido rodízio de pesquisadores para continuamente formar novos e para que os de formação avançada regressem à universidade, visando à formação de recursos humanos. Ademais, o CBA mudou o perfil do Polo Industrial de Manaus (PIM), e hoje está associado ao Centro Tecnológico do PIM (CT-PIM), numa parceria promissora para o desenvolvimento da nanotecnologia, uma fronteira da ciência.” (BECKER, 2015c, p. 64)

253 “O saber das comunidades locais corresponde a experiências isoladas de cultivo de plantas medicinais, produção de óleos e extratos, para aplicação em fitoterápicos e cosméticos, que começam a emergir. São atividades de pequena escala e informais que agregam pesquisadores, pequenos empresários, ribeirinhos e comunidades. As que têm alcançado destaque são as que envolvem as comunidades tradicionais, onde se esboça uma densidade mínima de produção.” (BECKER, 2015c, p. 66)



doenças, novas técnicas biotecnológicas e a possibilidade de construir uma sofisticada economia da biodiversidade.

Complementarmente, a 4ª R.I. possibilita o avanço da biologia sintética, que oferece a capacidade de criar organismos personalizados, causando um impacto profundo e imediato na medicina, na agricultura e na produção de biocombustíveis.

O aperfeiçoamento do Sistema Nacional de C/T&I é urgente, sobretudo na Amazônia, onde há também que incorporar o saber das populações tradicionais. Trata-se de uma condição sine qua nom para viabilizar a potencialidade da Amazônia por duas razões: i) a utilização dos recursos demanda um novo paradigma de C/T&I, capaz de organizar a base produtiva sem destruir a natureza; ii) o rápido avanço da C/T&I mundial poderá, em curto prazo, substituir os recursos naturais pelos sintéticos, reduzindo o seu valor atual. Trata-se, assim, de um condicionante básico para viabilizar o desenvolvimento, perpassando todas as ações para esse fim, incluindo a educação da população e a formação de empreendedores na Amazônia. (BECKER, 2015c, p. 153)

Adicionalmente, compreender a complexidade metabólica da reprodução da floresta é um dos fatores estruturais, evitando o avanço desgovernado da mineração e exploração madeireira depredatórias, do agronegócio rudimentar e dos desmatamentos, que reduzem a evapotranspiração e elevam a inflamabilidade, ocasionando incêndios florestais e prejudicando os rios atmosféricos verticais de vapor do “oceano verde”, superfície florestal cujas características de imensidão e de umidade se assemelham às das dos oceanos reais. (NOBRE, 2015) Todos esses fatores vêm contribuindo para a dilapidação do enorme potencial do patrimônio de diversidade biológica, essencial para o estabelecimento do paradigma da nova revolução biotecnológica.

Diante de todos esses fatos, infere-se que a biodiversidade é o maior recurso relacionado à 4ª R.I. na Amazônia Sul-Americana, cujas formas de produção possibilitam “a construção de cadeias produtivas para o uso da biodiversidade, capazes de envolver desde as populações que habitam o âmago da floresta até os centros de pesquisa e as indústrias, implicando agregação de valor a cada etapa.” (BECKER, 2015c, p. 71)

Além disso, o conhecimento dos estoques de genes, moléculas e microrganismos possibilita a abertura de novas fronteiras para diversos ramos da agricultura e da indústria. Todos esses elementos transformam a Amazônia Sul-Americana numa janela de oportunidades para os novos ciclos tecnológicos relacionados à biotecnologia. A região tem vantagens em todos esses produtos e em seus derivados, sendo capaz de crescer exponencialmente, se forem devidamente pesquisados, catalogados e explorados conscientemente e de modo sustentável, principalmente com o amparo da ciência e

tecnologia. Em outros termos, “é a tentativa de montar uma operação desenvolvimentista na maior bacia hidrográfica do mundo e também uma das mais despovoadas, invertebradas e atrasadas.” (MATTOS, 2011b, p. 169)

Na sociedade global, é crescente a demanda de mercado por produtos da biodiversidade amazônica, o que “tem favorecido crescente biopirataria, capaz de movimentar US\$ 20 bilhões por ano e alcançar o lugar de terceira atividade ilícita do planeta.” (BECKER, 2015c, p. 54) Em nível industrial, são amplas as perspectivas imediatas de negócio para a biodiversidade baseada no conhecimento tradicional, tais como:

1) Fitomedicamentos. a) medicamentos alopáticos distribuídos nas farmácias, que exigem registro e submissão aos códigos de saúde pública, e enfrentam a competição global; b) especialidades de conforto, plantas medicinais vendidas livremente com a condição de não mencionar o uso medicinal. 2) nutracêutica (alimentos de bem estar físico, complementares). Plantas aromáticas e especiarias de fraco ou nulo valor nutricional, mas que podem contribuir para um melhor estado de saúde, tendo efeito fisiológico e não farmacológico. Tem apresentado consumo espetacular nos últimos anos na Europa, EUA e Japão, correspondendo à mudanças nos hábitos de consumo. 3) dermocosmética . Setor em pleno crescimento com grande procura de produtos vegetais e abandono progressivo de produtos de origem animal. Os ecoprodutos cosméticos são o setor mais promissor à valorização econômica da floresta, [...] 4) Fármacos. Os tipos de produtos antes apontados têm a vantagem de ser mais independentes de controle da Anvisa, mas não há como deixar de investir em tecnologia de ponta para produção de medicamentos visando a saúde pública. (BECKER, 2015c, p. 213)

Outra possibilidade de desenvolvimento científico-tecnológico a partir da biodiversidade se encontra no campo de produção de energia, uma vez que a natureza tropical da Amazônia Sul-Americana encerra múltiplas espécies da flora passíveis de utilização para a bioenergia, como o dendê. (BECKER, 2015c, p. 56) A descoberta de novos recursos para este fim necessita de P&D, configurando-se um novo desafio para a C,T&I e ensejando novas perspectivas de expansão econômica.

A importância maior da biodiversidade reside no avanço da fronteira científica, sobretudo a biotecnologia e a biologia molecular, na medida em que nela está codificada a vida e no coração da floresta estão contidas as matrizes genéticas. Somou-se a essa importância sua mercantilização, decorrente apenas do forte crescimento do consumo de fármacos, extratos e cosméticos. Hoje, acrescenta-se à sua valorização o mercado emergente de bioenergia, em rápida expansão, para o qual várias espécies da Amazônia podem contribuir. (BECKER, 2015c, p. 46)

A compreensão do valor estratégico, a avaliação do potencial e as oportunidades de utilização dos ativos amazônicos são pontos fulcrais para a mudança do desenvolvimento econômico na região. Baseado nas suas capacidades econômicas reais, a discussão da criação

de “Zonas Francas de Biodiversidade”<sup>254</sup> são interessantes e inovadoras. Estas compreenderiam num cinturão de fusão do saber tradicional com os mais avançados conhecimentos científico-tecnológicos, geoestrategicamente localizados, direcionados para a bioindústria e utilizando-se da sintetização de moléculas e/ou fármacos oriundos da flora e fauna. A partir de isenções fiscais específicas, fontes de financiamentos públicos e incentivos à criação de novas empresas, possui potencial de movimentar um mercado mundial de bilhões de dólares, “produzindo um modelo único de região tropical desenvolvida no planeta.” (BECKER, 2015c, pp. 150-151)

Mais um ponto interessante para o desenvolvimento de potencialidades amazônicas se refere à construção de um embrionário setor industrial de defesa, com a capacidade de gerar bens e tecnologias que permitam efeitos de transbordamento para a indústria civil, a chamada “tecnologia dual”<sup>255</sup> ou *spin-off*.<sup>256</sup> Para o desenvolvimento e sustentação de uma Base Industrial de Defesa Amazônica (BIDA) a partir do estabelecimento de uma indústria naval, do impulso à construção civil, da implantação de empresas de média e alta tecnologia e do incremento substancial do setor de comércio, é imperativo orçamentos de investimento públicos de longo prazo, não contingenciados, e com uma base legal que permita ao Estado promover o desenvolvimento. (BRICK; RODRIGUES; SOUSA, 2018, p. 74) Assim, possibilitaria a participação de um conjunto de empresas estatais e/ou privadas nas etapas de

---

254 Aqui, realiza-se uma alusão à Zona Franca de Manaus (ZFM), um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país. Ela compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O polo Industrial de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Neste novo modelo, propõe-se a criação de uma base industrial em regiões periféricas, como a Amazônia, ancoradas em produtos da biodiversidade da região, estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades locais ao invés de um modelo de industrialização exógeno, baseado em uma matriz tecnológica de pouca criatividade e completamente alheia à realidade local, com foco nos ganhos imediatos e baixo estímulo à inovação. Dessa forma, o foco principal, além de abastecimento do mercado interno, seria o estímulo a criação de mercados externos baseados em novas tecnologias e busca de competitividade sistêmica, correlacionados à biodiversidade em detrimento da mineração rudimentar e simulacros de produtos eletroeletrônicos, modelos distintos de ilhas de produção industrial desconectadas da realidade regional e/ou enclaves de grandes projetos de exportação de recursos naturais.

255 "Refere-se a descobertas inicialmente destinadas a aplicações na área militar, tendo sua base tecnológica aproveitada para utilizações na área civil". (BRASIL, 2012b, p. 265)

256 De maneira sintetizada, o termo *spin-off* trata do transbordamento dos resultados tecnológicos advindos do setor militar para o setor civil da economia. Considera-se que os processos de *spin off* não são automáticos e não seguem um fluxo natural. Precisam ser estimulados por políticas que levem em consideração questões como propriedade intelectual, financiamento, capacidade de absorção tecnológica e potencial de comercialização de produtos. Além disso, de maneira geral, os ganhos em desenvolvimento tecnológico não necessariamente estão na conversão do produto final de P&D militar em aplicações civis, mas sim em todo o processo de pesquisa básica e aplicada e capacitação de uma cadeia de fornecimento de componentes e subcomponentes que foi necessária para criar o produto final.

pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos econômicos e estratégicos específicos para o bioma e defesa amazônica, tais como biotecnologia e biodefesa.<sup>257</sup> Além disso, pautar-se-ia o estabelecimento de regimes jurídico, regulatório e tributário especiais com a finalidade de proteger as empresas privadas nacionais de produtos de defesa, assegurar a continuidade nas compras públicas e contribuir com a independência tecnológica.

Entretanto, os desafios para a implementação exequível destes projetos são inúmeros. Dentre eles, a indispensabilidade de articulação e gerenciamento do conhecimento já produzido pelos centros e redes de pesquisas, universidades, empresas, indústrias e populações locais, com a imposição de investimentos de curto, médio e longo prazo, fundamentais para a consecução de projetos relacionados à P&D e C,T&I, “visando principalmente criar uma massa crítica capaz de propor soluções adequadas a uma realidade por tempo demais tratada como terra de conquista.” (DA SILVA, 2008, pp. 48-49) Adicionalmente,

a lacuna do conhecimento e de competência regional em C,T&I, a escassez de empreendedores regionais e nacionais interessados em industrializar a megadiversidade e, por que não dizer, a ausência de uma vontade política efetiva baseada num planejamento estratégico que priorize esse objetivo. (BECKER, 2015c, p. 60)

O desmatamento é outro fator chave para uma possível inviabilidade da agregação de valor à riqueza biológica. No Relatório de Riscos Globais 2020, do Fórum Econômico Mundial, a perda de biodiversidade é um dos fatores principais de ameaça dos fundamentos da economia mundial, cuja estimativa de valor monetário em bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas é contabilizado em trilhões por ano (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020, p. 47)

*Because the Amazon is the world's most diverse ecosystem and home to about 10% of terrestrial species, its destruction means potentially undiscovered cures for disease would be lost forever. More intense fires and flooding in the region, as well as more unpredictable rainfall patterns and droughts, could also ensue. This would undermine food production, increase water scarcity and reduce hydropower generation, with economic costs exceeding US\$3 trillion.* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020, p. 51)

Em suma, a Amazônia Sul-Americana sempre esteve no radar de dois projetos de desenvolvimento: o primeiro, visando torná-la intocável e conservada, inviabilizando sua potencialidade; e o segundo, buscando tornar seus recursos acessíveis de forma predatória e

---

257 A biodefesa consiste no controle de exportação de tecnologias sensíveis e proteção contra a introdução de patógenos que possam impactar a saúde da sociedade ou a produção agropecuária.

irracional. Portanto, sempre longe de um projeto autônomo, uma “terceira via” de exploração racional baseada em Ciência, Tecnologia e Inovação, um novo paradigma de formas de produção capazes de utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo. A biodiversidade é um dos pilares do desenvolvimento e base para uma transição socioeconômica em direção a um modelo de crescimento mais sustentável e inclusivo. Com isso, superando a falsa dicotomia entre desenvolvimento e conservação da natureza, Becker afirma que uma economia da floresta – baseada num novo paradigma tecno-científico – deve gerar valor e produzir para conservar (BECKER, 2015c, p. 190), cuja “defesa do coração florestal decorrerá de sua utilização inovadora e não do seu isolamento produtivo.” (BECKER, 2015c, p. 240)

Seja através da redução do rentismo via capitalismo regulado e intervenção estatal, ou com transformações radicais/pontuais na planificação econômica via economia de mercado socialista, um projeto de desenvolvimentismo progressista ou de socialismo revolucionário/reformista é decisivo para a mudança do *status quo* da América do Sul e da Amazônia Sul-Americana no cenário internacional. Especificamente no contexto amazônico, os ganhos temporários dos termos de troca não devem substituir os projetos de diversificação industrial de maior valor agregado e de desenvolvimento científico tecnológico. Logo, as providências a serem tomadas objetivando a redução dos impactos negativos na biodiversidade podem contribuir para estabelecer as bases para uma transição socioeconômica em direção a um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e integrado.

### **3.4.3 – Integração – Política e Infraestrutura**

A integração regional não é puramente política, nem econômico-comercial, nem física; é uma combinação de perspectivas distintas que se complementam e se sobrepõem, agregando demandas geopolíticas, institucionais, regulatórias e sociais que são dinâmicas e, portanto, se transformam ao longo do tempo. Ainda que se considerem possíveis barreiras no contexto amazônico – como a falta de convergência política, a disparidade de desenvolvimento e poder tecnológico, as incertezas econômicas, as inseguranças legais, a aversão à perda da soberania nacional –, os benefícios da integração são multiplicadores e irradiadores, tendo como objetivos principais a redução das assimetrias regionais, a construção de uma identidade regional e a ampliação da participação de componentes econômicos e sociais. É uma estratégia de fortalecimento conjunto, solidário, que “vai além dos estudos de viabilidade econômica da zona fronteira, atuando através de um ‘Tratado de Integração’ determinado

por metas específicas voltadas para a sua institucionalização em nível político, econômico, social e técnico.” (BECKER, 2015b, p. 229)

Uma vez que o bioma amazônico é compartilhado por natureza, a integração da Amazônia Sul-Americana é pré-requisito indispensável para se integrar à economia mundial, evitando o insulamento e estimulando a reflexão sobre os impactos político-econômicos da cooperação, assim como as perspectivas de longo prazo desse processo num cenário globalizado. Em outros termos, pensar a integração da Amazônia Sul-Americana requer uma nova escala de ação (BECKER, 2015b, p. 213), o que, no caso específico da região, ratifica a retomada institucional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a construção de uma força dissuasória que vise defender áreas estratégicas, sob responsabilidade exclusiva dos países amazônicos.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 3 de julho de 1978, em Brasília, pelos oito países pertencentes à bacia amazônica. Possui como objetivos a elevação do nível de vida das suas populações, o aproveitamento racional e ecológico da flora e da fauna, a pesquisa científica e tecnológica e a troca de informações entre as partes. (RIBEIRO, 2005, p. 258) Para Mattos (2011b, pp. 117-118), cinco são seus princípios fundamentais: jurisdição exclusiva dos países amazônicos no seu desenvolvimento e proteção; soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais; cooperação regional; equilíbrio e harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; e igualdade entre todos os parceiros.

A transformação do TCA em uma organização internacional provida de personalidade jurídica permite diminuir as inseguranças e construir um ambiente político mais articulado regionalmente. Tendo como exemplo a Declaração da Amazônia <sup>258</sup>, de 1989, o pacto buscou representar um esforço de coesão e conscientização dos países da região amazônica sobre a necessidade de intensificarem a implementação efetiva de um organismo de integração e cooperação regional, que possibilitasse a manutenção da soberania e o fomento ao desenvolvimento, permitindo “despertar a pan-amazônia de seu sono multissecular.” (MATTOS, 2011b, pp. 132-133) Recentemente, três importantes projetos foram criados com

---

258 “Sob essa ótica, a Declaração da Amazônia procura evidenciar que os países membros do Tratado de Cooperação Amazônica assumem a responsabilidade de resolver os seus problemas ambientais soberanamente, portanto, excluindo a criação de qualquer entidade de caráter supranacional, já que violaria a soberania dos países membros do TCA.” (RIBEIRO, 2005, p. 345)

esse objetivo: a Nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2010), o Projeto OTCA/PNUMA/GEF (2012) e o Projeto Bioamazônia (2016).

A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) abrange uma série de iniciativas de cooperação na área de conservação e uso sustentável de recursos renováveis. Possui como objetivo principal viabilizar o diálogo para analisar os impactos da incorporação das regiões amazônicas aos sistemas econômicos nacionais através da malha rodoviária e fluvial e das tecnologias da informação, em harmonia com a preservação dos ecossistemas. Além disso, amparado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima, do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, suas ações se orientam para a consolidação da OTCA como ator chave dos temas estratégicos para a região.

O Projeto GEF Amazonas propõe fortalecer o marco institucional para o planejamento e execução de atividades estratégicas de proteção e gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos da bacia Amazônica. Ao priorizar a assistência aos problemas transfronteiriços prioritários, visa-se elevar as capacidades técnicas e robustecer as instituições nacionais e a OTCA. Das atividades executadas, se sobressaem três conquistas que fomentam a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos na Amazônia Sul-Americana: uma visão compartilhada da bacia do Amazonas, uma análise diagnóstica transfronteiriça e o Programa de Ações Estratégicas (PAE), resultado mais importante do projeto.

O Projeto Bioamazônia objetiva qualificar a gestão, supervisão e controle da fauna e flora ameaçadas pelo comércio não sustentável dos países membros da OTCA. Com a finalidade de contribuir para a conservação da biodiversidade amazônica, respalda seu planejamento de investimentos e de desenvolvimento das capacidades técnicas institucionais e de coordenação interinstitucional, integrando os sistemas de informação nacionais e regionais, harmonizando os mecanismos, sistemas, processos nacionais pela emissão de licenças eletrônicas, e priorizando iniciativas existentes para mecanismos de gestão e de rastreabilidade sustentáveis de espécies amazônicas. É um projeto implementado com a coordenação institucional da OTCA, através de um acordo de cooperação financeira com o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW).

Ainda assim, após mais de 40 anos de vigência do Pacto Amazônico, poucos avanços concretos foram realizados: “em qualquer circunstância, é necessário acentuar que o Pacto Amazônico não teve até hoje o poder de dissuasão suficiente, diante dos países ricos, quanto às suas ambições em relação à Amazônia.” (RIBEIRO, 2005, p. 259) Haja vista que a

integração da Amazônia Sul-Americana revela-se como um dos principais objetivos dos arranjos institucionais encetados pelas Forças Políticas Internas diante das aspirações das Forças Políticas Externas, é necessário retomar e intensificar o espírito político-institucional inicial da celebração do Tratado, reconhecendo a imprescindibilidade da atuação conjunta, uma vez que a integração é um dos melhores antídotos para inibir os projetos de poder expansionistas das FPE.

As províncias amazônicas dos países sul-americanos merecem uma política de comunidade que lhes dê um impulso verdadeiro no sentido de seu desenvolvimento econômico e social. Não serão nem a Europa nem os Estados Unidos que terão que vir resolver este problema; seremos nós, os donos do problema. Unir-nos em termos de comunidade para impulsionar o desenvolvimento regional não é novidade nem fere a sensibilidade das soberanias nacionais. Estruturar essa comunidade em termos de sua funcionalidade, igualmente, será repetir experiências já consagradas pelo êxito em outras partes do mundo. [...] Ademais, uma solução comunitária para os problemas econômicos e sociais da pan-amazônia levaria a vantagem de permitir um equacionamento ajustado à ecologia e às necessidades regionais. Seria uma solução amazônica para problemas amazônicos. (MATTOS, 2011b, p. 141)

Complementarmente a uma perspectiva da imprescindibilidade político-institucional para a consumação de um projeto de integração, a infraestrutura se apresenta como um dos seus principais sustentáculos <sup>259</sup>, uma vez que vincula fisicamente os países a um processo de longo prazo, perdurando-se diante de câmbios políticos no curto prazo. Tal constatação foi sintomática para os países sul-americanos no início do século XXI, com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa conjunto dos governos dos doze países da América do Sul que buscava promover a sua integração física com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. Dessa forma, foi “a primeira oportunidade na qual os países sul-americanos elaboraram uma percepção sistêmica sobre seu espaço regional, identificando vulnerabilidades, zonas de risco e oportunidades.” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 68)

No que tange à integração física da Amazônia sul-americana cabe distinguir dois níveis: o regional e o local. O primeiro refere-se à proposta (IIRSA, 2002) de promover a articulação da base territorial sul-americana, não só através da construção de uma infraestrutura viária interligada mas também da complementação de recursos (minerais e energéticos) entre países vizinhos. Essa estratégia volta-se para a consolidação de uma plataforma regional sul-americana fortalecedora da presença da Amazônia na geopolítica mundial, enquanto uma base territorial integrada detentora de ativos ambientais diversificados e não apenas como um patrimônio natural a ser preservado. (BECKER, 2015b, p. 228)

---

259 “Balancing the rights of people and nature with the need to expand infrastructure in Latin America is perhaps the greatest challenge. Latin America has a 6.2 percent annual infrastructure gap that is making the countries in the region lag economically. A twenty-first-century infrastructure is needed that expands information and communication technologies, energy and electricity, and roads, ports, and railways in a manner that increases regional trade and investment and better connects Latin American countries with the rest of the world.” (GALLAGHER, 2016, p. 160)



Inicialmente, o projeto apresentava-se com o objetivo de formar uma área de livre comércio a fim de integrar competitivamente a região. A partir dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), principal enfoque do Plano de Ação da IIRSA, foi organizado o espaço regional em fluxos de comércio atuais ou potenciais, estabelecendo-se um padrão mínimo comum de qualidade de oferta de infraestrutura e apoiando atividades produtivas específicas de cada EID, tanto para o mercado interno quanto para a exportação, sustentando a competitividade global. (PADULA, 2010, p. 183)

Dos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), três englobam diretamente a Amazônia Sul-Americana: o Escudo Guianês, o Peru-Brasil-Bolívia e o Amazonas, sendo este último o principal para a região, com uma área de influência de 8.060.911 Km<sup>2</sup>, que visa a criação de uma rede de transportes entre a Bacia Amazônica e o litoral do Pacífico (Anexo 27). No Sistema de Informação de Projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) – que substituiu a IIRSA, em 2009, no âmbito da UNASUL –, este Eixo possui 70 Projetos da Carteira (69 de transportes e 1 de energia), orçados em 27.497.497 dólares, dos quais aproximadamente 43% para o setor rodoviário, 39% no ferroviário, 10% no marítimo, 5% em interconexão elétrica e 2% no fluvial. (COSIPLAN, 2019)

Entretanto, críticos ressaltam que a IIRSA corresponde a uma lógica neoliberal de conexão entre logística e inserção nos fluxos de comércio internacionais. Assim, a ênfase dessa visão está sempre na formação de uma área de livre comércio regional e inserção nas cadeias globais de valor, ganhando proeminência o estabelecimento dos chamados corredores de exportação e a ligação “para fora” (para a costa). (PADULA, 2010, p. 60), principalmente para o escoamento de produtos para a China.

Um modelo onde, de forma pacífica através da abertura de mercados, os países sul-americanos facilitariam o acesso aos recursos naturais da região às empresas transnacionais e seus Estados matrizes patrocinadores, através de fluxos de comércio e investimentos, não só em atividades produtivas exploratórias, mas também na construção logística de corredores de exportação. [...] Tais corredores podem funcionar como corredores de exportação de recursos naturais e de bens de baixo valor agregado, e como corredores de importação de bens industriais de maior valor agregado e intensidade tecnológica de outros países e continentes. Ainda, podem servir para a penetração política de potências externas à região, buscando acessar, influenciar e controlar territórios e recursos estratégicos dos países da região. (PADULA; BROZOSKI, 2016, pp. 107-108)

Observando-se todos os dez projetos dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (Anexo 28), constata-se seis eixos bioceânicas, priorizando um modelo de integração “horizontal”, *i.e.*, que não integram os países entre si, somente realizando ligações oceânicas e

priorizando uma lógica de corredores de exportação. No contexto geográfico da América do Sul, a contrapartida seria um modelo de integração que busque realizar uma verticalidade/transversalidade infraestrutural, que privilegie tanto a integração norte-sul quanto a ligação leste-oeste (bioceânicas ou interoceânicas), com a formação de corredores de integração a partir da interiorização do continente e aproveitamento das potencialidades geográficas. Como ratifica Becker (2015c, pp. 166-167):

o transporte, em si, isoladamente, não é fator de desenvolvimento, favorecendo o crescimento dos pontos conectados, mas não da área situada ao longo do eixo. A preocupação maior como acesso às zonas de alto potencial produtivo e com a competitividade global é outro fator que pode contribuir para acentuar a desigualdade num continente já por ela marcado. Por fim, a implantação de rodovias nos ecossistemas amazônicos, sem os cuidados necessários, tende a ser, como já suficientemente demonstrado pela experiência, problemática e patrocinadora de desastres ambientais.

Uma alternativa é a proposição do “regionalismo autônomo” (GUDYNAS apud FUSER, 2013, p. 216), um padrão de integração infraestrutural baseado na complementaridade produtiva das distintas regiões geográficas sul-americanas, um modelo progressivo de integração com políticas estratégicas que consideram que a cooperação pressupõe o desnivelamento das regras entre parceiros desiguais e enfatiza o comércio estratégico. Assim, podem-se identificar dois planos de objetivos políticos entrelaçados que devem estar presentes num processo de integração regional:

na esfera interna, o objetivo político da integração deve ser o de afirmar e aumentar a legitimidade dos Estados membros, e conseqüentemente seu poder “para dentro”, atendendo a demandas e condições sócio-políticas internas. No âmbito externo, como objetivo geopolítico, o processo de integração deve trabalhar em favor da projeção de poder e autonomia relativa dos países membros e do bloco no sistema internacional. (PADULA, 2010, p. 77)

Diferentemente do projeto proposto pela IIRSA, a oferta de infraestrutura sob um ótica político-estratégica é fundamental para estabelecer a primazia da geração de riqueza em favor da região, inserindo competitivamente os países na teia produtiva global. (PADULA, 2010, p. 164) Em outros termos, o objetivo de conexão com o mercado externo deve estar presente, mas subordinado a prioridade de integração e dos interesses regionais:

*Un modelo de integración presupone que la oferta de infraestructura debe ser organizada de forma de aprovechar los recursos de la región, prioritariamente, a favor de su autonomía y de su desarrollo, agregando el máximo de valor y tecnología posible. Cada conexión exige una solución de infraestructura específica, modal y logística. Para concebirse la oferta de infraestructura necesaria a la integración física, es fundamental el conocimiento de las especificidades geográficas, orográficas, topográficas y demográficas, y de los recursos naturales de cada región. (COSTA, 2012, p. 24)*

Em termos de consecução de um modelo prospectivo político-estratégico da infraestrutura sul-americana e amazônica, levam-se em consideração tanto as particularidades geográficas quanto os arranjos geopolíticos das Forças Políticas Internas e das Forças Políticas Externas. Neste contexto, a integração energética – seguida da integração hidroviária<sup>260 261</sup> – vem sendo o estudo de caso mais significativo, um tema prioritário na agenda estratégica nacional e regional, ao considerar que o seu planejamento não necessita ser baseado única e exclusivamente nos recursos próprios de um país.

Tendo em conta que a energia fornece a produção de bens e serviços básicos, o bem-estar da população e o desenvolvimento dos países, este setor possui relevância quando se relaciona à questão da segurança energética, visando aumentar a confiabilidade do sistema, a exploração de sinergias derivadas de complementaridade hidrológica – principalmente no caso amazônico. Entretanto, ressalta-se que os países enfrentam diferentes situações e alternativas em termos de disponibilidade / escassez de recursos energéticos, o que possibilita à intervenção do Estado em políticas públicas institucionais e regulatórias pautadas na integração energética regional. (Anexos 29 e 30)

A partir do modelo OSeMOSYS-SAMBA, um sistema de otimização de custos a longo prazo do planejamento de expansão de energia dos países da América do Sul, com uma estrutura de setor de energia dinâmica e plurianual, Santos (2018, pp. 174-175) projeta

---

260 “Outro aspecto relevante inerente à integração hidroviária será a possibilidade da integração sul-americana que, necessariamente, passa pelo eixo do rio Amazonas e envolve todos os países que integram o Tratado de Cooperação Amazônica. Essa integração hidroviária possibilitará: o acesso da Bolívia para o Hemisfério Norte, através da Hidrovia do Madeira, evidentemente prolongada até os eixos dos rios Abunã, Beni, Mamoré, Guaporé e Madre de Dios, possibilitando, assim, que o Brasil ofereça à Bolívia o acesso que pretendeu proporcionar- lhe, com base no Tratado de Petrópolis, através de estrada de ferro Madeira-Mamoré que não teve viabilidade econômica; a integração no sentido dos países da Costa do Pacífico, em especial através do Peru e o Equador, utilizando um sistema de transporte intermodal que possibilitará, assim, o escoamento da produção do Brasil Central, no sentido do Japão, da costa oeste norte-americana e dos tigres asiáticos, a custos operacionais extremamente mais baixos, já que atualmente estão contingenciados a utilizar como acesso o canal do Panamá; esse sistema de transporte intermodal poderá ser feito até: a) ao porto de Paita na Costa do Peru, através da ligação hidroviária pelo rio Amazonas até à cidade peruana de Sarameriza, no rio Marañon, seguindo por via rodoviária até Paita, na costa do Peru; b) ao Porto de Esmeralda, na costa do Equador, seguindo por via hidroviária pelo rio Amazonas até Porto Putumayo, no rio do mesmo nome, no Equador, prosseguindo por via rodoviária até o porto de Esmeralda, na costa equatoriana; ou pelo rio Napo até a cidade de Francisco Orellana na confluência com o rio Coca e daí, por via rodoviária, até o porto de Manta na costa do Equador. [...] Além disso, possibilitará a integração hidroviária mais efetiva com a Colômbia, através dos rios Solimões, Içá e Japurá, bem como com a Venezuela, através do eixo rio Negro-Orinoco, utilizando, para isso, o canal do Caciquire; essa interligação terá grande significado certamente para a economia do turismo, oriundo das correntes turísticas do Hemisfério Norte que buscam os países do Caribe e certamente poderão ser incentivadas a ter acesso, através do rio Orinoco, a toda a Amazônia e o Brasil Central, chegando até Brasília através da Hidrovia Tocantins-Araguaia.” (RIBEIRO, 2005, pp. 529-530)

261 “O potencial centrípeto da Amazônia tinha como base uma rede fluvial entre o Brasil Amazônico e diversos países andinos: Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Ademais, esse sistema natural de ligações dos ‘nudos’ andinos, desbordando pela vertente ocidental da cordilheira até desembocar nos portos da costa pacífica do continente.” (MELLO, 1997, p. 81)

cenários de possibilidade de integração energética, com base em dados quantitativos, análise dos projetos e documentos oficiais dos países.<sup>262</sup> Ao utilizar o setor de energia como um estudo de caso de modelagem, propõe quatro cenários: *reference integration scenario (RIS)*, *weak integration scenario (WIS)*, *moderate integration scenario (MIS)* e *strong integration scenario (SIS)*. (SANTOS, 2018, pp. 174-175)

Ao considerar a viabilidade do cenário hipotético de elevada integração energética, uma série de mudanças são necessárias: “(i) *political will*; (ii) *diplomatic engineering*; (iii) *institutional development*; (iv) *adaptation/harmonization of regulation related to cross-border trade*; and (v) *advancement of transmission and interconnection infrastructure*.” (SANTOS, 2018, p. 190) Uma vez que considera projetos que parecem improváveis de acontecer nos próximos 10 a 15 anos, é o cenário que possui menos medidas concretas (SANTOS, 2018, p. 198); ainda assim, serve como um modelo que poderia afetar positivamente toda a infraestrutura energética da América do Sul e da Amazônia Sul-Americana, uma vez que engendraria a expansão e novas linhas de interconexão internacional, a diversificação do *mix* de geração de energia, a consideração da vulnerabilidade socioambiental, projetos binacionais que aumentariam transações internacionais e harmonização dos marcos regulatórios regionais. (SANTOS, 2018, p. 209)

No lado oposto, como afirma Rodrigues (2018, p. 36), a própria desintegração político-institucional permite a desintegração econômica dos países sul-americanos, possibilitando que as Forças Políticas Externas desestabilizem qualquer tentativa de criação de um movimento político de dimensão continental capaz de delinear a ruptura da estrutura econômica dependente e subdesenvolvida. Portanto, um planejamento de integração regional soberana ou multilateralista fechada é fundamental para o desenvolvimento autônomo, cuja autonomia conjunta anti-imperialista proporcionaria maior poder de persuasão e representaria os interesses de múltiplos atores que cooperam, participam ou integram o conjunto, principalmente no contexto transnacional da Amazônia Sul-Americana.

---

262 São enfatizadas fontes primárias qualitativas regionais, como normas, leis, tratados internacionais, acordos, memorando de entendimento, marcos regulatórios, decisões, recomendações, decretos, resoluções, acordos-quadro, declarações, programas e planejamento.

## Considerações finais

Esta pesquisa de tese de doutorado visou examinar e discutir de forma minuciosa os impactos das disputas internacionais pela acumulação de riqueza a partir dos projetos de poder dos Estados Unidos e da China na América do Sul e na Amazônia Sul-Americana. Com base na confluência teórico-metodológica entre a geopolítica, o desenvolvimento e a integração como elementos fundamentais para uma autonomia estratégica, a pesquisa sob a perspectiva da Economia Política Internacional buscou auxiliar na reflexão crítica de preceitos periféricos e na compreensão das configurações geopolíticas que possibilitaram visualizar a revalorização sul-americana e a expansão sino-americana.

Foi constatada que a Amazônia Sul-Americana é uma área crescentemente e geoestrategicamente valorizada para a expansão do capitalismo mundial, principalmente nos próximos ciclos científico-tecnológicos possibilitados pela sua riqueza biogenética. Desta forma, novas categorias de competição, disputa e guerra serão cada vez mais uma predisposição nesse eixo territorial gravitacional de poder. Um dos objetivos do presente trabalho foi fundamentar teórica e cientificamente tais movimentos, ensejando posicionamentos contrahegemônicos no contexto específico das condições materiais sul-americana e amazônicas.

Adicionalmente, acredita-se que a hipótese central de que os projetos de poder estadunidense e chinês impactam negativamente os países da região em termos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas, principalmente pela inexistência de um projeto geoestratégico sul-americano, tenha sido ratificada após a exposição dos argumentos, dispostos na vertebração teórica que perpassa todos os três capítulos. Em outras palavras, ao longo do horizonte temporal determinado, foi constatado que a América do Sul não possui um planejamento pautado na geopolítica, no desenvolvimento e na integração.

No primeiro capítulo, iniciou-se com um estudo sobre a influência que a geopolítica exerce sobre a capacidade concreta de transformação de poder potencial em poder efetivo, orientando a prática política dos Estados em termos dinâmicos diante dos rearranjos de poder no sistema internacional. Na continuação, visualizou-se que o desenvolvimento econômico das nações submete-se ao plano político para romper com a concentração de riqueza e desigualdade, cujo processo de acumulação é deliberado, regulado e orientado.

Subsequentemente, engendrou-se que a integração regional possibilita a coligação de interesses recíprocos e a alavancagem de uma projeção soberana de poder a nível internacional, cujo subdesenvolvimento e dependência sul-americanos são, em certa medida, resultado da fragmentação e da balcanização dos países. Por conseguinte, foi demonstrado que a disputa pelo poder é realizada tanto entre as Forças Políticas Internas na América do Sul – definidas como grupos endógenos e fraturados pela dissensão que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual transitam – quanto pela sua relação com as Forças Políticas Externas mundiais – que compreende em forças exógenas que visam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação com a finalidade de influenciar as Forças Políticas Internas que reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza –, sendo o Estado o principal ator desta correlação de forças.

No segundo capítulo, realizou-se uma configuração das principais Forças Políticas Internas na América do Sul, baseadas nas prerrogativas geopolíticas, desenvolvimentistas e integracionistas previamente estabelecidas: o privatismo exogenista, uma tendência político-econômica que valoriza a iniciativa e propriedade privadas de influência exógena, a partir de temas estabelecidos pelos interesses dos grandes centros de poder fora dos espaços nacionais dos países sul-americanos; o hibridismo sazonal, cuja linha é caracterizada pela adaptação pragmática do cruzamento de vários fluxos de poder, que se relacionam sazonalmente e em constante contradição, tanto no plano de sua própria segmentação, como em relação às outras forças; e o nacionalismo popular, cuja direção é voltada para a priorização do Estado nacional como organismo político da gestão e salvaguarda dos interesses nacionais. Posteriormente, foram analisadas novas formas híbridas de atuação dos Estados Unidos – a partir da perspectiva da guerra híbrida ilimitada de intervenção indireta e velada de forças estrangeiras sobre outro(s) Estado(s), com o objetivo de reduzir o poder de países não-alinhados e garantir governos liberais, seja através de projetos de desestabilização político-econômica ou do uso coercitivo por meio da guerra – e da China – sob o pressuposto da geoeconomia híbrida, como utilização de instrumentos econômicos, sem condicionalidades ou imposições, a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica, que apresenta tanto vantagens quanto desvantagens para os países sul-americanos, com uma atuação que gera benefícios em distintas modalidades imediatas e nos indicadores econômicos, mas acarreta uma série de desafios estruturais, como a especialização regressiva, a desindustrialização, a ausência de ganhos dinâmicos e produção

de bens de alto valor agregado. Com isso, foi exequível a construção epistemológica referente ao poder no sistema internacional, com determinadas características peculiares e que interagem diretamente com as FPI e as FPE: os triângulos competitivo-cooperativos. Assim, visualizou-se como esta geometria possibilita à acumulação do poder e riqueza, ensejando possibilidades aos países sul-americanos no aproveitamento da competição regional e global sino-americana, ao capitalizar vínculos pragmáticos resistentes ao alinhamento incondicional dos Estados Unidos e resilientes às oportunidades econômicas da China, estabelecendo relações benignas que rompam com a extenuação no plano internacional.

No terceiro e último capítulo, utilizou-se o estudo de caso da Amazônia Sul-Americana com o intuito de corroborar as premissas apresentadas. Iniciando com um mapeamento e inventário dos recursos naturais estratégicos amazônicos e da sua importância sob o ponto de vista geopolítico, desenvolvimentista e integracionista, foi abordado na continuação os projetos de poder na região amazônica, no horizonte temporal entre 2001 e 2016. Analisando as tendências de expansão dos Estados Unidos – através da utilização de bases militares, ONGs de fachada, biopirataria e desestabilização de governos com o intuito de cercar a região amazônica – e da China – por meio dos investimentos externos diretos em recursos naturais e infraestrutura com a finalidade de maior participação neste espaço crescentemente apreciado –, comprovou-se que a Amazônia Sul-Americana configura-se como arena das correlações de forças no sistema internacional, atraindo os triângulos competitivo-cooperativos para a disputa entre as FPI dos países amazônicos, Estados Unidos e China. Como conclusão, postulou-se a iniciativa de um projeto propositivo para a autonomia estratégica, explanando os desafios e as possibilidades das Forças Políticas Internas da América do Sul e da Amazônia Sul-Americana.

A partir do exposto na presente tese, um projeto estratégico eleva o Estado a um dos atores fundamentais, diretamente ou indiretamente, para possibilitar uma robustez dinâmica em sua capacidade de imprimir velocidade ao ritmo de reversão da lógica capitalista do lucro curto-prazista, que não atende as necessidades básicas dos cidadãos nem a desconcentração de riqueza. Este projeto deve englobar, simultaneamente, as perspectivas geopolítica, desenvolvimentista e integracionista, de modo que supere a dependência dos países sul-americanos. Assim, compreende o conjunto de Forças Políticas Internas resilientes em aproveitar as oportunidades a partir dos dissensos entre as grandes potências, uma vez que não existe solução fixa para situações mutáveis.

Adicionalmente, a ressignificação do sentido de mercado é imprescindível e um dos pontos principais para a compreensão da Economia Política Internacional. O antimercado do sistema de acumulação capitalista dos lucros extraordinários bloqueia a relação dialética e harmônica com o Estado, impossibilitando a consecução de um mutualismo obrigatório e trófico: uma relação interespecífica e harmônica, em que ambos atores são mutuamente condicionados e dependentes ao fornecerem ganhos recíprocos. Uma vez constatada a impossibilidade de existência de mercados fortalecidos sem Estados ativos, a construção de uma robusta economia de mercado anticapitalista é fundamental quando se trata de planificação, socialização e coordenação dos investimentos, com o capital produtivo e financeiro trabalhando em conjunto e sob controle estatal. Desta forma, a Economia Socialista de Mercado da China, que alterou o centro do processo de acumulação com equilíbrio entre o público e o privado, seria o exemplo a ser seguido, com a intensificação da socialização do poder.

No que tange à conformação das Forças Políticas Internas, influenciado pelo pensamento neoliberal, o privatismo exogenista é o caminho sul-americano para a dependência e o subdesenvolvimento, uma vez que a prerrogativa de “ajuste fiscal” e “coalizão da classe rentista” culminam na contração do investimento e na redução dos gastos públicos, fatores fundamentais para a continuidade da dependência produtiva, tecnológica e financeira dessas economias. O setor privado e coordenado pelo antimercado não se encontram em equilíbrio; pelo contrário, desestabilizam o sistema a partir de movimentos especulativos. Majoritariamente, a prioridade dos lucros das privatizações é conflitante com a execução de serviços públicos de que a sociedade é dependente. Aneudoticamente, a privatização de serviços essenciais e/ou estratégicos seria como morrer de sede diante do mar; se tem acesso direto à água, mas sua utilização para consumo causará a desidratação e morte.

As principais experiências do hibridismo sazonal apresentam desequilíbrios. Apesar dos benefícios proporcionados pela conjuntura entre 2001-2008, com incentivo à demanda para gerar um ciclo virtuoso de investimento e crescimento auto-sustentado, perde consistência e torna-se inviável no contexto posterior como modalidade progressiva do capitalismo. Em alguns casos, ainda que esse modelo tenha diminuído a pobreza extrema, perpetuou a desigualdade e os privilégios das classes dominantes. Portanto, conjuntamente com o privatismo exogenista, o hibridismo sazonal tem levado à desindustrialização, a deterioração dos termos de troca e a ausência de política industrial e tecnológica, não oferecendo uma completa alteração e/ou superação ao modelo privatista.



Em contraposição, preambulares experiências do nacionalismo popular vêm fornecendo diretrizes políticas, buscando possibilidades de alterar o consenso do bloco hegemônico neoliberal global e sua acumulação de capital, ainda que com diminuto excedente de poder. Em outros termos, embora determinadas Forças Políticas Internas explorassem soluções ao privatismo exogenista com a corporificação de projetos nacionais independentes, uma alternativa inteiramente oposta à ortodoxia econômica não foi exitosa a ponto de romper com o subdesenvolvimento. Entretanto, ratifica-se que, até mesmo por conta desses fatores, é a Força Política Interna a ser combatida pela Força Política Externa dos Estados Unidos, cuja atuação geopolítica vem impulsionando a estrutura de dependência.

A política é basilar para a redução do protagonismo financeiro-especulativo e da desigualdade. Uma vez que a América do Sul jaz altamente subordinada aos mercados financeiros internacionais que contribuem para o aumento da heterogeneidade socioeconômica, compreender e reverter essa estrutura de anti-desenvolvimento das forças produtivas e institucionalização da pobreza como um projeto mundial é capital para os projetos de poder das Forças Políticas Internas. Durante reunião de Davos, em janeiro de 2016, a Oxfam revelou em relatório que os 62 mais ricos bilionários do mundo possuíam tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população mundial; em outros termos, 1% da população mundial concentrava 50% da riqueza mundial, calculada em US\$ 250 trilhões, tendo dobrando, em termos de liquidez, na última década. Para o funcionamento equitativo e equilibrado do sistema internacional, é imperativo que tal dinâmica seja modificada.

No que se refere a Amazônia Sul-Americana, ela é considerada uma das regiões com maior valor estratégico para acumulação de poder e riqueza no sistema internacional, vista como a fonte mais importante de água doce e biodiversidade, como reguladora do clima do Planeta e sumidouro de grandes quantidades de gases do efeito estufa. Tal fato apresenta uma dialética entre a crescente expansão dos interesses externos e os fundamentos para uma autonomia soberana dos povos sul-americanos. Para isso, se faz necessária uma articulação de um Projeto de Economia Política Sustentável com um Projeto Regional de Desenvolvimento, a partir de uma visão de que a Amazônia Sul-Americana é vanguarda, e não retaguarda.

É uma impossibilidade a utilização do espaço amazônico de forma racional sem a exploração harmoniosa e que atribua valor econômico à floresta, instituindo uma terceira via de desenvolvimento baseado em Ciência, Tecnologia e Inovação, compreendendo sua complexidade metabólica e utilizando o seu patrimônio natural sem destruí-lo. Logo, se faz

necessário um conhecimento adequado e profundo do seu valor intrínseco, uma conscientização dos agentes públicos e da população para os problemas ecológicos envolvidos, um uso sustentável dos recursos naturais estratégicos, uma intensificação de respaldos técnicos e científicos possibilitados pelo crescimento de pesquisadores na e da Amazônia, e, fundamentalmente, uma compreensão de que as Forças Políticas Externas possuem projetos de poder para a Amazônia Sul-Americana, principalmente a partir de instrumento híbridos e velados. Espera-se que a presente tese tenha contribuído para a discussão nesse sentido.

Em conclusão, haja vista que a inevitabilidade da mudança é a única constante universal, é possível e necessária a construção de um novo projeto de poder que rompa com o subdesenvolvimento e a dependência, possibilitando a igualdade socioeconômica e o acesso aos instrumentos de gestão pública e privada. Em outros termos, há uma total exequibilidade de instauração de um crescimento econômico prioritário dos mercados internos que enseje a integração nacional dos Estados e dos povos sul-americanos, que se articule de modo soberano ao mercado internacional, e que compatibilize o equilíbrio ecológico, desde que haja o estabelecimento de uma correlação de forças políticas que surja como alternativa respaldada por um sólido consenso popular antineoliberal e antineofascista.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. A China na América Latina: investimento em infraestrutura portuária. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. pp.193-202
- ABDENUR, Adriana Erthal; LEVAGGI, Ariel Gonzalez. Trans-Regional Cooperation in a Multipolar World: How is the Belt and Road Initiative Relevant to Latin America? **Working Paper**, LSE Global South Unit, 2018.
- ABDUL-HAK, Ana Patrícia N. T. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- ABREU, Sergio. Actualización conceptual sobre la integración latinoamericana. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 419-439
- AGEE, Philip. **Inside the company: CIA diary**. New York: Bantam Books, 1975.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.67-82, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A grande fragmentação na América Latina: Globalizados, Reticentes e Bolivarianos. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p.79-93, jan./jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração regional. **Meridiano 47**, Brasília, v. 7, n. 76, p.15-23, nov. 2006.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.
- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 107, p.17-38, set. 2015.
- AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. **Teoria da dependência? A problemática hoje**. 2012. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.
- AMSDEN, A. et al. China's Macroeconomy, Environment, and Alternative Transition Model. **World Development**, vol.24, n.2, pp.273-286, 1996.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARREDONDO, Gustavo A. 'UNASUR y el Consejo de Defensa Suramericano en su primer lustro 2011-2016'. **Revista de Marina** 957, v. 32, n. 64, p. 18-25, jan./abr. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London . New York: Verso, 2007.

AYALA, Lizeth; RAMÍREZ, Javier. El rol de China en el proyecto de un orden regional sudamericano. **Revista Andina de Estudios Políticos**, Vol. VI, N° 2, pp. 5-28, 2016.

AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. Reflexões sobre a emergência chinesa. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p.173-197, jan./jun. 2015.

BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BARRETO, Paulo et al. **Os Frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?** Belém, PA: Imazon; Cuiabá: Instituto Centro da Vida, 2017.

BARRIOS, Miguel Ángel (Org.). **Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Hugo Chávez: pensamiento histórico y geopolítico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2014.

BAUMANN, Renato. **Integração regional: teoria e experiência latino-americana**. Rio de Janeiro: Ltc, 2013.

BECKER, Bertha. **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol.1**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a.

\_\_\_\_\_. **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol.2**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b.

\_\_\_\_\_. **As Amazôniaas de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol.3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015c.

BENATTI, Adriana S.. A presença da China no MERCOSUL: implicações sobre o processo de integração regional. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.215-242, 2011.

BENJAMIN, Cesar. Amazônia: cuidado, frágil. **Boletim Conjuntura Brasil. Fundação João Mangabeira**: Brasília, p. 1-38. abr. 2019.

BERNAL-MEZA, Raúl. El Mercosur y las políticas exteriores de sus socios: cambios y desafíos a 20 años. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 609-660

BERTOLA, Luis; OCAMPO, Jose Antonio. **The Economic Development of Latin America since Independence**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência a 1870, volume III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BILLON, Philippe Le. **The geopolitics of resource wars**: resource dependence, governance and violence. London; New York: Frank Cass, 2005.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M.. **War by other means**: geoeconomics and statecraft. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2016.

BOLÍVAR, Símon. **Escritos Políticos**. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Nuestra patria es America**: discursos y documentos de Simón Bolívar. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2013.

BOLÍVIA. **Libro Blanco de la Defensa**. 2004. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/155598/Bolivia%20libro%20blanco%20de%20defensa%202004.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2013.

BOWN, Chad et al. **Better neighbors**: toward a renewal of economic integration in Latin America (English). Washington, D.C. : World Bank Group, 2017. <http://documents.worldbank.org/curated/en/402861490788215893/Better-neighbors-toward-a-renewal-of-economic-integration-in-Latin-America>

BRASIL. **Agencia Nacional de Mineracao. Sumario Mineral** / Coordenacao Geral Marina Marques Dalla Costa, Karina Andrade Medeiros e Thiers Muniz Lima. Brasilia: ANM, 2019.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012b. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2012a. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

BREMMER, Ian. **O Fim Das Lideranças Mundiais: o Que Muda Com o G-zero, Onde Nenhum País Mais Está No Comando**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p.17-48, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p.237-265, abr./jun. 2016.

BRICK, Eduardo Siqueira; RODRIGUES, Bernardo Salgado; SOUZA, Nelia. A materialidade dos instrumentos de defesa na Amazônia. **Revista da Escola Superior de Guerra**, [S.l.], v. 33, n. 67, p. 60-82, nov. 2018.

BRICK, Eduardo Siqueira; SANCHES, Eric Serge; GOMES, Mauro J. F. Mosqueira. Avaliação de capacidades operacionais de combate: conceituação, taxonomia e práxis. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Niterói, v. 9, n. 17, p.11-43, 01 jun. 2017.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel. **Made in China / produzido no polo industrial da zona franca de Manaus: o trabalho nas fábricas chinesas**. 2017. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). **Governança Global e a integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. p. 197-246.

BRUTTO, Giuseppe Lo. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación Sur-Sur. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 4. p. 103-138.

BUELVAS, E.; VÉLEZ, R.; ALEGRÍA, R. Colombia y la Alianza del Pacífico: um proyecto regional de cara a la multipolaridad creciente. In: BUELVAS, E; GEHRING, H. **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. 1ª ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 173 – 207, 2014.

BUENO, Fábio Marvulle. Presente, passado e futuro do capitalismo brasileiro: o debate da obra de Ruy Mauro Marini. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. p.219-256.

BURGER, Mariana. A reemergência chinesa e os conflitos territoriais no mar do sul da China. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 6. p. 185-204.

CABRAL, Severino. Os Estados Unidos, a América Latina e o mundo do século XXI: forjando um novo espaço geopolítico. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.9-20, jul./dez. 2015.

CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGS na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo. Dependência e superexploração da fprça de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 251-266

\_\_\_\_\_. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119-167.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CARMO, Corival Alves do; PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p.54-75, jan./jun. 2016.

CARMONA, Ronaldo. O Retorno da Geopolítica: A Ascensão dos BRICS. **Austral - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p.37-72, jul./dez. 2014.

CARRASCO, Lorenzo (Comp.). **Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2003.

CARVALHO, Ana Cristina Marques de et al. A biodiversidade da floresta amazônica e os impactos da biopirataria. **Revista Pensar**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.1-20, jul. 2015.

CASTILLO, Mario; MARTINS NETO, Antonio. Premature deindustrialization in Latin America. Digital Repository Economic Commission for Latin American and the Caribbean. Serie Desarrollo Productivo **No. 205**, 2016.

CASTRO, Therezinha de. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

\_\_\_\_\_. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rumo à Amazônia: problemática geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.

CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Org.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São

Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. p. 582-593.

CECEÑA, Ana Esther; PORRAS, Paulo. Los metales como elementos de superioridad estratégica. In: CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Org.). **Producción estratégica y hegemonía mundial**. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1995. p. 141-176.

CEPAL. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 937-958

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIARELLA, Roberto; CORTEGIANO JUNIOR, Geraldo. Espacio amazonico e integración sudamericana. In: ALLPANCHIS. **Entre dos oceanos**, Cuzco: Instituto de Pastoral Andina, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global Ed., 1981.

CHILD, John. Geopolitical Thinking in Latin America. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 14, n. 2, p.89-111, 1979.

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. **American Enterprise Institute**. 2019. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CHINA. Central Committee of the Communist Party of China. . **The 13th five-year plan**: for economic and social development of the People's Republic of China (2016–2020), 2016.

CHINA. Chinese government. . **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2008.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016.

CHINA. State Council. . **Made in China 2025**: 《中国制造2025》 . 2015. Disponível em: <<https://www.iotone.com/>>.

CIER. **Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER 2017**. Información del sector energético en países de América del Sur, América Central y El Caribe Datos del año 2016. Comisión de Integración Energética Regional, Montevideo, 2017.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução do inglês para o português CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, 1832.

COLÔMBIA. **Política de Defensa y Seguridad “Todos por um nuevo país”. 2015**. Disponível em: <[https://www.dimar.mil.co/sites/default/files/informes/politica\\_de\\_defensa\\_y\\_seguridad\\_2015-2018\\_diagramada\\_feb\\_17\\_16.pdf](https://www.dimar.mil.co/sites/default/files/informes/politica_de_defensa_y_seguridad_2015-2018_diagramada_feb_17_16.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.



COLOMBO, Sandra; FRECHERO, J. Ignacio. Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: Da Decepção à Autonomização da Região. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p.189-222, jan./jun. 2012.

COSIPLAN. **Sistema de Información de Proyectos**. 2019. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

COSTA, Darc et al (Org.). **América del Sur: integración e infraestructura**. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2012.

COSTA, Darc. Do sonho do Mercosul à realização da Unasul. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 661-682

COSTA, Flávio Pietrobon. Interesses geoeconômicos escusos como ameaça ao Brasil no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Niterói, v. 8, n. 15, p.183-204, jan./jun. 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CUEVA, Agustin. **La teoría marxista**. Quito: Planeta, 1987.

CYPHER, James; WILSON, Tamar Diana. China and Latin America. **Latin American Perspectives**, vol. 42, n.6, pp.5–26, 2015.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). **Relações Internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008.

DEWAR, Elaine. **Uma demão de verde**: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2007.

DOMINGUEZ, Francisco. Após a atual crise, qual o futuro da relação estratégica entre a América Latina e a China? In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. pp.135-164.

DOURADO JÚNIOR, Octávio Cascaes. **Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica**: conflitos legislativos. 2011. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

DOWBOR, Ladislau. Articulações latino-americanas: novos desafios. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 683-726

\_\_\_\_\_. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura de poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

ECONOMY, Elizabeth C.; LEVI, Michael. **By all means necessary**: How China's resource quest is changing the world. New York: Oxford University Press, 2014.

ENCINA, Cladia Labarca. **El capitalismo confuciano en la era de La globalización: nuevas bases para construir xinyong y guanxi - lecciones para Chile.** Estudios Internacionales (163), pp.23-46, 2009.

EQUADOR. **Política de la Defensa Nacional del Ecuador “Libro Blanco”.** 2018. Disponível em: < <https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/2019/01/Pol%C3%ADtica-Defensa-Nacional-Libro-Blanco-2018-web.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FARIAS, Hélio Caetano. **A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014).** 2017. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FFRENCH-DAVIS, R.; PALMA, J. G.; MUÑOZ, O. As economias latino- -americanas: 1950-1990. In: BETHELL, L. (Org.). **A História da América Latina: a América-Latina após 1930: economia e sociedade.** São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. pp.129-230

FIORI, José Luís da Costa. **O mito do "pecado original" e o gênese do ceticismo ético.** 2016. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/o\\_mito\\_do\\_pecado\\_original\\_d0ec8.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/o_mito_do_pecado_original_d0ec8.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Epílogo – Ética cultural e guerra infinita. In: FIORI, José Luis (Org.). **Sobre a guerra.** Petrópolis: Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FÓRUM CHINA-CELAC. **Fórum China-Celac- novas oportunidades de desenvolvimento** - discurso do Embaixador Li Jinzhang em 21 de Janeiro de 2018. Disponível em: [http://www.chinacelacforum.org/esp/lttd\\_2/t1527418.htm](http://www.chinacelacforum.org/esp/lttd_2/t1527418.htm).

FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución.** Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

\_\_\_\_\_. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age.** Berkeley, University Of California Press, 1998.

FRANKLIN, Cleber Batalha. As relações entre o Brasil e a Venezuela e a segurança amazônica. IN.: NASCIMENTO, Durbens (org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia.** Belém: NAEA, 2008.

FREITAS, Jorge Manuel de Costa. **A escola geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

FRIEDMAN, George. **The world explained in maps.** 2016. Disponível em: <<http://www.mauldineconomics.com/download/the-world-explained-in-maps-free-e-book>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FTA **China-Chile**, 2005. [https://www.origin-gi.com/images/GI\\_database/China\\_Chile\\_FTA\\_1.pdf](https://www.origin-gi.com/images/GI_database/China_Chile_FTA_1.pdf)

FTA **China-Peru**, 2009. [http://fta.mofcom.gov.cn/bilu/annex/bilu\\_xdwb\\_en.pdf](http://fta.mofcom.gov.cn/bilu/annex/bilu_xdwb_en.pdf)

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** The National Interest. Washington, Dc, p. 1-18. 1989.

FURTADO, Celso. **Os Ares do Mundo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editora S.a., 1970.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUSER, Igor. **Energia e relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 395-417

GALA, Paulo. **Como os países ricos ficaram ricos? E por que os pobres continuam pobres?** 2018. Disponível em: <<https://www.paulogala.com.br/como-os-paises-ricos-ficaram-ricos/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento, 2017.

GALLAGHER, Kevin. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, Kevin; PORZECANSKI, Roberto. **The dragon in the room: China and the future of Latin America industrialization**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

GALLUP, John Luke; GAVIRIA, Alejandro; LORA, Eduardo. **Geografia é destino?: lições da América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GAMA, William Nazaré Guimarães. **O projeto dinâmica biológica de fragmentos florestais - PDBFF (INPA/SMITHSONIAN): uma base científica norte-americana na Amazônia brasileira**. 1997. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belem, 1997.

GANDÁSEGUI, Marco. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 267-296.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica mundial e America`s Grand National Strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p.500-541, set.dez., 2018.

GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.78-90, 2014.

GREENPEACE BRASIL. **Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo**. São Paulo: Greenpeace, 2016.

GUERRA, Sinclair Mallet Guy et al. Práticas imperialistas e o petróleo amazônico. **Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.301-317, maio/ago. 2015.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Posfácio: Amazônia. In: BRAGA, Roberto Saturnino et al (Org.). **Amazônia brasileira e Pan-Amazônia: riqueza, diversidade e desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Fólio Digital, 2017. p. 315-322.

\_\_\_\_\_. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

HAAS, E. B. **Beyond the Nation State**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HAGE, José Alexandre Altahyde. Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico. **Meridiano 47**, Brasília, v. 17, p.1-11, 2016.

HAIDER, Asad. **Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump**. New York: Verso, 2018.

HAUSMANN, Ricardo. et al. **The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity**. Cambridge: The MIT Press, 2014. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: História e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. **Neoliberalismo, sistema de patentes e a liberalização do biomercado emergente no Brasil na década de 1990: a privatização do conhecimento tradicional e da biodiversidade nacional**. 2015. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

IIRSA. **Reunión del grupo técnico ejecutivo del eje del amazonas para la actualización de la cartera del COSIPLAN y de la API**. Quito: Unasul, 2015. Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/cartera15\\_reunion\\_por\\_eje\\_informe\\_final\\_AMA.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cartera15_reunion_por_eje_informe_final_AMA.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

IMF - International Monetary Fund. **Direction of Trade Statistics (DOTS)**, 2018. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85>.

**Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (Rio Treaty)**. 1947. Disponível em: <<https://www.state.gov/p/wha/rls/70681.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). **2019 Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services**. Gland: World Wide Fund For Nature, 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. A economia política das reformas e a presente transição chinesa. **Brazilian Journal of Political Economy**. São Paulo: vol.37, n.4, pp.789-807, 2017.

JAEGER, Bruna Coelho. Investimentos Chineses em Infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 39-40, p.4-23, 2017.

JAGUARIBE, Anna. China: estratégias de modernização alternativa. **Revista Desenvolvimento em Debate**, vol.2, n.2, pp.39-49, 2011.

JAGUARIBE, Helio. **Autonomía periférica y hegemonía céntrica**. Estudios Internacionales, Santiago de Chile, n. 49, pp. 91-130, abr.-jun. 1979.

\_\_\_\_\_. **Dependencia y autonomía en América Latina**. In: JAGUARIBE, H.; FERRER, A.; WIONCZEK, M. S.; SANTOS, T. dos. La dependencia político-económica de América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973, pp. 1-85.

JAIMES, Ginneth E. N.; MIÑO, Néstor Rosania. 'El Consejo de Defensa Suramericano y la creación de una política común de seguridad regional. Criterios **Cuadernos de Ciencias Jurídicas y Política Internacional**, v.8, n.1, pp.145-164, 2015.

JIN, Xu. Debates in IR Academia and China's Policy Adjustments. **The Chinese Journal of International Politics**, v.9, n.4, p.459-489, 2016.

JOHNSON, Lyndon B.. **212 - Statement by the President Upon Ordering Troops Into the Dominican Republic**. 1965. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=26922>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

KAGAN, Robert. **The return of history: and the end of dreams**. New York: Alfred A. Knopf, 2008.

KAPLAN, Robert D.. **A vingança da geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KAROL, Eduardo. **Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012)**. 2014. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesarrollismo, Socialismo**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2016.

KAVALSKI, Emilian (Ed.). **The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy**. Surrey: Ashgate Publishing, 2012.

KAY, Cristóbal. Enfoques reformistas e marxistas da dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. pp.157-218.

KELLY, Philip. **Checkerboards and Shatterbelts: The geopolitics of South America**. Austin: University Of Texas Press, 1997.

KENNEDY, John F.. **Transcript of President John F. Kennedy's Inaugural Address**. 1961. Disponível em:

<<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=91&page=transcript>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare State e Desenvolvimento. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p.129-156, 2011.

KHANNA, Parag. **The Second World: Empires and Influence in the New Global Order**. New York: Random House, 2008.

KIM, Chong-Sup; LEE, Seungho. Different Paths of Deindustrialization: Latin American and Southeast Asian Countries from a Comparative Perspective. **Journal of International and Area Studies**, vol.21, n.2, pp.65-81, 2014.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLARE, Michael. **Guerras por los recursos: El futuro escenario del conflicto global**. Barcelona: Ediciones Urano, 2003.

\_\_\_\_\_. **The race for what's left: The global scramble for the world's last resources**. New York: Picador, 2012.

KOLESKI, Katherine; BLIVAS, Alec. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington: U.s.-china Economic And Security Review Commission, 2018. 65 p.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo. Mercosul: o desafio logístico 20 anos depois. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. pp. 543-571.

LAWRENCER, Deborah; VANDECA, Karen. Effects of tropical deforestation on climate and agriculture. **Nature Climate Change**, Londres, v. 5, pp.27-36, 2015.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 9. pp. 259-284.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RAMOS, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. pp.165-192.

LEMONS, Rafael Batista. **Biopirataria na Amazônia**. Manaus: Informativo Doutrinário Semestral - Pacs, 2018.

LEÓN, Raquel. Economic balancing in Latin America: the Chinese presence in the region. **Revista Andina de Estudios Políticos**, Vol. VI, N° 2, pp. 29-42, 2016.

LEONARD, Mark. **What does China think?** London: Fourth Estate, 2008.

LEÓN-MANRÍQUEZ, Jose; ALVAREZ, Luis F.. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, p.9-27, 2014.

LIMA, Marcos Costa. A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 1. pp. 13-42.

LIMA, Maria Regina Soares de et al. **Atlas da política brasileira de defesa** / Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Rio de Janeiro : Latitude Sul, 2017.

LIND, William. Compreendendo a guerra de quarta geração. **Military Review** - Combined Arms Center Military Review, Jan./Fev., 2005. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/Art%20155.htm>

LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; OCEGUEDA, Susana . “Estado del conocimiento de la biota, en Capital natural de México”, vol. I: **Conocimiento actual de la biodiversidade**. Conabio: México, pp. 283-322, 2008.

LUKES, Steven. **O poder: uma visão radical**. Brasília: Editora Unb, 1980.

MAÇÃES, Bruno. **Belt and Road: a chineses world order**. London: Hurst, 2018.

MACIEL, Gregório da Cruz Araújo. **Recursos naturais e desenvolvimento econômico: bênção, maldição ou oportunidade?**. 2015. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MACKINDER, Halford J.. The round world and the winning of the peace. **Foreign Affairs**, New York, v. 21, n. 4, p.595-605, jul. 1943.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. New York: Dover Publications, Inc., 2016.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 1, n. 3, p.367-397, set./dez. 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 11ª ed. Cidade do México: ERA, 1991.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P.131-172.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p.189-216

\_\_\_\_\_. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALÉNCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 7, p.115-130, 2001.

MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica: vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica: vol. II**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011b.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Conexões locais e globais da formação acadêmica dos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas - INPA**. 2010. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MCNALLY, C. The evolution and contemporary manifestations of Sino-capitalism. In U. Becker (Ed.). **The Brics and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalization and institutional change** (pp.53-78). London : Routledge, 2014.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.143-167, 2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vita L Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1138, p.28-42, jan./mar. 2015.

MEIRA MATTOS, C. de. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **Livro de ouro da Amazônia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MILANI, Carlos R. S. et al (Org.). **Atlas da política externa brasileira**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; Rio de Janeiro : EDUERJ, 2014.

MILANI, Carlos. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, vol.25, n.65, pp.211-231, 2012.



MIRANDA, Wando Dias; NASCIMENTO, Durbens Martins. A defesa nacional na Amazônia brasileira: um estudo sobre a constituição dos pelotões especiais de fronteira. IN: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo (Org.). **Fronteiras em perspectiva e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: Naea, 2013.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, política e defesa. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). **Relações Internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008.

\_\_\_\_\_. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. In: . **Política e Estratégia**. São Paulo: Revista Trimestral do Centro de Estudos Estratégicos Convívio, 1987. Cap. 4. pp. 76-97.

\_\_\_\_\_. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 4, p.75-92, 1981.

MOFC, 2009. **China's growth benefits Chile copper export report**. Disponível em [http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enchile/enchilenews/200911/1595\\_1.html](http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enchile/enchilenews/200911/1595_1.html)

MOFC, 2010. **China-Peru FTA Entered into Force on March**. Disponível em [http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enperu/enperunews/201003/2241\\_1.html](http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enperu/enperunews/201003/2241_1.html)

MOFCOM; NBS; SAFE. 2004 (até 2016) **Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment (non-finance part)**. Beijing: Ministry of Commerce of People's Republic of China, National Bureau of Statistics of People's Republic of China and State Administration of Foreign Exchange, 2005 (até 2017).

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MONROE DOCTRINE. **Transcript Of Monroe Doctrine**. 1823. Washington, Disponível em: [<https://www.ourdocuments.gov/print\\_friendly.php?page=transcript&doc=23&title=Transcript+of+Monroe+Doctrine+\(1823\)>](https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=23&title=Transcript+of+Monroe+Doctrine+(1823)). Acesso em: 03 jan. 2017.

MOREL, Edmar. **Amazônia saqueada**. São Paulo: Global, 1984.

MORENO, Camila. **O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MORGENTHAU, Hans J.. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MORIN, François. **L'Hydre mondiale: L'oligopole bancaire**. Montreal: Lux Editions, 2015.

MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 317-332

NASCIMENTO, Danilo Lovisaro do. **Biopirataria na Amazônia: uma proposta jurídica de proteção transnacional da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados**. Curitiba: Juruá, 2012.

NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades**. Belém: Naea/ufpa, 2010.

NAUGHTON, Barry. Is China Socialist? **Journal Of Economic Perspectives**, Nashville, v. 31, n. 1, p.3-24, 2017.

NIU, Haibin. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229, jan./jun. 2013.

NOBRE, Antonio. O futuro da Amazônia. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 08, pp. 102 - 113, 2015.

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biotecnologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade: as perspectivas da inovação no Amazonas**. Manaus: Edua, 2013.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means To Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo: Análise do Governo Lula**. 2010. 534 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Econômica, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.118-139, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Lucas K.; GARCÍA, Tatiana de Souza L. **O conceito de Heartland na geopolítica clássica: funcionalidade e limites para a análise da Região central da América do Sul**. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, outubro 2010.

ONU. **Convenio sobre la diversidad biológica**. Washington: Organização das Nações Unidas, 1992. 32 p.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 167-188.

OSORIO, Jaime. Marxismo latino-americano e a dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 105-136.

O'SULLIVAN, John L. The Great Nation of Futurity. In: **The Making of America Series**. Ithaca, New York: Cornell University, 1839. p. 426-430. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/pageviewer-idx?c=usde;cc=usde;rgn=fulltext;idno=usde0006-4;didno=usde0006-4;view=image;seq=350;node=usde0006-4:6;page=root;size=50>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

OURIQUES, Nildo. Por uma teoria marxista da dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 137-156.

\_\_\_\_\_. **O colapso do figurino francês: Crítica às ciências sociais no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2014.

PADULA, Raphael. 'A disputa pela agenda de segurança regional e o Conselho de Defesa Sul-americano'. **Revista da Escola de Guerra Naval** 21 (2): pp.221-262, 2015.

\_\_\_\_\_. A projeção do Brasil para o Pacífico no século XXI: desafios e oportunidades na América do Sul. In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu: Anpocs, 2015. p. 1 - 30.

\_\_\_\_\_. O pensamento geoestratégico e os documentos estratégicos dos Estados Unidos no pós Guerra Fria. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p.31-55, 2018.

\_\_\_\_\_. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica.** 2010. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Pós-graduação em Engenharia de Produção, Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PADULA, Raphael; BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos. A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração na América do Sul. **Austral - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.95-113, jul./dez. 2016.

PAGLIARI, Graciela C. 'Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança'. **Carta Internacional** v.10, pp.23-40, 2015.

PALMA, José Gabriel. Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? The economic consequences of a rentier-dominated power structure and a narcissistic ideology. **Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)**, 1030, pp.1-54, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.100-115, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Estados Unidos e o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. **A política externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: Ufrgs, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; RIBEIRO, Livio. A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil. In R. Bonelli, & F. Veloso (Orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil.** (1ª ed.). Rio de Janeiro : Elsevier, 2016, pp.243-281.

PERKINS, Dwight. **East Asian Development: Foundations and Strategies.** London : Harvard University Press, 2013.

PERU. **Libro blanco de la Defensa Nacional de Perú.** 2005. Disponível em: < [https://www.files.ethz.ch/isn/157095/Peru%202005\\_spanish.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/157095/Peru%202005_spanish.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PETERS, Enrique. **China's evolving role in Latin America: can it be a win-win?** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2015.

PIKETTY, Thomas. **Le capital au xxi siècle**. Paris: Éditions Du Seuil, 2013.

POULANTZAS, Nicos, **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

\_\_\_\_\_. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PUIG, Juan Carlos. Introducción. In: PUIG, J. C. (Comp.). **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984, pp. 6-12.

RAISG. **Amazônia sob pressão**. Bogotá (colombia); Caracas (venezuela); Lima (perú); Paramaribo (suriname); Quito (ecuador); Santa Cruz de La Sierra (bolivia); Belém e São Paulo (brasil): Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, 2012. 35 p.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus: notes on the new physics of chinese Power**. London: Foreign Affairs Policy Centre, 2004.

RAMOS, Gian Carlo Delgado. La gran minería en América Latina, impactos e implicaciones. **Acta Sociológica**, Cidade do México, v. 54, p.17-47, jan./abr. 2010a.

\_\_\_\_\_. Recursos naturales, seguridad y los lily pods' del pentágono: el caso de América Latina. **Periferias**, Buenos Aires, v. 19, p.145-159, jun. 2010b.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

RAY, Rebeca; GALLAGHER, Kevin. China-Latin America Economic Bulletin. **GEGI Discussion Paper**, 2017.

REINERT, Erik S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

REIS, Cristina Fróes de Borja. **Recursos naturais e desenvolvimento econômico: da especialização à diversificação produtiva e exportadora nos SEANICs**. 2012. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REZENDE, Enio Antunes. **Biopirataria ou bioprospecção?: Uma análise crítica da gestão do saber tradicional no Brasil**. 2008. 416 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

RIPPEL, Márcio Pereira. O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 7, p.83-112, 2006.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Análise dos recursos naturais sul-americanos como estratégia de política externa. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 6, n. 1, p.113-148, jan/abr. 2017b.

\_\_\_\_\_. De Monroe a Obama: a América Latina como zona geoestratégica dos Estados Unidos. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 23-37, 2018.

\_\_\_\_\_. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p.63-87, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016b.

\_\_\_\_\_. La nueva arquitectura financiera mundial: Perspectivas del Banco de los BRICS y del Banco del Sur. In: TAVILLA, Pablo; ROBBA, Alejandro (Ed.). **Congreso de Economía Política Internacional año 2014**. Unm Editora, 2015. p. 79-92.

\_\_\_\_\_. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-18, 2016c.

\_\_\_\_\_. O início da Era Trump: isolacionismo econômico e intervencionismo militar. **Boletim de Conjuntura - Lehc**. Rio de Janeiro, p. 15-26, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Em defesa do Eldorado: disputa internacional pela Amazônia brasileira**. 2020. 106 f. Monografia (Especialização) - Curso de Segurança Internacional e Defesa, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p.5-25, 2018.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. Por una geopolítica latinoamericana. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**. Buenos Aires, p. 1-4. dez. 2015.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MOURA, Rafael Shoenmann de. América "LaChina": nova etapa da dependência latino-americana? **40º Encontro anual da ANPOCS**, 2016, Caxambu. 32 p. 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st27-4/10421-america-lachina-nova-etapa-da-dependencia-latino-americana/file>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. Geopolítica do lítio na América do Sul e as divergentes políticas públicas nacionais. **Meridiano 47**, Brasília, v. 17, n. 1, p.1-17, 2016.

\_\_\_\_\_. Por uma geoestratégia do triângulo do lítio sul-americano. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p.100-121, 2017.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. **Martí e as duas Américas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RODRIK, Dani. Premature deindustrialization, **Journal of Economic Growth**, vol 21(1), pp. 1-33, 2016.

ROOSEVELT, Theodore. **Excerpted from Theodore Roosevelt's Annual Message to Congress**. 1904. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=56&page=transcript>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Miki. China and Latin America and the Caribbean Building a strategic economic and trade relationship. **Economic Commission for Latin America and the Caribbean** (ECLAC), Santiago, 2012.

SADER, Emir. **A nova touperia: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. IN: MATHIAS, Fernando; NOVIUON, Henry de (orgs). **As encruzilhadas da modernidade: debate sobre biodiversidade, tecnociência e cultura**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

SANTOS, Jorge Calvario dos. Amazônia: quinhentos anos de cobiça. **A Defesa Nacional: Revistas de Assumptos Militares**, Rio de Janeiro, ano LXXXVI, n. 788, p.98-119, 2000.

SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.457-486, jul./dez. 2014.

SANTOS, Marcos C. **Construindo inimigos para a América do Sul: os discursos de segurança no Conselho de Defesa da Unasul**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Thauan dos. **Integração Energética da América do Sul: desdobramentos do desenvolvimento institucional**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Regional Energy Security: Re-evaluating concepts and policies to promote energy integration in Mercosur**. 2018. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia Civil, Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Thauan dos; DINIZ JÚNIOR, Carlos Antônio. Integração Regional e Educação: O caso do MERCOSUL. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 22-36, 2017.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

\_\_\_\_\_. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Comp.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio, 2009. p. 21-26.

\_\_\_\_\_. **Socialismo o Fascismo**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

\_\_\_\_\_. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. América Latina: ¿Reserva estratégica de Estados Unidos? IN: **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO), Año X, Nº 25, abril, 2009.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SEN, Armatya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SENA JÚNIOR, Paulo Roberto de. Segurança, defesa e soberania na Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM). In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rebelo (Org.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: Naea, 2013. p. 249-280.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S.; **A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais**. 04/2009, 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - caminando en una América Latina en transformación., Vol. 1, pp.1-15, Montevideo, Uruguai, 2009.

SEVARES, Julio. **China: un socio imperial para Argentina y América Latina**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

SEVERO, Luciano Wexell. A importância estratégica da Venezuela no Mercosul. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 573-606

SEVERSKY, Alexander P. de. **A vitória pela Força Aérea**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SHAMBAUGH, David. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.

SHARP, Gene. **From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation**. New York: The New Press, 2012.

SILVA, Alberto Luiz Teixeira da. **A Amazônia na Governança Global: o caso do PPG-7**. 2013. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, Alberto Teixeira da. Notas sobre a globalização da Amazônia. **Meridiano 47**, Brasília, v. 93, p.28-30, abr. 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. 2013. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, Luis Inácio Lula da (Org.). **A Verdade Vencerá: O Povo Sabe por que Me Condenam**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Marcos Valle Machado da. Política externa dos EUA para a América do Sul: Rupturas e Continuidades entre os Governos George W. Bush e Barack Obama. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.451-469, jul./dez. 2013.

SISCI, Francesco. **A brave new China: the big chance**. Firenze: Goware, 2014.

SLIPAK, Ariel. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o ‘Consenso de Beijing’?. **Nueva Sociedad**, n.250, pp.102-113, 2014.

SOSA, Alberto J.. ¿Mercosur frente a la Unasur? In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 119-149.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Geopolítica e regionalismo continental. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, p.52-55, fev. 2008.

SOUZA, Angelita Matos. A relevância atual da noção de dependência. **Meridiano 47**, Brasília, v. 14, n. 139, p.17-23, set./out. 2013.

SOUZA, Graziene Carneiro de. Responsabilidade de Proteger: nova modalidade de intervenção militar. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.153-166, jul./dez. 2011.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p.124-148, 2016.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power**. 2. ed. New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

\_\_\_\_\_. **Post-western world: how emerging powers are remaking global order**. Cambridge: Polity Press, 2016.



\_\_\_\_\_. **BRICS: e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro/são Paulo: Paz e Terra, 2017.

SUTTER, Robert. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War**. New York, Rowman and Littlefield Publishers, 2012.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensembles**, v.2, n.3, 34-63, 2015.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Center for International Development** (United States). Harvard: 2016. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/what-is-the-atlas>. Acesso em: 15 nov. 2019.

THE ECONOMIST (Londres). **BlackRock: The monolith and the markets**. 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2013/12/07/the-monolith-and-the-markets>. Acesso em: 7 dez. 2013.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

TRIAS, Vivian. **Imperialismo y geopolítica en América Latina**. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1969.

TRUMAN, Harry S.. **Transcript of Truman Doctrine**. 1947. Disponível em: [https://www.ourdocuments.gov/print\\_friendly.php?page=transcript&doc=81&title=Transcript+of+Truman+Doctrine+\(1947\)](https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=81&title=Transcript+of+Truman+Doctrine+(1947)). Acesso em: 03 jan. 2017.

TSAI, T-C; LIU, T. China's Relations with Latin America. In E. Kavalsky (Ed.). **The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy** (pp. 287-298). Surrey: Ashgate, 2012.

TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Ed.). **The geopolitics reader**. London; New York: Routledge, 1998.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Golden Books, 2007

UGARTE, Augusto Pinochet. **Geopolítica**. 2. ed. Santiago: Editorial Andres Bello, 1974.

UNASUR. **Estudio Prospectivo Suramérica 2025**. Buenos Aires: Centro de Estudios Estratégicos de Defensa - Consejo de Defensa Suramericano, 2015. 381 p.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF THE ARMY. **TC 18-01 - Special Forces Unconventional Warfare**. 2010

UNITED STATES. U. S. **National Strategy of Engagement and Enlargement**. Administration of William Clinton. Washington, D.C. Press, febl.1996.

UNITED STATES. U.S. **National Strategy of Defending The Nation Against Its Enemies**. Administration of Georg W. Bush. Washington, D.C. Press, sep. 2002.

UNITED STATES. U.S. **National Strategy of Making America Great Again**. Administration of Donald Trump. Washington, D.C. Press, dec. 2017.

UNITED STATES. U.S. **National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership**. Administration of Barack Obama. Washington, D.C. Press, may. 2010.

USGS – U.S.GEOLOGICAL SURVEY. **Mineral commodity summaries 2019**. Washington: United States, 2019.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.75-111, jan./jun. 2014.

VADELL, Javier. Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.97-111, jul./dez. 2011.

VADELL, Javier; NEVES, Pedro. O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 7. p. 205-234.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. p. 67-90.

\_\_\_\_\_. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, p.91-107, 2014.

VALENCIA, Alberto Rocha; RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. Desafíos en la construcción de la Unión de Naciones de Suramérica. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 69-117

VESENTINI, José William. **Ensaio de geografia crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Plêiade, 2009.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação em escala planetária**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Novas geopolíticas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Uma Estratégia Naval Para o Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, nº3, 1997.

VISACRO, Alessandro **O Desafio da Transformação**. Military Review. Ed. Brasileira. Kansas-USA: Março-Abril, 2011.

VIVES, J. Vicens. **Tratado general de geopolítica**. Barcelona: Editorial Teide, 1950.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. Integração regional sul-americana e na América Latina: projetos viáveis? In: GADELHA, Regina Maria A. F. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 727-756

WORLD BANK. **WORLD DEVELOPMENT INDICATORS**. 2016. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2020**. Davos: Insight Report: Marsh & McLennan And Zurich Insurance Group, 2020.

XING, LI; SHAW, Timothy. O sonho chinês versus o sonho americano no reordenamento mundial: mesma cama?; Sonhos distintos? In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 2. p. 43-72.

XINHUA (China). Xi emphasizes "struggles" to achieve national rejuvenation. **Xinhua Net**. Beijing, 3 set. 2019.

YERGIN, Daniel. **A busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ZAKARIA, Fareed. **The Post-american World and the Rise of the Rest**. New York: W W Norton, 2009.

ZHANG, Baijia. **The Path of the CPC: Revolution, Construction and Reform**. Beijing, Foreign Languages Press, 2012.

## GLOSSÁRIO

**Astroturfing movements** – movimentos que buscam ocultar os patrocinadores de uma mensagem ou organização, visando camuflar a origem do apoio para membros de “movimentos populares espontâneos” da sociedade, também conhecidos por *grassroots*.

**Biopirataria** – atividades ilícitas que abarcam o acesso aos recursos genéticos de um determinado país ou aos conhecimentos tradicionais associados a tais recursos genéticos (ou a ambos) em desacordo com os princípios estabelecidos na Convenção Sobre Diversidade Biológica; é a apropriação dos recursos genéticos da biodiversidade de um país ou dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, sem que exista autorização do país detentor desses recursos ou da população possuidora do conhecimento tradicional.

**China’s Policy Paper** – documento que fornece recomendações para os formuladores de políticas, também denominado de Livro Branco; torna explícita a estratégia política e econômica para determinada região como zona prioritária dos interesses de Pequim.

**Dependência** – intensificação de uma relação de desigualdade entre países centrais, que lideram e definem as relações econômicas e políticas no plano internacional, e periféricos, que são subordinados às regras desiguais de forma espontânea (através da livre escolha à ordem dominante) ou autoritária (condicionante do capitalismo despótico conduzido pelas economias centrais no domínio mundial).

**Desenvolvimento** – concepção de um processo deliberado de mudança social que tem como finalidade a equalização das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como em relação com sociedades e Estados que possuem padrões mais elevados de bem-estar nas relações internacionais.

**Failed States** – referem-se a Estados fragmentados social, étnica e socialmente, com graves problemas humanitários, e que podem servir de santuário a grupos fundamentalistas. No pós-Guerra Fria, a estabilidade e contenção dessas nações é prioridade para os Estados Unidos, visando a mudança de regime em direção à democracia por meio de meios político-econômicos.

**Fim da história** – corrente teórica que afirmava que as lutas e as contradições engendradas entre dois sistemas opostos não é mais uma tendência determinante e que, no final do século XX, não houve uma convergência entre capitalismo e socialismo, mas uma vitória contundente do liberalismo econômico e político. Logo, o triunfo do Ocidente é evidente no total esgotamento de alternativas sistemáticas viáveis à democracia liberal ocidental, tida como axioma que reconhece e protege o direito universal do homem à liberdade.

**Forças Políticas Externas** – forças exógenas que buscam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação. Diferentemente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas necessitam de um agente externo a ele para exercer o poder, atuando de fora para dentro do sistema, ou seja, é um tipo de força exercida sobre esse sistema. Rotineiramente, as FPE formam compromissos com determinadas FPI, que passam a tomar decisões estabelecidas e referenciadas às primeiras; *i.e.*, as Forças Externas visam sempre influenciar as Forças Políticas Internas que melhor reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza.

**Forças Políticas Internas** – grupos que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem. Elas são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Assim, são poderes fraturados pela dissensão, cuja vocação endógena de influenciar os blocos de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja vista que uma das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.

**Full-spectrum dominance** – também denominada de dominância de espectro total ou superioridade de espectro total, é a conquista de controle de uma entidade militar sobre todas as dimensões do espaço de batalha, possuindo efetivamente uma diversidade esmagadora de recursos em áreas como terrestre, aérea, marítima, espacial, psicológica, guerra biológica e ciber-tecnológica. Segundo Bandeira (2016), consistiria numa governança global e dominação totalitária dos Estados Unidos, uma ditadura global representativa das grandes corporações de Wall Street.

**Geoeconomia Híbrida** – utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica que, quando empregados em determinados países ou regiões, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. É um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas.

**Geopolítica** – método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de fatores geográficos, como posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente em termos de variáveis espaciais.

**Going global** – política de investimentos externos, incentivada e realizada pelo Estado chinês, voltada para a expansão e intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas, tornando-as competitivas para operacionalizar e alcançar os mercados globais.

**Guerra Híbrida** – influência indireta de uma força estrangeira sobre outro Estado com o objetivo de reduzir o poder de seus oponentes e/ou países não-alinhados; consiste numa liderança velada sintetizada pela guerra de quarta geração, principalmente através do emprego de Revoluções Coloridas e da Guerra Não Convencional.

**Guerra não-convencional** – atividade conduzida e previamente estabelecida por forças não oficiais envolvidas num combate assimétrico contra um adversário tradicional, a fim de conformar movimentos de insurgência visando coagir, abalar e derrubar um governo ou poder em exercício.

**Hidridismo sazonal** – provém de naturezas políticas e econômicas distintas, possuindo dois ou mais lados que se manifestam em determinado período e conjuntura, além de realizarem movimentos isócronos em contradição tanto no plano de sua própria segmentação, como em relação às outras forças. É o cruzamento de vários fluxos de poder que se interrelacionam sazonalmente, ocorrendo num momento temporal específico e que, posteriormente, engendra uma nova configuração de correntes totalmente distintas.

**Integração** – projeto conjunto de tomada de decisões com a finalidade de superar desafios políticos, econômicos, físicos e sociais entre países vizinhos (ou não), que colaboram na gestão de recursos e bens comuns; é um instrumento, uma ferramenta, um meio para desvencilhar-se do subdesenvolvimento e alavancar uma projeção de poder regional a nível internacional.

**Jjingzhongyoudong** – princípio da “ação dentro da não-ação”, a espera da captura do *timing* apropriado para só assim completar um objetivo último, em alguma extensão pretendida.

**Lawfare** – utilização de instrumentos jurídicos para fins políticos.

**Nacionalismo popular** – considerado uma ideologia ou um idealismo que exalta e prioriza o Estado nacional como organismo político da gestão e salvaguarda dos interesses nacionais, levando os cidadãos a retomarem algumas das tradições e princípios fundadores dos seus países sul-americanos que despertam a simpatia e afeto do povo.

**National Security Strategy** – documentos preparados periodicamente pelo poder executivo do governo dos Estados Unidos – conjuntamente aos Departamentos de Estado e de Defesa, Pentágono, CIA, Departamento de Comércio e a Secretaria do Tesouro do governo americano – para o Congresso, descrevendo as principais preocupações de segurança nacional dos EUA e as estratégias da administração para enfrentar tais desafios.

**ONG’s de fachada** – organizações rotineiramente governamentais, ou seja, defendem interesses de Estados e/ou grandes corporações, que transcendem as fronteiras nacionais. Elas são organizações que buscam credibilidade e respeitabilidade, mas corriqueiramente possuem interesses escusos e ocultos, até mesmo inviabilizando o fornecimento e obtenção de dados e informações sobre seus financiadores, patrocinadores e parceiros.

**Patriot Act** – consistiu numa sistematização de regras voltada para o combate ao terrorismo. Desse modo, esta lei permitia, além da espionagem dos próprios cidadãos americanos sob a prerrogativa de Guerra ao Terror, a prisão de suspeitos de ataques terroristas sem direito a advogados, a autorização de práticas de interrogatório mais assertivas (tortura) e a qualificação dos prisioneiros como combatentes inimigos com a afiliação de grupos terroristas, sem pátria.

**Pax Americana** – refere-se a hegemonia estadunidense no mundo nos séculos XX e XXI, tal como o Império Romano em sua época (Pax Romana) e o Império Britânico no século XIX (Pax Britannica), cujo resultado de “polícia do mundo” acarreta em incursões militares dos EUA para combater as ações hostis aos seus interesses e dos países aliados.

**Privatismo exogenista** – vertente política e uma ideologia social e econômica que tende a valorizar a iniciativa privada, a propriedade privada e as privatizações, principalmente com a venda e gestão de ativos nacionais a setores externos. Ele é orientado e conduzido diretamente pelos setores empresariais privados internacionais.

**Proxy war** – conflito armado no qual dois países se utilizam de terceiros – os proxies – como intermediários ou substitutos de forma a não lutarem diretamente entre si.

**Recursos naturais estratégicos** – recursos fundamentais para o funcionamento do sistema capitalista de produção e/ou manutenção da hegemonia regional e global, de difícil substituição, sujeito a algum grau de risco de oferta e que se tornam campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática. Possuem cinco aspectos: essencialidade, massividade, vulnerabilidade, escassez e político.

**Regime change** – também conhecida como mudança de regime, refere-se à derrubada de um governo considerado ilegítimo por uma força externa e sua substituição por um novo governo, de acordo com as ideias ou interesses promovidos por essa força. Visam, principalmente, ganhar posições estratégicas e condicionar guerras em busca de mercado ou de acesso a recursos naturais.

**Responsability to protect** – compromisso político global endossado por todos os Estados das Nações Unidas e possui a finalidade de impedir o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A partir desta política, a comunidade internacional tem a responsabilidade de ajudar os Estados a construir a capacidade de exercer a sua responsabilidade primária, assim como de utilizar os meios diplomáticos, humanitários e outros necessários para proteger as populações contra esses crimes. Caso haja falha por parte do Estado, deve-se adotar uma ação coletiva com a finalidade de proteger a população, admitindo, portanto, a intervenção militar na defesa dos direitos humanos.

**Revolução Colorida** – consiste numa guerra indireta com a utilização de técnicas de psicologia das massas, tecnologia da informação e meios de comunicação, cujas manifestações políticas de oposição visam promover o controle sobre aspectos intangíveis, tais como sociedade, ideologia, psicologia, assim como a derrubada de governos não-alinhados através do uso da resistência não-violenta.

**Rogue States** – entidades políticas organizadas, governadas de forma autoritária, com pretensões de hegemonia regional, apoio a grupos radicais e desenvolvimento de programas de armas de destruição em massa, e que não respeitam as normas da comunidade internacional (o Irã e a Coreia do Norte são exemplos atuais).

**Second to none** – conceito que preconiza que não haja a possibilidade de haver força militar competindo com EUA, ou seja, os americanos devem fazer de tudo para evitar a ascensão de uma segunda grande potência, serem inigualáveis em termos militares.

**Targeted killing** – ou assassinato direcionado, é definido como uma forma de assassinato premeditado proeminente realizado por governos contra seus inimigos, sejam eles um indivíduo, organização ou instituição estatal, fora de um procedimento judicial ou de um campo de batalha. Segundo o Bureau of Investigative Journalism, os Estados Unidos utilizaram o denominado targeted killing como tática central no combate ao terrorismo, principalmente a partir da administração do presidente Barack Obama.

**Tiānxiá** – conceito chinês que consiste na representação de um sistema que permite a garantia da ordem universal como objetivo maior da política, cuja centralidade na China estaria atravessada pelo respeito à noção de soberania dos demais países, uma vez que a harmonia é a condição ontológica para a existência e desenvolvimento das coisas.

**Triângulo competitivo-cooperativo** – estruturas geométricas de poder formadas por três vértices de Forças Políticas, três lados de relações competitivas ou cooperativas e três ângulos políticos internos, cuja disputa para igualar, superar ou conquistar benefícios geopolíticos e geoeconômicos apresenta uma triangulação assimétrica, hierárquica e, obviamente, competitiva ou cooperativa: *inter duos litigantes, tertius gaudens*.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 – GEOPOLÍTICA HISPÂNICA (POR NACIONALIDADE, TEMAS, AUTORES E PRINCÍPIOS GEOPOLÍTICOS)

GEOPOLÍTICA SUL– AMERICANA (HISPÂNICA)			
Nacionalidade	Principais temas	Autores	Princípios geopolíticos
Argentina	Revista "Estrategia"; Expansionismo brasileiro na Bacia do Prata (esfera de influência natural da Argentina: "Camino de la Naranja"); Liderança e hegemonia na América do Sul; Projeção de poder marítimo (Atlântico Sul); Domínio argentino do Estreito de Magalhães e Cabo Horn; Recuperação das Ilhas Malvinas; Reivindicações na Antártida; Energia e armas nucleares; Desenvolvimento nacional	Juan Enrique Guglielmelli	Histórica expansão brasileira (Uruguai e Paraguai); Rivalidade Brasil– Argentina; Análise crítica de Travassos (Bacia do Prata) e Golbery (aliança Brasil– EUA); Nacionalismo econômico e integração nacional; "Peninsula" argentina (norte continental, extensão atlântica e Patagônia); Preocupação com temática nuclear
		José Felipe Marini	Integracionista; Relações diplomáticas Buenos Aires– Brasília (estabilidade sul– americana e neutralização americana); Liderança argentina do Cone Sul; Desenvolvimento de territórios marginais (sul do continente)
		Nicolás Boscovich	Desenvolvimento e integração do norte argentino; Importância geopolítica da Bolívia (saída para Atlântico sob os auspícios argentinos); Proteção contra as invasões territoriais do Brasil
Chile	Visão orgânica do Estado (Ratzel); Proteção dos ganhos territoriais (deserto do Atacama e porto de Arica); Guerra do Pacífico; Projeção de poder marítimo (Pacífico Sul); Controle austral (Estreito de Magalhães, Canal de Beagle e Cabo Horn); Interesse na Antártida; Sensação de isolamento	Augusto Pinochet Ugarte	Teoria orgânica do Estado; "Appliedgeopolitics" (presidente); Natureza tricontinental (andina, pacífica e antártica); Política Oceânica Nacional (Instituto Chileno do Oceano Pacífico)
		Ramón Cañas Montalva	Poder marítimo (Pacífico Sul); "Confederación del Pacífico" (liderança chilena); Posição estratégica (Estreito de Magalhães, passagens de Drake e Beagle, Antártida)
		Emilio Meneses Ciuffardi	Geografia "marginal" chilena nos assuntos mundiais; Segurança do Chile (Cone Sul); Poder naval no Pacífico Sul (defesa das regiões sul e norte)



Uruguai	"Shatterbelt" colonial entre Portugal e Espanha; Estado– tampão (Brasil e Argentina); Imperialismo brasileiro– americano	Bernardo Quagliotti de Bellis	URUPABOL (união dos três Estados– tampões, Uruguai, Paraguai e Bolívia); Insegurança territorial externa (" <i>punctidolenti</i> " e " <i>doctrine of encirclement</i> "); Núcleos de coesão e zonas centrais de desenvolvimento sul– americano
		Alberto Methol Ferré	Hegemonia brasileira e americana na Bacia do Prata
		Vivian Trias	Teoria da dependência; Imperialismo dos EUA e subimperialismo do Brasil
Paraguai	Bacia hidrográfica paraguaia; Gigante hidroelétrico (Itaipú, Yacyretá); País mediterrâneo (prisioneiro geopolítico); Subimperialismo brasileiro	Julia Velilla de Arréllaga	Coração do Rio da Prata; Posição pivô na unidade continental; Comunidade da Energia e do Aço (países platinos); Evitar expansão brasileira e argentina (URUPABOL)
Bolívia	País mediterrâneo (prisioneiro geopolítico); Balcanização; " <i>Salida al mar</i> " e recuperação territorial (Chile); Ocupação e integração do território nacional (evitar desmembramentos)	Alipio Valencia Vega	" <i>Heartland</i> "; Historiografia e possibilidade atual de perdas territoriais (" <i>Polandization</i> "); Saída soberana para o mar ("órgão respiratório"); Permanente fraqueza interna; Integração nacional e regional
Peru	" <i>Marcha para la selva</i> "; Guerra do Pacífico; Conflito de fronteira (Equador e Brasil); Integração nacional	Edgardo Mercado Jarrín	Pivô central (Andes– Amazônia– Atlântico); Fortalecer territórios amazônicos; Integração nacional e regional; Porto marítimo (Bolívia); Negociação das disputas territoriais; Desarmamento sul– americano
Equador	Reivindicação dos territórios amazônicos (Peru); Estado– tampão; Posição estratégica de Galápagos; Integração nacional	Jorge Villacrés Moscoso	Contra desmembramento territorial equatoriano (Peru); Colonização das fronteiras; Estabilidade governamental; Pacto Amazônico
Colômbia	Bioceânico; Núcleos populacionais isolados (vales centrais); País centrípeto; Disputas territoriais; Narcotráfico; " <i>Doctrine of the polar star</i> " (laços com EUA)	Julio Londoño Londoño	Integracionista; Perigos fronteiriços (" <i>puntos triples</i> "); Complexidade geográfica colombiana (dividida, fragmentada e desunida); Vantagens de poder dos EUA na região
Venezuela	Posição pivô na América do Sul (Caribe); Perdas territoriais; Integração regional; Interferência dos EUA	Rubén Carpio Castillo	Posição regional estratégica; Perdas territoriais e contenda fronteiriça; Presença dos EUA no Caribe e do Brasil na América do Sul.

Fonte: elaboração própria (baseado em Kelly, 1997; Child, 1979)

## APÊNDICE 2 – DÉFICIT FISCAL DOS EUA (2001– 2016)

<b>DÉFICIT DO GOVERNO FEDERAL DOS EUA (2001-2016)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Déficit US\$ Bi</b>	<b>PIB US\$ Bi</b>	<b>% do PIB</b>
2001	-128,23	10581,8	-1,21
2002	157,75	10936,4	1,44
2003	377,59	11458,2	3,30
2004	412,73	12213,7	3,38
2005	318,35	13036,6	2,44
2006	248,18	13814,6	1,80
2007	160,71	14451,9	1,11
2008	458,55	14712,8	3,12
2009	1412,69	14448,9	9,78
2010	1294,37	14992,1	8,63
2011	1299,59	15542,6	8,36
2012	1076,57	16197	6,65
2013	679,77	16784,9	4,05
2014	484,79	17521,7	2,77
2015	441,96	18219,3	2,43
2016	584,65	18707,2	3,13

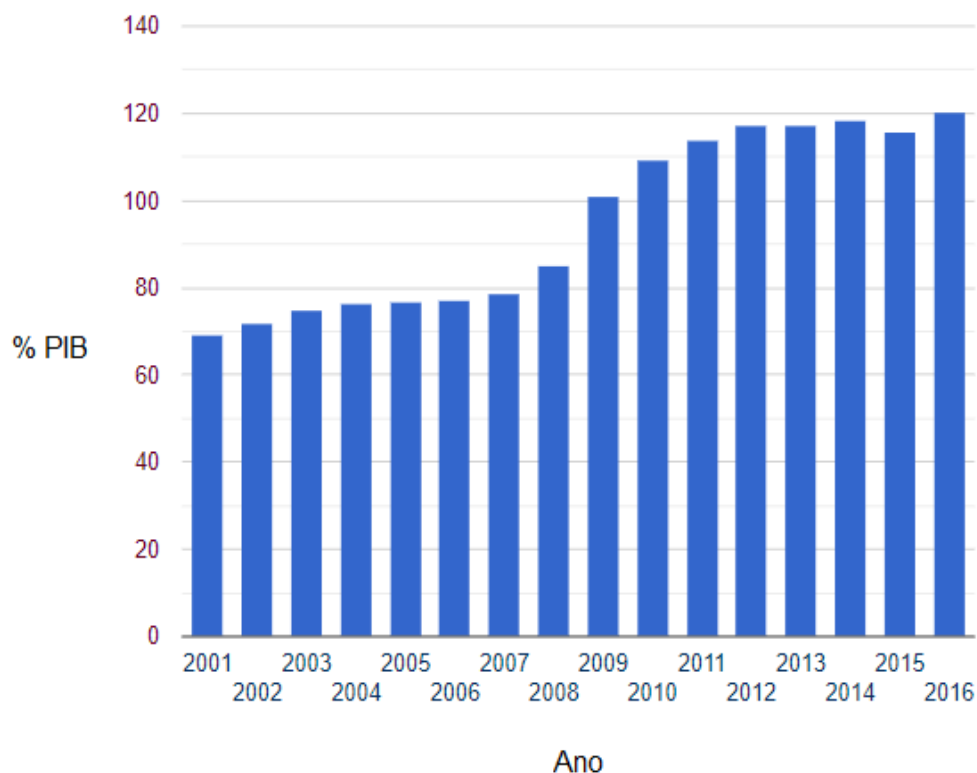
Fonte: US GovernmentDebt.

## APÊNDICE 3 – DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA (2001– 2016)

<b>BALANÇO DE PAGAMENTOS EM TRANSAÇÕES CORRENTES DOS EUA (2001-2016)</b>								
<b>Ano</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Déficit comercial (U\$ Mi)</b>	-361,511	-418,955	-493,89	-609,883	-714,245	-761,716	-705,375	-708,726
<b>Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Déficit comercial (U\$ Mi)</b>	-383,774	-495,225	-549,699	-537,408	-461,135	-489,584	-498,525	-502,982

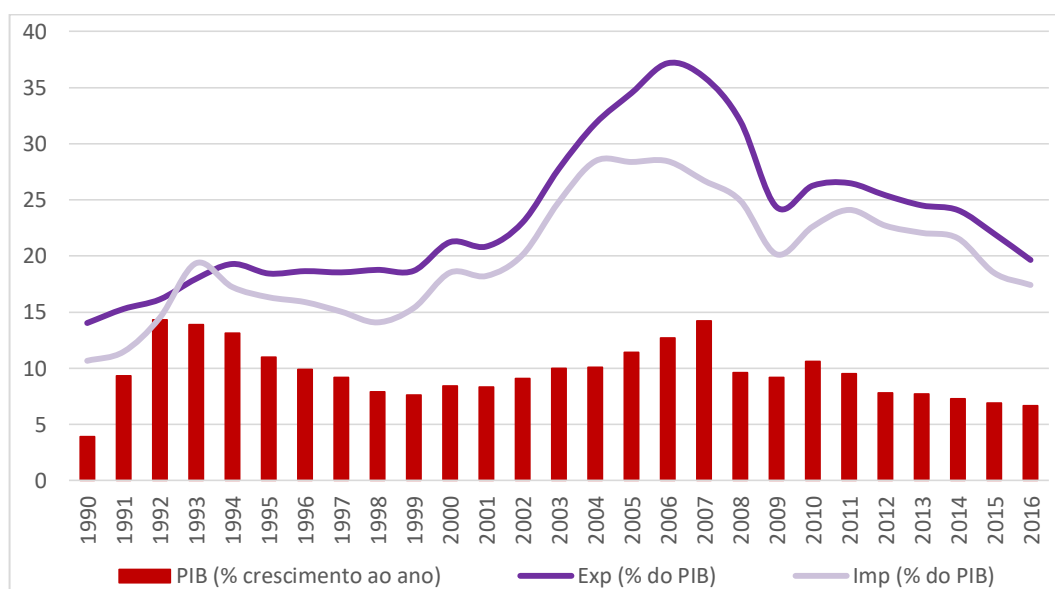
Fonte: U.S. Census Bureau, Economic Indicator Division.

APÊNDICE 4 – DÍVIDA PÚBLICA BRUTA DOS EUA EM % DO PIB (2001– 2016)



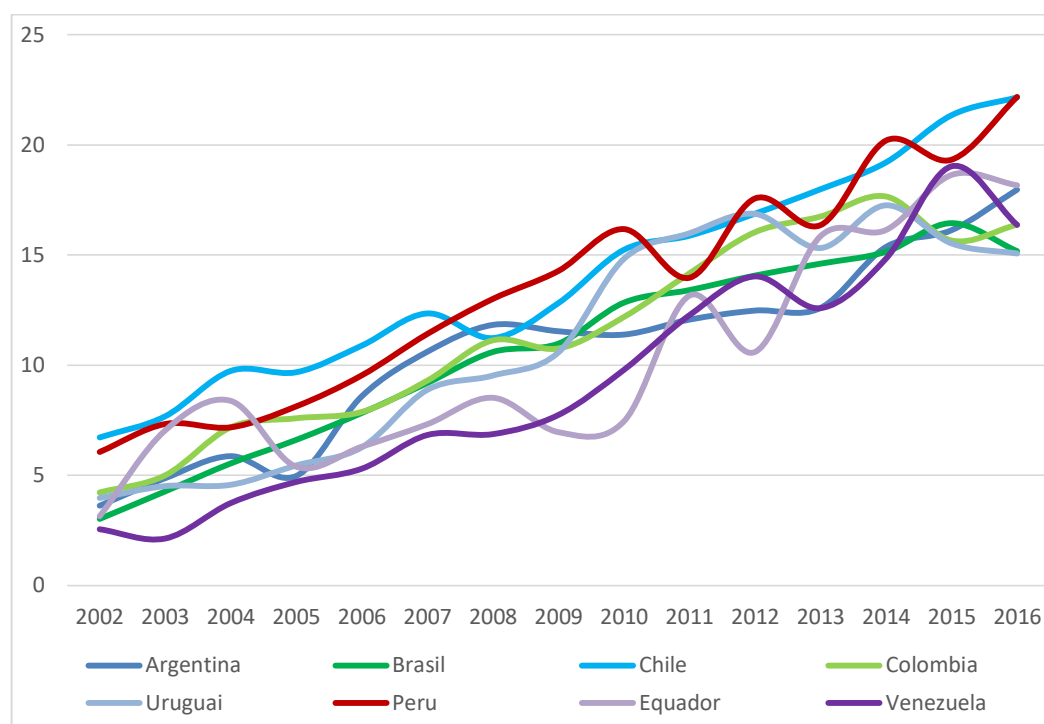
Fonte: US Government Debt.

APÊNDICE 5 – INSERÇÃO DA CHINA (PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR NA ECONOMIA)



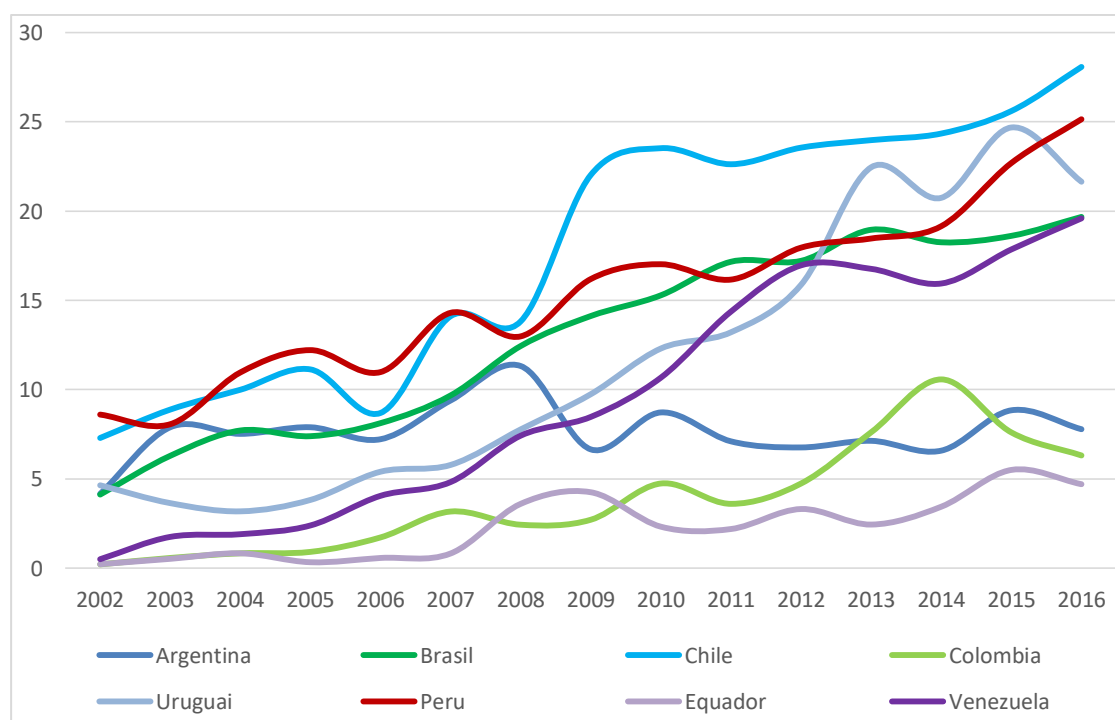
Fonte: World Bank, World Development Indicators..

APÊNDICE 6 – CHINA COMO DESTINO DAS IMPORTAÇÕES SUL- AMERICANAS (% DO TOTAL)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

APÊNDICE 7 – CHINA COMO DESTINO DAS EXPORTAÇÕES SUL- AMERICANAS (% DO TOTAL)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

APÊNDICE 8 – QUATRO (4) PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA A CHINA PELA AMÉRICA DO SUL, 2016

	1º produto	2º produto	3º produto	4º produto	Volume total
Brasil	Soja (36,39%)	Minérios de ferro e concentrados (24,13%)	Petróleo bruto (11,99%)	Celulose Química, Soda ou Sulfato (4,78%)	US\$ 39,3 bilhões
Argentina	Soja (62,97%)	Petróleo bruto (8,98%)	Carne/ congelados (4,83%)	Crustáceos (4,32%)	US\$ 4,62 bilhões
Colombia	Petróleo bruto (87,25%)	Ferroligas(5,17%)	Resíduos e desperdícios de cobre (3,23%)	Tiras de couros bovinos ou eqüinos (0,74%)	US\$ 2,42 bilhões
Chile	Cobre refinado e ligas de cobre (34,08%)	Minerais de cobre(32,55%)	Cobre não refinado (6,76%)	Celulose Química, Soda ou Sulfato (6,49%)	US\$ 17,5 bilhões
Peru	Minerais de cobre (61,99%)	Cobre refinado e ligas de cobre (8,58%)	Farinha de peixe para alimentação animal (7,89%)	Minérios de ferro e concentrados (5,34%)	US\$ 8,82 bilhões
Venezuela	Petróleo bruto (82,46%)	Petróleo refinado (10,46%)	Minérios de ferro e concentrados (5,7%)	Álcoois acíclicos (0,91%)	US\$ 5,28 bilhões
Equador	Petróleo bruto (33,51%)	Minerais metálicos preciosos (14,9%)	Banana (12,72%)	Crustáceos (9,74%)	US\$ 893 millones
Uruguai	Soja (35,6%)	Carne/ congelados (26,84%)	Celulose Química, Soda ou Sulfato (23,25%)	Tiras de couros bovinos ou eqüinos (2,08%)	US\$ 1,85 bilhões

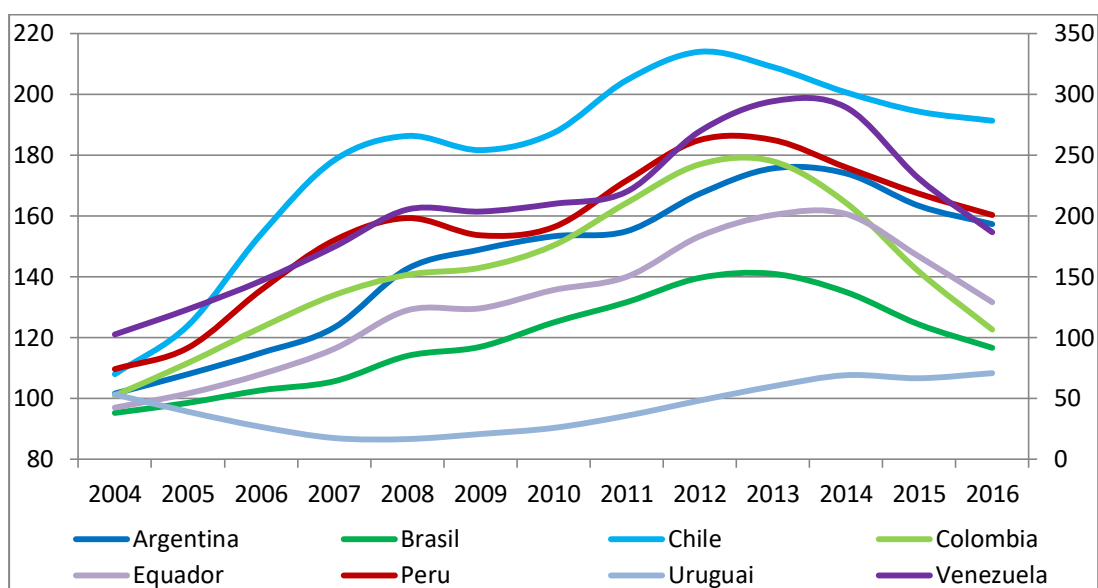
Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

APÊNDICE 9 – QUATRO (4) PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DA CHINA PELA AMÉRICA DO SUL, 2016

	<b>1º produto</b>	<b>2º produto</b>	<b>3º produto</b>	<b>4º produto</b>	<b>Volume total</b>
Brasil	Telefones celulares (5,21%)	Veículos e máquinas especiais (2,96%)	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (2,08%)	Peças de rádios, telefones e televisores (2,05%)	US\$ 22,1 bilhões
Argentina	Telefones celulares (13,87%)	Computadores (3,97%)	Peças de rádios, telefones e televisores (3,86%)	Estradas de ferro (3,33%)	US\$ 9,94 bilhões
Colômbia	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (8,25%)	Computadores (6,42%)	Telefones celulares (2,59%)	Pneus de borracha (1,69%)	US\$ 7,35 bilhões
Chile	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (6,5%)	Computadores (4,01%)	Calçado de borracha ou plástico (2,07%)	Ferros laminados planos (1,80%)	US\$ 13,1 bilhões
Peru	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (11,6%)	Computadores (6,67%)	Telefones celulares (4,48%)	Monitores e projetores (1,90%)	US\$ 7,83 bilhões
Venezuela	Veículos e máquinas especiais (4,62%)	Estruturas e suas partes, aço ou ferro (4,14%)	Máquinas de Escavação ou perfuração (4,14%)	Autocarros (3,95%)	US\$ 2,52 bilhões
Equador	Telefones celulares (4,49%)	Motores elétricos ou geradores (3,75%)	Computadores (3,14%)	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (3,03%)	US\$ 2,94 bilhões
Uruguai	Computadores (5,05%)	Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, etc.. (4,65%)	Aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores (4,31%)	Grupos eletrogêneos e conversores rotativos (3,61%)	US\$ 1,66 bilhões

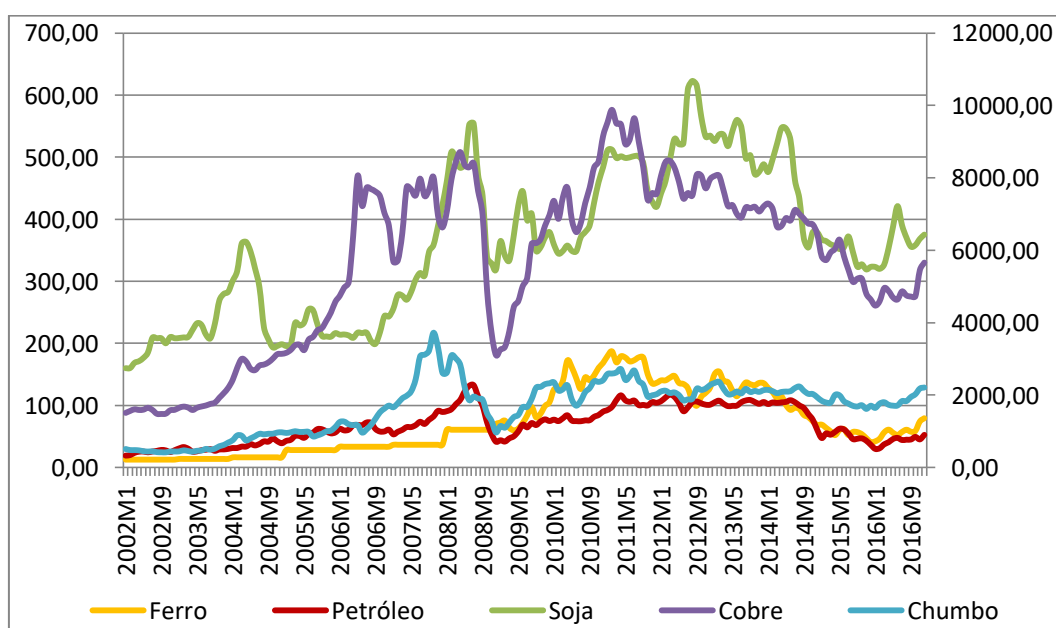
Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

APÊNDICE 10 – TERMOS DE TROCA DOS PAÍSES SELECIONADOS (2000 = 200), EM MÉDIAS TRIMESTRAIS <sup>263</sup>



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

APÊNDICE 11 – PREÇOS DE COMMODITIES SELECIONADAS (US\$), 2002–2016

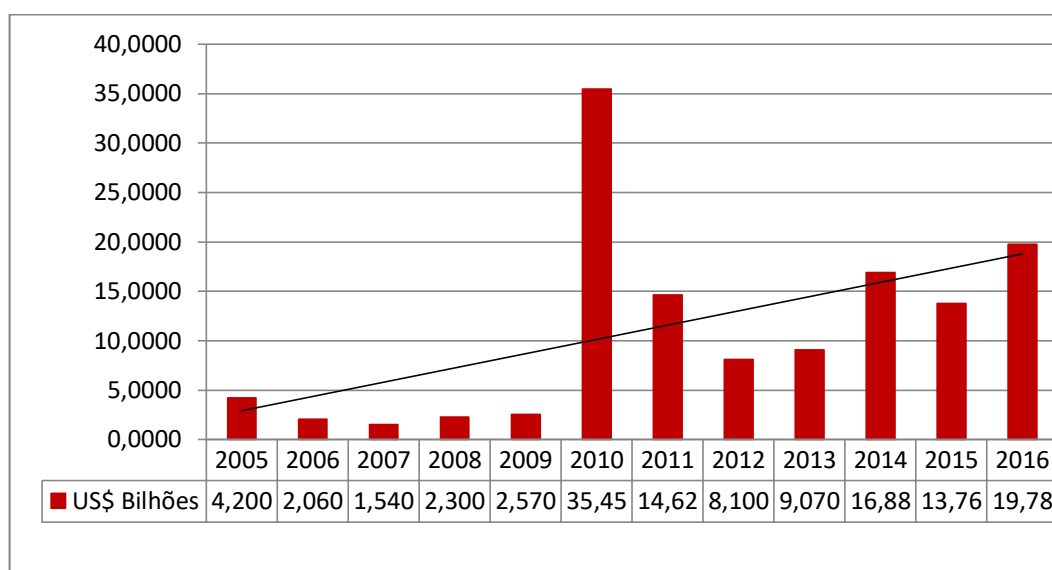


Fonte: International Monetary Fund, 2018a. <sup>264</sup>

263A Venezuela foi inserida no eixo secundário para não obstruir a visualização do gráfico.

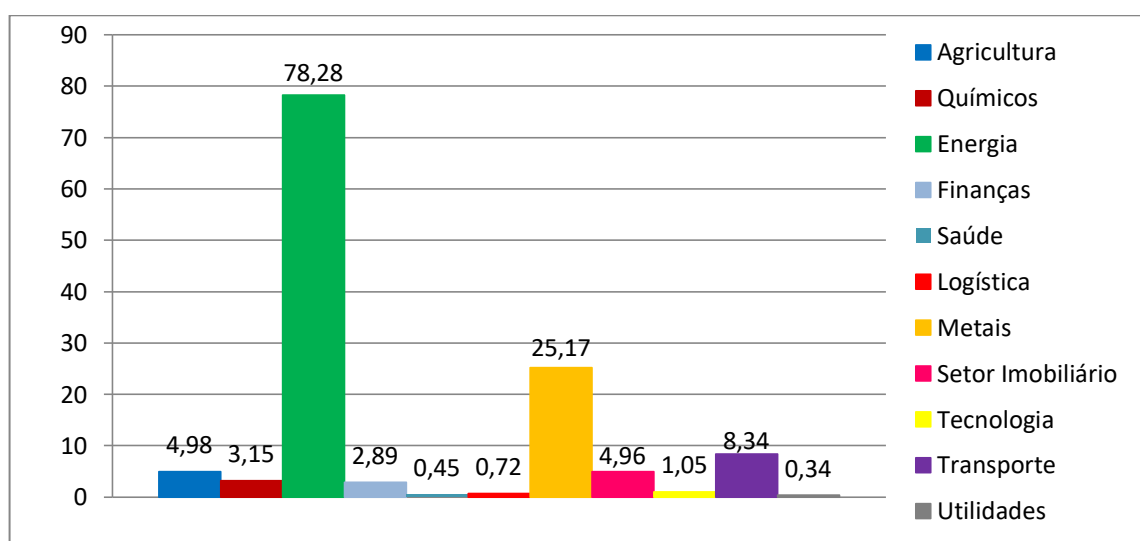
264 As linhas correspondentes ao cobre e ao chumbo foram colocadas no eixo secundário para não prejudicar a visibilidade do gráfico. Excetuando o petróleo, cujo valor foi calculado pela unidade do barril e intermediário entre WTI, Brent e DubaihFateh, o valor de todo o restante dos indicadores são calculados por tonelada métrica.

APÊNDICE 12 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL DE 2005 A 2016 (BILHÕES DE US\$)



Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2016.

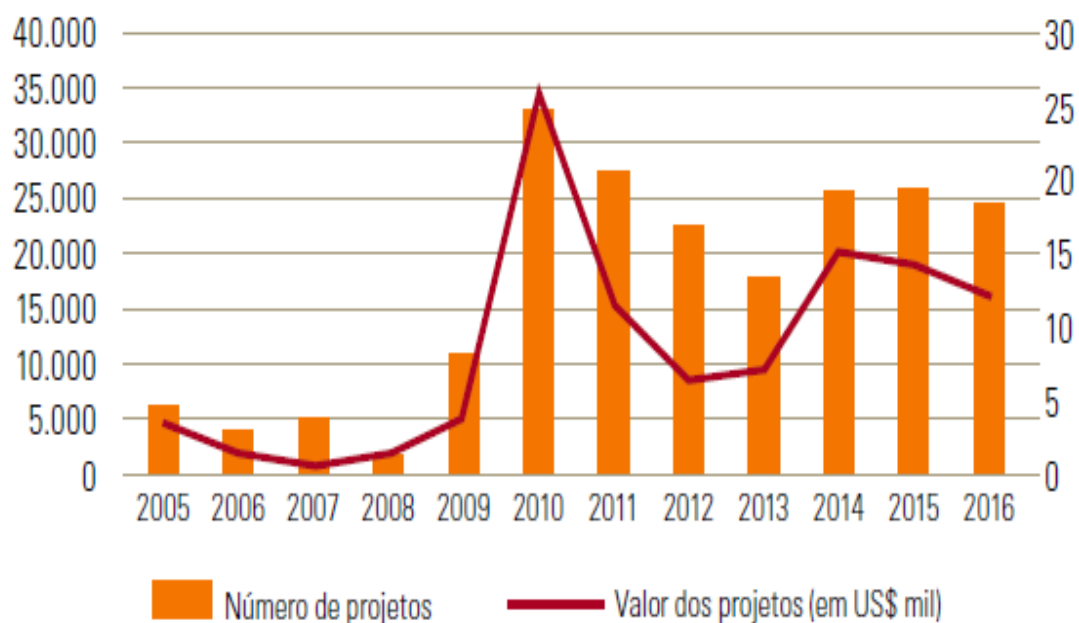
APÊNDICE 13 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E ATIVOS ACUMULADOS DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (TOTAL: 130,33 BILHÕES DE US\$), 2005– 2016



Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2016.

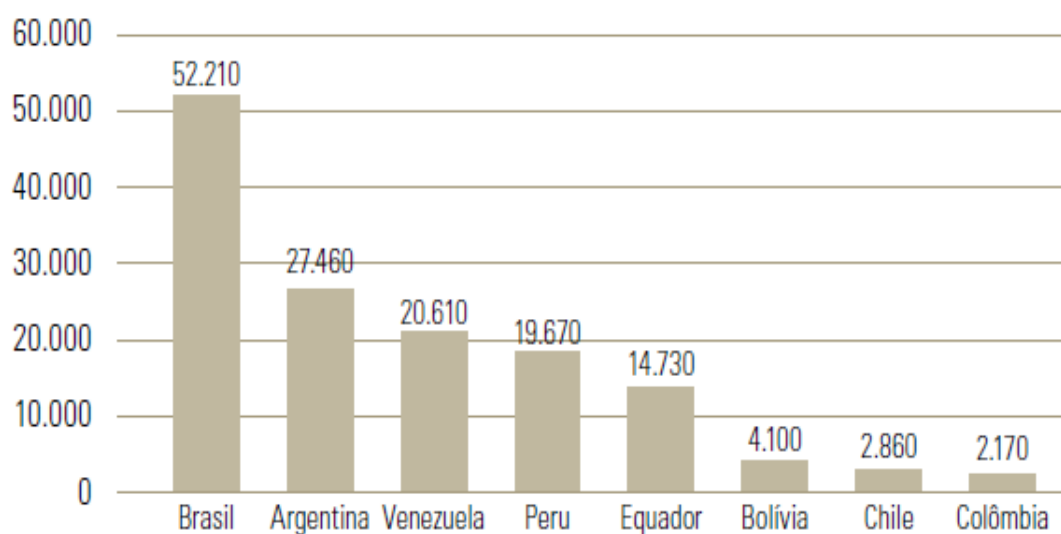


APÊNDICE 14 – IED DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL POR VALORES E NÚMEROS DE PROJETOS



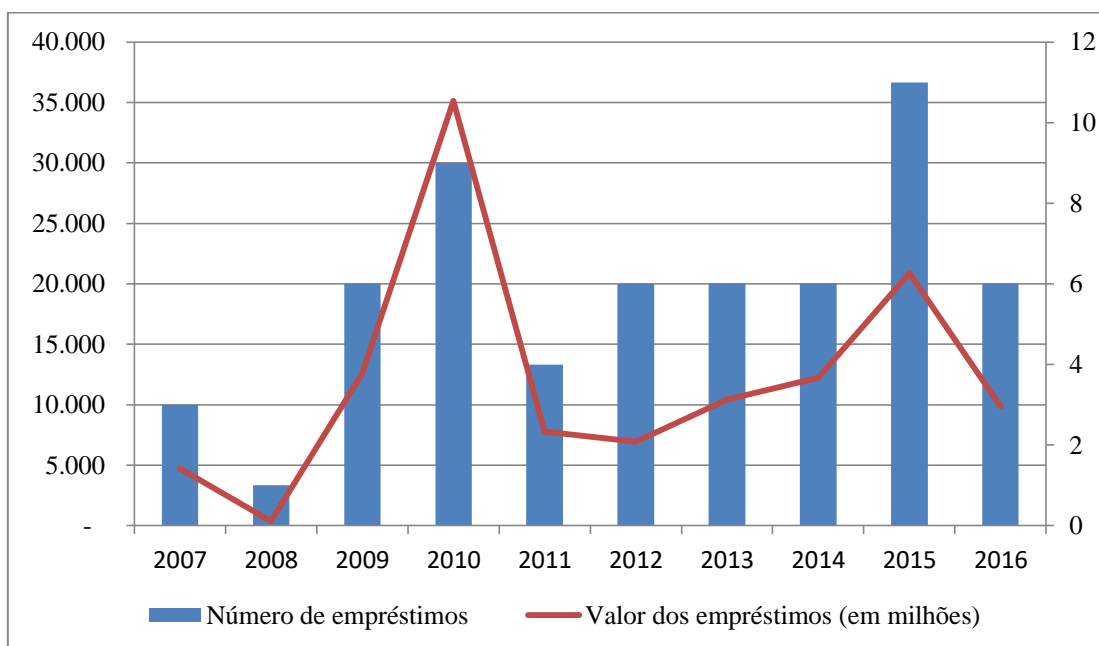
Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2016.

APÊNDICE 15 – IED DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL POR PAÍS (2005– 2016, US\$ MILHÕES)



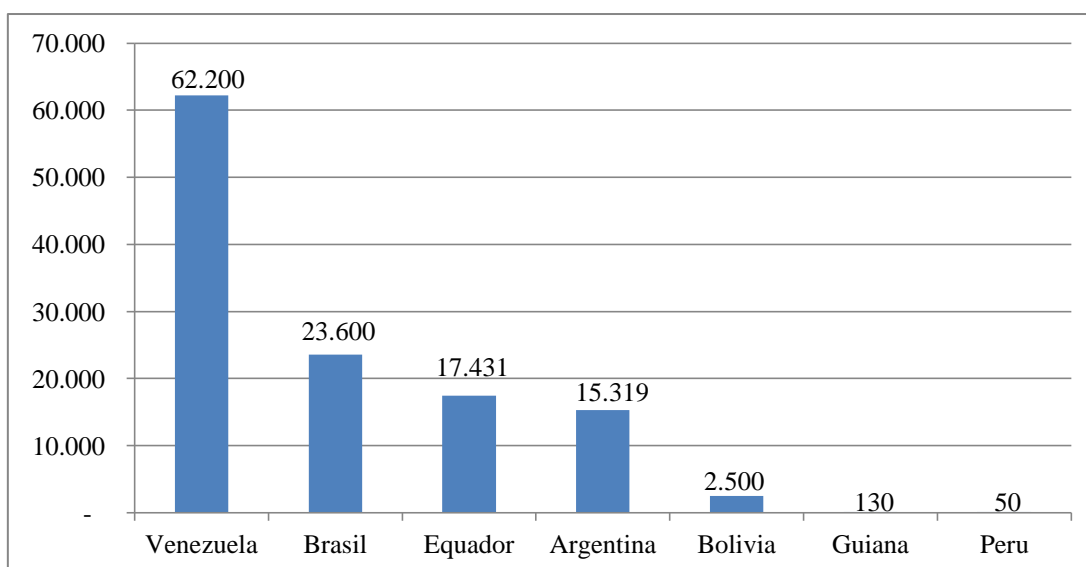
Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2016.

APÊNDICE 16 – EMPRÉSTIMOS DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (POR VALORES E NÚMEROS DE PROJETOS)



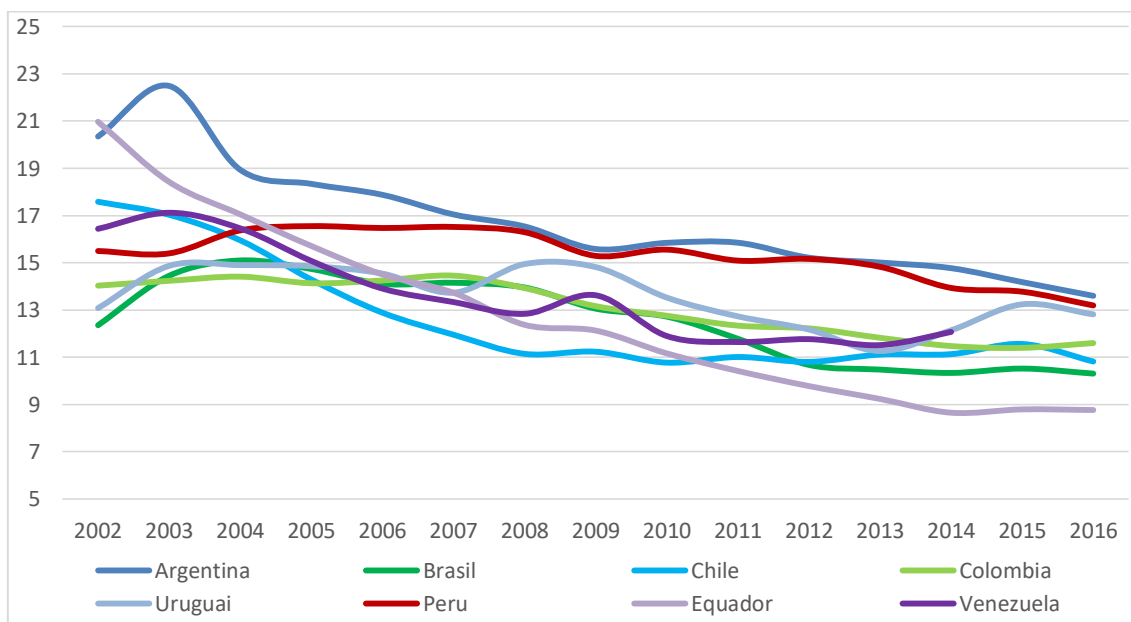
Fonte: GALLAGHER, Kevin; MYERS, Margaret "China– Latin America Finance Database," Washington: Inter– American Dialogue, 2019.

APÊNDICE 17 – EMPRÉSTIMOS DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL POR PAÍS ENTRE 2007– 2016 (US\$ MILHÕES)



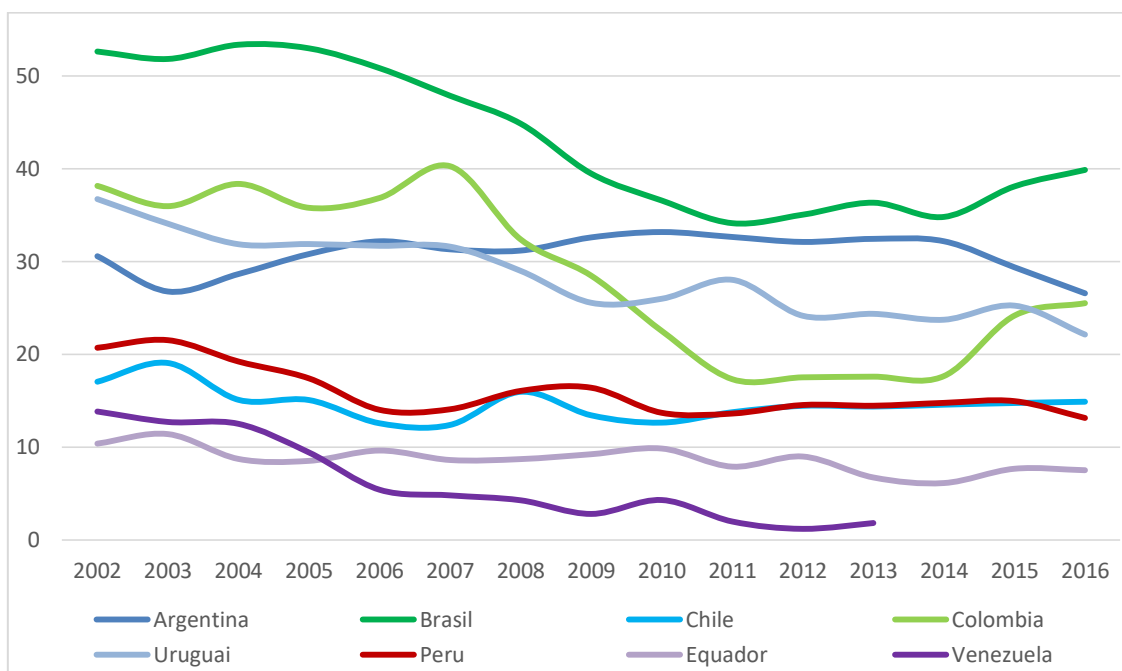
Fonte: GALLAGHER, Kevin; MYERS, Margaret "China– Latin America Finance Database," Washington: Inter– American Dialogue, 2019.

### APÊNDICE 18 – SETOR MANUFATUREIRO COMO VALOR AGREGADO DO PIB (%)



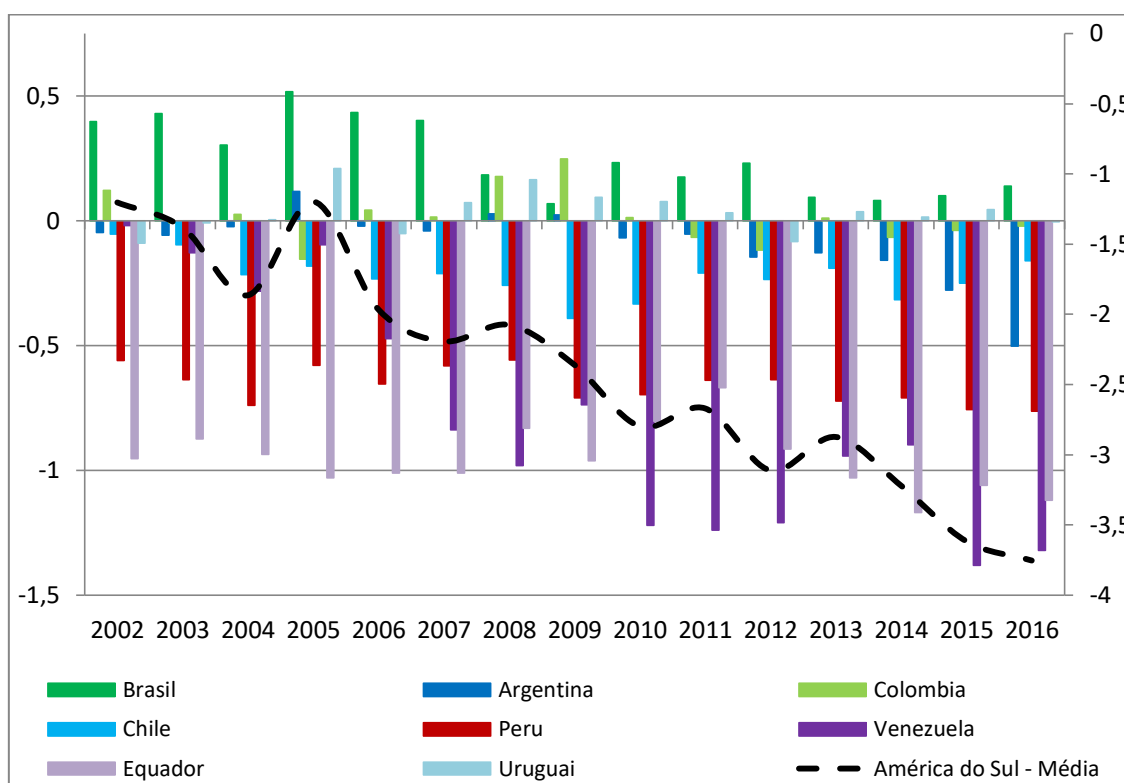
Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

### APÊNDICE 19 – PARTICIPAÇÃO DE MANUFATURAS NAS EXPORTAÇÕES



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

APÊNDICE 20 – ÍNDICE DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA (ECI) DOS PAÍSES SELECIONADOS



Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

APÊNDICE 21 – CINCO (5) PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA EXPORTADORA NA AMÉRICA DO SUL, 2016

	<b>1º produto da pauta exportadora</b>	<b>2º produto da pauta exportadora</b>	<b>3º produto da pauta exportadora</b>	<b>4º produto da pauta exportadora</b>	<b>5º produto da pauta exportadora</b>
Brasil	Soja (13,61%)	Minério de Ferro (10,57%)	Petróleo bruto e óleos betuminosos (6,66%)	Açúcar, beterraba e cana (5,83%)	Sulfato e polpa de madeira (4,32%)
Argentina	Resíduos sólidos de Soja (22,07%)	Milho (9,34%)	Azeite de soja (9,19%)	Soja (6,92%)	Trigo (4,12%)
Colômbia	Petróleo bruto e óleos betuminosos (40,63%)	Carvão não aglomerado (19,42%)	Café (8,39%)	Ouro (7,93%)	Banana (5,04%)
Chile	Cobre e ligas de cobre(27,03%)	Minerais de cobre e derivados concentrados (22,06%)	Frutas diversas, frescas ou secas (6,10%)	Sulfato e polpa de madeira (4,54%)	Uvas (3,59%)
Peru	Minerais de cobre e derivados concentrados (28,22%)	Ouro (14,21%)	Cobre e ligas de cobre(4,49%)	Minerais e derivados de zinco (4,07%)	Minerais de chumbo (3,63%)
Venezuela	Petróleo bruto e óleos betuminosos (79,89%)	Ouro (7,63%)	Lubrificantes (4,55%)	Mineral de ferro (1,35%)	Álcool acíclico e derivados (1,19%)
Equador	Petróleo bruto e óleos betuminosos (31,26%)	Banana (21,19%)	Crustáceos (14,75%)	Peixe(5,11%)	Flores de corte (4,19%)
Uruguai	Carne de vaca (16,77%)	Sulfato e polpa de madeira (14,90%)	Soja (12,27%)	Leite e derivados (4,62%)	Arroz (4,24%)

Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

## APÊNDICE 22 – DEFINIÇÕES DE AMAZÔNIA POR PAÍIS

DEFINIÇÕES DE AMAZÔNIA POR PAÍIS			
País	Biogeográfico	Bacia hidrográfica	Jurídico-administrativo
<b>Bolívia</b>	Aprox. 479.264 km <sup>2</sup> : compreende cerca de metade da superfície da Bolívia. É constituída por um mosaico de extensas florestas amazônicas de terra firme e de inundação (várzea e igapó), savanas de inundação, florestas semi-úmidas de transição para o cerrado, florestas subandinas e os Yungas, estes últimos caracterizados por sua elevada biodiversidade.	Aprox. 714.493 km <sup>2</sup> : bacia do Rio Madeira e uma pequena porção da bacia do Alto Amazonas, fronteira com o Brasil.	Aprox. 156.267 km <sup>2</sup> : o Art. 390 d+C2:F12a nova Constituição Política do Estado (CPE) da Bolívia define a Amazônia boliviana como o espaço estratégico de proteção especial para o desenvolvimento integral do país, por sua elevada sensibilidade ambiental, biodiversidade existente, recursos hídricos e pelas ecoregiões. Compreende a totalidade do departamento de Pando, a província Iturrealde do departamento de La Paz e as províncias Vaca Díez e Ballivián do departamento de Beni.
<b>Brasil</b>	Aprox. 4.213.463 km <sup>2</sup> : ampla variedade de entomos, com predomínio dos interflúvios tabulares cobertos por floresta tropical sempre verde e florestas sub-montanhosas associadas a pouco frequentes elevações. Inclui uma zona de transição demarcada entre a floresta úmida e áreas de savana (localmente chamadas "cerrado"), e grandes extensões de solos arenosos, com padrões estruturais e florísticos de floresta e savanas arenícolas, estreitamente adaptados e localmente chamados "campinaranas" e campinas, respectivamente. As planícies de inundação, periodicamente inundadas, possuem formações que vão de campos úmidos a veredas e florestas de galeria.	Aprox. 4.692.488 km <sup>2</sup> : bacias dos rios Amazonas, Negro, Madeira, Xingu, Tocantins, Guianas/Amapá e Atlântico.	Aprox. 5.006.316 km <sup>2</sup> : região de planejamento e incentivos à ocupação, chamada "Amazônia Legal", definida pela Lei 1806 de 6 de janeiro de 1953, com o objetivo político de integrar a região ao território nacional e promover seu desenvolvimento. É formada pelos estados da região norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins), Mato Grosso e parte do Maranhão (a oeste do meridiano 44°).
<b>Colômbia</b>	Aprox. 483.164 km <sup>2</sup> : compreendida entre: i) o limite da bacia hidrográfica no setor ocidental definido pelo divisor de águas na parte alta da cordilheira oriental dos Andes colombianos, ii) no setor norte até onde chega a cobertura de florestas que limitam com as savanas naturais da Orinoquia, e iii) no sul e leste corresponde aos limites internacionais da Colômbia com Equador, Perú, Brasil e Venezuela. ( <a href="http://siatac.siac.net.co/web/guest/region">http://siatac.siac.net.co/web/guest/region</a> , Murcia García et al, 2009). Os ecossistemas que compreende vão dos páramos na Cordilheira Oriental, local de nascimento de importantes rios que atravessam a Amazônia, até zonas de floresta úmida tropical, passando por diversos tipos: andinos, inundáveis, de terra firme, xerófitos e savanas.	Aprox. 342.372 km <sup>2</sup> : bacia do rio Putumayo, bacia do rio Negro, bacia do rio Caquetá e uma pequena porção da bacia do rio Napo.	Aprox. 483.164 km <sup>2</sup> : é composta pela parte sul do departamento de Vichada; o sudeste do Meta; todo o território dos departamentos de Guainía, Guaviare, Vaupés, Amazonas, Putumayo e Caquetá; a Bota Caucana, no departamento de Cauca e as vertentes amazônicas de Nariño (a parte alta dos rios Guamez, Sucio, San Miguel e Aguarico). São 78 municípios e corregimentos departamentais, dos quais 58 são municípios (41 totalmente incluídos na região e 17 parcialmente) e 20 corregimentos departamentais, todos incluídos na região (Murcia García et al., 2009).
<b>Equador</b>	Aprox. 91.045 km <sup>2</sup> : começa nas florestas transicionais andino-amazônicas, a 1.300 msnm, ao longo dos contrafortes dos Andes, e avança em direção à planície amazônica até aproximadamente 300 msnm. Dominada por vários tipos de florestas sempre verdes de terras baixas, entre elas: florestas inundáveis de águas brancas e de águas negras, floresta de palmas, com uma presença significativa de campos lacustres e outros ecossistemas não-florestais (Sierra, 1999).	Aprox. 131.950 km <sup>2</sup> : compreende porções das bacias dos rios Putumayo, Napo, Tigre, Pastaza, Morona, Santiago e Mayo. Todas são águas binacionais ou transnacionais.	Aprox. 116.284 km <sup>2</sup> : de acordo com o Art. 250 da Nova Constituição do Equador de 2008, a Amazônia equatoriana é o território das províncias amazônicas, que conforma um ecossistema necessário para o equilíbrio ambiental do planeta, o qual constituirá uma circunscrição territorial especial que deverá ter planejamento integral contido em lei, incluindo aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais, e um ordenamento territorial que garanta a conservação e proteção de seus ecossistemas e o princípio do <i>sumak kawsay</i> (bem viver). A região amazônica equatoriana compreende as províncias de Sucumbios, Napo, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe.
<b>Guiana</b>	Todo o país.	Aprox. 12.300 km <sup>2</sup> : tributário do rio Branco.	Sem informação.
<b>Guiana Francesa</b>	Todo o território.	Não possui tributário do Amazonas.	Sem informação.
<b>Peru</b>	Aprox. 782.820 km <sup>2</sup> : existem diversas classificações dos ecossistemas da Amazônia peruana, que se dividem, na quase totalidade em duas grandes paisagens: a planície amazônica, localizada abaixo dos 500 a 800 msnm e a selva alta, ou montanha, acima desta cota até os 3600 msnm. Entretanto, esta classificação simplifica de maneira excessiva a diversidade ecossistêmica e contrasta com aquela postulada por Encarnación (1993) que identifica 16 tipos de vegetação somente na planície amazônica, em função da predominância de alguma espécie vegetal ou do tipo de água que inunda as florestas.	Aprox. 966.170 km <sup>2</sup> : a Amazônia peruana está drenada por numerosos rios de diferentes tamanhos e caudais, entre os quais o Amazonas, Marañón, Napo, Ucayali e Madre de Dios são os maiores. Fonte: ANA 2010. Unidades Hidrográficas do Perú, 1/100.000.	Sem informação de extensão. Politicamente compreende os departamentos de Loreto, Ucayali e Madre de Dios, e parte dos departamentos de Amazonas, Cajamarca, Huancavelica, La Libertad, Pasco, Piura, Puno, Ayacucho, Junín, Cusco, San Martín e Huánuco. Fonte: MINAM 2009. Mapa de Deforestación de la Amazonia Peruana – 2000. Memoria Descriptiva, Lima, p14.
<b>Suriname</b>	Usando como indicador a extensão historicamente conhecida do bioma de floresta chuvosa na planície amazônica, localizada ao norte da América do Sul (extraído ou deduzido do mapa TRESS 1999; limites S e E delimitados de acordo com Soares, 1953).	Não possui tributário do Amazonas.	Sem informação.
<b>Venezuela</b>	Aprox. 453.915 km <sup>2</sup> : corresponde à Guayana venezuelana (Huber 1995, Gorzula e Señaris 1998, Pérez-Hernández e Lew 2001, Eva e Huber 2005), que ocupa, em seu sentido amplo, os estados Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro.	Aprox. 53.280 km <sup>2</sup> : do ponto de vista hidrográfico estrito se considera bacia amazônica o setor ao sul do Casiquiare, que comunica os rios Orinoco e Negro (Eva e Huber, 2005)	Aprox. 53.280 km <sup>2</sup> : atualmente se reconhece oficialmente os limites hidrográficos.

APÊNDICE 23 – INVESTIMENTOS GLOBAIS DA CHINA NOS PAÍSES DA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2005–2016)

INVESTIMENTO GLOBAL DA CHINA NOS PAÍSES DA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2005–2016)							
Ano	Investidor	Valor (US\$ milhões)	Porcentagem de participação	Contraparte da transação	Setor	Subsetor	País
2005	CNPC, Sinopec	\$ 1.420,00		EnCana	Energia	Petróleo	Equador
2006	Sinopec	\$ 430,00	50%	Ominex	Energia	Petróleo	Colômbia
2007	Zijin Mining, China Nonferrous, Xiamen C&D	\$ 190,00	45%, 35%, 20%	Monterrico	Metais	Cobre	Peru
	Chinako	\$ 790,00	100%	Peru Copper	Metais	Cobre	Peru
	Minmetals, Jiangxi Copper	\$ 450,00	100%	Northern Peru Copper	Metais	Cobre	Peru
2008	Chinako	\$ 2.160,00	100%		Metais	Cobre	Peru
	Shougang	\$ 990,00			Metais	Aço	Peru
	Nanjingzhao	\$ 100,00	100%	Cardero	Metais	Aço	Peru
2009	Wuhan Iron and Steel	\$ 400,00	22%	MMX Mineracao	Metais	Aço	Brasil
	CIC	\$ 500,00		CVRD (Vale)	Metais	Aço	Brasil
	China Railway Construction, China Nonferrous	\$ 650,00	100%	Corriente Resources	Metais	Cobre	Equador
2010	Sany Heavy	\$ 200,00	100%		Imobiliário	Construção civil	Brasil
	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$ 1.200,00		Bernardo de Mello Itaminas	Metais	Aço	Brasil
	CNPC	\$ 900,00		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuela
	Sinochem	\$ 3.070,00	40%	Statoil	Energia	Petróleo	Brasil
	State Grid	\$ 1.720,00	100%	Plena Transmissoras	Energia		Brasil
	Sinopec	\$ 7.100,00	40%	Repsol	Energia	Petróleo	Brasil
	Minmetals	\$ 2.500,00	100%		Metais	Cobre	Peru
	CNPC, Sinopec	\$ 610,00			Energia	Petróleo	Equador
	CIC	\$ 200,00		BTG Pactual	Finanças	Investimentos	Brasil
	Chongqing Grain	\$ 570,00			Agricultura		Brasil
2011	ICBC	\$ 100,00	100%		Finanças	Setor bancário	Brasil
	ZTE	\$ 200,00	100%		Tecnologia	Telecomunicações	Brasil
	Chery Auto	\$ 200,00	100%		Transporte	Automóveis	Venezuela
	Chery Auto	\$ 530,00			Transporte	Automóveis	Brasil
	Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$ 1.950,00	15%	CBMM	Metais		Brasil
	JAC Motors	\$ 100,00	20%	SHC	Transporte	Automóveis	Brasil
	Sinopec	\$ 4.800,00	30%	Galp Energia	Energia		Brasil
2012	Sinochem	\$ 980,00		Total	Energia	Gás	Colômbia
	Bosai Minerals	\$ 100,00			Metais	Alumínio	Guiana
	State Grid	\$ 940,00		ACS	Energia		Brasil
	China Construction Bank	\$ 200,00	100%	WestLB	Finanças	Setor bancário	Brasil
	China Railway Engineering	\$ 410,00		C.V.G. Ferrominera Orinoco	Metais	Aço	Venezuela
	Lenovo	\$ 150,00	100%	Digibras and Dual	Tecnologia		Brasil
	Beijing Auto	\$ 300,00			Transporte	Automóveis	Brasil
	CIC	\$ 460,00	33%	Prosperitas	Logística		Brasil
	COFCO	\$ 320,00			Agricultura		Brasil
	Xugong Construction Machinery	\$ 200,00	100%		Imobiliário	Construção civil	Brasil
2013	Sinopec	\$ 1.400,00		Junin 1	Energia	Petróleo	Venezuela
	CNPC, CNOOC	\$ 1.400,00	10%, 10%	Petrobras, Shell, and Total	Energia	Petróleo	Brasil
	China Construction Bank	\$ 720,00	74%	Banco Industrial e Comercial	Finanças	Setor bancário	Brasil
	CNPC	\$ 2.890,00		Petrobras	Energia		Peru
	Three Gorges	\$ 130,00	50%	Cachoeira-caldeirao	Energia	Hidroelétrico	Brasil
	Three Gorges	\$ 250,00	50%	Jari	Energia	Hidroelétrico	Brasil
	Three Gorges	\$ 390,00	33%	Terra Novo	Energia	Hidroelétrico	Brasil
	Minmetals, Suzhou Guoxin, CITIC	\$ 6.990,00	63, 22, 15%	Glencore	Metais	Cobre	Peru
2014	COFCO, Hopu Investment	\$ 750,00		Noble Agri Limited	Agricultura		Brasil
	China Railway Construction, China Nonferrous	\$ 2.040,00		Mirador	Metais	Cobre	Equador
	Sany Heavy	\$ 300,00	100%		Imobiliário	Construção civil	Brasil
	ZTE	\$ 100,00			Tecnologia	Telecomunicações	Brasil
	China Construction Bank	\$ 720,00	72%	Banco Industrial and Comercial	Finanças	Setor bancário	Brasil
	Three Gorges	\$ 140,00	49%	EDP	Energia	Energia alternativa	Brasil
	BYD	\$ 100,00			Energia	Energia alternativa	Brasil
2015	China Communications Bank	\$ 170,00	80%	Banco BBM SA	Finanças	Setor bancário	Brasil
	Three Gorges	\$ 490,00		Triunfo Participacoes	Energia		Brasil
	ICBC	\$ 2.000,00		Petrobras	Energia	Petróleo	Brasil
	HNA	\$ 460,00	24%	Azul Linhas Aereas Brasileiras	Transporte	Aviação	Brasil
2016	Three Gorges	\$ 3.660,00			Energia	Hidroelétrico	Brasil
	State Grid	\$ 110,00		Mato Grosso	Energia		Brasil
	China Molybdenum	\$ 1.500,00		Anglo American	Químicos		Brasil
	Shanghai Pengxin	\$ 290,00	57%	Fiagril Participaçõe	Agricultura		Brasil
	Xuzhou Construction Machinery	\$ 100,00			Imobiliário	Construção civil	Brasil
	CIC	\$ 1.090,00		Petrobras	Energia	Gás	Brasil
	CIC	\$ 410,00			Energia	Gás	Brasil
	Three Gorges, China Development Bank	\$ 1.200,00		Duke	Energia		Brasil
	CNPC	\$ 1.460,00		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuela
State Grid	\$ 4.910,00	55%	CPFL	Energia		Brasil	
Didi Chuxing	\$ 100,00		99Taxis	Transporte	Automóveis	Brasil	

Fonte: China Global Investment Tracker – 2019.

APÊNDICE 24 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2001–2016)

PRINCIPAIS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2001–2016)					
HIDRELÉTRICAS					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status
2010	Coca Coda Sinclair	Equador	Sinohydro	\$2,851	Concluído em 2016
2011	Mazar-Dudas	Equador	China National Electric Equipment Corporation	\$83	Cancelado devido a deficiências técnicas e atrasos no cronograma (86,5% concluído em janeiro de 2017)
2011	Quijos	Equador	China National Electric Equipment Corporation	\$116	Cancelado devido a deficiências técnicas e atrasos no cronograma (46,7% concluído em janeiro de 2017)
2011	Sopladora	Equador	China Gezhouba Group Corporation	\$963	Concluído em 2016
2013	Delsitanisagua	Equador	Hidronova, HydroChina	\$335	Em construção (80,6% concluída em janeiro de 2017)
2014	Usina Hidrelétrica San Jose	Bolívia	Sinohydro	\$235	Concluído em 2018
2016	Usina Hidrelétrica Rositas	Bolívia	Export-Import Bank of China, China Three Gorges Corporation (e sua subsidiária China International Water and Electric Corporation)	\$1,000	Em construção
2016	San Gaban III	Peru	Hydro Global Peru S.A.C., China Development Bank	\$438	Em construção; conclusão prevista para 2021
LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status
2012	Linha de transmissão de energia	Venezuela	State Grid Corporation of China	\$1,310	Concluído
2014	Linha de transmissão de Belo Monte	Brasil	State Grid Corporation of China	\$1,400	Concluído em 2017
ESTRADA DE FERRO					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status
2011	Canal seco da Colômbia	Colômbia	Desconhecido	Desconhecido	Parado por razões desconhecidas
2014	Ferrovia Peru-Brasil	Brasil, Peru	Desconhecido	\$80,000	Parado devido a altos custos e dificuldades de engenharia
ESTRADAS / RODOVIAS					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status
2012	Projetos Rodoviários Guayasamin	Equador	CCCC	\$56	Concluído
2014	Estrada Ivirgatzama-Ichilo	Bolívia	Sinohydro	\$144	Concluído
2015	Rodovia Cochabamba-Santa Cruz	Bolívia	Sinohydro	\$426	Em construção
2016	Rodovia Rurrenabaque-Riberalta	Bolívia	China Railway Construction Corporation	\$579	Em construção
AEROPORTOS					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status (US\$ milhões)
2011	Ampliação do Aeroporto Internacional de Georgetown Cheddi Jagan	Guiana	CHEC	\$140	Em construção; conclusão prevista para 2019
OUTROS					
Ano	Projeto	País	Empresas	Custo (US\$)	Status
2006	Projeto de Desenvolvimento Social (Habitação)	Venezuela	China International Trust & Investment Corporation Group	\$1,190	Concluído
2007	Projeto de Abastecimento de Água na Venezuela (Fase III)	Venezuela	Sinomach, CAMCE	\$110	Concluído
2010	Projeto de desenvolvimento agrícola integrado Delta Orinoco	Venezuela	Sinomach, CAMCE	\$1,070	Desconhecido
2012	Usina de açúcar de San Buenaventura	Bolívia	Sinomach	\$170	Concluído
2013	Ponte Madre de Dios	Bolívia	China Harzone Industry Corporation	\$42	Concluído
2013	Ponte Beni II	Bolívia	China Harzone Industry Corporation	\$27	Concluído

Fonte: KOLESKI; BLIVAS, 2018.



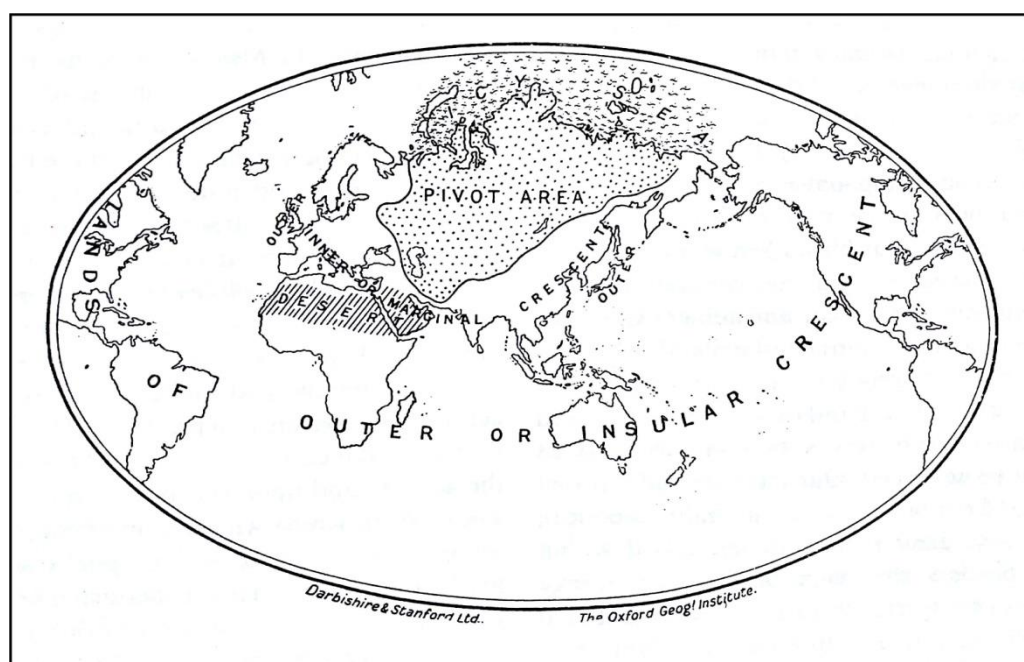
## ANEXOS

## ANEXO 1 – INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO MAR DO CARIBE



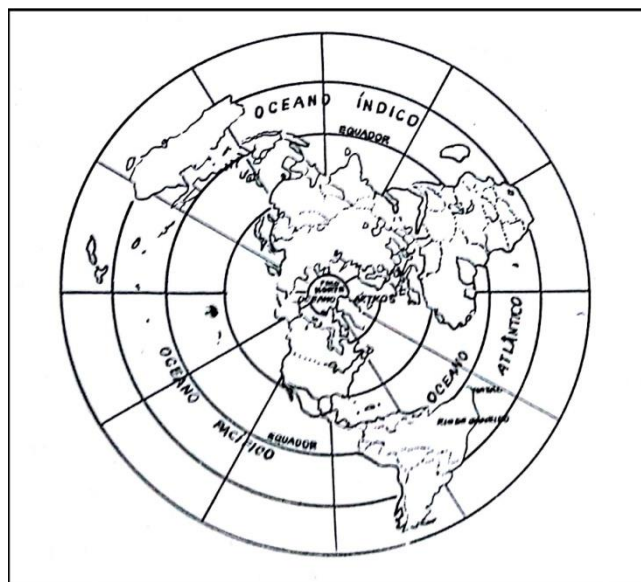
Fonte: VIVENS, 1950, p. 215.

## ANEXO 2 – O MUNDO SEGUNDO MACKINDER



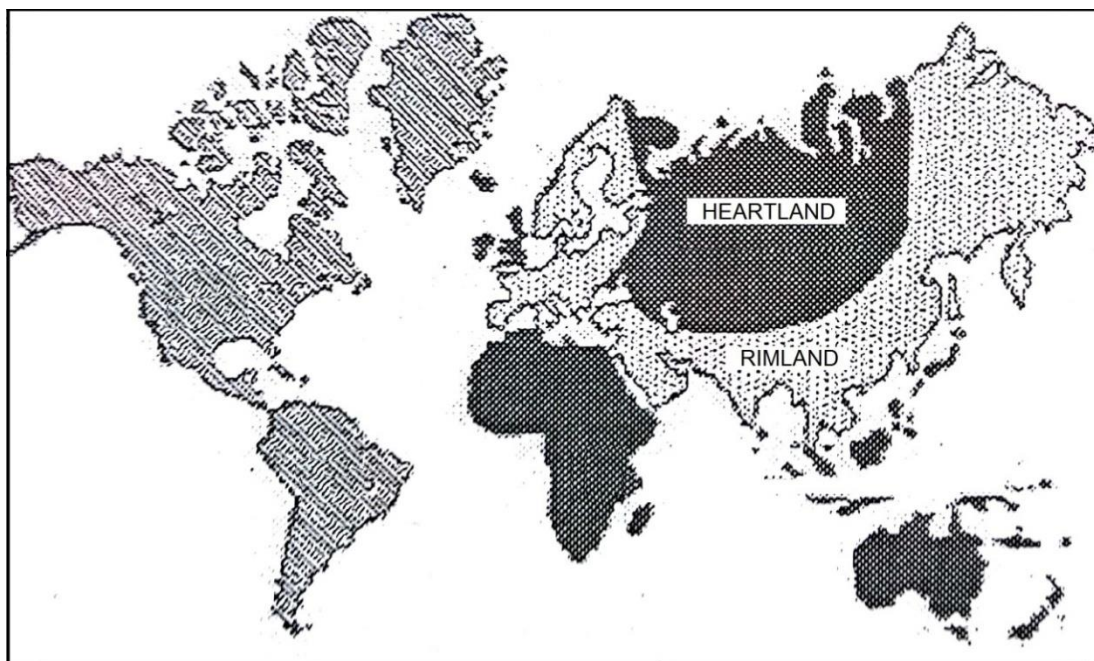
Fonte: TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998, p. 31.

## ANEXO 3 – PROJEÇÃO AZIMUTAL EQUIDISTANTE CENTRADA NO PÓLO NORTE



Fonte: TOSTA, 1984, p. 75.

## ANEXO 4 – O MUNDO SEGUNDO SPYKMAN



Fonte: MELLO, 1997, p. 49 (adaptado).

## ANEXO 5 – ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS NA AMÉRICA DO SUL



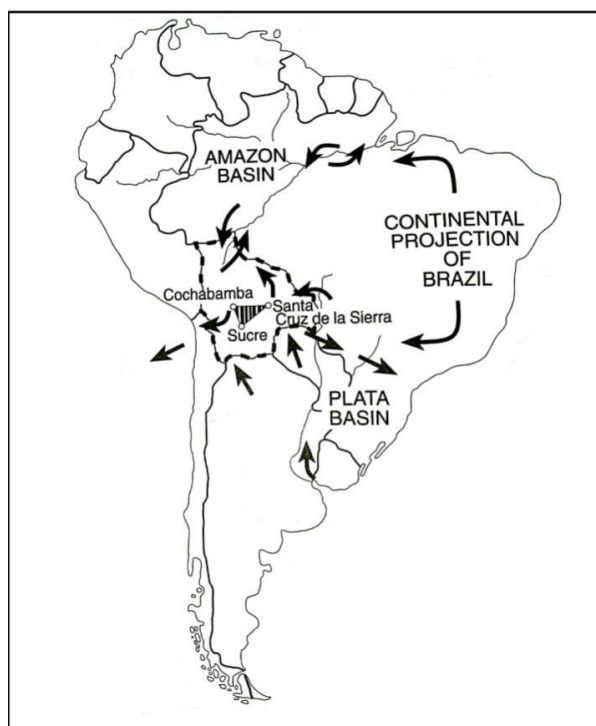
Fonte: TRAVASSOS, 1947, p. 21 (adaptado).

## ANEXO 6 – TRIÂNGULO ESTRATÉGICO SUL-AMERICANO



Fonte: TRAVASSOS, 1947, p. 43.

ANEXO 7 – O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO E AS PROJEÇÕES DE PODER BRASILEIRO NOS ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS



Fonte: KELLY, 1997, p. 28.

ANEXO 8 – O HEARTLAND DA AMÉRICA DO SUL E AS MACRO REGIÕES DO CONTINENTE



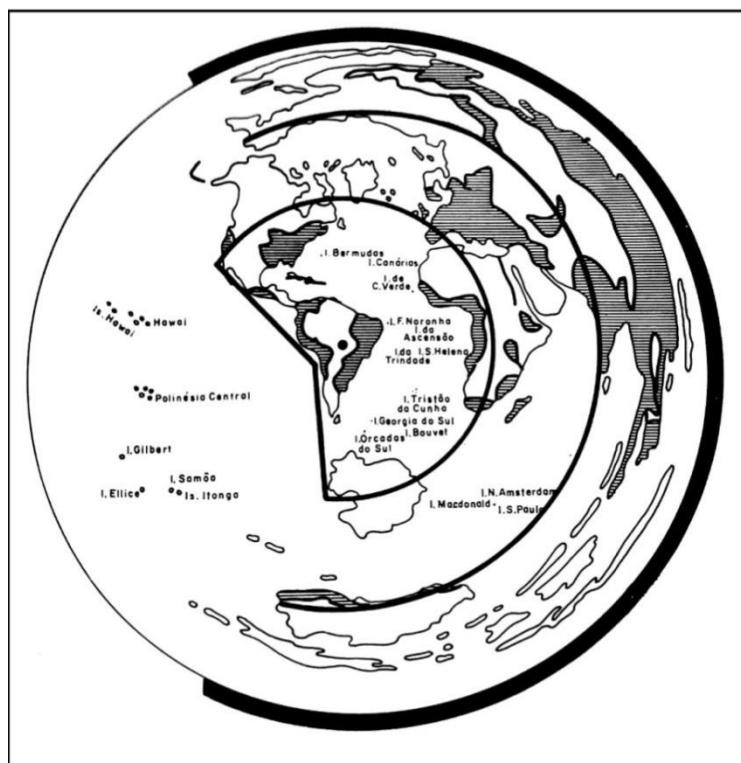
Fonte: OLIVEIRA; GARCÍA, 2010.

ANEXO 9 – DELIMITAÇÃO DA “ÁREA CONTINENTAL DE SOLDADURA” DE COUTO E SILVA



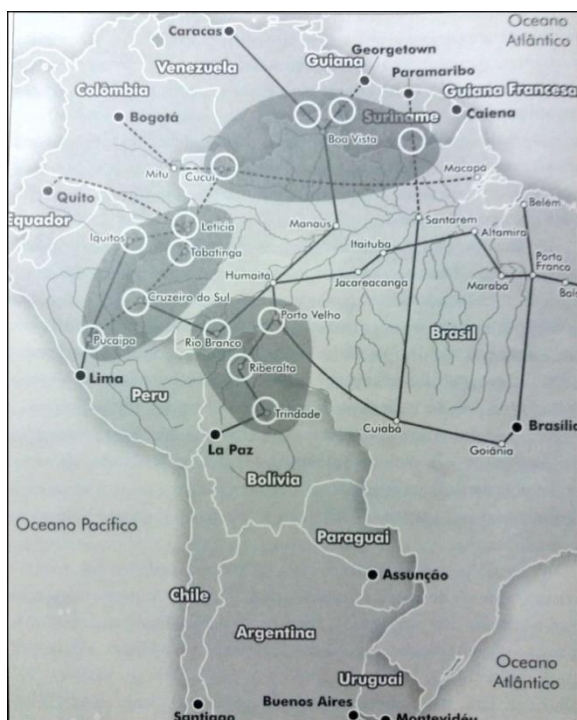
Fonte: OLIVEIRA; GARCÍA, 2010.

ANEXO 10 – A AMÉRICA DO SUL E OS HEMICICLOS INTERIOR E EXTERIOR



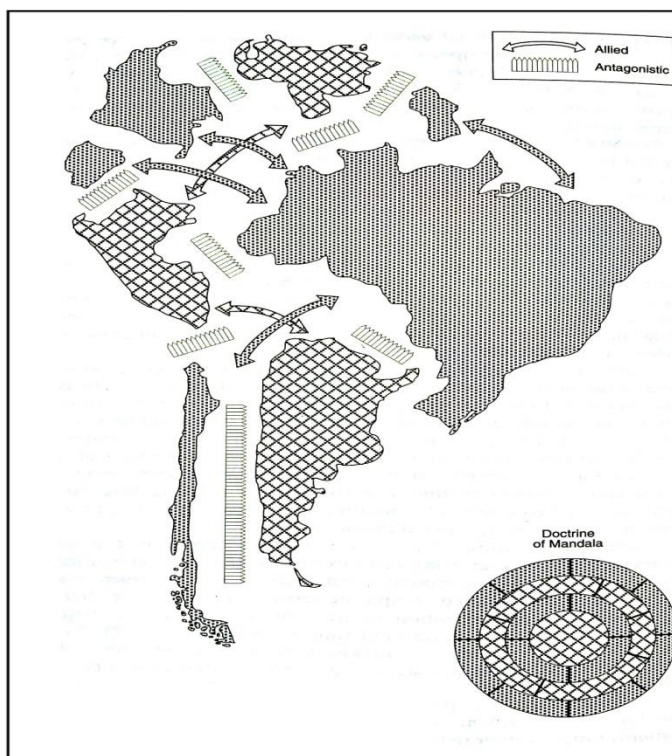
Fonte: SILVA, 1981, p. 81.

## ANEXO 11 – ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE IRRADIAÇÃO



Fonte: MATTOS, 2011, p. 164.

## ANEXO 12 – DOCTRINA DA MANDALA (CHECKERBOARD)



Fonte: KELLY, 1997, p. 38.

## ANEXO 13 – TRÊS GRANDES ILHAS SUL- AMERICANAS

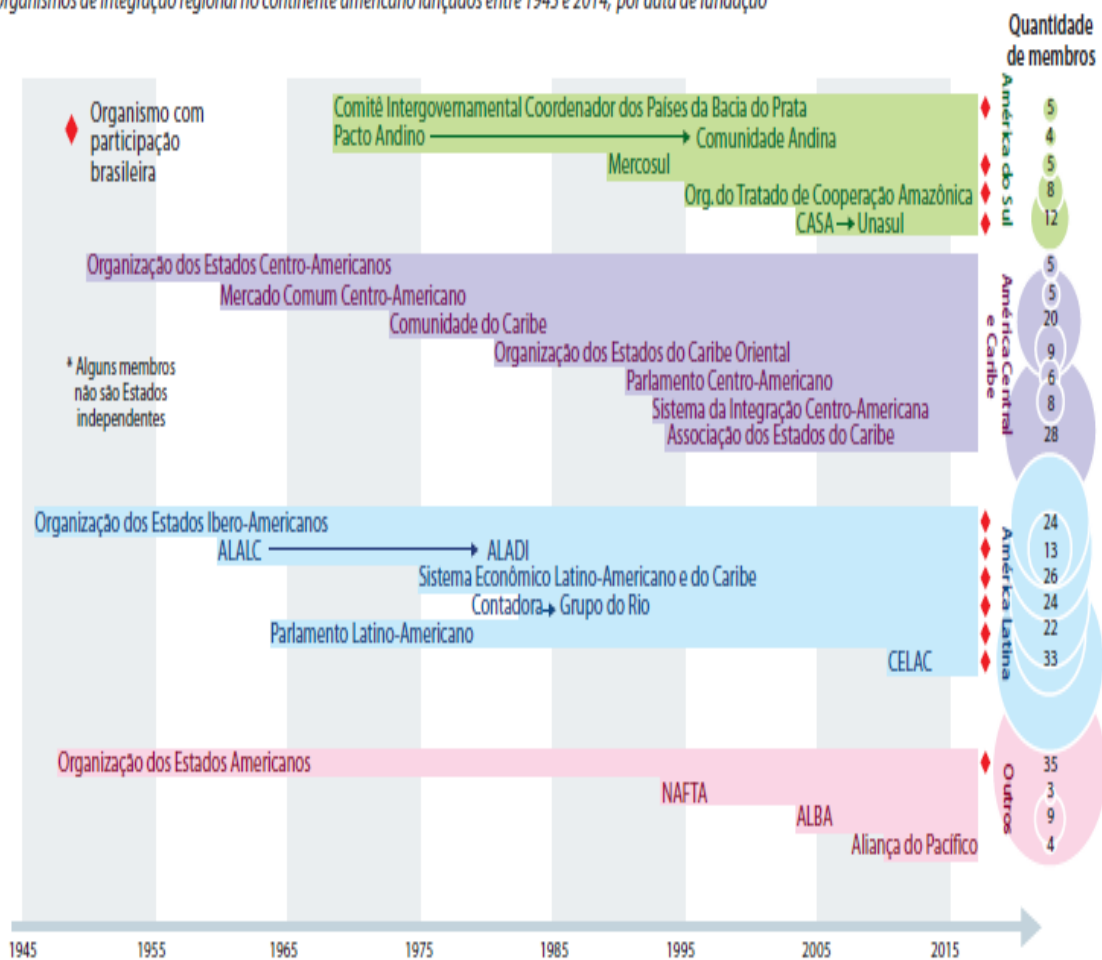


Fonte: FRIEDMAN, 2016.

## ANEXO 14 – INTEGRAÇÕES REGIONAIS NAS AMÉRICAS

## INTEGRAÇÕES REGIONAIS NAS AMÉRICAS

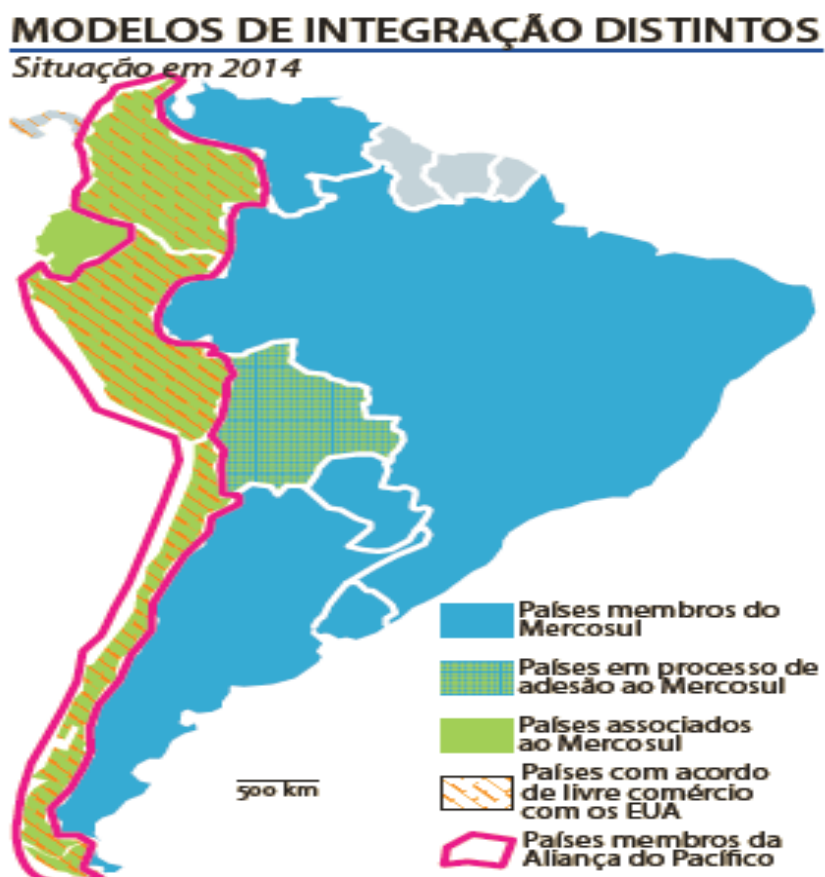
Organismos de integração regional no continente americano lançados entre 1945 e 2014, por data de fundação



Fonte: MILANI et al, 2014, p. 84.

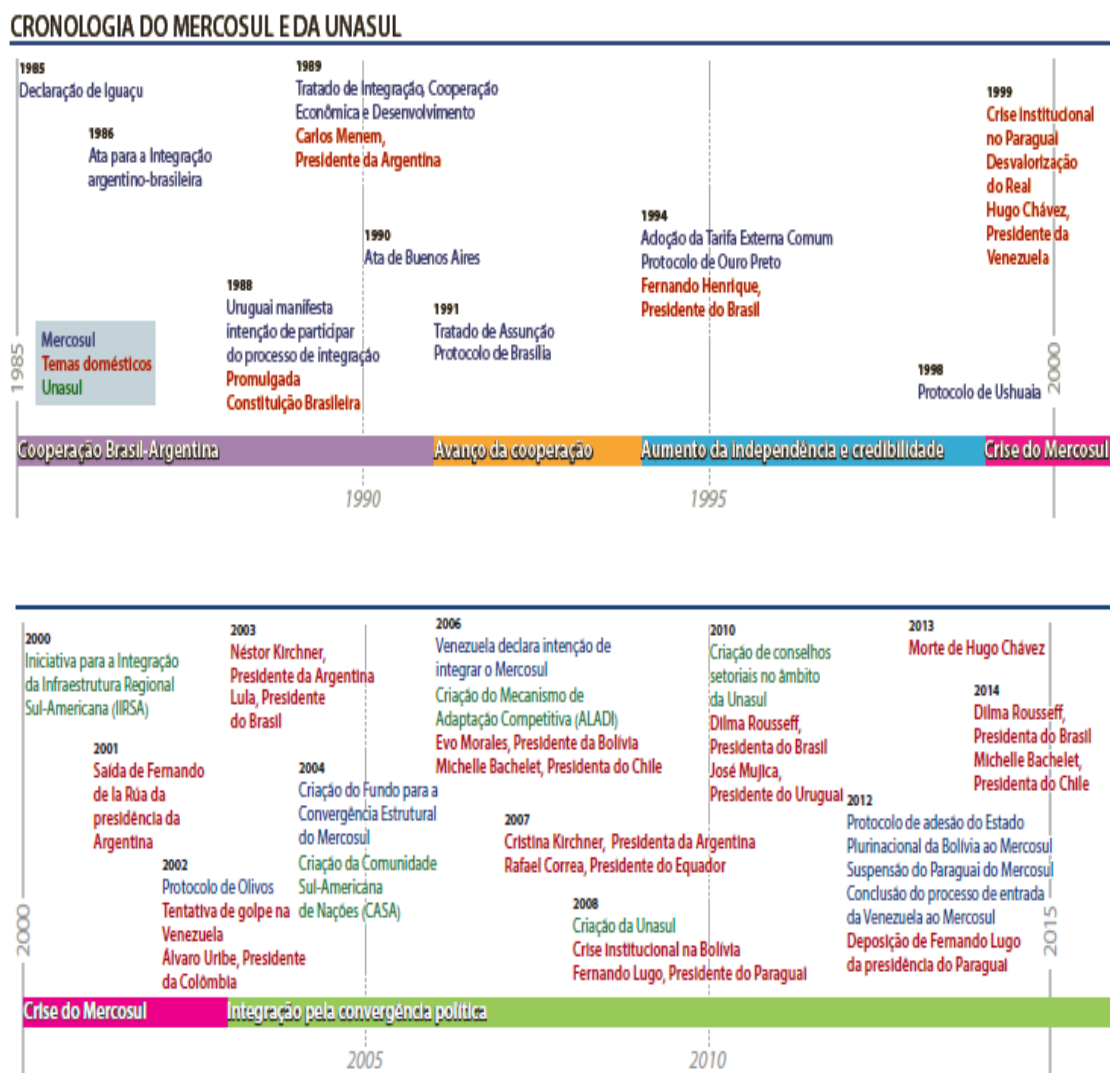


## ANEXO 15 – MODELOS DE INTEGRAÇÃO – MERCOSUL VERSUS ALIANÇA DO PACÍFICO



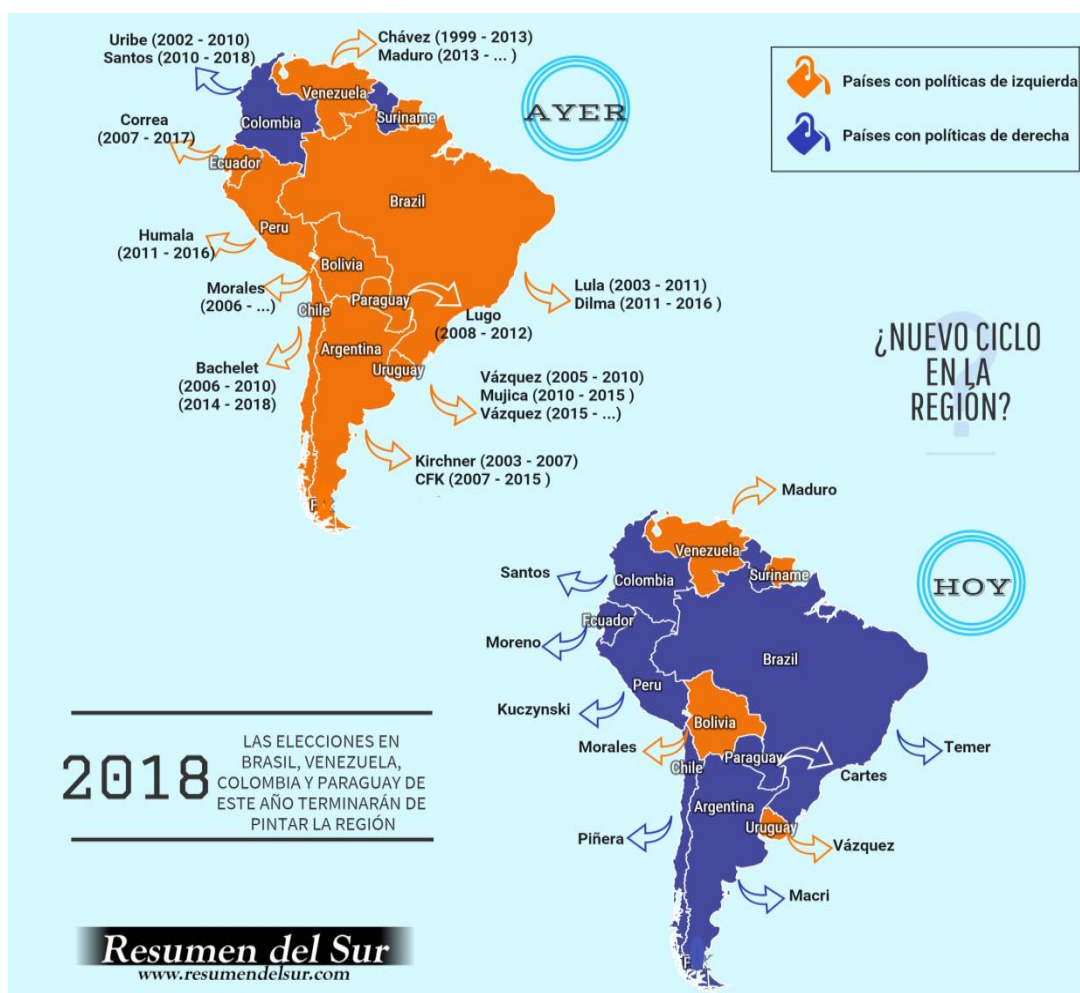
Fonte: MILANI et al, 2014, p. 86.

## ANEXO 16 – CRONOLOGIA DO MERCOSUL E DA UNASUL



Fonte: Atlas da Política Externa Brasileira, 2015, pp. 86– 87.

## ANEXO 17 – ESQUERDAS E DIREITAS NA REGIÃO (1999– 2018)



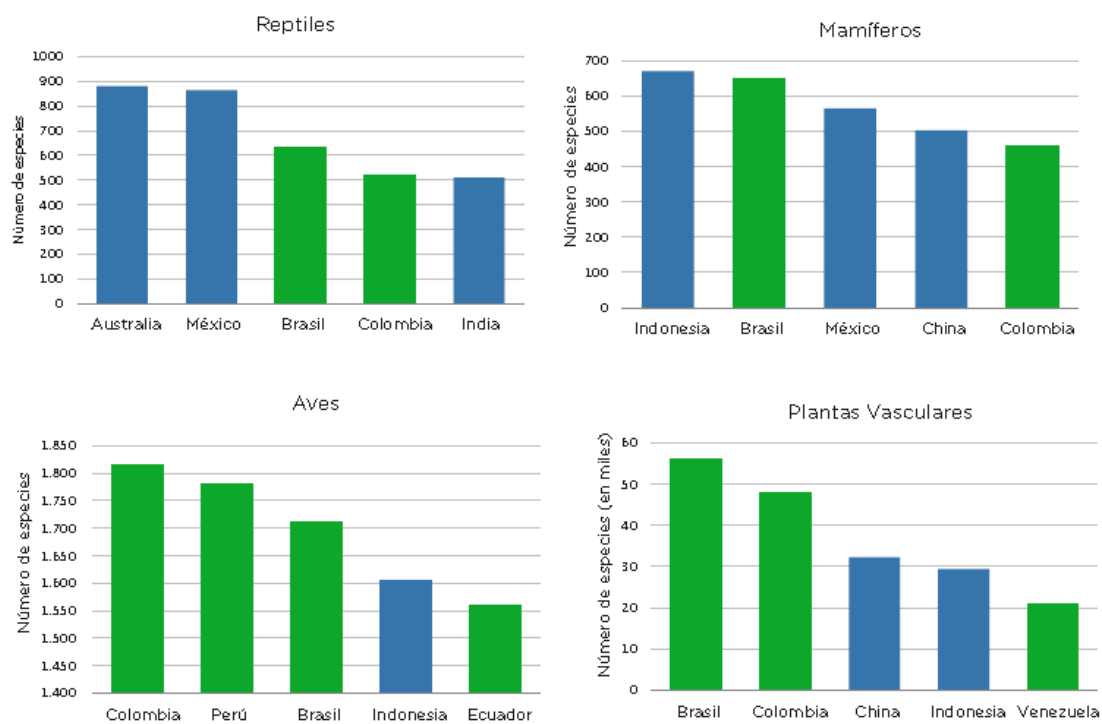
Fonte: Resumen Del Sur, 2018. (disponível em <http://www.resumendelsur.com/2018/01/04/izquierdas-derechas-en-la-region/>)

ANEXO 18 – VISITAS DO PRIMEIRO- MINISTRO E DO PRESIDENTE CHINÊS À AMÉRICA LATINA E CARIBE (2001– 2015)

YEAR	PREMIER	PRESIDENT	Argentina	Brazil	Chile	Costa Rica	Colombia	Cuba	Ecuador	Mexico	Peru	Trinidad and Tobago	Uruguay	Venezuela	TOTAL		
2001	Zhu Rongji	Jiang Zemin	Apr 8	Apr 11	Apr 4			Apr 13					Apr 10	Apr 19	6		
2002																0	
2003	Wen Jiabao	Hu Jintao								Dec 12					1		
2004			Nov 16	Nov 11	Nov 18			Nov 22								4	
2005																0	
2006																0	
2007																0	
2008								Nov 17		Nov 18			Nov 20				3
2009																	0
2010				Apr 15											1		
2011															0		
2012			Jun 23	Jun 20	Jun 25					Jun 16			Jun 22		5		
2013						Jun 2				Jun 4		Jun 1			3		
2014	Li Keqiang	Xi Jinping	Jul 18	Jul 14				Jul 21						Jul 20	4		
2015				May 18	May 24		May 21				May 22				4		
PREMIER TOTAL			1	2	2	0	1	0	0	1	1	0	1	0	9		
PRESIDENT TOTAL			3	4	2	2	0	4	0	2	1	1	1	2	22		
COMBINED TOTAL			4	6	4	2	1	4	0	3	2	1	2	2	31		

Fonte: PETERS, 2015.

## ANEXO 19 – PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE ESPÉCIES DE ANIMAIS E PLANTAS



Fonte: UNASUR, 2015, p. 326.

ANEXO 20 – NÍVEIS DE COMPETITIVIDADE DE USOS SUSTENTÁVEIS DA BIODIVERSIDADE

Níveis de competitividade de usos sustentáveis da biodiversidade

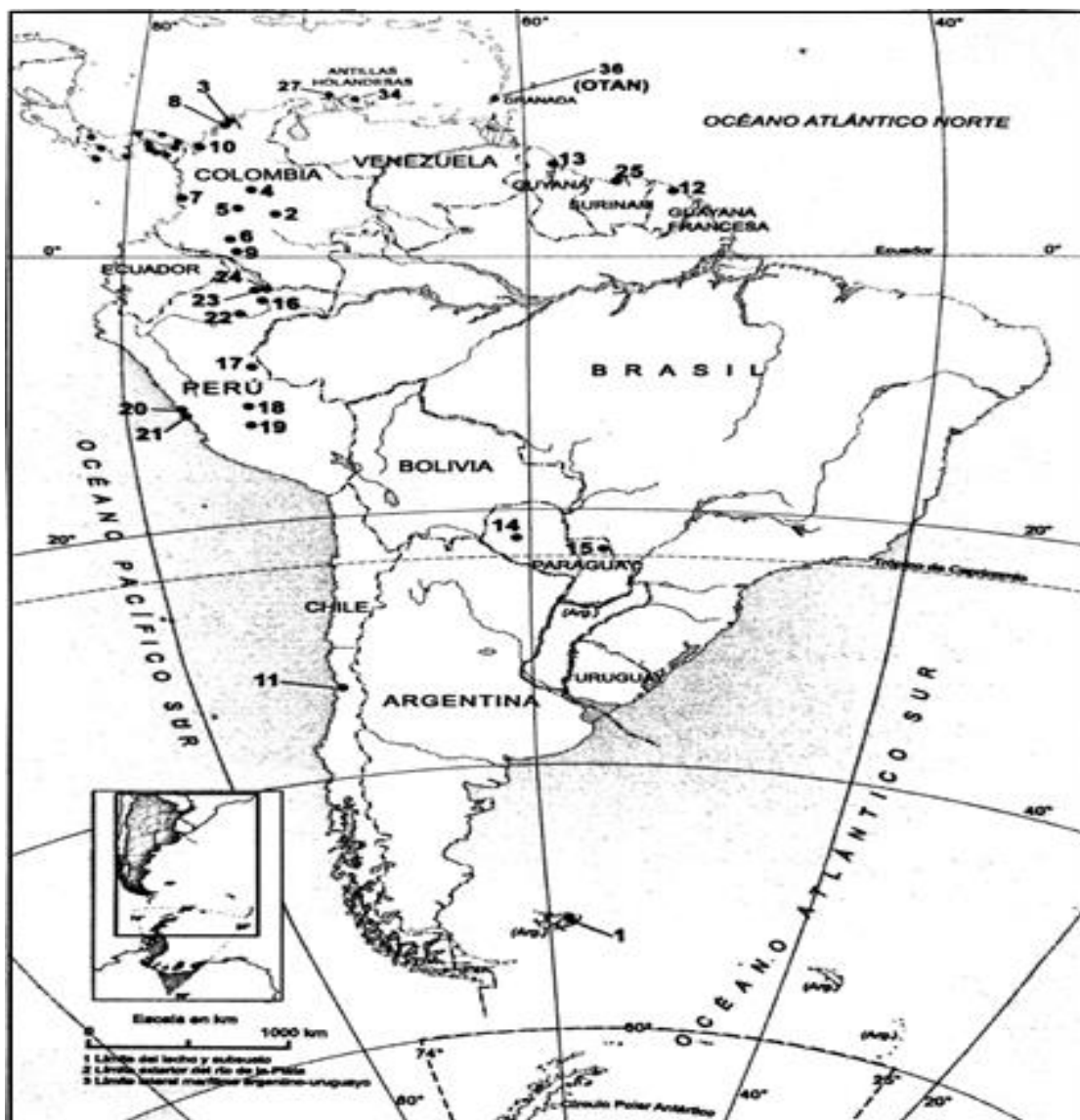
Competitividade-níveis	Finalidade	Problemas / soluções
<p><u>Muito alta</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Exportação de sustentabilidade pelo seqüestro de carbono.</li> <li>Biotecnologia</li> </ul>	<p>Pagamento por serviços ambientais prestados pela floresta, constituindo a mais fácil e lucrativa fonte de rendimento. Aproveitamento sustentado da biodiversidade com alta tecnologia. Caso do Probem.</p>	<p>Problemas políticos e científicos de avaliação do valor do seqüestro. Há que se tomar decisão política. Exigência de grandes investimentos de capital e de capacidade técnico-científica. Há que ser estimulada com parcerias externas e negociações adequadas.</p>
<p><u>Alta</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Madeira certificada de origem controlada.</li> </ul>	<p>Manejo florestal com padrões aceitos internacionalmente. A Mil Madeireiras, empresa suíça com 80 mil ha em Itacoatiara, foi a primeira a investir significativamente (mais de R\$ 20 milhões) no manejo de florestas naturais, no país, e a primeira a procurar certificado. Em 1997 foi avaliada pelo sistema de certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC) e, após auditoria formal, obteve a certificação.</p>	<p>Custo excessivo da certificação (manejo, condições de trabalho, etc.), mas melhora o acesso ao mercado, aumenta o preço dos produtos e favorece o acesso ao crédito e a fundos de investimento. A campanha para promover a certificação da madeira está ativa no Brasil, com o apoio de doadores internacionais e de organizações não governamentais. Além do FSC, a indústria florestal patrocinou um programa de certificação (Cerflor), por meio da Sociedade Brasileira de Silvicultura. Um número crescente de empresários tem se interessado por esta atividade <i>promissora</i>. A negociação com o Banco Mundial e o Sebrae deveria ser feita para apoiar, inclusive, médios e pequenos produtores.</p>
<p><u>Média</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ecoturismo</li> </ul>	<p>Turismo que se beneficia da natureza, não predatório e implementado sob múltiplas formas.</p>	<p>Exige infra-estrutura de circulação e de serviços, além de capacitação de mão-de-obra e de gerência. A seletividade de lugares para sua implantação deve ser planejada com urgência, em face da sua proliferação.</p>
<p><u>Baixa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Manejo florestal para produção de madeira não certificada.</li> </ul>	<p>Exploração de produtos e serviços madeireiros com métodos que assegurem a continuidade dos ecossistemas atuais.</p>	<p>Há poucos exemplos públicos e privados promissores de manejo na escala comercial, porque é muito baixa a taxa de retorno. Pode ser, contudo, uma atividade essencial para a manutenção das populações indígenas. Pesquisa revela que o valor de manejar a floresta pode vir a ser maior se tecnologias mais eficientes forem utilizadas, reduzindo-se, assim, o desperdício de 26% para 1%, cujo resultado é a redução do número de árvores necessárias para operações comerciais e, logo, o aumento da cobertura vegetal de 18% para 45% (Lele et alii, 1999).</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<p>Combinação de extrativismo e agricultura, e, por vezes, também de espécies perenes plantadas. O mais famoso e bem-sucedido projeto é o Reça, na fronteira do Acre com a Rondônia. Utiliza espécies de valor comercial para adensar a floresta: o cupuaçu, a pupunha e a castanha-do-pará. Contou com apoio financeiro e técnico estrangeiro, e também com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Processa e exporta a polpa do cupuaçu para mercado de Sergipe.</p>	<p>Experiências recentes e dispersas, sem avaliação adequada, efetuada por pequenos produtores familiares na área de povoamento consolidado. A dificuldade de acesso aos mercados é o principal estrangulamento no caso do Reça e, provavelmente, de outros projetos de SAF, que carecem também de superar problemas de comercialização e de agregação de valor aos produtos, quando não têm beneficiamento. O apoio às estradas vicinais, à informação de cooperativas, ao beneficiamento da produção em centros urbanos e à capacitação gerencial são medidas essenciais para a <i>generalização</i> dessas experiências inovadoras de atendimento ao mercado nacional.</p>
<p><u>Muito baixa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>PDA</li> </ul>	<p>Cento e quinze concentram-se no Vale Médio do Amazonas, no Acre, em Rondônia e no Bico do Papagaio, com atividades muito diversificadas.</p>	<p>Do total dos PDAs, somente 29 estão voltados diretamente para sistemas agroextrativistas, de manejo e de proteção florestal. Contudo, 59 têm objetivos que podem estar também relacionados à floresta, como apoio comunitário, beneficiamento de produtos regionais, desenvolvimento sustentável e alternativas de produção. A <i>generalização</i> dessas experiências, cujos problemas são similares aos dos SAF, é fundamental por sua função social, e com as medidas acima sugeridas, visando aos mercados locais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Resex</li> </ul>	<p>Reservas extrativistas, organizadas em cooperativas, que têm o usufruto, mas não a propriedade da terra. São 18 na Amazônia, voltadas para a extração da castanha, da seringa, do açaí, do cupuaçu, etc. Têm forte apoio externo de governos e de organizações não governamentais. No caso de Xapuri, a produção é exportada para o exterior (EUA e Europa).</p>	<p>Além de padecer dos mesmos problemas dos SAF e do PDA, agravados por seu isolamento, as Resex têm, ainda, o problema dos baixos preços da castanha e da borracha no mercado internacional, que não são suficientes para superar os custos da produção. Sua função é eminentemente social, exigindo, portanto, as medidas acima sugeridas e o estímulo ao seu beneficiamento para atender os mercados locais (alimentação enriquecida) e, eventualmente, o nacional.</p>

## ANEXO 21 – RECURSOS MINERAIS SUL-AMERICANOS PRODUZIDOS POR PAÍS (2013)



Fonte: UNASUR, 2015, p. 60.

ANEXO 22 – “ENVELOPAMIENTO LOGÍSTICO” MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA DO SUL (2013)



Fonte: BORON, 2013, p. 248.

Argentina	1. Malvinas: Monte Agradable, isla Soledad.
	2. Apiay: base aérea Luis Fernando Gómez Niño, ubicada em las inmediaciones de la ciudad de Villavicencio, Departamento de Meta.
	3. Malambo: base aérea Alberto Pauwels Rodríguez, localizada cerca del municipio Malambo, Departamento del Atlántico, 700 km al norte de Bogotá, vecina a la ciudad de Barranquilla.
	4. Palanquero: base aérea Capitán Germán Olano, em el municipio de Puerto Salgar, Departamento de Cundinamarca, 190 km al norte de Bogotá.
	5. Tolemaida: base aérea José Inocencio Chincá, en Melgar, Departamento de Tolima, em el centro del país, 100 kilómetros al sur de Bogotá.



Colombia	<p>6. Larandía: base militar conjunta del Ejército, la Fuerza Aérea y la Armada, a la que también tienen acceso la Policía Nacional. Se encuentra en el Departamento de Caquetá.</p> <p>7. Bahía Málaga: base naval que aloja parte de la Fuerza Naval del Pacífico. Está ubicada a 20 km de Buenaventura en la costa de ese océano, en un punto equidistante entre Ecuador y Panamá.</p> <p>8. Cartagena: base naval que aloja parte de la Fuerza Naval del Caribe. Estaba ubicada cerca de esa histórica ciudad pero fue trasladada a la isla Tierrabomba.</p> <p>9. Tres Esquinas: base aérea Capitán Ernesto Esguerra Cubides, ubicada en el municipio de Solano, Departamento de Caquetá, cerca de la confluencia de los ríos Orteguzza y Caquetá.</p> <p>10. Puerto de Turbo: ubicada en el Departamento de Antioquia, sobre el Atlántico, y muy próximo a la frontera con Panamá.</p>
Chile	11. Fuerte Aguayo: en Concón, cerca de Valparaíso. El Comando Sur de Estados Unidos construyó en esta base instalaciones para ‘ejecutar operaciones de mantención de la paz o de estabilidad civil’ de los Cascos Azules.
Guayana Francesa	12. Kourou: base aeroespacial francesa a 60 km al noroeste de Cayena (OTAN).
Guyana	13. Base para el lanzamiento de cohetes y satélite en Esequibo (territorio en conflicto disputado con Venezuela), construida por la empresa Beal Aerospace Technologies.
Paraguay	<p>14. Mariscal Estigarribia: base Luis María Argaña, en el Chaco paraguayo, a 525 km de Asunción. Su localización es estratégica en el Cono Sur por estar a 200 km de la frontera con Bolivia y Argentina, y a 320 de Brasil, muy cerca de la Triple Frontera.</p> <p>15. Pedro Juan Caballero: Aeropuerto Internacional Dr. Augusto Roberto Fuster, ubicado en el Departamento de Amambay, al noroeste de Asunción y en zona limítrofe con Brasil.</p>
Perú	<p>16. Iquitos (Amazonas) y Santa Lucía (Alto Huallaga), de esta última falta información reciente.</p> <p>17. Pucallpa: en Ucayali (Amazonas).</p> <p>18. Mazamari: base del Ejército.</p> <p>19. Palmapampa: en el distrito de Ayahuanco, Departamento de Ayacucho.</p> <p>20. Ancón: puerto marítimo en el norte de Lima que ha servido para el adiestramiento de fuerzas de todo el Cono Sur por parte del Comando Sur.</p> <p>21. Puerto de El Callao.</p> <p>22. Santa Clotilde: base naval próxima a Iquitos, en la margen izquierda del río Nanay, en plena Amazonia peruana, región de Loreto.</p> <p>23. Teniente Claver: base naval en Iquitos, en la frontera con Colombia. Comprende una serie de destacamentos.</p> <p>24. El Estrecho: base naval ubicada en el distrito de San Antonio del Estrecho, en Iquitos, a orillas del río Putumayo.</p>
Surinam	25. El Pentágono estableció una base para probar nuevos vehículos militares desarrollados por la General Dynamics Combat System.

## ANEXO 23 – PRESENÇA MILITAR ESTRANGEIRA NA AMÉRICA DO SUL (2016)



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 56

## ANEXO 24 – TRECHO PLANEJADO PARA A FERROVIA BIOCEÂNICA



Fonte: JAEGER, 2017, p. 13.

## ANEXO 25 – INVESTIMENTO CHINÊS, BIODIVERSIDADE E POVOS INDÍGENAS

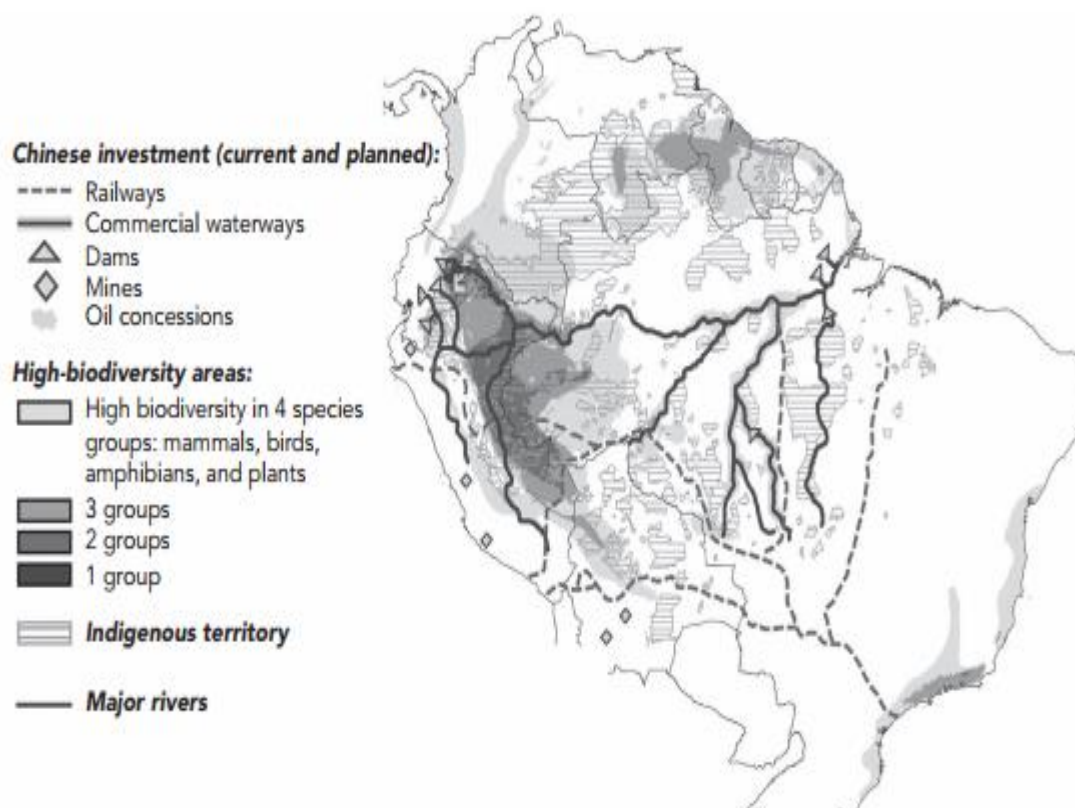
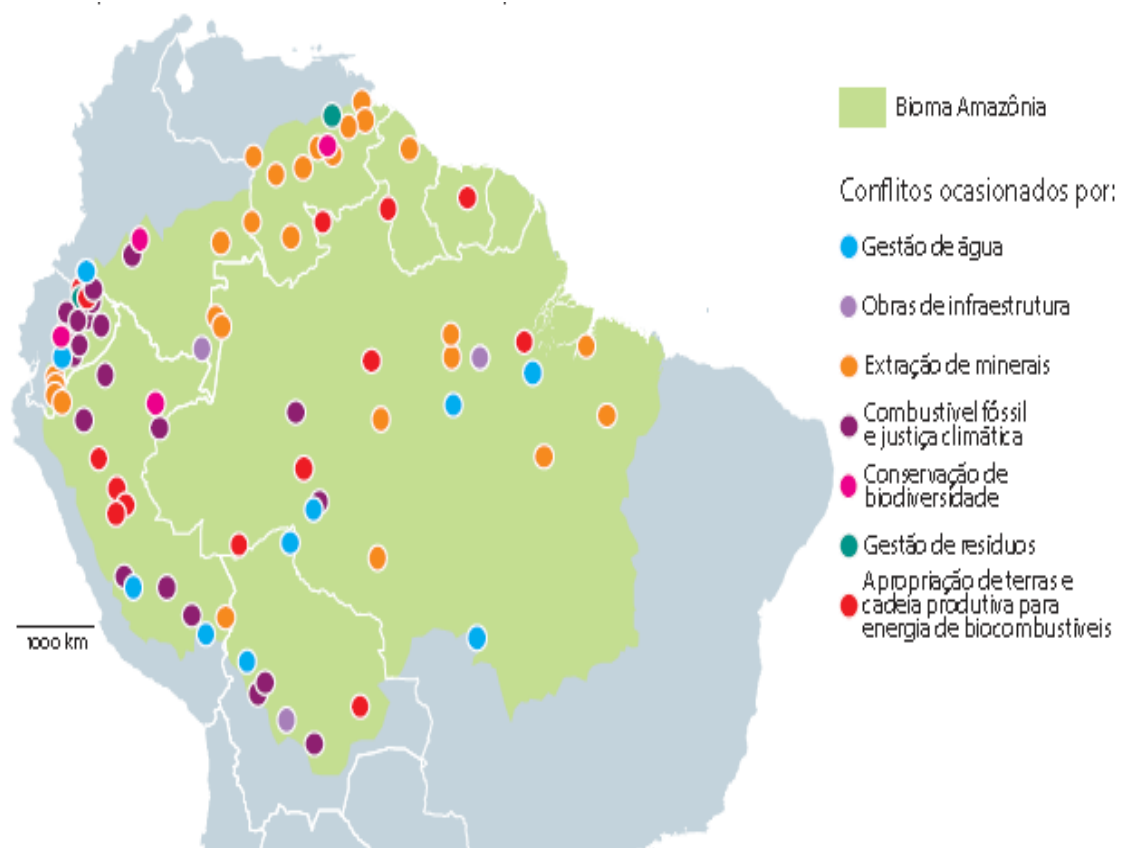


Figure 6.1 Chinese Investment, Biodiversity, and Indigenous People

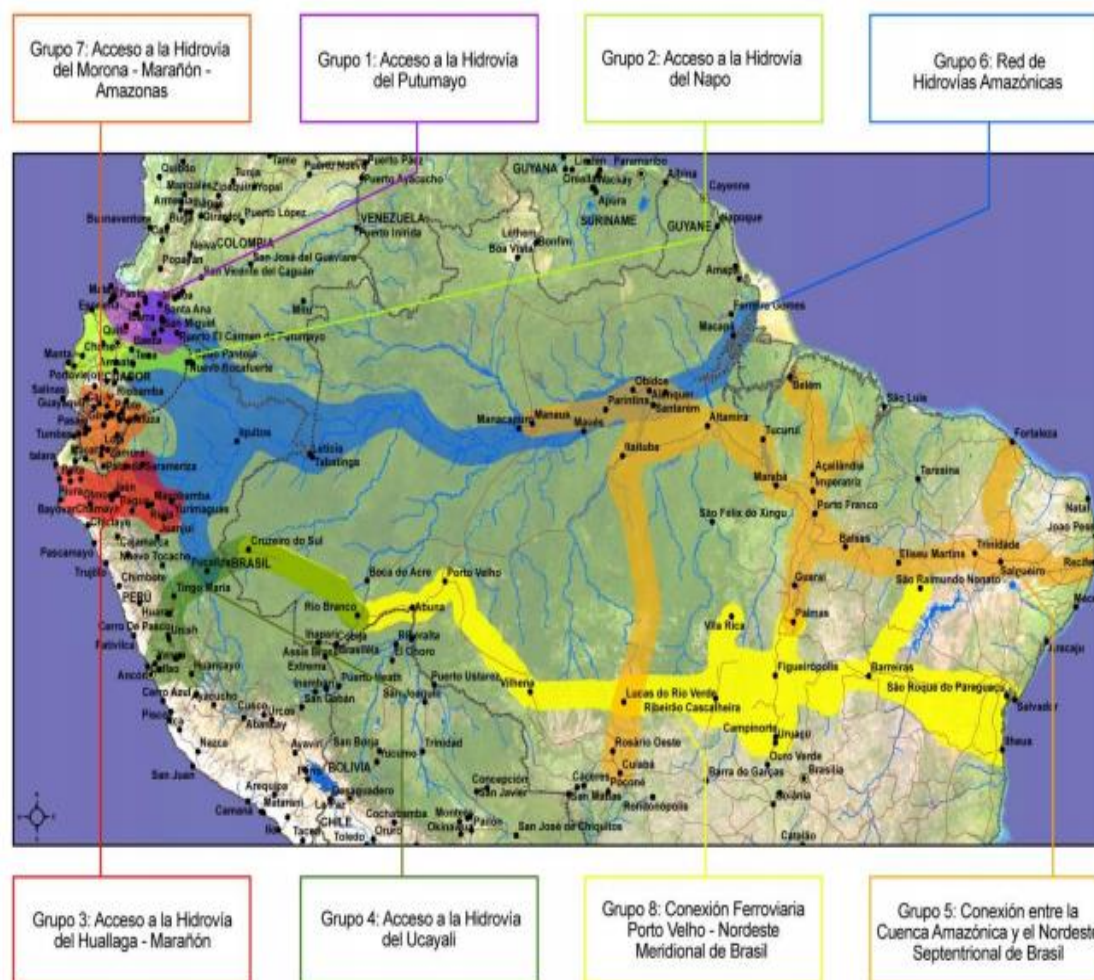
Fonte: GALLAGHER, 2016, p. 140.

## ANEXO 26 – CONFLITOS DAS FPI E FPE NA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA (2016)



Fonte: LIMA et al., 2017, p. 62

## ANEXO 27 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (AMAZONAS)



Fonte: IIRSA, 2015.

## ANEXO 28– EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – IIRSA



Fonte: PADULA, 2010, p. 183

## ANEXO 29 – USINAS E INTERCONEXÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL



Fonte: CIER, 2017.



## ANEXO 30 – REDES DE GASODUTOS E RESERVAS DE GÁS NATURAL NA AMÉRICA DO SUL



Fonte: CIER, 2017.